

# REVISTA

(TRIMESTRAL)

DO

## INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

VOLUME 246

JANEIRO - MARÇO

1960

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos  
Et possim sera posteritate frui.

COMISSÃO DIRETORA

GENERAL ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO  
CLAUDIO GANNS  
CEL. REF. EX. J. B. MAGALHÃES



DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL  
Rio de Janeiro — Brasil — 1960

Digitized by the Internet Archive  
in 2024

# TRABALHOS ORIGINAIS

## VIAGEM DE PEDRO II AO ESPÍRITO SANTO

LEVY ROCHA

### PREFACIO

No ano de 1859 o segundo imperador do Brasil, acompanhado da Imperatriz e pequeno séquito, empreendeu uma viagem às Províncias do Norte, embarcando no Rio de Janeiro a 1 de outubro, no vapor *Apa*, o qual saiu comboiado por três navios da nossa marinha de guerra: a fragata *Amazonas*, a corveta *Paraense* e a canhoneira *Belmonte*.

Após seis dias de viagem, Suas Majestades Imperiais eram jubilosamente recebidos pelos baianos.

No dia 12 iniciaram a excursão à Cachoeira de Paulo Afonso, regressando a Salvador dia 26.

A 19 de novembro, partiram para o Recife, onde os acolheu o mesmo entusiasmo popular, três dias depois.

De Pernambuco rumaram, a 24 do mesmo mês, para a Paraíba, ponto extremo da viagem.

No regresso, o Imperador visitou as Alagoas e Sergipe, estêve de novo na Bahia e de lá partiu para o Espírito Santo, onde aportou a 26 de janeiro de 1860. Dessa data até o dia 9 de fevereiro, quinze dias, portanto, fazendo uso dos mais variados e desconfortáveis meios de locomoção — o vapor, a galeota, a canoa, o cavalo, a pé, S.M.I. visitou não só a nova e a velha capital, como quase tôdas as populações mais importantes da Província: as Colônias de Santa Leopoldina e Santa Isabel; as vilas de Viana, Serra, Santa Cruz e Reis Magos; o Rio Doce — Linhares e lagoa Juparanã. No sul, estêve em Guarapari, Benevente, Itapemirim e foi até a colônia do Rio Novo.



A 11 de fevereiro chegava, de volta, à Côrte.

As memórias dessa fatigante viagem, que durou quatro meses, mereceram os mais amplos registros nos jornais e revistas da época, e os atos de maior destaque e magnanimidade imperial, bem como as recepções do povo, os discursos de saudação, as poesias laudatórias, as pomposas festas etc., para registro da posteridade foram enfeixadas em livros. O primeiro que saiu, sobre a viagem a Sergipe, foi mandado publicar pelo Dr. Manuel da Cunha Galvão, presidente daquela Província, no mesmo ano de sessenta.

Em 1862 e 1867, foram editados os volumes referentes a Pernambuco e Bahia, por Bernardo Xavier Pinto de Sousa, que os expôs à venda, conforme preanunciara no *Correio da Tarde*, ao preço de doze mil réis o volume em brochura e quinze mil réis encadernado.

Essas raridades bibliográficas que alcançam, hoje, quando aparecem nos alfarrabistas, mesmo rasgadinhas, mil cruzeiros o exemplar, ainda podem ser consultadas em alguma biblioteca pública.

Sobre a Bahia e sobre Pernambuco, dois historiadores contemporâneos, Alcindo Sodré e Guilherme Auler, divulgaram o precioso e quase inédito manancial procedente do Arquivo da Família Imperial Brasileira: *Diários, Cadernetas de Notas e Apontamentos de Viagens*, manuscritos a lápis do próprio punho de Dom Pedro II.

Quanto à viagem ao Espírito Santo, não saiu nem o livro de Pinto de Sousa nem mesmo, posteriormente, nenhum de outro autor.

Salvo pequenas notas esparsas dos historiadores e cronistas capixabas, um discurso de Augusto de Aguiar Sales, divulgado na *Revista do Instituto Histórico Espírito-Santense*, sumariou a viagem de Dom Pedro II àquela Província.

Apreciando o tema, que considerou como «um dos episódios mais interessantes a ser contado em nossa história provincial», Jair Etienne Dessaune pronunciou em Vitória uma conferência (maio de 1949), focalizando a visita imperial àquela cidade.

Os jornais da Côrte: *Jornal do Comércio*; *Correio da Tarde*; *Diário do Rio de Janeiro* e *Correio Mercantil*, nas notícias enviadas pelos seus correspondentes, calcadas ou reproduzidas do *Correio da Vitória*, cujas coleções não consta que existam mais, omitiram a descrição da visita ao Rio Doce e às vilas do sul-capixaba.



O motivo que me empolgou, gerando ânimo e fôlego para escrever este trabalho foram os manuscritos valiosos e inéditos encontrados no Arquivo do Museu Imperial, em Petrópolis: uma caderneta de 15,5 x 9 cms., com 95 páginas, contendo notas a lápis e alguns desenhos de Dom Pedro II. Refere-se ao percurso de Aracaju ao Espírito Santo e tem a seguinte indicação, para consultas: Catálogo B. — D. 1.057 — De 11 a 28 de janeiro de 1860. Outra caderneta, com as mesmas dimensões da anterior, 70 páginas escritas a lápis e alguns desenhos de Dom Pedro II, encerra os apontamentos da parte final da viagem, de Vitória ao Rio de Janeiro.

São notas ligeiras, tão resumidas, em certos pontos, que chegam a se tornar enigmáticas, numa lettrinha por vêzes ilegível. Devem ter sido rabiscadas até em cima do joelho, no precário equilíbrio de uma canoa, ou sôbre o selim dos cavalos, sem a preocupação da forma literária, com parcimônia de vocábulos e de pontuação, mormente vírgulas. Elas ressumam, todavia, a sinceridade e constituem não só elementos para os grafologistas e os perquiridores do feitio intelectual de Dom Pedro II, mas, sobretudo, um documento histórico de primeira ordem. A sua simples publicação e dos desenhos que Heitor Lira classifica como mais importantes do que as poesias do Imperador, acompanhada de notas elucidativas, seria matéria para um livro útil.

Ousando avançar mais longe e pretendendo um livro sem o aspecto maçudo dos documentos, procurei alinhar as anotações de Sua Majestade com as notícias dos jornais da época, intercaladas com comentários sôbre a história, hauridos na bibliografia que relaciono no final da obra.

Julguei, ainda, poder tirar proveito do relato de viagem do engraçado e irônico pintor francês, Auguste François Biard, o qual estêve no Espírito Santo na mesma época da visita imperial, para desenhar os índios, encontrando-se com Dom Pedro II na Vila de Santa Cruz, fato que inexplicavelmente êle omitiu no seu livro ilustrado: *Deux Années au Brésil*, leitura fácil e agradável como passatempo, mas que leva um pesquisador a dar tratos à bola para não confundir o navio *Mucuri* com *Mercury* ou o rio Piraquê-Açu com *Sangouassou*, como fez Biard.

Valeram-me, mais, as impressões de outro célebre viajante, o Barão de Tschudi, enviado extraordinário da Confederação Helvética ao Brasil, como ministro plenipotenciário, que, para estudar os problemas de imigração suíça, andou trilhando quase a mesma

rota percorrida pelo Imperador e chegou em Vitória a 28 de outubro de 1860, nove meses após a visita de Suas Majestades. Hospedou-se nas mesmas dependências do Palácio, conservadas «em estado impecável», pelo novo presidente, solteirão, o Dr. Antônio Alves de Sousa Carvalho, exatamente como foram deixadas pelo casal imperial.

E, perdoe-me o leitor pelo uso abusivo das aspas: creia que se as abolisse, fantasiando a história, a tarefa seria menos afanosa.

O autor





*O ilustre baiano, Dr. Pedro Leão Veloso, Presidente da Província do Espírito Santo, por ocasião da visita imperial. O seu reduzido período administrativo (um ano só) foi marcado por importantes realizações*





## VITORIA ERA ASSIM

Há cem anos atrás, a capital da província do Espírito Santo, muito embora já gozasse dos foros de cidade, não passava de um povoado cuja resistência aos hábitos e tradições coloniais entravava o progresso. Sua população pouco excedia a cifra de cinco mil habitantes, vivendo a maioria com o produto da pesca e avassalada pelo marasmo e a indolência.

Sem obedecer a qualquer regularidade ou simetria, Vitória se apertava em anfiteatro, à margem de plácida baía, ruazinhas estreitas, tortuosas, escorregadias, procurando o paralelismo da praia, ou subindo as rampas do morro desbeigado pelas enxurradas e enfeitado pelas ramas de melões de São Caetano, perdendo-se em becos ou vielas ladeirosas e labirínticas.

Ruas ou ruelas, algumas apertadíssimas, tomadas pelo vicejante capim *pé de galinha*, calçadas ou não, com pedras disformes, como a Ladeira do Pelourinho, ao longo da qual não passavam três homens em linha de frente, famosa por nela ter morado, outrora, em um sobrado, a heroína Maria Ortiz, que fizera recuar os holandeses, jogando sobre eles água fervente. Ruas dos Pescadores, da Capelinha, do Comércio, do Pôrto dos Padres, de Santa Luzia, da Fonte Grande, Ladeira de Pernambuco, Largo da Conceição, Pelame e a pitoresca e modesta rua da Várzea. Na rua das Flôres, outro vulto da história capixaba, o herói Domingos Martins, cabeça da Revolução Nativista Pernambucana de 1817, vivera parte de sua infância. Ah! eu já me ia esquecendo da rua do Ouvidor, antiga rua da Praia, que, nem ao longe, pelo aspecto modesto, podia fazer lembrar a sua homônima da Côte, e a rua do Piolho...

As casas, em grande parte assobradadas, algumas com janelas de vidraças em côres, balcões de madeira e portais de pedra, entalhados em Portugal, trazidos como lastro dos navios, casas ou choupanas, cabriteavam em desordem a encosta, repousadas em esteios suplementares, em estacas, ou sobre velhas bases de alvenaria.

Nos telhados limosos, telhas em canoas, e nos seus beirais, chilreavam as cambaxirras, revoluteavam as andorinhas, cresciam

plantas audaciosas, adubadas pelos urubus (os mais eficientes «funcionários» da Limpeza Pública), que se postavam a cavaleiro, no convexo das cumeeiras, abrindo as asas para se requeentar ao sol.

A vista da baía era sempre agradável, especialmente quando postado o observador mais de longe, para abarcar o conjunto emoldurado pelo verde da vegetação; o extenso mangal da preamar; as fruteiras das chácaras e dos pomares e a mata que vestia os elevadiços.

Desembarcava-se no Cais das Colunas, situado abaixo do Palácio da Presidência; no da casa do Azambuja; no Cais Grande, onde atracavam as sumacas; ou no Cais do Santíssimo, do Batalha ou o Pôrto dos Padres.

Em plano de destaque, projetava-se a principal construção, o antigo Colégio dos Jesuítas, grande quadrilátero, liso, de dois pavimentos, adaptados para Palácio da Presidência. Comportava a respectiva Secretaria; um colégio de instrução literária, o Liceu; a Tesouraria da Fazenda; a Administração do Correio; o Armazém de Artigos Bélicos e a Biblioteca Pública, mas estava em estado deplorável: telhado esburacado e cheio de goteiras; teto, pavimento e paredes muito sujos; portas sem chaves e móveis estragados. «Pareceu-me, quando entrei por êle — relatou o Presidente Veloso — que era uma casa desabitada, há anos, está impróprio para ser ocupado por qualquer pessoa que tenha tido um pouco de educação...»

O edificio da Alfândega, cuja renda, por sinal, era pequena, realçava em modestas proporções.

Mas eram as igrejas, pelas posições sempre em destaque, que constituíam os melhores pontos de referência à mirada panorâmica. A de S. Tiago, embora de arquitetura de medíocre interesse, contígua ao Palácio, marcava, com o zimbório curvilíneo da sua torre maior, o histórico e venerável local do sepultamento do taumaturgo Anchieta. À sua frente, situava-se a igreja da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, o único hospital em toda a Província. Não muito afastadas, nos pequenos largos e praças, além dos conventos franciscanos e carmelita, outras igrejas salpicavam os morros.

Já Marcelino Duarte, ao rever aquela terra natal, escrevera:

«... Surgindo da flor d'água lentamente  
Vai a linda cidade da Vitória,  
Que vista pitoresca!  
Um montão de edificios  
Cobre a rasa colina!



De sôbre os edificios se levantam  
Quatro tórres da alegre perspectiva  
Parece ver ao longe  
As famosas cidades  
de Tebas ou de Tróia».

Quanto às condições de vida e higiene, desnecessário se faz referir à abundância do peixe, pois havia uma indústria da pesca desenvolvida, com duas dezenas de lanchas que iam pescar em alto-mar, nos Abrolhos e em Cabo Frio, demorando-se dias para regressar ao pôrto trazendo os peixes salgados. A carne verde, porém, escasseava, pois as rêses sacrificadas nunca satisfaziam o consumo. Havia uma padaria explorada por um cidadão francês, o Sr. Penaud, mas o pão do pobre, para não dizer, o lastro da sua alimentação, era a farinha de mandioca ou o fubá de milho.

Farmácias só havia três, geralmente mal sortidas, sendo uma da Santa Casa. O «safa-onça» eram as boticas homeopáticas, dos curiosos.

A água do abastecimento, de boa qualidade, captada em mananciais da ilha, vertia nas fontes da Capixaba e Lapa, situadas nos extremos da cidade. Assim as cantou o mesmo poeta:

«... Bebo as águas puras da Capixaba e Lapa.  
Bebo o santo licor das duas fontes,  
Que a natureza formou e inda conserva;  
Não bebo as águas nascidas  
Das patas do cavalo».

Além de outra, havia ainda a Fonte Grande, que se situava onde se cruzam hoje as ruas Coronel Monjardim e Sete de Setembro.

A iluminação pública era feita com sessenta e oito lampiões com candeeiros a azeite de sebo, azeite de carrapato ou óleo de peixe: insuficientes para bem servir às trinta e uma ruas, sete ladeiras, oito becos, quatro praças e outros tantos largos, formados pelos trezentos e setenta sobrados e setecentas e tantas casas térreas. Valia como um esforço da administração, a qual despendia soma muito além do orçamento, subindo as despesas acima de oito contos de réis por ano.

Acendiam-se os lampiões pouco antes do anoitecer (pelo regulamento, um quarto de hora antes) e nas noites de lua, sob pena de multa de um mil réis por lampião apagado, também por um quarto de hora devia ser mantida a iluminação, até que o luar apparecesse...

O correio para a Côrte era feito de cinco em cinco dias, tornando-se mais regular com o estabelecimento das linhas de vapores das Companhias Espírito Santo e Mucuri. Dois paquetes: São Mateus e Mucuri, realizavam viagens mensais ligando Vitória, Caravelas e Rio de Janeiro, com paradas nos portos de atracação intermediários. Quarenta mil réis pagavam o preço de uma passagem, em camarote ou à ré, podendo-se fazer acompanhar das muçamas e escravos, abrigados no convés ou em camarote à proa, pela metade dessa quantia, e das crianças de menos de cinco anos, sem pagar passagem.

Os divertimentos da cidade, a despeito da índole pacífica e folgazã do povo, rareavam. Verdade é que não faltava, nas casas dos caboclos e dos índios civilizados, uma viola para as modinhas e os desafios, e os pretos escravos não perdiam os lundus e jongos, ou uma oportunidade para amortecer o coaxar dos sapos com o batecum do ticumbi, levado até os ancoradouros quando chegava um vapor.

Já a classe média se entediava com mais facilidade e procurava contribuir para a animação das festas religiosas que, em certos meses, como o de maio e junho, eram muitas. Festas do Divino Espírito Santo, de São Benedito dos Caramurus, de N. Sra. dos Remédios, do Santíssimo Sacramento, de N. Sra. do Carmo... tanta festa em uma só quinzena!

Na rua da Praça Nova, n.º 3, havia a tipografia *Capitaniense*, de Pedro Antônio d'Azeredo, onde era impresso o bissemanário — *Correio da Vitória* — (saía às quartas e sábados). Tiragem diminuta, porisso as suas preciosas coleções se perderam.

As pessoas de cultura davam o seu apoio ao teatrinho 7 de Julho, influência do capixaba João Manuel de Siqueira e Sá, estimulando os amadores na encenação de peças, enquanto a assistência superlotava a pequena e sufocante sala de espetáculos. Mas, por vêzes se consideravam como exilados, mesmo o presidente da Província, o Dr. Pedro Leão Veloso, o qual escrevia no seu primeiro relatório: «... tenho gostado da terra em relação ao clima e à gente que não é má, mas acho-a sumamente atrasada em todos os sentidos; vive-se mal porque sôbre ser a vida muito cara falam tôdas as vantagens de um país civilizado».

Em tais circunstâncias, é fácil imaginar com que alegria e entusiasmo foi recebida a notícia da anunciada visita de Suas Majestades Imperiais ao Espírito Santo.

## «FERVET OPUS»

A notícia consubstanciou-se logo após a fala do Trono de 11 de setembro de 1859, na qual Dom Pedro II prometera à Câmara visitar o Norte do País.

O Presidente da Província do Espírito Santo, Dr. Pedro Leão Veloso, recebeu do Ministério dos Negócios do Império, o seguinte officio, datado de cinco daquele mês:

«Resolvendo S.M. O Imperador percorrer as Províncias do Norte até a da Paraíba inclusive, saindo da Côrte no dia 1 de outubro próximo futuro, assim o comunico a V. Exa. para seu conhecimento e govêrno.

«S.M. O Imperador acompanhado de S.M. A Imperatriz se dirigirá primeiramente à Província da Bahia, em cuja capital ficará S.M. A Imperatriz, em quanto S.M. O Imperador visitará a cidade de Penedo e a Cachoeira de Paulo Afonso. Voltando S.M. O Imperador seguirão S.S. M.M. I.I. à Província de Pernambuco e daí até à Província da Paraíba.

«Na volta para a Côrte, S.S. M.M. I.I. farão a honra de visitar Maceió, Sergipe e essa Província.

«É muito provável que visite as Colônias e as povoações mais notáveis dessa Província e porque os seus habitantes podem querer fazer gastos extraordinários para solenizarem tão honrosa visita, é meu dever prevenir a V. Exa. de que conquanto S.M. O Imperador aprecie devidamente tôdas estas demonstrações, será muito do Imperial Agrado, que os donativos com que desejarem concorrer para tal fim possam ser applicados a benefício das localidades, que o mesmo Augusto Senhor Visitar.

«Deus Guarde a V. Exa.

Ass.: *Ângelo Moniz da Silva Ferraz*».

Na mesma ocasião, remetia aquêlê Ministério dois contos de réis, destinados aos preparativos da recepção, verba assim discriminada: metade para compra de mobília e decoração e a outra



metade para as reparações e as pinturas do Palácio da Presidência.

De pronto, o Dr. Leão Veloso aquilatou-se do vulto das despesas e fêz um apêlo à generosidade da mesma bôlsa:

«Vejo que, por modo algum, iniciados os reparos, se possa concluir e decorar o edificio sem mais dois contos de réis, pois é êle vasto de há anos e que foi grosseiramente pintado e sente falta dos trastes indispensáveis».

Pediu, em seguida, retratos de Suas Majestades Imperiais, próprios para servirem aos cortejos das efígies, nos dias de grande gala e festa nacional. Não havia na capital um retrato da Imperatriz e o que existia, do Monarca, nas dimensões de três palmos de largura por quatro de altura, pintado a meio corpo, embora bem conservado, além de ser feito quando Dom Pedro II era ainda de menor idade, andava de um ponto para outro, pois também servia ao Paço da Assembléia Provincial em suas aberturas de sessões ou posses de presidentes.

O Dr. Leão Veloso obteve a nova ajuda que pedia, porém a despesa dos retratos devia ser consignada na mesma verba e isso não foi possível, pois o «refôrço» se volatilizou ao abrir e fechar de olhos, ficando quase tudo ainda por fazer.

Convocado o secretário da Província, Dr. Antônio Rodrigues de Sousa Brandão, assentaram-se as providências mais imediatas, quais sejam a afixação de editais e avisos nas praças e logradouros públicos da cidade, proclamando a nova alviçareira, e a expedição de um officio-circular aos senhores presidentes e vereadores das Câmaras Municipais, incluindo cópia do aviso da Côrte, a começar pela Câmara de Vitória.

O officio apelava para a divulgação da notícia e mais:

«... Será de muito agrado de S.S. M.M. I.I. ver que essa Câmara, zelosa dos interesses de seu municipio, lhe promove benefícios, cuidando principalmente de conservação e melhoramento de suas estradas; cumpre portanto que Vmcês. convocando seus habitantes façam-lhes efetivo o dever que têm de trazerem limpas e melhoradas as que atravessam pelos respectivos terrenos».

Foi feita pelo presidente uma reunião dos cidadãos mais notáveis da capital, os quais, na noite de dez de outubro, discutiram e assentaram as medidas necessárias aos preparativos da recepção ao Monarca e a sua comitiva. Nomearam-se, para tal fim, comissões representando as diversas classes da população.

A tarefa mais pesada e dispendiosa — preparar o Palácio — recaiu sôbre os dois grandes líderes do Itapemirim, o Coronel

João Nepomuceno Gomes Bittencourt, do Partido Conservador, e o Barão de Itapemirim, do Partido Liberal, que resolveram, num tácito acôrdo, não soprar as brasas da ardente política naquele período. Integravam ainda a comissão o Comendador Reginaldo Gomes dos Santos e o Coronel Mateus Cunha. Acordaram, os quatro, em subscrever a elevada importância de cinco contos e quinhentos mil réis, cada um, no total de vinte e dois contos. Se lembrarmos que a verba dos honorários do presidente da Província (classificado em 4ª classe) era de cinco contos anuais e que o total dessa subscrição atingia quase a quantia correspondente à terça parte da receita da Província, teremos uma idéia do espírito de compreensão e desejo de colaborar dos ilustres subscritores.

Ficou resolvido: o casarão do Palácio sofreria uma verdadeira reforma. Decidiram «despejar» temporariamente o Sr. Antônio José Machado, com o Correio que administrava, removendo-o para o amplo e próximo sobrado do Sr. Barroso, o qual foi alugado por vinte mil réis mensais; demoliram a antiga cozinha do Colégio; abriram paredes; consertaram goteiras, forros e assoalhos; acrescentaram ao vetusto prédio uma «bela, larga e longa varanda, dando sôbre o pátio. Simples, paredes e teto de uma alvura nítida, contrastando com o negro da barra — simplicidade propositada, procurando-se imitar a varanda imperial de S. Cristóvão» — conforme a descrição do correspondente do *Correio Mercantil* que acrescentou: «Sôbre a varanda se abrem diversos salões, sendo o primeiro o do dossel, forrado de um belo papel de ouro verde. O dossel está preparado de veludo verde e franja de ouro, e sob êle acham-se colocados dois espaldares de muito valor e arte».

O comunicado de outro repórter carioca, do *Jornal do Comércio*, completa a descrição: «O bom gôsto presidiu a todos os arranjos do Palácio: uma rica mobília de mogno estofada ornava sua sala de recepção; os quartos de Suas Majestades, assás espaçosos, estavam revestidos de belos trastes, não faltando as bambinelas, os tapetes e tôdas as outras comodidades».

As outras comissões trataram de reparar as estradas; calçar a praça em frente ao Palácio e o Cais das Colunas, onde foi construída ampla ponte de madeira, tendo de cada lado um pavilhão de construção leve mas artística, terminando por uma escada. Dessa obra, foi encarregado o Inspetor da Tesouraria João Manuel da Fonseca e Silva.

O Dr. José de Melo e Carvalho, deputado provincial, chefe da repartição das Terras Públicas na Província, ficou incumbido de presidir à comissão dos trabalhos de preparo do salão da Assembléia Provincial, onde seria oferecido o baile a Suas Majestades Imperiais.

Trabalhava o chefe de policia, o Dr. Manuel Pedro Álvares Moreira Vilaboim; preocupava-se o Comandante Superior da Guarda Nacional, Coronel do Exército de 2ª Linha, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim; esforçava-se o Comandante da Companhia Fixa, Capitão Tito Lívio da Silva, no preparo dos seus subordinados, e suava o Major reformado Antônio Leitão da Silva, instrutor do 1.º Batalhão da Guarda Nacional, no adestramento dos recrutas.

Todos os materiais passaram pela vistoria direta dos chefes, a começar dos chapéus dos pajens, com ou sem galão e aba de ouro; as barretas dos oficiais e guardas; as espadas de metal fino, lilás, ou de copos dourados: as capas e mantas bordadas e agaloadas; os bonés de pano com galões e números; as bandas de franja de retrós; os bandós de lã, dos sargentos; as claques de sêda fina; as luvas de camurça; os ternos de letras SB1; bem como o penacho do Estado Maior.

Como a edilidade nos primeiros dias de setembro não desse sinal de si, segundo o correspondente do *Correio da Tarde*, mantendo-se «muda e queda, como ao pé de um penedo outro penedo», o Presidente Leão Veloso lhe endereçou um ofício, no qual ponderava que, sendo de costume que a cargo das municipalidades ficasse o *Te-Deum* de recepção nas visitas imperiais, êle transferia análoga tarefa àquela Câmara. O seu presidente, João Crisóstomo de Carvalho, passou ao professor de música, Baltasar Antônio dos Reis, a incumbência de organizar uma orquestra coral para o *Te-Deum* e uma banda de música para abrilhantar as outras solenidades. E facilitou ao professor, deferindo a requisição dos músicos Francisco Pinto Goulart, João Batista Grijó e Manuel Ribeiro Pinto Espíndola, dando-lhes a dispensa do serviço da Guarda Nacional.

Quanto ao comércio, escreveu o mesmo correspondente, «que tinha desanimado, a princípio, ante a despesa necessária para levar a efeito a iluminação de que se havia encarregado, animou-se agora e trata de executar a linda e vistosa planta feita pelo hábil engenheiro de Lamartinière». E registrou noutra correspondência: «Estamos em um *fervet opus*. Conserta-se, caia-se, pinta-se. As senhoras conversam e discutem os enfeites, os vestidos, as rendas, e os blondes, umas estudam os lanceiros; outras, a *clássica* contradança. Prepara-se um baile na Casa da Assembléia Provincial. Os militares preparam os seus quartéis. Os artistas, uma iluminação e outra o comércio.

«O paço imperial está quase pronto e fica digno de Suas Majestades.

«Ouvi também dizer que os militares, além de uma linda iluminação que querem apresentar em frente ao Quartel da Com-



panhia Fixa, *desejam* oferecer um copo d'água ao Imperador. Conta-me que se têm feito muitas encomendas para essa Côrte, e que os filhos de Marte, em suas demonstrações de amor e respeito aos soberanos, em nada ficarão abaixo das classes mais ricas da sociedade.

«À frente de tudo isto, está o Capitão Barrão, assistente do ajudante geral, o qual como lhe tenho muitas vêzes dito é de uma atividade e dedicação pouco comuns. O comandante da Companhia Fixa também muito tem trabalhado para os festejos militares».

O Sr. Carvalho, presidente da Câmara Municipal, já eletrizado pelo entusiasmo, mostrava-se infatigável nos aprestos do *Te-Deum*, nos ornatos da Casa da Municipalidade, no asseio das ruas e noutras atividades sem conta.

Parece até que as *Carapuças em Quintilhas*, que um poeta anônimo divulgou, posteriormente, em jornais cariocas, se ajustavam aos capixabas. Pelo menos, algumas eram de calhar:

«Mal aqui chegara a nova  
Da visita imperial, —  
Meu Deus! Não se fêz mais nada:  
Tomei uma barrigada  
Sem segunda, sem igual! . . .

Foi o proêmio do assunto  
Das casas a criação:  
Oh! que espetáculo encantado!  
Um povo inteiro trepado,  
Tudo de brocha na mão! . . .

Nunca vi tanto pedreiro,  
Tanta brocha, tanta cal!  
Pra vinda dos Imperantes  
Caíram-se até semblantes . . .  
Pra que tudo fôsse igual . . .

Findo o processo das brochas  
Toca a cidade a varrer;  
Depois de altos escrutínios,  
Colossos de esterquilínios,  
Viram-se então remover».

O povo, embora ultra-monarquista, pois se recordava com saudade dos antigos capitães-mores e governadores, um pouco refreado no entusiasmo pela falta geral de dinheiro, em razão de ter

sido minguada a safra da lavoura do ano, era instigado pelo impulso oficial.

Havia tarefas de tôdas as categorias. Fabricavam-se veias de sebo e espermacete, enchiam-se caixões, para serem colocadas nas janelas das casas. Os mais pobres improvisavam lamparinas com cacos de garrafas, vidros e gomos de bambu gigante.

Lustravam-se, com a cinza do borralho e o limão galego, os candeeiros de bomba com globos de vidro liso, os castiçais de prata e casquinha e os pequenos lampiões das residências mais aquinhoadas.

Muitos côvados de damasco, de lã encarnada, e de cassa, foram gastos nas cortinas de luxo; muitos livros de pão-de-ouro e libras de bolo do dito foram empregados para dourar; espanaram-se e untaram-se velhos e recém-adquiridos móveis de vinhático, jacarandá, Gonçalves Alves; os sofás, mesas de abas, cadeiras de golfo, as cômodas, camas, guarda-roupas, lavatórios, armários...

Afinal, no último dia do ano, o Dr. Pedro Leão Veloso podia dar a sua aprovação oficial ao detalhado programa de recepção, o qual fêz publicar no *Correio da Vitória*.

Com os avolumados gastos dos preparativos, a despeito da generosidade dos ricos que «afrouxaram os cordéis de suas bôlsas», despendeu o presidente, além do que dispunha, mais nove contos e quinhentos mil réis, sob a sua responsabilidade, importância da qual mais tarde foi indenizado, não sendo postos em dúvida os seus argumentos «... sôbre terem sido muito avultados, superiores às de qualquer outra Província por igual motivo, as despesas que se fizeram à custa do Estado para a recepção imperial, na Província do Espírito Santo...»

Não havia nem houve malversações: gastou-se tudo para fazer a cidade mais bonita e acolhedora.

Agora, era aguardar a chegada, anunciada para 26 a 27 de janeiro entrante.



## ENFIM, A CHEGADA!

Pela manhã do dia 24 de janeiro de 1860 a esquadilha de Suas Majestades Imperiais partia de Valença, Província da Bahia, levantando âncoras da enseada do Morro de São Paulo e seguindo por dentro dos Abrolhos, após dois dias de viagem, avistava, aos alhores do dia 26, os contornos da serra de Mestre Álvaro, azimute da baía de Vitória.

Quando, do topo do Monte Moreno, o vigia descobriu as embarcações que demandavam o pôrto, deu o sinal convencionado, acendendo uma girândola de foguetes. Incontinenti, outra girândola foi acesa pelo vigia da Fortaleza de São Francisco Xavier da Barra, e ainda ao mesmo tempo, outra, da Fortaleza de São João, elevava-se alviçareira acima do Penedo, pondo em alvorôço os capixabas.

No torreão do palácio governamental foi arvorada a bandeira nacional e por dez minutos repicaram os sinos da capela nacional, os de São Gonçalo, Santa Luzia, São Francisco, Conceição, Carmo, Rosário, Misericórdia e Matriz. Aquelas festivas badaladas também marcaram as oito horas da manhã.

Tocou-se, imediatamente, chamada da Guarda Nacional e de 1ª Linha, para a formatura em honra dos augustos visitantes.

As embarcações ancoradas, os escaleres e os barcos particulares, embandeiraram-se e, obedecendo às instruções expedidas pelo capitão do pôrto, formaram em alas, «no intuito de facilitar-se a passagem da esquadilha até o ancoradouro e o trânsito até o desembarque no Cais das Colunas», conforme o programa.

«Tudo pôs-se em movimento — escreveu o correspondente do *Jornal do Comércio* — a Vitória despertou de seu contínuo letargo, em todos os semblantes divisava-se ansioso esperar pela honra do desembarque».

Quando o *Apa*, navio que conduzia Suas Majestades Imperiais, à frente da esquadilha, passava entre a ponta Ucharia e o rio da Costa, aproximando-se da Fortaleza de São Francisco Xavier da Barra, a qual servia para tomar o registro dos navios de cabotagem, prestando as devidas continências, os canhões da fortaleza

abriram a salva de 21 tiros, enfumaçando em tórno da grande bandeira auri-verde imperial, lá hasteada; a mesma que impressionara, pelo tamanho, o pintor François Biard, na sua chegada.

Pertencia o *Apa* à Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor. Construído na Inglaterra, deslocava 917 toneladas, com 'um potencial de 250 H.P. Fôra fretado para conduzir os Imperadores naquela excursão. Vinha comandado pelo Capitão de mar e guerra Francisco Pereira Pinto, tendo como oficiais o Capitão de fragata José Secundino Gomensoro, Capitães-tenentes João Carlos Tavares e Francisco Edwiges Brício e primeiro cirurgião, Dr. Propício Pedroso Barreto de Albuquerque. Levava o comandante da esquadilha, Vice-Almirante Joaquim Marques Lisboa (futuro Barão de Tamandaré), sendo seu secretário o 1º Tenente Antônio Marcelino da Ponte Ribeiro e ajudante de ordens o 1º Tenente Manuel Carneiro da Rocha.

Além de Dom Pedro II e sua consorte, a Imperatriz Dona Teresa Cristina Maria, viajava naquele navio capitânia, pequeno séquito: o Conselheiro de Estado, Cândido José de Araújo Viana, Visconde de Sapucaí, como Camarista; Conselheiro Luís Pedreira do Couto Ferraz, ex-governador da província (1846-1848), futuro Barão e Visconde de Bom-Retiro, como Viador; Conselheiro Antônio Manuel de Melo — Guarda-roupa; Dr. Francisco Bonifácio de Abreu — Médico da Câmara; Dr. Antônio de Araújo Ferreira Jacobina — servindo de Mordomo; Cônego Antônio José de Melo — Capelão; Dona Josefina da Fonseca Costa — Dama de S.M. a Imperatriz; mais alguns criados e criadas do serviço doméstico de S.S. M.M. I.I. Também acompanhavam a S.S. M.M. o Conselheiro João de Almeida Pereira Filho — Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império e o seu oficial de gabinete, Dionísio Antônio Ribeiro Feijó — 1.º Oficial da Secretaria do Império.

Seguiam-se, «de conserva», a fragata a vapor *Amazonas*, igualmente construída na Inglaterra, movida a rodas, com deslocamento de 1.800 toneladas e 350 H. P., comandada pelo Capitão-Tenente Teotônio Raimundo de Brito; a corveta a vapor *Paraense*, construída no estaleiro de Ponta de Areia, em Niterói, também de rodas e máquinas de 220 H. P., sob o comando do Capitão-Tenente Delfim Carlos de Carvalho; a canhoneira a vapor *Belmonte*, corveta mista, a hélice, construção francesa, deslocando 602 toneladas, com máquina de 120 H. P., sob o comando do 1º Tenente Antônio Carlos Mariz e Barros e, por último, o *Pirajá*, vapor de guerra, a rodas, de modestas proporções, sob o comando do 1º Tenente João Batista de Oliveira Montauray.





•O Forte de São Francisco Xavier da Barra, segundo desenho de François Biard.  
A grande bandeira que, vista de certo ângulo, pareceu ao pintor maior do que o  
próprio Forte, estava hasteada (com antecipação) para saudar  
a Suas Majestades Imperiais



Antes que o *Apa* atingisse o começo da garganta que a baía forma em frente ao Penedo ou Pão-de-Açúcar e à Fortaleza de São João, antiga guardiã da entrada da capital, disparava esta os seus canhões cuja mudez permitia a familiaridade das teias de aranhas, ramos de matos e cameleões.

O correspondente do *Jornal do Comércio* registrou: «Ao passar pelas fortalezas foram Suas Majestades saudadas com as salvas que lhes são devidas, as quais correram regularmente, ao inverso de que quase sempre há acontecido, pelo mau estado da artilharia, pelo que não poucos desastres tem havido».

O Imperador, a quem não escaparam os principais detalhes da viagem, após esquadriñar os horizontes com o binóculo e a olho nu, pequeno lápis em punho, anotou na sua caderneta de bolso:

«Entrada do Espírito Santo, do lado do Sul Moreno; Penha; Mestre Álvaro do lado do Norte que se vê com tempo claro até 60 milhas ao mar; baixos do Burro e Cavalo ao Sul e da Baleia ao Norte; ilha do Boi, do Des. Souto forte do Moreno; Vila-Velha na base da Penha; portão e nicho no começo da subida para a Penha; Pão d'Açúcar ao Sul; forte de S. João ao Norte; Jucutucoara o do lado N., com seu mamilo sôbre o comprido de granito no alto da montanha, boa casa; do Monjardim, genro do Capitão-mor Francisco Pinto do lado do Sul sítio da Pedra d'Água, ou de Santinhos.

«Fundamos perto da ponte de desembarque às 9,3/4. Desembarque ao meio dia».



## DESEMBARQUE E RECEPÇÃO

Foguetes subiam ao ar por tôda a cidade, notadamente no Cais das Colunas que, para comemorar o acontecimento, dêsse dia em diante passaria a chamar-se: *Cais do Imperador*. À sua frente, acabava de ancorar o vapor de Suas Majestades e minutos depois, dêle se aproximava um escaler para se apresentarem a bordo o Dr. Pedro Leão Veloso; o Dr. Antônio Brandão, seu secretário de govêrno; o Capitão de fragata Luís da Gama Rosa, Capitão dos Portos, e outras poucas autoridades que tiveram aquela honra e prioridade.

«Logo depois» — escreveu o correspondente do *Jornal do Comércio* — «voltou à terra o secretário anunciando que o desembarque teria lugar pelo meio dia; um quarto antes voltou o presidente e na hora marcada largava a galeota de bordo do vapor em demanda do lugar de desembarque no Cais das Colunas em frente ao Palácio, e onde estava preparada uma bela e larga ponte de madeira, alcatifada e alastrada de fôlhas aromáticas, ladeada de dois pavilhões simples, mas elegantemente edificadas, que também se achavam tapetados: apenas sentiu-se que a galeota se afastava do vapor, romperam de terra vivas a Suas Majestades».

E completa outro correspondente do mesmo jornal: «Tôdas as autoridades civis e militares, tudo enfim que há de mais distinto na província estava no Cais das Colunas esperando Suas Majestades».

Para recepcionarem e acompanharem a Sua Majestade a Imperatriz, num dos pavilhões, o da esquerda, aglomeravam-se as senhoras da sociedade, juntas à primeira dama da Província, a Exma. Sra. do Presidente, D. Francisca Autran Leão Veloso. Vestiam seus mais belos e esmerados trajes de galas; cinturinhas elegantemente apertadas pelos coletes abertos na frente, à Maria Stuart, à Lavallièrre, à La Pompadour; cabelos enfeitados de fitas e de flôres. Encantava a policromia dos vestidos com babados até a cintura; dos chapêus de pompons e plumas; das saias-balão, cuja rotundidade era armada a crinolina e o merinaque sustentado



por barbatanas de baleia ou lâminas de aço, segundo o mais recente figurino parisiense: *Jornal das Costureiras*. Mãos enluvadas, segurando pequenos buquês de flôres ou o lencinho bordado; os pés escondidos pelas saias; a descoberto, só mesmo o rosto, os ante-braços e o colo em alguns audaciosos decotes. Era natural que se abanassem com os leques de fina sêda ornamentada de pinturas, ou rendados e trançados de fitas, pois, apesar da grossa pancada de chuva que acabara de cair, continuava muito calor.

No outro pavilhão, o da direita, o Presidente Leão Veloso incorporava-se aos nove munícipes: João Crisóstomo de Carvalho; Antônio Francisco de Ataíde; Bernardino José Ferreira de Araújo; Manuel Goulart de Sousa; José Antunes Barbosa; Manuel Rodrigues de Campos; José Rodrigues Saraiva e Francisco Rodrigues Pereira, os quais estreavam uniforme novo: «Casaca e calça de sêda e capas abandonadas de sêda branca bordada».

Outras personalidades de realce: Dr. Antônio Pereira Pinto, deputado geral; Comendador Gomes Bittencourt, Comandante Superior da Guarda Nacional da Capital; Barão de Itapemirim; o Arcipreste Pe. Miescelao Ferreira Lopes Wanzeller, vigário encomendado da paróquia e sacerdotes, para não citar todos os dignitários que lotavam aquêlê palanque.

Cumpriam-se estritamente as exigências do programa: funcionários civis, militares e eclesiásticos, todos se vestiam em trajes de galas. Havia casacas prêtas, chapêus de pasta, luvas de pelica e calçados tipo *chapins de mulher*.

Mais uma vez encontro oportunidade para transcrever os versos das *Carapuças em Quintilhas*:

«De feito: cenas tão belas,  
Nunca esta Província viu!  
Se a coisa me não escapa,  
Não houve nobre sem capa . . .  
Nem plebeu sem fé se viu . . .»

Por ordem do Dr. Vilaboim, chefe de policia, os contingentes das Guardas Nacionais da Capital e da Serra estavam formados em alas, isolando o povo dos pavilhões, ponte de desembarque, ladeira e largo do Paço, por onde passaria o cortejo.

Era incontida a curiosidade dos populares que lotavam janelas e sacadas, onde se exibiam as mais belas colchas dos teares manuais capixabas, ou importadas.

Pontualmente, às doze horas, a galeota imperial encostava na escada da ponte do cais, onde Suas Majestades desceram. Receberam-nos o Presidente, no último degrau de uma das escadas da ponte, e a Câmara, no alto da escada, abrigando-os sob o pátio que os vereadores seguravam.

As bandas de música tocaram o Hino Nacional e a edilidade encaminhou Suas Majestades ao pavilhão da direita, onde se deu a cerimônia do ósculo do crucifixo.

Em seguida, o presidente da Municipalidade, João Crisóstomo de Carvalho, pronunciou a pequena alocução que, segundo os comentários das línguas ferinas, elle estudava há mais de dois meses, para o «improviso».

«Senhor — A Câmara Municipal desta cidade, cheia de júbilo pela faustosa visita que Vossa Majestade Imperial se digna fazer-lhe, vem depositar nas mãos augustas de Vossa Majestade Imperial, a chave de seu município, cabendo-lhe a honra de assegurar-se Vossa Majestade Imperial que com ela se fecha nesta pequena fração do vasto império de Sua Majestade Imperial, nessa inteira porção de seus fiéis e dedicados súbditos».

Conciso, na sua delgada voz, em tom seguro e dicção rápida, o Imperador respondeu:

«Agradeço muito as congratulações que me dirige a Câmara Municipal da Cidade de Vitória por motivo da visita que me comprazo em fazer à Província do Espírito Santo».

A senhora do Presidente Leão Veloso e a luzida comitiva de damas que com ela assistiam às felicitações no outro palanque, desceram para encontrarem-se com S.M. a Imperatriz, frente à qual curvaram graciosamente a fronte, no beija-mão.

Organizou-se o cortejo, por entre as alas da Guarda, avançando Suas Majestades a caminho da capela nacional, debaixo do pátio que carregavam os edis. Subiram a ladeira defronte ao Palácio, que ficou desde então chamada: *Ladeira do Imperador*.

O cortejo obedecia à ordem do programa: «1.º — os funcionários públicos e os cidadãos não compreendidos nos números seguintes; 2.º — os oficiais do exército e armada, das extintas milícias e da Guarda Nacional (que não estavam em serviço) e as pessoas que gozavam de honras militares; 3.º — os juizes de direito, os comendadores, os que tinham tratamento de senhoria, os côsules, os membros da Assemblêia Legislativa Provincial e os

deputados gerais; 4.º — a corporação eclesiástica, compreendendo o clero regular e os párocos com todo o clero de suas freguesias; 5.º — atrás do pátio, as senhoras que se apresentaram a acompanhar a Sua Majestade a Imperatriz, os grandes do Império, os que tinham tratamento de excelência, os titulares, os conselheiros e os oficiais generais do exército e armada».

O Inspetor da Tesouraria, Sr. João Manuel da Fonseca e Silva e o Juiz de Direito da Comarca de Vitória, Dr. Lourenço Caetano Pinto, eram os mestres da cerimônia, encarregados de dirigir a formação e o andamento do cortejo.

Erguido no alto da ladeira, havia um *Arco do Comércio*, de côr bronzada, singela e elegante construção da qual se desincumbiram o comerciante José Francisco Ribeiro, o negociante lusitano José Gonçalves de Araújo Viana e o vice-cônsul de Portugal, Vicente José Gonçalves de Sousa. Apresentava duas fachadas semelhantes, orientadas para o mar e para o Palácio. No alto, ao centro de cada uma, a inscrição: *A Suas Majestades Imperiais*. Nos extremos, as iniciais dos imperadores, envolvidas de grinaldas. Nas duas faces dos braços do arco, estavam pintadas figuras em alegoria aos comércios terrestre e marítimo, realçando um gênio, e na base dessa pintura, o distico: *O Comércio Agrado*.

A correspondência do enviado do *Correio Mercantil* completa essa descrição:

«A cúpola interior é de um beio azul marchetado de estrêlas por sob a qual e como parte superior do arco assenta uma arca quadrada em forma de palanque, para as músicas».

Meninas vestidas de branco, postadas em duas varandas laterais, jogaram flôres sôbre Suas Majestades.

À entrada da abóbada, um menino, em fantasia simulando um cacique indígena, recitou uma breve saudação em verso e teve os sorrisos dos augustos imperantes que passavam.

Em poucos minutos o cortejo atingiu a capela nacional, na igreja de S. Tiago, contigua ao Paço, antigo Colégio dos Jesuítas. O velho templo fôra ornamentado com um custoso dossel nas côres ouro e verde.

E o cronista do *Jornal do Comércio*, a que tanto me socorro, consignou:

«No Colégio, Suas Majestades sentaram-se debaixo de um rico dossel e aí assistiram ao *Te-Deum* mandado cantar pela Câmara

Municipal. Orou o vigário de Santa Cruz, padre Francisco Antunes de Sequeira. O discurso foi conciso, porém brilhante e eloqüente. Agradou a todos pela sublimidade de seus pensamentos, elegância e colorido de seu estilo».

Dom Pedro II escreveu no seu diário de bolso.

*Te-Deum* na Igreja do Colégio dos Jesuítas; hoje Palácio lápide da sepultura de Anchieta na Capela-mor perto dos degraus do altar-mor. Sermão sofrível do Vigário de Santa Cruz (Aldeia-Velha)».





## DESFILE MILITAR, BEIJA-MÃO E JANTAR

Terminada a cerimônia religiosa, na Capela Nacional, o cortejo formou-se de novo, em ala, na mesma ordem, entre o pequeno trecho das portas da igreja e Palácio, dispersando-se logo após a passagem de Suas Majestades, que foram assistir das janelas do Paço à grande parada da Guarda Nacional.

O Imperador escreveu no seu canhenho:

«Antes do desembarque houve aguaceiro forte e depois do cortejo trovoadas copiosas que não durou uma hora. Faz calor; a água é boa. Muitas casas de sobrado. O terreno montanhoso e granítico já difere inteiramente do do Norte, lembrando o do Rio de Janeiro.»

À frente da tropa de oitocentos a mil homens, calculadamente, marchava o Coronel do Exército de 2ª Linha, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, pai do futuro Barão de Monjardim, o qual, no verdor dos seus 24 anos, participava igualmente do desfile, ostentando a patente de alferes. O comandante superior, moreno, de baixa estatura, a despeito do peso dos anos, mantinha o porte ereto e os ombros suspensos, onde se prendiam as belas dragonas com canutilhos. Seguiam-no o major reformado, Antônio Leitão da Silva, instrutor do 1º Batalhão e o comandante dêste, Tenente-Coronel Bernardino da Costa Sarmento, em impecável ordem.

Após a Guarda Nacional da Capital, vinha o Major Antônio Pinto Loureiro, comandante do contingente da Vila da Serra, à frente da sua vistosa tropa.

No cumprimento a S.S. M.M. I.I., em perfeito sincronismo, abatiam-se as bandeiras, os estandartes e as espadas, ao som das bandas de música, dos tambores, cornetas e clarins, em marcha batida.

Aquêlles lisonjeiro estado da Guarda Nacional era devido aos esforços do ex-Presidente da Província, Dr. Fernandes de Barros,

seu organizador e animador — consignou um correspondente da imprensa carioca, ajuntando que tal foi a satisfação do Imperador ao constatar o asseio e a ordem dos soldados, que mandou elogiar a Guarda, em ordem do dia.

Dom Pedro II escreveu no caderninho de bolso:

«Parada sob o comando do Monjardim, apresentando-se menos mal a G.N. do C. Superior, sendo o melhor batalhão o de Serra cujo comandante Pinto é muito preciso. O Presidente da Câmara (João do Cais, por ter feito um pequeno Cais — português) deu o viva final ao presidente. Pouco ou nenhum entusiasmo dos Capixabas (capixaba significa roça) e acanhamento acompanhado de curiosidade».

Finda a parada, Suas Majestades deram o beija-mão na sala do dossel. Desfilaram os representantes das diversas comissões das comarcas e municípios: Vitória, Espírito Santo, Viana, Serra, São Mateus, Linhares, Santa Cruz, Nova Almeida, Benevente, Guarapari e Itapemirim.

A maior delegação, depois da que representava a capital, era a da Vila de Itapemirim, aliás, com motivo de justiça, pois o município de Itapemirim superava mesmo a cidade de São Mateus na sua renda. Com um núcleo populacional de dez a doze mil habitantes, dominava a política em primeiro plano na Província, depois de Vitória. O município contava com dezessete fábricas de açúcar e cachaça, sendo seis movidas a vapor e muitas fazendas de café; só no Cachoeiro, quarenta fazendas e oitenta situações.

Sua Majestade se dignou a um ligeiro particular com o juiz Dr. João da Costa Lima e Castro, a fim de inteirar-se da situação daquela Comarca. Sôbre a conversa, escreveu:

«As intrigas em Itapemirim, segundo o Juiz de Direito Costa Lima, estão cada vez mais acesas depois do impresso atacando o Itapemirim, que se atribui ao padre Pinheiro (lado de Cristo) que está despeitado por não ser escolhido vigário».

A política não deixou de influir na organização das comissões. Já o correspondente do *Correio da Tarde* escrevera: «Noto que os nomeados pertencem quase todos ao partido progressista». Este partido era também chamado Capixaba, e o seu antagonista, o Dionisiano, dos partidários de Dionísio Resendo, era considerado retrógrado.

Mas, se o Imperador já não estivesse alertado sôbre a situação do Itapemirim pela conversa que manteve com o Presidente Veloso, antes de desembarcar do *Apa*, ou pelas referências do Ministro de Estado que o seguia, Conselheiro João de Almeida Pereira, primo-irmão dos Bittencourts (os *Moços da Arcia*), grandes fazendeiros do vale do Itapemirim, representantes da política dominante, por certo não lhe teria passado alheio, como arguto e atento leitor que era de tudo o que se publicava no seu govêrno, o que escrevera, a princípio do mês, o correspondente do *Correio Mercantil*: «A Comarca de Itapemirim não vai bem em relação à administração da justiça; alguns processos se vão forjando com o fim de molestar homens sisudos, a quem, mercê de Deus, não acusa a mais leve culpa. Deus traga o Dr. Lima e Castro, juiz de Direito circumspecto e imparcial, bem como faça seguir para Benevente o Doutor Santos Neves, Juiz Municipal nomeado para que a lei não seja uma burla de que se usa a cada hora e instante, conforme as conveniências que se encontram e reencontram».

Encerrado o solene beija-mão, Suas Majestades recolheram-se aos aposentos para êles reservados no palácio, procurando repousar. Às quatro horas em ponto apresentaram-se para o jantar, concedendo a honra especial de convidar para a mesa o Presidente Leão Veloso, o Capitão Tito Lívio da Silva, comandante da Companhia Fixa de Infantaria e da Guarda de Honra do Palácio, que envergava a sua bela farda azul, gola verde, canhões azuis, verde-vivo, sendo também distinguido um cadete que pertencia à mesma Guarda.

Sôbre a mesa forrada por toalha de linho; guardanapos franjados; jarros com flôres; copos de cristal lapidado; talheres de prata e aparelho de fina louça de porcelana européia; vinhos portugueses, franceses, italianos e de outras procedências, numa discreta homenagem às pátrias de origem do régio casal.

Atrás de Sua Majestade, à direita, um garçon postou-se atento aos menores gestos e transmitia ordens às mucamas que não ousavam transpor a copa. Com os seus vestidos rendados, muito alvos, rosas enfeitando os cabelos, decotes provocantes, elas sumiam até a cozinha para reaparecerem, pouco depois, trazendo as grandes travessas ovais dos assados; leitões, perus, frangos, peixes e uma variedade de outros pratos.

O cardápio fôra organizado a capricho, sob fino toque da predominância gaulesa, que não dispensava o *paté de foie gras*, os *croquettes*, *champignons*, *gâteau à la Reine*, etc.



Em tantas variedades, faltou, todavia, o prato curioso da terra: pequenos grãos negros torrados, constituídos de formigas tanajuras, as *içás* dos índios, com os quais os capixabas, especialmente os habitantes de Vitória, aprenderam a apreciar o manjar, predileção que lhes rendeu a alcunha — conforme Ferdinand Denis — de papa-tanajuras, ou comedores de formigas.

O prato não escaparia a uma observação do Imperador e é bem possível que êle mostrasse disposição para o provar ...



## HOSPITAL DA MISERICÓRDIA — CONVENTOS, HISTORIA E FOLCLORE

Precisamente às 17 horas, Dom Pedro II, acompanhado dos semanários, Ministro do Império, presidente da Província e deputado Pereira Pinto, montava a cavalo e, escoltados por um piquete da Guarda Nacional, seguiam para a visita ao Hospital da Misericórdia.

O trajeto não era grande: era só descer a ladeira do Paço, seguir pela rua do Pôrto dos Padres, atravessar a ponte do Campinho e galgar o morro do Hospital. Não fôsem as ruas ladeirosas e escorregadias e lamacentas pelas chuvas da manhã, Sua Majestade poderia ter feito o trajeto a pé.

Aquela pia instituição teria sido criada ainda no tempo do I.<sup>o</sup> Donatário da Capitania, em Vila Velha, donde a trasladaram, no ano de 1605, para a capela da Misericórdia, em Vitória. Destinava-se, no início, a socorros domiciliares dos doentes pobres e ao amparo dos expostos, até que se construiu o hospital de caridade na colina do Campinho.

Lamentando a falta de documentos para um relatório histórico e circunstanciado de tal nosocômio, escrevera o seu zeloso provedor, Gama Rosa:

«Sendo governador desta Capitania o Capitão de fragata Francisco Alberto Robim, foi-lhe oferecido pelos negociantes e fazendeiros da Vila da Vitória, em 1817, o pagamento de um tributo sôbre todos os gêneros exportados para com êsses meios se criar uma casa de Misericórdia.

«Foi esta oferta aceita pelo governador e aprovada pelo dêcreto de 23 de dezembro do mesmo ano; e pela provisão de 15 de abril de 1818 ficou criado o hospital da Santa Casa de Misericórdia, e aprovada a doação feita por Luís Antônio da Silva de uma propriedade.

«Não tendo a casa doada por Luís Antônio da Silva as proposições convenientes para servir de hospital, obteve o govêrno Robim que já então era provedor da Irmandade, que D. Maria

de Oliveira Subtil doasse à mesma o morro onde existe o hospital, e em 14 de junho do mesmo ano apresentou o provedor uma planta do edificio e foi ela aprovada pela mesa...»

Julguei importante transcrever êsse trecho para dirimir uma antiga dúvida sobre a data da fundação dessa casa de caridade, que é bastante confundida pelos historiadores com a Misericórdia de Vila Velha.

No portão de entrada do Hospital, empertigavam-se solenemente à espera do augusto visitante, o Provedor, Capitão de Fragata Francisco Luís da Gama Rosa, o administrador, André Venâncio Pereira dos Santos, o médico, Dr. Carlos Ferreira de Sousa Fernandes, nomeado comissário vacínico, o escrivão tesoureiro, os dez mordomos eleitos do ano, o capelão, o farmacêutico, um enfermeiro, uma enfermeira, o cozinheiro e cinco serventes. A todos o Imperador concedeu o beija-mão, na medida que transpunha a entrada. Êle visitou as duas enfermarias para doentes de ambos os sexos e percorreu: a sala para escrituração, conferência e capela com sacramentos, onde se celebravam missas nos dias santificados; a sala de operações; a farmácia e os cubículos destinados a doentes do isolamento e aposentos dos empregados.

O Provedor Gama Rosa, com dedicação e filantropia, valendo-se de esmolas, reformara o estabelecimento que, desprotegido dos ventos, na colina, caía em ruínas, antes da sua proficiente administração.

Dom Pedro II procurou inteirar-se do patrimônio daquela pia instituição, constituído de dezesseis casas, algumas arruinadas e casebres, legados ao Hospital, rendendo pequenos alugueis; dezesse apólices da dívida pública, sendo quatro adquiridas pela instituição, onze compradas com o apurado da loteria proposta pelo Deputado Pereira Pinto e duas doadas pelo Bispo Diocesano do Rio de Janeiro, num valor total de trinta contos de réis, dando o rendimento anual de perto de dois contos e quinhentos. Os cofres da Província contribuíam com uma ajuda de três contos e os impostos marítimos rendiam, aproximadamente, dois contos de réis.

O Imperador doou, na ocasião, do seu bolsinho, três contos de réis àquela casa de misericórdia, dinheiro destinado à compra de outras apólices e deu um conto de réis para as obras do cemitério. No caderninho, escreveu:

«Antes de todas fui ao Hospital da Misericórdia. Bem situado num alto a O. da cidade além do porto dos Padres os Jesuítas. Duas excelentes enfermarias: a primeira para mulheres e outra para homens. Tem botica, sendo administrador enfermeiro o boticário para o mais urgente. Vi 9 doentes homens, e 5 mulheres e mais



duas alienadas que ficam na enfermaria onde espairecem. Há um quarto para os moribundos, e oratório. A Igreja da Misericórdia é no centro da cidade, distante do lugar do Hospital. Fonte perto, de duas bicas, do tempo do Olímpio Catão, enterrado na Igreja do Convento do Carmo».

Do Hospital da Caridade de Nossa Senhora da Misericórdia, S.M. foi ao Convento de São Francisco, onde o guardião Frei João Nepomuceno Valadares o recebeu, seguindo os seus passos pela velha casa arruinada.

Segundo a descrição do historiador Gomes Neto, a posição do convento era magnífica, mas faltava imponência ao seu aspecto e ao da sua igreja. Isso êle escreveu já quase trinta anos após a visita do Imperador. E juntou que o torreão e parte das paredes do fundo, «em pé na área de devastação, assinalam o local das extensas acomodações da casa conventual, cozinha, enfermaria e aposentos dos hóspedes seculares». Focalizou, também, o aspecto interno da igreja: «Trabalhos de talha de estilo pesado ornaram os altares: era o gosto antigo. O côro é espaçoso».

Com o maior esforço para decifrar as inscrições quase apagadas, nos pequenos quadriláteros de mármore branco, sobre o piso do claustro, S.M. copiou:

«Convento de S. Francisco — 1500 e tantos. Sepultura 1682 id 1697 — id 1654 id 1655 — id há o guardião da Penha».

Volto a Gomes Neto e outros historiadores, na decifração parcial dêsses «hieróglifos».

A história registra que a pedra fundamental do convento foi assentada em março de 1591 e a da igreja no ano de 1597.

Sobre a primeira data anotada da sepultura, eis um trecho es:ta:cedor, de Gomes Neto: «Lêem-se bem as letras — Severino Caput falecido em 1682».

A data de 1654 coincide com o ano da morte de Frei Francisco da Madre de Deus, chamado pelos devotos, «O enfermeiro das contas brancas» e ali sepultado com fama de santidade.

O guardião da Penha seria Frei Paulo de Santo Antônio, que muito trabalhou para a terminação das obras do Convento da Penha, reformou a sua capela, calçou a ladeira e viveu uma vida exemplar de penitência.

Outras lápides, marcariam o local dos restos mortais dos irmãos leigos que poderiam ser: Freis Antônio de Santa Maria, Simão de S. Boaventura, Simão do Espírito Santo ou de outros virtuosos ali sepultados.

Sem obedecer aos parágrafos dos períodos, o Imperador fez mais algumas anotações no caderninho, sobre o Convento de São Francisco:

«Muito arruinado. Teve aulas outrora e lecionavam aqui Fr. Valadares de que é sobrinho o guardião, assim como do Fr. João do Paço de S. Cristóvão. Capela dos Terceiros sofrível.

«Ouvi que os ossos de Pedro Palácios estão aí numa parede pretendendo Fr. João trasladá-los para a Penha».

Antes de deixar o pôrto de Vitória, embarcando para a Côrte. Dom Pedro II voltou à Igreja do Convento de S. Francisco, onde anotou mais a inscrição:

*«Vee Petri e Palatus Sanctuarii D. N. de Penha Fundatoris Reliquiae simul cum crucis arundinae sigillo quo prae manibus gestori consueverat hic sitae sunt. 1774.*

Letras pintadas em chapa de chumbo».

Devo a um estudante da lingua de Virgilio a tradução dessa legenda:

«Aqui estão depositados os restos do Venerável Pedro Palácios, fundador do Santuário de Nossa Senhora da Penha, bem como o cajado com o sinal da cruz que nas mãos costumava trazer».

O que se sabe sobre a história de Frei Pedro Palácios sofre grande influência lendária. Em 1558 ele veio para a Capitania do Espírito Santo; desembarcou em Vila Velha e perto da povoação escolheu uma pequena gruta de pedra para morada.

Trouxera da Europa um painel da Virgem e construiu, para adoração do mesmo, um nicho sobre uma pedra junto à gruta.

Na chapada ao pé do rochedo em cuja base se situa a gruta, Pedro Palácios ergueu uma capelinha para onde levou o dito painel e uma imagem de S. Francisco.

E no píncaro do monte, entre duas palmeiras, o eremita ergueu uma ermida destinada ao culto de Nossa Senhora, para lá transportou o painel e fez vir uma imagem da Santa encomendada de Portugal. Foi a origem do Convento da Penha.

Doze anos após tal intenso labor, isto é, em 1570 (dia 2 de maio), Pedro Palácios foi encontrado morto na pequena ermida de S. Francisco e teve sepultura no mesmo dia, no alpendre da ermida de N. Senhora. Em 1609, os irmãos franciscanos resolveram trasladar os seus restos mortais para a igreja do convento de Vitória. As reliquias foram levadas numa urna de madeira «e

recolhidas num túmulo de pedra lavrada na capela do seráfico doutor S. Boaventura: ossos limpos, e a calvaria com seus miolos inteiros, e secos, sem corrupção alguma, um pedaço de cordão e outro de hábito» — escreveu Jaboatão.

Para aplacar os protestos dos habitantes de Vila Velha, foram-lhe distribuídos alguns ossos e criou-se a lenda de que era bastante pegar um desses ossos para curar qualquer moléstia, mormente as febres palustres.

Transcrevo outra vez Gomes Neto:

«A verdade é que só uma parte dos ossos pôde ser depositada na capela-mor da igreja de S. Francisco do lado da epístola a três metros pouco mais ou menos de altura na parede em um nicho cercado de florões em relêvo, tapado por uma tábua de palmo e meio de comprimento e de mais de palmo de largura». E continua: «Há tradição de que antigamente a peça que fechava o nicho, era de mármore preto, tendo umas letras. Pode ser que por estar caída pareça madeira».

Outro historiador, Misael Pena, escreveu em 1878: «... Acrescenta-se que no ato de sua morte os sinos dobravam por si, e que achou-se já aberta a sua sepultura no referido alpendre da ermida, onde ainda ultimamente lia-se este epitáfio:

Sepultura do S. Frei Pedro Palácios, natural do Rio Sêco, em Castela, fundador desta ermida, que assim na vida como na morte floresceu em milagres: Faleceu na era de 1570».

Frei Basílio Rower informa que a mesma tampa também foi trasladada para a igreja de S. Francisco e adianta:

«Conservaram-se os ossos no mesmo lugar até aos nossos tempos, assinalado não mais com lápide, que desaparecerá, mas com pedaço de tábua e a inscrição: *Hic jacent ossa Petri Palatii* e florão em relêvo em baixo. Assim no-lo afirmaram pessoas de Vitória e já tínhamos ouvido anteriormente.

«Quando, em dezembro de 1940, visitamos Vitória», — continua — «com o fim de enriquecer o nosso manuscrito sobre a história do convento com mais notícias, tivemos a decepção de não encontrar mais coisa alguma. O P. Leandro Del'Uomo, depois de 1926, não salvou nem os veneráveis ossos, que, misturados com o entulho ou outras ossadas encontradas, foram parar onde ninguém o sabe».

Façamos justiça ao Padre Leandro, fundador, no local, do orfanato Cristo Rei. A destruição das ruínas foi acelerada quando

resolveram aproveitar parte do material para uma capelinha em Argolas. E o povo, sempre que pôde, entrou de enxadão e picareta, à procura de tesouros enterrados ...

Dom Pedro II perguntou ao guardião Frei Valadares pela biblioteca do convento.

«Mostraram-lhe as paredes que outrora a encerraram, cobertas de ervas» — escreveu um correspondente de jornal.

— E os livros?

— *Abit, excessit, evasit, erupit...* — respondeu o guardião, no latim que o Imperador entendia bem.

Informação evidentemente desoladora, para um homem de estudos como sempre se revelou o Monarca, em tôda a sua vida. No *diário* êle anotou:

«A biblioteca do Convento deixaram roubar».

E ainda sôbre a igreja de S. Francisco, não lhe escapou essa nota, interêsse do folclore capixaba:

«Nesta Igreja está o S. Benedito dos Caramurus, que brincando com os devotos de S. Benedito do Rosário, chamados Peruás (Caramuru e Peruá são dois peixes) deram lugar, ambos, a que o Govêrno proibisse a saída de ambas as procissões; os Peruás são pobres».

A expressão: «brincando», parece inadequada, pois, de fato, houve ferrenha animosidade entre as duas confrarias, motivando sérios conflitos com porretadas e contusões, no Largo da Conceição, na Ladeira de Pernambuco, no Pôrto dos Padres e na rua dos Quadros.

A contenda teve início no ano de 1832, quando o guardião do convento de S. Francisco suspendeu a procissão na festa de São Benedito.

Chovia grosso e os pretos insistiam em sair com a imagem do seu padroeiro, na crença de que o santo faria o milagre de cessar as chuvas. Não lhes faltavam estímulos para tal crença, pois havia na Província, vários exemplos de obediência da natureza aos santos desígnios de Anchieta e de Nossa Senhora, proclamados em sermões naquela capela de São Boaventura. O guardião, porém, impressionado com o volume pluviométrico, manteve a proibição e ainda foi além: reunindo-se a Irmandade para protestar, êle jogou no adro do convento os pertences da mesma, tentando com o gesto brusco a sua dissolução.

Os devotos do taumaturgo da Sicília não se deram por vencidos; arquitetaram o plano de transferir a Irmandade para a igreja do Rosário.



Cautelosamente, o Frei Guardião escondeu a imagem numa saleta, mas os pretos a descobriram, dela se apossaram, sorrateiros, e a levaram em triunfo para o Rosário, onde permaneceu guardada por sentinelas.

Os frades providenciaram outra imagem para o nicho vazio e as festas de São Benedito no Convento passaram a ser realizadas com maior fulgor.

Os agregados na igreja do Rosário, apelidaram aos da igreja do Convento de São Francisco, de *Caramurus*, termo que definia o partido restaurador, sinônimo de *rixento* e também define o peixe esverdeado, espécie de enguia, de qualidade inferior como pescado.

Os de São Francisco revidaram, chamando a seus antagonistas de *Peroás*, outro peixe de listras azuis, igualmente desapreciado ao paladar.

As vestes das Irmandades representavam as côres dos peixes: mantelete verde na opa, (*Caramurus*) e mantelete azul, (*Peroás*).

Poetas tomaram partidos, como Fraga Loureiro, que escreveu:

«Dizer-se que no Convento  
O culto de Benedito  
Não se torna mais bonito  
Com muito luzimento,  
Ministrado pela história,  
É ofuscar uma glória,  
Que sempre lhe pertenceu,  
É dizer que não nasceu  
Na cidade de Vitória».

Mudando de partido, depois, êle achou ocasião para louvar o santo noutros versos:

«Folga o céu, a terra exulta,  
Na fausta solenidade  
Que do povo a piedade,  
A Benedito tributa;  
A potência absoluta  
Acolhe com primazia  
Os louvores que à porfia,  
Lhe consagram lisongeiros,  
Seus devotos verdadeiros  
No Rosário de Maria».

Gonçalves Fraga, também rimou a devoção:

«Quis a Virgem soberana  
Que o herói de Palermo

Tornasse em jardim o êrmo,  
Onde o seu templo se ufana  
Embora a inveja insana  
Seu brilho tente ofuscar  
Sempre a rosa há de primar  
Sôbre o Verde, em qu'impera,  
Tendo enfim por primavera  
De Palermo o herói sem par».

Outros vates capixabas louvaram o Santo Prêto em motes e glosas, como os alferes Varela e Ferreira de Paiva, ou o padre Escobar Araújo, em sonetos ou em versos populares, tais os cantados na revista *Ôntem e Hoje*, de Ubaldo Rodrigues, apresentada pela Companhia de Operetas da artista Júlia Plá, que inaugurou, na Vitória, o Teatro *Melpômene*, em maio de 1896:

1

«Agora que estás pra riba,  
Falá podeis;  
Mais depois na pindaíba  
Ficareis.

Côro

Estamos no mês da alegria,  
Da festa dos Peroá  
Onde passamos noite e dia,  
Dançando no Camundá  
Camundá, Camundá, Camundá  
Ca...mun...dá!...

2

Podeis vestir vosso verde,  
Caramuru,  
Que a cô que eu visto não perde  
Do céu o azu.

3

Deixai-vos de pabulage,  
Ai Peroá.  
Que a cô que eu visto no traje  
É a cô do má.

A cô azu é celeste,  
É divinã.  
Os Peroá são quem veste,  
Prá machucá».

Mas, acompanhemos a visita de Sua Majestade Imperial, que passou ao Quartel dos Padestres, onde observou as modestas condições da pequena tropa de pouco mais de oitenta homens ali arregimentados. Êle anotou:

«A companhia de Pedestres está num dos lados do Convento. Tem camas de ferro e pau; não arrancham; queixa-se o comandante do pano para o fardamento e dos capotes; sobretudo dos sapatos».

Das janelas que serviam ao Quartel, S.M. pôde divisar a área de terreno tomado do Convento pelo ex-presidente Dr. José Maurício Fernandes de Barros, para a construção de um cemitério provincial. Limitado para o obituário, situado na base do morro, próximo ao Lameirão, estendia-se para o lado da capela de N. Sra. das Neves, um pouco afastada do Convento. Assim no coração da cidade, constituia uma infração às boas normas da hygiene pública.

Dom Pedro II anotou:

«Perto está o cemitério do Sacramento e depois o terreno que é dos frades, destinado para cemitério público. Com pequenas obras já lá se vão 14 contos e o local é num morro por cima duma das fontes da cidade; a Fonte Grande. A despesa é do tempo do Presidente Barrinhos, e Vice-Presidente Itapemirim».

Embora o novo trajeto a percorrer para atingir o Convento do Carmo, ao alcance da vista, fôsse curto, pelas mesmas razões da caminhada anterior, a comitiva montou de novo e os cavalos patinharam no barro, escorregaram pela veredas até a escadaria do Convento.

S.M. freou as rédeas da alimaria bem à entrada da capela, ao lado direito do velho edifício, parcialmente em ruínas, como o que acabava de visitar. Êle escreveu:

«1696 — Boa Igreja. Convento arruinado mas as paredes boas».

E, pouco adiante:

«Capela dos 3os. ao lado da Igreja do Convento; a mais bonita que visitei».

A data acima, não se relaciona com a da fundação do Convento que remonta aos meados do século XVII. Trata-se de um legado àquela casa conventual, em Piranema, distrito de Nova Almeida, com trinta escravos e uma capela. O benfeitor, Capitão Manuel Tôrres de Sá, ali fôra, provavelmente, sepultado, e a data teria sido copiada da sua lápide, inscrição bem legível, pois razões tinham os frades para não a esquecer. De acôrdo com as cláusulas testamentárias, os bens reverteriam ao Hospital da Misericórdia, caso não se cumprissem as condições de serem celebradas missas em ação de graças à alma do finado e festejada, todos os anos com solenidades, a data do patriarca São José.

Aliás, nem tanto carecia de pecúnia o Convento e não fôra por pobreza que chegara àquele estado ruinoso. A fazenda Piranema era considerada uma das melhores da Província e dava uma renda anual de vinte contos.

O Convento achava-se praticamente abandonado, reduzido a um único prior e era natural que êste se travestisse em capataz de fazenda, elevando o número dos escravos para oitenta e cultivando café e cereais, que eram bem vendidos na praça.

Devido às imposições do senhorio da casa em que se achava o Quartel de Polícia em aumentar o respectivo aluguel mensal para vinte e cinco mil réis, o Presidente Veloso se entendera com os carmelitas, os quais transferiram o Convento para o Govêrno, para o fim de ser transformado em alojamento da Companhia de Guarnição.

Eis como, posteriormente, expressou seu protesto o padre-poeta Antunes de Sequeira:

«Esta morada ativa tão possante  
Dos ritos do Carmelo viridente,  
Ocupada está por baionetas,  
O som de seus sinos são cornetas!»

Na entrada do Quartel achava-se o seu comandante, Alferes Bernardino de Sousa Magalhães, à frente de reduzidíssima tropa da Companhia de Polícia. Êsse official, no seu relatório datado de 30 de abril daquele ano, registrou as palavras que lhe dirigiu o Soberano. Prefiro transcrever o diálogo que, segundo Jair Dessaune, se teria estabelecido:

«— É êste o efetivo de sua Companhia? — perguntou D. Pedro ao alferes-comandante, que se enrijara numa continência, logo desfeita a um gesto do Imperador.



— Pela Lei Provincial n.º 25, de 24 de julho de 1858, esta Companhia completa tem um comandante, um primeiro sargento, um furriel, dois cabos, um corneteiro, e trinta praças, Majestade.

— Mas só vejo quinze praças e um cabo...

— Saberá Vossa Majestade que temos destacado quatro soldados em São Mateus, três na Serra, dois em Piúma, e três em Benevente, estando um cabo e um soldado em diligência na Côrte. O corneteiro está de plantão. Dois soldados estão em serviço no Paço.

Dom Pedro sorriu da precisão da resposta e arrematou a conversa encerrando a visita:

— «Não é boa a colocação das tarimbas desta praça. Seria conveniente uma colocação melhor para maior arejamento. Além disso, elas devem ser substituídas por camas de ferro, para melhor agasalho dos soldados».

No seu caderninho de bôlso, completando as impressões sobre a visita ao Convento do Carmo, Sua Majestade ajuntou:

«Tem num dos lados o Corpo de Polícia que só tem 30 praças e 7 agora no Quartel. Não se lhes dá roupa branca, e capote por autorização do Presidente não há na tabela. 18\$ por mês de sôlido, 20 por fardamento, 800 rs. diários para etapa. Estribaria começada para 2 ou três cavalos, mas a Assembléia não autorizou a criação dêsses soldados de cavalaria».

As visitas às igrejas prolongaram-se até dezenove horas, quando o Imperador se recolheu ao Palácio. Ele fez ainda estas anotações:

«Amparo; Sta. Luzia; S. Gonçalo; Conceição. Matriz é grande e não é feia, construída como está agora em 1748. Rosário num alto para o qual se sobe por diversos lanços de degraus, descobrindo-se para o lado d'O. à cidade, linda vista».

Das janelas do Palácio, Suas Majestades podiam apreciar a iluminação da cidade, que rutilava. Logo defronte, estava o arco construído a expensas do comércio, segundo desenho do engenheiro francês Eugênio de La Martinière, que o comerciante José Francisco Ribeiro se incumbira de executar, dirigindo e estimulando os operários.

Num exemplo, o mesmo Sr. Ribeiro gastara alguns caixões, de velas de spermacete, acesas sobre os parapeitos das janelas de sua residência.

Procedimento análogo tivera o Juiz de Direito da Comarca, Dr. Caetano Pinto e outros abastados moradores da cidade, iluminando as fachadas das suas casas.

Pelo esplendor da iluminação, destacavam-se o Quartel da Companhia Fixa e a Capitania do Pôrto, ornados com arcos de luzes, e o Palácio, a Tesouraria, a Cadeia e a Alfândega.

Os sessenta e oito lampiões a azeite de carrapato eram, naquela festiva noite, ofuscados pela abundância de velas e candeeiros das residências, ricas e pobres, num «modesto e espontâneo sinal de contentamento que todos queriam patentear ao seu monarca».

As bandas de música percorreram as ruas principais, parando em frente de algumas casas, como na em que se hospedava o deputado Pereira Pinto, e eram seguidas alegremente por cidadãos de realce a erguer vivas, acolitados pelos populares.

Do alto do arco do comércio, intelectuais recitavam poesias, procurando dar o mais elevado timbre de voz, mas eram abafados pelas aclamações da turba, tôdas as vêzes que Sua Majestade se dignava a assomar às janelas do Paço.

Muitos aplausos alcançou o Sr. Manuel Ferreira de Paiva com o recitativo «em voz sonora e em candente metro».

Foi recitado o soneto do poeta espírito-santense Gonçalves Fraga, constante do *Jardim Poético*, coletânea organizada por Pereira de Vasconcelos, outro ilustre beletrista da terra:

«Três sec'los para mais tem decorrido  
Em que Pedro Cabral por um arcano  
Divino aparelhava o sólio ufano  
Aos Pedros — Pai, e Filho esclarecido.

*Neto d'Avós*, como êles tão subido!  
Monarca sábio, justo, reto, humano;  
Parece que dos céus o *Soberano*,  
Tinha tal coincidência permitido.

*Pedros* derivam pedras, e em brilhante,  
Em rubins sôbre o oiro tens fundado  
Teu trono, *Pedro*, no *Brasil* ovante!

Tu és já dêste Império amante e amado;  
Ês também desde o Ocaso ao Levante  
Benquisto em todo Orbe e respeitado».

E as comemorações do povo prosseguiram por noite a dentro, sem preocupações para o Dr. Manuel Pedro Alvares Moreira Vilaboim, chefe de policia.

## UM DIA MOVIMENTADO

Na manhã de 27, sexta-feira, bem cedinho, Dom Pedro II após um ligeiro desjejum, às seis e meia, montava a cavalo, acompanhado de pequeno séquito. Foi pela estrada da Capixaba, onde havia a fonte do mesmo nome, e em marcha que não durou trinta minutos, chegava ao Forte de São João.

Aquêlê forte, a despeito dos ligeiros reparos por que passara recentemente, era já um condenado pela história à inexorável sentença da inatividade.

Louvando as grandes lides do passado, dos canhões enferrujados, escreveu, posteriormente, Antunes de Sequeira:

«Que cenas de terror não incutiram  
Essas bôcas de fogo ao estrangeiro;  
Que raios veementes não feriram  
O espanhol, indolente aventureiro?  
Medrosos holandeses bem sentiram  
Seu arrôjo no tiro, bem certo,  
Que afundou lanchão de gente armada,  
Por valênte marujos equipada!»

À porta do Forte, formava em guarda de honra tôda a guarnição, menos de uma dezena de artilheiros, os quais haviam sido tomados de empréstimo da infantaria da Guarda Nacional.

O comandante, alferes João Manuel da Cunha, que já expedira ordem das salvas de 21 tiros, devidas na chegada e saída do augusto visitante, de acôrdo com o regulamento das conti-nências e honras militares, em vigor, estava satisfeito, pois todos os canhões funcionaram bem. Ele teve um momento de embaraço, ao apear-se Sua Majestade, indeciso se se empertigava na continência, se interrompia esta para o beija-mão ou se prendia as rédeas do cavalo. Mas D. Pedro restituiu-lhe o contrôlê, tocando-lhe o ômbro com a dextra e sorrindo.

O Monarca andou pela explanada do Forte; examinou seus dez canhões de calibre 9 montados sôbre as novas carretas vindas

há poucos meses do Arsenal de Guerra da Côrte; olhou as casamatas, algumas balas amontoadas ao acaso; viu as lanadas, os soquetes, as banquetas, a caiação fresca das grossas paredes; foi ao quartel alto, examinar as tarimbas que serviam às acomodações da guarnição; desceu ao compartimento da casa da pólvora; subiu as escadas que conduziam ao velho atêrro que, outrora, servia de castelo, com suas ameias, onde examinou uma grande bateria. A tudo esquadrinhou, desde o fardamento dos soldados e o estado geral do Forte até a paisagem que se descortinava baía afora.

O tempo apagara a inscrição em uma pedra do pórtico, marcando a primeira edificação daquelle Forte, attribuída ao Capitão João Ferrão de Castelo Branco, no meado do século dezessete. A inscrição era já ilegível há cem anos atrás. Acredita-se que a edificação foi anterior ao ano de 1624, data em que se imprimiu na Holanda, o *Reys-boeck*, em cujas páginas uma xilogravura reproduz aquêl Forte, cylindrico como um castelo de jôgo de xadrez.

Dom Pedro II examinou de perto as velhas pedras argamassas escritas a lápis e alguns desenhos de Dom Pedro II, encerra peixe e viu no portão de entrada pela parte inferior, destinado aos que chegavam pelo mar, uma inscrição recente, marcando a última reedificação, feita em 1848, no govêrno meteórico do Presidente Antônio Pereira Pinto. Mas a sua atenção voltou-se para o monte das grossas correntes que outrora eram empregadas para fechar o pôrto, prendendo-se ali uma das pontas e a outra nos argolões que ainda se encontravam cravados na pedra do Pão-de-Açúcar ou Penedo, bem defronte.

No seu caderninho de notas, o Imperador assim registrou a visita:

«Antes do almôço também fui ver a fortaleza de S. João, com 10 peças e depósito de pólvora do Govêrno; passei pela fonte da Capixaba, cujo frontispício foi construído na Presidência do João Lopes da Silva Couto. Por detrás da fortaleza, havia uns restos da muralha do tempo dos Holandeses, como li na coleção do *Semanário*, fôlha que já não se publica, redigida pelo José Marcelino de Vasconcelos».

Do Forte de São João, dirigiu-se D. Pedro à primeira aula de instrução primária.

E o correspondente do *Jornal do Comércio* escreveu:

«Consta-nos que Sua Majestade não mostrou-se satisfeito com o estado da instrução pública; e assim devia ser, pois ela entre nós está infelizmente atrasadíssima».



Com efeito, o bacharel João dos Santos Neves que viera há pouco tempo da Bahia para ser o promotor da capital e o diretor da instrução pública, já opinara, em relatório: «O ensino público da Província é um ensino negativo, que sem dar nada, ou dando pouco, gasta e estraga muito». E apontava como principal causa do descalabro a falta de professores habilitados, difíceis de arregimentar enquanto não se lhes acenassem melhores proventos. Dizia que qualquer trabalhador ou servente de ofício ganhava dois mil réis de salário (o mínimo para a vida daquela época), ao passo que um professor não ia além de seiscentos e oitenta réis diários...

Norteando-se pelo regulamento do ensino francês, o Presidente Leão Veloso resolvera dividir o ensino primário em duas classes. Na 1ª classe, então ministrado em vinte e uma escolas que funcionavam nas cidades, vilas e freguesias mais importantes como núcleos populacionais, o programa compreendia: leitura e escrita; noções preliminares de gramática; princípios elementares de aritmética (até sistema de pesos e medidas e proporções); noções de geometria prática e instrução moral e religiosa.

Na 2ª classe, então ministrado em dezenove escolas distribuídas por freguesias menos desenvolvidas, e povoações onde havia mais de vinte meninos em idade escolar, ensinavam-se as mesmas matérias, ainda mais resumidas, cancelando-se a geometria e limitando-se a aritmética aos rudimentos das quatro operações. Esse mesmo programa servia à instrução do sexo feminino, com o acréscimo do ensino de costura, bordados e música. Mas, desde 1852, havia uma única escola feminina em Vitória. Em 1854 haviam sido criadas uma cadeira na cidade de S. Mateus e outra na vila de Itapemirim. Ambas particulares, achavam-se, no ano findo (1859), desprovidas de professoras. Situação deveras calamitosa, que levou o citado diretor da instrução pública a concluir: «A mulher que é considerada cousa sem direitos como o homem, é ainda escrava...»

As quarenta escolas de meninos que não mereciam o elogio daquele diretor, constituíam um privilégio para os oitocentos e sessenta e um meninos brancos, nelas matriculados, pois os escravos não alisavam os bancos escolares.

Quando ao ensino secundário, dava-se no Liceu da Vitória, que fôra instalado em 1853, dez anos após o decreto da sua criação. Funcionara, de comêço, no Convento de São Francisco, cujo prédio sofrera, para tal fim, reformas, concordando o Govêrno em pagar à Irmandade um aluguel de duzentos mil réis anuais. Suas cadeiras haviam sido reduzidas de sete para cinco: latim, francês, geografia, história, música e filosofia racional e moral. Funcionava, agora,

em salas do Palácio e devia reabrir a 1 de março pois estava em férias. Se estivesse em período letivo, o Imperador teria constatado, *de visu*, a sua decadência, reduzido a oito alunos, apesar da sua quase gratuidade, pois o Liceu cobrava, de matrícula, quatro mil réis...

Havia três cadeiras de latim, assim distribuídas pela Província:

São Mateus, Serra e Itapemerim. Mas, só a da capital, anexa ao Liceu, estava provida de professor, fato que, segundo o ponto de vista do Presidente Veloso, «longe de ser um mal, tem sido um bem, pois que de tais aulas espalhadas pela Província nenhuma vantagem há auferido o ensino público; não resultando para a sociedade nenhum proveito de que alguns de seus membros gastem tempo em aprender o latim, sem que tenham meios de prosseguir na carreira de estudos, donde lhes possa provir utilidade prática, e considerando-se aliás humilhados em seguir qualquer profissão industrial, porque se iniciaram nas belezas dos clássicos latinos tornam-se ambiciosos e não achando saída às suas ambições, inquietos e perigosos».

A primeira escola que visitou D. Pedro foi a regida pelo prof. Manuel das Neves Xavier.

Tomando o assento do mestre, o Imperador examinou o livro de registro da escola; folheou o compêndio de gramática portuguesa de 54 páginas, encomendado em 1848 pelo presidente da província, Dr. Luís Pedreira do Couto Ferraz, ao brilhante intelectual carioca, Luís da Silva Alves de Azambuja Susano, que se radicara no Espírito Santo, e inquiriu alguns alunos, assim registrando as suas impressões:

«Aula de meninos de Manuel Xavier das Neves. 79 matriculados. A letra do professor é sofrível. 60 de freqüência. 1.º lê bem mas um pouco cantado — já decoraram tôda a gramática do Susano e agora começam a regra. Está em quebrados, porém não sabe os princípios, e já esqueceu um pouco a regra da divisão. Há 5 anos. 2.º lê hesitando; gramática idem; não sabe a divisão. Há 3 1/2 anos. Não sabem nada de doutrina. O professor não me parece cuidadoso. A letra dos meninos é sofrível».

Dessa aula de meninos encaminhou-se o Imperador para a enfermaria militar, onde foi recebido pelo Dr. Florêncio Francisco Gonçalves, cuja chegada recente em Vitória para chefia daquele serviço merecera um tópico no *Correio da Tarde* de 12 daquele mês, encerrado com essa observação :

«Temos agora três médicos, portanto, é provável que não morra ninguém».

Às nove e meia da manhã S.M. recolheu-se ao Paço, para curto descanso e o almoço. Ao meio dia, reiniciou as inspeções, começando pela visita à repartição das Terras Públicas, que era dirigida pelo deputado provincial, Dr. José de Melo e Carvalho, presidente da comissão incumbida de preparar o baile às augustas personalidades.

D. Pedro passou, em seguida, ao sobrado do Sr. Barroso, para visitar os Correios, transferidos em caráter provisório do Palácio para aquê local, pelo diretor, Sr. Antônio José Machado. No mesmo prédio, o Monarca teve ensejo de visitar a Tesouraria Provincial, dirigida interinamente pelo Dr. José Marcelino Pereira de Vasconcelos, recém-nomeado, o qual achou aquela repartição em estado caótico, com uns pingados mil réis de saldo e muitos *vales* em caixa!

O tempo até as duas e meia da tarde foi bem aproveitado, nas diversas visitas que fêz o Imperador.

«Não foram visitas de formalidade, — registrou o *Jornal do Comércio* — foi um exame minucioso e acurado de tudo. Assim, por exemplo, no Quartel da Companhia Fixa, Sua Majestade examinou os dormitórios, o rancho, a cozinha, provou a comida, indagou de tudo e saiu satisfeito do que viu».

No ligeiro bosquejo das suas anotações D. Pedro II fêz êsse registro:

«Antes e depois do almoço. Visita às repartições públicas.

«A enfermaria está em casa úmida e convém mudá-la.

«A alfândega pouco tem que fazer e o Inspetor aproveita um terreno entre a alfândega e a Capitania para aí plantar figueiras e roseiras.

«O Quartel não está mal arranjado. Repartição do delegado do Ajudante General, que é o Barrão, da Fábrica de Pólvora.

«Cadeia boa, mas com presos demais; livros menos regulares. A Câmara está no mesmo edifício.

«A Tesouraria Provincial tinha-se mudado para outra casa, que alugaram, só porque se achava muito suja para a visita!

«Correio em lugar acanhado, na casa que serve à Tesouraria Provincial.

«Tesouraria Geral no 1º andar do Palácio — queixa de falta de empregados para o serviço.

«Depósito de artigos bélicos no andar térreo do Palácio — inútil, podendo os objetos guardar-se no quartel.

«Os armazens da Capitania estão em casa separada da secretaria, que se acha em casa do capitão do Pôrto que, disse o

Presidente, só trata de completar o tempo para a reforma, sendo aliás bom provedor da Misericórdia».

O Presidente Veloso teria feito omissão ao salário minguado do patrão-mor da Capitania do Pôrto, que percebia apenas quarenta e dois mil réis mensais. Não obstante, o dinâmico Capitão de fragata Gama Rosa, sem apelar para os cofres públicos e só com o braço operário do Arsenal, reedificara o edifício que ameaçava desabar, solapado em sua base pela maré. Construira, ainda, com a mesma economia, um cais ao qual podiam atracar navios do maior calado.

Na caixa forte da Tesouraria Geral guardavam-se duas relíquias que foram mostradas ao Imperador: uma caixa de prata, com um fragmento de tibia de Anchieta, e uma caixa de madeira, com alguns fragmentos ósseos de Nóbrega, reduzidos pela devoção dos fiéis que não se contentavam só em ver mas também em levar pequenas partes daquelas relíquias.

Pouco antes, o Imperador passara pela igreja de S. Tiago, contígua ao Palácio, onde tivera ensejo de copiar a legenda inscrita em latim na lápide, ornamentada com florões de mármore branco, do túmulo do taumaturgo Anchieta. Sendo a mesma ainda hoje legível e conservada naquele Palácio, limitar-me-ei a reproduzir a sua tradução em nosso vernáculo:

«Aqui jazeu o venerável Padre José de Anchieta Apóstolo no Brasil e Taumaturgo do Novo-Mundo. Faleceu em Reritiba no dia 9 de junho de 1597».

Estando alquebrado pelas mortificações a que voluntariamente se impunha, precocemente envelhecido e doente, foi Anchieta, em 1587, transferido para o Espírito Santo, fixando-se na aldeia de Iriritibá ou Reritigbá, como a chamavam os índios, devido sua abundância de ostras.

Por duas vezes teve o catecúmeno de se transferir para Vitória, sendo designado superior da casa do Espírito Santo, arcando com a responsabilidade do governo das quatro aldeias então existentes na capitania: Reritigbá, Guaraparim, São João e Reis Magos, aldeamentos a cuja fixação dos silvícolas êle vinha emprestando o seu concurso como médico-curandeiro, evangelizador e professor, em cansativas peregrinações de um a outro.

Dentre as diversas peças de teatro que escreveu e fez encenar na capitania, razão pela qual os capixabas o consideraram orgulhosamente como o seu primeiro poeta e teatrólogo, êle teria levado ao palco, interpretada pelos índios, no pátio da igreja de S. Tiago: «Na Vila da Vitória».



Voltando ao eremitério, que chamou:

«Reritiba é minha terra

Aldeia mui virtuosa»,

lá escreveu sobre a história da ordem e a vida dos primeiros inicianos no Brasil e lá faleceu, aos 63 anos de idade.

Dos quarenta e quatro anos de apostolado em nossa terra vivera dez no Espírito Santo, que mereceu a honra de o acolher como morada derradeira.

Mais de trezentos índios, através de quinze léguas, levaram o seu corpo em cortejo fúnebre para ser sepultado no Colégio de Vitória, ali naquele mesmo local próximo ao altar da igreja de S. Tiago, em cujo mausoléu o Imperador copiara a inscrição.

No ano de 1611 o General da Ordem, Cláudio Aquaviva, promoveu a exumação dos restos mortais de Anchieta e a sua trasladação para a igreja do Colégio da Bahia, sendo os mesmos, posteriormente, transpostos para outro local.

Graças ao pedido do ouvidor da capitania do Espírito Santo, teria sido remetida àquela capitania, da Bahia, a caixa trabalhada em prata, contendo o fêmur do Jesuíta.

Serafim Leite, que é historiador bem informado, diz que no período do processo de beatificação de Anchieta, em 1734, fêz-se e ficou naquela igreja de S. Tiago um cofre suntuoso de prata para guardar a tal relíquia.

Em 1876 as duas caixas ainda estavam em Vitória e podiam ser vistas na sacristia da igreja de S. Tiago, segundo informava o Sr. Sá e Benevides em documento compulsado por Celso Vieira.

A relíquia de Anchieta seria talvez a mesma guardada presentemente na cela onde o Apóstolo do Novo Mundo cerrou os olhos, na então cidade que tomou o seu nome. Quanto à de Manuel da Nóbrega, falecido em 18 de outubro de 1570, no Colégio do Rio de Janeiro, é tão difícil informar a sua procedência quanto seu paradeiro.

Dom Pedro II teve ocasião ainda de visitar a escola feminina da professora Vitória Antunes da Penha, criada pela Lei nº 4, de 18 de março de 1853. A professora veterana estava efetivada por decreto. Eis como impressionou ao Imperador essa escola:

«Aula de meninas de Vitória Antunes da Penha. 16 matriculadas. 14 de frequência. 1ª lê mal; gramática nada; multiplica só: Há 5 ou 6 meses; mas já tinha algum estudo.

«A professôra já serve aqui na Vitória quase 5 anos.

«2ª lê hesitando muito — nada de gramática; multiplica só. Há 8 meses; já tinha estado em aula particular.

«Nada sabem de doutrina e a professôra parece má.

«O livro de matrícula é escrito pelo irmão da professôra; a letra das meninas e má».

Por último, Sua Majestade estêve na escola de meninos do Dr. José Ortiz, donde levaria melhor impressão, pelo menos do professor, que também ocupava a cadeira de francês do Liceu e havia sido designado pelo Presidente Veloso, no meiado do ano de 1859, para reger aquela aula primária, que se achava vaga, acumulando as duas funções.

O Presidente estava convencido da necessidade da criação de uma escola-modelo na capital do Império, para a formação de professores destinados a difundir a prática do ensino no interior das Províncias. Êle achava que «os sacrifícios que se fazem com a Instrução e Educação do povo não deixam de ser sempre indenizados com usura». Resolveu concretizar a diêia no Espírito Santo, fazendo freqüentar a escola do Prof. Ortiz pelos professores de 1ª e 2ª classe, num esforço de melhorar o nível pedagógico.

Dom Pedro anotou:

«Aula de meninos do Dr. Ortiz. — 54 matriculados. 28 a 30 de freqüência. Há 3 meses que se abriu a aula. 1.º lê menos mal, apenas distingue as partes da operação. Divide e mal sabe a prova real. 2.º lê pouco melhor — gramática, idem. Multiplica só sem saber a teoria. Nada sabem a explicação da doutrina. Sabem de cor as rezas. Letra dos meninos sofrível; o professor parece bom».

Às 14,30 o Imperador recolheu-se ao Paço, para um breve descanso até o jantar, às 16 horas.

Mereceram a honra do convite de S.M. para sentarem à sua mesa; os semanários; o Ministro Couto Ferraz; o Presidente Veloso e sua Exma. espôsa; o secretário do governo da Província; o Dr. Lima e Castro, Juiz de Direito da vila de Itapemirim; o Dr. Pereira Pinto, deputado provincial; o Barão de Itapemirim; o Coronel João Nepomuceno Gomes Bittencourt; o Comendador Monjardim; o Dr. Vilaboim, chefe de polícia e os oficiais da guarda de honra.

Não houve as formalidades de um solene ágape. O Imperador teria contribuído para quebrar o tom austero dos comensais, dirigindo a palavra a uns e outros, procurando deixá-los mais à vontade.

A bruma dos quase cem anos passados e a escassez do noticiário impedem-me de recompor os diálogos que então se teriam estabelecido.

«A tarde estava destinada para um passeio pela baía, feito em escaleres — escreveu o enviado do *Jornal do Comércio* — e no qual tomaria parte S.M. a Imperatriz; appareceu, porém, a S.M. o Imperador, uma visita de vinte e quatro índios puris, pertencentes ao Aldeamento Imperial Afonsino, com os quais Sua Majestade se entreteve tãda a tarde, organizando um vocabulário do respectivo dialeto e indagando dos seus costumes. Era belo ver-se o monarca do Império do Brasil a emparelhar com a humilde gente sempre lhano e afável; como então se engrandecia êle!»

Aquelas duas dúzias dos remanescentes de uma tribo valente que soubera lutar com intrepidez para expulsar das suas terras, nas cabeceiras do Itapemirim, os primeiros tiradores de ouro, não vinham com os seus papagaios, periquitos e saquis domesticados, exhibirem-se, pintados de urucum e genipago, mostrando a destreza no manejo do arco e flecha, a exemplo da célebre festa brasileira, realizada para os reis da França, em Ruão, no ano de 1550 e historiada por Ferdinand Denis.

Foi muito singela a visita, entretendo-se o Imperador com os índios no pátio do Palácio.

O Aldeamento Imperial Afonsino, criado em 1845 por recomendação do governo geral, em terras devolutas, à margem esquerda do rio Castelo, onde existira outrora povoação dos mineradores, distava seis léguas de Lavrinhas e três dias de caminhada da vila de Itapemirim, através de uma estrada que a rigor não passava de uma picada a machado e foice mata a dentro, com subidas penosas e atoleiros grandes, no tempo das águas. Fazia parte do município da cidade de Vitória e era sujeito à jurisdição do distrito de Viana.

O governo procurara formar aquella colônia agrícola aldeando os puris domesticados, que o Capitão Joaquim de Moraes Pessanha, residente na Serra das Frecheiras, não se sentia capaz de acolher em sua fazenda. Graças ao desvêlo do recém-demitido Diretor Geral dos Índios da Província, o Barão de Itapemirim, o Aldeamento chegara a atingir razoável progresso, com população de oitenta e tantos indigenas, plantando e colhendo abundantes mantimentos para o seu sustento e se apresentando vestidos com roupas por êles mesmos costuradas. Mas o rigor excessivo do capuchinho Frei Bento de Gênova quebrantou-lhes o ânimo e serviu de pretexto para a debandada de muitos, o que levou o Aldeamento a entrar em decadência.

Os vinte e quatro remanescentes preferiam desprezar as culturas de milho, arroz, cana e outros cereais; liquidar com as últimas cabeças de gado e com os dois lotes de burros que serviam para o intercâmbio das suas mercadorias; abandonar a dezena de casas que possuíam, algumas cobertas de telhas, por êles mesmos fabricadas; os paióis, monjolo, chiqueiro, e ficarem ali mesmo por Vitória, formando uma espécie de bairro da cidade. As suas mulheres já haviam aprendido a fazer rendas de bilros e êles, sempre peritos na confecção de rêdes e tarrafas de tucum, estariam melhor como pescadores.

Não consta que o Sr. Manuel Pereira de Faria, diretor do Aldeamento, tenha acompanhado aquela delegação de índios, nem que êles hajam pretendido qualquer benefício junto ao Monarca. Êste, foi lacônico nas notas, escrevendo só: «Tarde. Estive com os Puris». Em páginas adiante, escreveu o vocabulário, então recolhido, o qual transcrevo no final do trabalho.

Das 18 às 20 horas, no salão do dossel, o Imperador, embora pouco afeito a discursos, ainda se dignou a ouvir, com tôda paciência, a lengalenga das felicitações pronunciadas pelos representantes das diversas comissões das comarcas e municípios, louvaminhas que não me animo a transcrever, recomendando, ao leitor amante do gênero, a leitura do jornal carioca que as estampou em parte; *Correio da Tarde*, (jan. e fev. de 1860).

Mas, para registro da história, dispensando os nomes dos edis de Vitória, já mencionados, citarei as outras delegações, começando pela comissão do Corpo do Comércio da Cidade, assim composta: Manuel do Couto Teixeira; Vicente José Gonçalves de Sousa; Manuel Rodrigues de Campos; José Francisco Ribeiro e José Gonçalves de Araújo Viana. Ao discurso laudatório dessa comissão o Imperador respondeu:

«Agradeço muito a felicitação que me dirige o Comércio da cidade de Vitória».

Representavam a Câmara Municipal da vila do Espírito Santo: Major Antônio Leitão da Silva; Capitão José Pinto Coutinho Rangel e Tenente Pedro Antônio de Azeredo. Sua Majestade respondeu-lhes:

«Agradeço os sentimentos da Câmara do Espírito Santo».

A Câmara Municipal da Vila de Guarapari, cujo orador após proferir que «Vossa Majestade Imperial se dignou honrar uma das estrêlas que abrilhantam o fulgor da sua coroa, isto é, a terra primitivamente doada a Coutinho...», apresentava os parabéns ao régio casal «pela maneira entusiástica com que tem sido aco-



lhido...» Essa Câmara era representada pelos seguintes cidadãos: Capitão José Marcelino Pereira de Vasconcelos; Capitão Joaquim Ramallete Maia e Capitão Domingos Lourenço Viana.

Em nome da cidade e Câmara de São Mateus apresentou-se com discurso o Dr. João dos Santos Neves, diretor da Instrução Pública da Província, redator do semanário de oito páginas *Aurora*, cujo 1.º número apparecera em 19 de agosto de 1859 e que ficaria encerrado com o 16.º número, devido à nomeação daquela intelligência moça para Juiz Municipal e de Órfãos dos Têrmos de Benevente e Guarapari.

Representavam a Vila de Nova Almeida: Comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim; Capitão Joaquim Jerônimo Barrão; Capitão José Marcelino Pereira de Vasconcelos; Capitão de Fragata Luís da Gama Rosa e Desembargador Carlos Ferreira de Sousa Fernandes.

Eram os representantes da Vila de Santa Cruz: Comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim; Dr. Antônio Joaquim Rodrigues e Dr. José Marcelino Pereira de Vasconcelos.

Cito, por último, a maior delegação, representante da Câmara Municipal da Vila de Itapemirim, a qual se compunha dos seguintes senhores: Dr. Antônio Ferreira Pinto; Coronel João Nepomuceno Gomes Bitencourt; Arcipreste João Filipe Pinheiro; Coronel Dionísio Álvaro Resendo; Vigário Miescelau Ferreira Lopes Wanzeller e Capitão de Fragata Francisco Luís da Gama Rosa.

O correspondente do *Jornal do Comércio* registrou mais essa *marche aux flambeaux*:

«Às 9 horas da noite um batalhão popular, com música e archotes, esteve em frente ao Palácio, dando vivas e tocando o hino nacional, percorrendo depois tôdas as ruas da cidade.

«Era imenso o número de cidadãos de tôdas as classes que compunham este batalhão e era de ver a alegria, o entusiasmo quase frenético em que Sua Majestade era repetidas vezes saudada.

«Como da noite antecedente, toda a cidade, iluminou-se».

O Imperador, apesar do programa tão intenso, ainda achou um tempinho para escrever à filha adolescente de 13 anos, Dona Isabel, cujo aproveitamento nos estudos muito o preocupava, principalmente a matemática. Ele, que tanto observava a caligra-



## CONVENTO DA PENHA — VILA VELHA DO ESPIRITO SANTO

Elevado audaciosamente no cume de um rochedo, a 145 metros de altitude, exposto à fúria dos raios e à violência eólica, em seus quatro séculos de existência, o Convento da Penha tem sofrido avarias e passado por reformas conseqüentes, por transformações e mesmo por algumas transfigurações arquitetônicas. Daí ressaltarem, em importância para a história, os apontamentos de Dom Pedro II sobre a sua visita àquele convento. Eles completam, em alguns pontos, o mais extenso documentário da época, escrito pelo ex-Presidente da Província, Coronel José Joaquim Machado de Oliveira, e publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

Naquele tempo, a viagem de Vitória era feita em barco e existia, ao lado do portão de entrada do convento, um antigo barracão servindo de cais.

O guardião do convento, Frei João Nepomuceno Valadares, providenciou a melhoria dêsse cais, mandando construir uma ponte de madeira para o desembarque de Suas Majestades e fêz levantar um arco, espécie de pavilhão com figuras alegóricas, no comêço da ladeira, para ser iluminado à noite.

Fêz mais: decorou o convento e preparou assentos especiais destinados aos augustos visitantes.

Naquela manhã de sábado, 28 de janeiro, às 6 horas, dava-se o embarque de Suas Majestades, em Vitória, acompanhados dos seus semanários, do Presidente Veloso e do secretário Dr. Brandão. Conduziu-os o vapor *Pirajá*, o qual atravessou a ala das embarcações embandeiradas, no pôrto, de cujas tripulações e ocupantes se ergueram vivas.

Formou-se um cortejo de barcos atrás do *Pirajá* que, em menos de uma hora, chegava à Vila do Espírito Santo.

«No desembarque» — escreveu o correspondente do *Jornal do Comércio* — «foi S.M. recebido pela Câmara Municipal, pelos oficiais da Guarda Nacional de Artilharia que se achavam em grande uniforme, subdelegado, juiz de paz, professor, e por muitos

cidadãos, bem como por um grupo de meninas trajando branco, e que eram guiadas por um caricato de selvagem de nossas matas.

«A Vila do Espírito Santo estava em búlicio e movimento: havia caído do estado de quietismo e paz que lhe é habitual».

E prossegue: «Além de algumas pessoas que acompanharam o vapor, outras já esperavam a S.M. para subirem com êle a fatigante ladeira que precede ao Convento. Entre essas pessoas estavam o Comendador Monjardim, deputado Pereira Pinto, dois filhos do Exmo. Barão de Itapemirim, Dr. Melo, Sr. Lima e Castro, Dr. Climaco, Dr. Lourenço, Dr. Rodrigues, Tenente-Coronel Sarmento, Coronel João Gomes, Capitão José Marcelino, padre-mestre Sales, padre Duarte, vigário Wanzeller, Tenente-Coronel Malta, Major Henrique e outros».

O Imperador dirigiu-se a uma pequena gruta onde Frei Pedro Palácios teria morado, segundo a lenda, em companhia de um cão, um gato e um prêto escravo, onde entrou, demorou-se alguns minutos, «fazendo as reflexões e indagações». Êle anotou:

«6 1/2 — 7h. — Pedra debaixo da qual morava Pedro Palácios leigo.

«O guardião cerca de muro com o seguinte distico sôbre a porta: Primeira Morada do Fundador d'este Convento Frei Pedro Palácios o qual faleceu em 1575».

Essa inscrição teria levado Frei Teotônio da Santa Humiliana a repetir os erros, quando a substituiu, quatro anos depois, por uma lápide com legenda em latim, cometendo outro êrro ao afirmar que Pedro Palácios «construiu» o Convento. Palácios faleceu em 1570 e não teve tempo para construir obra tão monumental. Erigiu a *Ermida das Palmeiras* no alto do rochedo onde os irmãos franciscanos, seus sucessores, construíram o convento.

A ladeira de acesso, chamada pelo povo de *ladeira da penitência*, por exigir esforço na subida, já apresentava o mesmo calcamento de pedras irregulares, escorregadias e algumas em declive bem acentuado.

Com a boa disposição dos seus 34 anos de idade, o Imperador galgou-a em apenas 30 minutos, a pé, como procediam os romeiros devotos. Se lhe oferecessem uma cadeirinha, êle teria manifestado a sua repugnância a êsse meio de transporte dos nobres, repetindo o que dissera na Bahia, ao observar que êsse transporte só deveria ser aproveitado por quem não tivesse pernas.

Mas Dona Teresa Cristina, cujo achaque de asma lhe prejudicava o fôlego no penoso exercício, aceitou a rica cadeirinha que



lhe apresentou o guardião Frei Valadares, nela percorrendo os últimos passos da íngreme ladeira.

A modificação do talhe de letra mostra que o Imperador sentiu, como não podia deixar de sentir, nos trinta minutos de subida, o acelerar das pulsações. Ele anotou:

«7 e 10 — Comêço da subida e 40 chegamos ao Convento. — 7 lugares destinados para Passos, mas só na base do Penhasco é que há o do Senhor do Bom Jesus dos Passos que é uma capelinha».

À frente dessa capela havia um alpendre apoiado em quatro colunas toscanas, unidas por três arcos.

O Monarca fêz a sua contrição, por alguns minutos, ao Senhor dos Passos e galgou a sétima e última ladeira, de degraus escavados na rocha, sem o abrigo das árvores.

«Ao chegar à esplanada do convento» — escreveu o repórter do *Jornal do Comércio* — «S.M. fêz algumas observações sobre o rio da Costa, que, em seu movimento de águas, envia montões de areia sobre a barra, a ponto de prejudicá-la em seu fundo, e sobre o que mandou de próximo o nosso digno e ativo presidente fazer observações e exames pelo major de engenheiros Monteiro Drumond».

O Imperador anotou essas observações:

«Rio da Costa, que entulha de areia o pôrto, entre a Penha e o Moreno — é preciso dar-lhe saída para o lado de fora do Moreno, e há pouco que rasgar: o plano do Drummond é do Capitão do Pôrto Gama Rosa, que importa em 9 contos e tanto, exige um açude que não será talvez preciso, podendo-se deitar pedra da Penha e do Moreno dentro do rio».

Já em 1832 o Major de engenheiros Luís D'Alincourt, natural de Lisboa e falecido no Espírito Santo, onde prestou relevantes serviços, escrevera em relatório ao Ministro do Império, fazendo notar que a barra de Vitória, sendo boa por natureza e forrada geralmente de pedra, se vá por desleixo tornando má, por causa daquele rio. Concluía: «Tapando-se sòlidamente êste mediocre trajeto, e rasgando-se o terreno baixo junto à fralda do Moreno pelo Sul, obter-se-á um novo leito para o rio».

O *Correio Mercantil* de 5 de junho daquele ano da visita imperial, informou que o Coronel Jardim do exame a que procedera no rio da Costa, reconhecera que de modo algum êle concorria para a obstrução do pôrto, e aconselhava o seu saneamento. Mas, em julho do mesmo ano, o deputado Pereira Pinto, levando o

assunto à Câmara Federal, contestava essa opinião. Punha-se ao lado do plano do engenheiro Antônio Pedro Monteiro Drummond e evocava uma observação feita pelo oficial de marinha Delfim de Carvalho «que tendo entrado em 1857 no pôrto de Vitória e voltando a êle em 1859 achou no seu fundo a diferença de uma braça para mais».

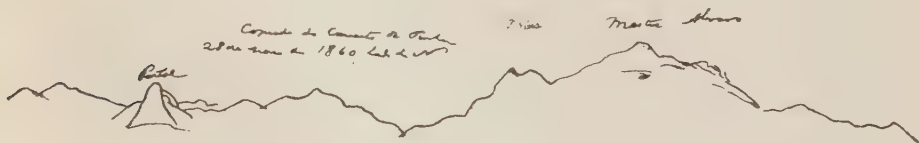
No poemeto descritivo da Província, disse, muito depois, o padre Francisco Antunes de Sequeira:

«Da Costa estreito rio serpeando  
Beija os campos, que também inunda;  
Quando mares e chuvas vão inchando  
Há muito peixe, o marisco abunda  
Por fora nos recifes eriçando  
Ouriço e lagosta em gruta funda  
Com o polvo luta com fereza...  
Dos quais todos se faz bem lauta mesa!...»

O repórter do *Jornal do Comércio* prosseguiu a sua grande cobertura:

«S.M. entrou para o convento e percorreu todo o pavimento baixo, e no fim dêle sentou-se sob uma janela por muito tempo, que aproveitou em tomar em sua carteira suas notas de viagem, e até, consta-nos, em desenhar a bela vista que oferece a entrada da barra, observada daquela posição».

Com efeito, D. Pedro teve tempo de descansar as pernas, apontar o lápis e após apreciar a magnifica paisagem que deslumbra a vista de qualquer mortal, daquele pórtico, desenhar o perfil das montanhas, ocupando duas páginas da caderneta e aproveitando o espaço do corpo das montanhas para escrever.



Dom Pedro II desenhou êsse belo perfil orográfico que emoldura a capital capixaba e preencheu o espaço em branco com anotações na sua letra miúdinha. Entre os alcantis do Pontal e Mestre-Álvaro, escreveu: «Copiado do Convento da Penha — 28 de janeiro de 1860; lado do N».

As notas prosseguem:

«Do alto da Penha vê-se para o lado do Sul o lugar da barra do Jacu, e para O. descobre-se parte do canal que liga êsse rio ao pôrto de Vitória.

«O convento já teve 18 religiosos.

«Quadro da Virgem com o Menino pintado em madeira que é do tempo de Palácios.

«Por detrás da capelinha do Bom Jesus, subindo, numa das extremidades do morro, estava a 1ª capela do Palácios, de S. Lourenço, com a imagem também de S. Francisco donde trazia a imagem de N. Sra. que está na Igreja da Penha, para êste lugar.

«Os ossos de Palácios estão, com efeito, em S. Francisco, e têm inscrição — do lado da epístola, a meia altura da parede, na capela-mor».

Valho-me outra vez da reportagem do jornal carioca:

«S.M. assistiu ao santo sacrifício da missa, bem como S.M. a Imperatriz e todos os companheiros.

«Durante êle, que foi acompanhado de uma música suave e harmoniosa, cujos sons se desprendiam ao longe, não houve coração algum que não sentisse verdadeira comoção».

E D. Pedro anotou:

«Ouvi missa na Penha, dita por Frei João que passa por sofrível pregador, e tem zelado muito o Convento da Penha; é frade esperto».

Enquanto se manteve genuflexo perante o altar-mor, teve tempo de sobra para observar, em detalhes, a Imagem de N. Senhora, de 76cms. de altura, esculpida em madeira, que Frei Pedro Palácios encomendara de Portugal. Viu a velha imagem original, «um primor de escultura», com a «expressão de uma doce melancolia», conforme escreveu Gomes Neto, cuja beleza ainda não se ressentia com a ação do tempo, nem com as reformas que viria sofrer depois. Notou a riqueza dos paramentos: coroa de prata; palma; túnica de sêda branca e manto de veludo azul claro, rendados e bordados a ouro; brincos e adereços de pedras; cordão de pérola com seis voltas; colar de ouro com três voltas; 34 pedras de várias côres, no peito; 6 anéis nos dedos, também de diversas pedras. O Menino Deus, no braço da Imagem, apresentava

um resplendor de ouro, cravejado com 16 pedras de côres diferentes, e um lindo brilhante. Pendente ao pescoço do mesmo, um cordão fino, de ouro, em 8 voltas, com uma cruz dourada. Em sua mão esquerda, o Globo, com uma cruz, o Espírito Santo, e um cordão em diversas voltas, tudo de ouro.

A riqueza daquele santuário não poderia, evidentemente, escapar à observação do monarca. Só o ouro oitavado dos objetos preciosos que se guardavam na tesouraria: relicários, cruzes, anéis, brincos, alfinetes, pulseiras, colares, rosetas, cordões, botões, etc., inventariado no ano anterior àquela visita, pesava 1.202 gramos e 206 miligramas e meio. Mas êsses detalhes não constaram dos apontamentos de S.M., que anotou:

«O chão da capela-mor é de mármore, e os degraus da côr rosa, assim como as 2 colunas de cada um dos lados do lugar onde está, no altar-mor, N. Sra., sendo algumas das peças dos pedestais de mármore, havendo-se dourado os capitéis do mesmo mármore côr de rosa, quando há poucos anos se reparou o convento, de 1853 a 1857, sendo já guardião o Fr. João de Nepomuceno Valadares».

Observou os quadros que teriam sido inaugurados em 1856:

«Há 4 pequenos quadros pintados nas paredes laterais da capela-mor, representando pessoas carregando materiais para o Convento e Igreja, o edificio concluído, e do outro lado, N. Sra. no alto da Penha estando em baixo a 1ª capelinha do Palácios, e N. Sra. aparecendo a Palácios numa cela».

Fêz a descrição do santuário:

«O Nicho da Sra. no altar-mor era de mármore rosa mas não podendo dourá-lo, substituíram-no por outro de pau e êsse mármore, dividido em pedaços, tem dado muitas reliquias: levo algumas delas».

Com referência aos troncos das palmeiras que Machado de Oliveira viu ainda, em 1843, «meio carcomidos, mutilados, dois a três palmos fora da terra e que têm atravessado séculos de duração», observou D. Pedro:

«Já não existem os 2 tocos de palmeira entre os quais aparecia a Virgem. Ladeavam o altar-mor, ainda em tempo do Pedreira, segundo lhe ouvi».

Mas, acompanhemos a visita, através do repórter do jornal:

«Sua Majestade almoçou e ainda se demorou muito no convento, sendo de lastimar que não encontrasse manuscritos alguns



ou livreria e nem mesmo uma lenda da fundação e história do convento que, não há muitos anos, ainda existia».

Eis o que escreveu a propósito, S.M.I.:

«Já não há manuscritos, apenas um livro para nome dos visitantes e eu assinei-me com a Imperatriz em outro novo».

Também deixaram as suas assinaturas no novo livro de ouro: D. Josefina da Fonseca Costa (dama de S.M. a Imperatriz); Visconde de Sapucaí (Camarista); João de Almeida Pereira Filho (Ministro do Império); Conselheiro Luís Pedreira do Couto Ferraz (Viador); Antônio Manuel de Melo (Guarda-roupa); Francisco Bonifácio de Abreu (Médico da Imperial Câmara); Antônio José de Melo (Capelão); Tobias Rabelo Leite (Oficial de gabinete); oficiais da fragata a vapor *Amazonas* e o comandante da galeota *Pirajá*; o vice-presidente da Província, Dr. João da Costa Lima e Castro; o escritor José Marcelino Pereira de Vasconcelos; o Barão de Itapemirim, Joaquim Marcelino da Silva Lima e o seu filho, Francisco Bernardes da Silva Lima e o Prof. Manuel das Neves Xavier.

O imperador viu as senzalas e as casas dos romeiros que nos dias de festas eram transformadas em cassinos de grande frequência, principalmente dos campistas.

O convento tinha a posse do terreno da montanha, por escritura pública muito antiga, e também possuía alguns escravos, carpinteiros e pedreiros, dos quais auferia rendimentos, dissipados por alguns guardiões de administrações anteriores.

D. Pedro documentou:

«O Convento da Penha possui 40 e tantos escravos e recebe muitíssimas esmolas, havendo bastante *ex-votos*».

Êle também mostrou a sua generosidade, entregando ao guardião uma esmola na quantia de quinhentos mil réis.

A descida da ladeira foi feita debaixo de copiosa chuva que não perturbou a boa disposição e o bom humor de D. Pedro, o qual se divertiu com o Comendador Monjardim:

«O Monjardim, ouvindo guinchar os saguis, disse que eram dos amarelos; mas êle já viu ratinhos côr de rosa, que morrem logo que são tirados do buraco; morcegos do tamanho de patos; recebeu 7 frechadas no Rio Doce, onde arranjando o jantar sobre uma pedra, pôs-se esta a andar; que era uma tartaruga. É notável pelas pêtas, sempre inocentes!»

Sôbre a ladeira, cuja descrição Machado de Oliveira foi minucioso, êle anotou:

«A ladeira é tôda bordada de muro baixo e por fora mato e no pé da morada de Palácios há uma pedra grande com nicho, feito não sei quando, no lugar em que Palácios adorava a imagem da Virgem que fugia para o alto do penhasco».

O repórter do jornal acompanhou o Imperador:

«Descendo do convento, S.M. percorreu ainda a vila, visitando a matriz cuja vista interior faz apertar de dor o coração do cristão; e aproveitamos êste ensejo para suplicar ao Exmo. Presidente que mande aplicar a ela o conto de réis decretado pela assemblêia para suas obras, e ao vigário da vara para que empregue suas fôrças a fim de ser dado um pastor às ovelhas daquela freguesia».

Aquela povoação de pescadores, local donde Vasco Coutinho escurraçou os índios, em 1535, ao tomar posse da Capitania que lhe doara D. João III, mereceu essas considerações do Soberano:

«O lugar de Vila-Velha é uma várzea excelente para uma cidade, com enseada abrigada e perto da costa; só o mêdo dos caboclos faria mudar os habitantes para a Vitória».

Dessa opinião não só divergiam os historiadores capixabas Brás Rubim e José Marcelino, como, mais experientes, os que tentavam lavar aquêle solo arenoso e dominado pelas formigas cabeçadas.

D. Pedro impressionou-se com o estado de penúria da igreja de N.S. do Rosário em cujo altar não faltavam as modestas oferendas dos aromáticos alecrim e rosmãozinho, e doou para reforma da mesma, do seu bolsinho, quatrocentos mil réis. Escreveu:

«A matriz que não tem vigário há bastante tempo, conserta-se. Tudo na vila está em decadência: é uma espécie de S. Vicente de S. Paulo».

A comitiva passou pela fonte pública *Inhoá* e por algumas velhas casas coloniais, em cujas janelas algumas sinhás e mucamas espreitavam cheias de curiosidade.

Dom Pedro dirigiu-se à escola de 1ª classe, regida pelo professor Firmino de Almeida e Silva, e exarou na cadernetinha essa impressão:

«Aula de meninos de Vila Velha do Espírito Santo. 13 matriculados — 10 de freqüência. 1º ainda soletra para si; nada de

gramática, só multiplica. 2.º lê um pouco melhor, nada de gramática; só multiplica. Os mais adiantados diz o mestre que já saíram. O 1.º há 2 anos e tanto, e o 2.º há quase 3 anos. A letra do professor não é boa. Sabem alguma doutrina e as rezas. O professor parece sofrível. A letra dos meninos é má».

S.M. visitou, após, a casa que servia para as reuniões da Câmara Municipal e Cadeia e passara por alguns reparos a fim de receber aquela visita. Ele doou aos pobres da vila quatrocentos mil réis de esmolas.

D. Teresa Cristina resolveu aguardar ali na Câmara, enquanto D. Pedro visitava a fortaleza de São Francisco Xavier da Barra, onde o Comandante Capitão de Engenheiros Pedro Cláudio Soido o levou a examinar a artilharia, a escrituração, as acomodações dos soldados:

«Pôrto da fortaleza de S. Francisco Xavier da Barra e de Piratininga com inscrição.

«10 praças de guarnição da G.N. e 5 pedestres efetivos; cadetes e outro com os sinais carimbos, ambos da Fôrça fixa, cozinham sôbre pedras num quarto. O paiol não servia por estragar a pólvora e ter muito cupim. Xadrez com tarimba e tronco. O comandante lecionava meninos de Vila Velha, na fortaleza, antes do incômodo da mulher. Tem violão e cavaquinho e gosta de música, tocando bem. 5 peças de 26 na bateria de cima, circular; 5 de 12, que já não servem, na bateria de cima, semi-otôgono irregular. A artilharia da bateria de cima, na salva a minha chegada, fez correr as telhas da casa, que era destinada para o ajudante, lugar suprimido.

«Inscrição no portão: Reinando muito poderoso Rei de Portugal D. Pedro II N.S. mandou fazer esta fortaleza D. Rodrigo da Costa e Capitão general dêste Estado do Brasil. Ano de 1702».

O repórter do jornal carioca seguia as pegadas do Imperador:

«Depois dêstes exame, S.M. foi ainda recebido com frenético entusiasmo por um aluvião de pessoas que estavam postadas à margem da baía, desde as Pedreiras até ao Cais das Colunas, lugar de seu desembarque».

O regresso deu-se no mesmo vapor *Pirajá*, à uma hora da tarde.

De pé sôbre a pôpa da embarcação, D. Pedro observava os acidentes geográficos que bordam e enfeitam a entrada da linda baía:

«Defronte da Vila Velha do Espírito Santo, há uma ilhota de pedra chamada Ilha da Fôrça; perto da ilha do Boi, há ilhota de pedra que é a ilha do Bode».

«Vindo, tornei a ver uma pedra no mar, onde há uma cruz, sôbre um maciço criado de alvenaria, por aí aparecerem 2 corpos mortos, e há legenda de Anchieta vindo de Benavente ter encontrado um viajante que ia para Benavente e que lhe perguntando onde s'encontrariam outra vez, respondeu-lhe que naquela pedra onde se encontraram os corpos de Anchieta e do outro viajante».

O episódio de predição do venerável apóstolo assim foi contado pelos seus biógrafos: Anchieta fazia de canoa a sua penúltima viagem da aldeia de Reritigbá para Vitória e encontrara-se, em frente àquele local conhecido por *Cruz das Almas*, com a canoa do seu compadre e amigo Manuel da Vide, proprietário de um sítio no Campo de Piratininga. Conversaram, e ao despedirem-se, observou o taumaturgo que de novo se tornariam a encontrar no mesmo local, mas que êle não responderia, deixando vaga essa observação. E o encontro ter-se-ia ocorrido poucos meses depois, em junho de 1597, quando o viajante deparou com o cortejo fúnebre da indiada que levava o seu compadre para ser sepultado no Colégio de S. Tiago.

D. Pedro II fez ainda essas observações:

«Defronte da foz do rio da Costa está o Baixo do Pampeiro, onde naufragou, por descuido, o *Pampeiro*, primeiro navio que comandou o Pedro Ferreira, o qual dizem que fôra encontrado depois no mato, chorando».

O dito brigue de guerra, naufragado em outubro de 1828, levava um carregamento de barricas cheias de moedas de cobre do nosso tesouro. Sob as ordens do Capitão-Tenente Pedro Ferreira de Oliveira, servia o então guarda-marinha João Maria Pereira de Lacerda, que viria a ser o pai do bispo D. Pedro de Lacerda.



## COLÔNIA DE SANTA LEOPOLDINA

Por ofício de 15 de dezembro de 1855, o Conselheiro Luís Pedreira do Couto Ferraz, então Ministro do Interior do Império, comunicava ao presidente da Província do Espírito Santo, Doutor José Maurício Fernandes Pereira de Barros, a resolução de fundar, na região da cachoeira do rio Santa Maria, uma colônia de estrangeiros. Entrementes, um engenheiro recebia a incumbência de fazer o levantamento do terreno, demarcando uma área de 567 km<sup>2</sup> à margem daquele rio, dividindo-a em lotes iguais, de 62.500 braças quadradas, e nela demarcando uma grande área para o estabelecimento da futura povoação, além do traçado de uma estrada para o pôrto mais próximo do rio Santa Maria.

Providenciaram-se edificações de uma moradia provisória para o diretor da Colônia; de armazens para viveres, e um barracão amplo com compartimentos destinados ao alojamento de cinquenta famílias.

Antes de terminados tais trabalhos preliminares, já em março de 1857, o governo imperial fazia seguirem para aquela Colônia os seus primeiros habitantes, 140 suíços transferidos de Ubatuba, Província de São Paulo. Estabeleceram-se às margens do rio Santa Maria e seu afluente, o ribeirão das Farinhas, local mal escolhido, segundo concluía o vice-presidente da Província, Senhor Monjardim, em relatório de maio do ano seguinte, ao mesmo tempo em que indicava um terreno mais conveniente, ao sul daquele, na direção do antigo Quartel de Bragança.

Nesse ano, (1858) outra leva de 22 imigrantes foi para lá encaminhada, e a 21 de agosto de 1859, aportava em Vitória o vapor *Virgínia*, procedente de Anvers, trazendo mais 43 colonos alemães, os quais se destinaram à nova área demarcada, de 200 lotes ou prazos.

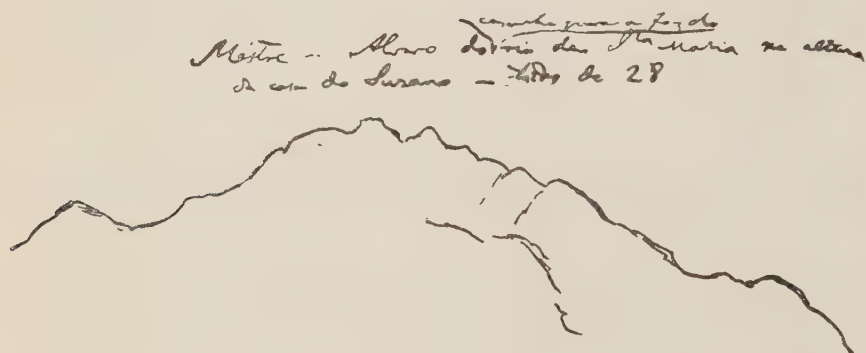
Os terrenos montanhosos, vales apertados e solo com pequena camada de humus, foram plantados de lavouras de milho, mandioca, feijão e café. Experiência onerosa, que resultou, nos primeiros anos, em um desacoroçoamento da maioria dos colonos. Não fôsse a ajuda, em dinheiro, do governo, eles não conseguiriam manter-se só com a minguada produção da terra.

Havia colonos de diversas nacionalidades: prussianos, saxões, hessienses, badenses, alsacianos, nassauenses, holandeses, suíços, tirolezes, luxemburgueses, belgas e ainda alemães de outras regiões.

Ao escolher aquela Colônia como início da viagem ao interior da Província, D. Pedro II estava preparado para as reclamações e lamúrias que havia de ouvir, pois não lhe era estranho o destino dos imigrantes do império.

No mesmo dia em que estêve no Convento da Penha, isto é, a 28, êle embarcou, às 16 horas, no vapor *Pirajá*, subindo a desembocadura do rio Santa Maria.

Antes do escurecer, pôde ainda desenhar êste croquis, no qual após legenda:



«Mestre Álvaro do caminho para a foz do rio de Santa Maria na altura da casa do Susano — tarde de 28».

O vapor atravessou em pouco tempo o estuário do Lameirão, até a ilha das Caieiras, onde S.M. e a sua comitiva fizeram baldeação para uma galeota. Pouco adiante, no Pôrto da Pedra, minúscula povoação, constante de um par de casas e uma grande venda, transferiram-se para uma grande canoa, com um toldo de linho na pôpa e forrada com macios colchões de crina animal, destinados a amenizar aquela viagem noturna.

Graças à providência do Dr. Veloso, havia moringues de água potável; refrescos de pitanga e caju; cestos recheados com uma apetitosa matulutagem, e um garrafão de cachaça para retemperar as energias dos remadores, pretos escravos.

Eis como S.M. cronometrou o comêço da viagem:

«28.

«Tarde.

«5 e 8m. largou`o *Pirajá* — 6 menos 9m. A par da ilha das Caieiras; paramos — 6 e 10m. passei para a galeota — e 36m. bôca do Santa Maria — 7 e 5m. Pôrto da Pedra».

Ele abreviou a descrição daquela viagem de 60 quilômetros de percurso em mais umas poucas linhas:

«O rio é muito tortuoso e às vêzes as varas não tocavam o fundo, grande correnteza por estar muito cheio; mata pelas margens; bastantes mosquitos».

Eram de inspirar confiança a prática e a resistência dos quatro pretos remadores, bem como a perícia do quinto, que sustentava o leme.

A luz verde de uma lanterna de madeira erguida na proa traçava a rota tortuosa para as canoas que vinham atrás.

Quando o toque do *buzo*, ou buzina de chifre de boi, soprado pelo canoeiro-mestre, anunciou, ao longe, a aproximação de Sua Majestade do Pôrto do Cachoeiro, estrugiram girândolas de foguetes, o sino da capelinha pôs-se a repicar festivamente, e os colonos e moradores da vizinhança, umas trezentas pessoas, congregadas pelo Tenente João da Silva Nazaré, diretor da Colônia, disparavam para o céu as suas espingardas e erguiam vivas entusiásticos, enquanto a canoa aparecia, na volta do rio, manhã cedo.

Escreveu o enviado do *Jornal do Comércio*:

«Pouco depois S.M. pôs o pé em terra, acompanhado do Sr. Presidente da Província, do Sr. Ministro do Império, e dos mais senhores de sua comitiva e o Sr. Tenente Nazaré foi o primeiro que teve a honra de beijar a mão augusta do Imperador.

«Neste momento outras girândolas subiram aos ares, os alemães continuaram com as salvas, o sino continuava a repicar, os corações, redobrados de entusiasmo, tocavam ao delírio».

Prossegue a reportagem:

«S.M. subiu por uma pequena ladeira alcatifada de fôlhas verdes, passou por debaixo de um arco, armado de fôlhas de caféiro e ramagens de cana e flôres campestres. Seguiu por uma

alameda de coqueiros, passou ainda por um outro arco armado com a mesma simplicidade do primeiro e finalmente entrou na casa que lhe estava destinada, e durante êste trajeto foi sempre saudado com o maior entusiasmo».

E eis as primeiras impressões do augusto visitante:

«Cheguei à Colônia às 5 e 33m da manhã de 29. Subida ingreme; porém curta; algumas pequenas casas cobertas de palha entre as quais a que serve a diretoria onde me acho».

Noutra página do diário, sem seqüência do assunto, êle anotou:

«Quase tôdas as casas da Colônia Leopoldina são de paus fincados, unidos e tôdas cobertas de palha».

A modesta moradia provisória do diretor Nazaré tinha um leito preparado «com decência», destinado ao repouso de Sua Majestade que não quis recolher-se ao mesmo. Após fazer algumas indagações e acrescentar algumas notas no caderninho de bolso, êle preferiu ir ver a nova casa de madeira com dois cômodos, em construção, da diretoria, onde se deteve por minutos em palestra com o fazendeiro da região, Sr. Freitas e daí foi visitar a capelinha construída por êsse devoto, onde ouviu missa rezada pelo capuchinho Frei Adriano Lauschner, acolitado pelo futuro Marquês de Tamandaré, integrante da comitiva.

Terminada a missa, S.M. regressou à casa da diretoria, onde concedeu audiência a alguns colonos e examinou o livro de registro dos mesmos. Doou seiscentos mil réis de esmolas, deu igual quantia para o cemitério, e trezentos mil réis ao padre Adriano, para a compra dos paramentos da igreja.

Foi minucioso nos apontamentos:

«Já falei com o padre católico — edificação de 2 capelinhas nos extremos da Colônia em lugar da igreja, em qualquer dêles, ficando, nesse caso perto dos católicos, obrigados a andar perto de duas léguas para ouvirem missa; o padre obriga-se a dizer duas cada domingo e dia santo.

«O médico está aqui há 1 1/4 de ano, serviu aos ingleses na Criméia, corre a Colônia onde não há enfermaria».

Procurou informar-se com o tal médico, alemão, Dr. Braun, sobre o estado sanitário da Colônia. Continua:

«Aclimação difícil, havendo desinterias; depois as moléstias freqüentes são opilação e hidropsia; os colonos dantes, por economia, substituíam o toucinho por óleo de mamona».



O uso dêsse poderoso desobstruente era peculiar aos holandeses, chegados em 1859, os quais se encontravam nas piores condições de vida, mais por culpa dêles próprios. Comiam quase que só um pirão de farinha de mandioca, misturada com água e óleo de rícino. Alimentação extravagante, mas não original, pois segundo o botânico capixaba, Dr. Monteiro da Silva, os chineses empregavam óleo de mamona na alimentação, após submetê-lo previamente a um processo de purificação, eliminando as suas atividades acre e irritante.

Continuam as notas do Imperador:

«O terreno do lugar de desembarque é dum Bento José de Freitas, filho de Domingos José de Freitas, ainda vivo, possuidor, com outros filhos, de terras próximas — tem servido muito à Colônia; falou-me de 18 anos de briga com o gentio.

«A casinha, defronte da diretoria, foi feita para serraria da colônia.

«Falei com um homem que tem, à meia hora do lugar do desembarque, 20.000 pés de café.

«O terreno do Freitas (no Caxoeiro [sic] de Sta. Maria) vai do desembarque até meia légua onde começa o território da Colônia».

A data que anotou no livro de matrícula, «aberto em 13 de outubro de 1852», não coincide com os documentos históricos sobre a fundação da Colônia. Mas o seu testemunho é irrefutável e merece transcrição *ipsis litteris*.

«Livro de matrícula aberto em 13 de 8bro de 1852 — 217 famílias — 932 colonos — Não está completamente escriturado. Não marcou os prazos por não estarem ainda bem medidos e haverem muitos com o mesmo número, convindo fazer nova numeração.

«Pouco afastado da atual casa da direção, construída para depósito de colonos, que é próprio nacional, assim como um barracão, onde se recolheu os colonos recém-chegados, está-se fazendo, num lugar mais alto, a casa da diretoria; perto de outra, já feita, que pertence ao Freitas. A obra não vai bem construída parede de madeira fina. Pedra trazida de 2 léguas. Mais para cima, há uma capelinha do Bento José de Freitas, onde o padre diz missa, e outra na capela da Colônia.

«O terreno do barracão, onde se recebem os colonos recém-chegados, foi dado à Nação por Bento José de Freitas».

O correspondente do *Jornal do Comércio* dá seqüência à reportagem:

«...Almoçou às 8 horas e tiveram a honra de servir-lhe à mesa os Srs. Nazaré, Moniz Freire e Monjardim. Depois do almoço, foi convidado pelo Exmo. Sr. Presidente para dar um passeio por uma estrada nova que se está abrindo, o que se dignou aceitar, dizendo:

— Vamos para não perdermos tempo».

O Presidente Veloso havia feito um apêlo «ao patriotismo de alguns cidadãos», quando elaborou o programa de recepção para os augustos visitantes, segundo noticiou o *Correio Mercantil*, em correspondência datada de 14 de dezembro de 1859, com êsse fêcho: «...Êste apêlo não foi baldado; 14 fazendeiros tomaram à sua conta a satisfação desta necessidade, ficando a cargo de 8 a estrada do Pôrto Velho à Colônia de Santa Isabel e de 6 a do Aca à de Santa Leopoldina».

O repórter do *Jornal do Comércio* esforçou-se na ampla cobertura jornalística do acontecimento:

«...Na volta, esperou uns 30 minutos, enquanto encilhavam os cavalos e durante êste tempo conversou em alemão com algumas meninas filhas dos colonos, que animadas pela bondade do Imperador, tornaram-se quase familiares, conversando com desembaraço, e dançaram a valsa ao som de uma gaita de fole: S.M. mostrou-se satisfeito desta festa inocente.

«Às 10 horas menos um quarto, partiu S.M. a percorrer a Colônia, acompanhado de um grande número de cavaleiros, e durante todo o caminho S. M. mostrava-se satisfeito do estado nascente da lavoura, da fertilidade das terras, notando porém que a lavoura do café poderia estar mais adiantada. S.M. muito bem conhece que se da lavoura tem de vir a nossa grandeza futura, o café tem de representar indubitavelmente o papel mais brilhante nesse drama de prosperidade; portanto quer dirigir os espíritos de seus súbditos para a convicção desta verdade sublime».

Preconizando a riqueza da nossa rubiácea, o repórter dava mostras de conhecimentos de economia. Sua narrativa prossegue:

«Ao passar pela ponte do Presidente Catão, S.M. foi recebido no meio de vivas e aclamações por um grande número de alemães que aí o esperavam para saudá-lo».

Dom Pedro II observou a topografia do terreno, os acidentes geográficos e, com maior interêsse, as condições de vida dos imigrantes:

«O terreno da Colônia é todo montanhoso.

«Pouco para cima do pôrto de desembarque, margem direita do caxoeiro [sic] de José Cláudio, há a caxoeira [sic], grande, e depois uma ponte que se atravessa, onde o rio desaparece todo por debaixo das pedras.

«Antes da escola, passei uma ponte onde há casas de colonos suíços.

«Adiante do lugar para a capela, estão os Luxemburgueses, que são os melhores colonos, com belas roças. Antes de lá chegar falou-me uma Augusta Prim, mulher de colono, inglêsa, dos trabalhadores da estrada de ferro [sic] do rio que pede 6 meses de diárias, porque o terreno não dá para o sustento; ou seu passaporte; pedi informações.

«Pouco antes do Pralon, colonos tirolezes, que em geral não querem trabalhar e pedem para sair da Colônia».

Tais colonos eram dos recém-chegados, ao que se conclui da notícia do *Correio da Tarde*, enviada de Vitória com data de 30 de agosto de 1859: «...Chegaram 248 colonos, que já partiram para as duas colônias, a que eram destinados.

«A nossa pacífica e quase deserta Vitória estêve alguns dias animada por causa dêstes hóspedes. Muitos dêles eram tirolezes, e andavam com seus trajes nacionais, que não deixam de ser engraçados. Em palácio, foram êles cantar e dançar; não estive lá, porém consta-me que as tais patuscas brilharam, e que muitas famílias encheram os salões do antigo convento dos jesuítas.

«O Sr. Veloso tem sido incansável para acomodar os colonos, e não contente com as ordens que tem dado, foi mesmo a Santa Leopoldina ver o que por lá se tem feito. Consta que reina a discórdia entre os empregados daquela Colônia e que porisso as coisas não marcham em regra».

Reatemos o relato da visita, através da transcrição do *Jornal do Comércio*:

«...Às 11 1/2 parou para beber água em casa do colono Henrique Bucherr, e ao meio dia chegou à casa do professor Passos, onde demorou algum tempo».

Apesar da impropriedade do domingo, o professor José Soares Leite Passos conseguiu reunir os seus discípulos que, como

êle, não escaparam ao rigoroso exame do muito exigente «mestre-inspetor»:

«Princípio da Colônia 6 e 5m, escola 12 menos 7m.

«15 matriculados — meninos e meninas; entre os quais 10 alemães; 8 de freqüência. 1.º mal sabe ler; nada de gramática — soma. Há 1 1/2 ano. 2.º lê menos mal que o outro — nada de gramática. Soma 1 1/2 ano; tem freqüentado pouco, sendo os alemães os que menos vêm à aula, os outros presentes, muito mais atrasados. À respeito da doutrina, nada sabem os meninos, não conhecendo os alemães nem mesmo as rezas, e o professor nada tem perguntado sôbre doutrina, como confessou; está professando há 2 anos e não presta para nada».

Adstrinjo-me ainda à reportagem do *Jornal do Comércio*:

«Depois disto, S.M. continuou a sua jornada, e pouco adiante teve de mudar de cavalo, pois o em que ia começou a assustar-se.

«S.M. parou ainda em casa do colono Wilhelm Wellmez para beber água e às 3 horas e 50 minutos chegou à casa do Senhor Pralon, onde jantou».

«O diário do Imperador esclarece mais:

«Lugar da capela futura católica 12 3/4 — casa do padre perto — cascatinha do Córrego Isabel — terminação da Colônia atual — Pralon 4 menos 7m. Saímos às 5 1/4.»

O Sr. Amélio Pralon, engenheiro civil, fôra um dos diretores da Colônia de Santa Leopoldina (1858). A inesperada visita causou-lhe grande constrangimento, tanto a êle quanto à sua espôsa, em cuja companhia regressara àquele mesmo dia de Vitória, onde haviam ido assistir à chegada de Sua Majestade. Supondo que Dom Pedro reservasse para o final a visita às Colônias, depois que visitasse o Rio Doce, o Sr. Pralon adiou os preparativos de sua casa, e fôra apanhado completamente de surpresa, não encontrando maneiras nem palavras que justificassem aquela imprevidência. Todavia, arranjou um jantar sofrível, que S.M. aceitou com prazer.

O episódio mereceu rápido registro do diário:

«O Pralon preparava-se para receber-me o melhor possível, mas quase tudo faltou, por não se ter prevenido com tempo. Já mediu sua extensão de 1.500 braças e acha-se em belo terreno plano; mas com pedreiras.

«Belas matas, principalmente junto ao Pralon e até grande distância para diante.



«Índo para o Pralon, vi dois gaviões grandes que gritavam como aracicas, correspondendo-se de árvore a árvore.

«Da escola até o Pralon fui muito de vagar e do Pralon até o Pôrto, em passo mais que ordinário.

«Haviam poucos dias que tinham morto uma anta, cujo couro muito grande vi esticado no lugar do Pralon.

«Há muita água e excelente, em tôda a Colônia. Muitas plantações de milho e mandioca e alguns de café para que o terreno parece próprio, ainda que seja argiloso e a camada de húmus estreita. Vi algum arroz.

«Falta padre protestante e capela».

O correspondente do *Jornal do Comércio* assim arrematou a sua reportagem:

«O Sr. Capitão Simões e o Sr. Ladislau sub-delegado de Mangaraí, fazendeiros daqueles arredores, logo que souberam que S.M. se aproximava, vieram pressurosos para terem a honra de conhecer o augusto monarca, e beijar-lhe a mão; e prevenidos pelo Exmo. Sr. Presidente, que nada tem poupado para hospedar o augusto visitante com todos os cômodos possíveis, trouxeram alguns cavalos para muda. Esta medida foi feliz lembrança, porque da casa do Sr. Pralon até ao pôrto de Mangaraí, onde S.M. devia embarcar, há cêrca de 5 léguas e seria de muito incômodo para o Imperador ter de atravessar esta extensão de maus caminhos em cavalos já cansados.

«Depois do jantar partiu S.M. para o pôrto de Mangaraí, com tôda a sua comitiva, mas algumas pessoas que o tinham acompanhado até ali não puderam continuar por mais tempo a gozar daquela honra pelo mau estado de suas cavalgadas, e S.M. dignou-se receber com muita bondade as desculpas dessas pessoas.

«S.M. partiu às 5 horas em ponto e às 9 horas, mais ou menos, chegou ao pôrto de Mangaraí, onde embarcou para a cidade e consta-nos que lá chegou ao romper da aurora».

Dom Pedro II não se esqueceu de consultar ao relógio d'algi-beira a hora da saída da casa do Sr. Amélio Pralon, precisamente às dezessete e quinze, e estêve sempre de relógio em punho:

«Terreno terrivelmente ladeirento em grande extensão e des-cendo; muitos pirilampos de noite; rio que talvez não dê vau enchendo mais.

«8 h. — pôrto de Mangaraí; troncos no rio.

«1 3/4 — *Pirajá* na ilha das Caieiras — demora, enquanto não chegavam todos.

«3 3/4 — Vitória».

Tão extraordinárias disposição e resistência física são bem dignas da nossa admiração: S.M. passou uma noite inteira viajando de canoa; andou o dia todo, a ponto de cansar o cavalo; desceu uma estrada pedregosa e ruim e ainda viajou, sem repousar, pela noite, de canoa e vapor, até Vitória, onde chegou de madrugada!



O fluminense Dr. Luís Pedreira do Couto Ferraz (mais tarde Visconde de Bom Retiro) presidiu à Assembléia de Deputados da Província do Espírito Santo em 1845 e foi eleito representante da Província na 7.<sup>a</sup>, 8.<sup>a</sup>, 9.<sup>a</sup> e 11.<sup>a</sup> Legislaturas. Em 1847, quando governava o Espírito Santo, fundou a Colônia de Santa Isabel, que se tornou a «menina dos seus olhos», no dizer de Tschudi. Ministro do Império, êle integrou a comitiva imperial na visita às Províncias do Norte, como Viador.





## COLÔNIA DE SANTA ISABEL

Um dos melhores cicerones de Dom Pedro II, na sua visita à Colônia de Santa Isabel, foi o veador e Conselheiro Luís Pedreira do Couto Ferraz, que, por coincidência, fundara aquela Colônia no ano de 1847, quando governava a Província.

Pedreira escolheu uma área distante cinco léguas de Vitória, na margem do rio Jucu, para onde mandou os primeiros 163 colonos compondo 38 famílias, originárias da Prússia Renana.

Cada família recebeu um prazo de 120.000 braças quadradas e um subsídio mensal, como ajuda, na base de cento e quarenta mil réis por famílias de 10 a 11 membros.

Apesar do empenho do muito operoso presidente e depois Ministro do Império, a Colônia de Santa Isabel não apresentou progresso digno de nota na sua primeira década em que foi administrada pelo capuchinho austriaco Fr. Wandelino Gaim de Insbruck: só tomou impulso com a nomeação, em 1858, do brasileiro naturalizado Adalberto Jahn para seu diretor.

A extensão dos novos lotes concedidos foi reduzida para 62.500 braças quadradas e a subvenção mensal do govêrno, em dinheiro, foi cortada pela metade. Uma família de 9 a 10 pessoas passou a receber cinquenta e nove mil réis mensais de auxílio.

Jahn fêz construir acima de 15 léguas de estradas e harmonizou desavenças religiosas que causavam desassossegos.

No ano da visita de Dom Pedro II, o número dos colonos ascendia a seiscentas pessoas, com a predominância de alemães, os quais (incluindo os prussianos) iam pela casa dos quatrocentos. Havia, mais, umas dezenas de sardos e uma meia dúzia de suíços.

A estrada para a Colônia atravessava a aldeia de Viana, situada à margem do riacho Santo Agostinho e formada por colonos açorianos, no tempo do Governador Rubim. Este distrito compunha-se de umas quatrocentas casas, com menos de quatro mil habitantes, a maioria de côr.

Na mesma manhã da segunda-feira (30 de janeiro), em que o Imperador regressava a Vitória, às 4 da madrugada, de Santa

Leopoldina, após um descanso de apenas duas horas, êle viajou para a Colônia de Santa Isabel. Embarcou no Cais das Colunas, costeou a ilha do Príncipe e pisou terra firme próximo ao desaguadouro do rio Marinho:

«30.

«6 1/4 — embarque na galeota — Pôrto-Velho 7 menos 20».

Nesse pequeno pôrto, um modesto arraial, à margem leste da baía, no chamado Lameirão, ponto de partida de uma antiga estrada para Minas, uma comitiva aguardava S.M. para o trajeto a cavalo. Destacavam-se: os semanários; o camarista, Visconde de Sapucaí; o veador, futuro Visconde de Bom Retiro; o presidente Dr. Pedro Leão Veloso; o deputado Pereira Pinto e os Tenentes-Coronéis Malta e Fernando Castelo. O Barão de Itapemirim, cujos provecos oitenta anos desaconselhavam exercícios imoderados, mandou seus dois filhos fazendeiros, Francisco Bernardes e José Marcelino integrarem aquela comitiva.

Acompanhemos o relato do próprio punho de Dom Pedro II:

«Caminho bom e tendo o Castelo por meio d'uma vala evitado a cheia dum riacho que dava às vêzes água pela aba do selim; terreno pouco montanhoso e bonito; ponte boa sôbre o Taquari afluente do rio Jucu, mandada fazer pelo D. Manuel em 1844 e reconstruída pelo Veloso em 1857 e seus dois nomes por extenso e datas estão escritos em duas tábuas uma de cada lado das guardas da ponte».

Aqui teria havido um engano de data, pois o Dr. Veloso assumiu o govêrno do Espírito Santo em 4 de fevereiro de 1859.

Mas, acompanhemos a descrição de S.M.:

«Fonte que há de Taquari, com muito boa água.

«7h. — Fazenda do Fernando Castelo chamada *Calabouço*, por ter sido aberta como outra próxima chamada *Guarita* cada uma por um militar; bela grama, verde como não me lembro de ter já visto em outra parte».

Na fazenda de Fernando Antônio Ferreira Castelo foi servido caprichado almôço e o dono da casa bem como o deputado Pereira Pinto mereceram a honra especial de um convite a participarem da mesa do Imperador.

O Dr. Leão Veloso teve oportunidade para fazer humor sôbre o anfitrião:

«O Presidente contou-me» — escreveu D. Pedro — «que no tempo do Robim tendo êste dito ao Fernando Castelo, que

era então das milícias, que se recolhesse ao Calabouço, este fôra para a sua fazenda (ou antes roça pois não tenho encontrado fazendas propriamente) do Calabouço».

Sem dar tempo à digestão, S.M. prosseguiu viagem por planícies, em direção leste, passando por algumas prósperas fazendas. Nem todos os da comitiva podiam ombrear-se com êle em seu apreciado desembaraço ao cavalgar, mormente o Conselheiro Couto Ferraz, o qual estranhava os estribos apertados (costume da terra), que só comportavam as pontas das botinas, dificultando o equilibrio no selim.

A caderneta detalha os acontecimentos:

«Vê-se daqui só o cume do Mestre-Álvaro que chamam *Moroá* e a cabeça de granito ao lado esquerdo *Tapóca* Buaiiaiaias; ponte onde caiu de cavalo o Pedreira; pouco adiante há o marco além do qual começa a Colônia de Açorianos fundada em 1814 pelo Robim de que ainda existem colonos e descendentes destes alguns fazendeiros como Coelho Melo.

«Viana — 10 1/4 (Chafariz de 4 bicas duas de cada um dos 2 lados feito pelo Catão em 1858).

«Rio de Sto. Agostinho navegável por canoas até o Jucu que desde muito mais em cima da Pedra da Mulata por canoas grandes — é o pórtio atual da Colônia.

«Lama Prêta onde há uma escola de Meninos»;

Essa escola de 1ª classe, criada pela Lei n.º 32 de 29 de julho de 1858, devia estar sem professor, pois D. Pedro II não passaria ao largo, sem a visitar. Um trecho de relatório do Presidente Veloso ao Ministro do Império, datado de 12 de agosto de 1859, parece elucidativo:

«...Informado de que a escola não era freqüentada, tive de remover o professor, devo porém dizer a V. Exa. que não vem aquilo somente da ineptidão dos professores; os colonos recusam fazer aprender a seus filhos a língua do país; pois que mostram-se muito desejosos de que lhes desse um professor alemão, o que lhes neguei formalmente, dizendo-lhes que o Estado não pagaria mestre, senão da língua portugueza, a qual deviam aprender, visto como aceitaram o Brasil por nova pátria; julgo que não há senão um meio de obrigá-los a mandar seus filhos à escola, é tornar a instrução obrigatória, o que não estranharão; é uma disposição que deve vir no Regulamento de que muito necessita a Colônia; ponto para que peço licença a fim de chamar a atenção de V. Ex.»

Em tal lugar, conhecido por Lama Prêta, os moradores da circunvizinhança haviam enfeitado a estrada, formando uma alameda de arcos de bambus e fôlhas de palmito pindoba, entremeada de bandeirolas de papel de sêda multicolor. Ao atravessá-la, S.M. foi vitoriado pelos modestos habitantes dos casebres de adobe dos caboclos que se espalhavam pela margem da estrada, enquanto subia aos céus uma profusão de foguetes.

Através de tôda a estrada, porteiras, cancelas, pontes, bem como as fachadas de muitas casas, achavam-se enfeitadas de flôres.

Acompanhemos a rota com a transcrição da caderneta de S.M.:

«Molundu morro habitado quase que só por pessoas da mesma família dum colono alemão.

«Fazenda de S. Rafael de Rafael Pereira de Carvalho; vê-se o Jucu.

«Alto donde principia a Colônia de Sta. Isabel. Meio dia menos 10. Ponte do Jucu, boa com dois vaus e pegões de pedra; projetada pelo Pedreira e feita na presidência do Evaristo.

«Sentia-me muito incomodado do sol e do estômago e por isso descansei até 3 e 20 na casa do Carlos que tem loja de negócio, e recebeu-me excelentemente. Está bem e é o único colono naturalizado; é genro do Nicolau Effigen, o qual já tem dinheiro a render, tendo aliás trazido já 6 contos».

A venda de secos e molhados do Sr. Carlos Richwer (um bom conversador), natural de Hamburgo, em comparação com as congêneres, dos brasileiros, fazia figura, segundo achou o Barão de Tschudi, ao trilhar aquêlê caminho, em outubro daquele ano de sessenta.

De Viana, onde Dom Pedro II se demorou uns poucos minutos, acompanhou a sua comitiva uma cavallhada composta de mais de quarenta animais montados pelos fazendeiros e alguns colonos mais abastados.

«Ao entrar na Colônia», — escreveu o correspondente do *Jornal do Comércio* — «e demorando-se poucos instantes em frente a uma pequena casa de palha para beber água, foi S.M. rodeado pela família que nela habita, a qual possuída da mais ardente alegria, não cessava de beijar-lhe a régia mão, e uma das mulheres dessa família, com os olhos rasos de lágrimas, assim exclamou:

— É o Deus da nossa terra!»

Sigo os apontamentos do Imperador:

«Prazo de Matias Marcks com lindas laranjeiras e casa de sobrado, bonita vista».

Adiante, êle escreveu ainda sôbre êsse colono: «O Matias Marcks que trabalhou de ferreiro, no princípio, aqui na Vitória já tem dinheiro e rendas».

«A estrada do Imperial Afonsino» — prossegue o Diário — «passa pelos cabeços de altos montes a N. começando a desviar-se da direção da estrada da Colônia na Lama-Prêta.

«Prazo do Nicolau Effigen e colono mais remediado está no vale».

Êsse novo templo, que fôra construído mais para o centro da Colônia, próximo à moradia do Diretor Jahn, «simples, pequeno, porém bonito», como o achou o Barão de Tschudi, estava sem pastor:

«Morreu o padre protestante de Sta. Isabel; viúva muito pobre» — anotou D. Pedro, noutra página.

Antes de chegar à igreja católica da Colônia, ou melhor, capela que tinha por orago a S. Bonifácio, agravou-se o incômodo que vinha sentindo:

«Vomitei mesmo a cavalo.

«O padre católico veio em procissão com o painel da Virgem adiante ao meu encontro, apeei-me e tornei a cavalgar.

«Igreja católica simples mas bonita, sendo o retábulo de cedro e muito bem esculpido, obra do colono Nicolau Sidner».

S.M. entregou ao capelão Pedro Regalado para acabamento das obras da capela, que era uma obra bem trabalhada, de pedra e cal, em estilo gótico, a importância de oitocentos mil réis e destinou quatrocentos e cinqüenta mil réis aos pobres.

Continuo a transcrição da caderneta:

«O Sapucaí ficou para representar-me no batismo dum filho de colono nascido hoje; a casa do cura é defronte da Igreja e há outras casas entre as quais a do Sidner.

«5h — Bela mata de quase légua com poucas derrubadas.

«6 menos 10 — casa do diretor bem arranjada. Há caminho para diante e prazos entre os quais os do Surdo até a passagem do Morro do Chapéu n'um braço, ao N. do Jucu, na extensão de 3; mas não fui lá por bastante incomodado.

«Tenciona-se levar esta estrada até o Imperial Afonsino evitando-se assim a serra de *Pirão Sem Sal*, e com encurtamento



talvez de 3 léguas é caminho para Minas. Os colonos já negociam com os mineiros atravessando n'uma canoa no morro do Chapéu. Trata-se da medição de prazos para o S. do lado do Pôrto de Araçatiba onde os colonos acharão assim mais um pôrto no Jacarandá, afluente do Jucu.

«Esta Colônia é mais bonita que a de Santa Isabel [?], mas o terreno parece não ser tão bom para plantações que são de milho e mandioca principalmente, tendo visto muito menos cafezais que na outra, e tem menos água por onde andei, dizendo-me o diretor que parece bom (Adalberto Jahn) e tem regular escrituração segundo ouvi do Presidente, não tendo podido examinar uns livros que se achavam no meu quarto em casa do Jahn, que há muito mais água nos prazos acima de sua casa que está a 400 br. ainda que o Jahn observou com aneróide que às vêzes quando visivelmente subia indicava menor altura».

«O Jahn queixa-se da escolha dos colonos e advoga a necessidade de severa disciplina».

Na residência do Sr. Adalberto Jahn, o Imperador além de ser assistido pelo médico, encontrou cama macia e um ambiente de ordem e bom gôsto proporcionado pela gentil e culta dona da casa. Recolheu-se cedo, marcando a hora da partida do dia seguinte para as três da madrugada, mas já às duas se mostrava acordado, reiterando a recomendação da hora de arrearam os cavalos. E antes que os raios da lua em quarto-crescente se encobrissem, êle apresentava-se para cavalgar, precisamente às três horas, tranquilizando a todos com a declaração de que se restabelecera do incômodo.

Deixou a casa do diretor Jahn antes do alvorecer, «partindo com escuridão, mais aumentada pela sombra da floresta que borda a estrada da Colônia...» — ajuntou o repórter do jornal carioca à sua detalhada narrativa.

S.M. nunca se esquecia de consultar a hora:

«31

«4 1/2 — ponte do Jucu. 7 — Viana — 8 1/2 — Matriz que se queimou em 1848, se bem se lembra o Vigário».

O fundador da Colônia de S. Isabel, futuro Visconde de Bom Retiro, pôde esclarecer melhor o ocorrido:

«O Pedreira disse-me que suspeitava que a Igreja de Viana tivesse sido queimada em principios de 1840 por ordem d'um missionário que, tendo recebido [sic] para sair d'aí visto alimentar cizânia entre protestantes e católicos, mandara queimar a igreja para dizer que era castigo do céu».

Em novembro de 1818, quando da visita de Saint-Hilaire a Viana, estava sendo acabada a torre desse templo, que o sábio francês considerou como um dos mais bonitos que elle visitara no Brasil.

Havia uma comissão, em Viana, que fôra incumbida dos preparativos da recepção ao augusto monarca. Compunha-se dos Srs. Tenente-Coronel Torquato Martins de Araújo Malta; Capitão Freire de Andrade; o macróbio Francisco Coelho de Melo, primeiro fazendeiro dos que ali se estabeleceram; Manuel Vieira Falcão e Francisco Martins de Jesus, que maior empenho revelou, mostrando-se à frente de todos os trabalhos.

Velha legenda na testada do templo, cuja pedra fundamental fôra lançada pelo Governador Rubim, em 15 de dezembro de 1814. chamou a atenção de S.M. que a anotou:

«Em cima da Igreja.

«Estando no Brasil o Príncipe Regente sendo intendente da policia Paulo Fernandes Viana. Francisco Alberto Robim. Ano de 1814».

Em página adiante, elle acrescentou:

«Perto desta Igreja havia uma casa grande edificada pelo Robim para palácio e que já desapareceu pois ordenando aos roceiros que cortassem certo número de paus com ameaça de bolos para os que o não faziam elles falquejaram a madeira mais mole.

«Os coqueiros que se vêm perto da Igreja também foram mandados pelo Robim ao pai do Fernando Castelo. Como Governador era o vexame dos roceiros».

Saint-Hilaire, ao mesmo tempo em que apreciou a igreja, dedicada a N.S. da Conceição, fêz restrições ao mau gosto arquitetônico do «Palácio de Campo» do Governador Rubim: achou-o um casarão mal dividido, de janelas quadradas, pesadas, com a entrada lateral e sem um jardim.

Da igreja de Viana passou Dom Pedro II à escola de 1.<sup>o</sup> classe, onde se sentou na cadeira do mestre, mas não procedeu ao seu costumado exame direto, salvo do livro de matriculas e de alguns cadernos de caligrafias. Ordenou ao Professor Moraes que interrogasse os seus alunos e eis a impressão que teve:

«Aula de meninos de Júlio Canindé Paula de Moraes. Matriculados 28 — 18 a 23 de freqüência. 1.<sup>o</sup> lê sofrivelmente, nada de gramática, soma mal; 2.<sup>o</sup> lê pior; nada de gramática, soma só. 2 monitores, os mais adiantados, que já sabem dividir estão na Vitória — principiam a gramática (Rezas pouca doutrina) 1.<sup>o</sup> Há

um ano. 2.º Há 5 anos. O professor tem ar inteligente. Letra dos rapazes má e a do professor não é boa».

Em seguida, S.M. recolheu-se ao muito cômodo aposento que lhe fôra preparado pela comissão.

«Pouco depois», — escreveu o correspondente do *Jornal do Comércio* — teve lugar o almôço que primou pelas delicadas iguarias e pela rica e antiga louça da Índia e objetos de prata em que foi servido.

«Finda a refeição, ordenou S.M. que se chamasse o vigário da freguesia a quem mandou entregar uma esmola de quinhentos mil réis para os pobres e trezentos mil réis para a obra da igreja».

Os detalhes do curso da viagem são ainda revelados pelo mesmo repórter:

«Sendo o sol muito ardente, resolveu S.M. passar na freguesia até tarde, e depois de um opíparo jantar, servido em duas mesas, seguiu para a cidade, acompanhado de mais de 60 cavaleiros, habitantes de Viana, que dessa forma quiseram prestar ao soberano uma homenagem do seu amor e dedicação.

O trajeto de Viana a Pôrto-Velho (perto de quatro léguas), Dom Pedro II cavalgou em uma hora e cinquenta minutos, sem discrepâncias do seu relógio e o do repórter que cronometrou o mesmo tempo de percurso. S.M. escreveu:

«Saí de Viana às 3 1/2 da tarde e às 5 e 20 no Pôrto-Velho. Muitas motucas pelo caminho. Uma grande montanha de granito no lugar dos Buiaiaias tem o mesmo nome ou o do *prêto Atalaia* por ter aí morado no cimo um *prêto* que assim chamavam, há no alto dessa montanha muito boa água».

Antes de Pôrto-Velho, os fazendeiros despediram-se, ou melhor, foram dispensados por S.M. de chegarem aquêlo logradouro, pois entardecia e ameaçava chuva.

Reduziu-se a comitiva aos Srs. Ministro do Império, Doutor Leão Veloso, Dr. Pereira Pinto e Dr. Jacobina.

Os sinos das igrejas de Vitória não haviam ainda dobrado o ângelus quando a galeota imperial encostava no Cais das Colunas, onde multidão aglomerada e oficialidade ergueram vivas entusiásticos ao seu soberano.

Na mesma tarde, Dom Pedro II escreveu uma carta à herdeira presuntiva do trono, sua diletta filha:

«Vitória, 31 de janeiro de 1860.

«Cara Isabel

Acabo de chegar da rua e Colônia de tua santa que é muito bonita.

«Estive um pouco incomodado do estômago, mas creio não ter mais nada.

«Amanhã sigo para o Rio Doce e a 11 lá me terás no Rio, talvez antes das 7 da manhã.

«Queria mandar-te um pedaço do antigo nicho da imagem de N. Senhora do Convento da Penha daqui, mas a minha maleta ainda não chegou. Também vem com as cargas uma linda caixa de madeiras marchetadas que me deram para ti na Colônia de Santa Isabel.

«Adeus! O vapor espera só as cartas para partir, e já as aguarda desde ontem.

«Recebe a benção saudosa de

«Teu pai extremoso

«Pedro».

À noite, caiu um aguaceiro.

•

## MESTRE-ÁLVARO E VILA DA SERRA

O monte de Mestre-Álvaro «que se vê com tempo claro até de 60 milhas ao mar», conforme notara Dom Pedro II, quando o *Apa* se aproximava de Vitória, constituiria um dos primeiros atrativos para a exploração dos colonizadores.

No mesmo ano de 1535 em que o bravo capitão português tomava posse da capitania, êle decidira esquadrinhar as cercanias de onde aportou, organizando uma numerosa expedição bem prevenida de armas contra o gentio, a qual atingiu os arredores daquele monte.

Decorridos vinte anos, o jesuíta Lourenço Brás e outros, colhendo os frutos da catequese, conseguiram fundar ali, com os Temiminós chefiados por Maracaiaguaçu, o primeiro aldeamento de índios da capitania.

Passados mais dois séculos, a igreja que se edificou no povoado era elevada a freguesia.

Em seu livro do ano de 1817, Aires de Casal publicou êsses informes: «O Monte de Mestre Álvaro, que é uma montanha quase circular, vistosa, e a mais alta da costa, perto de três léguas afastada da praia, em partes escalvada e de rochedos, noutras povoada de matas com grandes pedaços cultivados, cujos agricultores são geralmente paroquianos da Freguesia de N. Senhora da *Conceição da Serra*, por estar dentro do recinto da sua circunferência. É onde se criam árvores do melhor *bálsamo*, que sai da Província: fica entre os rios Caraipe, e o dos Reis Magos: e teve um vulcão na antiguidade».

A propósito dessa última observação, Dom Pedro II escreveu no diário:

«Nada consta a respeito do vulcão no Mestre-Álvaro, mas ouvi ao Juiz Municipal que parecia haver aí ouro».

O 1.º Donatário convenceu-se que o único resultado prático da expedição àquele monte era a urgente necessidade, sentida, de aumentar o número de imigrantes, para o povoamento e a conquista do seu «vilão farto». Quanto aos minguados e audaciosos



homens que trouxera no barco *Gloria*, deram prova de possuírem «faro» de faiscadores...

«O verdadeiro nome da alta montanha» — anotou Dom Pedro II — «parece ser Mestre-Álvaro, atribuindo-se esta denominação a ter ela servido de ponto de marcação a um mestre de navio chamado Álvaro, segundo ouvi ao Meireles. O Juiz Municipal e o Azevedo disseram-me que o missionário Fr. Gregório de Bene plantara uma cruz no lugar mais alto da montanha. O d'Arlincourt, segundo o Azevedo, não subiu tão alto, fincando uma bandeira num cabeçaço que fica encoberto do lado da Serra pelo resto da montanha».

Noutra parte do diário, fêz o Imperador mais esta observação:

«O Mestre-Álvaro tem muitas roças e há água em cima e mesmo uma espécie de lagoa, segundo dizem».

No ano seguinte à publicação da corografia de Casal, o insigne viajante estrangeiro, Augusto de Saint-Hilaire, cortava a cavalo aquela região. O importante é que o caminho que andou foi o mesmo percorrido em idênticas condições pelo Monarca, naquela manhã de quarta-feira, dia 1 de fevereiro de 1860.

Eis como S.M.I. abriu os apontamentos dessa viagem:

«Saída de Vitória 4 1/4; Jucutucoara 4 3/4: O Almeida Pereira ouviu que o dono desta fazenda, o Monjardim, nada fazia, por não prestarem as terras e sobretudo pela má direção, sendo a almanjarra presa com embiras, tendo aliás cento e tantos escravos; fazenda de Maruipe ou Maraípe, do Desembargador Souto; ponte de pau com 6 pilastras e cabeceiras de pedras do mesmo nome já bastante arruinada 5 1/4»;

Interessante a coincidência no estado da ponte sobre o canal de Maruiaçu, construída no finzinho do século (1799 ou 1800), que o naturalista francês encontrou como um mundêu, em estado de desabar.

Margeando a praia ou atravessando os matos da campina reverdecidos pelas chuvas, S.M. freou ligeiramente o animal sobre uma colina, olhando o mar:

«Bonita chapada de outeiro chamada Tapera com bela vista descobrindo-se o Convento da Penha; o caminho bifurca-se tomando o da direita para Carapebus (Carapibué do St. Hilaire?) e Ponta do Facho assim chamada talvez por pescarem de facho nos recifes próximos»;

«O terreno» — escreveu adiante — «é pela maior parte argiloso; mas durante certo espaço depois da ponte de Maruípe, apresenta-se com algum aspecto de restinga».

A região, de vasta baixada, apresentava alguns brejais onde as piaçocas e os quero-queros assustados com o piquete de guardas, à frente da comitiva, entravam em alarido.

Ficava na margem da estrada a fazenda de Carapina, que há mais de dois séculos os jesuítas estabeleceram, procurando garantir a subsistência do Colégio de Vitória com açúcar, farinha de mandioca, cereais e olaria, como fonte de rendas. A povoação do mesmo nome, elevada a Freguesia, três anos atrás, constituia-se de umas poucas casas isoladas, onde S.M. não se deteve.

E eis as suas observações da região:

«Carapina com algumas casas; a igreja fica um pouco afastada para a esquerda assim como a escola; é freguesia; à esquerda deixei uma porteira que conduz à antiga fazenda dos Jesuítas do mesmo nome 6 1/4; Campo de camaris mais ou menos espalhados e belo pasto com boas águas que não aproveitam para criação com medo dos furtos; tendo também ouvido a Henrique d'Azevedo, um dos principais fazendeiros que estudou até o 4.º ano no Colégio de Pedro 2.º, sendo sofrível estudante, se bem me lembro, que o gado se engorda a princípio, emagrece depois n'esse pasto por ser seco, o que não está de acôrdo com a informação a respeito das águas que me deu o tio, o Capitão Meireles, o qual me disse estender-se o pasto de Carapina até Caraipe e da Ponta do Facho até a Serra, sendo quadrado de talvez 2 léguas de lado; pasto cercado com mato fundo, do português Fraga, com casa e loja de negócio sôbre a estrada; pouco adiante acabou o pasto.

«7 menos 7m, começa o lugar chamado das Laranjeiras tendo à esquerda um morro destacado de granito, ou ligando-se por pequenas alturas ao Mestre-Álvaro, que sempre vou vendo à esquerda e para diante, direção de N.O. do mesmo nome»;

Nesse local, aguardavam a S.M.I. um grupo de fazendeiros e moradores da Serra, os quais, mal avistaram o piquete de cavalaria, se puseram a soltar foguetes e a erguer vivas ao Monarca, que não deixou de registrar o encontro, mas omitiu as ovações:

«Descendo a ladeira das Laranjeiras, encontrei o Juiz Municipal Antônio Joaquim Rodrigues, o Henrique d'Azevedo e mais gente da Serra.

«7 1/4. As colinas do lugar chamado Campinho cortam as altas montanhas mais afastadas entre as quais o morro Escalvado,

tendo defronte o Maracapuaba que tem figura cônica, o morro do Céu, e a serra dos Aimorés, tornando-se a vista pitoresca.

«Atravessando o pasto natural, mostrou-me o Meireles ao longe a Igreja de Carapina e a do Queimado tãda resplandecente com os raios do sol. A estrada é boa e só encontrei duas extensões maiores de água talvez devido a muita chuva da noite passada».

Ao marcar o relógio de S.M. as oito horas da manhã, êle entrava, seguido da sua grande comitiva de cavaleiros, na vila da Serra. Em menos de quatro horas o bom cavaleiro acabava de percorrer cinco léguas puxadas:

«A viagem foi feita em marcha apressada. — Anotou — O segundo cavalo que tomei, passada a pé a ponte de Maruípe, para maior segurança, é muito bom e pertence ao Tte. Coronel Torquato Malta, rival do Fernando Castelo em Viana; passa por bom homem; mas não goza das simpatias gerais como o último, que se prestou da melhor vontade a acompanhar-me na viagem do Rio Doce; só lhe tendo falado ontem nisso o Presidente; é uma espécie de Calaça; porém mais calado, e a êle se deve em grande parte o estabelecimento das duas Colônias que já visitei».

A vila da Serra que, naquele tempo, atingia uma população de mais de dois mil habitantes, andava em franca prosperidade com o surto da lavoura do café. Em face dos altos preços alcançados no mercado do Rio de Janeiro, os fazendeiros não queriam mais saber de outra cultura. A mandioca, que os menos dotados de recursos preferiam plantar, exigia a sustância da terra das derrubadas novas e além disso encontrava ali, como aliás em tãda a Província, um inimigo inclemente: a afiada tesourinha das formigas.

E como os canaviais andassem atacados de doenças, isso contribuía para aquela «febre popular» do café.

Dom Pedro interessou-se por tais problemas e anotou:

«A cana caiana tem-lhe dado a peste, e agora plantam a crioula; dá bem café, e plantas alimentícias, mas as terras estão cansadas».

Apesar da carestia da vida, cujas causas o Presidente Olímpio Carneiro Viriato Catão procurara estudar, fazendo uma *enquête* entre os mais experimentados fazendeiros dos municípios, os serranos não choravam miséria; pelo contrário, mostravam-se numa situação de abundância que não escapou à observação arguta do Monarca:

«Apareceram poucos pedidos e só um d'esmola».

Não obstante, o bolsinho foi pródigo, ao distribuir a quantia de seiscentos mil réis [!] para os pobres da vila; quinhentos mil réis para o cemitério e outros quinhentos para a matriz.

S.M. anotou essa impressão mais ampla que lhe causavam os capixabas:

«Nesta Província há muita indolência e acanhamento e tendo mulheres que animam os maridos a dar vivas e beijar-me a mão».

Dentre as pessoas incumbidas dos preparativos daquela recepção, colocava-se em primeiro lugar o Major Antônio Pinto Loureiro, proprietário de uma rica fazenda no extremo do município, distante duas léguas e meia da vila da Serra. Além de preparar a capricho o seu sobrado na vila, para acolher condignamente a S.M.I., enfrentando todos os embaraços, êle conseguiu organizar uma banda de música; adquiriu instrumentos e uniformes novos e incentivou os músicos no ensaio de alguns dobrados.

Na verdade, houve geral colaboração dos serranos que, de bom grado, enfeitaram as sacadas das suas casas, contribuíram para capinar as ruas, e ornamentá-las com arcos de bambú, fôlhas de palmeiras e bandeirolas.

Dom Pedro II observou o aspecto da vila:

«8h Serra. Bem situada ao N. do Mestre-Álvaro que lhe está a cavaleiro. Estende-se por colinas com algumas casas sofríveis e de sobrado, como a em que estou, do major de seção de batalhão da G.N. da freguesia Pinto Loureiro».

E adiante:

«As ruas são largas; mas irregulares, e não calçadas. A povoação tem mil almas; porém calculo-o pelo número aparente de casas».

Espoucavam foguetes; repicava o sino da velha igreja; erguiam-se vivas ao Imperador.

S.M. atravessou a rua principal e apeou em frente à modesta casa da Câmara onde a edilidade o aguardava.

A banda de música tocou o Hino Nacional e logo depois o Juiz Antônio Joaquim Rodrigues ergueu um viva ao Monarca Brasileiro e o convidou para entrar no edifício da Câmara, onde lhe foi oferecida a chave da vila.

«O Juiz Municipal» — anotou D. Pedro — «está aqui há 7 anos, e, tendo presidido já a sessão do Júri, disse-me que há abusos nas absolvições».

O acanhamento da sala e o dos representantes da municipalidade, bem como a premência da hora, pois já na igreja Frei



Wandelino Gaim d'Insbruck aguardava para iniciar a missa, pouparam S.M. de ouvir um discurso, episódio que êle não deixou de louvar:

«A casa da câmara térrea é muito pequena. O vereador que serve de Presidente tem 1 voto; porque todos os outros s'escusaram, e contudo quem lhe passou o papel do discurso, que felizmente só entregou, foi o Vereador Pimentel, o mais votado com 40 e tantos votos; a chave da vila estava ainda sôbre uma salva dentro d'um almário d'onde a tiraram para m'a oferecerem. A Câmara reunia-se d'antes do Consistório da Matriz onde também se tem reunido o júri que já uma vez não teve lugar por falta de casa.

«Começou-se, por subscrição, uma casa de sobrado para casa da Câmara, júri, etc. e cadeia; mas está parada, tendo-se gasto 2 contos, orçada a obra em 10 que decerto não chegam; pois as obras custam muito caro aqui».

Da breve cerimônia no edifício da Câmara, passou S.M. à igreja de N. Sra. da Conceição, onde ouviu missa.

«Matriz sofrível» — escreveu — «feita há mais de 80 anos, tem o telhado em parte arruinado no corpo da Igreja, e quase de todo na sacristia. Começou um devoto uma capela do Sacramento cujos muros por acabar servem agora de recinto do lugar onde s'enterra. A primeira Igreja era na várzea».

Após a missa, realizou-se a parada da Guarda Nacional, abrilhantada pela banda de música, à qual S.M. assistiu do sobrado de três pavimentos, estilo colonial, construído no ano de 1835, residência do Major Loureiro, ao lado da igreja matriz.

«A G.N.» — anotou o Imperador — «tem 200 armas e não se apresentou mal, trajando o Major e outros oficiais suas fôlhas d'Independência, assim como pessoas do povo».

Havia, de fato, um contagiante entusiasmo popular que inspirou ao correspondente do *Correio da Tarde* êsse tópico: «... fora a capital, a Vila da Serra foi quem mais se distinguiu em demonstrações de contentamento pela visita imperial».

Girândolas espoucavam a todo instante, extasiando a escravidão e os negrinhos que corriam para catar as flechas.

Dom Pedro devia estar com os ouvidos azucrinados, ao escrever:

«Foguetes como em tôda parte; mas infelizmente ainda não pegou fogo no telhado de palha de nenhuma, havendo algumas d'essa espécie na Vila da Serra».



Antes de almoçar, S.M. visitou a escola de 1ª classe do sexo masculino, onde colheu essas impressões:

«Aula de meninos de José Ribeiro da Silva Rosa. Ainda não tem livro de matrícula porque diz que foi nomeado há pouco e o antecessor o não deixara; mas d'um caderno cuja letra do professor é sofrível — consta que há 50 matriculados, 30 de frequência. 1º lê bem; mas pronuncia mal por causa do lábio Iuperino; respondeu bem em gramática; acha bem o 4.º termo d'uma proporção, e acha igualmente a d'uma regra de 3 composta, estuda já há 4 para 5 anos; mas nesta há 3 meses. 2.º lê quase que bem, decora gramática; não está bem certo. Há um ano. Só sabem as rezas alguns e assim mesmo mal. Letra sofrível e a melhor é do 1.º Miguel Barbosa Leão».

O almoço, servido na casa do Major Pinto Loureiro, teria sido apetitoso; não encontrei, todavia, nenhum detalhe concernente ao mesmo.

Dom Pedro II não se descurou de informar sobre as obras públicas do município:

«Há uma obra de importância que parou no comêço recolhendo-se o resto do dinheiro à tesouraria e é um canal ligando o rio Una ao braço de mar que atravessa a ponte de Maruípe, para que as embarcações descendo o Una não tenham depois de sua foz de passar pelo Lameirão onde se tem virado com ventos rijos».



## REIS MAGOS OU NOVA ALMEIDA

Como a invasão das formigas na Aldeia Velha produzisse verdadeira devastação nas roças dos Tupiniquins, foram êles transferidos para uma sesmaria abandonada, em sítio próximo, chamado *Iapára*, que, em português, quer dizer *torto*. Isso aconteceu nos princípios do século XVII.

O lugar do novo aldeamento, uma colina com aprazível vista marítima, passou a chamar-se Reis Magos: situava-se à foz do rio dêsse nome, primitivamente conhecido por *Nhunpanguá e Apiaputang*.

Na periferia de um grande terreiro, ergueram-se as palhoças dos índios e, do lado norte, construíram-se a Igreja de S. Inácio e Reis Magos e, agregada, a Residência dos Jesuítas, sólidas construções de pedra e cal, inauguradas no ano de 1615.

Essa antiga aldeia, além de tornar-se importante núcleo de catequese, gozava da preferência dos noviços que chegavam da Europa para a aprendizagem da língua brasilica. Consta que ainda em 1820 um vocabulário manuscrito, que lhes teria sido útil ao estudo, era guardado no Colégio.

Reis Magos prosperou: sua população foi acima de 2.000 indígenas e a sua Igreja, com lindas alfaias de prata, chegou a ser uma das mais ricas da Província.

No ano da visita imperial, comemorativo do centenário da instalação da vila e mudança de nome para Nova Almeida, a vila contava com umas noventa casas, a maioria agrupadas na grande praça, sendo a metade coberta de telhas. A população do município vivia da pesca, da lavoura de cereais, do corte de madeiras e dos artesanatos de louças de barro e fiação do algodão. Fabricavam um tecido tão grosseiro que quando não era utilizado para

sacos, só os negros e os índios o aproveitavam no ajaezarem as suas roupas.

Como nas demais localidades da Província, ao chegar a notícia de que S.M. se dignaria de visitar aquêlo povoado, os seus moradores encheram-se do mais justo orgulho e, dentro da modéstia e pobreza que os dominavam, procuraram enfeitar as casas, roçar e capinar os matos maiores que enfeavam a praça, e cuidar dos reparos mais urgentes das estradas.

A comissão de tais preparativos, composta do Juiz de Direito em exercício na Comarca, bacharel Antônio Gomes Vilaça, do Sr. Francisco Urbano e do vereador Manuel Soares Leite Vidigal, não dispunha de muito tempo nem do numerário necessário, tanto assim que não pôde reparar as ruínas em que se encontrava parte do edificio do Convento, que servia de Paço Municipal e de cadeia.

Segundo notícia do correspondente do *Correio Mercantil*, «... o Sr. Urbano, apesar de gravemente doente, ofereceu-se ao Sr. Veloso para ir à vila de Nova Almeida, dez léguas distante da capital, auxiliar ao Dr. Juiz Municipal e ao Sr. Soares nos preparativos da recepção imperial, e isto talvez oito dias antes da chegada de S.M., quando o Sr. Veloso não sabia para onde devia voltar-se com as inúmeras providências e expedições que devia fazer, em uma vila balda de recursos mais mezinhos, como é a de Almeida, e o Sr. Urbano deu conta satisfatória de tal missão».

Precisamente às 15,30 do dia 1.º de fevereiro, quarta-feira, Dom Pedro II montava a cavalo na vila da Serra, a caminho da vila de Nova Almeida. Acompanhemos o itinerário que percorreu, reproduzindo às próprias observações:

«Tarde.

«3 1/2 partida; pouco depois o caminho bifurca-se e o da direita maior talvez um têtço, segundo dizem, que o seguido por mim, encaminha-se ao povoado de Caraípe; é melhor do que aquêlo, e quando a maré está vazia dá vau o rio Caraípe; 4 e 25 fazenda do Rio Novo, do Tenente Simiano. Descendo o monte, chega-se a um braço do Caraípe, cuja margem é de lagedo.

É fundo e nunca dá vau; passei-o em canoa; passou grande parte dos cavalos a nado, arrearam-se e pude continuar viagem às 4 3/4. Do alto do monte fronteiro tem bela vista descobrindo-se as margens verdes do rio, e à direita, afastado, o Mestre-Álvaro, donde o Juiz Municipal me disse, depois de ter passado o rio, que o informaram se ouviam às vêzes estrondos que talvez sejam de alguma caxoeira [sic] que as há por aí.

Fazenda do Quintino, irmão do Major Pinto Loureiro: bebi água daí, que não era boa; chapada com camaris; lugar mau por dentro do mato já de capoeira, por causa dos caldeirões que estiveram com canas doces cuja fermentação muito mau cheiro dava com o da lama; extensa chapada; bela vista d'um lugar que o Monjardim disse hamar-se Putiri, nome que não conhece o Manuel Inácio das Chagas, estabelecido há anos na vila de Serra e que me serviu de guia. É filho de Pôrto Alegre, da família Chagas, e irmão do sargento Desidério Chagas, comandante d'uma escolta, e que os rebeldes mataram depois de prêso por não ter querido rapar o bigode de legalista. Comprou meia légua de terras da nação no Timburi onde se quer afazendar.

«Do Putiri vê-se o campo muito verde por onde corre o rio dos Reis Magos, que de certa altura para cima se chama Sauanha e de que uma das cabeceiras é o Timburi, e ao longe bem situada na fralda d'um monte a casa da fazenda Jaburuna.

«Fazenda de Cassaroca tem quase a mesma vista; extensão de mais ou menos areia, com lugares de mato de capoeira, tendo visto uma flor branca bonita que me disseram chamar-se jasmim d'areia.

«Barra do rio dos Reis Magos, e no monte o fundo do Convento ladeira e praça extensa e relvosa da vila»;

A uma distância de duas léguas antes do povoado, um numeroso grupo de fazendeiros, a cavalo, esperava a S.M. para incorporar-se na comitiva.

Muito antes que os primeiros cavaleiros assomassem à ladeira que conduz à grande praça, noitinha, já o sino da matriz dera o sinal festivo da aproximação do Imperador que vinha pela estrada do centro, fazendo ajuntar o povo, formando em duas alas desde o paço da Câmara Municipal até a estrada da Praça. Destacavam-se, à frente, o pároco Manuel Antônio dos Santos Ribeiro; o professor de primeiras letras, José Maria Mercier, presidente da Câmara e os seus demais colegas edis: Sebastião Nunes Barbosa;

Manuel Joaquim dos Reis; Manuel Ferreira de Moraes; Manuel dos Santos Simões; Manuel de Matos Soeiro Borges e o muito preocupado com tôda aquela formação, Manuel Soares Leite Vidigal.

Ao surgir o Monarca, atravessando entre as alas, foi saudado por girândolas e vivas entusiásticos dos habitantes da terra dos Manueis.

Ainda dessa vez, Dom Pedro II não se esqueceu de consultar o relógio. Ele registrou a hora da chegada e observou o estado do Convento, que sofrera consertos incompletos há quatro anos atrás, isto é, em 1856, no govêrno do Barão de Itapemirim:

«Entrada no convento, 7 menos 5. O convento de sobrado tem a frente para a praça quadrangular havendo na extremidade oposta uma pequena casa de sobrado; a única que vi até agora, sendo bastantes cobertas de palha, e o lado esquerdo, para o mar e barra do rio; a parte dêste lado para o fundo, e os outros dois lados estão em ruínas, consertando-se a parte que serve de casa da Câmara com 1 dos 2 contos que deu o Govêrno Geral, tendo o outro caído em exercício findo».

Seguem-se as impressões que lhe causaram os mananciais da vila, e como de tôdas as ocasiões em que levou a sua generosa mão ao famoso bolsinho, nos auxílios distribuídos, fêz omissão dos quinhentos mil réis que doou para o consêrto de uma daquelas fontes públicas:

«A água do Iriri daqui a 1 légua; a do poço dos Padres Jesuítas, aqui perto, a 1/4 d' hora de ida e volta, e que foi consertado agora é menos boa, talvez por ser o consêrto recente, e quem sabe se imperfeito, e a que o povo bebia antes do consêrto do poço dos Padres ruim».

S.M. entrou na Igreja do Convento para persignar-se.

Aquela igreja paroquial dos Santos Reis Magos há muitos anos que estava sem um pároco colado. Mas o padre Antônio dos Santos Ribeiro, da vila de Santa Cruz, acompanhou o augusto monarca e prestou-lhe algumas informações:

«O vigário disse-me que a freguesia tem 2 mil e tantas almas e que a vila não chega a ter 200. Não cuidam mais do bicho da sêda da mamona; o vigário ficou de mandar-me casulos daqui.

«Aqui tiveram os Jesuítas uma cadeira de língua geral indígena que julgo ser a mesma dos Tupiniquins».



Noutro local, anotou ainda impressões sobre o padre:

«O vigário Santos Ribeiro é inteligente; mas chefe de partido; o Bispo protege-o, é encomendado, são informações do Presidente».

Filho de Nova Almeida, aquêlê padre era considerado como uma das maiores inteligências que representavam o clero na Província. Por várias vêzes fizera parte como membro da Assemblêia Provincial e alguns dos seus discursos foram estampados no periódico *Regeneração*, em 1855. Os seus adversários o acusavam de intrigante, politiqueiro e vingativo e recordavam a sua vida irregular, no comêço da carreira, quando se amancebara com uma mulher da qual tivera dois filhos, já então adultos.

Da igreja foi S.M. conduzido para os aposentos que lhe estavam reservados, onde lhe foi servido um jantar ligeiro, que tanto para os moradores da Vila quanto para êle, àquela hora, era já considerado uma ceia.

A nota pitoresca foi a sobremesa: mel em cuia...

Às 20 horas, Sua Majestade Imperial dignou-se de receber a Câmara Municipal, tendo na ocasião usado da palavra, o seu presidente, para a entrega da chave do município, ao augusto visitante, que assim respondeu:

«Agradeço muito à Câmara Municipal de Nova Almeida os sentimentos de fidelidade e adesão que consagra ao seu Monarca».

Deu-se, após, a cerimônia do beija-mão.

S.M. tomou mais essas notas:

«A enxovia é por baixo da Câmara e o Presidente desta disse que má e úmida. Não tem presos. Livros de entradas de óbitos, e de portarias não de têrmos de visita; foi o que ouvi».

Mesmo ruim, necessitando de assoalho, caiação, divisões de xadrez e assentamento das grades da janela, aquela cadeia, dotada de carcereiros, era a única do têrmo judiciário, que compreendia mais as vilas de Santa Cruz (sede) e Linhares.

Sendo Nova Almeida povoação tão antiga, a municipalidade deveria possuir um rico arquivo, com documentos merecedores do acurado interêsse e exame de Dom Pedro. Com efeito, os mais antigos alvarás, cartas de leis, ordens régias, officios e documentos

diversos, existiram ali. Mas um alienado, conseguindo fugir da enxovia onde estava prêso, chegou ao arquivo da Câmara e rasgou os livros e os papéis que achou, destruindo tão rico acervo.

Graças ao empenho do professor José Maria Mercier, alguns dos mais importantes documentos haviam sido copiados e dois anos depois da visita do Imperador foram impressos em um opúsculo na tipografia do *Correio da Vitória*. Essa dedicação mereceu, posteriormente, o elogio do padre-poeta Antunes de Sequeira:

«Teve a Câmara livro curioso  
Do *Tombo*, para os seus anais;  
Porém o seu arquivo carunchoso  
Já não possui dos restos os sinais!  
Inda assim, outrora, um caprichoso  
Dêle extraiu memórias:  
Em trevas ficou tudo sepultado,  
Tal é nosso desleixo desazado!»

S.M. foi atraído por uma Banda de Congo que os caboclos formavam em louvor a São Benedito.

Ele anotou:

«Dança de caboclos com as suas cuias de pau de cegos para esfregarem outro pau pelo primeiro».

O ritual dos ancestrais consistia em formarem um círculo, acorados, e ao mesmo tempo em que seguiam o ritmo da música, marcado pelos tambores, reco-recos e o chocalhar de uma cabaça contendo sementes, batiam com as mãos espalmadas nos peitos e nas coxas, fazendo caretas e trejeitos e produzindo sons guturais que mais pareciam guinchos.

Os prêtos juntaram à orquestra um outro instrumento de percussão, o ferrinho ou *triango*; modificaram a coreografia e incorporaram cantigas entoadas em côro e solo.

O instrumento que chamou a atenção de S.M.I., a ponto de merecer do seu lápis de desenhista um rápido bosquejo, a *cassaca*, *casaca*, ou *reco-reco de cabeça*, era típico e sui generis do folclore capixaba. Assim o descreve modernamente Guilherme dos Santos Neves: «...um cilindro de pau, de 50 a 70 centímetros de comprimento, escavado numa das faces em que se prega uma lasca de bambu com talhos transversais, sobre os quais se atrita uma vareta.



*Festa de S. Benedito, num desenho de F. Biard, vendo-se um dos participantes da Banda de Congo tocando a cassaca ou reco-reco de cabeça, instrumento que D. Pedro II desenhou em detalhe. — O caboclo portador da imagem estava revestido de uma túnica branca e segurava um guarda-chuva encarnado. O «comandante» vestia uniforme azul celeste, todo enfeitado em vermelho. O seu chapéu de dois bicos ostentava, como emblema, uma rodela com três cerejas bem vermelhas e a baliza que êle segurava tinha na extremidade um penacho também colorido.*



Na extremidade superior dêsse reco-reco se esculpe, na própria madeira, uma cabeça grotesca, com pescoço comprido, lugar em que se segura o instrumento».

Seja servido para entre d'um e  
com o pescoço de d'el.



Cassaca

Na noite de noite tomei um  
cassaca. Tive também com a  
com o corpo de todos os corpos  
peller d'um lado. e chocalli

Eis o desenho, em tamanho natural, da cassaca ou reco-reco de cabeça, que Dom Pedro II fez na sua caderneta de notas.

Sem dar mostras de cansaço, S.M. aproveitou parte da noite organizando um vocabulário português-tupi, com auxilio «de uma índia velha da tribo Tupiniquim», conforme escreveu.

Aos estudiosos do género linguístico, vale a pena um confronto dêsse vocabulário, que transcrevo no fim do livro, com o que organizou Saint-Hilaire, quando visitou Nova Almeida.

O Imperador recolheu-se aos aposentos que lhe estavam reservados um pouco apreensivo:

«Já se mataram 2 morcegos na parte do convento habitado e onde hei de dormir; e um dêles, grande e de trombas».



## PASSAGEM PELA VILA DE SANTA CRUZ

Na manhã seguinte, bem cedinho, Dom Pedro II assistiu à missa rezada pelo vigário Santos Ribeiro e teve melhor oportunidade para admirar o quadro da adoração dos Reis Magos que encima o altar da igreja de Nova Almeida, pintura a óleo sôbre madeira e que é considerado o mais antigo quadro pintado no Brasil, acreditando os entendidos remontar a sua feitura ao ano de 1615.

Com manhã luminosa, seria vislumbrado lindo panorama das janelas do Convento, e se não fôsse a pressa de cavalgar, D. Pedro teria observado a grande pedra situada no centro da praça gramada, onde os Jesuítas amarravam os índios delituosos.

Antes de montar a cavalo, o Monarca teve oportunidade para doar a esmola de quinhentos mil réis para os pobres.

E eis as suas notas sôbre o percurso de três léguas, coberto em duas horas, até a vila de Santa Cruz:

«2 de fevereiro.

«4 1/2 missa; o retábulo da matriz que é a Igreja do Convento é esculpido e pintado no gôsto jesuítico com um quadro de adoração dos magos.

«Grande dificuldade em reunir os animais de modo que só às 6 pude seguir viagem do outro lado do rio, neblina sôbre o rio e para o mar;

«7 menos 5, fazenda do Rio Prêto, do irmão do Tenente-Coronel Paixão, delegado de Vila-Nova, Santa Cruz e Linhares. Há uma ponte pequena; depois, passa-se pela praia perto dumas pedras que marés cheias interceptam o trajeto, podendo-se, aliás, abrir o caminho pelo mato, à esquerda.»

«7 e 10, ponte do Gramutê, maior que a outra feita pelo Catão, com cabeceiras de pedras, as quais tendo sido escavadas pelas chuvas exigiram reparação nesta presidência.

Atravessando o Rio Prêto, transpunha S.M. os limites dos municípios de Nova Almeida e Santa Cruz.

Não detiveram a sua atenção as orquídeas e os gravatãs sôbre as árvores que margeavam parte da estrada, nem a espécie



*Reservava-se para o augusto viajante a mesma impressão de surpresa que sentiu o pintor François Biard, ao descobrir, de perto, que a imponente construção não passava de uma fachada escorada na parte de trás por andaimes, onde se encarpitava o sineiro. (Des. de Biard).*



de alamedas de cactos enormes, (30 a 40 pés de altura) cujos caules serviam para substituir a cortiça. Elle observou:

«A estrada é mais para dentro das capoeiras do que pela praia; mas não se afasta muito desta. No mar e praia, vêem-se pedras pretas de aspecto esponjoso como dentro do rio em Piranhas».

Suas notas prosseguem:

«Casa do vigário de Nova-Almeida no alto dum monte, à esquerda; é filho de Santa Cruz; fazenda à esquerda muito perto da Vila; encostada aos montes do Tenente-Coronel Paixão; planta cana crioula, 1.000 arrobas anuais, mantimentos; 12 escravos».

Antes de entrar na vila, ao longe, avistava-se a tôrre branca da igreja, com vasos esculpidos e dois sinos.

Reservava-se para o augusto viajante a mesma impressão de surpresa que sentiu o pintor François Biard, ao descobrir, de perto, que a imponente construção não passava de uma fachada escorada na parte de trás por andaimes, onde se encarapitava o sineiro.

O corpo daquele templo era originário da pequena capela levantada em 1836; tinha esteios de madeira, paredes de taipa e cobertura de fôlhas de palmeiras.

Dom Pedro anotou:

«O frontispício da Igreja é maior do que esta, iludindo de longe a quem o vir de frente».

A ereção de tal frontispício fôra iniciada em 9 de maio de 1857, por subscrição entre os exportadores de jacarandá, do município. Mas as proporções do templo foram consideradas gigantescoas, em relação à pobreza da vila, pois eram calculados necessários mais vinte contos para a sua conclusão.

Ao deixar a estrada, pela mata, S.M. atravessou a planície salpicada de palhoças de pescadores, entremeadas de casinhas a que a caiação dava um melhor aspecto.

Repicavam os sinos, estrugiam foguetes e o povo aguardava com alegria a chegada do Soberano, cuja hora precisa foi registrada em sua caderneta:

«8 h. — Vila de Sta. Cruz alegre à margem direita do rio, casas térreas pequenas e a maior parte de sapê».

Aquela vila, outrora Aldeia-Velha, também se originara do esforço de catequese dos índios, empreendido pelos jesuitas em meados do século de Cabral. Serviu, depois, como quartel ou destacamento e a sua elevação a município, em 1848, muito devia

ao particular empenho do cidadão José Alves da Cunha Bastos que construiu, por sua conta, uma casa para servir de Paço Municipal e onde também funcionava o júri, sendo, para êsse fim, alugada por 144\$000 anuais.

A cadeia pública era um rancho de taipa coberto de palha e não oferecia a menor segurança nem merecia tal título.

O padre Antunes de Sequeira, que tanto tenho citado, procurando amenizar os dados histórico-geográficos, assim descreveu a vila de Santa Cruz, em seu poemeto, vinte e quatro anos após a visita de S.M.:

«Tem Paço de Câmara e Igreja,  
Que não pôde jamais ser concluída,  
Cujo frontispício ao longe alveja;  
O *magnata* dali fêz preferida  
Câmara e cadeia que sobeja  
Bom castigo a gente fraticida!  
Não pude conseguir, como vigário,  
Mudar a *triste sorte*, seu fadário!»

François Biard confessou no seu livro de viagem que além da fachada da igreja, só viu naquela vila, como digno de uma referência especial, um chafariz de construção recente.

Tratava-se da fonte pública denominada *Tanque*, já existente em começos daquele século e que fôra reparada «com segurança e elegância em que se despendeu a quantia de 1:148\$160 rs.», conforme assinalara em seu relatório de governo da Província, no ano anterior, o Comendador Monjardim:

«O resto — descreveu o pintor — quase nada valia: casinholas sem simetria, capim por tôda a parte, um pôrtozinho protegido por alguns recifes».

Dom Pedro II, que não tinha uma verve irônica como Biard e, pelo contrário, com o seu ar sisudo no modo de se ocnduzir e de ver as coisas, só inspirava respeito, dedicou mais cinco palavras sobre aquela igreja a cuja construção doou quinhentos mil réis e viu o chafariz:

«A Igreja não merece menção — lugar ao lado fechado para enterrar. Fonte de 2 bicas de água muito boa que corre duma montanha feita no tempo do Catão».

Os apontamentos prestam ainda outras informações de interesse:

«Há às vêzes no pôrto 8 embarcações de barra fora. O Piraquê-Açu que vem do sul admite navegação no tempo das



águas para canoas grandes até 6 a 8 léguas, à fazenda do Rafael Pereira de Carvalho, e o Piraquê-Mirim até 2 a 3 léguas vindo do norte a reunir-se ao outro pouco acima da vila; forma o rio de Santa Cruz».

O programa de recepção pouco variava.

S.M. foi conduzido ao Paço da Câmara onde o presidente da casa lhe entregou a chave da vila, com discurso. Após a breve resposta, o Monarca se dignou de conceder o beija-mão, começando o desfile pelos vereadores: João Batista da Costa; Luís Inácio de Oliveira; Manuel Simões da Silva; Antônio Gomes Pereira; João Ferreira da Fraga; Manuel Antônio dos Santos Coutinho e João Martins da Silva.

O prédio tinha bom aspecto:

«Casa da Câmara com telha; sala sofrível para suas sessões e do Júri; quarto para o Conselho, e outro para as testemunhas; pintou-se de novo agora».

Antes de almoçar, Dom Pedro visitou a escola de 1ª classe do sexo masculino:

«Aula de meninos de Francisco de Paula Ramos. 17 matriculados em livro escrito com boa letra pelo professor; 8 de frequência, 1.º lê menos mal; gramática nada; multiplica somente; há 3 anos, 2.º lê pior; gramática nada; multiplica somente; há 3 anos. Letra má. Sabem rezar e mal. O professor não presta».

O rico fazendeiro José Alves da Cunha Bastos não poupou esforços a fim de proporcionar ao nobre visitante a melhor hospedagem:

«A casa onde estou está muito bem arranjada. Os índios vieram tocar e dançar e depois apareceu o capitão-mor como o pintor Biard, e um S. Beneditozinho dentro duma caixa, que um dava a beijar servindo para outro dumbela um chapéu de sol».

O pintor francês, que tanto observou e desenhou os índios e a festa de S. Benedito, não sei porque omitiu em sua narrativa de viagem, o encontro com Dom Pedro II na vila de Santa Cruz.

Volto aos apontamentos de S.M.I.:

«Ontem de noite tomei mel por cuia. Tocam também com as mãos em tambores de toros escavados com peles dum lado, e chocalham um cestinho cheio de pedrinhas. A dança parece que é *bendengue* dos negros, assim como a música o batuque de Engenho. Os caboclos ainda têm (*ilegível*) alguns feições características da raça, que é a tupi».



<i>Vuitchingá</i>	nuvem
<i>Cendê</i>	relâmpago
<i>Teminó</i>	fazer filho
<i>Íra</i>	mel
<i>Írazúa</i>	abelha
<i>Caraivevê</i>	anjo
<i>Inhatchibum</i>	mosquito
<i>Berú</i>	mosca
<i>Uhúra</i>	enchente
<i>Uceruca</i> ( <i>u</i> inglês de <i>but</i> )	vazante
<i>Iacêruvávássú</i>	lua cheia
<i>Iacêpucássú</i>	lua nova
<i>Avatché</i>	milho
<i>Amavává</i>	chuva de pedra
<i>Inhandê</i>	de nós e de nós e de outros
<i>Mbaíva</i>	diabo
<i>Taiíca</i>	chumbo»



## PERNOITE NA FOZ DO RIACHO

A travessia do rio Santa Cruz fazia-se em canoa e sendo as margens distantes, a corrente rápida e profunda, ficava o viajante com o coração miudinho, temendo pela sorte dos animais que tinham de atravessar a nado.

Dom Pedro II transpôs a caudal em embarcação mais segura:

«Tarde.

«Saída às 3 1/2, atravessei o rio em escaler do *Apa* e às 4 menos 10 já seguia viagem a cavalo. Foi quase tôda pela praia que estando a maré baixa facultava a marcha dos cavalos, sendo o meu muito bom marchador; já não é do Motta.

«A praia antes do riacho Saué, que só em maré baixa dá vau, parece-se com a de Itapuca, por causa das pedras, e muitas saudades me fêz».

As aves aquáticas, os sargaços, a vegetação salicícola ou as roças dos pescadores cujas choupanas rareavam no percurso, não chamaram a atenção de S.M.I. Êle observou, encalhado na praia, o iate de ferro no qual o Dr. Nicolau Rodrigues dos Santos França Leite, em julho de 1857, singrara o Rio Doce, procurando dar cumprimento ao contrato firmado com o govêrno central, para o povoamento, no prazo de cinco anos, de dois mil colonos europeus, nas margens daquele rio.

O Dr. França Leite, conhecido como um dos beneméritos fundadores da Sociedade Contra o Tráfico e Promotora da Colonização dos Indigenas, saíra da Côrte (em junho), levando o navio uma lotação de 38 toneladas, mil arrobas de carga e 46 colonos lusitanos, gauleses e germânicos. Explorara o espaço de 35 léguas rio acima e nas margens e terras adjacentes dos tributários Pancas e São João, êle fundara com aquêles corajosos imigrantes a Colônia Transilvânia, que não tivera o surto de progresso esperado, pois já em 1859 a sua população achava-se reduzida a 61 pessoas.

«Vi na praia de Sta. Cruz» — anotou S.M. — «o navio de ferro em que o França Leite navegou a vela o rio Doce, até Transilvânia; agora deve pertencer ao govêrno e talvez se possa aproveitar alguma coisa».

E prossegue:

«Na praia por onde andei, tem lugares cheios de *fucê*, e alguns pareceram-me curiosos, sentindo a estreiteza do tempo para examiná-los. A areia atira para côr de rosa».

«Depois, vêm os riachos Tacipeva, Timbotiba e Saí, onde há vau na vazante; encontrei aí o Matos, dono da casa no Riacho onde me hospedo; é falador mas parece bom homem; nunca saiu quase de seu sítio, o que não admira num Capixaba. 5 h.»

Enquanto Biard, ao beber o cauim numa cuia para captar a simpatia dos índios que pretendia pintar, considerou o gesto como um holocausto à arte, o Imperador deu mais uma prova da sua simplicidade:

«Quis provar a cauaba ou cachaça dos Índios numa casa dêstes junto à foz do Saí, onde se encontra a tal bebida; mas não a tinham. Dizem que é má, sendo feita de mandioca mastigada, que fermenta, tornando-se mais tolerável o cauim feito de milho; contudo o José Marcelino disse-me que a cauaba com açúcar era boa limonada refrigerante».

A viagem continuou a cavalo até a barra do Riacho, onde Dom Pedro II se deteve o resto do dia (precisamente seis horas) para um descanso:

«Riachos Piranema, Água-Boa e o Minhoca, cuja saída quase que só tinha areia. Logo depois tomei à esquerda, por dentro, sempre ouvindo a pancada do mar e às 5 3/4 avistei a barra do Riacho, depois de ter visto, pouco antes, a casa de sapé, tôda arruinada, dum fulano Fuso, onde se hospedou o Pedreira, segundo disse o Matos.

«6h chego à casa do Matos, de sobrado e sofrível, no alto duma colina verde, donde domina o Riacho, que lhe corre perto; a vista não é feia».

O Capitão Antônio Fernandes de Andrade, que recebera a incumbência do Presidente Veloso de supervisionar os preparativos para a recepção de Sua Majestade na vila de Linhares, auxiliando a Câmara Municipal, e, notadamente, fiscalizando os reparos das estradas, fôra encontrar-se com o Monarca na foz do Riacho. Aliás, êle já se achava naquelas paragens, desincumbindo-se da tarefa de fundar um novo núcleo colonial na confluência do Rio Doce, próximo ao Pôrto de Sousa, onde havia um princípio de Colônia.

A propósito, o correspondente do *Correio da Tarde* fizera publicar essa notícia, datada de 19 de julho de 1859:

«O Sr. Leão Veloso trata de fundar uma colônia nacional no Guandu. Conta êle com o apoio do Sr. Ministro do Império.



S. Ex. em *umas condições* que li no *Correio da Vitória*, assegura aos colonos os mesmos favores que recebem os estrangeiros, e são êles: lotes de 250 braças em quadra, medidos e derrubados; diária por seis meses, e ferramenta. Se os nossos patrícios não se quiserem aproveitar dêsses favores, então nunca se deverão queixar do governo, que só protege os estrangeiros, como dizem êles».

Dom Pedro escreveu:

«Achei aqui o capitão Andrade, encarregado dos trabalhos no Guandu, que me disse cuidar-se agora da construção da capela; que tem 14 trabalhadores, gente da Vila da Serra, reunindo, às vezes, 30 e tantos Botocudos; que há 2 colonos e 50 prazos, medidos de 250 de frente e 200 diminuindo às vezes à frente com aumento do fundo, por causa de ser o terreno pedregoso. Terreno em geral baixo e fértil, com boas matas. Tem mandioca para mil alqueires de farinha; milho para 250, e feijão que as chuvas estragaram, para 60; um alqueire de milho rende 200. Dá bem cana e arroz. Enquanto não houver mantimentos não se poderão distribuir os prazos. Há doenças, mas não de gravidade. Subindo, 3 a 4 dias de Linhares; descendo, até 1 1/2 dia.

«O capitão parece ativo; mas duvido de sua inteligência para fundar uma Colônia, sobretudo num lugar como êsse».

Após um apressado cavalgar de doze horas, com pequenas interrupções, era natural que S.M.I. se recolhesse bem cedo naquela noite de quinta-feira, ainda mais porque a viagem teria prosseguimento às vinte e quatro horas.

Com a luz bruxoleante de um candeeiro de azeite, o Imperador ainda achou tempo para escrever as suas notas. O cansaço físico não lhe sacrificava o bom humor:

«Soube ontem duas pêtas curiosas do Monjardim, referidas pelo Castelo, que parece verdadeiro ao Jacobina; que um cavalo dêle, Monjardim, bebera tanta vinagreta que, morrendo, o cadáver transpirava água-ardente, e que no Rio Doce vendo uns vultos numas árvores sob as quais pastavam vacas, reconheceu, por fim, que eram bezerrinhos brancos que tomavam fresco, trepados nos ramos».

## DO POUSO DO RIACHO A LINHARES

Muito embora as estradas estivessem reparadas recentemente, elas achavam-se em péssimo estado, devido às chuvas, e até completamente alagadas em alguns trechos.

Assim, decidiu-se mandar os cavalos por terra, enquanto Dom Pedro II e o seu pequeno sêquito, aproveitando o fluxo da maré, partiam aos primeiros minutos do dia 3 (sexta-feira), subindo em canoas o caudaloso Riacho.

Se S.M. houvesse partido com a luz do dia, teria visto, à direita, o desaguadouro do rio dos Comboios, que corre paralelo à extensa praia, vindo do norte, e veria outros tributários de maior ou menor importância. Notaria, na margem esquerda, as matas que cobriam o solo arenoso e observaria areais, brejos, charnecas e a vegetação menos desenvolvida, de palmeiras e juncos.

A grande canoa varava silenciosamente o entrelaçado das frondosas árvores das margens, ligadas pelas lianas onde se prendiam os mais lindos espécimes de orquídeas. Seriam bem vistas as ilhas e ilhotas de areia e uma vasta campina, verdadeira pastagem nativa.

Ao alcançar duas léguas acima do ponto de embarque, S.M. teria visto o aldeamento de índios, a futura vila do Riacho, povoação humilde, onde havia uma capelinha de São Benedito e uma escola pública de instrução primária, criada em 1858.

Mas, nem a orquestração dos sapos ferreiros nem mesmo as picadas dos pernilongos puderam interromper o sono de S. M. bem acomodado na pôpa da grande canoa, recostado em macios travesseiros.

De manhãzinha, a canoa já transpunha o estreito canal, aberto no extenso alagadiço que estabelecia ligação com a lagoa de Aguiar.

A viagem tornava-se mais pitoresca e eis as impressões de S.M.:

«Meia noite e mais alguns minutos largaram as canoas. Acordei às 5 1/2. Antes brejo que rio. Bonita florzinha amarela de plantas de fôlha à tona da água; planta aquática de fôlha larga,

cuja fruta parece um ananás; ninho de jacarés; monte de fragmentos de plantas, no meio do qual se acham 10 ovos, como de galinha, um pouco amarelados; alguns já tinham sinais bem visíveis de fecundação. Disseram-me os índios canoeiros que um ninho serve a mais dum jacaré.

«Estêve encoberto e fresco até perto de 11; depois o sol abrasava.

«Belas flôres côr de rosa assemelhando rosa.

«Quase 3h passam os cavalos a nado o rio; vieram pela picada que está muito má, sobretudo por causa do mato e mandou-se limpar; saíram do lugar donde parti, às 5 da manhã. Pouco mais de 3h, talvez 10m; lagoa de baixo d'Aguiar pouco vasta, cercada de capoeira alta e atravessando uma pequena corda dela, entrava novamente no Riacho às 3 e 18. O Riacho é muito tortuoso e estreito, custando muito a navegá-lo com canoa grande; como a em que vou.

«A respeito do Riacho até Combois e dêste rio, vide memórias do d'Alincourt, *Revista Trimestral do Instituto*, tomo 7.º, 1845, que também são muito curiosas a respeito do rio Doce e de um, junto à Vila da Serra.

«As margens do Riacho só de certa altura para cima é que apresentam plantas altas e árvores.

«Ainda não vi nenhum taboyayá que é espécie de socó, que também não pude ver.

«As mutucas têm-me perseguido e mordido desde que aqueceu o dia; fiz mal de não trazer luvas de camurça.

«4 1/4 Lagoa do Meio, será do tamanho da de Baixo, tem mato de todos os lados menos do da costa para onde se estende o brejal; pegaram nos remos; atravessamo-la do lado do brejo em 5m e o Riacho conserva-se largo.

«4 1/2 Lagoa de Cima; 5 menos 10m alarga bastante; mato nas margens e duas casinhas ao longe. Vão aparecendo outras casinhas pela margem.

«5 1/2 começa a estreitar — 5 e 40m acabou a lagoa. Vejo mato bonito, do lado esquerdo o sol escondendo-se por detrás das árvores; do lado esquerdo dava ao vento um tom de saudade para muito se harmonizar com o meu sentir.

«6h já se descobre, do lado direito, pouco longe, o Quartel d'Aguiar.

«6 e 25 Quartel d'Aguiar; o Riacho continua, porém muito estreito, aqui ainda é largo».

Fôra transposta a lagoa do Aguiar, que Antunes de Sequeira assim cantou, depois, em poemeto:

«Poética lagoa e fertilíssima  
Adiante em ameno deslizar,  
Põe imaginação exaltadíssima,  
Aquele que lhe chamam d'Aguiar;  
Em vários peixes abundantíssima,  
Seus cardumes se vêm nela saltar:  
Enormes jacarés aí têm ninhos,  
E cantam pelo junco os passarinhos.»

Num dos extremos da lagoa, no lugarejo denominado Quartel do Aguiar, nome do seu primitivo comandante, um sargento, que com o seu destacamento tivera a tarefa de proteger os colonos das incursões dos botocudos, Dom Pedro II desembarcou e recolheu-se a uma choupana.

O seu diário continua:

«A casa que é da Índia Maria é num alto; chamam Quartel porque havia aí, antigamente, um Quartel, cujas praças traziam o rio sempre limpo.

«A água que já bebi é de fonte e guardada; acho-a boa.

«Interroguei um mineiro, que tem estado no Caetê e é língua, de nome João Roiz da Cunha, sabendo, segundo dizem, perfeitamente a língua dos botocudos, sobre o vocabulário de Morais Pinto e escrevi as diferenças notadas por mim. Disse-me o língua que a diferença entre os Botocudos do Norte e os do Sul, Nakenenuks — e Naknekês é a palavra diferente que significa 1; que são polígamos, muito ciosos, marcando ainda com golpes a mulher adúltera, ainda que nem sempre a deixe; que não se casam com parentes, até certo grau muito próximo, e que as principais guerras provêm de rapto de mulheres, quando lhes faltam. Têm muitos filhos, nenhuma cerimônia de casamento, sendo o pedido à mulher, de cuja casa já sai espôsa. Saem, nos princípios do casamento, às ocultas, como envergonhados, e vivem com as raparigas ainda impúberes, como se fôsem suas espôsas, não o sendo, aliás, realmente, senão quando púberes».

Duas horas se deteve Dom Pedro no Quartel do Aguiar, tempo bastante para o jantar, e de sobra para a conversa que manteve com o intérprete oficial ou *língua*, dos índios do Rio Doce, João Rodrigues da Cunha.

A viagem teve prosseguimento em plena noite, pela Estrada do Quartel, aberta outrora e tornada intransitável, mas que fôra

há pouco mais de três meses mandada melhorar pelo Presidente Veloso, em estado de ser transitada por carros.

«Foi um serviço prestado aos habitantes da vila de Linhares — informou o correspondente do *Jornal do Comércio* — que naquela estrada e navegação encontram por muito tempo um substituto à barra do Rio Doce, de perigoso acesso, porque junto à barra do Riacho há uma enseada abrigada que dá seguro desembarque, seguindo daí os produtos, transportados em canoas até o quartel de Aguiar, e daí em carros até o Rio Doce, em frente a Linhares».

Eis as impressões do Monarca sôbre essa estrada, ou *caminho*, conforme êle escreveu, com mais propriedade:

«Às 8 e 25m segui a cavalo. Caminho de floresta com lua e archote. Ponte onde os bugres mataram viajantes, anteriormente a 1822, como me informaram depois, em Linhares, a respeito da data; há aí uma ponte de pau, acabada de construir muito recentemente; o caminho tem lama, tendo chovido para êsse lado bastante, e no riacho, apenas chuviscado algum tanto grosso; mas é plano e pode ser bom em relação aos caminhos do Brasil.

«Às 11 e 5 cheguei ao pôrto do Rio Doce e às 11 3/4 desembarquei em Linhares, pouco para dentro da foz do Juparanã que desagua na margem esquerda do Rio Doce, subindo por uma ladeira um pouco áspera, até a chapada que forma a praça da vila, se não tôda esta».



## LINHARES — LAGOA JUPARANÃ E ILHA DO ALMÔÇO

Os Botocudos escolheram uma barranca, em meia lua, à margem esquerda do Rio Doce, quatro léguas acima do mar, para aí se recrearem, concertarem as brigas, celebrarem as vitórias, ou descansarem dos seus transes e correrias, conforme escreveu Eurípedes Pedrinha.

No local tão sedutor, não só pela qualidade do terreno, de barro vermelho, como pela proteção das enchentes, o govêrno da Província estabeleceu um destacamento de pedestres, no início do século passado.

Conhecido nas referências mais antigas como Coutins, o aldeamento passou a chamar-se Linhares, em homenagem ao Conde do mesmo nome, seu grande incentivador.

Mas, o perigo do Botocudo que não se conformava em abandonar a região, o pavor da febre tremedeira e a sensação de isolamento naquela selva, distante catorze léguas de Vitória; dificultaram o povoamento do lugar que começou como degrêdo e refúgio de desertores e criminosos.

Contudo, a sua prosperidade inspirou o Conselho da Província a elevá-lo a Vila, em 1838.

Na época em que se preparava para receber a visita imperial, Linhares tinha essa fisionomia, segundo o correspondente do *Jornal do Comércio*: «Quase tôda composta de casas cobertas de palha; todavia, não apresenta aspecto desagradável pela vastidão e regularidade de sua praça, assim como das ruas; sua prosperidade é nula, pois que a população respectiva não passando de 900 a 1.000 almas, quase tôda se ocupa no tiramento de madeiras, levando nisto uma vida nômade, e sem produzirem nem ao menos para o consumo».

A estimativa populacional era um pouco otimista e ultrapassou a anotada por S.M.:

«O município de Linhares tem 700 almas».

Mas a descrição não destoava do bosquejo de Sua Majestade:

«Bordaram as ruas da praça que é grande e cheia de relva, de coqueiros, que iluminaram de noite, e a vila poucas mais casas tem que as da praça, sendo por tôdas 60 e tantas e de telha também a casa do Anselmo Calmon, onde me hospedo e outra menor».

Naquela noite de 3 de fevereiro (sexta-feira), Dom Pedro II ao atravessar a mata, guiado pela luz de archotes e do luar, passou o Rio Doce em canoa e desembarcou em Linhares precisamente às vinte e quarenta e cinco, conforme êle anotou.

«Ao atravessar a canoa o rio — acrescentou — uns mosquitos que chamam aqui *fincudos* atormentaram-me».

É fácil imaginar o contentamento do povo, formando duas alas desde o desembarcadouro, na margem do rio e barranca acima até a grande praça. Muitos foguetes; muitos vivas; iluminação profusa, ajudada pelo quarto-crescente lunar; mobilização completa dos recursos da terra em sincera demonstração da reverência do povo ao seu bom Monarca. O Capitão Antônio Fernandes d'Andrade muito trabalhara nos preparativos e lançara mão até do seu crédito pessoal no comércio da vila.

As autoridades conduziram S.M. diretamente à casa do Anselmo Calmon Nogueira da Gama e o fato de trocarem o pátio por umbela não escapou à observação do Monarca.

O diário prossegue:

«A casa onde estou é pequena e térrea, como tôdas, segundo creio, das quais a maior parte coberta de palha.

«Já vi o Anselmo, filho de João Filipe Calmon, de que fala o Saint-Hilaire; parece boa pessoa e o presidente elogia-o muito pelo caráter. Veio para o Rio Doce com 10 anos e o pai era baiano de Santo Amaro.

«O Rafael Pereira de Carvalho que foi a canoa esperar-me, disse que o rio está bom de subir. Reside no Rio Doce.

«De manhã, avistei o Mestre-Álvaro».

Conforme o costume, na manhã seguinte, sábado, cedinho, já S.M. se encontrava de pé, não obstante a noite mal dormida.

«4.

«6 h. — Choveu muito de noite, e os *fincudos* perseguiram-me.

«Os cavalos que vieram do Pouso do Riacho, parece que se perderam e as cargas talvez ainda estejam no Quartel de Aguiar».

Dentre os súbditos e curiosos mais madrugadores que se ajuntavam em frente à casa da hospedagem, Dom Pedro II observou os índios, desenhou alguns tipos, e com o auxílio do intérprete oficial, ou *língua*, colheu um pequeno vocabulário.



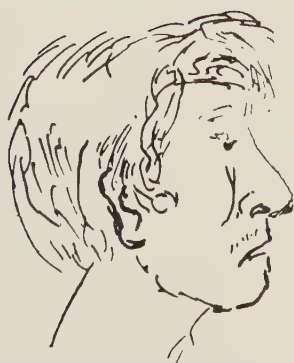
Mulher

Já com filha

As mulheres tiram  
os cabelos do púbis com  
cinza desde que apor-  
tam; os homens têm-  
nos bastantes, e  
atam o prepúcio com  
embira como enfeite.



Nelha



Moço q' não  
é feio

A margem do 1.º croquis, («Mulher já com filho») escreveu Dom Pedro II: «As mulheres tiram os cabelos do púbis com cinzas desde que apontam; os homens têm-nos bastantes. e atam o prepúcio com embira como enfeite».



«Apareceram os botocudos — anotou S.M. — alguns com beijo e orelhas furadas, e uma velha com um tremendo batoque no beijo e outra de menos idade, com batoques no beijo e nas orelhas.

«Palavras colhidas do lingua que é branco e chama-se Benjamim Antônio de Matos:

«Índios mutuns (*nak-ne-nuk*)

Rio Doce

rio

macaquinho de cara branca

nome

fumo

milho

árvore

pássaro

caçar

barbado

relâmpago

frecha farpada

frecha de ponta de matar pela

pancada

cipó cuja casca prende as penas

da frecha

batoque

a jataí

*Munhau-uatú*

*uatú*

*Anhiknhik* (assim chamaram

logo ao Sapucahy)

*juntchak*

*angnang*

*jauatá*

*chou*

*bakun* (u. de *but*).

*nhokná*

*kupirik*

*tarúmrémré*

*uajikpok*

*moknhác*

*mré*

*metó*

*marek*».

Os minutos de espera dos aprestos das canoas para o passeio pelo rio, foram, assim, bem proveitosos. Afinal, partiu o cortêjo.

«7 menos 20 embarcamos para ver o Juparanã.

«O Carlos José Nogueira da Gama é filho de Antônio Joaquim, irmão de Manuel Jacinto (marquês de Baependi) e nascido em Portugal; estabeleceu-se no Rio Doce em 1825».

O rio estava na época das cheias reguladas até o mês de março; bom para viajar, não só devido ao maior volume d'água, como pela menor incidência das febres palustres nessa época. Se estivesse vazio, aflorariam, ao encanto da vista, as ilhotas de areia, onde os tiradores de jacarandá levantavam palhoças para se abrigarem, às vezes, até pela metade do ano, com suas famílias, provisionados apenas de pólvora, chumbo, linha, anzóis, farinha e sal, confiantes na abundância da caça e do pescado.

A canoa subiu pelo canal sinuoso e profundo, chamado rio Juparanã, que liga a lagoa ao Rio Doce.



Dom Pedro detalhou os episódios do passeio:

«Sítio de Carlos José Nogueira da Gama em colina, continuação da Vila, sôbre a margem esquerda do Juparanã; margem oposta baixa e depois ambas havendo mais árvore do da direita. O rio é fundo e uma vara ordinária não chega ao fundo; não é estreito; corre muito, e tem voltas grandes; mas por ora não são ásperas; vêem-se nandaias, periquitos de cabeça encarnada; pau-de-angélica, com belas flôres amarelas; o arvoredado torna-se espesso em ambas as margens.

«9 1/4 — choupana arruinada, num alto da margem esquerda; lugar sem mato. Vi voar um boguari. Derrubada na margem esquerda; pertence ao Monteiro, popeiro da canoa em que vou, a qual é comprida, dum só pau de vinhático, pertencente ao Rafael Pereira de Carvalho e chamada Nova-Emília; nome duma filha dêle. Por hora, há poucos paus e árvores caídas no rio que em nada embarçariam a passagem do *Pirajá*.

«10 h — duas choupanas num alto, na margem esquerda sem mato.

«Apareceu uma canoa com o Alexandre Campos e o Chagas, dous cães atrelados, para caça e espingarda, que tomei».

Evidentemente, o Monarca não alimentava pretensões ou veleidades de caçador; do contrário, sentir-se-ia embaraçado para narrar essa proeza:

«Já dei 3 tiros e creio que matei um anu.»

E o caboclo, se ousasse a sua apreciação, diria que êle era «desinfeliz» na caçada...

O diário prossegue:

«Outra canoa com o Carlos José Nogueira da Gama e outros, donde dão tiros e atiram foguetes; 11 h.

«Mato rasteiro nas margens.

«11 e 7 — expande-se a lagoa, circulada de morros, com matos e habitações; é um mar de água doce, tendo 7 léguas de comprido e muita largura. O *Pirajá* podia subir até a lagoa. Vamos pela margem esquerda, à vara, com 5 palmos a 10 de fundo.

«A montanha que se vê mais distante, longe, fica para o lado da lagoa do Paranamirim. Praia de areia, chamada do Mosquito, que beiramos; 11 e 33 m.

«Dizem que há tubarões grandes e cações despada na lagoa que é muito piscosa, pescando-se de rêde. A continuação do

Juparanã chama-se S. José: tem comunicação, pelo lado do S., com a lagoa dos Paus, que vaza nesta, e recebe por êsse mesmo lado o rio das Capivaras; forma muitas enseadas. Vejo as mesmas flôres amarelas, sem serem as já mencionadas que no rio, mas não vi ainda as brancas. O mato não apresenta por ora árvores belas, como o rio, nem se vêem tantas flôres. No rio há muitos ingazeiros: mas a fruta não está sazoadada.

«Canto de canivete, enseada pequena, com seu tejupá pequeno.

«12 e 35m. — Três Pontas, com uma colina alta, sôbre a qual está um sítio, com sua choupana e rocinha».

Se não fôssem os disparos para o ar, das espingardas, os tiros dos foguetes e os constantes vivas dos passageiros das outras canoas, esquentados pelo entusiasmo e pelos repetidos tragos da *caninha*, a rica avifauna da lagoa seria apanhada de surpresa: patos silvestres, marrequinhas, frangos-d'água, piaçocas, ao nível das águas e sôbre a verdejante ramagem das árvores; araras, papagaios, maracanãs, maitacas, tucanos e tantas outras espécies de coloridas e formosas plumagens. E nem se fale da fartura de caça de pele e couro por aquelas bandas: jacarés, antas, capivaras, veados, tamanduás e onças até. Mas o tempo não era de caçadas, conforme registrou o diário, em trecho que transcrevo à frente.

A *Nova-Emília* contornava de perto a margem da lagoa, deslizando mansamente ao impulso das varas e remos. Levava provisões de bôca, das quais S.M. se serviu, para esperar o almôço-jantarado que o aguardava na ilha. A comodidade do encosto macio e o cansaço do dia anterior, mal reparado na noite, devido aos pernilongos, convidavam a um cochilo.

«Acabo de passar pelo sono.

«Canto do Barro Vermelho, com a sua choupana. Três Pontas, com uma colina alta, sôbre a qual está um sítio, com sua choupana de rocinha. Canto do Jacu, pouco reintrante. Canto do Jacaré-Pequeno. Praia do Jacaré-Grande; Enseadas mais fundas, com areia. A praia é estreita e vem logo mato com algumas árvores bonitas. Árvores semelhantes a mangues em terreno arenoso. Chama-se tudo Jacaré-Grande, até uma ponta, além da qual se encurva a praia da Onça. Bonita flor roxo-claro que me parece trepadeira.

«Atirei duas vêzes a umas garças e creio uma foi chumbada; o chumbo é muito grosso; para veado.

«Ponta da Onça, onde acaba a praia dêste nome; 1 3/4.

«Canto do Guache, até aqui chama-se Onça, é fundo êste canto e com bela mataria. Há um canto fundo, que ainda se

chama Guache e também é muito bonito, com belas árvores. Há muito tempo que não vejo nenhuma casa em qualquer das margens.

«Praia do Goitizeiro, acaba aqui se [S.M. teria omitido uma palavra] Guache em junho e julho é que frutifica o goitizeiro — tem areia; bando de periquitos; bando de maracanãs. Canto das Barreiras; grande e bonita enseada com belo mato.

«Vamos endireitando para a ilha do Pedreira, onde está o almôço e que pertence ao Rafael Pereira de Carvalho.

«Subindo o rio S. José, alguns dias, disse-me o Presidente que s'encontram bugres, tendo o feitor do R. Pereira de Carvalho encontrado, há pouco, vestígios dêles, numa exploração que fizeram pelo rio acima, no 2.º ou 3.º dia de viagem.

«Os tiros da ilha formam longo eco, bastante tempo depois de dados, nos morros da margem esquerda da lagoa.

«Barreira vertical, na margem esquerda, quase defronte da ilha. A primeira ponta, além da barreira, chama-se Ponta do Ouro. O desembarque da ilha é pela parte superior. Formaram degraus na terra da ladeira ornada de coqueiros, e uma ponte de pau para desembarque.

«Desembarcamos às 4 menos 20 m.

«Receberam-me com o hino em realejo; em Linhares vieram ao desembarque com umbela em lugar de pálio.

«A formação da ilha é granítica, e do alto tem bela vista para lado de baixo.

«Gostei muito de estar assentado na ribanceira de pedra do lado da barreira da margem esquerda da lagoa, em cujos 2/3 contando da boca do rio Juparanã, da banda da lagoa, está situada a ilha.

«Havia no cimo da ilha um bom barracão, coberto de sapé e outros 2 menores».

Sob o dito barracão estava preparada uma farta mesa, mas Dom Pedro II preferiu comer assentado sôbre uma pardacenta pedra no alto da ilha, espelhando-se nas águas da lagoa.

Após o almôço, desejando perpetuar a memória do acontecimento, alguém lembrou de enterrar uma garrafa de champanha esvaziada nos brindes, o que foi feito, fornecendo o Imperador uma cédula da sua algibeira para ser colocada dentro da garrafa junto a outras pequenas lembranças.

Quase duas horas se deteve o Monarca naquela encantadora ilha de Santa Ana e muito se distraiu com um papagaio palrador

do Amorim, que aprendera a repetir os vivas ao seu augusto nome.

Daquella data em diante ficou resolvido que a ilha passaria a chamar-se Ilha do Almôço e é com esta designação que ella figura no mapa da Província, organizado pelos engenheiros Cintra e Rivierre e impresso em 1878.

Mas, posteriormente, firmou-se em definitivo a designação de Ilha do Imperador.

Voltemos aos apontamentos de S.M.:

«Há uma ilha pequena, de pedra, entre a margem direita da lagoa e a ilha do Pedreira, com que se comunica com um istmo-zinho de terra.

«O rio de S. José navega-se 1 légua da foz, e o feitor do P. de Carvalho subiu por elle 5 dias, encontrando 14 a 18 caxoeiros [sic] sendo o 1º maior. Parece que vai em direcção de Minas Novas, e dista pouco de S. Mateus.

«A lagoa não é de Paraná-Mirim mas Juparanã-merim e desagua no Rio Doce, pouco acima da grande, por um rio que não é navegável na sêca, e tem muitas voltas.

«O Pereira de Carvalho diz que as margens da lagoa de Juparanã são saudáveis.

«Regresso às 5 e 25 m. Margem direita.

«O Nogueira da Gama diz que defronte da ilha do Pedreira pertence essa margem à Marquesa de Baependi. Praia dos Cágados, com bella mata. Da margem esquerda da lagoa ouve-se a pancada do mar. Vi, outra vez, a trepadeira de bonita flor roxo-claro. Há muitas jaboticabeiras e cambucâzeiros; mas os cambucás não estão tão bons como os cultivados; em ambas as margens da lagoa a melhor jaboticaba do tamanho da do Rio; mas de forma de pêra, branca e prêta, é *Sacaminhan*; também há grumixameiras.

«Canto Montemor, com entrada para lagoa não pequena navegável.

«O tempo da cheia é o da fome, porque não pesca nem caça — dura de dezembro até março.

«Há muitos jacarés e grandes, na lagoa.

«A água das lagoas apodrece guardada, o que não succede à do rio Doce, que quanto mais guardada, melhor; pois deposita muito.

«Saco do Gambá. Barra da lagoa dos Paus, não é navegável por causa dos paus. Saco das Estacas; Lençol Grande, Lençol Pequeno, entrada do rio; 9 h.

«Chegada a Linhares perto das 11.

«À noite estêve de bellissimo luar, durante a maior parte da viagem. Trouxe das flôres roxo-claro.

«Ouvi ontem ao Presidente que Fr. Bubio, missionário, lhe dissera que as madeiras tiradas para a capela do Guandu, são de má qualidade.

«O Carlos José Nogueira da Gama é original, estando rouco de dar vivas, gritou ao povo que os desse que estava cansado e já tinha dado a norma dos vivas por ter gritado viva a rainha mãe. Parece que se riem dêle por aqui. Tem cara de bom velho; mas turista; é o Presidente da Câmara.

«As cargas chegaram à 1 da tarde».





## AINDA EM LINHARES — UM PASSEIO RIO ACIMA — INDIOS — REGRESSO A VITORIA

Na manhã do dia seguinte, sábado, 5 de fevereiro, Dom Pedro II visitou a igreja católica, edificada por Francisco Ravara, concluída em setembro de 1858, situada num dos extremos da grande praça de Linhares, no mesmo local onde o Governador Rubim fizera lançar os esteios do primeiro templo a 13 de setembro de 1817, e da qual já não havia vestígios.

S.M. escreveu:

«A igreja do Rafael de Carvalho está em princípio no lugar onde houve outra com duas tôrres e bonita, feita pelo Robim. Enterrava-se aí perto, tendo o bispo José Caetano benzido todo o terreno da vila.

«Houve também outro quartel e olaria do Estado. Agora tem uma perto, no seu sítio, o Anselmo Calmon».

Se a igreja que o abastado e benemérito cidadão da vila levantara às suas expensas, oferecia comodidades, a paróquia de N. Sra. da Conceição de Linhares do Rio Doce não estava bem servida de vigário, e é o próprio Imperador quem o afirma:

«A igreja é pequena, mas coberta de telha; ouvi missa a que ajudou o Carlos José Nogueira da Gama que cantou sofrivelmente o *Tantum ergo* ao levantar a hóstia. Custou a aparecer o vinho e o vigário encomendado, frade carmelita, parece que tão estúpido como bugre, não tem saído de casa, por doente, ou receio de não saber o que faz, e foi Fr. Búbio que disse a missa».

O reverendo capuchinho Frei Bento de Búbio era o encarregado da catequese das tribos errantes pelas margens do Rio Doce, cargo de aprovação recente.

Depois de examinar a igreja, para cuja aquisição de paramentos prêtos, pia batismal, consêrto de um dos sinos e pintura do altar, S.M. contribuiu com trezentos mil réis, e também o local do cemitério, destinando para a melhoria dêste quinhentos mil réis, vistoriou o quartel:

«O quartel é pequeno, de telhas, e o xadrez, pouco seguro, tem tronco».

Foi, após, visitar a escola de primeiras letras, que o professor regia gratuitamente, mas aos seus esforços não corresponderia nem a eficiência:

«Aula de meninos de José Maria Nogueira da Gama. — 19 matriculados — 10 a 12 de frequência. Letra do professor má. 1.º lê mal, nada de gramática, não pode dividir. Há 4 para 5 anos. 2.º lê peor; diminui somente; gramática nada. Há 6 para 7 anos. O substituto da escola parece saber mais do que o professor.

«Sabem as rezas, um bem, e pouca doutrina, propriamente. O professor, que parece mau, ocupa-se mais com isso do que outros de lugares importantes. Não é boa a letra dos meninos».

Ainda na parte da manhã foi S.M. recebido em solene reunião no Conselho Municipal da Vila, pelo corpo completo da vereança: Carlos Augusto Nogueira da Gama; Francisco de Paula Calmon Nogueira da Gama; João Felipe de Almeida Calmon; Antônio José de Moraes Chaves e João José Marçal.

Dom Pedro observou:

«Casa da Câmara, pequena, com arquivo. Havia os remédios homeopáticos aplicados pelos dois Nogueiras da Gama. O Carlos já estava pronto para cantar o *Te Deum* com Fr. Búbio; o discurso que êle fez, em nome da Câmara, é curioso».

A continuação do diário, focaliza bem o interêsse de S.M. pelos silvícolas, de cuja língua êle se fez um erudito:

«O chefe dos Índios chamava-se Kenknâm, de 30 anos talvez; não quer dizer nada êsse nome, como muitos dos dêles. Tem ar muito sério. Os Índios que se apresentaram são *mutuns* menos dois do Sul, um dêles rapazinho excelente atirador. Falam muito, riem e querem sempre comer. Os do Sul são em geral mais bonitos, havendo duas índias de olhos azuis muito belas e claras e de cabelo ruivo; uma delas mulher do capitão Francisco.

«Não quiseram vir com medo por causa do tiro dado num em Cuieté! Os índios mostraram sentir muito calor, mesmo dentro de casa, se não era preguiça porque êle está muito suportável. Um velho deitou-se debaixo do canapé onde eu estou assentado.

«Dançam em círculo, passando os braços por cima dos pescoços dos vizinhos, com diversas cantigas em toadas mais ou menos monótonas que um começa; não têm instrumentos de música.

«Festejam, assim, diversos sucessos, sobretudo caçada, cujas peripécias referem nas cantigas; os Puris também dançam em círculo. Os meninos dançam a parte. Os Índios assobiam muito.



*Menino*



*rapariga*

*Depois do almoço, distraiu-se o Imperador em observar os índios, procurando deixá-los bem à vontade e retratou, com o seu lápis de desenhista, um menino e uma rapariga.*



«Uma mulher dançava com o filho nas costas, o qual suspendem pelas nádegas, por uma embira que prende na cabeça.

«Algumas das toadas não me desagradaram e soltam, às vezes, seu grito ou assobio. As mulheres, quando nuas, dão um jeito às coxas que cobrem inteiramente as partes genitais, segundo me disse o Rafael Pereira de Carvalho.

«A rapariga tinha os mamilos demasiadamente grossos. Havia um velho chamado Nahém muito rabugento. *Hén* é o bicho do caramujo.

«Os homens têm apenas buço mais ou menos longo. Ficaram muito contentes com os chapéus, e fumo, sobretudo, com o qual, bebendo água, passam três dias sem comer, que se lhes distribuíram de minha parte e em minha presença».

Aliás, S.M. distribuiu, também, de esmolas, aos pobres da Vila, a quantia de trezentos mil réis.

«Os Índios atiraram flechas e a maior parte atravessaram um toro de bananeira; por elevação não fazem grande cousa, não firmam o arco no chão entre os dedos do pé.

«Juparanã não sabem o que quer dizer, e *Jum* é pular nágua. Segundo Saint-Hilaire, na língua geral, *Jú* — espinho».

O jantar saiu cedo, por causa do passeio de canoa rio acima, até a bôca da lagoa Juparanã-Mirim.

«Ventou bastante antes do meio dia, e o local é bem ventilado. Ventou também bastante à tarde».

«Depois do jantar, appareceu-me o Vigário com ares de múmia, e soube que se chama João Antônio Calmon, sobrinho do Anselmo e filho do finado major Lisboa, de Vitória, com quem foi casada a irmã do Anselmo, hoje viúva».

Dom Pedro tomou a mesma grande canoa escavada em um toro de vinhático, a *Nova Emília*, impulsionada por competentes remadores.

«Tarde.

«4 e 20 partimos. O rio está enchendo e a água barrenta. Duas varas fincadas no fundo do rio para segurar linhas de pescar cações, chamam-se linhas d'espera. Ilha das Preás na margem direita».

O panorama que se divisa em sentido oposto, isto é, olhando da praça (para o lado do sul), provocou essa expressão de S.M.: «Nenhum mais belo!...»

O diário continua:

«Boqueirão na margem esquerda que passa por detrás da ilha do Barão de Itapemirim a quem a deu o Anselmo. Entramos no



boqueirão; ilha do Pinto; a margem de terra-firme tem belas árvores; entramos por entre a ilha do Pinto e terra-firme.

«O popeiro disse-me que o iate de ferro do França Leite subiu até Transilvânia três vezes, gastando da 1ª vez 1 mês, e 5. e da 2ª 8 dias conduziu o que poderia levar por menos dinheiro numa canoa.

*5 de Fevereiro de 1860 Linhares vista da parte superior subindo pela margem esquerda*



Logo que a canoa ganhou a margem oposta, o Monarca esboçou êsse panorama da vila de Linhares, com legenda: «5 de fevereiro de 1860. Linhares vista da parte superior subindo pela margem esquerda».

«Ao sair do canal entre a ilha do Barão de Itapemirim que não é pequena e terra firme passamos ao lado esquerdo da ilha do Gado distante; à esquerda ilha do Rato, e à direita ilha dos Patos pequenas e distantes entre si; ilha do Armonde à direita, comprida; custou 8\$000; o rio é muito largo».

Levando a espingarda sempre ao alcance da mão, S.M. aproveitou a chance de experimentar mais uma vez a sua pontaria:

«Matei duas pombas do ar, na ilha do Rato, onde aparecem muitas; são as juritis do Rio».

«Ilha do Cipó, comprida e longe, à esquerda».

«O alqueire de farinha de mandioca custa agora, segundo o Monteiro popeiro, sete patacas e no tempo do Saint-Hilaire custava duas.

«Perto de Juparanã-mirim. Bôca da lagoa de Juparanã-mirim até onde chegamos às 7 h.

«Voltando pelo mesmo lado, por causa do vento, chegamos a Linhares às 8 1/4.

«Em quase tôdas as casas há violas e guitarras.

«No passeio da tarde não vi nenhuma casa, à exceção da fazenda do Anselmo, na margem direita, ao longe; casa de vivenda

e senzalas; chama-se Boa-União. A do pai, chamada Bom-Jardim, estava defronte da ilha do Gato, e acha-se hoje em capoeira».

À noite, S.M. recolheu-se cedo, pois madrugadinha do dia seguinte, segunda-feira, êle despediu-se de Linhares, descendo o Rio Doce de canoa até a barra onde passou para o *Apa*, rumando direito a Vitória, lá chegando ao entardecer do mesmo dia.

Transcrevo a parte do diário referente a êsse percurso:

«6.

«4 e 10 larga a canoa. Ilha do Alexandre, à direita, grande; ilha do Guarda-mor, grande, à direita; ilha do Sal, pequena, à direita; ilha Comprida, à esquerda; bando de japus, espécie de guache, com as penas da cauda amarelas e catingentas como guache; outro bando de japus; outro ainda maior, de japus, numerosíssimo. Ilha do Campinho, à direita.

«Ouço que há uma picada do Quartel d'Aguiar até Piraquê-açu; mas com muitos morros, e que consta haver pelo S. Jose acima uma lagoa maior que a de Juparanã e que por meio dessas e outras lagoas se comunica o Rio-Doce com o S. Mateus.

«Ilha do Veado, à direita, esta e a do Campinho são muito pequenas.

«Três ilhas do Sul e três ilhas do Norte, pequenas; deixamo-las à direita — diz o popeiro que é metade do caminho; 6 e 18. Bando de periquitos. Ilha de Coimbra, pequena, e outra menor, sem nome, à direita. Ilha do Domingos de Sousa, à esquerda — do Barbado, maior, e quatro dos Carapuças, muito pequenas, tôdas à esquerda — das Frecheiras, à esquerda, não pequena, e de Jacarandá, à direita, grande.

«A casa da Companhia Inglesa, entre Linhares e a fazenda do Alexandre Calmon, queimou-se.

«Ilha dos Cachorros, grande, à esquerda; passamos bem perto da margem direita, pelo sitio do Tomaz com bananeiras; o dono é cunhado do popeiro Monteiro. Outro sitio do mesmo lado do José da Penha, pequena choupana. Ilha do Branquinho, à esquerda, não pequena; encostamos muito a ela. Povoação dos Índios, com choupanas, na margem esquerda, por muito perto da qual passamos. 8 3/4.

«Chegamos ao *Pirajá* às 8 e 48 m.

«O *Pirajá* gastou 1 h e 5 m da barra até o ponto, onde está; encostou duas vezes e encalhou durante 24 h, safando ontem às 3 h da tarde. Depois de 5 h de encalhado, já se tinha formado um banco dareia a sotavento do navio, e encostado a este, a ONO; o vapor tinha atravessado um pouco.

«O Almirante gastou do lugar onde está o *Pirajá* até Linhares. ontem, no escaler, com oito remos e vela, 16 1/2 horas, encalhando mais de 12 vèzes, partindo às 3 3/4 da tarde d'ontem e chegando a Linhares às 8 1/4 da manhã de ontem. Na volta, gastou 4 h entre os mesmos pontos.

«Começa o terreno a ser um pouco arenoso. Ilha do João Ferreira, pequena, à direita.

«Larga o *Pirajá* às 9 e 10.

«9 h 38 — já se vê bem a barra da Concha; prumo 1 1/2 br. Para o Sul, além da sobredita barra, há um navio metido na areia da praia. Casas ao longe da restinga do Barcelos, margem esquerda, onde mora o Patrão-mor, que me consta não ter os aprestos necessários para a praticagem da barra. Ilha da Regência, à esquerda, pequena. À direita, Regência, com algumas casas de palha sendo a melhor a do James que foi maquinista do vapor *Rio Doce* e casou, brasileiro, estando viúvo com quatro filhos; vive de caça e pescaria, pouco planta; foz do insignificante rio Prêto. A barra do Rio Doce está muito mansa; o *Pirajá* achou, ao entrar, duas braças de fundo, em meia enchente.

«Parou o *Pirajá* às 10 h e vou almoçar.

«10 e 20 — escaler e 10 e 36 m desembarque na praia da Concha; 10 3/4 embarque para o *Apa*.

«O navio encalhado de que já falei era o *S. José Triunfante*. Na praia da Concha está encalhado o patacho *Formosa*.

«Desembarcamos na praia da Concha perto do escoadouro que tem dois canais separados pelo baixo dos Passarinhos.

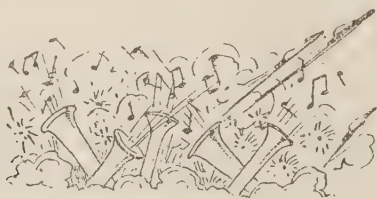
«Espadarte de serra, que pescaram numa lagoa perto da Regência, e parece o cação d'espadarte.

«Avista-se o Mestre-Álvaro ao S.O. O mar está muito manso, venta e tem ventado de N. a N.E.

«*Apa* 11 menos 5, fundeamos em oito braças, por dentro do cordão do S.

«Aproamos para a Vitória às 12 h e 25 m.

«5 h e 5 m barra da Vitória. 5 e 40, Vitória».





O Príncipe Maximiliano da Austria, fardado de Vice-Almirante e exibindo as condecorações do Tosão de Ouro e a Grã Cruz de Santo Estêvão. O seu primo-irmão, Dom Pedro II, com quem fôra avistar-se no Espírito Santo, agraciou-o com a Grã-Cruz da Ordem Imperial do Cruzeiro.





## O BEIJA-MÃO DE DESPEDIDA, EM VITÓRIA — ENCONTRO COM MAXIMILIANO DA ÁUSTRIA

Ainda naquela mesma tarde em que regressava do Rio Doce, segunda-feira, dia 6 de fevereiro, S.M.I. visitou a igreja do Convento de São Francisco, e copiou a inscrição latina em chapa de chumbo, na parede, ao lado do altar, que assinalava o local para onde haviam sido trasladados os restos mortais de Frei Pedro Palácios.

E, segundo notícia do *Correio Mercantil*, de 12 daquele mês:

«Houve beija-mão de despedida, e o Monarca assistiu com S.M. a Imperatriz a um copo d'água no quartel da guarnição da capital, e à noite honrou o baile que teve lugar na Casa da Assembléia Provincial.

«Durante a ausência do Imperador» — continua o mesmo repórter — «foi o Sr. Conselheiro Pedreira visitar a Colônia de Santa Isabel, fundada por êle quando presidente da Província e a mais florescente da Província».

O correspondente de outro jornal da Côrte, *Correio da Tarde*, sem fornecer detalhes, deu essa notícia, numa rezenha dos últimos acontecimentos da Província, publicada no mês adiante:

«No beija-mão de despedida houve quem se queixasse do subdelegado de um dos distritos desta cidade, o qual, protegido como é pelo chefe de polícia, faz *das suas*, e julga-se com direito de perseguir àqueles que não lhe caíram em graça».

A partida de Vitória, regresso à Côrte, deu-se manhã cedo do outro dia, zarpando a mesma esquadrilha: *Apa, Amazonas, Paraense e Pirajá*, rumo ao pôrto de Guarapari.

Do tombadilho do garboso *Apa*, onde se arvorava o pavilhão imperial, Dom Pedro II e a Imperatriz Dona Teresa Cristina Maria, correspondiam aos comovidos acenos do povo, aglomerado no Cais das Colunas e através dos pontos mais acessíveis em tôda a margem do pôrto, até o forte de São João, que disparava a sua salva de canhões.

Mesmo se servindo do óculo de alcance, S.M. não poderia assistir a um acidente que ocorreu, na ocasião, nos disparos da Fortaleza de S. Francisco Xavier da Barra, vitimando o guarda nacional Manuel Albino do Nascimento, que servia no soquete de uma das peças de calibre 24. Além das queimaduras e ferimentos por estilhaços, o guarda sofreu a amputação do braço esquerdo, ficou aleijado da mão direita e pouco depois veio a falecer.

A constância nos desastres daquela fortaleza já provocara os protestos da imprensa e a reclamação da necessidade de artilheiros mais competentes. A dois de dezembro de 1859, um remador ficara mutilado e um soldado de pedestres fôra gravemente queimado.

Mas, nem o sinistro que acabava de ocorrer com o guarda Nascimento serviu para evitar a repetição de tais desgraças, pois no dia 14 do mês seguinte (março), ao festejarem a data natalícia da Imperatriz, houve mais um desastre nas salvas da fortaleza, ficando maneta o pedestre Manuel Francisco da Silva e ferido outro artilheiro.

«De dezembro para cá» — escreveu o correspondente do *Correio da Tarde*, edição de 28 de março de 1860 — «é o quarto ou quinto desastre desta natureza que temos a lamentar; e por mais que se peça ao governo providências a respeito, nada se consegue...»

Além da barra do pôrto de Vitória, aguardava, fundeado, um vapor de bandeira estrangeira.

«...Apenas avistou a esquadilha imperial — reportou o enviado do *Correio Mercantil* — êsse vapor embandeirou-se e içando o estandarte austriaco seguiu nas águas da esquadilha que içou também a bandeira d'Austria em seus vapores.

«Reconheceu-se então ser o vapor *Elisabeth* tendo a seu bordo Sua Alteza o arquiduque Fernando Maximiliano José».

Dom Pedro II foi sumário nas notas da partida de Vitória:

«7.

«6 e 4 larga o *Apa*. Pouco além da barra avista-se o vapor do Arquiduque. Manda-se escalar, parece que para o nosso vapor que pára; mas falando com o patrão-mor, que se retirava, voltou, e o vapor do Arquiduque vem nos seguindo; embandeirou em arco».

Fernando Maximiliano José de Habsburgo, nascido no palácio de Schönbrun, em Viena, no ano de 1832, era irmão do Impe-

rador da Áustria e primo-irmão de Dom Pedro II. Desposara, em 1857, a princesa Carlota, de 17 anos, filha do rei Leopoldo, da Bélgica. Pouco depois, elle recebera o governo Lombardo-Veneziano e estando residindo em Milão, em cinqüenta e nove, enviara esforços para reconciliar a sua pátria de origem com a Itália.

Depois da guerra na Itália, em meados de 1859, elle viajou para o Brasil, onde chegara em janeiro de sessenta, procurando manter-se incógnito. Assim, visitou a Bahia, tendo até fretado uma embarcação para conhecer melhor aquelas paragens.

O jornal *Província da Bahia* (20-1-1860) glosou o «incógnito», comentando chistosamente êsse episódio:

«... O Arquiduque Maximiliano aqui estêve alguns dias debaixo do mais rigoroso e *transparente* incógnito. Desembarcou de paletó e chapelinho de palha, espingarda ao ombro para caçar nestas selvas baianas.

E, adiante:

«Desembarcando, como disse, à fresca e de espingarda ao ombro, saltou na Vitória e dirigindo-se para o lado da cidade, foi caçando pelo Garcia e Campo Grande, e caçaria até a praça do Palácio-se um subdelegado da Vitória, Dinis Gonçalves, lhe não pusesse embargos, tomando-lhe as armas e as de sua comitiva e remetendo a todos presos perante o chefe de polícia. Êste magistrado, porém, logo que soube a personagem que tinha em sua presença, libertou-o e lhe permitiu que continuasse o seu passeio e caçada, mas não na cidade por ser isso contrário às ordens e regulamentos policiais».

Informando, ainda, que o Príncipe não se mostrara ofendido com o proceder do polícia, prossegue a nota:

«Julgava-se que Sua Alteza aproveitasse a passagem de S.M. o Imperador por esta província, e sua demora de dois dias em Valença, para avistar-se com seu augusto primo; mas parece que não terá lugar o encontro porque segue em direitura para os Ilhéus, e de lá para o Rio. É um bonito príncipe, bem apessoado e tem semelhanças com seu augusto primo».

Outro periódico de Salvador, o *Jornal da Bahia*, publicou essa notícia:

«O Príncipe Maximiliano retirou-se na madrugada do dia 15 do corrente. Vai a Ilhéus e de lá ao Rio de Janeiro.

«Tendo-se demorado tão pouco tempo na Bahia, pouco viu e consequentemente pouco apreciou. Neste ponto sua viagem certamente não será rica de apontamentos.

«Entretanto, teve episódios interessantes entre os quais não figura menos o fato de ter comunicado ao govêrno da Província que desejava guardar o mais rigoroso incógnito, e êste apresentar-se a bordo com os seus distintivos e com um grande séquito de fardas e dragonas, para passarem pelo desprazer de não encontrar a bordo ninguém que os recebesse, e voltarem sem ao menos terem entrado no vapor.

«O Príncipe não podia, certamente, dar mais delicada repressão».

Por notícia do *Correio Mercantil*, toma-se conhecimento que o Arquiduque Maximiliano desembarcou na Côrte a 27 de janeiro, no Arsenal de Marinha, ainda à paisana, paletó branco e chapêu de Chile, e recusou a hospedagem oficial. Como um simples turista, êle percorreu a cidade, visitou o Passeio Público, subiu ao terraço para contemplar a linda vista, mas, diz o mesmo diário, êle teve de fugir apressado «pelos miasmas empestados que lhe trazia a viração da tarde».

Na manhã de 30 o Arquiduque foi a Petrópolis, seguindo, até Mauá, no vapor imperial. Apesar de lhe haverem reservado dois quartos no Palácio, hospedou-se no Hotel Oriental, mas jantou com Suas Altezas Imperiais.

A Princesa Isabel deu notícia da visita, em carta que escreveu ao seu pai, naquele mesmo dia:

«Foi um dia de recreação que o arquiduque nos fêz ganhar. O primo chegou aqui no Palácio, a meio dia e meio, pouco mais ou menos. Não aceitou nada. Só de tarde, veio jantar cá, conosco. Depois fomos ao jardim. Nós lhe demos o urubu-rei, que meus caros pais me mandaram, e êle foi-se depois embora. É bem amável, bonito, alto, e parece-se um pouco, eu acho, com papai».

No outro dia, Maximiliano voltou ao Palácio e a Princesa escreveu nova carta a Dom Pedro II:

«De manhã, demos lição de piano, de noite tocamos Preciosa para o Príncipe ouvir. Dançamos um pouco. Queríamos dançar com êle, mas cada uma fêz com êle um giro. Êle vai tão depressa na valsa, que custa acompanhá-lo. Êle foi-se, com os seus e o Soulaite, às 9 e tanto. Nós lhe entregamos umas cartas para meus caros pais. Eu dei para minha prima aquela cruz com um coração de bichinhos, e para êle um beija-flor empalhado».

O Arquiduque Maximiliano visitou a fazenda de Santa Cruz, e partiu da Côrte a 5 de fevereiro, para o Espírito Santo, a fim de efetuar aquêlê encontro com o Imperador.

A dez milhas a leste da praia de Guarapari, na ilha Rasa, dera-se um naufrágio, em 31 de janeiro, salvando-se tripulantes, passageiros e cento e tantas sacas de café, como parte da carga.

O Imperador anotou:

«Avista-se o *Mucuri* encalhado, muito ao longe; 9 1/2».

Tratava-se do mesmo vapor no qual viajara o pintor Francês François Biard para Vitória, a dois de novembro de 1859.





## VILA DE GUARAPARI

A vila de Guarapari (toponímia indígena assim derivada; *guará* — garça e *pari* — laço-armadilha) teve a sua origem num antigo aldeamento, onde os jesuítas erigiram, em 1585, residência e uma capela devotada a Sant'Ana. Lá Anchieta prestou o seu inestimável concurso na catequização dos silvícolas e muito os divertia com o teatro ao ar livre, a exemplo da peça em português-tupi: *Recebimento que Fizeram os Índios de Guaraparim ao Padre Provincial Marçal Belarte*, cuja representação seria iniciada no pôrto, continuada na capela (após um pequeno percurso em procissão) e encerrada com uma dança de meninos no pátio da mesma capela.

Naquele sítio, margem sul da embocadura estreita que o mar forma ao avançar terra a dentro, causando a illusória impressão de um rio, o donatário da Capitania, Coronel Francisco Gil de Araújo, levantou uma igreja, em 1677 e fundou, a 1 de janeiro de 1679, a Vila de N.S. da Conceição de Guaraparim.

No ano de 1751, o arcediago Antônio Siqueira de Quental iniciou a construção de mais uma igreja, com grossas paredes, bem alicerçadas em pedra e cal, que não chegaram a receber a cobertura, devido ao trágico fim do arcediago, assassinado pelos escravos de duas fazendas de cana, nas imediações da Vila, cuja administração êle assumira. Essas paredes conservaram-se, todavia, de pé, como ruínas a desafiar o tempo.

Dom Pedro II teria ocasião de observar, na Vila, de 1.000 a 1.200 habitantes, algumas casas de aspecto confortável, em geral térreas, cuja construção se orçava em setecentos a novecentos mil réis. Êle anotou:

«Guarapari — 10 3/4.

«Antes de chegar à Vila, deixa-se, à direita, uma povoação de choupanas, chamada Moquiçaba, descobrindo-se a Vila quase de repente, por detrás duma montanha de granito».

E o repórter do *Correio Mercantil* escreveu:

«Fundou a esquadrilha em Guarapari às 11 horas da manhã. Sua Majestade o Imperador seguiu para terra; Sua Alteza [Maxi-

miliano], com seu estado maior, veio a bordo do *Apa* cumprimentar a Sua Majestade a Imperatriz; sendo recebido pelo Sr. Conselheiro Pedreira que teve a honra de levá-lo à presença da mesma augusta senhora.

«Voltando de terra, mandou Sua Majestade o Imperador, de sua parte, o Sr. Visconde de Sapucaí cumprimentar a Sua Alteza a bordo: e depois de se demorar por espaço de uma hora retirou-se. Sua Majestade o Imperador mandou entregar-lhe as insígnias de grão-cruz da Ordem Imperial do Cruzeiro, que já tinha, sendo portador desta o Sr. Jacobina».

Dom Pedro descreveu Guarapari em poucas linhas:

«A rua maior estende-se ao longo do cimo duma colina, e a vila tem bastantes casas de telha e algumas de sobrado.

«A matriz, pequena, está na parte superior da vila, numa chapada, tendo em frente, em ruínas, a capela e casa do arcediogo Quental, que era dono da fazenda onde se levantou a vila. A capela havia de ser bonita e a casa contígua é de sobrado com 6 janelas de frente, mas pouco fundo».

Ao vigário da freguesia, Pe. Matias Pinheiro Furtado, o Imperador deu de esmolas, a importância de trezentos mil réis destinados aos reparos que se faziam necessários na matriz. Distribuiu, ainda, com os pobres da vila, a mesma quantia e, para a construção de um cemitério público na vila, deu quinhentos mil réis, que foram recolhidos ao cofre da Municipalidade. Visitou o sobrado onde estava instalada a Câmara:

«A Casa da Câmara tem, no andar térreo, duas enxovias bem arejadas e assoalhadas e um xadrez sofrível, no 1.º andar, e sala livre no fôrro, onde também mora o carcereiro. Livros pouco regulares e o delegado que exerce o lugar desde abril do ano passado, começou as visitas em dezembro».

Também esteve na escola de primeiras letras do sexo masculino:

«Aula de meninos de Francisco de Paula Maia Oiticica. 41 alunos matriculados, em papel solto; 30 e tantos de frequência. A letra do professor é boa. 1.º lê menos mal; nada de gramática; divide como o outro. Sabem só rezas. Letra dos meninos má. Professor muito medíocre».

Observou o pôrto, que era visitado por pequenos navios costeiros, protegido dos ventos fortes e marés pelas ilhotas: Rasa, Guarapari e Escalvada.

A exportação local consistia de algum café, açúcar, peixe seco e madeiras cortadas nas matas vizinhas.

S.M. viu o estaleiro de construção naval:

«Havia uma lancha grande no único estaleiro, pertencente ao Presidente da Câmara, onde já se construíram 50 e tantas embarcações, grandes e pequenas. 3 navios no pôrto.

«Há cultura de café e gêneros alimentícios, mas a formiga persegue muito».

Se a Imperatriz houvesse descido em terra, as peritas bordadeiras da vila não perderiam a ocasião de lhe mostrar as suas famosas e delicadas rendas de bilros ou crochês, trabalho de paciência do qual gozavam fama.

A visita de Dom Pedro não durou nem duas horas:

«Volto a bordo ao meio dia e 35 m.

«Visita do Arquiduque Max, irmão do Imperador d'Áustria, até 2 1/2. Agradou-me o seu trato, parece bom e não deixa de ser inteligente.

«Às 3, partida para Benevente.

«Refrescou o vento, que tem soprado sempre o mesmo, desde o Rio Doce».

## DE BENEVENTE A BARRA DO ITAPEMIRIM — DESPEDIDA DE MAXIMILIANO

Benevente teve os seus primórdios numa redução que os jesuítas fundaram logo depois de 1551, quando chegaram ao Espírito Santo. A aldeia chamava-se Reritiba, antigo nome do rio em cuja foz ela se desenvolvera.

Na rampa de um morro, à margem sul do rio sôbre larga plataforma donde a vista domina os arredores (mar e terra), os jesuítas ergueram uma igreja com a originalidade de dois rebordos, e convento de um andar.

A igreja estaria inacabada, em 1597, na douda opinião de Serafim Leite e tal seria o motivo de não haverem nela sepultado o Padre Anchieta.

Com a expulsão dos jesuítas, a aldeia de N. Sra. da Assunção de Reritiba passou a Vila Nova de Benevente; isso no ano de 1759.

O ouvidor da capitania apoderou-se do mosteiro: a parte mais próxima à igreja foi feita residência do vigário; a seguinte, servia de residência do Juiz de Direito, nas ocasiões em que funcionava o júri, e o restante do edifício foi aproveitado para instalação da Câmara Municipal, a cadeia pública e do aquartelamento da tropa. Servia, ainda, para as reuniões do colégio eleitoral, que compreendia as vilas de Guarapari e Itapemirim.

Ao receber o Imperador, a vila tinha uma população que equivalia à de Guarapari, de aspecto, todavia, mais abastado. O seu comércio era mais importante e a sua vida menos pacata. As abundantes madeiras das florestas vizinhas, apropriadas para a construção náutica, abasteciam o estaleiro onde se construíam sólidas embarcações costeiras.

«As ruas da vila são regulares» — observou D. Pedro — «e há casas de sobrado, não as vendo cobertas de palhas senão no morro em que está o Convento».

O relógio de S.M.I. não conferia com o do repórter do *Correio Mercantil*, pois enquanto o primeiro marcava quinze horas na partida de Guarapari, êste marcou quinze e trinta:

«Às 3 1/2 largou a esquadilha direção Benevente. O vapor *Elisabeth* acompanhou-a. Às 5 horas fundeou em Benevente.

«A galeota imperial com o mordomo de Sua Majestade o Imperador, foi buscar Sua Alteza o Arquiduque que veio com seu estado maior. Passando-se todos para o *Pirajá* saltaram em terra, e depois de percorrerem a vila, descansaram na casa destinada para a recepção do Imperador».

As horas não conferiram, ainda, na chegada, pois Dom Pedro II escreveu:

«Benevente.

«Chegada perto de 6.

«O Convento está num alto. A Igreja que serve de matriz é bonita, de 3 pequenas naves e foi reparado há 2 anos.

Com efeito, o Comendador Monjardim, tendo em conta que aquêlê templo, desde o ano de 1849, vinha esquecido dos cofres públicos, dispendera, em sua gestão de govêrno, a quantia de um conto e oitocentos e oitenta e seis mil réis nos consertos do assoalho, telhado, caiamento e pintura do interior e frontispício.

«O Convento está muito arruinado» — prossegue o Diário — «sendo preciso que me mostrassem o lugar da cela onde morreu Anchieta, para suspeitar que aí fôsse; talvez seja o lugar mais sujo do Convento; a cela é ou antes era sofrível em dimensão».

«Quantas vêzes nos achamos neste quarto» — escrevera José Marcelino, em 1858 — «que ainda hoje é conhecido, apesar de não haver nêlê um só sinal que o distinga dos outros! Com que profundo recolhimento, com que respeito sagrado lançamos as nossas vistas para o assoalho e as paredes dêsse quarto e para a sua janela caída, e exposta aos ventos e às chuvas! !»

Satirizando tal abandono, escreveu Rangel Sampaio, cinco anos após as notas de S.M.I., no *Correio da Vitória* (16-12 de 1865), uns versos candentes. Após declarar, na poesia, que não fôra a Benevente para ver a fila de cabanas, com esteios de imbaúba e cobertas de palmeiras, nem para contemplar uma igara abicando, um patacho carregando, ou uma sumaca ancorada no pôrto, confessa sua decepção ao deparar com o estado de ruína do convento:

«Ei-lo — pobres ruínas desprezadas  
Aos insetos entregue — êste convento  
Onde Anchieta habitou!

E para mais escárnio aproveitaram  
Parte dêsse sacrário para cárcere!...  
Quando êle em tal pensou? !...

Que monumento atesta que estas plagas  
Oscularam a planta do mais digno  
Ministro do Altar;



Que esta vila nascera a seu aceno;  
Que os avós dêste povo foram homens  
Por êle aqui andar?!

Nenhum! nem ao menos uma obra  
Preservou êste povo que caísse,  
Na ruína em que jaz!

A cela onde morou, onde ideava...  
A ventura geral — tornada entulho!...  
Benevente, é demais!...»

Os ilustres visitantes foram recebidos no pôrto com júbilo, e ao espoucar de foguetes e vivas, atravessaram a rua principal enfeitada de bandeirolas e arcos de fôlhas de palmito e bambu, como nos dias de festas da padroeira.

«A sala da Câmara está em obras» — anotou D. Pedro — «destinando-se, para estas, uma sobra de renda municipal de 2 contos e tanto».

A cerimônia da entrega da chave da vila pelos edis, deu-se, pois, noutro edifício:

«A casa da Câmara, durante as obras, está numa casa térrea» — escreveu adiante S.M. — «Com os livros do arquivo e a data mais antiga é de 1750. Tem um registro de Índios dessa data. Há livro de tombo das terras, que se mandou copiar em novo livro que foi aberto; mas apenas começado a escrever, não se continuando, segundo disse o Secretário, por ser *quazi* ininteligível a letra do antigo livro do tombo».

A julgar pelos fatos, haveria interêsse de muitos em não preservar aquêlê documento, pois os marotos luso-brasileiros engodaram os Tupinambás e tomaram as suas terras que se estendiam por seis léguas e que lhes haviam sido outorgadas de forma *inalienável*.

Os insígnies visitantes galgaram a escadaria exterior que formava o terceiro lado do mosteiro para atingirem, do outro lado, a matriz. Dom Pedro II deixou de esmolos, para esta, quinhentos mil réis. Deu igual quantia para o cemitério e quatrocentos mil réis de esmolos para os pobres da vila.

S.M. cientificou-se do estado deplorável da prisão pública, tão insegura que o teto chegava ao perigo de um iminente desabamento, pondo em risco a vida dos presos. Para evitar a evasão dêstes, à noite, eram êles retidos ao tronco:

«A cadeia está no Convento; é muito arruinada. Havia 6 presos numa das duas prisões».

Quanto ao Príncipe Maximiliano, informa S.M.:

«O Arquiduque desembarcou comigo e tomou chá, demorando-se na casa onde me hospedo e é de sobrado; mas pequena, até quase 11 h., indo dormir a bordo. Já conhece o Connrithner, com quem se tem caçoado a bordo sofrivelmente».

O relógio do repórter do *Correio Mercantil* devia estar muito adiantado, quando marcou:

«O Arquiduque demorou-se até 9 1/2 da noite, seguindo no *Pirajá* para bordo de seu vapor, sendo acompanhado pelo Sr. Vice-almirante Lisboa, seus ajudantes de ordens e o Dr. Jacobina.

«Sua Alteza trazia a comenda do Cruzeiro».

Suas Majestades Imperiais pernottaram em terra e na manhã seguinte (quarta-feira), 8 de fevereiro, bem cedinho, assistiram à missa.

A impressão que o vigário Manuel Vicente de Araújo causou ao Imperador foi um tanto desairosa:

«O vigário desde ontem que anda debaixo de carraspana, tornando-se terrivelmente importuno. É colado. O mesmo sucede com o de Guarapari e o de S. Mateus, que ainda é de sérios costumes, talvez, segundo me disse o Presidente».

Meses depois, o Barão de Tschudi, na Colônia do Rio Novo, teve ocasião de palestrar com êsse vigário, ex-vítima de uma tocaia no Norte do país; chegou até a ver, sob as vestes sacerdotais, cicatrizes no ombro esquerdo, causadas por grãos de chumbos, ainda palpáveis. Elogiou o caráter e a inteligência do vigário e reproduziu um trecho da palestra que manteve com êle:

«Deixamos crescer os filhos de nossos negros até a idade de 12 a 14 anos na preguiça, ignorância e brutalidade;» — dizia o vigário Araújo — «rimos dêles, divertimo-nos com as suas má-criações; deixamo-nos enganar e roubar por êles; não despendemos nenhum esforço pela sua educação e, quando adultos, exigimos que sejam fiéis, ativos e hábeis».

«Que diferença entre os filhos dos colonos! Com que boa vontade êles manejam suas ferramentas; com que alegria ajudam aos pais e como se mostram satisfeitos com o trabalho alcançado!

«Jamais encontrei melhor oportunidade para constatar a grande diferença entre o trabalho livre e o escravo. Oxalá meus patrícios aproveitassem o exemplo e se convencessem de que a vagabundagem é uma vergonha e que o trabalho enobrece a quem o desempenha. Pudesse eu fazer de cada escravo um trabalhador livre, como os brancos, e tornaria a minha pátria muito mais feliz, bem como mais elevadas as suas condições sociais».

Depois da missa, Dom Pedro visitou a escola de 1ª classe do sexo masculino, provida com efetivação, desde 1850:

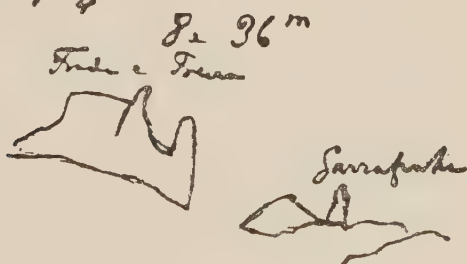
«Aula de meninos de Antônio Carneiro Lisboa Júnior. 32 matriculados — Caderno de matrícula, sendo a letra do professor boa — 20 e tantos de freqüência. 1.º lê menos mal; nada de gramática; divide mal, não sabe a prova real de divisão. Há 4 anos; mas tem faltado muito. 2.º lê pior; multiplica só. Há 2 anos. Sabem apenas as rezas; porém mal. Letra dos meninos sofrível. O professor não presta para nada».

Com a fresca da manhã, a esquadilha, acompanhada do *Elisabeth*, levantava ferros e seguia para o Itapemirim.

O Imperador não largou o cronômetro:

«Saída em escaler para o Apa. 7 h. Chegada ao Apa 7 e 20 m. Larga 7 3/4».

*o Cronômetro.*  
*Saída em escaler para o Apa*  
*7h. Chegar ao Apa 7 e 20m*  
*Larga 7 3/4.*



*Nota: o mar está aqui  
de frente com esta linha, e 3 km  
entre as duas formações. ...  
a base da Parnaíba, ...  
a distância de 3 km. ...  
... de 10, ...*

Ele desenhou os perfis das serras, vistos do mar, «Freira e Freira» e Itabira, que chamou «Garrafinha» e marcou a hora: «8 e 36m».

O diário continua:

«Antes vi o morro Agá, que nada se parece com esta letra e 3 ilhas, entre as duas primeiras das quais abre a barra do Pereira, havendo dantes a sotavento da 3ª, bom resguardo para navios grandes de S.O. que são obrigados agora a ficar fora, porque o lastro lançado ao mar fêz entulhar-se o fundo.

«9 e 40 fundeia o *Apa*».

O repórter do *Correio Mercantil* escreveu:

«S.M. o Imperador acompanhado dos Srs. Ministro do Império Almeida Pereira, guarda-roupa Conselheiro Melo, médico Dr. Abreu, mordomo Dr. Jacobina, oficial de gabinete do Ministro do Império Dionísio Feijó, capelão Cônego Melo, vice-almirante Marques Lisboa com o chefe de seu estado maior capitão de mar e guerra Pereira Pinto e seus ajudantes de ordens los. tenentes Ponte Ribeiro e Carneiro da Rocha, foi a bordo do vapor austriaco cumprimentar a Sua Alteza o Arquiduque».

Dom Pedro II entreteve-se bastante com o primo:

«Enquanto enche a maré, visitei o Arquiduque, que me deu suas viagens impressas, e prometeu-me um impresso de suas poesias, de que vi outro na sua biblioteca, que tem bons livros, sobretudo de viagens e história natural. Mostrou-me os croquis de pintor que já passou pelo Brasil, na *Novara*, e atestam bastante talento, e vi a miniatura da mulher que deve ser uma moça *bonita*, mas não bela, tendo também em gravura o retrato da Imperatriz que muito me elogiou a quem dedicou as poesias por ser poetisa — *Ophir der Dichterinn* — como a chama na dedicatória».

O Arquiduque Maximiliano gozava do conceito de emérito literato; era poeta sonhador e dotado de uma imaginação romântica. Os seus livros, como não fôsem destinados senão aos amigos íntimos, limitavam-se a edições muito pequenas, no máximo de cinquenta exemplares cada uma. ..

O diário de Dom Pedro II fornece alguns detalhes sobre o *Elisabeth*:

«Todo o vapor foi construído na Inglaterra, tratando-se agora duma grande oficina de construção de vapores, em Trieste. Vi a gôndola — é pequena — do Arquiduque girar a roda do vapor assim como a tropina, pequeno batel d'almata, dum só homem, que rema e governa com o remo de duas pás. A Imperatriz d'Austria diverte-se em remar assim, no lago de Tschönnbrunn».

E faz breve referência à palestra mantida com o Príncipe:

«Gostei das idéias do Arquiduque, sensatamente liberais, tendo-se dado muito com Manzoni, Cantu, Cárcano e outros, quando governou a Lombardia».

Na parte mais interessante da obra de Maximiliano, a que êle intitoulou: *Aforismos*, destacam-se alguns dos seus pensamentos:

«20 de abril de 1860:

«O despotismo exige de quem o exerce uma grande inteligência e tenacidade férrea; morre infalivelmente com a pessoa. Dificilmente se tolera o despotismo de um indivíduo; o de uma casta é insuportável e cedo ou tarde acaba».

«16 de agosto de 1860:

«A carolice e a covardia são irmãs».

«13 de setembro de 1861:

«Os povos não são feitos para os soberanos, porém os soberanos para os povos».

«22 de setembro de 1861:

«Constituição implica necessariamente oposição».

«29 de setembro de 1861:

«Uma vida social muito feliz, afeta a atividade moral de um povo».

Foi pouco depois dessa viagem ao Brasil, no decorrer da qual recolheu impressões para um volume, que Maximiliano recebeu na França a malfadada proclamação do Imperador do México. Sete anos após, malograva-se a aventura imperialista de Napoleão III, e Maximiliano, destituído do govêrno, era fuzilado pelas tropas revolucionárias de Juarez.

Dom Pedro II encerrou no diário as referências ao parente com essa nota:

«Despediu-se de mim, tendo vindo comigo para o *Apa*, pouco depois das duas da tarde».

E o cronista do *Correio Mercantil*:

«Sua Majestade o Imperador demorou-se a bordo até meia hora depois de meio dia, voltando para o *Apa* com Sua Alteza, que veio despedir-se de Sua Majestade a Imperatriz.



«Retirando-se Sua Alteza para seu bordo, seguiram Suas Majestades Imperiais às 3 1/4 para a Vila de Itapemirim, a bordo do *Pirajá*. O vapor austríaco levantou ferro e seguiu para o norte. Os vapores da esquadilha imperial *Amazonas* e *Paraense*, com a gente nas vergas, deram uma salva de 21 tiros cada um em cumprimento a Sua Alteza.

«O Sr. Ministro da Áustria que o acompanhou sempre, passou-se para o *Paraense* e nêle veio até esta côrte».

## VILA DO ITAPEMIRIM — COLÔNIA DO RIO NOVO — ROTA FINAL À CÔRTE

O Coronel João Nepomuceno Gomes Bittencourt, líder do Partido Conservador, pejorativamente chamado, pelos adversários, de «Macuco», desincumbira-se muito bem da tarefa como um dos quatro membros encarregados das reformas do Paço de Vitória: contribuíra do próprio bôlso com cinco contos e quinhentos e estava satisfeito. Logo após representar a Vila, na comissão das boas vindas à chegada de S.S. M.M. I.I., regressou ao Itapemirim, para enfrentar outra tarefa.

A Câmara da Vila havia pedido à presidência o dinheiro necessário ao preparo e hospedagem dos nobres visitantes e numa subscrição local recolhera, para êste fim, a soma de seiscentos mil réis.

Sendo o Coronel João Nepomuceno pai do Capitão Francisco Gomes Bittencourt, presidente daquele legislativo municipal, foi menos difficil contornarem os entraves políticos. Ficou escolhida para a hospedagem do Imperador a casa de sobrado, na Vila, pertencente ao Capitão José Tavares de Brum e Silva, cunhado do Barão de Itapemirim. O esforço em harmonizar as facções visava a prevenir contra a surpresa de um ferrão das *Arraias*, de que eram apelidados os do partido adversário.

Na semana e meia decorrida, houve trabalho febricitante: capina, limpeza e aplainamento das ruas, melhoria da sua iluminação de candeeiros de azeite de mamona, como em Vitória; refôrço da ponte de desembarque e, nos arremates finais, atapetaram tôda a extensão da rua que ia desde o pôrto até o sobrado da hospedagem, para que Sua Majestade não botasse o pé na terra.

A fidalga aristocracia agrícola foi convocada e em nenhuma fazenda às margens do Itapemirim, até o Cachoeiro, a notícia da visita deixou de eletrizar os ânimos.

À véspera da chegada, o reboliço nas casas e ruas e o trânsito de cavaleiros nas estradas, ou das canoas que traziam gente de tôdas as fazendas, eram coisas nunca registradas naquela paróquia. O Hotel da *Gibóia*, de João Pinto Ribeiro, e o Hotel *Garibaldi*,

de Pedro Nicoline de Leche, ficaram superlotados. Tôdas as residências da Vila acomodaram parentes ou visitas.

Metade da quarta-feira, dia da chegada, manteve-se o *suspense* que avassalara desde as autoridades maiores; Dr. Lima e Castro, Juiz de Direito; Dr. Campos Melo, Juiz Municipal; Coronel Bittencourt, comandante Superior da Guarda Nacional; vereadores; pároco João Filipe Pinheiro; médico Dr. Rufino Rodrigues Lapa; farmacêutico Antônio José de Sales; dentista, retratista e prestidigitador, Francisco Olibano Rosas; negociantes; principais lavradores de cana e fazendeiros de café, relação que se alongaria muito: até os populares, como o escultor de bengalas, Manuelzinho Conceição, e a escravaria.

Afinal, já na parte da tarde, subiram os primeiros foguetes alvissareiros da chegada de Sua Majestade, cujo diário registrava:

«Tarde.

«Cêrca das duas, embarco no escaler e vou para o *Pirajá* que partindo às 2 e 20 chega à barra às 2 1/2.

«A barra é tôda de arrebentação e muito melhoraria se se tapasse a passagem entre um ilhote e o pontal do S».

Não obstante os esforços do deputado Dr. Antônio Pereira Pinto, que por mais de uma vez tratara dêsse melhoramento no plenário da Côrte, assunto, no seu entender, dos mais importantes para o futuro da provincia, tendo oferecido emendas consignando a quantia de trinta ou quarenta contos para o mesmo, foi preciso transcorrer um século para a concretização do plano, atualmente em curso.

«A obra que se pretende e deve fazer» — explicava o representante capixaba — «é encaminhar as águas daqueles canais para um só rumo, o que lhes dará maior fundo, e facilitará a navegação».

E concluía:

«A despesa para tal obra é de pequena monta; consiste em um curto paredão tirado da ilha à terra firme, e a pedra para a fatura dessa muralha pode ser extraída da mesma ilha».

Dom Pedro II subiu no escaler a barra do rio por meia légua:

«3 1/2 chego à vila d'Itapemirim tendo visto na margem esquerda a casa grande da fazenda do Tavares e à direita a fazendinha do Barão d'Itapemirim».

A primeira propriedade referida, era a fazenda do *Vermelho*, que pertencia ao Capitão José Tavares de Brum e Silva, o mesmo proprietário do sobrado escolhido para a hospedagem imperial. A outra, *Fazendinha*, casa situada em um morro contíguo à Vila, era a sede da velha propriedade que no século anterior se estendia por toda a barra do rio, abrangendo as duas margens e regular extensão de costa marítima, desde os limites com Benevente até a lagoa do Siri. Essa fazenda de açúcar, fragmentada, dera origem à Vila de Itapemirim. A capela de sua sede registrou-se como a primeira da povoação, naqueles tempos recuados (1754), conhecida por Caxangá.

A entrega da chave da Vila foi no consistório da Matriz, onde se reuniam provisoriamente os vereadores.

Por iniciativa do ex-presidente da Província, Olímpio Carneiro Viriato Catão, fôra comprada uma casa de D. Josefa Souto Belo, por dez contos, para que nela se instalasse o paço da Câmara Municipal. O juiz da comarca, Dr. Lima e Castro, estava encarregado de supervisionar as adaptações do prédio: salão para as audiências e sessões do júri, no 1º pavimento; cadeia e quartel, no térreo. O governo provincial concorrera com cinco contos, e os restantes, foram levantados por subscrição popular, encabeçada pelo Barão de Itapemirim, com quinhentos mil réis.

S.M., que se fazia acompanhar pelo presidente da província e outras autoridades de relêvo, tinha ao seu lado o então Ministro do Império, Conselheiro João de Almeida Pereira, parente chegado dos Bittencourts, os «moços da Areia».

Discursou o Presidente da Câmara, o Capitão Francisco Gomes Bittencourt, e o Monarca agradeceu com três ou quatro palavras.

Seguiu-se o beija-mão, encabeçado pelos vereadores do Partido Conservador: Antônio Borges de Ataíde; João da Silva Santos; Antônio Francisco de Almeida Sobrinho e José Cardoso da Conceição.

S.M. escreveu:

«A vila tem ares de florescer; mas é pequena.

«Fui logo à Matriz, feita por esforços do missionário Casanova, tendo sobre a porta a seguinte inscrição, se bem me lembro: *D.O.M. Delumbrum beneficentia publici hujus constructum Paulus Capuccinus lapidem posuit* Ano 1853».

A pedra em mármore preto conservada no portal do templo é a mesma e os caracteres gravados, bem legíveis, pouco discrepam da reprodução que S.M. fez de memória:

«D. O. M.  
Beneficencia Populi  
Hujos Constructum  
P. Paulus Capuccinus  
*Hunc Lapidem Posuit*  
Ano de 1853».

Os escritores capixabas, quando se referem ao capuchinho que, à custa dos seus paroquianos e com o trabalho dos escravos alforriados na inauguração daquele amplo e sólido templo, em setembro de 1855, promoveu a sua ereção, confundem o sobrenome do missionário, como fizera o Presidente Veloso, promovendo-o a Casas Novas, pretendendo provavelmente homenagear o construtor.

D. João Neri, numa colaboração da *Revista do Instituto Histórico do Espírito Santo* (n.º 13 — pág. 26), citando trabalho inédito do padre Manuel Pires Martins, como tentativa de um novo Livro do Tombo de Itapemirim, talvez para afastar definitivamente a possível confusão do nome do piedoso capuchinho com o seu homônimo e lendário sedutor-aventureiro, escreveu: César Novais...

O Imperador grafou: Casanova, como escrevera o Barão de Itapemirim, num relatório do vice-presidente da Província, no ano de 1845. Muito embora este, na gestão daquele cargo, em 1856, tratasse ao capuchinho, noutro relatório, de Casas Novas, seu propenso, mesmo sem uma certidão capaz de dirimir a dúvida, a acreditar que S.M. escreveu certo: o nome do religioso seria Frei Paulo Antônio de Casanova.

Inaugurada há cinco anos, a igreja ainda não estava acabada: faltavam-lhe pelo menos as torres.

O vigário encomendado da Freguesia de Itapemirim, Padre João Felipe Pinheiro, sobre quem S.M. já não tivera boas informações logo no primeiro dia da sua chegada a Vitória, era acusado de ser debochado, jogador, sedutor de solteiras e casadas e de haver desviado para o seu bolso dinheiro dos paroquianos destinado à conclusão das torres da Matriz.

Uma realidade que não poderia ser posta em dúvida era a grande inteligência desse religioso sergipano, que em 1863 militou na Vila como advogado com provisão da Relação, presidiu à



Câmara Municipal e como vigário da vara desfrutava as honras de arcepreste. Dom Pedro II dedicou-lhe ainda essas observações:

«O Pereira Pinto e gente do Bittencourt vão fundar um periódico redigido pelo padre João Felipe, outrora Fr. João do Lado de Cristo».

Mas os planos jornalísticos não chegaram a concretizar-se: a primeira fôlha impressa no Itapemirim, *A Sentinela do Sul*, só surgiria em 1867, quando o arcepreste já se havia transferido para a Côrte.

O Imperador voltou à casa da hospedagem, jantou e, não querendo perder um só minuto, pegou a mesma carruagem e encaminhou ao pôrto.

«Às 4 saí para a Colônia do Rio Novo, montado a cavalo — escreveu êle — depois de atravessar o Itapemirim na vila».

O Major Caetano Dias da Silva, diretor da Colônia, não poupou despesas para receber S.M. e, segundo notícia veiculada em jornal carioca, êle pretendia até apresentar iluminação a gás!

A primeira etapa da marcha pela estrada margeando o rio até a fazenda *Limão*, ajudada pela luz do crepúsculo, foi mais fácil. Nas restantes duas léguas, até a fazenda *Pau d'Alho*, reduziu-se a marcha devido ao escuro e aos atoleiros, muito embora aquela via fôsse considerada carroçável.

Faziam parte da grande comitiva: Dr. Pedro Leão Veloso; senador Dr. José Martins da Cruz Jobim; Major Caetano Dias da Silva e outros.

«Cheguei andando grande parte do caminho de vagar por causa da noite e alguns lamaçais perto das 9.», escreveu Sua Alteza.

No dia seguinte (quinta-feira, 9 de fevereiro), o grande madrugador montou de novo:

«9.

«Fui percorrer a Colônia às 5 e 25, tendo voltado ao ponto central às 9».

A Colônia do Rio Novo era uma organização particular, fundada em forma de sociedade anônima pelo Major Caetano Dias da Silva. Cidadão português, antigo traficante negreiro, êle começara construindo a fazenda *Pau d'Alho*, utilizando-se do braço escravo e com umas poucas famílias de chineses, às quais distribuiu os primeiros prazos de terras. Em dezembro de 1856, chegaram 12 famílias de colonos suíços, mas nos quatro anos decorridos após,

sòmente a metade das 90 pessoas que compunham essas famílias gozava saúde: os outros, ou faleceram ou se encontravam doentes.

Participaram, ainda, da distribuição dos 99 lotes ou prazos da Colônia, famílias de outras nacionalidades: belgas, holandesas, portuguêsas, alguns franceses e alemães.

Faltavam remédios e um médico, fazendo as vêzes dêste um açoriano ignorante. Os colonos também não tinham igreja e escola. Só a terra, de extraordinária fertilidade, não malograva as esperanças.

Em novembro daquele ano de sessenta, o Barão de Tschudi encontrou 40 famílias de colonos domiciliados no vale do Rio Novo. Dos belgas e holandeses que haviam imigrado, num total de 176 pessoas, a metade havia falecido.

O Imperador examinou de perto as condições precárias daqueles imigrantes:

«Os colonos que vi têm quase todos cara de doente, queixando de moléstias, de falta de médico, cemitério, padre e capela. Também ouvi a alguns que o contrato, que aliás não pude examinar, não fôra cumprido quanto a princípio de derrubada e casa para morar nos prazos.

«Há outras queixas que são falta de transportes, quando o caminho para Itapemirim não é mau, podendo duas léguas antes embarcar no Itapemirim junto à fazenda Limão, e o muito baixo preço porque se lhes tem comprado gêneros numa venda, que me disse o Jobim, fôra estabelecida por um sócio do Caetano Dias. Vendendo-se tudo caro, todavia os colonos podem vender e comprar a quem quiserem.

«Há poucas plantações, mas algumas bonitas, sendo a terra mais fértil que a das outras colônias, ainda que o lugar é insalubre por causa dos pântanos que forma o Rio Novo os quais dizem que desaparecerão desde que se limpar o rio, ficando com uma navegação de 4 a 5 léguas para baixo da Colônia e uma légua para cima, saindo-se pela barra do Piúma que é muito melhor que a do Itapemirim; o Caetano Dias calcula essa obra em 16 contos».

Espessa camada de plantas aquáticas (*aguapé* ou *jacinto-da-água-doce*) obstruía uma dezena de quilômetros do curso do rio, tão entrelaçada que não afundava ao pêso de uma pessoa. A canoa tinha que deslizar empurrada por sôbre essas plantas e havia ainda entaves de troncos de árvores caídas. O saneamento e desobstrução do caudaloso rio eram, pois, tarefa difícil.

Outros dados inéditos fornece o diário de S.M.:

«Segundo uma exposição, há 686 colonos, mas atendendo-se a que tem só duas a três léguas d'estrada na colônia, e as casas se acham espaçadas, custa-me a acreditar em tal número.

«Os colonos são de diversas nações e até chins que me disse o Jobim serem muito ladrões, ainda que o Caetano se mostre contente com êles, e os Belgas queixam-se principalmente tendo vindo alguns alfaiates. Plantam os gêneros alimentícios e café em terrenos próprios e também cana, de parceria, moendo no engenho por vapor, do Limão, que Caetano vendeu à Associação, com 78 escravos e duas léguas de terra, por 200 contos. Os de parceria são, segundo creio, quase todos portugueses, e um desta nação disse-me, no barco onde remava, quando eu atravessava ontem o Rio Novo, que sofriam muito de moléstias, entre as quais, de *drópias* (isto é, de hidropsias).



*Tendo à frente, o soberbo monumento granítico cuja forma bizarra deu origem à criação de uma lenda, Dom Pedro II desenhou mais uma vez o seu contorno e escreveu: «Vista do Frade e Freira tirada da canoa no Rio Novo na manhã de 9».*

O diário prossegue:

«Pus-me a caminho para o Itapemirim depois de atravessar o Rio Novo que distará do centro colonial 1/4 de légua, às 10 e de galope quase sempre, passei pelo Limão às 11; pelo Muqui, fazenda do Barão d'Itapemirim com uma casa que é um palacete de dois torreões, tendo antes passado pela fazenda dos Belos, às 11 e 25 m., e cheguei à passagem de Itapemirim para a Vila

às 11 3/4, tendo passado pela Coroa da Onça, fazenda de João Nepomuceno Bittencourt, com roda movida com cavalos dentro, e a fazenda d'Arêa com bela casa que se vê da Vila, que o mesmo Bittencourt acaba de comprar ao irmão Francisco de Paula; consta-me ser causa de desavença, por ora oculta, entre elles».

A distância que S.M. havia percorrido na noite anterior, em cinco horas, era transposta naquela manhã em menos de duas horas!

Fustigando o corcel com as esporas de prata e o belo rebenque trançado em fios do mesmo metal prêso a anéis de ouro, Dom Pedro só interrompeu o galope para trocar o cavalo, que cansou.

Havia pressa em regressar à Côrte, donde fazia quatro meses que S.M. se ausentara; havia, ainda, uma espécie de impaciência natural do Monarca, um corre-corre em suas viagens, que os cronistas da época não perdiam a vasa de causticar; mas no momento S.M. teria outra razão para o desabrido galope.

Os ricos proprietários das fazendas estavam esperando que Dom Pedro se dignasse de visitá-los. Na *Boa-Vista*, o Capitão Eduardo Belo de Araújo e tôda a família, enfatiotada com a melhor vestimenta, bem como a criadagem que, com sabão de cinza de coada e bucha, esfregara a gaforinha e livrara-se do bodum, no Itapemirim, esperavam a honraria. Na *Santo Antônio*, do outro lado do rio, quase defronte, numa das tôres do seu soberbo palacete, feittio dos castelos medievais. construído a cavaleiro sôbre uma colina, o Barão de Itapemirim, binóculo em punho, observava a estrada. Os 120 negros escravos trabalhadores dos canaviais daquela fazenda cuja produção e alicerces econômicos começavam a derruir, haviam capinado a alameda de bambus da chegada e tapetado de fôlhas aromáticas o caminho, enfeitando de flôres a cêrca até a margem do rio. As escadarias de mármore e os dois leões de louça vidrada do Pôrto, em tamanho natural, à entrada do palacete, estavam lustrosos. O dourado que revestia o interior da capela reluzia, como reluziam os metais das salas de armas, as baixelas de prata pesada, trabalhadas a fio de ouro, os talheres também de prata e as louças brasonadas. A poeira fôra removida da tapeçaria persa, biblioteca, salões de bilhar, móveis em madrepêrola e marfim. As finas iguarias e bebidas importadas da Europa juntavam-se à fartura das frutas do pomar e dos recursos da cozinha da fazenda. A decepção do macróbio, ao ver o Imperador passar ao largo, teria apressado a causa que o vitimaria em ataque apoplético, naquele mesmo ano.

Na *Coroa da Onça* e na *Fazenda da Areia*, dos Bittencourts, o malôgro não foi menos decepcionante.



Só quem não devia sentir os mesmos ardores pela visita era o Major Caetano Dias, na Fazenda *Limão*. Estava mal cuidada aquela sede da administração da Colônia do Rio Novo e seria difícil ocultar ao exame de S.M. o livro de registro das contas dos colonos. O Imperador poderia, ainda, acabar ouvindo a história e interessando-se pelo destino da família do colono prussiano Lutke, falecido, cujas duas filhas menores se perderam na fazenda e os orfãosinhos eram criados como escravos.

O Barão de Tschudi escreveu que as famílias Silva Lima e Bittencourt fizeram esforços extraordinários e grandes gastos a fim de hospedar o Monarca, para exhibir prestígio na Província, procurando demonstrar que contavam com a proteção imperial. Avisado do clima político, Dom Pedro II manteve-se a igual distância dos dois cortejadores. Ele anotou:

«As intrigas andam tão acesas aqui que os Guardas Nacionais que se achavam na casa da minha residência não queriam deixar entrar nenhuma pessoa da casa do Itapemirim e a Câmara Municipal, cujo presidente é um Bittencourt, mandando um boi para bordo do *Pirajá*, recomendou que dissessem que o presente não era do Itapemirim».

Ao meio dia, Dom Pedro chegou ao sobrado da hospedagem, na Vila de Itapemirim e tendo apenas mudado de roupa, foi visitar a Casa da Câmara, cadeia, escola de primeiras letras do sexo masculino e uma serraria e pilação de café, abastecida principalmente pelos colonos do Rio Novo, premidos a vender o café em côco na Vila, por não haver ainda na Colônia uma instalação congênere.

S.M., que já dera quinhentos mil réis para os pobres do Rio Novo, doou esmolos em iguais quantias aos pobres e ao cemitério da Vila do Itapemirim.

Continua a transcrição do diário:

«Itapemirim.

«9.

«O professor está com licença mas o inspetor municipal mandou abrir a aula e é quem me deu as informações. O professor chama-se José Pinto Homem d'Azevedo. Mais de 20 matriculados, mas escrito até 11 com boa letra do professor. 1.º lê sof. — principia gramática. Divide sof. — sabe a prova real. 2.º lê algum tanto melhor, nada de gramática. Divide melhor. Sabe a prova real. Sabem rezar sem a menor explicação que não tem dado o professor. Letra dos meninos sofrível.



«Antes, estive na casa da Câmara que é térrea e pequena, reunindo-se o júri no consistório da Matriz; Cadeia — Edifício novo começado por um particular, cujo andar térreo é que está acabado destinando-se o 1.º para Câmara, etc. As prisões são boas e havia 3 presos um dos quais queixara-se de perseguição apresentando indícios de loucura que não sei se é real. Há uma prisão que não serviu e é escura podendo destinar-se para castigo».

«Fui depois à fábrica de Antônio Pires Velasco. É movida por uma máquina de vapor de 8 cavalos com serra vertical de até 4 folhas, e 8 pilões com ventilador e ventador (não separa as qualidades com peneiras como o ventilador) tendo já preparado 100 arrobas por dia. O café que vi era bom».

Como o vapor *Pirajá* demandasse menos de três palmos d'água, seu comandante, Tenente Montaury, resolveu subir a foz do Itapemirim, até a Vila, para transportar S.S. M.M. I.I., dando-se o embarque logo depois do jantar:

«Às 3 1/2 embarquei no *Pirajá* que atracou à ponte de desembarque bem preparada na vila, mas por causa da falta de vapor; pois contava, como antes eu determinara, com a saída às 4 1/2, largou às 4 chegando à barra às 4 1/2.

«Estava melhor ontem; mas o escaler jogou bastante comigo até o *Apa* sendo o embarque nêle e passagem para o *Apa* difíceis; felizmente não enjoei e sinto-me forte.

«Há duas sumacas no chamado pôrto e uma ia garrando, restando-lhe o *Apa* um ancorote. Venta N.E. muito rijo.

«Por causa da bagagem, só às 6 largou o *Apa*».

Da barra do Itapemirim, a esquadrilha seguiu diretamente ao Rio de Janeiro, navegando a menos de meia fôrça, em mar zangado.

As principais ocorrências do dia seguinte (sexta-feira, 10 de fevereiro) foram assinaladas:

«10.

«O *Apa* jogou terrivelmente à noite passada sôbre os baixios de S. Tomé, 7 1/2 avista-se costa de Campos, 10 1/2 — Frade de Macaé, ilhas de Sta. Ana e Morro de S. João; 11 — avista-se Cabo Frio e 5 dobramo-lo. O vento tornou-se quente pelo embate da montanha e o mar manso de modo que o *Apa* quase não joga.

«Estive sôbre as rodas desde pouco depois de anoitecer até 10 horas porém não avistei o farol da Rasa que pouco depois

o nevoeiro deixou ver já alto. Chegamos à Rasa entre 2 1/2 e 3 da madrugada de 11, e bordejou-se».

Afinal, na manhã de sábado, S.S. M.M. I.I. voltavam a pisar a terra carioca.

E assim termina o diário de Dom Pedro II:

«11.

«Acordei às 5 menos 1/4. Vi bem o gigante. Vapores *Magé* e *Jequitinonha*, enquanto aquêle dava um tiro êste dá 2, o que talvez se explique por ser o comandante Henrique Antônio Batista o novo oficial de marinha mais entendido em artilharia.

«Às 6 e mais de meia a par da fortaleza de Sta. Cruz. Fundeou o *Apa* pouco depois de 7 1/2».



## REFLEXOS DA VISITA IMPERIAL

«Que vantagens colheram as Províncias desta viagem?» — Interrogava um cronista do *Diário do Rio de Janeiro*, em longas considerações emitidas pouco depois (15 de maio de 1860). E prosseguia:

«Por ventura foram melhoradas as suas condições econômicas? São satisfeitas suas mais urgentes necessidades? As condições morais de sua existência, como parte integrante do Império, foram também melhoradas?

«A centralização, que é a fonte de todos os nossos males, afrouxou um pouco os seus ávidos rigores?»

Perguntava, ainda:

«Restabeleceu-se por ventura a confiança das instituições, alterada, aniquilada pela longa série de abusos impunes? Melhoraram-se as condições do pobre? Estabeleceram-se sôbre base mais equitativa suas relações com os ricos, os abastados? Viram também abrir-se a suas especulações lícitas um horizonte mais vasto? Viram uma idéia grandiosa para cuja realização devam fazer convergir seus capitais? E as províncias puderam conceber uma esperança de que a sinceridade do govêrno lhes há de restituir suas fraquezas?»

As considerações se estendiam e o cronista procurava robustecer uma premissa:

Aliás, essa viagem fôra empreendida com o intuito de distrair as tendências que se manifestam nas Províncias do Norte, e calar seus clamores contra a centralização».

E no estilo panfletário que hodiernamente receberia a classificação de subversivo, fazia êsse desabafo:

«À luz dos festins esplêndidos da monarquia, o povo contempla sua miséria, da qual ninguém se preocupa; os sons estridentes da descuidosa alegria dos palácios despertam em sua alma o sentimento amargo de sua situação.

«Despedem-se graças, pavoneia-se a vaidade dos ricos; mas a sorte dos que sofrem não é melhorada; mas as grandes necessidades do presente são esquecidas, nos prazeres. Ah! os destinos dêste vasto império porque não inspirariam mais graves occupa-ções!!»

Evidentemente, o cronista estava a esperar muito dessa viagem.

Quanto ao Espírito Santo, os quase vinte contos que o Imperador distribuiu de esmolas, testemunham que a miséria e as necessidades presenciadas não lhe foram indiferentes. E se a esmola, de efeito efêmero como um qualquer paliativo que os ignorantes procuram nas farmácias para «curar» um dente cariado, que dói, não poderia traduzir benefícios ao ponto de solucionar situações, consideremos, ao menos, a sua espontaneidade. Insignificante, se considerarmos a pobreza da Província, mas ainda assim ela não se perpetuou somente na memória dos contemplados: em alguma coisa ficou patenteada aos pósteros; seja na grade de ferro dum cemitério de Vitória, seja no sino de bronze da igreja de Rio Novo.

Apareceram outros comentários e críticas na imprensa da época e o assunto, levado à Câmara dos Deputados, mereceu considerações (sessão em 31 de maio de 1860) do Sr. Martinho Campos:

«A maneira por que no relatório do império se dá conta da viagem imperial não correspondeu de forma alguma às esperanças do país. Com toda a certeza, o desânimo de que se deixou possuir o Sr. ministro do Império, não tem fundamento quando declara que o governo imperial não tem meios para aproveitar as riquezas naturais das Províncias visitadas.

«Ao contrário, sobejam meios: ninguém exige do governo imperial que transforme de repente as nossas províncias (*apoiados*) do estado atual ao de engrandecimento e prosperidade igual ao das nações mais adiantadas. O tempo, a boa vontade, a perseverança dos esforços, hão de produzir os seus resultados naturais, e assim se dissiparão as apreensões de que se mostra possuído o Sr. Ministro do Império a respeito das conseqüências da viagem imperial».

E, não parando aí, ajuntava adiante:

«Já o país tem reconhecido uma grande vantagem da viagem imperial, todos os presidentes das Províncias visitadas já foram demitidos, sendo apenas um promovido».

O contemplado, Dr. Pedro Leão Veloso, deixava o Espírito Santo a 14 de abril daquele ano de sessenta, após entregar a admi-

nistração ao 2.º vice-presidente, Comendador Monjardim. Funcionário de 4ª classe, recebia a transferência para o govêrno de Alagoas (3ª classe), representando a promoção um acréscimo de um conto de réis nos seus subsídios anuais.

Se os capixabas tiveram a lamentar a perda de um bom administrador, não foi por muito tempo que invejaram a premiação dos alagoanos. De um modo geral, os presidentes não gastavam o fôrro das cadeiras palacianas. Com a pressa dos funcionários de carreira, faziam tudo para subir os degraus da classificação.

O Dr. Antônio Alves de Sousa Carvalho que no dia 24 de maio de sessenta desembarcava do vapor *Recife*, em Vitória, para assumir o govêrno da província, não apresentava credenciais inferiores às do seu antecessor. O jovem e inteligente pernambucano, com a sua polidez e cultura só faria em abreviar o seu tempo de permanência no rincão de Maria Ortiz...

Na Fala do Trono de 3 de maio de 1861, Dom Pedro II enunciava algumas das necessidades do seu govêrno: «... melhorar o sistema administrativo das províncias; reformar a legislação militar; facilitar os meios de comunicação; promover a aquisição de braços úteis, bem como a fundação de escolas práticas de agricultura; administrar retamente a Justiça e atender à sorte dos encarregados de distribui-la...» Tais questões, numa clareza analítica de S.M.I., equacionadas ainda hoje, não deslustrariam a plataforma de um govêrno promissor.

No ano que succedeu ao da viagem em aprêço, o govêrno imperial encampou a Colônia do Rio Novo, mas não conseguiu salvá-la do aniquilamento: os 929 colonos estavam já reduzidos a pouco mais de um terço dêsse número.

A economia agrária da província via acentuar-se a preferência dos fazendeiros pelas lavouras do café, enquanto diminuía a produção açucareira, outrora a sua maior fonte de riqueza.

Na fértil região do Itapemirim e cabeceiras, os fluminenses e mineiros que para lá afluíram, mostravam-se entusiasmados com o propósito de cultivar a baga etiope.

Enquanto a Fazenda *Santo Antônio*, do Barão de Itapemirim, naquele aziago ano de sessenta, mal atingia a metade da produção dos seus primeiros anos, com apenas oitenta caixas de açúcar, o Capitão Pedro Dias do Prado, da Fazenda *Duas Barras*, na mesma região sul-capixaba, tinha razões para mostrar-se eufórico, ao contar que um pé de café isolado da sua fazenda, na idade de 8 a 10 anos, rendeu, em cada segundo ano, de 30 a 36 libras de café limpo. E se o ouro verde não o elevou ao fausto que atingiram os vassourenses, justificava a alegria das grandes festas que promovia com a duração de dias.



Nos anos posteriores à visita imperial, o primeiro acontecimento de mais repercussão na Província foi a sublevação de Piúma, que, reduzida aos verdadeiros termos, não passou de uma arruaça.

Veio depois a questão Christie a provocar, como em todo o país, manifestações patrióticas do povo e, a seguir, a guerra do Paraguai, exacerbando o patriotismo condigno.

O ano da visita do Imperador registrou grande surto da imprensa capixaba; coincidiu com o aparecimento de diversos jornais em Vitória.

Na mesma data em que S.M.I. assinava o decreto agraciando mais de quarenta pessoas da Província com as ordens de Cristo e Rosa, isto é, a 14 de março (aniversário da Imperatriz), aparecia o 1.º número de *O Mercantil*, periódico pertencente a Emilio Francisco Guizã.

A 8 de abril surgia *A Liga*, panfleto de pequeno tamanho e grande empenho na reeleição do Dr. Pereira Pinto como deputado geral.

A 13 de junho outro periódico político vinha a lume, com o título de *O Indagador*.

A 11 de agosto saía da tipografia *Capitaniense* — *O Mari-bondo*, defendendo a candidatura do Comendador Monjardim à deputação geral.

No dia 7 de setembro surgia outro jornal político, *O Provinciano*, tendo como diretor-proprietário Emilio Francisco Guizã. Em sua tipografia imprimia-se o 1.º número de *O Picapau*, a 26 de outubro, sendo este substituído, em 9 de dezembro, pelo *Periódico dos Pobres*.

Apesar da vida efêmera e do assunto dominante, a política, quantos dados se colheriam nêles, para a reconstituição da viagem de Dom Pedro II à Província, se fôssem guardadas as coleções desses jornais...

# VOCABULARIO DOS PURIS DO IMPERIAL AFONSINO

(Organizado por Dom Pedro II)

Cabelos	guê
Olhos	mnin
Bôca	sóre
Beijo	sórê-pê
Queixo	cocoanda
Pescoço	goárê
Peito	piura
Braço	coára
Mão e dedo e pé	sáprê
Perna	cathêda
Testa	póre
Orelha	pipinda
Dente	tsê
Língua	thompê
Barba	sorêpêda
Sobrancelha	mnin-hoda
Testa	mnin-pêda
Frecha	pôm
Arco	homrim
Sol	hopê
Lua	petâra
Estrêla	tsûre
Nuvem	cothâno
Trovão	nhamanmudórum
Relâmpago	nhamanmnemunbrûme
Raio	nhamantáran
Pedra	cuá
Grande	cuarune (u francês)
Pequena	cuaté
Água	nhaman
Rio	nhamantuza (francês)
Lagoa	pon-hom
Anta	tenân
Nariz	nim

Venta	<i>nim-rêgna</i>
Dia	<i>dzanêmuda</i>
Noite	<i>mnipaunde</i>
Meio dia	<i>nopêungûranacá</i>
Aurora	<i>hopêdzotêna</i>
Homem	<i>cohêna</i>
Mulher	<i>bêma</i>
Menino	<i>oronmatê</i>
Cachorro	<i>chindê</i>
Caititu	<i>sotlan</i>
Veado	<i>iómré</i>
Onça	<i>pon-han</i>
Galinha	<i>coruhêre</i>
Rêde	<i>bêta</i>
Casa	<i>guará</i>
Fogo	<i>potê</i>
Chuva	<i>nhamangohûma</i>
Gente branca	<i>peróna</i>
Branco	<i>ona</i>
Prêto	<i>tenhô</i>
Gente preta	<i>pehuana</i>
Pé	<i>conro</i>
Prêto	<i>huana</i>
Pássaro	<i>tehipûtê</i>
Voar	<i>entsomum</i>
Deus	<i>Tupan</i>
Santo, e N. Sra.	—
Macaco	<i>tanguá</i>
Pai	<i>rê</i>
Mãe	<i>inhãn</i>
Velho	<i>tahê</i>
Irmão e irmã	<i>tsatê</i>
Avô e avó	<i>tá</i>
Filho	<i>sambê</i>
Música	<i>canarêmundê</i>
Flor	<i>canapênêna</i>
Árvore	<i>bondjára</i>
Macaca	<i>pára</i>
Barbado	<i>doquê</i>
Paca	<i>orotó</i>
Papagaio	<i>chiclóra</i>
Arara	<i>inhamatára</i>
Tucano	<i>chiarandó</i>
Vai buscar água para eu beber	<i>inhamanmuiâmambaba</i>
Dá-me de comer	<i>Canamanpumavêgue</i>

Estou com sono	<i>matárahime</i>
Sono	<i>tárana</i>
Estou cansado	<i>demathême</i>
Caminho	<i>chinô</i>
Mostre-me o caminho	<i>chinacaçanguê</i>
Canoa	<i>bopê</i>
Cavalo	<i>carú</i>
Remo	<i>bocanacharãna</i>
Cachaça	<i>canojêna</i>
Grande	<i>rune (fr.)</i>
Pequeno	<i>brirecá</i>
Espingarda	<i>bohá</i>
Tiro	<i>capũna</i>
Mato	<i>bondé</i>
Tabaco	<i>boqueníchuna</i>
Botocudo	<i>racê</i>
Círculos pequenos azuis pintados nas maçãs do rosto	<i>amboracauena (fr.)</i>
Sagüí	<i>mirité</i>
Casar	<i>cimiana</i>
Batizar	<i>nhamanconcusa baiuna</i>
Morrer	<i>dzondlan</i>
Dançar	<i>cocêbundana</i>

Quando a mulher chega à puberdade deitam-na na rêde e cobrem-na de casca de jequitibá.

Conversar	<i>cambôna</i>
Palavra	<i>boacê</i>
Chapéu	<i>guênana</i>
Beija-flor	<i>chindêda</i>
Borboleta	<i>simpreũda</i>
Cobra	<i>samman</i>
Dar de mamar	<i>nhamatácambâna</i>
Peito de mulher	<i>nhamatá</i>
Beijar	<i>aprêbanbana</i>
Beijo	<i>bâna</i>

VOCABULÁRIO DE UMA INDIA VELHA DA TRIBO  
TUPINIQUIM»

(Colhido por Dom Pedro II)

Cabelo	áva
Cabeça	hacãna
Olho	ceçá
Sobrançelha	tebutava
Pestana	topeava
Nariz	tim
Bôca	iurú
Língua	apecum
Dente	tanha
Orelha	apuçá
Pescoço	tendurá
Braço	iurá
Mão	pó
Dedo da mão	puan
Coxa	uvá
Joelho	renêpuan
Perna	retuman
Pé	purungava
Dedo do pé	punçan
Peito	putchiá
Dia	ara
Sol	ara
Lua	iácê
Estrêla	iácêsotá
Céu	hevâca
Tempestade	cahauamçü
Chuva	amaná
Água	hé
Vento	vatú
Mulher	cunhan
Homem	apuava
Menino	conomá



Menina	<i>cunhantaim</i>
Casa	<i>oca</i>
Grande	<i>oçû</i>
Criança	<i>pitan</i>
Pássaro	<i>vuná</i> ou <i>venê</i>
Prêto	<i>una</i>
Branco	<i>tinga</i>
Pedra	<i>itá</i>
Pau	<i>neurá</i>
Mato	<i>coá</i>
Vento	<i>hapuinhuaára</i> (não é aspira- do)
Redondo	<i>puá</i>
Deus	<i>Tupan, Inhanderava e Inhan- diára</i>
Faca	<i>paquecê</i>
Espingarda	<i>embócáva</i>
Pólvora	<i>embocacuí</i>
Mar	<i>paranan</i>
Praia	<i>buícia</i>
Raio	<i>truádeitá</i>
Cobra	<i>boia</i>
Gambá	<i>sarigueia</i>
Anta	<i>tapira</i>
Espinho	<i>iiú</i>
Amarelo	<i>boropê</i>
Verde	<i>sóré</i>
Velho	<i>chavahem</i>
Comida	<i>pirá</i>
Comer	<i>bahêú</i>
Dormir	<i>quera</i>
Filho	<i>membûra</i>
Casar	<i>mendara</i>
Espôsa	<i>combirecô</i>
Marido	<i>imêno</i>
1	<i>oipé</i>
2	<i>mocoi</i>
3	<i>boçapúra</i>
4	<i>dizem quatro</i>
Pele	<i>pira</i>
Veia	<i>raiêca</i>
Velha	<i>uainvin</i>
Mau	<i>aíva</i>
Galinha	<i>aninham</i>
Unha	<i>puanpé</i>

Músico  
Igreja  
Dançar  
Canoa  
Canoa grande  
Minha roça  
Dê-me água para beber  
  
Dê-me de comer  
Quero comer

*inhengaçára*  
*tuparóca*  
*baracêa*  
*hêgára*  
*hêgaratoruçáva*  
*checó*  
*hêrurehutihũne* (não é aspi-  
rado)  
*hêgure herembiuramecheu*  
*taúna*

## BIBLIOGRAFIA

- Almanaque administrativo, mercantil, industrial e agrícola da Província do Espírito Santo* — Godofredo da Silveira — Vitória, 1884.
- Almanaque Laemmert* — Coleção dos anos de 1859 a 1863.
- ALMEIDA, Ceciliano Abel de — *O Desbravamento das Selvas do Rio Doce* — Liv. José Olímpio, 1959.
- ASSIS, Francisco Eugênio de — *Dicionário Geográfico e Histórico do Estado do Espírito Santo* — Vitória, 1941.
- AULER, Guilherme — *Viagem a Pernambuco na Correspondência Imperial* — (*In Jornal do Brasil* de 27-7-1958).
- AZEVEDO, Carlos Magalhães de — *Dom Pedro II* — Álvaro Pinto, Editor — 1923.
- BAHIENSE, Norbertino — *O Convento da Penha* — Vitória, 1952.
- BARRETO, Carlos Xavier Paes — *A Terra e a Gente do Espírito Santo* — *In Anais I.H.G.B.* (IV Cong. de Hist. Nac. — 13.º).
- BIARD, François Auguste — *Deux Années Au Brésil* — Librairie de L. Hachette et Cie. — Paris, 1862.
- *Dois Anos no Brasil* — Tradução de Mário Sette — Col. «Brasiliana», Vol. 244 — Comp. Edit. Nacional, 1945.
- BOMFIM, Celso — *A Religião na História do Espírito Santo* — (Conferência) — Vitória, 1943.
- BRAGA, Mauro de Araújo — *Rio Itapemirim* — Itapemirim, 1955.
- CASAL, Aires de — *Corografia Brasílica* — I.N.L., 1945.
- CLÁUDIO, Afonso — *História da Literatura Espírito-Santense* — Pôrto, 1912.
- COLARES Júnior, J.D. — *Vida e Obra do Barão de Monjardim* (Discurso) — Vitória, 1942.
- COSTA, João Ribas da — *Canoeiros do Rio Santa Maria* — Borsoi — Rio, 1951.

- DAEMON, Basílio Carvalho — *Província do Espírito Santo* — Sua Descoberta, História, Cronologia, Sinópsis e Estatística — Tipografia do Espírito-Santense — Vitória, 1879.
- DESSAUNE, Jair Etienne — *Visita Imperial à Província do Espírito Santo* (Conferência) — Vitória, 1949.
- DUARTE, Marcelino Pinto — *Derrota de uma viagem ao Rio de Janeiro em 1817* — In Hist. da Lit. E.S., de Afonso Cláudio.
- EXPILLY, Charles — *Mulheres e Costumes do Brasil* — Col. «Brasiliana» — Vol. 56 — Cia. Editôra Nacional.
- FLEURY, André Augusto de Pádua — *Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo* — Vitória, 1864.
- FREIRE, Mário Aristides — *A Capitania do Espírito Santo (1535-1822)* — Vitória, 1945.  
— *O Convento da Penha* — [In Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — N.º 9 — 1945.]  
— *Fatos da História do Espírito Santo* (Discurso) — Vitória, 1942.
- GOMES Neto, [J.J. Gomes da S. Neto] — *As Maravilhas da Penha ou Lendas e História da Santa e do Virtuoso Frei Pedro de Palácios* — Imprensa Nacional, Rio, 1888.
- Governadores do Espírito Santo* — Correspondência (ativa) com o Ministério do Império — Mss. existentes no Arquivo Nacional.
- HALL, Frederic — *Mexico and Maximilian* — Hurst & Co., Publishere — New York, 1867.
- HARTT, Charles Frederick — *Geologia e Geografia Física do Brasil* — Col. «Brasiliana», vol. 200 — Cia. Editôra Nacional, 1941.
- Jornal do Comércio* — Col. 1859 e 1860.
- Correio da Tarde* — Col. 1859 e 1860.
- Correio Mercantil* — Col. 1859 e 1860.
- Diário do Rio de Janeiro* — Ano de 1860.
- Correio da Vitória* — Números esparsos.
- Jornal da Vitória* — Ano de 1869.
- O Semanário* — Coleção completa — Ano 1857.
- LEITE, Serafim — *História da Companhia de Jesus no Brasil* — (Vol. VI) Imprensa Nacional, 1945.
- LIMA, Joaquim Marcelino da Silva — *Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo* — Rio, 1845.
- LIRA, Heitor — *História de Dom Pedro II* — Col. «Brasiliana», Vol. 133 — Cia. Editôra Nacional.

- MARCELINO Pereira de Vasconcelos, José — *Ensaio sobre a História e Estatística da Província do Espírito Santo* — Vitória, 1858.
- *Seleta Brasiliense* (2 Vols.) — Imp. Laemmert, Rio, 1868 e 1870.
- MARQUES, César Augusto — *Dicionário Histórico, Geográfico e Estatístico da Província do Espírito Santo* — Tipografia Nacional — Rio, 1878.
- MARINS, Antônio — *Minha Terra e Meu Município* — Rio, 1920.
- MAXIMILIANO, Príncipe de Wied Neuwied — *Viagem ao Brasil* (Tradução de Edgard Sussekind de Mendonça e Flávio Poppe de Figueiredo, Refundida e anotada por Oliveira Pinto) — Cia. Editôra Nacional, 1940.
- MOACYR, Primitivo — *A Instrução e as Províncias* — Col. «Brasiliense», Série 5ª, Vol. 147-B — Cia. Editôra Nacional.
- MENDONÇA, Mário F. e Alberto Vasconcelos — *Repositório de Nomes dos Navios da Esquadra Brasileira* — Imprensa Naval, 1956.
- MERCIER, José Maria — *Relatório ou Notícia Histórica da Vila de Nova Almeida da Província do Espírito Santo* — Tip. Capitaniense, Vitória, 1863.
- MONJARDIM, José Francisco de Andrade e Almeida — *Relatório do Gov. da Província do E. Santo* — Tip. Capitaniense, Vitória, 1859.
- MONJARDIM, Adelfo — *Vitória Física* — Revista Canaan Editora, Vitória, 1950.
- MONTEIRO da Silva, J.R. — *Contribuição para o Estudo da Flora Brasileira* — Rio, 1911.
- NEVES, Guilherme Santos — *As «Bandas de Congo» do Folclore Capixaba* — [In «Para Todos», 2ª Quinzena, Novembro de 1957].
- NOVAES, Maria Stela de — *Relicário de Um Povo* — Vitória, 1954.
- *O Carmo* — Vitória, 1950.
- *Um Bispo Missionário* — Vitória, 1952.
- OLIVEIRA, J.J. Machado de — *O Convento da Penha na Província do Espírito Santo* — [In R.I.H.G.B. — Tomo 5.º, 2ª Edição, 1863].
- PEDRINHA, Eurípedes Calmon Nogueira da Gama — *Tímidos Ensaíos* — Tipografia de «O Apóstolo» — Rio, 1896.
- PENA, Misael Ferreira — *História da Província do Espírito Santo* — Rio, 1878.



- PEREIRA Júnior, José Fernandes da Costa — *Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo à Assemblêia Legislativa* — Vitória, 1863.
- PEREIRA, Amâncio — *Homens e Cousas Espírito-Santenses* — Artes Gráficas — Vitória, 1914.
- PÓVOA, José Joaquim Pessanha — *Província do Espírito Santo* — Rio, 1875.  
— *Jesuítas e Reis* — Côrte, 14 de novembro de 1883.
- PIMENTEL, Elpidio — *Noções de Literatura* — Tipografia do Diário da Manhã, Vitória, 1918.
- Reys-Boeck — (Cimélio da Biblioteca Nacional) — Amsterdão, 1624.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* — (Em curso de publicação) — Rio, 1838...
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo* — (Em curso de publicação) — Vitória, 1917...
- RÖWER, Basilio — *Páginas de História Franciscana no Brasil* — Petrópolis, 1941.  
— *O Convento de N.S. da Penha do Espírito Santo* — Editora «Vozes», 1958.
- RUBIM, Braz da Costa — *Notícia Cronológica dos Fatos mais Notáveis da Província do Espírito Santo desde o seu descobrimento até a Nomeação do Governo Provisório* — [In R.I.H.G.B. — Tomo 19].  
— *Memórias Históricas e Documentadas da Província do Espírito Santo* — [In R.I.H.G.B. — Tomo — 23 — 1860].  
— *Dicionário Topográfico da Província do Espírito Santo* — [In R.I.H.G.B. — Tomo 25 — 1862].
- RUBIM, Francisco Alberto — *Memória Estatística da Província do Espírito Santo no Ano de 1817* — [In R. I. H. G. B., Tomo 19].
- SAINT-HILAIRE, Auguste de — *Segunda Viagem ao Interior do Brasil* — (Espírito Santo) — Tradução de Carlos Madeira — Col. «Brasiliana», Vol. 71 — Cia. Editora Nacional — São Paulo, 1936.
- SEQUEIRA, Francisco Antunes de — *Esbôço Histórico dos Costumes do Povo Espírito-Santense* — Tip. Leuzinger & Filhos — Rio, 1893.  
— *A Província do Espírito Santo* (Poemeto descritivo em oito cantos) — Vitória, 1884.
- SILVA, Alvimar — *Vitória no Período do Brasil Império* (Confidência) — 1942.

- SOARES de Sousa, Gabriel — *Derrotero General de la Costa del Brasil* — Madrid, 1958.
- SOARES, Sebastião Ferreira — *Elementos de Estatística* — Tipografia Nacional — Rio, 1865.
- SOUZA, Bernardo Xavier Pinto de — *Memórias da Viagem de Suas Majestades à Província da Bahia* — Rio, 1867.  
— *Memórias da Viagem de S.S. Majestades Imperiais às Províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Espírito Santo* — Tomo II, sobre Pernambuco — Rio, 1862.
- TEIXEIRA de Oliveira, José — *História do Estado do Espírito Santo* — Edição Comemorativa do 4.º Centenário de Vitória, impressa no Serviço Geográfico do I.B.G.E. — Rio, 1951.
- TSCHUDI, John Jakob von — *Reisen durch Südamerika* — Leipzig, 1867.  
— *Rapports de l'Envoyé extraordinaire de la Confédération Suisse au Brésil*.
- VALLE, Eurípedes Queirós do — *Alguns Aspectos do Espírito Santo* (Conferência) — Vitória, 1942.  
— *Pequeno Dicionário Informativo do Estado do Espírito Santo* — Vitória, 1959.
- VELLOSO, Pedro Leão — *Relatório na Abertura da Assembléia Legislativa Provincial* — Vitória, Tipografia Capitaniense, 1859.
- VIEIRA, Celso — *Anchieta* — Rio, 1929.
- WAGEMANN, Ernest — *A Colônia Alemã no Espírito Santo* — Tradução de Reginaldo Sant'Ana — I.B.G.E. — Rio, 1949.

## O VALE DO PARANAPANEMA (\*)

ALUIZIO DE ALMEIDA

### CAPÍTULO III

#### CAMINHOS E ESTRADAS EM QUATRO SÉCULOS. E OS EXPLORADORES VIAJANTES

##### *O PEABIRU OU CAMINHO DE SÃO TOMÉ*

Refere-se o padre Antônio Ruiz de Montoya em seu *A Conquista Espiritual* a este caminho, que é lendário na parte referente a São Tomé, e, no mais, algo obscuro.

Gentil de Moura, engenheiro e historiador, como um geólogo faz com um pedaço de osso, com pequenos textos reconstruiu o Peabiru, que seria um tronco de estrada de São Paulo ao Paraguai no vale do Paranapanema, com uma encruzilhada do Tibagi a Paranaguá, outra de Itapetininga a Cananéia pelas Sete Barras e ainda de Itapetininga ao Paraná (rio) por Botucatu.

Muito nebuloso tudo isso.

Eis o texto do padre: «Os habitantes do Brasil todos dão como certo que São Tomé apóstolo veio a pé para estas bandas e o lugar primeiro aonde chegou foi a vila de Santos chamada, que está para as bandas do sul.

No dia de hoje mesmo se vê a pegada do Santo, onde êle tinha saído em terra.

Eu, por mim, não vi aquelas pedras, porém, a 100 léguas de distância do mar vi um caminho de cêrca de 8 palmos que êle tinha trilhado.

Por aquêle caminho tinha crescido um capim tenro e fino.

Pela borda dêle, porém, cresceu até a altura de meia vara. Aquêle caminho vai bastante comprido.

---

(\*) Continuação do v. 245.

Caminho de São Tomé chamam-no as gentes por ali moradores.

Os nossos filhos também declaram que aquêlê caminho era assim chamado. (1)

Os autores que mencionam êste caminho, além de Gentil de Moura, são entre os modernos. João Pedro Gay (Rev. Inst. Hist. Br. 26) mons. Camilo Passalacqua (Rev. Inst. Hist. S. Paulo, VIII, Teodoro Sampaio (ibdem, IV) Afonso d'E. Taunay, Washington Luís, Romário Martins, Hermani Donato, Jaime Carrão, etc. Entre os antigos, Simão de Vasconcelos, e padre Lozano: História de la Conquista del Paraguay Rio de la Plata Y Tucuman, pelo padre Pedro Lozano, da Companhia de Jesus com notas de André Lamas, Buenos Aires, 1873-1875.

### VIAJANTES DO SÉCULO 16

As comunicações da costa do Brasil com o salto do Guairá tem esta cronologia:

Do pôrto de São Francisco pelo Iguaçu:

Cabeça de Vaca, 1551,  
Cristobal de Saavedra, 1551.  
Diogo de Senabria, 1553.

Pelo Ivaí:

Hernando de Salazar, 1552  
Do Guairá a S. Vicente  
Rui Dias de Melgarejo, 1553

De São Vicente pelo Paranapanema.

Anônimos levando cartas, 1554  
Anônimos levando cartas, 1555

João de Salazar e Cipriano de Góis, 1556.  
Francisco Gambasorta, 1556.

Temos, assim, pelo menos quatro viagens em que foi atravessado o Paranapanema no seu alto curso, ou navegado em parte, ou, enfim, avistada a sua fóz.

Os outros viajantes certamente tiveram conhecimento do rio Paranapanema, como limítrofe do Guairá.

---

(1) A Conquista Espiritual hecha pos los religiosos de la Compania de Jesus en las Provincias del Paraguay, Paraná, Uruguay y Tape, 1639. Lemos trechos no vol. VI Anais da Bib. Nac.

## O SANTUÁRIO MARIANO SE REFERE ÀS VIAJENS AO SUL DE MATO GROSSO 1709

Frei Agostinho de Santa Maria começa com uma grande incorreção. «A Vila de Sorocaba dista da de Itu alguns dias de jornada». Mas trocando a palavra dia por hora, retifica-se. Não sabe dizer data e nome do fundador, perdendo-se em místicas elevações sobre a ponte que liga ao céu a terra, aliás baseado em orações litúrgicas, inclusive as dos gregos que abundam em metáforas: *pons traducens omnes de morte ad vitam*.

Verdadeira é a sua resenha histórica sobre os paroquianos:

«Desta vila se faz caminho pelo sertão para a vila de Curitiba, e dali para a costa do mar de Paranaguá... E desta vila de Sorocaba e da de Itu se sertaniza para Vila Rica e para as terras de Paraguai, que são terras dos Castelhanos, e este caminho se faz por matas e rios mui caudalosos, e ainda nos tempos presentes, em que há o divertimento cubiçoso de juntar o ouro, para que aquêles Paulistas se pudessem remediar. Ainda assim vão todos os anos duas e três frotas ou esquadrões, a conquistar os pobres índios gentios pelas praias deste rio abaixo, para se servirem dêles, custando-lhes dois meses de viagem, e muitas vêzes lá perdem as vidas, e o gentio que trazem, pôsto em povoado, é de bem má feição, porque pasmam, depois que os tiram das suas brenhas em que viviam.

## RUMOS RELEMBRADOS POR DOM LUIS ANTONIO, 1769

O ativíssimo Morgado de Mateus andou perguntando aos velhos tradicionalistas como eram as viagens dos paulistas para as bandas de Iguatemi.

E ficou sabendo que êles faziam o caminho terrestre São Paulo — Sorocaba — Botucatu, fazenda jesuítica.

Daí atingiam a redução de São Miguel na margem do Parapanema. O erro do nome da redução não invalida o documento. Atravessavam o rio. Costeando-se pela esquerda, passavam por Incarnação e São Xavier e chegavam a Santo Inácio, onde embarcavam, gastando 20 dias do salto das Canoas até a barra no Parná.

A interpretação de Sérgio Buarque de Holanda está de acôrdo com a letra: os bandeirantes atingiriam pelos campos São Miguel, no Iapó, saindo no alto; bagi, onde estavam Incarnação e São Xavier e alcançando o Parapanema antes de Santo Inácio.

Na realidade foi assim que êles destruíram as Reduções, entrando-lhes pelos fundos.



O governador Céspedes Y Xeria não viria, como veio, a Santo Inácio fazendo a volta pelo Tietê, se o seu guia André Fernandes conhecesse os campos de Botucatu além da serra do mesmo nome, e pelos quais, depois de atravessar a mata marginal, atingia Loreto.

Penso que depois da destruição das Reduções, para o fim do século XVII, é que os sorocabanos e ituanos viram ser mais fácil atingir a foz do Tibagi diretamente. Estavam acabadas as Reduções.

Fernão Pais havia limpado a Apucarana. Índios, agora, só na Maracaju.

E então não era preciso contornar o Tibagi. Na mente do Morgado misturaram-se as duas informações sôbre os dois roteiros, daí o puxar êle São Miguel para o Paranapanema.

Quanto à situação da fazenda Botucatu à direita do Paranapanema, sabia êle pelo Arquivo do Govêrno: sesmarias e Cilão dos bens jesuíticos. Tanto que mandou povoar Itapetininga e Itapeva no caminho das tropas do sul, mui conhecido e que levava ao Tibagi e Iapó.

Êle queria dizer mesmo Botucatu — Paranapanema diretamente. Aliás, errando atou na parte que tocava aos paulistas de Curitiba que entravam no Paranapanema pelo Tigabi. (1)

O Salto das Canoas, que deve ser o Salto Grande ou o Paranitu do século 17, é um topônimo denunciante: é o Ararituaba do Paranapanema.

Quem viesse pelo Tibagi não precisava subir o rio até o Salto.

Mas quem aí chegasse a pé e a cavalo, como acontecia em Ararituaba, tinha de parar para fazer canoas, se não encontrava as da bandeira da viagem anterior.

Perobas maravilhosas não faltavam. E se os bandeiristas preferiam desembarcar, na volta, na outra fazenda do Padre Reitor, Guareí, aquê — Botucatu, o nome calhava também: pôrto da varação das canoas.

Nos primeiros tempos do ouro do Cuiabá esta rota continuou: «a maior parte dos sertanistas desta Capitania intentava freqüentar a sua marcha por uma paragem chamada a Vacaria, a qual ainda está indeciso se pertence à Real Coroa de V. Magestade ou de Castela por falta de demarcação: me pareceu embarçar-lhes não continuassem aquêlê caminho que como os castelhanos costumam ver a dita paragem de anos em anos com cavalaria, a observar se os Paulistas fazem aí alguma preexistência ou desco-

---

(1) Frei Agostinho de Santa Maria, Santuário Mariano, Lisboa, 1709. (Antes da descoberta de Cuiabá).

brimento, por esta causa como pela de se poder divertir o ouro para Castela. . . Assim explica ao Rei o governador Rodrigo César, porque fechou em 1722 o mesmo caminho que meio século depois seu sucessor pretendia reabrir, agora para enfrentar os Castelhanos.

É verdade que pelo Tietê também se ia aos campos da Varcaria, mas era comum pelo mais reto caminho: Paranapanema — Ivinheima (1).

A conclusão de Sérgio Buarque de que o Paranapanema só ocasionalmente serviu a navegação restringe-se à pilhagem do Guairá.

### *O CAMINHO FLUVIAL, SEGUNDO SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA*

Os sertanistas que freqüentavam no século 17 o atual sul de Mato Grosso andavam quinze dias a pé até encontrar o Paranapanema que desciam em canoas, subindo em seguida o Ivinheima. (2)

De Sorocaba atingiam a serra de Botucatu e daí Paranapanema. (3)

O abandono da navegação do Paranapanema, rio que era o preferido para a volta, mesmo nos começos do ouro cuiabano, deve-se à política econômica dos Registos no Paraná e no Tietê, ao menos em grande parte. (4)

Para as pilhagens do Guairá, a via terrestre era a preferida. Ocasionalmente o Paranapanema. (5)

Tanto que desalojados no Tibagi e Ivaí, os jesuítas puderam retirar-se pelo Paranapanema, em Santo Inácio.

### *NAVEGAÇÃO E TRAVESSIA NOS SÉCULOS 16 E 17*

Antes que Afonso d'E. Taunay escrevesse analiticamente e com a maior messe de documentos a sua História das Bandeiras, Gentil de Moura publicou uma visão de conjunto daqueles feitos incomparáveis.

---

(1) «Monções», idem, 95.

(2) Sérgio Buarque de Holanda Monções, Rio, 1945, pág. 141.

(3) Documentos interessantes para a História de São Paulo, vol. IX.

(4) Monções, 94.

(5) Ibidem, 24.

Intitulo seu trabalho: As Bandeiras Paulistas. Saiu publicado em 1915. (1)

Ele divide as bandeiras em cinco grupos: sul, norte, Mato Grosso, Goiás e Minas.

«Bandeiras do sul, compreendendo as bandeiras que percorreram as províncias jesuíticas do Paraguai e toda a região entre os rios Tietê e Paraná». (2)

Depois de narrar uma esquisita viagem de Martim Afonso no caminho do Paraguai e dizer que talvez não chegou ao Assunção (o que é uma suposição gratuita) e falar-nos viajantes de Assunção a São Vicente, o autor se refere às reduções do Paranapanema e rios vizinhos, à vinda de soldados paraguaios em 1603 combinando «relações entre os dois povoados» (São Paulo e Assunção).

O governador do Rio da Prata, Fernando Árias de Saavedra, queria, em 1607, que a doutrinação dos guaranis de Guairá fôsse pelos jesuitas de São Paulo.

Depois Dom Luís de Sousa mandou alguns caciques de Guará «buscar os parentes». A expedição ao rio Paranapanema em fins de outubro de 1611, saqueou o povoado e levou todos os índios que encontrou. Que povoado? Não o diz. Mas o governador espanhol havia chegado a Paranapanema (3) e perseguiu os paulistas.

Vem a seguir a viagem de Dom Luiz Cespedes Y Xeria ao Paraguai até Guairá, a destruição das Reduções por Manuel Prêto e Antônio Tavares. Este levava, além dos índios, em 1629, 69 pessoas das mais qualificadas, destruindo o Guairá, completando-se até 1638 a conquista além Paraná.

Seguem-se as bandeiras matogrossenses, sem referências ao Paranapanema.

Eis agora em síntese de Capistrano de Abreu que Oliveira Lima, citando-a numa conferência na Bélgica, perante o Rei, em 1910, (4) não só subscreveu mas elogiou, baseada que era em copiosa messe de documentos e interpretação conscienciosa.

«À parte geográfica das expedições (bandeiras) corresponde mais ou menos o seguinte esquema: Os bandeirantes deixando o Tietê alcançaram o Paraíba do Sul pela garganta de São Miguel,

---

(1) Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Tomo XIX, págs. 75 a 102.

(2) Ibidem, 80.

(3) Ibidem, 86.

(4) Revista Inst. Hist. São Paulo, XVII, 2ª ed., 13.

desceram até Guaipacaré, cidade de Lorena, e daí passaram à Mantiqueira, aproximadamente por onde hoje a transpõe a Estrada de Ferro Rio e Minas.

Viajando em rumo de Jundiá e Mogi, deixaram à esquerda o salto de Urubupungá, chegaram pelo Paranaíba à Goiás.

De Sorocaba, donde partia a linha de penetração que levava ao trecho superior dos afluentes orientais do Paraná e do Uruguai, pelos rios que desembocam entre os saltos de Urubupungá e Guairá, transferiram-se da bacia do Paraná para a do Paraguai, chegaram a Cuiabá e a Mato Grosso.

Com o tempo a linha do Paranaíba ligou o planalto do Paraná ao do São Francisco. As de Goiás e Mato Grosso ligaram o planalto amazônico ao rio-mar pelo Madeira, pelo Tapajós e pelo Tocantins.

Vimos na Biblioteca Nacional o Manuscrito anônimo publicado por Capistrano, e Taunay, em que se descreve a viagem dos paulistas a Cuiabá, na ida quase sempre pelo Tietê, na volta preferindo o Paranapanema, por um de cujos afluentes vinham sair «na fazenda do Padre Reitor» e daí por terra a São Paulo, para o que deviam mesmo passar ou ficar em Sorocaba.

---

Afonso de Taunay, após publicar todo o manuscrito no I volume dos Anais do Museu Paulista, ainda o comentou na parte sobre os caminhos de Cuiabá.

«Na volta a São Paulo havia a vencer-se a dificuldade da navegação a contra corrente do Paraná e Tietê. Para evitar o primeiro óbice preferiam algumas monções descer o Paraná da bôca do Pardo e à do Paranapanema, rio também grande que era navegado até o salto chamado Paranan-ltu, em quatorze dias de jornada.

Ali deixavam as canoas, marchando através da mata seis dias e no campo até a mata de Botucatu mais sete. Daí a Sorocaba ainda havia sete dias de viagem.

Alguns paulistas preferiam varar as canoas no salto do Paranan, navegavam mais um pouco até certo ponto, onde marchavam para a fazenda nova que o Padre Reitor do Colégio de São Paulo fundara, donde para Sorocaba, havia caminho tão extenso quanto o de Botucatu. (1)

Aquêlê documento é anterior à criação da vila de Cuiabá, 1727, e deve ser de após as primeiras monções. Talvez 1724. Porque

---

(1) História Geral das Bandeiras Paulistas, X, 33.

imediatamente após a descoberta Rodrigo César de Meneses multiplicou prescrições em que nem de longe se cogita em navegação do Paranapanema.

E o único pôrto a que enviou o cúpido Fernandes do Rêgo a cobrar impostos foi o do Piracicaba e, a seguir, Araraitaguaba, no Tietê.

A volta pelo Paranapanema era mais interessante antes de se fixarem as viagens pelo varadouro do Camapuan, o que obrigava ao Pardo, ao passo que o Ivinheima um dos caminhos flutuantes anteriores, desagua abaixo de Paranapanema.

Antes eram bandeiras que voltavam por um itinerário antigo. Agora, frota seguindo um roteiro certo, encontrando-se e ajudando mutuamente.

Muito pouco ouro de Cuiabá, portanto, veio pelo Paranapanema.

Isto, porém, nos leva a uma interpretação mais favorável ao Paranapanema para as bandeiras do ciclo anterior ao do ouro.

E é que não só na vinda, mas também na ida, os sertanistas de Sorocaba usaram o Paranapanema, muitas vezes: eles buscavam o Paraguai desembarcando nas Sete Quedas, ponto conhecido e usado desde o século 16.

Dali ao arraial da Vacaria em que esteve Paschoal Moreira Cabral de 1684 a 1694, pelo menos, era pouca distância. Dêsse reduto é que eles foram subindo Paraguai acima até darem com o rio Cuiabá.

O raciocínio se baseia em fatos: se subiram o Paranapanema vindo de uma latitude tão ao norte, por que não quando voltavam, quase do mesmo paralelo?

E subiam, por que não desciam, o que é muito mais fácil?

Na expedição de caça ao índio valia o arrôjo pessoal combinado com os célebres estratagemas, de que ficou lembrança até na conservação do nome feminino entre o povo do Nordeste (Guerra dos Bárbaros).

### *TEOTÔNIO JOSÉ JUZARTE, 1769*

O sargento-mor Teotônio José Juzarte, encarregado, em 1769, por Dom Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão de conduzir quase 800 pessoas de Araraitaguaba ao Iguatemi, teve a feliz idéia de ir escrevendo o «Diário da Navegação» publicado já pelo menos três vezes, e do qual tiramos estas linhas (1).

---

(1) Revista do Arq. Mund. LXI, 103.



«Dia 18 de maio, Amanhecendo êste dia, estivemos em dúvida de seguir viagem, porque, como tôda a noite choveu, tudo se achava molhado, e os homens da maréação cansados, e fracos de uma jornada tão trabalhosa. O ar turvo prometendo grandes tempestades. Contudo, como as águas estavam mais quietas nos dava cubiça não perdermos viagem, embarcamos com algum receio às oito horas e um quarto da manhã, navegamos passando por uma ilha, a fomos costeando pela parte de leste, a chegarmos à barra do rio Paranapanema, que quer dizer em português mar falhado. Sobre ao nordeste, é muito largo e fundo, sua água, boa.

Defronte à sua barra fica uma ilha que tem mais de uma légua de comprido.

E na bôca da sua barra fica uma ilha pequena de areia, que faz dividir êste rio em duas barras. Subimos um bocado rio acima para irmos procurar pouso para a noite. Sentimos que pelo rio abaixo vinha um grande rumor.

Fugimos a tôda pressa, e nos escondemos dentro nas embarcações, por detrás da dita ilha de areia, que fica na bôca da barra dêste rio, e aí esperávamos de ver qual era a causa de tão grande rumor. A poucos instantes vimos que aquêle grande vio vinha coberto de grossas árvores e grandes madeiras, que a tempestade de ontem havia arrancado, cujas árvores e paus se precipitavam com a correnteza, de tal sorte que, embrulhando-se umas com as outras, causava (isto) uma bulha que metia mêdo. Aí estivemos vendo passar essa monstruosidade.

Demos graças a Deus de têmos escapado daquele perigo, porque se nos apanhasse dentro do rio, despedaçando-nos as embarcações, nenhuma só pessoa escaparia.

Passado isto, subimos o dito rio, e fomos a pouca distância saltar em terra para descarregar a gente, comerem alguma coisa, tratar-se dos doentes. Embicamos na margem dêste rio da parte do norte. Depois de descansarmos seguimos nossa viagem».

Ao que parece na ilhota chamada hoje dos Guaianás a expedição passara o dia 17 e a noite, vendo as ondas subirem e as árvores caírem, o vento fazendo grandes roçadas na margem do Paraná, e três horas trovejando.

O vento seria noroeste? Não o diz. A ilha que passou antes de chegar à da Barra é a da Comissão Geográfica. A de areia não se vê nos mapas comuns. Aliás, movediça. Ao começar de novo a navegar o Paraná, Juzarte foi incomodado, do lado do Paranapanema, por um grande número de lontras que assaltavam as canoas e cantavam como gaitas... Houve jaus e um grande

jacaré. Donde conclui que das três espécies devia ser habitado o baixo Paranapanema.

Quanto à etimologia dada por Juzarte, vejamos: mar e rio é paraná. Falhado é o achado, malogrado, o que logrou.

### *O CAMINHO DE BARTOLOMEU PAIS DE ABREU, 1722*

Bartolomeu Pais de Abreu ofereceu-se para fazer a estrada para o Cuiabá (sul de Mato Grosso), levando índios das aldeias do S. Majestade a quem pagaria 4 mil réis por mês, por cabeça, começando no morro de Botucatu, têrmo da vila de Sorocaba. Apresentou-se ao governador Rodrigo César de Meneses, que abriu concorrência, por falar em linguagem moderna, para a estrada do Cuiabá, em novembro de 1721. Não porém, propriamente começando, como escreveu o seu ilustre filho Pedro Taques, mas terminando em Botucatu, vindo do Aguapeí e Paraná. Bastavam-lhe 20 índios. Em compensação pedia o privilégio de colocar os gados no Cuiabá sem pagar direito de passagem nos rios, e uma sesmaria com três léguas de testada no rio Grande (Paraná) da foz do Aguapeí a do Guaraí e com o sertão até Botucatu (êle não sabia que era muita terra, para pasto das boiadas). Rodrigo César não aceitou as condições. Já estava em conluio com Sebastião Fernandes do Rego, que se juntou a Manuel Godinho de Lara, sertanista, e Manuel Gonçalves de Aguiar, capitalista de Santos e arrematador de impostos. E em 19 de janeiro de 1722 fizeram uma proposta igualzinha, menos o direito de passagem dos rios, que seria a metade do que se pagava nas Gerais.

A Câmara, o governador e dois homens práticos aceitaram tal proposta.

Ora, o perseguido Bartolomeu, que também não lograra ser aceito o seu plano de estrada para o Rio Grande do Sul, foi o único que conseguiu arrematar, a primeiro de agosto de 1722, os impostos dos dizimos de Cuiabá e passagem do Rio Grande (Paraná), apesar dos absurdos do Ouvidor Manuel Godinho de Melo Manso, que não deixou de cobrar as propinas do costume. Os dizimos por 5.000 cruzados (três anos) e as passagem por 3.000, com a obrigação de manter uma barca para a gente e o gado, a qual ficava para êle em outros 2.000 cruzados, fora o barqueiro. No fim de 1721 lá estavam. «Antônia e seu filho», o barqueiro escravo ou administrado.

E então o Ouvidor que se tornou famoso amigo de ladrões prendeu Bartolomeu Pais de Abreu na fortaleza da Barra, em Santos, por causa de uma carta de fiança, pois a cadeia era também para os casos cíveis. A poder de muitas rogações o honesto, mas

portuguesíssimo Rodrigo soltou o heróico paulista em tempo de monção. Partiria em julho de 1722, com 20 escravos, 14 homens livres agregados. (1)

No dia seguinte Bartolomeu Pais de Abreu requereu ao governador as mesmas regalias que a Godinho e sócios, reclamando que êles iam aproveitar o seu serviço. Comprometia-se a fazer a estrada em menos de seis meses e a fornecer por nove anos gados a Cuiabá. Rodrigo César não só não o atendeu, mas proibiu com um bando, a 27 de março de 1722, que ninguém fôsse ou mandasse à Vacaria (matogrossense) ou fizesse outra estrada, com pena de 10 anos de degrêdo para Angola. (2) Bartolomeu já havia colocado uma boiada de sua fazenda dos campos de Curitiba num local que só pode ser os campos de Botucatu, ou, mais para cá, Guareí e Paiol, fazendas já conhecidas. E, sem se intimidar com a estupidez do governador, foi abrindo a estrada não esperando prêmio nenhum. O governador, proibindo a saída na Vacaria, dá a entender que Bartolomeu deslocou do Aguapeí para o Santo Anastácio o ponto de chegada.

### *O CAMINHO DE GABRIEL ANTUNES MACIEL*

Mal chegou pelos rios a São Paulo e daí a Ouro Prêto, onde estava o Conde de Assumar, a famosa trombeta da notícia de Cuiabá, e era o trombeteiro, Antônio Antunes Maciel, e o conde já entregou ao irmão dêste, Gabriel, em 14 de abril de 1721, o encargo de abrir por terra um caminho ao Rio Grande. (3)

Gabriel teria a concessão caduca em um ano. Em 5 de julho tirou 10 índios das aldeias de S. Majestade na Câmara de São Paulo. Êle não deixou caducar, simplesmente desistiu da concessão, para ser feita nova concorrência, oito meses depois. Mas êle foi por aí, até talvez, Botucatu, que era a fazenda do Padre Reitor, por onde os sorocabanos voltavam da Vacaria. (4)

### *A ESTRADA GODINHO, REGO, AGUIAR*

Manuel Godinho de Lara, o sertanista, vendo que Bartolomeu, em vez de viajar pelo Tietê, começava por Botucatu, corre a principiar sua estrada pelo Aguapeí. Levou pouca gente, morreu-

---

(1) Rev. Arq. Mun. XIII, 77 e 83.

(2) Rev. Instit. Hist. S. Paulo XIII, 25, Docs. Int. XII, 25.

(3) Mário Neme, História da fundação de Piracicaba, 187 Docs. Int. XXXII, 82.

(4) Registro Geral da Câmara de S. Paulo IV. 433.

lhe alguma, outra lhe fugiu, acabou o inverno, fins de 1722, entram as águas, desistiu. (1) Não houve tal caminho.

### *E A DE LUIZ PEDROSO DE BARROS*

Na mesma ocasião Luís Pedroso de Barros ofereceu-se a Rodrigo César para fazer a estrada, se lhe perdoasse um velho crime: estava no rol dos culpados pela assuada ao syndicante Souto Maior (1713), pelo rapto da heroína dona Rosa.

Ensaçou êle por Botucatu. Achou ruim. Atravessou o Tietê e ligou Piracicaba ao Rio Grande, pôrto, depois, do Tabuado, hoje Getúlio Vargas.

Imediatamente, porém, Rodrigo César fechou o caminho. Estabeleceu o registro para cobrar os quintos do ouro na foz do Piracicaba, em 1724, e, depois, em Araritaguaba. (2)

Havendo um só itinerário obrigatório, não se perdiam os quintos.

### *CAMINHOS, DE FRANCISCO PAIS, 1769*

Êste caminho foi feito segundo o rumo principal sempre repetido: Botucatu-Rio Grande, frente ao Pardo de Mato Grosso. Um mapa antigo o chama de caminho de Francisco Pais. Um, de 1777, diz: «Caminho que se fêz para Sorocaba».

Como é que aquêles geógrafos práticos sabiam que os afluentes do Paraná nasciam nos campos chamados de Sorocaba ou Botucatu? Porque a serra de Botucatu, o divisor possível dessas águas com as que êles conheciam na estrada de Curitiba, êles a avistavam dessa estrada e do Tietê. Francisco Pais e seus homens seguiram com a expedição de Juzarte, 1769. Em 11 de maio, acampada a expedição na margem do rio ou antes barra do rio Pardo, no Paraná,  le e Juzarte seguiram para a margem esquerda, descobrindo a barra de um rio. Era o dia de Santo Anastácio, e o calendário cristão forneceu mais um top nimo. Pais acreditou, após uma subida em canoa, ser um rio grande, correr pela campanha que adivinhava ao longe, e nascendo nos campos de Sorocaba. Isso lhe deu coragem.

Se soubesse que o riozinho era perto de Presidente Prudente... Partiu a 15, despedindo-se, como diz o diário de Juzarte,

---

(1) Docs. Inst. XXXII, 82.

(2) Mário Neme. Op. cit. 188. O arrazoado sôbre o local dessa estrada convence. Só que a prova pelo registro e pelas tropas de terra não conta. Eram tropas de canoas e registro na foz.



de ambas expedições «com muitos abraços e algumas lágrimas», luso-brasileiramente. Naturalmente, largou as canoas rio acima e entrou picando mato. A picada de Francisco Pais não bastou, como vamos ver.

## OS CAMINHOS DE JOSÉ TEODORO E O DA INDIANA. ENFIM, A SOROCABANA

Em 1856, José Teodoro de Sousa, que devia ter uma rua com seu nome em cada cidade daquela região, chegou a Campos Novos, voltando mais tarde para um estabelecimento definitivo. Explorou o Paranapanema até a foz do Tibagi. Fêz grilos e mais grilos, de dez léguas por fazenda, que vendia a dez réis de mel coado.

Mas não pôde apossar-se realmente das regiões por onde passou a picada acima descrita. Havia índios...

Em 1884, o povoamento estava na Laranja Doce e nas Anhumas. Aí morava o padre Seródio, português rijo, que conhecemos em 1911, quando pernoitou em nossa casa paterna com o bispo Dom Lúcio. Fôra de novo recebido ao uso de ordens de que andara suspenso por ser mais sertanista do que vigário. É um dos grandes homens daquela zona pioneira. Foi somente em 1906 que Francisco Tibiriçá, interessado em negócios de gado com os fazendeiros do Sul de Mato Grosso, obteve licença do Governo de São Paulo para ligar Campos Novos ao rio Paraná por uma estrada boiadeira. Entregou a construção ao fazendeiro, Coronel Artur de Aguiar Diedrichsen, que empregou os lucros de suas fazendas de café em Ribeirão Preto nesse empreendimento. Tibiriçá é o novo Morgado de Mateus. Diedrichsen, o Capitão-mor Almeida Leme, Francisco Pais seria Francisco Witacker, que rodou pelo Tietê abaixo com uma grande expedição, parando em frente ao Rio Pardo, hoje Presidente Epitácio, curtindo provações, por não poder plantar nas queimadas destruídas pelos índios.

O Fiuza e os caboclos de Sorocaba foram representados pelo Coronel Francisco Sanches de Figueiredo, especialista em lidar com bugres, e uma grande turma de sertanejos da região. Em 24 de abril de 1906 partiram de Platina (então Saltinho), após a missa celebrada pelo capuchinho frei Bernardino dela Vale, 99 homens, além de Sanches e um engenheiro alemão, Meusser. Quatro carros e 12 muares com as primeiras munições de bôca. Campos do Capivari, fogos de índios ao longe, mais adiante rastos dêles (Xavantes). Em 6 de maio começa a derrubada além dos campos de Rancharia. Estamos em pleno sertão.

A 13 visita, através da mata, de Francisco Witacker e Ernesto Tolle. Véspera de São João, ribeirão do Feiticeiro. Os velhos



Modesto e Frosino cantaram o têrço e a ladainha. Tiros de garruchas e carabinas. Sômente em setembro avistavam o Paraná, onde chegaram a 17, não longe de Santo Anastácio.

Witacker estava em Ribeirão Preto. Francisco Tibiriçá, que trabalhava mais que o Morgado, trabalhava pessoalmente o trecho de Mato Grosso, esperou-os numa ilha com a bandeira nacional em alto mastro. Não era para menos. Em junho de 1907 Alonso Junqueira armava o barracão de zinco da fazenda Indiana, evidente topônimo evocando cenas norte-americanas. De fato, Witacker estivera sempre sob a pressão dos índios, sempre com sorte.

Enfim, a Sorocabana partiu de Salto Grande em 1912 e chegou a Pôrto Tibiriçá em 29 de dezembro de 1921. Já não havia mais índios, uns aldeados e mansos (os caingang), na Noroeste, sob a tutela de Bondon; outros, mortos ou trabalhando de camaradas com os sertanejos.

Mas o esforço do comendador José Giorgi, que dirigiu tôda a construção, e já era veterano em tal ofício, merece realce como o de um autêntico pioneiro e condutor de homens. A via férrea seguiu a direção da estrada boiadeira, abandonando o mito do Tibagi, e navegação dos rios a que devia tender a Sorocabana.

E tivemos êsse rosário de cidades no espigão-mestre, rumo a Santo Anastácio.

José Giorgi foi também o pioneiro da eletricidade, o primeiro que iluminou as ruas daquelas cidades que são o nosso justo orgulho.

---

Cfr. o artigo de Aguiar Witacker na Revista do Instituto Histórico de São Paulo, nº 44, o livro de Bruno Giovanetti, «Esbôço Histórico da Alta Sorocabana», São Paulo, 1943, os «Relatos Moncoeiros» organizados por A. de Taunay, edição IV Centenário.

### *O CAMINHO DE JOSÉ DE ALMEIDA LEME, 1771*

Duas cartas de José de Almeida Leme, 1771.

Assim escreveu a Dom Luís Antônio o capitão-mor de Sorocaba.

«Sendo que minha vontade era dar conta a V. Excia. depois da diligência do caminho do rio Grande concluída, me vi obrigado pela demora que tem havido, a dar-lhe agora conta do que há na dita diligência. Saíram pròximamente sete pessoas da picada e me trouxeram novas por escrito que chegaram com ela a um rio chamado Aguapeí, que medeia entre o Paranapanema e o Anhembi,

e para mais abreviarem fizeram os cabos canoas aí, e foram pelo dito rio abaixo a buscar a barra e daí à picada de Francisco Pais para comunicarem com a sua, a qual dizem não acharam impossível algum, mas tudo capaz de transportar animais por ter muito pasto, por ser tudo cerrados e faxinas.

Os que saíram vieram rompendo a picada com alguns atalhos e por isso gastaram pouco mais de mês e meio. Os que ficaram a acabar a diligência não tardarão muito, e do que surtir darei conta a V. Excia., o que não socego, mandando socorros repetidos até à borda do mato onde se acha empaolado para quando voltarem, e todo o meu desejo é querer concluir o dito caminho durante o governo de V. Excia. e assim espero em Deus me conceda esta graça.

Sorocaba, 19 de outubro de 1771. De V. Excia., o mais verdor símbolo reverente José de Almeida Leme.

De outra carta, de 5 de novembro de 1771.

Do rio Aguapeí saindo ao rio Grande foram à picada de Francisco Pais e saíram dela rumo à que abriram no campo, ficando tôda ela em têrmos de se abrir e continuar o caminho. Havia pastos campestres, cerrados, no mato muito taqueri».

Atalharam três funas em quinze dias.

Caça e mel farto no mato, o mais o meu genro portador Francisco Manuel Fiuza dirá. É mistério vencerem dois homens humildes (dois cabos) caminho que nunca os maiores sertanistas franquearam. (1)

### *ATRAVÉS DO VALE, 1777*

Em 1777 marcharam soldados paulistas para o sul. O Tenente José Mariano da Silva César cuidava do abastecimento. Em cada pouso se arranjavam muares para carregar os gêneros até o seguinte. Os soldados iam a pé.

Havia pousos em Itapetininga, rio Apiaí, Ribeirão Fundo, São Pedro (Itararé), Jaguariava, Piraí e Pirapó. Eram pousos de abastecimentos. Na realidade marchavam quatro dias de Itapetininga ao rio Apiaí, dois ao Ribeirão Fundo, dois ao Itararé, três ao Jaguariava, três ao Piraí, três ao Iapó. (2)

---

(1) Correspondência encontrada em Ms. no Inst. Hist. Geogr. Br.

(2) Rev. Inst. Hist. Geogr. São Paulo, IV, 323.

## *ESTRADAS PARA O MAR, RIO GRANDE DO SUL E INTERMEDIÁRIOS, NO SÉCULO 19*

De uma coleção de leis provinciais reunidas por Cândido de Azevedo Marques em 1873, tiramos:

Em 1850 a estrada de Itapetininga ao Juquiá estava a cargo do arrematante Urias Emídio Nogueira de Barros, por 4:666\$666. A de Paranapanema a Xiririca, a cargo do arrematante Joaquim José Gomes Prestes, por 6:000\$000.

A de Sorocaba ao Rio Negro custou 15 contos, incluindo 600\$000 para a ponte do Jaguariaiva. Concluía-se com 2 contos a estrada de Itapeva a Curitiba pelo Arraial Queimada. Em 1851 foi destinado 1 conto de réis para estudos de uma estrada do Ipanema ao Juquiá.

A de Sorocaba ao Rio Negro, 20:674\$500, incluindo mais de 8 contos para a ponte de Sorocaba.

Em 1852, a mesma estrada, 30 contos incluindo parcelas de 500 mil réis para a Paranapanema-Xiririca e 1 conto para a Itapeva-Curitiba.

Em 1855 continuava em vigor a autorização para a fatura de uma estrada de Itapetininga ao rio Iporanga. Nesse ano, para a estrada de São a Itararé, 50 contos, inclusive calçamento da rua de Cutia que serve de estrada geral.

Em 1856, o govêrno dispendeu 44 contos com as estradas dependentes da barreira de Itapetininga. No ano seguinte, 2 contos para a estrada entre Paranapanema e Xiririca.

## *NOTÍCIA DA CONQUISTA E DESCOBRIMENTO DOS SERTÕES DO TIBAGI POR AFONSO BOTELHO DE SAMPAIO SOUZA, 1768*

Êsse é o título de um importante manuscrito da Biblioteca Nacional, com desenhos, em que o próprio autor das expedições no Tibagi (e outros sertões) as descreve. Confirma documentos, já impressos.

A primeira partiu, no Iguaçu, do Registro de Curitiba e voltou pelo mesmo rio. A segunda, sob o comando do Capitão José Estevão Ribeirão Baião, com 75 homens, sendo capelão frei Antônio de Santa Teresa, partiu de São Bento do Tibagi, para o norte, redescobrimdo o rio Ivaí, que chamou de Dom Luís.

Descendo-o, descobriram o campo do Mourão em dezembro de 1769, reconheceram as Sete Quedas e subiram o Iguatemi em janeiro.

A 11 de agosto de 1769 saiu a 3ª expedição de São Bento, sob o comando de Francisco Nunes Pereira e chegou a Iguatemi onde êle morreu. O substituto Francisco Lopes, voltou ao Tibagi, encontrando antes as ruínas de Vila Rica do Guairá.

A 4ª expedição é do Iguacu, na qual Antônio da Silva Peixoto desceu o Paraná sem saber, foi prêso e levado a Buenos Aires, e Bruno da Costa Felgueiras pereceu afogado.

E houve mais sete! Aí é que o moço sargento Cândido Xavier, de Santos, descobriu os campos de Guarapuava. Houve até a freguesia, depois inexistente, de Nossa Senhora da Esperança. (1772).

Essas expedições ficaram em 17:592\$660, gastaram 500 homens, 4 capelães, 168 barricas de sal, 1 barril de aguardente, 6 alqueires de farinha de milho, por 6 meses para cada homem, 3.000 varas de pano de algodão, 3 alqueires de feijão por pessoa, 200 mil réis de botica, 42 canoas, etc. . .

### *SAINT HILAIRE NO VALE DO PARANAPANEMA, 1820*

O sábio naturalista amigo do Brasil entrou no vale pela estrada de Sorocaba, após o rio Alambari. Encontrou a vila de Itapetininga no final de uma bela planície, onde corre o ribeirão do mesmo nome, com um trecho de mata num lado. Era um capão de «mato sêco», de colina, e ainda se via em 1932, além da via férrea, 60 casas pequenas, de taipa. A igreja de Nossa Senhora dos Prazeres (êle errou, pensando ser Mercês) não tinha torre. Os sinos, sob uma armação de madeira, ao lado. Gêneros 100 por cento mais caros que em São Paulo. Nem toicinho não achou à venda. O capitão-mor é que lho forneceu, de sua fazenda. O município ia do Sarapu ao Paranapanema, 14 léguas, tinha limites indecisos para a banda do mar, que estava (errôneamente) apenas a 20 léguas, e ao norte se estendia por campos desabitados por causa dos índios (Botucatu). Cultivaram cereais, cana, cujo limite era o Paranapanema, algodão. Criação de gado para exportação.

Continuou viagem pelos campos, onde havia casebres, esparsos em inúmeras fazendas sem casas grandes. Viu os caipiras, que chamou mestiços das três raças, e vadios.

Mas quem conhece a região e suas famílias sabe que havia inúmeros brancos filhos e netos somente de portugueses vindos para a mineração. Êle, o viajante, não saiu fora da estrada geral. Conheci casas grandes de fazendas e menores, de sítios, que datavam pelo menos de cêrca de 1820.

Os campos verde-claros contrastavam com o escuro das matas.



Pousou no Registro Velho, numa casa com varanda aberta e «sala», nome que êle explica direitinho. A varanda aberta, alpendre noutras regiões, é rara no vale. Tratava-se de um pôsto fiscal antigo, o do rio Itapetininga.

No Capivari, desconforto e chuva. Estrada pior dentro das matas ciliares. Na fazenda Paranapitanga que depois foi de Tobias, comia-se sem toicinho havia um ano, porque faltou o milho para criar os suínos. Casa boa, mal cuidada.

Adiante do Paranapanema, três léguas de boa estrada em campo aberto.

Passara numa ponte o Paranapanema, que descreve assim:

«Esse rio, um dos mais consideráveis da provincia de São Paulo, tira o nome de duas palavras indígenas; paraná (mar) e panema (sem valor), suas nascentes estão situadas na cadeia marítima. Tem um curso muito longo, mas pouco conhecido; inúmeros afluentes nêle desaguam e êle, por sua vez, desagua no Paraná, o rio gigantesco. E se algum dia fôr possível fazer desaparecer os rochedos que, como se afirma, entravam o livre curso de suas águas, oferecerá êle os mais úteis meios de comunicação aos habitantes de Itapetininga, Itapeva, Castro e aos colonos que vierem se estabelecer em suas margens».

Havia um pôsto de peagem.

Quanto à inavegabilidade, baseara-se em Aires do Casal.

Novo impôsto na ponte do rio, Apiaí, onde uma mulher velha branca vivia de feijão sem toicinho, esperando outro ano melhor. E êle também sofreu a mesma dieta. Na Fazendinha, avistou as araucárias em grupo. Tropas de burros. Um velho hospitaleiro no Capão do Inferno.

Pousou em Itapeva, então com 25 a 30 casas em três agrupamentos principais. Itapeva da Fachina. Interpretou fachina como feixe e destruição! É o mesmo que faxinal, formação florística entre mato e cerrado.

Nas terras boas o milho verde 150 por 1.

Notou, pelos traços, que muitos pretensos brancos eram mestiços de índios. O capitão-mor lhe mandava as refeições, que um genro servia com um guardanapo (ou toalha) sôbre o ombro, costume rural que persiste até hoje. Pequena ponte de madeira para pedestres, no Taquari, que os animais passavam a vau.

Muitos lageados. O Itararé, por dentro das pedras.

As fazendas Pirituba, Rio Verde e Itararé, do mesmo dono, formariam um vasto principado.



Nos Campos Gerais, que êle tanto elogiou, admirou a fazenda da Fortaleza com a sua varanda ou alpendre, achou fazendeiros residindo. (1)

### *A VIAGEM DE 1875, DO SERTANISTA LOPES*

Em 3 de agosto de 1857 Joaquim Francisco Lopes e João Henrique Elliot, incumbidos pelo Governo Imperial de explorar as ruínas do Iguatemi, partiram do Tibagi com 8 camaradas pilotos e proeiros de canoas, 4 africanos de São Pedro de Alcântara, e 12 índios de Jataí e Nossa Senhora de Lorêto, 8 praças de 1ª linha com um inferior. Dos índios restaram, pouco depois, sete comandados pelo cacique Libânio. Cinco canoas. Largaram do Jataí, às 3 horas da tarde daquele dia. Desceram as 12 léguas do rio até o Paranapanema, 300 braças abaixo da foz do Pirapó chegaram à aldeia de Lorêto, no local das ruínas descobertas por Lopes em 1842. Poucas casas, muitas plantações. O Paranapanema era navegável.

Só duas cachoeiras piores desde o Tibagi. A 14 de novembro, tendo estado no Iguatemi, chegavam de volta ao Jataí. (2)

### *NA VISÃO GEOGRÁFICA DO BRIG. MACHADO DE OLIVEIRA, 1858*

Em 1858, o Brigadeiro J. J. Machado de Oliveira, por ordem do Presidente da Província, fez umas «Informações» sobre os rios navegáveis de São Paulo. Assim tratou do Paranapanema.

«Ainda é dos contrafortes setentrionais da serra da Parana-piacaba que surgem as vertentes do Paranapanema, pobre em sua origem, e menos abundante de água enquanto percorre esta província, porque a norte lhas absorve o Tietê pela multiplicidade dos seus afluentes, e do seu prolongamento com a serra do mar, que lhe fica ao sul, resulta que dêsse lado, lançam-se-lhe poucos e pequenos tributários, cuja parte mor não é navegável.

O Paranapanema desde que emana da Parana-piacaba até a barra do Taquari, seu afluente meridional, corre a rumo mais geral de E O, e daí até confundir-se com o grande Paraná a de S. E. N. E.

Sua extensão na parte que vai da cachoeira de Jurumirim até a sua foz é computada em 70 léguas, mais ou menos e não sendo

---

(1) Viagem de Saint-Hilaire na Província de São Paulo. Martius editor.

(2) Ms. no Inst. Hist. Geogr. Bras. comunicações do Barão de Antonina.

conhecidas a que vai desta às suas origens, pode-se contudo calcular que para o total comprimento do rio poucas faltarão para cem léguas.

E ainda que se infira do seu nome (que na língua geral significa «mar sem valor») ser um rio de pouca importância, todavia, por explorações que se há feito nêle, promovidas pelo prestante cidadão, o Barão de Antonina, conhece-se que essa qualificação só lhe assenta quanto à sua navegabilidade em certas paragens, e que o Paranapanema tem bastante cabedal de águas, já do ponto em que é atravessado pela estrada que de Sorocaba vai para Itapeitinga e que sua capacidade aumenta à medida que vai recolhendo os seus afluentes. (1)

«O Paranapanema, desde as suas origens até a cachoeira Jurumirim na estrada para o sertão, é habitado por ambos os lados, e por isso assás conhecido para se poder dizer que pouco abaixo daquela estrada (Sorocaba) até a referida cachoeira é o rio navegado por pequenas canoas empregadas na pesca e caça, no transporte de madeiras para edificação e noutros misteres, não servindo de obstáculo pequenas cachoeiras, recifes e corredeiras de que o rio é semeado.

Mas do Jurumirim até a fóz do rio, torna-se a navegação mais trabalhosa, e as vêzes interceptada pelo encontro do notável salto dos Dourados e de grandes cachoeiras e angosturas que só se atravessam com nímia dificuldade ou arrastando a canoa por terra.

A distância entre a cachoeira nomeada e a fóz do Itararé onde o Paranapanema tem já 60 braças de largura, distância que compreende 16 léguas, é literalmente inavegável, pois que ora é o rio comprimido por altas ribanceiras que lhe estreitam as margens a ponto de reduzi-lo a 10 e a 12 braças de largura, o que dá desconmunal celeridade a seu curso e o faz remoinhar e empecer, ora espraçando-se numa largura extraordinária, com um fundo aparcelado, tornando perigosa a navegação para veículos de pequena capacidade.

Da fóz do Itararé ao salto dos Dourados, que se contam oito léguas, corre o Paranapanema plácido e agradável. Neste salto que tem 30 pés de queda, com um fundo de extensa e escabrosa penedia, de onde surgem abrolhos e pontas de pedras desencontradas, que pretendem obstar à corrente das águas e com recifes que atravessam o rio prendendo-se às suas margens, bifurca-se o mesmo rio, indo de encontro a uma ilha de 300 braças de comprimento, por cujos lados encanam-se as águas, ficando inteiramente interceptada a navegação e a causa dêste invencível embaraço arras-

---

(1) Rev. Inst. Hist. São Paulo, XVIII, 92 2ª ed.

ta-se a canoa por sôbre um varadouro íngreme e desigual. Pouco abaixo do Salto dos Dourados depara-se com a cabeceira ou melhor a cachoeira do Cristal, que obriga a descarregar a canoa a arrastá-la pela cachoeira. Daí estreita-se o rio apertado, por margens guarnecidas de rochas escarpadas que o reduzem à largura de 7 braças.

A navegação que há desta paragem à barra do Tibagi, contendo a distância de 12 léguas, não é isenta de fadigas e embaraços, mas dêsse rio para baixo, que é tão volumoso com o Paranapanema, e lhe dá a largura de 150 léguas, navega-se com mais segurança e desempeçadamente, conquanto ainda haja, daí até pouco abaixo do rio Pirapó, distância que se estima em 14 léguas, três pequenas cachoeiras ou, para bem dizer, corredeiras, vários estreitos e diversos baixios que se podem destruir facilmente para dar mais lugar a veículos mais possantes do que canoas e, vencidos êstes obstáculos, o álveo do rio é amplo e profundo, correndo por 10 léguas até a sua entrada no grande Paraná pela margem esquerda dêste.

Quanto aos afluentes da margem direita, só se sabia, no município de Botucatu, do rio Pardo e contra-afluentes Novo e Turvo, navegáveis, ainda que vagamente fôsse sabido.

O Itapetininga a uma ou duas léguas da foz, apenas. Assim era com os da margem esquerda: Apiaí, Taquari. O Itararé desde a foz de 14 braças de largura, oferecia navegação dificuldades pela cachoeira da Tibuna, onde a canoa vai a mão pelo rio e a da Boçaína, era navegável até a primeira cachoeira a quatro léguas. (1)

## NAVEGAÇÃO NO SÉCULO 19

Antônio Joaquim Ribas, numa memória impressa em 1862, na Revista do Instituto Histórico Brasileiro, sôbre a navegação do Paranapanema e seus afluentes, escreve: «Quando ao Paranapanema, está averiguado que oferece 24 léguas de fácil navegação desde a sua foz até a confluência com o Tibagi, mas dêste ponto em diante não sucede o mesmo, pouco acima encontra-se um juquiá ou redomoinho, em lugar onde o rio se aperta em canal de poucas braças de largura, seguindo-se depois uma série de corredeiras, baixios, itaipavas e cachoeiras com pequenos intervalos umas das outras até a foz do Itararé.

---

(1) Rev. Inst. Hist. São Paulo, XVIII, 2ª ed.

É verdade que, subindo-se pelo Tibagi, ainda se obtém mais cinco léguas de boa navegação até a confluência dêste rio com o Congonhas.

Mesmo assim a navegação e caminho para Mato Grosso por êsses trechos do Tibagi e Paranapanema, descoberta pelo Barão de Antonina, incluía apenas 3 cachoeiras quando era de 113 a navegação pelo Tietê Pardo. Os pequenos comerciantes entre São Paulo e Mato Grosso, usando canoas fluviais, ligavam o Jataí, pôrto de embarque no Tibagi, ao Paranapanema, Paraná e Vacaria ao pôrto da Caçada Grande, neste rio, em 18 a 19 dias, em marcha diária de 4 a 5 léguas. Também partiam da fóz do Tibagi com as cargas vindas de Botucatu, ainda em 1888. Iam mais raramente ao Brilhante, donde partiam estradas para Nivac e Miranda. Três dias acima do pouso do Botão, no Vacaria junto à fóz do Brilhante, começam os campos. (1)

### *ESTRADAS NO ALTO PARANAPANEMA*

Em 1858 se gastaram 16 contos, do Itararé à ponte do Paranapanema, incluindo 5 com esta.

Em 1858, dois contos de réis para a estrada de Paranapanema a Apiaí por São José. Em 1859, 400\$000 para a ponte no Capivari, da estrada de Itapetininga a Botucatu.

Em 1860, para a estrada do Travessão, de Itapetininga a Iporanga, 2:000\$000.

De Paranapanema a Xiririca, 4 contos. De Faxina a Apiaí, 1 conto. De Sarapuí a Paranapanema pela vereda atual, 1 conto. De Botucatu a Faxina, 2 contos, a Itapetininga, 4 contos.

Do Paranapanema a Itapetininga, 1 conto. Abertura de uma estrada de Iporanga a Faxina, 2:500\$000.

### *DO CURITIBA AO TIBAGI, 1872*

Um viajante inglês, o engenheiro Tomaz P. Bigg Wither, visitou o Tibagi em 1872. De Ponta Grossa passando pelo pequeno povoado do Ipiranga e por Campinas Belas, galgou a serra do Macaco, divisor de águas entre o Tibagi e o Ivaí, hospedando-se na fazenda do Sr. Andrade, com quem aprendeu a bochechar após as refeições. Nesse caminho encontrou uma estrada que pela idade das árvores seria pré-colombiana. Restos do peabiru? Aprisionou botucudos, que todos morreram.

---

(1) Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras. XXV, 155.



Elle também sentiu a impressão do prisioneiro que recuperava a liberdade, quando saiu da floresta para os campos.

Noutra viagem, cruzou o Tibagi a sete léguas de Ponta Grossa, sôbre uma ponte de madeira em pilares de alvenaria, a caminho de Palmeira.

Em 1874 estêve de novo no vale do Tibagi, avistando, a 1 de junho, a vila daquele nome, o sertão imenso a noroeste, a serra dos Agudos e a Apucarana, separado pelo rio diamantífero o vale do Paranapanema. O Tibagi no século XIX ressurgira com o engôdo das minas adamantinas, sendo um dos primeiros mineradores Manuel das Dôres Machado.

Conheceu Jocelim e Telêmaco Borba, frei Luís e o ouviu falar bem de frei Timóteo. A 5 de junho chegou à Fortaleza, onde o feitor de Manuel Inácio do Couto e Silva o recebeu. Ouviu contar histórias de José Félix, pioneiro. Fazendas de 20 léguas. Estêve em São Jerônimo, conheceu Elliot. Termina o seu livro bendizendo os Campos Gerais e as florestas silenciosas. (1)

### RUMO AO TIBAGI

De fato, expressando uma opinião comum em 1860, Antônio Joaquim Ribas desprezava o Tietê e o Paranapanema para o entrosamento, pela navegação a vapor, com as futuras ferrovias. A que de Santos procurasse o Rio Claro devia ligar-se ao Mogi Guaçu, que traria a São Paulo os produtos de Goiás.

Pouco depois da construção da Sorocabana, inaugurada em 1875 até Sorocaba e no ano seguinte em Ipanema, parando em Bacaetava desde 1877 até 1882, a «opinião pública» estabeleceu como certo que a linha férrea Sorocabana teria seu ponto final no Paranapanema, fôz do Tibagi. Donde estava liquido e resolvido, a navegação era possível para o rio Paraná, o gado de Mato Grosso, o mate, e, principalmente, para a defesa daquela Província, martirizada pela ferocidade lopesca. Já então a Mogiana efetuara o velho sonho da ligação com o vale do Mogi Guaçu e a Paulista oscilava entre êsse e o vale do Tietê, que a Ituana segurava, imprensado entre ela e a Sorocabana, que acabou absorvendo aquela, em 1892. De fato, a primeira concessão após Bacaetava era o trecho de Itapetininga, em demanda do Tibagi quase pela barranca do Paranapanema, pois São Sebastião do Tijucu Preto (Piraju) foi o ponto intermediário escolhido. Houve mudança de plano. A Ituana, atingindo Piracicaba, fundou uma Companhia de Navegação dessa cidade até perto de Lençóis, nos rios Piracicaba e Tietê.

---

(1) David Carneiro. «O Paraná em 1872» Curitiba 1942. Separata do Boletim P.M.C.



atraindo parte da produção do vale do Paranapanema. A Sorocabana, que não tivera meios para avançar pela zona da pecuária e algodão, por Itapetininga, levou os seus trilhos até o café, em Tietê.

Como esperava o memorialista, esta direção em que a carga fazia um passeio pela Província antes de chegar a Santos, foi abandonada quando a Sorocabana transpôs o divisor dos dois vales.

### OUTROS CAMINHOS PARA O VALE, 1873

Em 1873 havia: — estrada da freguesia dos Remédios para Botucatu, encarregado Brás Bernardo da Cunha, e daí mesmo para Lençóis, e encarregado José Rodrigues César. De Piracicaba e de Tietê, respectivamente, a Botucatu, estavam abrindo picadas por conta do governo Provincial a Câmara de Piracicaba e Antônio Manuel Alves.

Havia estrada de Lençóis a Botucatu, encarregado Fernando de Barros Gurgel.

De Constituição aos Remédios, José Rodrigues César, encarregado. Onde se vê que a picada seria para sair noutro ponto do Tietê, mais perto da serra de Botucatu, então uma densa floresta. Até então o caminho mais curto de São Paulo e Sorocaba para Botucatu passava por Tatuí. Uma vez em Lençóis e Botucatu o viajante podia alcançar São Domingos por duas estradas, respectivamente. Seus zeladores eram Francisco Dias Batista e Delfino Alexandre de Oliveira Machado.

A ligação Tibagi-Pôrto dos Lençóis já existia em 1824. (1) Mas não vem mencionada entre as estradas oficiais. Não tinha conserva, pois além do brecho de São Domingos, os moradores, carreiros e tropeiros arranjavam-se.

O café nem era ensacado. Ia sôlto nas bruacas ou nos carros, e era embarcado com gêneros importados via Piracicaba, na foz do Tibagi, para a colônia de Jataí. De Itapetininga para a vila do Paranapanema havia um caminho, encarregado Domingos Leonel Ferreira. De Itapetininga a Botucatu, era a estrada sob os cuidados de José Vieira Paraíso. De Itapetininga a Itararé, dois zeladores (e um outro cujo nome não se anotou): Joaquim Leonel Ferreira e Joaquim José de Macedo Júnior.

---

(1) A estrada de João da Silva, mencionada por Teodoro Sampaio, é parte desta.

## *ANTES DE 1886 — A ESTRADA DE JOÃO DA SILVA*

Foi João da Silva Oliveira quem abriu, orientando-se pelo sol, a estrada de Campos Novos a São Mateus, no Paranapanema. Sem bússola.

## *ESTRADA DO PARI À ROSETA*

Foi aberta por Antônio da Silva Oliveira, começando no campo da Cerimônia. Na Cerimônia havia até 50 ranchos, no campo, protegendo dos lugares os sertanistas.

## *ESTRADA DO CAPIVARI À CONCEIÇÃO*

Foi aberta pelos Nantes e os Paivas.

## *ESTRADA DA CONCEIÇÃO AO JAGUARETÊ*

Foi aberta por Antônio Batalha.

E até o piaburu, caminho pré-colonial. Entre Martinópolis e Presidente Venceslau haveria um velho trecho do peabiru. (1)

## *DE NOVO A ESTRADA BOIADEIRA OU DA INDIANA, 1906, SEGUNDO GIOVANETTE*

José Teodoro e Francisco de Paula desceram em jangada o Paranapanema desde as Anhumas até a cachoeira do Frade, reconhecendo os afluentes. Hummel alcançou o Paraná a 260 metros abaixo do Santo Anastácio. Foram os predecessores dos que abriram a estrada boiadeira da Indiana.

Em 24 de abril de 1906 o Cel. Francisco Sanches de Figueiredo, com um engenheiro e mais 99 homens deu princípio a aquela estrada em Platina, então Saltinho após a missa celebrada na capela por frei Bernardino della Valle, capuchinho, com 4 carros e 12 burros carregados.

Na primeira noite pousaram na casa de Domiciano Luís da Rosa. Eis o itinerário seguido: Conceição do Monte Alegre, fazenda São Mateus, barraca nos campos da Rancharia, campos do Capivari e Laranja Doce.

Aqui viram fogos dos chavantes. Pousaram na boca do sertão.

No dia 6 de maio, começaram a derrubada da estrada. Morre o índio Vicente. Já vai com eles o Cel. Artur Diedericksen. A 13

---

(1) Giovanetti, 1. cij.

estão em Mandaguari e recebem a visita de Francisco Witacker e Ernesto Tolle. Daí até a água da Lagoa vão com cuidado, por causa dos rastros dos bugres. A 23 de junho estão no ribeiro do Feiticeiro. Festejaram São João com fogueiras, tiros e têrço, dirigido pelo Eufrosino e pelo velho Modesto. E foram. Só em comêço de setembro avistam o rio Paraná que alcançam a 17. Francisco Tibiriçá esperava-os numa ilha, e em sua barraca estava içada a bandeira nacional. (1)

### NOTAS DE EDMUNDO KRUG, 1905

Em 1905 Edmundo Krug viajou ao Paranapanema e descreveu as suas observações, publicadas em 1927. (2)

Começa profetizando para daí a meio século o grande progresso da região da Ribeira unida ao Paranapanema e chamando tudo, segundo o costume, «o sul de São Paulo», futuramente «Celeiro de todo o Estado», supondo com a técnica moderna desapercebida e inavergabilidade do grande rio e, naturalmente, a desobstrução do pôrto de Iguape. Seus prognósticos se cumpriram, de Salto Grande em diante, e sem o caminho que anda.

Krug já havia estado a negócios em São Pedro do Turvo. Desta vez iria até a Laranja Doce, por altos motivos culturais. Começa a sua descrição com Avaré, entrando nas minudências político-administrativas. Interessa-nos a topografia: a serra dividindo águas do Paranapanema do seu afluente Pardo e contando duas léguas quadradas de cafezais. Êstes cafezais não se tornaram célebres sem motivo. Êles são aqui verdadeiros jardins; o verde escuro de sua folhagem denota a grande fertilidade do solo, é um escuro que, refletindo sôbre a retina ocular no observador, faz adivinhar a grande porção de ferro decomposto contido na terra roxa (sic) A serra é a do Rio Novo, diz o viajante. Por que não Botucatu, simplesmente?

De Avaré a Santo Antônio da Boa Vista, hoje Itaí, «passa-se por grandes areiões, ora limpos, ora sujos», com muitas ervas venenosas. (Strichnos spes) e muita falta de água. Futuramente, diz, «serão lindas pastagens. Alguma mata virgem pobre em madeiras de construção, terras planas». O aspecto da paisagem torna-se outro, se aproximando do rio Paranapanema. Sôbre êste rio de grande percurso, que aí tem já a largura de 50 metros mais ou menos, está construída sólida ponte de madeira, pela qual passam

---

(1) Bruno Giovanetti. Esbôço histórico da Alta Sorocabana, São Paulo.

(2) As margens do Paranapanema, in Rev. Inst. Hist. São Paulo XXIII págs. 369-461.

as tropas que viajam entre São Paulo e Paraná. Ao lado da ponte, à direita do rio, existe um pequeno armazém de secos e molhados, cujo proprietário, conforme nos disseram, já fêz em poucos anos, fortuna superior a 200 contos de réis.

Certos meses, o trânsito de tropas era enorme.

Depois da ponte, bons terrenos, matas mais espessas, troncos mais grossos, verdadeiros vasilhos de coqueiros no meio dos campos, e o nosso majestoso coqueiro.

O rio separa a meio as seis léguas de Avaré a Itai, «uma vila de aspecto agradável e risonho», de umas quinhentas almas, no rio dos Carrapatos.

Casas de pau a pique (guarantã) e também de taipa de pilão. O nome oficial já era Santo Antônio da Boa Vista. O intendente, sírio com nome abrasileirado. «Todo o viajante é recebido nas lindas fazendas do sul do Estado, com prazer e alegria...» As melhores comidas, aposentos saudáveis, alvos, linhos.

O Sr. Euclides e Dona Conceição, paranaense, assim o receberam na sua «fazendola» entre dois afluentes do Paranapanema. Pelos campos. Nas matas, o ipê florescente, o jataí, a caviúna, a saguaragi, canelas diversas, o possante cedro vermelho, o pau d'alho, a jurema. Euclides Martins plantou 150 alqueires de roças, colhendo 45.000 sacos de milho. Para a engorda dos porcos. Não havia colonos estrangeiros e, sim, agregados nacionais, 50, com suas famílias. O gado era o comum, talvez mistura de caracu, cinco litros de leite por dia. Porcos de até 20 arrobas.

Na serra dos Carrapatos encontrava-se o chisto betuminoso. O famoso geólogo Luiz Gonzaga de Campos examinara em 1888 o rio das Posses, no córrego do Quercsene, a 615 metros de altitude. Escreveu: «Entre as lâminas do chisto aparecem delgadas veias de carvão. Na massa do chisto há manchas e concreções de pirites de ferro. Com êsses chistos alternam camadas de 10 a 20 cms. de um calcáreo preto muito silicoso, com grandes concreções de sílex e que por vêzes passa a sílex puro. O terreno é todo constituído de chistos argilosos e de grês».

Havia o fóssil «*Steorosternum tumidum*», conchas silificadas, abundantes fósseis vegetais como caules e fôlhas de *lepidodrendums*, fragmentos de madeira de coníferas, silificadas, ou apenas impressões nos calcáreos e nos chistos. E caules de *Psaronius*.

«Por todo o vale do rio Guareí aparecem os mesmos fósseis e espessura considerável de chistos betuminosos alternando com calcáreos». Essa formação aliás, está exposta p. ex. no Mogi Guaçu.



No vale, em Itapetininga e Angatuba, Luiz Gonzaga deu-lhe o nome: horizonte de Itapetininga.

Para o sul, a formação vai a 40 quilômetros, para o norte, cobre-se de outra formação mais nova, que constitui a serra de Botucatu e os morros esparsos. Desde a sul para a serra do Barão, atravessa o rio Taquari, passa por Guareí e volta para o norte, em Bofete. Região tôda, conclui o geólogo, dentro da faixa carbonífera da Província. E acha provável a existência do petróleo e do carvão.

Dessa fazenda, por nome Fundo da Várzea, Krug voltou a Avaré por outro caminho, perdendo-se nos «esquisitos» isto é, veredas que cruzam os cerrados em tôdas as direções, entre as uvaías, goiabeiras, pitangueiras. Enfim, alcançou a ponte.

«E' interessante observar nestes campos a transformação rápida da luz.

Artes das cinco horas da tarde a atmosfera está geralmente carregada de densos vapores, naturalmente devido à evaporação produzida pelo calor do sol. Desta hora em diante, desaparecem os vapores como que por encanto para descortinarem as mais longínquas paisagens, e o observador sente imensamente que seja este fenomeno de tão curta duração...» (1)

De Avaré o viajante seguiu ao ponto terminal da Sorocaçana, a estação de Manduri, tôda reluzente, em contraste com as residências e armazéns de peroba. Seguiu para São Pedro do Turvo com um areião terrível e sofreu as conseqüências da aroeira brava, que só irrita a pele de pessoas claras.

Passou por Óleo, povoação lindamente colocada, com boas águas, e pousou no Lageado, lugar de 50 casas, nome mudado para Mandaguari. Passando por matas virgens, avistou de longe Santa Cruz do Rio Pardo. Gostou muito. «Ai há pessoas de posição social bem elevada», mas a política era violenta. A cidade, atravessada pelo rio Pardo, de 40 a 50 metros de largura, com duas pontes, não sofria malária, por estar numa colina.

Mais 19 quilômetros por belos cafezais, e ei-lo em São Pedro do Turvo, em casa do Cel. Antônio de Souza Guimarães, chefe político. Lugar de 60 casas, com Câmara de seis vereadores, mal colocado, isto é, perto dos córregos, por causa da água; fundação do «até hoje ainda célebre possessor José Teodoro de Souza... Vive ainda um velhinho, Joaquim Pinto, cuja idade eu calculo em 108 anos, que vindo juntamente com José Teodoro conta com tôda a minuciosidade o rumo que tomaram para chegarem até cá. Disse-

---

(1) Loc. cit. 400.



me êle que vieram das bandas de Botucatu com muitos escravos que deviam abrir picada na extensa mata e como não podiam vir com animais, por não existirem campos de pastagens, cada qual trazia o seu piquá cheio de mantimento suficiente para a viagem». Havia onças e muita caça. Era de Minas o velhinho, com a catarata e tudo. Todos brasileiros em São Pedro, lavradores, que tiravam por ano, em arroz, 108 contos de réis. Despesas: — derrubada do mato virgem, 50\$000, planta 32\$000, semente (2 alqueires), 10\$000, colheita e batadura, 200\$000. Tudo por um alqueire de terra. Já o milho ficava apenas em 93\$000.

O gado já estava degenerado. Os suínos eram vendidos em Agudos. A dança era o cateretê, que dava lucros aos sapateiros.

De São Pedro, com o companheiro Teodoro Magalhães, lá foi o Dr. Krug rumo ao rio Paraná. Pouca água em três léguas. Perobeiras enormes não puderam ser derrubadas. Os carreiros faziam pouso onde houvesse água. Chegou a Campos Novos, lugar apenas notável pela política. Daí ao Saltinho, hoje Platina, viagem entre cerrados de canafistula. Leite tomado nas casas do caminho. Inácio Pereira, que foi o hospedeiro em Platina, mostrou-lhe tecidos de lã misturada com algodão, com bonitos desenhos e firmes cores vegetais. Notou o viajante o monjôlo, o carro de boi e o engenho de cana moveção, pelos sítios.

Um «sítio» de 1.000 alqueires valia 30 contos. Viajando rumo das vertentes do Capivari, que abundância de veados e perdizes! Pouso entre os mineiros. Adiante, o hospitaleiro José Antônio de Vasconcelos, português, com o seu magnífico vinhedo. Na Roseta, rio Capivara, havia um patrimônio doado a São Sebastião em 1897, e suas casas eram de tábuas serradas pregadas sôbre pés direitos. Roças boas. Bom povo. No rio Sapé, periquitos e papagaios fizeram morada na mata, com olhos nas roças de milho. Mais um cerrado e eis aí a Conceição do Monte Alegre, aonde, sem parar, seguiram a pernoitar na casa do Padre Seródio.

«Ali chegando não deparei, como esperava, com um sacerdote de batina, não deparei com um homem de cara escanhoad, mas sim com um robusto português, que, devido a certas questões íntimas, deixara o vestuário santo para trocá-lo pela rústica roupa de valente sertanejo. Padre Seródio recebeu-me com tôda a delicadeza, começando logo uma agradável prosa...»

O padre possuía 60.000 alqueires de terra. No quarto dia de viagem, buscando a fazenda dos Paivas, cerradões desertos, matas de peroba. Copaibas em quantidade. Ela frutifica muito, o fruto no chão dá novas árvores e o solo se enfraquece, obrigando o lavrador a cortá-la para óleo e lenha.

Nos campos, a deliciosa mangaba, 200 troncos de peroba numa roça de alqueire e meio. Estava-se no rio São Mateus, fertilizador da zona, em casa de Manuel Braz. À noite, a «ó de casa»! pedindo um pouso viu o viajante uma bela mineira fiando à luz de um candieiro de óleo e o marido ciumento negou hospitalidade, mas ainda chegaram ao amável José Antônio de Paiva, sítio de uma fertilidade espantosa, perto do Paranapanema.

«Tudo aí se plantava, só se comprava o sal necessário para a cozinha», e os tecidos eram feitos na própria fazenda.

O trigo crescia muito bem. Não compravam a farinha de trigo.

Chão superior, verde das copas altas, vegetação variada nos pastos e capoeiras.

Dali a 12 léguas começava o picadão para o pôrto Tibiriçá, no rio Paraná, onde os boiadeiros pagavam pela passagem 12 mil réis por cabeça, os bugres espionavam, mas o concessionário de São Paulo, que comprou os direitos do de Mato Grosso, ia baixar a 6\$000, incluindo os pastos.

De volta, Krug passou por casa de um caçador de onças, adquiriu por uma bagatela, um belo couro, mas quando a cavalgada o percebeu, teve de deixá-la numa venda.

Em São Mateus, sòmente mineiros de barbas e cabelos crescidos por causa dos mosquitos. Tecidos de lã em teares manuais. Cachoeira.

Campos Novos. Grande bossoroca. Quanta riqueza de madeira de lei, de tinturaria, cortumes futuros... o vale do Paranapanema prometia!

De São Pedro do Turvo o nosso Dr. Krug foi tomar o trem em Agudos.

A três léguas, pouso em casa de Jerônimo de Magalhães, filho do guia, passando por 2.000 alqueires de mata e terra roxa, valendo 15 contos de réis.

Chamam-se grileiros, indivíduos que, comprando insignificante parte do terreno de um dos co-proprietários, gastando para isso sòmente uns 10\$000 emprestados, constituem-se agregados do sítio.

São geralmente velhacos, desembaraçados no modo de falar, não sendo conhecidos no lugar, e ameaçando os co-proprietários com divisão judicial. Munindo-se para êsse fim de uma procuração passada em cartório, ou mesmo falsa de um dos maiores co-proprietários, vão de casa em casa, de porta em porta dos outros

agregados, comunicando-lhes a sua intenção, e pedindo-lhes a sua coadjuvação.

O pobre proprietário vai a cartório com o grileiro e transfere-lhe, a título de pagamento antecipado para tratar de seus interesses na divisão, judicial, uns tantos alqueires de sua propriedade.

O grileiro (após ter feito a mesma coisa com os outros) declara que não pretende mais fazer a divisão judicial.

Havia cumplicidade de agrônomos e escrivães. Krug descreve agora três timburis majestosos, com uma cabana em baixo, cuja dona passava o dia matando o passaredo. Adiante, o traiçoeiro rio São João, que enche de repente. Terras de um capitalista fluminense. Casa de tábua. Mangueira de morões. Índios como camaradas, parte vindos de Jataí, em casas cobertas de fôlhas de coqueiros.

Num sítio próximo, havia guaranis e caiuás.

Os pastos do aromático capim jaraguá conservavam como testemunhas da queimada as perobeiras.

À entrada da mata, um possante jequitibá. A canafistula recebe com uma chuva de pétalas o caminhante, e nem o bando das baitacas «estúpidas» se admirou.

O jaborando, sudorífico, é nativo do Paranapanema. E o companheiro ensinou que para matar rato nada como a erva de gado no quarto, com água e farinha perto. Segue-se a picada do Magalhães, com os troncos atravessados. Pousou no Teodósio, que embarcava em Piratininga e Agudos até 3.000 porcos por ano.

Por aí além, caboclos indolentes esperando o pão de cada dia no monjolo.

No outro dia, fazenda do Cel. Virgílio Rodrigues Alves. No mato o Jauvá ou ceboleiro de flôres roxas (*bougainvillea*) indicando fertilidade. Agudos.

Piratininga era ainda lugar novo e pequeno.

De Agudos, volta a Tupã, oito léguas. A meia légua das cabeceiras do São Domingos. A sete de Espírito Santo do Turvo. Tupã era o antigo São Domingos que em 1859, já distrito, enviava jurados a Itapetininga, a 36 léguas, e fôra mudado por causa dos índios.

O nome atual era decorrente da mania do Secretário do Interior. Mas já fôra chamado também São João da Floresta. Espírito Santo do Turvo, num domingo, mostrava muito comércio, cultura de mantimentos. Passando de vereda, Krug tocou para a fazenda do Joaquim Pereira, com manchas de terra roxa, onde assistiu a uma reza de São Sebastião, sem mulheres. «Também encontra-se em

tôda a circunvizinhança de São Pedro do Turvo (onde terminou a excursão) enorme quantidade de arbustos da verdadeira erva-mate, cujas fôlhas aí mesmo são preparadas pelos sertanejos e caboclos para o próprio uso doméstico sem preocupação de vendê-las a consumidor. Devo confessar, porém, que nunca me foi oferecida uma xícara de mate ou mesmo um chimarrão, de forma que não posso julgar da sua bôa qualidade. O café era mal preparado».

### O PORTO DE IGUAPE

Portuguêses de Iguape, progressistas, em 25 de janeiro de 1857, fazem subir Ribeira, o primeiro barco a vapor, e o Estrêla, que chegou a Xiririca (hoje El-Dorado Paulista) cinco dias depois, queimando lenha cortada verde nas margens.

Outras «gaiolas» vieram: «São Paulo», «São Pedro», «Paulistano», que explodiu no rio Una, «Isabel» que não subiu os afluentes.

As pás das rodas trazeiras impulsionavam êsses barcos que paravam em tantas estações até Iporanga de um lado, Juquiá e São Lourenço de outro, recolhendo passageiros e carga de arroz, feijão, farinha de mandioca e de milho. (1)

E isso continuou até o final do Império. Na República, fundou-se a Companhia de Navegação Sul Paulista.

O alto e médio Paranapanema, de Faxina, Capão Bonito, valeu-se desta navegação do Ribeira para exportar grande parte do seu algodão arbáceo por Iguape, de 1865 a 1875. (2)

Depois, a Sorocabana atraiu todo o comércio do vale.

### A ESTRADA BOIADEIRA VISTA POR HERNANI DONATO

«A «boiadeira» é um rio de carne. Caudal viva, aspeada de chifres, turbilhonante de cascos, vibrante de aboios e de mugidos, do estrúpido de atropeladas e do cavalo, pachorrento caminhar de milhares de rêses.

Ora tem calma de remanso, furiosa às vêzes como corredeira.

A boiada leva personalidade tal e qual os homens que a guiam. O ondulante rio de carne tem côr, tem cheiro, tem maneiras próprias.

---

(1) *O Estado de São Paulo* — 3-3-57.

(2) Alice Piffer Cannabrava, em seu livro sôbre o algodão em São Paulo.

Cada mestiço zebu é um cartucho pronto a explodir sob o calor exasperante da caminhada, o estalar dos relhos, o anavalhar dos gritos.

E' um perigo permanente mesmo o torcer do vento na capoeira ou o estalar de uma taquara na restinga pode provocar o estouro. Já o pantaneiro é um trágico. Fora da sua querência é um abatido. Bravio e apanhado a laço no chão nativo, o seu casco mole abre-se em feridas no solo duro da estrada batida.

Vai marcando com sangue e ossadas o longo caminho para a engorda e o sacrifício. O seu mugido é um lamento, o seu passo um arrasto. De Estrêla a estrêla o gado escorre pela trilha, tangido a gritos, empurrando a rêlho. À noite é encurralado nos pousos onde a peonada se humaniza com os cantares e se confraterniza nas histórias lamentosas de ao pé do fogo. A lua do sertão pastoreia as dezenas de rebanhos perfilados na esbatida estrada que alinhava meio continente. Na longa noite de repouso, o homem dorme sobre os pelegos e mantas, tiritada de frio na solidão e purga as máguas de uma saudade com diferentes endereços. No campo, o gado retoma energias e padece a lei da seleção — definhando e morrendo os que se vão estropiando ao longo das léguas intermináveis». (1)

### *O RIO E O VALE, SEGUNDO DOMINGOS JAGUARIBE,* 1886

Segundo Jaguaribe, o rio Paranapanema, que quer dizer rio sem peixes, nasce na serra do Mar, nas contravertentes das águas do rio de Iguape e se despeja no Paraná caminhando em rumo geral este-oeste.

São seus afluentes da direita o Itapetininga, o Pardo reunido ao Turvo, o Guari, o Jacu reunido ao S. Inácio, o rio dos Veados, o Inhuma, o Laranja Doce, e na esquerda o Apiaí, o Taquari, o Itararé, o Tibagi, o Cinzas reunido ao rio do Peixe (sic), o Pirapora.

Escrevemos certo direita e esquerda, mas o autor confunde-se, troca-as sempre. A margem esquerda, diz êle, é que interessa a São Paulo, porque a direita é quase tôda do Paraná.

Que causas podem ter atuado para fazer com que os Paulistas deixem figurar como terrenos desconhecidos, no mapa geográfico tão rica e grande extensão do seu território, quando ela é uma

---

(1) *Chão Bruto*, romance, São Paulo, 1956.



das mais fáceis de ser trabalhadas e tem rios navegáveis que a margeiam?

Jaguaribe encantou-se com as matas frondosas e os campos sem rival, cita Derby quando chama o vale do Paraná o mar rico do Brasil. «Hoje êsses terrenos desconhecidos estão sendo invadidos por homens enérgicos e conhece-se quase todo o terreno e os numerosos rios».

Estas frases são curiosas: São ainda em grande extensão os terrenos devolutos, mas desde Campos Novos até 30 léguas adiante das margens do rio Cuiabá, (pouco conhecido), os terrenos estão tomados por diversos particulares, terrenos êstes últimos que pertencem aos herdeiros de João da Silva, nas margens do ribeirão Cuiabá, onde há índios prêtos em grande abundância.

No capítulo segundo, estuda o autor os hábitos do homem do sul, frugais e ativos, a formação de capinzais nas margens do Paranapanema, onde a família Camargo, (Cel. Fortunato) aposou-se, a título legal, de uma área maior de 16 léguas em quadra, no município de Faxina. Mostra que convém a criação de gados e porcos. O sertão sul tem clima temperado, em média 208 C. e o solo a 400 m acima do nível do mar.

Fala depois do Rio Paraíba e de seu curso caprichoso, do rio Tietê que leva suas águas para a bacia do Prata, confundindo suas águas, como do Paranapanema, com as do Paraná, marchando ambas na direção do Paraná, deixando entre si terras incultas onde moram os índios pardos chavantes, Quatós, os Laianos, Camacocos, Quiniquinau, Coroados, Charraos e Botucudos.

Estuda o autor, no terceiro capítulo, o rio Paranapanema, navegável por 40 léguas, desde sua foz no Paraná até a desembocadura do Tibagi. Daí para cima tem o Paranapanema as cachoeiras, Salto dos Dourados, ou Santo Grande e Salto do Tijuco Prêto.

Cita, entre as colônias fundadas pelo Govêrno, a de Jataí que floresceu. Indica o aproveitamento dos índios em serviços da lavoura.

Diz sôbre os ataques dos índios civilizados e conta o assassinato de dois filhos do Sr. José Vicente de Figueiredo e um escravo, com a conseqüente reação dos habitantes de São José dos Campos Novos a 30 de outubro (que atacaram) um acampamento de índios massacrando-os (120).

Apela para o Conselheiro Antônio Prado, então ministro de Agricultura, para levar avante «um plano benéfico e glorioso para o povoamento das terras devolutas».

Descreve o capítulo quarto, o caminho que mais diretamente leva os viajantes a Campos Novos por Rio Novo, Sta. Cruz do

Rio Pardo, São Pedro do Turvo e daí a São José dos Campos Novos (36 km.).

Dêste ponto, para se ir até onde os ocupantes das terras avançavam, vai-se à Capela do Rio Capivara (36 km), passando por campo do Ribeirão da Taquara, ribeirão do Café, segue-se para o Rio Capivara, tributário do Paranapanema.

Cita os proprietários dessa região Paiva e Pereira; segue-se para o ribeirão da Rancharia, para o Ribeirão de Jaguaraeté, onde mora A. Alves Nantes, atacando caçadores de Bugres; daí segue-se à Capela do Sapé na margem esquerda do Rio Laranja Doce, onde está a família Brandão à margem direita e daí ao rio Inhumá (18 km). São moradores aí Domingos de Medeiros e José Custódio Vêncio. Depois destas terras estão os herdeiros de João da Silva em excelentes propriedades.

Mostra o autor no capítulo quinto, a importância dos lugares e fala das viagens do General Couto de Magalhães, dos progressos já havidos na região, etc.

Expõe e enumera os vários caminhos preconizados por Couto de Magalhães para a penetração ao interior do Brasil, de Sul a Norte. (1)

Além da criação de gado, o capítulo sexto examina e indica as terras do Sul como adequadas à plantação do café, do algodão, trigo e mesmo do lúpulo. Mostra que não há lá o problema da formiga saúva, pois tem esta dois inimigos que não a poupam, o tamanduá bandeira e o tatu.

Estuda o autor no capítulo sétimo, o problema da falta de segurança pessoal e narra casos graves e violentos de facínoras.

Termina incitando o governo ao aproveitamento da região, como das mais férteis e melhores.

Continua no oitavo e último capítulo a incentivar os agricultores: o característico geral dos campos do sul está na sua beleza e variedade dos capins e na vegetação frondosa que os rodeia. Chão de massapé vermelho, arenoso em alguns lugares e muita terra roxa.

---

(1) O Sul de São Paulo, Domingos Jaguaribe, S. Paulo, 1886. Devo o conhecimento dêste raro livro ao Agenor Guerra Corrêa.

#### CAPÍTULO IV

### EXPLORAÇÕES CIENTÍFICAS

#### DESCRIÇÃO RESUMIDA

O Paranapanema nasce na serra da Paranapiacaba, no trecho denominado Agudos Grandes, a 87 quilômetros em linha reta a noroeste para o pôrto de Iguape e a 21 para E.S.E. da cidade de Capão Bonito.

Corre a princípio para oeste faldeando a serra. Ruma para o norte. Recebendo o Itapetininga pela direita, dobra para oeste, recebe à esquerda o Apiaí, torce ainda para o norte, recebendo o Santo Inácio, toma a direção O.N.O., até Piraju.

Abaixo do Salto Grande o seu rumo geral é oeste com pequena inflexão para o norte. Desagua no Paraná, frente à ilha da Barra, com uma descarga de 394 mts<sup>3</sup> por segundo em tempo de sêca e 420 metros de largura.

O vale do Paranapanema, só em São Paulo, terá cêrca de 109.700 kls.<sup>2</sup> O seu percurso calcula-se em mais de 500 quilômetros. Só o Itapetininga perfaz 200 quilômetros em sua viagem de afluente. (1)

Esta rápida síntese é ainda a mesma de Teodoro Sampaio, há 71 anos.

Acontece que os mais recentes estudos da Comissão Geográfica, publicados em 1927, não trouxeram mudança na descrição geral.

Sem embargo disso, é interessante lembrar que nem mesmo as cabeceiras foram atingidas por terra, sendo o lugar chamado Bacalhau, o ponto menos encaixoeirado aonde chegaram as canoas. Os mapas dêsse levantamento dão a cota geral de 700 metros de altitude e não 800, para as cabeceiras, o que era uma estimativa.

---

(1) Tomás Oscar Marcondes de Sousa, em São Paulo em quatro séculos. I. 6.

Serão talvez os 750-800 nas grotas onde brotam os primeiros fios de água.

O de que não há dúvida é que no relatório de 1886 publicado em 1889, a afirmativa de que o Paranapanema corre primeiro para leste é um cochilo homérico.

Os dois trechinhos da curva para nascente na primeira direção norte são desprezíveis numa descrição geral.

O Itapetininga, o Apiaí e o Itararé, sim, é que captam suas águas a 900 e a 1.000 metros.

«Como todos os rios do planalto, o Paraná e os seus principais afluentes acima das Sete Quedas são rios encachoeirados, em cujos leitos, espaçadamente obstruídos, se divisam os sucessivos degraus da chapada que gradualmente declina».

«O Paranapanema é, porém, um vale de terras altas que, desde as cabeceiras onde atinge aproximadamente a altitude de 800 metros, descai pouco a pouco até a de 258, vencendo numa distância direta de 660 kls., a diferença total de nível de 542 metros». (1)

### *DE UMA CONFERÊNCIA QUE TEODORO SAMPAIO DEVIA PRONUNCIAR EM ITAPETININGA*

«Em Itapetininga, graças às cartas de apresentação, tôdas as portas se nos abriram. Que boa gente, acolhedora, essa que nos recebeu e nos auxiliou em tudo que nos foi mister para o bom desempenho da nossa tarefa!

Estávamos aqui como entre velhos amigos, solícitos em atender-nos e em buscar-nos o de que precisássemos para organizar a expedição, ainda em tempo de aproveitarmos a estiagem, como de regra em estudo dos rios sucetíveis de navegação.

O Vigário, Pe. João Soares do Amaral, o nosso saudoso e distinto amigo, cuja memória quero e devo aqui homenagear, procurou-nos por uma manhã fria de abril, (o termômetro marcava às 7 horas 2 a 3 centígrados acima de zero) para dizer-nos que a oficina dos trabalhos de restauração da igreja matriz, assim como todo o seu pessoal, com o seu mestre à frente, o perito carpinteiro João Samin, estava desde aquêlê momento à minha disposição, pronto para começar a construção das duas barcas que contratamos de véspera.

O dia já corria à minha conta, e que, dizia-me o Vigário, levar já o construtor a planta da obra a fazer-se. O tom era intimativo e perentório, muito do ânimo decidido e franco do ilustre sacerdote, que nos fazia a gentileza de parar com tôdas as suas obras para

---

(1) Relatório da Comissão de 1886.

nos servir a nós, que lho solicitávamos como um favor, em circunstâncias prementes que a estação e a natureza do trabalho justificavam.

Tiritando de frio, pois que o clima de Itapetininga não se compara absolutamente com o do Rio de S. Francisco, donde vínhamos, transferidos, os dedos endurecidos e sem tato, tomei do lápis e da régua e, ali mesmo, em presença do solícito obsequiador, Pe. João Soares, cujos olhos negros, vivos, pesquisadores, nos observavam, faces coradas pela ação do frio de 2 graus centígrados, que êle parecia não sentir, risquei no papel, o mais rápido que pude, plantas, secções, detalhes, da embarcação que teria 12 metros de comprimento e largura proporcional, um barco cujos fundamentos eram como no S. Francisco, uma canoa aberta, a que se deitavam quilha e cavernas à feição dos barcos comuns.

Tomando-me o papel com sua curiosidade satisfeita e satisfação indisfarçada, o Padre disse despedindo-se — «muito bem, o nosso João Sami executará isso breve e a seu contento, pode ficar certo disso».

E, na verdade, em pouco mais de 15 dias, o hábil carpinteiro entregava-me duas barcas sólidamente construídas, e até com certo gôsto artístico nas suas linhas, o que confirmava a sua perícia, universalmente conhecida.

Enquanto isso, percorríamos a região de em tórno, num raio de 2 a 3 léguas, atravessávamos seus belos campos, tão limpos, tão enfeitados de flôres róseas da jalapa, povoado de perdizes e codornas, retalhados de quando em quando por cursos de águas frias, cristalinas, os cursos assinalados ao longe, lá em baixo pela fita verde da vegetação mais alta que lhes sombreia a corrente.

Vimos matas vigorosas, ainda intactas, cobrindo a cumiada dos montes e derreando-se pela lombada dos contrafortes, a encerrarem nesse círculo verde os campos de tons alourados, estendidos, longos, sumindo-se além na fímbria do horizonte.

A madeira preciosa e variada nas suas essências, diz bem do que vale o solo destas redondezas, assentado sôbre rochas argilosas, chistos e grés, atravessados por diques de diabase de rocha eruptiva que se desmancham na terra roxa, de alto expoente de fertilidade.

Nesse tempo, o café quase que se não via por estas paragens.

Achavam frias as terras os agricultores da rubiácea preciosa; estimavam mais o algodão que, não havia muito, lhes dera lucros compensadores, pela guerra de Seleção. A lavoura de mantimentos, o milho, o feijão, a criação do gado bovino e suíno, dominando o quadro da produção regional, davam o índice da riqueza destas



terras, situadas a 600 e 700 metros de altitude, em clima delicioso, como bem o demonstra o tipo sadio, robusto e bem apessoado do habitante de Itapetininga.

Por êsse tempo, conheci aqui notável industrial João Adolfo Schritzmeyer, que aqui morou anos, deixando casa e negócios na capital, pelo clima dêstes campos que lhe valia tanto ou mais que o da Europa, onde nascera.

Ninguém com mais entusiasmo proclamava as virtudes dêste clima.

Voltando aos nossos barcos, já agora transportados em carros para o pôsto sôbre o rio Itapetininga, sete quilômetros distante da cidade, marcamos a partida da expedição para 22 de maio.

Nesse dia afluuiu a gente amiga a despedir-se, a dizer-nos o seu adeus e a desejar-nos o bom êxito da exploração que íamos começar.

Duas barcas, três canoas grandes, vinte e quatro homens contratados, pilotos, remeiros, serventes, uns quatro cães de guarda, e de caça, sumário armamento para quem ia penetrar sertões, quatro barracas grandes, ambulâncias, munições de bôca para uns poucos dias apenas, pois contávamos encontrar no trajeto povoações e comércio, pelo menos até Piraju, foi o equipamento indispensável para a tarefa arriscada que assim começava.

Descer o Itapetininga, levantando-lhe o mapa do curso tortuoso que o caracteriza, foi para nós obra de quatro dias, e de quatro dias demorados; não que a extensão percorrida exigisse tanto, mas porque os nossos homens nada afeitos à navegação e de todo bisonhos em trabalhos de engenharia ou topografia, num rio coberto de mato, com todos os imagináveis impecilhos de um curso d'água tortuosíssimo, não exigiram menos.

A viagem de um dia a cavalo, pelas estradas vizinhas fizemo-la assim em quatro dias, pois, só a 26 logramos atingir a confluência do Paranapanema, rio largo, bonito, desassombrado, em comparação com o seu afluente que acabamos de percorrer encafuado na sua mata marginal.

O trabalho técnico toma daí em diante outro ritmo. O ambiente é mais amplo; os nossos homens já se movem como que senhores, cada qual, sua tarefa, e agora só os episódios de viagem quebram a monotonia do trabalho topográfico que avança a passo certo, numa média de 2 1/2 a 3 quilômetros por dia de 5 horas de efetivo trabalho sôbre as águas.

Vou, por desfastio, relatar-vos essa viagem de exploração pelos episódios que o sertão do Paranapanema nos deparou, quase que diàriamente.

Chegamos a 29, pelas 5 horas da tarde, ao Alto da Cachoeira de Itapucu, a primeira de vulto que encontramos ao descer a corrente.

O quadro oferecido aos nossos olhos, no largo estirão de uns 600 metros, de comprido, águas tumultuosas, correndo em rolar espumante, entre pontas de rochedos negros, reluzentes; a entrada apertada, como uma brecha, no dique rochoso que corta a corrente de margem a margem, e por onde as águas, uma vez contidas, se precipitam violenta em temeroso cachão, espadanando espumas, e bramindo, ameaçadoras, trazem ao coração do mais ousado, um grande medo.

Ninguém escapa a essa impressão do abismo, e ali todos nos calamos, quedando-nos silenciosos em face do perigo que tínhamos de afrontar.

Ordenei aos meus homens que encostassem para a margem direita, junto a um cabeço rochoso, donde se poderia abranger todo o quadro tumultuoso das águas, todo o trajeto do canal que as espumas assinalavam ao longe, rio abaixo.

Galguei o cabeço rochoso e áspero; vi a extensão do perigo, como êle se desenhava entre pedras e águas revoltas; vi que a corrente arrastava para longe, bramindo, mas não impedindo a passagem.

Podia-se tentar a descida. Era arriscada sim, mas era mister audacia, temeridade no momento em que o pavor parecia querer triunfar.

Haverá aí dois homens que se atrevam a descer comigo numa canoa ?

Todos em silencio. . . dois homens porém se levantaram, empunhando os seus remos e se puseram à minha disposição.

Chico Pilôto, (era êle o pilôto da nossa embarcação) passa para a canoa do Cornélio, alivia-lhe a carga, e tomamos o meio da corrente.

Rápido afastamo-nos da margem, em direção da estreita entrada da cachoeira, a porta do abismo.

A golpes de remos espaçados, medidos, cautelosos, aproximamo-nos. . . Na canoa, os nossos dois homens de pé, atentos, silenciosos, imprimiam o movimento como que a procurarem o fio d'água que nos levasse seguro através do abismo.

A canoa, chegada à entrada, pareceu-me a mim, que se quedou indecisa, parada. . . mas rápido, a um golpe de remo, pelo dorso empolado da corrente se precipitou; deslisamos como uma flecha. . . uma sensação indefinível de vácuo experimenta-se nesse momento decisivo, como estivéssemos em suspenso; sensação de segundos que

desaparece logo às primeiras peitadas de água espadanante, que nos envolve de todos os lados, cobrindo canoa e seus tripulantes abismados nas espumas do fervedouro.

Mas canoa, que os dois remeiros, de pé, a golpes enérgicos, repetidos, impeliu valentemente, galga rolos, e borbotões ameaçadores; atravessa-os e surge além, índene reluzente, como que vomitada do abismo.

Arrastada pela violência da corrente, a canoa desce rápido por entre a espumarada e tumulto da pirica enquanto no alto, pela barranca, pelo convés das embarcações paradas, os nossos homens levantam o clamor da estupefação aplaudindo a vitória.

O sol já se punha por detrás do negro da mata marginal, quando abicamos à barranca, escapos da correnteza que nos levaria rio abaixo.

Era a hora do abarrancamento. Tínhamos alcançado assim a nossa primeira vitória sobre o misterioso e até ali inavogado, Paranapanema. A natureza virgem dêsse rincão parece que, até ela, nos aplaude o feito também.

Na clareira aberta da mata de sobre a barranca, onde assenta o nosso pouso, eis que, no escuro da noite, se nos depara luminoso em plena fosforecência o chão interior das barracas fechadas.

O solo negro levemente úmido, os pequenos estipes das plantas roçadas, os galhos caídos que o instrumento derrubou, tudo aí se nos apresenta luminoso, fosforecente, com um tom de luz misteriosa que permite até a leitura ordinária aos mais exigentes.

#### Segredos da Natura !

No dia seguinte, chegávamos ao salto de Itapucu, uma queda de 2,18 m. quase a prumo, sobre um travessão rochoso diorítico; tiramos os barcos à terra e por um picadão à margem esquerda, arrastamo-los até a parte baixa do salto, onde os calafetamos em algumas de suas costuras combalidas e dois dias após, a 1 de junho, continuávamos a descida e estudo do rio, com a mesma regularidade e ritmo dos dias precedentes.

No Itapucu estávamos em terras do Dr. Domingos Nogueira Jaguaribe, médico ilustre, que tanto se empenhara junto aos poderes públicos por êsses estudos que estávamos realizando.

Boas terras, boas matas, preciosas madeiras de construção encontramos por aqui, ao par das condições técnicas mais favoráveis para a captação de energia, na queda das águas abundantes.

As estradas aqui passam distantes umas duas léguas. Os moradores são raros à margem do rio; alguns gramados, lançados em grandes proporções, no rasgão da mata recentemente derribada,

denunciam que o esforço do homem se empenha aqui na criação do, gado, muito mais do que pela lavoura do café ou do algodão.

O Espírito Santo do Ribeiro Grande ficava-nos a 2, 1/4 léguas a Nordeste.

Era a freguesia mais próxima; para a fazenda do Cel. Tomás Prestes eram duas léguas.

No dia 2, pousamos em frente à barra do Apiaí, afluente da esquerda do Paranapanema, rio cujo curso subimos uns dois quilômetros até a próxima corredeira.

Tomamos-lhe a largura na barra em 32 metros, e 1m, 84 de profundidade máxima.

Assentamos o instrumento e tomamos aí a altura do sol ao meio dia.

A 5 passamos pelo pôrto do Bonsucesso, arraial distante nove quilômetros do rio, onde recebemos correspondência do Rio de Janeiro. O Dr. Oliveira, que visitou o arraial, fêz nova provisão de mantimentos para 15 dias até Piraju, e adquirimos por preço razoável (36\$000) mais uma canoa para a nossa flotilha.

Os nossos homens fazem um movimento para deixarem o serviço a exemplo de um companheiro que aqui se despediu, pois se contrariaria tão somente até este pôrto. Contive o movimento dos meus homens, que, de resto, se acomodaram de boa mente, e nos acompanharam como bons e dedicados trabalhadores, dignos de todo o elogio.

A 20 de junho éramos recebidos em festa pela população de S. Sebastião do Tijuco Preto (Piraju), que nos esperava já desde alguns dias.

Que acolhimento dêsse bom povo de Piraju.

Foi um acontecimento: ruas enbandeiradas, arcos de folhagens desde a ponte lá embaixo sobre o rio; as escolas públicas com os seus alunos formados e uniformizados; banda de música, as autoridades tôdas do civil e do religioso.

Subimos a comprida ladeira da rua principal, desde a ponte até a praça da matriz, entre as aclamações, tendo-nos recebido ao desembarcar o Cel. Mariano Leonel Franca, chefe político local e os seus amigos.

O Tijuco Preto era uma vila que datava de uns 15 anos; assentada porém em terrenos da melhor terra roxa dêste vale, tinha prosperado rapidamente; contendo já umas 260 casas, e boa igreja paroquial, e cêrca de 2.000 almas.

Centro de lavoura cafeeira, que já se desenvolvia para as terras da Serra da Fatura, quatro léguas distante, centro notável da grande indústria da engorda de porcos.



Os magníficos terrenos dentro do Município vendiam-se ainda a preços módicos; o alqueira de 100 braças de frente por 50 de fundo (2.200 m<sup>2</sup>), de terras demarcadas e cobertas de matas vendia-se a 10\$000, e até menos em muitos lugares mais distantes.

O Tijuco Preto figurava como uma porta para o sertão de rio abaixo; distava 38 a 40 léguas de Bacaitava, a estação mais próxima na estrada de ferro Sorocabana; 25 léguas para a vila de Jaú; 30 léguas de Itapetininga; 12 léguas ao Rio Novo, 4 léguas à Freguesia de Fartura; 6 léguas à fôz do rio Itararé, limite da Província com a do Paraná.

Começamos a engajar gente, que aqui se nos apresenta mais animada do que em nenhuma outra parte do rio que percorremos.

Chegaram-nos à noite três índios do aldeamento do Piraju, que vieram a se empregar no serviço da nossa flotilha.

Uma boa aquisição, pois eram índios caiuás, habitantes do baixo Paranapanema que estamos explorando; serviriam de intérpretes, e de guias rio abaixo.

Não deixo a boa gente do Tijuco Preto, que tão gentilmente nos acolheu, sem prestar aqui os meus agradecimentos ao Cel. Mariano Leonel, que aqui nos abriu tôdas as portas e nos prestou todo o concurso de que necessitávamos nesse período da nossa viagem.

Não podemos esquecer tão pouco a pessoa do Vigário Pe. Pedro Gagini di Montaldo, que é um caso de particular destaque nessa vida do sertão.

O vigário do Tijuco Preto, sacedote italiano de notável cultura, vivia ignorado, esquecido no seio dos seus paroquianos. Vivia só. Não entretinha relações com pessoa alguma.

Pela manhã dizia a sua missa cedo, e logo após puchando um burrico pelo cabresto saía do arraial, entrava pelos baldios a colhêr gravetos, e a fazer lenha e feita carga, punha-lhe por cima uns cipós floridos, e regressava lento, chapéu desabado a cobrir-lhe o rosto afogueado, e descarregava a sua lenha e as suas parasitas em frente da sua porta. Viam-no fazer isso todos os dias e acabavam todos por achar aquilo uma esquisitice do Padre, coisa corriqueira por fim, que ninguém mais estranhava nos modos do Padre Gagini.

Ignorante, esquisito, retraído, incapaz de dizer duas palavras em público, eis como o julgava a gente do Tijuco Preto.

Mas o dia da nossa chegada foi para tôda essa gente um dia de festa e de surpresas.

No banquete que então nos ofereceram, e a que se sentavam à mesa como convivas os mais qualificados da terra, não devia



deixar de figurar o Vigário, o incompreendido e esquecido Padre Gagini.

Falaram ao dessert diversos oradores, saudando os engenheiros, emissários do progresso, mas o espanto de todos foi quando o Padre pediu a palavra, para expressar os seus sentimentos naquela ocasião.

Calaram-se todos e prestaram atenção, atenção que era mais curiosidade do que respeito, mais estupefação do que vontade de homenagear o orador.

Foi estupefação, sim, o que naquele momento produzia no ânimo dos ouvintes a palavra do Vigário que até ali ainda se não tinha feito ouvir.

Todos os dias, tínhamos a visita do Padre Gagini, que vinha se ajuntar a nós como se fôra um auxiliar técnico infalível.

Passava o dia inteiro, ao nosso lado, participando de tudo, de trabalhos, de nutrição, de folga, de transporte de carga, de tudo o que fazia a turma, no seu afanoso labutar de todos os dias.

Mas, um dia, ao cair da tarde, o Padre acabada a faina diária, disse-nos com voz pesarosa: Agora, meus bons amigos, adeus.

No Tijuco Prêto o rio Paranapanema tem o seu leito inteiramente obstruído, e de todo impraticável. É todo êle uma série de saltos e cachoeiras em tortuosíssimo percurso.

Do alto do Salto das Aranhas até a barra do ribeirão das Araras, o curso do rio se faz em 18.830 metros, acusando uma diferença total de nível de 34, 38 m. vencidos em três quedas ou saltos e muitas cachoeiras e corredeiras bravas.

O rio é aqui antes um grande reservatório de energia hidrelétrica do que um curso d'água a servir à navegação.

A 29 de junho deixamos o Tijuco Prêto e a 1 de julho estávamos empenhados em baldear cargas e embarcações, no Salto do Palmital, dos mais consideráveis dêste rio. O apertado dos matos e as rochas de grés metamorfoseadas pelo contado de diques de rocha eruptiva, fazem aqui uma garganta que o rio vence aos saltos, num tumultuar de águas medonho. Do ponto de vista geológico é trecho do vale mais violentamente perturbado pela ação telúrica que uma vez se manifestou nestas paragens.

Não há aqui pensar em navegação fluvial, mas captar energias que aqui as há em abundância, nesse imenso contorcer e despenhar de águas em borbotões.

Vencido o Palmital, o terceiro dos grandes obstáculos até aqui encontrados na nossa descida desde Itapetininga, examinamos a constituição geológica do solo. O grés que domina nesta parte alta do vale é aqui atravessado por diques de rochas porfíricas de um

vermelho de tijolo queimado, encerrando grandes cristais de feldspato, alguns ainda perfeitos em forma de amêndoas e outros decompostos, tomando côr esverdeada, ou formando pequenos nódulos brancos que se destacam inteiros ao choque do martelo, e se acumulam em grande quantidade no meio do cascalho.

Uma vez privada de cristais e dos nódulos, a rocha porfirítica toma o aspecto, de lava, cariada, esponjosa, imitando a pedra pomes, tantos são os crivos e lojas que ela apresenta.

Por vêzes, êsses cristais se mostram avermelhados como se foram granadas miúdas, outras vêzes são grandes geodos com cristais pequeninos da coloração das ametistas.

Tudo isso bem explica a convulsão telúrica que torturou essas paragens e enclausurou o rio, em leito contorcido, revôlto, de que só o libertará o trabalho lento, contínuo, incessante de séculos de erosão.

A 6 de julho chegamos ao alto da Corredeira do Mirante que por pouco ia se tornando por um simples êrro de manobra o túmulo da Comissão exploradora.

Vale a pena registrar o fato porque serve a ilustrar a natureza dos trabalhos que vínhamos realizando.

Aqui, ao descermos a penúltima cachoeira dêsse trecho, verificamos que havia canal praticável através de dois grandes penedos, que formavam como que um portão estreito, por onde as águas se encaminhavam com violência a ganharem lá em baixo uma ampla bacia, onde ferviam espumantes, em largos vórtices, mas desimpedido e sobremaneira profundo 20 a 25 m.

As barcas podiam descer sem ser preciso aliviar a carga. O cuidado estava todo no embocar-se o portão e tomar a fio a corrente para descer com ela.

Desceram assim canoas e a embarcação maior. Na bacia ampla, de um pitoresco encantador, cada canoa que nela penetrava, descida do portão e arrebatada entre espumas no remoinho das águas, era por nós outros, que nos postávamos na margem a assistirmos a impressionante e perigosa travessia, acolhida com aclamações e aplausos.

Era quase um deleite ver aquêlle deslizar dos barcos pelo lombo empolado das águas. Mas eis que a nossa barca, a *João Alfredo*, a em que viajamos, e em que instalaremos o aparelhamento técnico do nosso trabalho, surge no alto a embocar o portão. Na frente, dois proeiros índios de pé com as suas longas varas ferradas, olhos fixos no fio da corrente, prontos a acudirem ao menor desvio.

A âncora de ferro, atravessada à proa quedava-se sôbre um rolo de cabos negros. Atrás, também de pé na popa, a cabeça levantada a dominar o conjunto, Chico o pilôto guia cauteloso o barco para a entrada no portão.

Aproxima-lhe devagar... devagar... e enfim... o barco infla balouçante e começa rápido a deslizar;... mas, êrro de manobra ou mera fatalidade, ao passar choca-se-lhe a pôpa de encontro ao rochedo da direita e um estremeção cospe da proa os dois homens e a âncora também. Somem-se lá em baixo no vórtice espumarento os dois proeiros precipitados, que buscam, a braçadas, ganhar a margem e se salvarem do abismo. O barco, descido do alto, água abaixo, como uma seta despedida do arco, súbito, num movimento rotatório inexplicável, imprevisto, vira a proa para montante, mergulha-a uma e mais vêzes, recebendo água aos borbotões num sossobro iminente. Depois, como se uma força invisível lhe imprimisse um movimento de pêndulo, ei-la que tôda à direita, lentamente entre cachões espumantes, volta ao meio, segue à esquerda, repete uma e mais vêzes êsse trajeto temeroso, que já tínhamos previsto com o prelúdio do engolfamento no abismo, a perda total sem remédio.

Enquanto isso, gritávamos a não poder mais da margem para os tripulantes do barco, a que sem demora cortassem o cabo da âncora, pois era ela que a mais de 20 m. de profundidade, como verificamos depois, retinha o barco naquela angustiosa eminência de naufrágio.

A âncora que caíra nágua no momento em que os dois proeiros caíram, ninguém até ali dera por isso, e era ela a causa misteriosa de todo êsse drama que já epilógava pela morte.

Mas as nossas vozes não dominavam o bramir das águas encachoadas.

Gritos, acenos, tudo que podíamos imaginar pudesse ser percebido pela gente do barco e a reanimasse no esforço último de salvação, tudo fizemos, mas no barco ninguém nos entendia; não compreendiam os nossos sinais e os nossos gestos. Os dois índios proeiros que lograram salvar e a nado, não nos atendiam ao chamado. Postados na outra margem, silenciosos, imóveis, tristes, pareciam dominados por um terror misterioso, diante daquele quadro nunca visto.

Dir-se-ia que acreditavam na ação maléfica de uma Uiara, de um gênio das águas, agindo em tudo aquilo, contra a temeridade dos invasores dos seus domínios.

Rogos, dinheiro, o que lhes podíamos oferecer para os decidir a levar socorro ao barco, um bilhete ao engenheiro que estava a bordo, explicando-lhe os fatos, nada, nada aceitaram. Não se

atreviam a ir até aquêlê barco onde havia dentro uma Uiarangaba ou malefício das sereias.

No barco balouçante como um pêndulo fatídico da hora derradeira, os homens quedaram-se silenciosos, imóveis, esperando a morte eminente no fundo do abismo.

Não havia salvação; era uma fatalidade. Mas, eis que num gesto súbito, o piloto se levanta, saca do facão que trazia à cintura e golpeia rápido o pedaço do cabo da âncora que até ali ninguém descobrira, muito esticado na borda do barco. Livre da âncora, o barco ergueu-se como impellido do fundo do pego; a proa sobranceira, ao marulhar das espumas, começa a mover-se a princípio indecisa e depois num grande giro, lento e levado pela corrente ao escapar-se daquele pego fatídico.

Diante do imprevisto, conclamamos todos, exultantes daquele desenlace de salvação. A extensão do perigo medimo-la depois, quando a calma dos espíritos nos deixou ver claro naquele drama angustioso da bacia do Mirante, o que teria sido a perda daquele barco abismado nas águas naquele momento. Vidas, trabalhos realizados, instrumentos técnicos, notas, vitualhas, ferramentas, tudo se perderia num instante. A expedição voltaria destroçada, sem ter conseguido o seu objetivo.

Tal a grandeza do desastre. Deixamos êsse lugar no dia seguinte 7 de julho de 1886. Por pouco que o deixávamos marcado no nosso roteiro com uma cruz mortuária, a assinalar um irreparável desastre, mas não, a beleza da paisagem que o enquadra ditounos estas palavras que aqui transcrevo do nosso Diário de Viagem: A bacia do Mirante é um sítio pitoresco e verdadeiramente encantador, bacia larga, assás profunda, onde há 20 a 25 metros d'água em fundo de rocha...

A 9 de julho, descendo sempre cachoeiras e corredeiras, com marcha vagarosa que mal nos permitia fazer meia légua por dia, chegamos ao alto do Salto do Palmital, um dos mais sérios obstáculos à navegação dêste rio; salto com três quedas sucessivas, somando 10m,99 de diferenças de nível nessa extensão de 455 metros.

Abrimos picada pela margem direita, estiramo-lhes o percurso, com troncos de árvores; arrastamos as canoas e barcos sôbre esta via improvisada e íngreme, e em quatro dias tínhamos feito a baldeação completa, sem o mínimo incidente, feito as observações e estudos técnicos dêsse trecho obstruído e, tiradas as vistas do salto, ficamos em condições de prosseguir na faina interminável de descer cachoeiras.

A 14 partimos do Palmital, e passamos pela Ilha Grande; a 15 passamos a barra do Itararé, cujo curso subimos cêrca de dois quilômetros, até a primeira corredeira, rio largo e profundo, até ali.



Estamos atravessando uma região montanhosa, de morro de grês vermelho que atingem a 180 e 200 metros sôbre o nível do rio.

Tem-se a impressão de que o Paranapanema, nesse trecho, atravessa uma cadeia de montanhas de que se desprende a custo, entre gargantas, desfiladeiros e saltos, até ganhar terreno menos perturbado para baixo do Salto Grande, aonde chegamos a 19, depois de passar pela barra do Rio Pardo, que lhe entra pela direita.

No Salto Grande, onde há uma povoação que apenas começa, com uns 12 fogos, o rio apresenta uma queda d'água imponente, de um pitoresco impressionante de 6,50m., com uma ampla bacia a montante, onde se assenta a povoação. Terras magníficas pela sua feracidade, tôdas divididas e concedidas a particulares. Já não há terras devolutas nestas alturas, e a perspectiva do futuro que se lhe antevê, é a de que está aí o assento de uma grande cidade, pelos anos adiante.

A 25 passamos pelo rio das Cinzas, afluente da esquerda, e a viagem se efetuou por uma sucessão de corredeiras e baixios sem conta, em leito amplo de mais de 200 metros, às vêzes até 400 com profundidade apreciável sôbre os bancos de cascalho, pedras sôltas, e legeados extensos.

Navegar aqui foi arrastar embarcações sôbre um fundo pedregoso, que as águas cobrem sem ocultar de todo, sem profundidade que dê para uma canoa. Os homens saltam n'água, largam os remos e varas, agarram-se à borda da embarcação que vão impedindo devagar, passo a passo; suspendendo-a por vêzes, por falta de profundidade centenas e centenas de metros, quilômetros, até que se lhes depara leito mais viável, até que de súbito lhes falta o pé, pela profundidade maior ocorrente, e então lestos, galgam o bordo e se embarcam tomando varas ou remos, na doce esperança de rio bom. Mas os baixos chamam-nos de novo, a breve espaço, à água e ao navegar de arrastão sôbre as itaipavas.

As roupas molhadas, pegadas ao corpo tiritante, dava-lhes a todos êsse aspecto de desconsôlo, de canseira, de tédio que raro se animava ao menor sinal de fundo bastante, uma vez vencido o travessão, quando todos largavam à uma, para voltar aos seus lugares dentro do barco.

Descendo-se o Paranapanema, para baixo do Salto Grande, tem-se a impressão de que o rio descai agora pela encosta de uma montanha em sucessivas corredeiras em leito largo, horizonte aberto, pois que as montanhas se afastaram e mal se divisa um cabeço longínquo por sôbre a copa da mata marginal.

Chegamos a 28 de junho ao pôrto da fazenda das Anhumas, do Padre Fr. José Seródio, nosso conhecido do Tijuco Preto,



onde por contrato prévio devíamos encontrar o reabastecimento necessário para prosseguir com a exploração do rio.

Infelizmente não o encontramos. Não estava o Padre; não estava quem fizesse as suas vêzes e nos esperasse com os recursos necessários com que contávamos.

Não desanimamos com êsse contra-tempo; não perdemos tempo com esperar. A 30 cedo, seguimos rio abaixo e alcançamos a barra do Tibagi, às 10 horas da manhã e assentamos acampamento.

Tomamos aí a altura do sol para determinar a latitude da barra, sondamo-la, subimos o curso do Tibagi cêrca de 5, 1/2 quilômetros, sem alcançar-lhe a primeira corredeira; rio largo, com a mesma corpolência do Paranapanema, águas límpidas com seus tons azulados, profundos.

Partimos da barra do Tibagi pela manhã seguinte, Paranapanema abaixo, em rio largo de 300 a 400 metros, já agora mais desimpedido, mais profundo, duas cachoeiras distanciadas; as barrancas de 3 a 4 metros de altura, onde ocorrem pontas de rochas porfiríticas, de diabase, de afloramento dos travessões formadores das corredeiras, e das Capivaras do Laranjal e outras.

A 2 de agosto, alcançamos S. Inácio, ruínas de uma antiga missão dos Jesuítas Espanhóis do século 16, de que aliás não há senão reminiscências muito apagadas entre os selvagens destas paragens, que ainda lhe visitam destroçado laranjal que a mata abraçou e encobriu, como encobriu os montes de telhas quebradas, as vigas de madeiramento apodrecido, ocultas sob a erva daninha e agressiva, no sítio onde outrora foi a capela do efêmero aldeamento, que os Paulistas destruíram.

Em Santo Inácio não havia, como dissemos, senão ruínas e estas mesmo pereceram — atque ruinae perierunt.

Galgamos a encosta suave que do pôrto leva ao assento dessas ruínas, escondidas entre espinhos e ervas bravas. Onde outrora se ergeram altares, e ensaiaram preces ao Altíssimo, numa visão bendita de paz, de civilização nascente e de futuro melhor, a cobiça desregrada dos escravizadores de índios tudo arrasou e destruiu, não consentindo que as mesmas ruínas aí ficassem a assinalar um domínio de estranhos que tinha de desaparecer para sempre.

O sonhado domínio Jesuítico dos Guaranis do Paraguai, é sabido, estendeu-se até aqui, visando o oriente, águas acima, como no Ivaí, como nas províncias de Vera, de Craraciverá, até que o deteve o surto das bandeiras paulistas do século XVII.

O índio que escapou ao flagelo e não morreu na gleba do senhorio, ficou como dantes a vagar livre, nas suas selvas, águas do Paraná ou águas do Paraguai e fugiu do homem branco como quem foge da morte ou da ignomínia.

Esse índio esquivo, êsse resíduo de uma raça preste a extinguir-se encontramo-lo ali não obstante entre as ruínas do extinto aldeamento.

Aparecera ali com a família, umas cinco ou seis pessoas, entre mulheres e crianças, à busca de laranjas doces, que ali ainda se colhiam algumas poucas naquela estação.

Conseguimos chamá-los à fala. Os nossos caiuás, os da nossa comitiva, foram buscá-los no interior da mata e os trouxeram até o pôrto.

Eram parentes, falavam o cayuá, dialeto guarani e tínhamos interesse em colher-lhe o vocabulário.

Começou aí o nosso estudo dêsse idioma tupi-guarani, dos mais vastos entre os idiomas que dominam neste continente.

O grupo interessou-se sobremaneira. Era a primeira vez que eu via o índio bravo, o homem primitivo, saído das selvas, e que eu o examinava no seu aspecto físico, nas suas maneiras, no seu natural assustadiço e desconfiado, diante da gente civilizada.

O grupo selvagem desceu a colina, aproximando-se de nós, vagarosamente, passo a passo, como que receioso de qualquer golpe de surpresa, não obstante as garantias que lhes oferecíamos, e os presentes que lhes fizemos por intermédio dos nossos caiuás da comitiva.

Chegaram tímidos e desconfiados. As mulheres e meninos sentaram-se no chão em pequeno círculo, e os homens (dois) ficaram-se de pé, braços cruzados, sem encarar para pessoa alguma; olhando tudo à sorelfa.

Mandei servir-lhe o almôço, feijão, farinha, arroz, carne, e de tudo se serviram abundantemente, não recusando nenhuma vez, quanta comida o cozinheiro lhe deitava no prato.

A voracidade do selvagem não se desmentia. Deixaram de comer porque não consenti que lhes servissem mais comida alguma, receioso de que lhes fizesse mal aquêlê comer desmedido.

As mulheres, vencida a timidez da primeira hora, mostraram-se mais animadas.

Não eram bonitas; o corpo da cintura para baixo envolvido numa tanga, mostrava peitos e ombros emagrecidos. Os seios pendiam-lhes flácidos como dois sacos triangulares vãos; a pele sem frescor era como se estivesse polvilhada de cinza. Exceção única era uma rapariga de seus 15 a 16 anos presumíveis, de aspecto sadio e formas arredondadas, a que a mocidade beneficiava.

Metida num casaco de pano grosseiro com que algum viajante a presenteara, encurujava-se para um canto, como se tiritasse de frio, esquivando-se aos olhos perquiridores dos circunstantes.

As côres do rosto, se naturais, eram como o rouge decerto, cousa ainda desconhecida nessas paragens. Pés pequenos, chatos, mãos curtas e dedos curtos; olhos pequenos, vivos, bridados como os do japonês; o rosto redondo; maçãs salientes, testa baixa que os cabelos negros mal cortados na frente encobriam; lábios um tanto grossos; dentes curtos, fortes, em uma bôca sem expressão.

Não era decerto nenhuma reprodução da Lindóia do poeta.

Os Caiuás de que êsses que encontramos em S. Inácio são autênticos representantes, vivem derramados no vale do Paranapanema, para baixo do Salto Grande; vivem nas marginais dêste rio e raro atingem o campo, habitado pelos Chavantes, seus inimigos encarniçados, ou as matas serranas onde se refugiam os Caingans, também chamados Bugres.

O Caiuá, ramo tupi-guarari, é aqui o índio mais acessível, mais afeito ao contato do homem civilizado, e não raro contratado para as viagens fluviais neste alto Paraná, que êles percorrem de contínuo.

O Chavante é ao contrário índio negro e feio, e muito esquivo, vivendo no campo, refugiado nos capões de mato, donde sai a caçar queimando a grama e cercando a fogo a bicharia que êle mata a pau ao escapar das chamas envolventes.

Por isso, nessa região onde vivem os Chavantes é comum verem-se as colunas de fumo, num largo horizonte, assinalando as camandocaias dos selvagens.

O Bugre, ou Caingang é tido cá por estas paragens de baixo Paranapanema como o mais bravo e agressivo dos índios conhecidos.

Ladrão, audacioso, ronda o homem civilizado até colhê-lo de surpresa e lhe inflingir nas roças o castigo de sua intromissão nas terras do seu domínio.

Mata a quantos assim colhe de improviso, para que não fique testemunha do seu crime, nem indício algum que possa orientar a desforra do lado do branco.

Persegue o gado no campo a flechadas, ou tangendo-o para dentro dos banhados sangra-o fâcilmente uma vez atolado, e o esfola à beira d'água e o leva espostejado e destripado para os seus muquens.

Se se apoderam de um carro de bois, mortos o carreiro e guia para lhes tomar as armas e ferramentas, arrancam tôda a ferragem que podem, e para facilitar o trabalho queimam o veículo, reduzindo-o a cinzas. O ferro é o precioso metal que motiva tôda essa barbaria da parte desta gente.

Não gostam da roupa usada do branco por suspeita de se achar contaminada das bexigas, e lhes transmitir o mal que, uma vez comunicado, torna-se assolador, e de incrível virulência entre os selvagens.

Tecem os seus panos, como baixeiros largos, feitos da fibra de uma ruticácia que cresce nas suas matas e tecem com certa arte e pintam e tingem com as tintas cujo segrêdo conhecem.

Consegui possuir um baixeiro, digno de ser admirado pela matéria prima e pelo labor. O índio trá-lo de ordinário atado à cintura e o deixa cair até os pés, o que constitui um trajar de magnata, pois que nem todos o possuem e só os chefes mais respeitados, é que o trazem.

A língua Caiuá é o tupi, ou melhor o guarani, pois que se aproxima mais a êste do que àquele. Consegui colher-lhe o vocabulário, num trabalho paciente de muitos dias com os meus índios da comitiva, também Caiuás e verifiquei que se há alguma diferença dialetal é ela insignificante, imperceptível mesmo.

O guarani, falado no Paraguai, é um fato, estendeu-se outrora até essas paragens do baixo Paranapanema, e foi a língua dominante dos séculos XVI-XVII nesta parte do Brasil, até que as bandeiras paulistas expulsaram os Jesuítas de Guairá.

Deixamos a 3 de agosto as ruínas de S. Inácio ao nosso 47º pouso, a 75 quilômetros abaixo da foz do Tibagi; navegando em ri olargo, mas ainda um tanto encachoeirado, como na cachoeira da Serra do Diabo, do Tamanduá, e com mais três dias de viagem chegamos à foz do Paranapanema, no Paraná, no dia 6 pelas 5 horas da tarde, realizada assim a exploração da descida em 2 meses e 16 dias, feitas seis baldeações das embarcações por terra, nos saltos e cachoeiras grandes e inúmeras baldeações de carga nas passagens mais perigosas, onde se tornou indispensável aliviar os barcos e canoas, antes de arriscar a descida.

Uma salva de mosquetes anunciou então a nossa chegada ao grande Paraná, acordando os ecos das ilhas e alvos areais que se estendem inúmeros, ocultando de quem observa de uma margem, a outra margem, longínqua ao ocidente.

Percorremos 160 léguas em dois batelões e duas canoas, tripuladas por 18 homens. Éramos 21, ao todo, contando-se os engenheiros da Comissão.

O rio Paranapanema a êsse tempo, era ainda um rio deserto, mais da metade do seu curso. Até o Salto Grande havia moradores, e povoados.

Do Salto para baixo até o rio Tibagi havia algumas poucas fazendas de longe em longe, tôdas porém, afastadas do rio, uma meia légua, para dentro da mata marginal. Da barra do Tibagi



para baixo era o deserto sertão dominado pelo índio, onde o último cristão na fronteira dos selvagens, do lado paulista, era o Nantes o desbravador mais avançado dessas paragens.

Do ponto de vista da navegabilidade o Paranapanema é em última análise um rio ruim, tradução muito apropriada do seu nome indígena.

Nas cheias, pode êle ser utilizado para transporte por barcos, desde a foz até o Salto Grande. Daí para cima, nem as cheias a navegação oferece vantagens para o tráfego. Os grandes saltos e as cachoeiras multiplicadas o inutilizam totalmente.

Entretanto é êle um potencial de enorme alcance, uma vez captadas as forças hidráulicas de que são capazes as suas águas volumosas e despenhadas.

A indústria fabril tem assim neste rio, médio e alto Paranapanema, os elementos de força de um futuro promissor, nesta parte do Brasil, que tanto se recomenda pela feracidade do seu solo e pela amenidade do seu clima.

### *A VOLTA (10 DE AGOSTO DE 1886)*

Subimos o Paranapanema à vara. Era o único recurso, e subir rio à vara, rio correntoso todos sabem, é caminhar a passo curto, num ambiente de tédio, que tira ao viajante até o dom da palavra.

Dentro do barco, o som ritmado das varas ferradas no fundo da corrente, apenas rompe o silêncio, raro interrompido. Dentro do barco, que pelo mais próximo da margem rompe a corrente por entre gramíneas e ervas que emergem verdejantes, o som metálico das pontas das varas em choque ritmado, contra o cascalho do fundo, só êle interrompe o silêncio obsidente do pessoal em retirada.

Horas e horas se escoam nesse labor de uma monotonia asfíxiante, excedida pela ânsia de chegar.

Os episódios mesmo raream. Tudo foge nesses momentos de angústia e expectativa ansiosa.

Os peixes sumiram-se como que por encanto. Não pegam mais nos anzóis.

As aves nos barreiros, as jacutingas tão abundantes na descida, sumiram-se de todo. Parece que alguém as afugenta de propósito na nossa volta.

As canoas que expedíamos na frente, muito cedo, pela madrugada, antes do amanhecer, para caçarem nos barreiros, e nos suprirem de caça, pois os mantimentos já nos escasseiam, quedavam-se inertes, vítimas de impressionante caiporismo.



Não encontravam viva alma nos barreiros! Que teria havido para uma mudança tão radical em tão poucos dias? O índio teria agido nisto contra nós? Teria êle afugentado a caça para nos cortar os recursos e nos perder?

O caso é que se nos deparava um sertão vazio; um papagaio, sequer uma jacutinga; um dourado não nos picava o anzol.

Estaria acaso alguma anhangaba reinante entre nós?

Foi assim que chegamos ao primeiro morador cristão, no pôrto do Batalha, Francisco de Paula Ribeiro Batalha, onde o encanto de penúrias desapareceu de vez.

O Dr. Oliveira, ilustre geólogo nosso colega da expedição, silencioso, abstêmio recusando todo e qualquer alimento durante êsses tristes dias do regresso, deliberou por fim a tantas privações com um verdadeiro banquete, que êle milagrosamente improvisou.

Caminhou légua, encontrou gente, colheu mantimentos, colheu hortaliças delicadas, finas, aves, galinhas, patos e carneiro.

Quando de volta, entrou no abarracamento, silencioso, com um ar de quem dá e não pede, era outro homem.

Uma transformação radical e sadia se lhe notava no semblante e no organismo, vencedor, triunfante daquela mesquinhez diabólica do deserto.

E silencioso, sem contar o que fizera para conseguir tanto, entregava o que tinha colhido nos arredores, para o nosso jantar de esfomeados, e como se fôra um maître d'hotel consumado, deu-nos verdadeiro banquete, em desforra de tantos dias à ração, e para êle especialmente de tanto tempo a forçado jejum.

Tempos depois abordei o amigo para lhe ouvir a explicação daquele milagre, pois êle de fato ressuscitava naquele dia do banquete da barra do Jaguaretê.

Não soube dar-me a explicação do milagre.

Êle mesmo não lhe sabia porque. Viajara, dias seguidos, sem se queixar, sentado a borda da embarcação, fechado consigo mesmo, num silêncio mórbido que todos respeitávamos, como se respeitasse a doente a quem se não tem como dar nenhum alívio a seus males. O fumar, até o fumar, hábito seu inveterado, nem isso mesmo já o seduzira agora, pois que até o fumo lhe sabia mal ao paladar.

Seria acaso uma febre larvada, oriunda do veneno misterioso das águas dos grandes rios? Ou um caso de hipertesia do estômago, verdadeiro proteu que ninguém ainda definiu?

Ninguém soube o que foi; mas deveras o colega curou-se ao entrarmos novamente na zona civilizada, até onde ela se estende nesses sertões.

Na fazenda das Anhumas, deixamos o rio e tomamos o caminho que pelo campo nos levaria a S. Paulo. Tínhamos que atravessar em largura de três para quatro léguas a mata marginal, mata virgem, com grossos troncos de perova atravessados no caminho, impedindo o trânsito e obrigando-nos o corte a machado para o carro de bois, que nos conduzia a bagagem, pudesse prosseguir aos trancos e barrancos, vagarosamente, monòtonamente, rangindo nos seus cocões encebados, enquanto que nós, engenheiros e homens de serviço, machados e foices ao ombro, seguíamos a pé pachorrenatamente, silenciosos através daquele deserto úmido e sombrio.

Ao entardecer, no meio da mata, paramos a marcha. mas ainda com tempo para conduzirmos as juntas de bois até a primeira fazenda, onde o gado podia passar a noite em pasto fechado.

Junto do carro, acendeu-se o fogo, para iluminar o ambiente escuro, mais escuro ainda porque a mata espessa não nos consentia sequer o beneficio da luz mortiça das estrêlas.

O pessoal seguiu todo acompanhamento ao carreiro e o seu gado, e eu fiquei só, sem perceber a princípio o meu isolamento completo.

À luz da fogueira, só o crepitar das chamas da taquara sêca, e dos bambus que alimentavam o fogo, é que quebrava o silêncio naquele ambiente cheio de mistérios, onde a imaginação do homem que se sente isolado, e único naquelas redondezas, trás arrepios, e lhe faz ouvir, ao estalar de um galho sêco para além da clari-dade, o passo da fera que se aproxima cautelosa, ou a vizinhança do selvagem habitador dessas paragens que nos espreita do escuro, antes de nos assaltar, facape em punho.

Tudo isso em verdade surge na imaginação de quem se sente na iminência do perigo, e nós de fato estávamos e estivemos por mais de três horas nessa triste conjectura, até que nossos homens fôssem e tornassem de regresso ao lugar em que nos havia abandonado.

No dia seguinte, cedo, estávamos, com as juntas atreladas ao carro e caminhávamos para o Nantes, o primeiro sitiante a borda do Campo, aonde chegamos antes do sol pôsto.

Oh! o campo e o seu largo horizonte como convidam a alçar o vôo da imaginação para o Infinito! O contraste é estupendo.

A mata donde saíamos nos afoga o espírito no mistério; a campina larga e iluminada para onde entrávamos, acena-nos com a amplidão, e nos bafêja com auras de liberdade.

Bendito sejas tu, oh! Deus onipotente que fizeste a mata com os seus mistérios escondidos e a campina risonha, que se abre para tôda a parte, para todos, para o céu, para as estrêlas, onde ela lhes vai morrer aos pés lá longe, na linha do horizonte.

# VALE DO PARANAPANEMA, SEGUNDO A COMISSÃO GEOGRÁFICA DE 1886

## Topografia

A área total do Vale do Paranapanema é de cêrca de 109.000 quilômetros quadrados, de que pròximamente a quarta parte ou 27.400 quilômetros pertencem a São Paulo. (1)

Desde as cabeceiras do rio até a foz do Itararé, São Paulo occupa as duas margens do rio, possui, por conseguinte, parte superior do vale.

Do Itararé para baixo, São Paulo tem a margem direita ou do norte e o Paraná a margem do Sul.

Cêrca da metade dêste território consiste em campos, a porção média, adjacente ao curso do rio e abrangendo a zona mais baixa dos principais afluentes é a região da mata; a cordilheira marítima nas cabeceiras, a serra do Espírito Santo, a da Fartura, a de Botucatu, a dos Agudos, e todo o espigão divisor dos vales do Paranapanema e Tietê são as terras altas.

A altura média do vale é de 600 metros pròximamente acima do mar.

A parte mais baixa apresentada pelo curso do rio desce na foz à altitude de 258 metros enquanto que a região mais elevada das vertentes ascende a mais de 1.000 metros, no Botucatu sobe a 850, na Fartura 880, na serra dos Agudos, muito provàvelmente a 750 metros.

As áreas entre as diversas curvas de nível, distanciadas de 200 metros dentro do território paulista assim se reparte pròximamente:

	kil. quad.
De 250 m. a 450 m. ....	8.400
De 450 m. a 650 m. ....	12.000
De 650 m. a 850 m. ....	7.000
Total .....	<u>27.400</u>

Os terrenos acima de 650 metros de altitude formam quatro grandes massas dentro do vale: as serras da cordilheira marítima, o espigão divisor entre Itapetininga e Botucatu compreende a serra do Espírito Santo, a serra da Fartura e a dos Agudos.

A curva de 450 metros de altitude envolve quase totalmente a zona da mata, a de 650 assinala, com pouca diferença o limite

(1) Êstes dados baseiam-se na carta geral do Império do Brasil, publicada pelo Ministro da Agricultura em 1883.

dos campos, ficando para cima desta linha a zona montanhosa, coberta de mata e apropriada à cultura do cafeeiro.

A inclinação geral do vale é a O.N.O., assim como a dos campos, os quais formam uma planície ondeada, constituindo lombadas entre si separadas por vales curtos e um tanto fundos.

O caráter geral da região é o da vasta planície que os acidentes locais pouco modificam.

Os sulcos aí abertos pelos rios, às vezes a 200 metros em nível inferior, é que fazem aparecer algum relêvo; a não ser isso, toda região acusa um aspecto igual e monótono.

Fazem o enxugo ou drenagem dêste território além do Paranapanema e do Tibagi, que são as duas artérias principais: os rios Itapetininga, Guareí, Santo Inácio; Pardo e seu afluente Turvo, o Rio Novo de Campos Novos, o Pari, Capivara, Jagaretê, Laranja Doce, Anhumas e outros pela margem direita; pela esquerda entram o Apiaí, o das Posses, Taquari, Itararé, Cinzas, Santo Inácio de baixo e o Pirapó.

Êstes afluentes descem todos das regiões mais altas, acima de 650 metros de altitude, com exceção talvez dos dois últimos, atravessam a região dos campos e penetram na zona da mata a desembocar no Paranapanema.

O tributo de suas águas é perene, nenhum seca durante os calores do verão.

Os rios Itapetininga, Apiaí, Taquari, Itararé fazem própria-mente a drenagem dos campos na parte superior do vale.

O rio Pardo, o mais importante dos afluentes da direita, tem também um vale aberto em campos e constitui por si só a zona mais larga desta região de planícies.

Salvo as restingas de mato ao longo das margens, quase todo o território drenado por êstes rios é uma extensa campina.

O vale do rio Pardo com o seu afluente Turvo, aberto de leste a oeste, é, por sua posição que o torna preferido para as comunicações do vale do Tietê com o baixo-Paranapanema, uma das regiões mais importantes.

Nasce o Pardo em altitude próximamente de 850 metros, poucos quilômetros para sudoeste da cidade de Botucatu, corre para o poente, banha as cidades de Santa Bárbara e Santa Cruz e desemboca no Paranapanema pouco acima do Salto Grande, tendo recebido como seu mais considerável afluente o mencionado Turvo que desce, por um vale apertado, dos campos vizinhos da povoação de S. Domingos.



O Turvo rega excelentes terras de cultura bem como o seu afluente S. João que já trás as águas do S. Pedro, vindo ambos das terras altas dos Agudos, situadas ao norte.

Recebe ainda o Pardo o tributo do Santa Inês, do Turvinho e do Capivara que colecionam águas da vertente sul do espigão de 750 metros de altitude que separa aí os vales do Tietê e Paranapanema.

O rio Pardo desde 426 metros em cêrca de 175 quilômetros de curso direto, isto é, não se levando em conta a muita sinuosidade natural, o que lhe trás uma declividade média de 2,4 mts. por quilômetro.

O Turvo tem leito ainda mais íngreme, desce 304 metros em perto de 100 quilômetros de curso direto, ou 3,04 mts. por quilômetro.

Admitindo como provável um desenvolvimento de 100% para o curso sinuoso dêstes rios, teríamos ainda assim o Pardo com uma declividade de 1,2 mts. por quilômetro e o Turvo com 1,5 mts., declividade ainda considerável para rios que como o Pardo tem uma descarga de 30 metros cúbicos d'água por segundo no tempo da sêca.

No território paulista da margem norte, sertão há pouco desbravado, os rios Novo, Pari com os seus dois galhos principais: o dos Veados e o Pirapitininga, o Capivara e os seus afluentes S. Mateus e Capivari, o Jaguaretê, etc. . . , que descem do espigão alto dos Agudos, são cursos d'água de leito muito íngreme, a julgarmos pelas cotas de altitude das suas embocaduras e de pontos do seu leito onde são cortados pela estrada geral do sertão.

Calculando por distâncias diretas o rio Novo desde 6 metros por quilômetro, o Pari 4,9 mts. o Capivara 3 mts., e o Jaguaretê, 1,1 mts.

Na margem do sul os tributários, dentro do território paulista, têm curso mais estreito ou melhor mais extenso e as declividades do leito são, por isso mesmo, mais moderadas: o Itararé, cujo volume se mede por 42 metros cúbicos d'água por segundo, desce 73 metros desde as vizinhanças de São João Batista do Rio Verde até a barra com uma declividade de 1 metro por quilômetro em um curso computado em 72 quilômetros entre aquêles pontos; o Rio Verde, um dos maiores afluentes do Itararé pela margem direita, num intervalo de 52 quilômetros entre o ponto em que o corta a estrada da Faxina a S. Pedro de Itararé e a vila de S. João Batista desce 200 metros, ou 3,8 mts. por quilômetro.

O Taquari tem mais brando declive, pouco mais de metro por quilômetro no trecho entre a Faxina e a barra do Paranapanema.



O Apiaí cujo volume é de 16 metros cúbicos de água por segundo, no tempo da vasante, cai 1,5 mts. por quilômetro.

O mesmo Paranapanema acima da confluência do Itapetininga tem uma queda de 0,6 mts. por quilômetro.

O rio Itapetininga 0,74 mts. sem se considerar o desenvolvimento que lhe dá a muita sinuosidade.

Dêste fato resulta que o vale do Paranapanema na parte sul tem um pendor muito mais brando que o da região ao norte, onde as terras altas apertam o vale e o reduzem a uma estreita nesga com inclinação três vezes mais forte. (1)

### *DISTRIBUIÇÃO DAS TERRAS SEGUNDO A CAPACIDADE AGRÍCOLA*

Segundo estimativa nossa, tem São Paulo, no vale do Paranapanema, um território representado por 27.400 quilômetros quadrados.

Em três grandes regiões ou zonas se pode dividir êste território, a região da mata, a dos campos e o das terras altas ou acima de 650 mts. de altitude.

A zona da mata propriamente dita, representando cêrca de 30% na parte paulista, mas na realidade mais extensa, considerando o vale inteiro, começa nas proximidades da barra do Itararé e estende-se rio abaixo até o Paraná, fazendo três reentrâncias ao penetrar nos vales do rio Pardo, das Cinzas e do Tibagi. Esta zona com a largura média de 30 quilômetros, quer pela qualidade do solo, pela mor parte, terra roxa, proveniente da decomposição de rochas eruptivas básicas (diabases e augito-pofiritas vulgo pedras de ferro), quer pela presença de copioso úmus, é, sem dúvida, das melhores para a lavoura em geral.

Entretanto a sua fraca altitude, 450 metros no máximo, com poucas exceções, fá-la antes apropriada à cultura de mantimentos do que à remuneradora plantação do cafeeiro..

As terras do Salto Grande, as mais conhecidas desta região da mata, notáveis pela excelência de sua terra roxa, se ressentem dêste defeito de altitude (384 metros, junto do rio); as do Jacarêzinho, no vale dêste pequeno afluente do rio das Cinzas, em território paranaense, idênticas as do Salto na qualidade do solo, estão ainda

---

(1) Boletim da Comissão Geográfica e Geológica do Est. S. Paulo, nº 4; Considerações Geográficas e Econômicas sobre o Vale do Rio Paranapanema; S. Paulo; Leroy King Book-Walter. Tipografia King, 1890, pag. 5.

dentro da zona da mata, e, conquanto mais altas que as do Salto, não atingem todavia a 600 metros de altitude.

Ao longo do rio em ambas as margens o solo é riquíssimo, a rocha originária da tão afamada terra roxa emerge a cada instante no leito do rio e nos terrenos vizinhos.

A mata virgem oferece aos conhecedores da boa terra os indícios mais inconcussos da sua superioridade: a figueira branca com as raízes colossais, o pau d'alho, a peroba com grossos troncos linheiros, a cabreúva, o cedro, a chumbuva, guaraitá, o jataí, jacarandá são aí árvores gigantescas.

Enorme variedade de cipós ou plantas sarmentosas faz através da mata uma rede impenetrável.

Grande abundância de orquídeas e de bromélias cobrem os troncos envelhecidos, enquanto a massa espessa da folhagem se levantam esbeltas e lindíssimas palmeiras de que também há aqui grande variedade.

As terras vizinhas do rio das Cinzas, as que ficam fronteiras à barra do Pari, as da fazenda das Anhumas, pouco acima do Tibagi, as da Água Boa, as do Batalha, perto da barra do Jagaretê, são manchas de um terreno melhor em um todo ordinariamente bom como é o solo da zona da mata.

Subindo o Paranapanema para além da boca do Itararé, se deixamos a zona da mata propriamente dita como não-lo assinala a curva limite da altitude e penetramos numa região mais elevada e montanhosa, todavia as encostas matreadas dos morros vizinhos nos indicam que estamos ainda numa zona florestal, que, se mais estreita é embora, não é menos rica nas qualidades do solo nem na variedade dos produtos naturais. Assim é toda a porção mais baixa do vale entre o Itararé e S. Sebastião do Tijuco Preto.

Neste último ponto principalmente há uma larga mancha de terra roxa, da melhor espécie, que, sem dúvida, deu lugar ao nascimento da povoação e será por muito tempo ainda a causa principal de sua prosperidade.

Está-se aí na altitude de 500 metros, ao nível do rio; mas nos morros vizinhos ascende-se a 700 metros e pouco mais.

Acima de S. Sebastião as manchas do terreno melhor são mais espaçadas, e um solo frouxo e areento alterna com o proveniente da decomposição da rocha eruptiva.

No vale do rio Pardo a zona da mata penetra, formando reen-trância até as vizinhanças da vila de Santa Cruz; o terreno aí, segundo sou informado, é ainda de boa qualidade, alternando as faixas da terra roxa com as de terra argilo-arenosa, que na região mais alta dêste vale constitui a totalidade do solo.

No vale do Turvo bem como no do seu afluente, S. João, também são da melhor espécie as terras aí compreendidas na zona a que nos temos referido, e por isso mesmo o aproveitamento do território é em maior escala como nō-lo atestam numerosos e prósperos estabelecimentos agrícolas à margem dēstes rios.

Para uma proveitosa e variada lavoura a zona da mata oferece a todos o necessário requisito: solo fértil, pela mor parte intacto, o relêvo das terras sem bruscas desigualdades, antes mais nivelado que íngreme, uma temperatura branda e umidade em grau conveniente.

Não creio que o café possa aí produzir com vantagem visto a insuficiência da altitude; mas os legumes, o arroz, o milho, a mandioca, o fumo, o algodão, a cana de açúcar e até a vinha vem com bastante proveito.

A grande lavoura de S. Paulo desdenha em geral as terras baixas, porque o café aí não vinga ou não produz na mesma proporção da zona do Oeste.

Grande êrro êsse de uma lavoura que só conhece uma cultura única, e que além dos riscos a que deve estar sujeita por qualquer moléstia superveniente ao café, está na inteira dependência da importação de produtos forasteiros quando o solo natal os pode ter melhores e talvez com menor dispêndio e esforço. Entretanto, uma lavoura nunca é verdadeiramente grande senão quando multiplica os seus produtos, adaptando-se ao solo e ao meio. (1)

## OS CAMPOS

A zona dos campos, já o dissemos, abrange cêrca de metade da área total do vale. Entre a mata ribeirinha de que há pouco tratamos e as terras altas, onde também a mata prevalece, isto é, entre 450 metros de altitude na linha mais baixa e pròximamente 650 e mesmo 700, como limite mais elevado, os campos formam uma vasta planície apenas interrompida pelas faixas estreitas da mata que assinalam o curso de um afluente ou pelos capões, mais ou menos densos que coroam os espigões mais elevados.

Cêrca de 12.000 quilômetros quadrados dentro do vale, na parte paulista, são terrenos de campo.

O caráter dēstes campos, conquanto monótono no aspecto geral, mostra gradações e diferenças bem notáveis; diferenças aliás devidas à natureza do solo.

---

(1) Ibidem, pág. 12.

Por isso dividimos êsses campos em duas categorias: os campos de solo arenoso ou argilo-arenoso e os campos de solo eminentemente argiloso.

Os primeiros são quase sempre de vegetação mais variada, deixando de ser exclusivamente de gramíneas, para mostrar uma variedade de tipos e espécies vegetais, aliás característicos.

Êstes são os denominados campos sujos ou cerrados.

A mor parte, ou quase totalidade dos campos entre o rio Jaguarê e a Vila de Campos Novos é dêste caráter; e segundo informações que temos êstes campos vão ainda com o mesmo aspecto para além do Jaguarê, passam o Laranja Doce, atingem provavelmente à Serra do Diabo e seguem até a orla da mata que margeia o grande Paraná.

Como êstes campos têm mais variada vegetação, pastagens naturais abundantes com aguada suficiente, a criação do gado tem aí vasto teatro para se desenvolver como já o faz com o melhor sucesso.

Os campos de Jaguarê, do Capivari e do S. Mateus, os do Sapê, os extensos campos do Cervo, que descem pelo vale do Capivara, os do Pirapitininga e Taquaral são todos do mesmo caráter.

Nas margens do ribeirão dos Veados que vem dos Agudos, e nas do Ceremônia que vem do mesmo lado, há campos um pouco mais limpos; mas ainda aí não aparece o verdadeiro caráter do campo do solo argiloso, onde as gramíneas prevalecem e onde o capim mimoso ou o vulgarmente chamado barba de bode constitui vegetação quase exclusiva.

Passado o espigão entre Campos Novos e S. Pedro, que é quase todo coberto de mata, passado ainda o rio Turvo, que é uma mancha de terreno diverso, começa-se de novo a atravessar campo já três léguas para leste do Espírito Santo na estrada que vai a Botucatu.

A altitude é já então entre 600 e 700 metros, os campos, a princípio, sujos vão depois alternando com outros de aspecto mais aprazível, onde a vegetação arborecente desaparece e a planície igual ou muito pouco ondeada abrange largo horizonte.

Conquanto em terreno arenoso e frouxo os campos da Figueira e do Estiva, os do Capivara, Turvinho e do Pulador, são belos campos de maior extensão; os do Turvinho, sobretudo, afetam lindíssima paisagem.

Entre as nascentes do Pulador e o ribeirão do bosque, por sôbre o espigão divisor com altitude de 720 metros, abre-se vas-



tíssimo campo em solo argilo-arenoso, mas sem desigualdades, por onde a vista se estende por mais de duas léguas ao longe.

Bastos capões com vegetação mais corpulenta aparecem de um e de outro lado destes campos cobrindo as fontes de alguns afluentes, que, ao norte, buscam o Tietê e ao sul descem para o rio Pardo.

Até descer o espigão, já perto da Aparecida, nem a qualidade do solo, nem o caráter do campo muda completamente; em alguns lugares, porém, os cerrados reaparecem.

Grande parte do vale superior do rio Pardo é aberto em campo, e êste com o aspecto dos cerrados.

Salvo a estreita orla de mato que acompanha o rio e onde a denudação deixou a descoberto diques de rocha eruptiva, como os augito-perfiritos, diabases e amidalóides, todo o mais território é de natureza argilo-arenosa onde prevalecem os cerradões ou campos sujos.

Entre o Botucatu e o Rio Novo, cruzando o rio Pardo, é êste o aspecto da região, também é êste o caráter da maior parte do território para o noroeste em direção à Santa Bárbara e para o sueste buscando-os pequenos vales dos Veados e do Santo Inácio.

Passando o Paranapanema para a margem esquerda e deixando a zona ribeirinha que tem vegetação mais corpulenta, encontramos ainda os mesmos campos e com o mesmo caráter.

Entre o Taquari e o Apiaí o território é todo aberto em campo formando extensos taboleiros, com vegetação apenas diferente nos sítios mais baixos, perto d'água ou dos banhados.

Em geral tôda a região entre Faxina ou mais além até a fronteira do Paraná Capão Bonito e Itapetininga é uma e a mesma extensíssima campina que o Paranapanema e os seus afluentes retalham mais ou menos profundamente.

Apenas nestes vales estreitos uma vegetação melhor desponta, indicando ao longe o curso das águas através das vargens.

Entretanto a região não tem aspecto monótono e fatigante.

Os campos mostram variada e aprazível paisagem; os capões caprichosamente arredondados e com vegetação mais espessa, já no meio das coxilhas que se bombeiam suaves entre grotas providas de boa aguada, já nas baixadas úmidas dos pequenos vales, fazem agradável contraste com o campo inteiramente limpo, com a grama rasteira e unida, do seio da qual despontam, de quando em vez, os tons róseos e vivos da flor da jalapa.

Os campos de Itapetininga são particularmente belos, a cidade mesmo parece surgir no vasto horizonte das campinas como de um jardim natural do mais surpreendente efeito.



Já aqui estamos a 647 metros sôbre o mar, e prosseguindo para sudoeste até a fronteira Paranaense a altitude pouco difere: 702 no Capão Bonito, 650 na Faxina, 692 no Itararé.

Os campos, como acabamos de ver, ocupam a maior área dentro do vale, serão acaso hoje e sempre um vastíssimo território apenas utilizável pela indústria pecuária?

Eis a questão que os entendidos ainda não resolveram.

A lavoura, por ventura, poderá contar com os terrenos campestres como uma reserva do futuro?

Creio que sim. O fato de um terreno não produzir naturalmente senão uma gramínea áspera, ou uma palmeira anã, ou um arbusto atrofiado e retorcido não depõe de modo algum quanto à sua capacidade agrícola, pode sim revelar-lhe a pouca aptidão natural, mas a total imprestabilidade é que não.

Os campos são na realidade reservas do futuro, serão um dia o teatro de uma lavoura mais inteligente e racional, quando o coeficiente da população relativa deixar de ser uma fração para se tornar o representativo de muitas dezenas de entes humanos por quilômetros quadrados do nosso território.

Então os campos que representam tantos mil quilômetros de terras abertas e desimpedidas, com superfície igual ou quase nivelada, com uma temperatura branda e clima saudável, serão de fato, como solo eminentemente arável, o teatro de uma poderosa cultura intensiva.

A irrigação será talvez necessária em algumas paragens, mas ainda aí os campos do sul se acham nas mais favoráveis condições.

Alguns dos numerosos afluentes do Paranapanema, poderão ser então represados e as águas armazenadas e levantadas, distribuídas pelos processos mais adequados ao beneficiamento do solo.

O emprêgo dos poços artesianos nas regiões mais elevadas, onde a água não abunda na superfície, como tantas vêzes sucede nestas paragens, teria também todo cabimento.

O solo dos campos, como dissemos, ou é constituído por xistos argilosos ou por camadas de grés aqui e ali atravessadas por diques de rochas eruptivas, em qualquer destes terrenos a perfuração de um poço artesiano seria não só uma operação fácil, por haver água abundante à pequena profundidade nas camadas destas rochas sedimentares, como seria operação mais econômica do que a construção de um açude de mediana capacidade.

O roteamento do solo dos campos em qualquer altura, se tornaria assim não só praticável como seria operação de incalculável vantagem para a pequena lavoura.

Não é só nos campos do sul que os poços artesianos teriam adequada aplicação, na mesma região mais central do Estado, onde há larga superfície de campo no perímetro das grandes fazendas de café, o aproveitamento destes terrenos, convertidos em pastagens mais substanciais, pelo processo da irrigação com poços artesianos seria coisa digna de cogitação da parte dos interessados. (1)

### AS TERRAS ALTAS

As terras a que, no vale do Paranapanema, denominamos altas, ascendem a mais de 650 metros sôbre o mar.

A curva que ligasse por um traço contínuo os pontos cotados com aquela mesma altitude, partindo das serranias que limitam o vale pelo lado do mar e seguisse a noroeste pela região média entre os rios Tietê e Paranapanema, fazendo várias sinuosidades para abranger os mais elevados espigões entre os vales secundários dos afluentes dêste último rio, envolvendo aqui a cidade de Itapetininga, buscando adiante as cabeceiras do rio Guareí, tendo antes compreendido a serra do Espírito Santo ou do Palmital, rodeiando a vila do rio Novo, cortando o vale do Rio Pardo acima de Santa Bárbara, e depois internando-se pelo vale do Turvo procurasse, muito sinuosamente, contornar os espigões adjacentes a êste vale e aquêles intermédios aos rios S. João, São Pedro, Rio Novo, de Campos Novos, Pari, Capivara, etc. perdendo-se já em sertão desconhecido, teria, neste irregular trajeto, deixando de um lado, à direita, as terras altas do divisor dos dois vales do Tietê e Paranapanema, com os nomes locais de Capão Alto, Serra do Palmital, Bofete, Botucatu e serra dos Agudos, e à esquerda a região mais baixa, a que denominamos a zona dos campos.

Do outro lado do Paranapanema, as terras altas da Fartura e de S. João Batista do Rio Verde são como ilhas no meio da vasta planície dos campos.

O caráter das terras adjacentes ao divisor dos dois vales é o mesmo da serra de Botucatu, que pode servir de tipo a estas terras elevadas; mas o que é propriamente do vale do Paranapanema e mais atenção desperta aos entendidos na lavoura do café são as três regiões conhecidas por Serra do Espírito Santo ou do Palmital, a da Fartura e os Agudos, de que passamos a fazer rápida descrição, servindo-nos, quanto às duas primeiras, de umas notas fornecidas pelo geólogo Gonzaga de Campos, que as visitou.

---

(1) Ibidem, pág. 14.

A serra do Espírito Santo é um alto espigão de 883 metros de altitude máxima, levantado entre os rios Itapetininga e Guareí à direita do Paranapanema.

A vila do Espírito Santo do Ribeirão Grande, na vertente norte desta serra, que corre de nordeste a sudoeste, é o centro de população e de atividade mais próximo.

No meio dos xistos, de que se constitui tôda a região circunjacente, levantam-se possantes camadas de grés, de cuja desagregação provém o solo arenoso que se vê no alto do espigão, aparecendo logo após, em nível um pouco mais baixo, a mancha da terra roxa que parece afetar aí uma possança de 90 metros.

É esta mancha de terra roxa a sede da melhor lavoura de café do município do Ribeirão Grande, aliás pequena, porquanto a extensão de território aproveitável não pode ser muito considerável.

Admitindo que a faixa da terra roxa tenha aí o mesmo comprimento de tôda a serra, cêrca de 30 quilômetros, por 3 a 4 de largo, teríamos em média 105 quilômetros quadrados ou 10.500 hectares (4.338 alqueires) como território disponível e apropriado àquela lavoura.

A serra da Fartura, distante 24 léguas de Botucatu, é uma mancha maior e mais importante.

A sua constituição geológica é idêntica à da serra do Espírito Santo. As terras têm o mesmo caráter: possantes camadas de grés, expostas em altos paredões na meia encosta dos morros, os xistos argilosos no fundo dos vales, e atravessando a massa geral das rochas sedimentares largos diques de rochas eruptivas, como o diabase, o porfirito e amigdalóides.

Daí o solo variado desta zona mais alta, intermédia aos rios Taquari e Itararé, ora arenoso e fraco, onde os campos com o aspecto de cerrados predominam, ora a terra vermelha que provém dos xistos, ou mais freqüentemente das mencionadas rochas eruptivas.

Vigorosas matas, testemunhando um solo de primeira qualidade, cobrem então estas manchas de terra roxa.

Quem vai de Santo Antônio da Boa Vista ou dos Carrapatos para a freguesia da Fartura, cortando o grande número de córregos que descem para o Paranapanema ao norte, vê sucessivamente e por curtos intervalos se sucederem os campos de areia e as matas por espaço de muitos quilômetros; mas, transpondo

a serra para ganhar o vale do Itararé, os retalhos arenosos se tornam mais raros e a boa terra forma um todo mais uniforme.

Da Fartura até as margens do Itararé ainda o solo é excelente, como quase todo aquêle nas 4 léguas que vão a S. Sebastião do Tijuco Preto.

Difícil é de dizer-se qual a área total desta boa terra da Fartura, uma simples estimativa, baseada no maior comprimento da serra e na sua média largura, nos daria 134 mil hectares da melhor terra para a lavoura, de que próximamente metade é própria para a cultura do café.

Um pouco ao sul da Fartura, no espigão intermédio aos rios Verde e Itararé há outra mancha de terra roxa da melhor espécie que faz a riqueza do município de São João Batista.

É um retalho menor do que o da Fartura, mas com êste rivaliza na aptidão para a lavoura do café.

Na Fartura há pontos com altitude superior a 880 metros, e, segundo verídicas informações, são as terras aí livres de geada.

A serra dos Agudos é ainda uma incógnita, ao menos na sua mor parte voltada para o Paranapanema, visto como a margem norte desta grande chapada, adjacente ao Tietê, já está sendo povoada e aplicada à grande lavoura.

Na face do sul, a que nos interessa, apenas os espigões mais avançados estão conhecidos e aproveitados.

Assim é nas cabeceiras dos Veados, do Rio Novo, do S. Pedro e do S. João; mas quanto à região mais central, onde sem dúvida deve haver terreno melhor como nas chapadas congêneres do outro lado do Tietê, quase tudo é desconhecido. Um morador do Taquaral, o sr. Lino de Lemos, refere que da sua fazenda, sita à margem da estrada do sertão, às cabeceiras dêste afluente do Pari, no espigão mestre, cuja altitude presume ser de perto de 700 metros há 3 léguas; daí ao rio do Peixe, caminhando ao norte avalia êle a distância em outras tantas léguas, tendo neste ponto o rio 4 braças de largura, permitindo navegação para canoas e um curso presumível de 10 léguas desde as cabeceiras.

Quanto à qualidade das terras pouco avança de positivo; é, porém, de crer, atendendo-se ao caráter e constituição destas chapadas do interior, que o solo deve ser idêntico ao do Botucatu, Brotas e Araraquara.



Informa o vigário de Campos Novos que a serra dos Agudos tem encostas íngremes ou talhadas a pique na vertente do rio do Peixe e que o vale dêste rio é montuoso e possui boas terras.

Ora aí temos o mesmo aspecto de tôdas as terras altas desta parte de São Paulo, as mesmas camadas de grés em forma de paredões como na Fartura, no Botucatu, em Itaqueri, e por conseguinte a existência muito provável de diques e lençóis de rocha eruptiva, de que se origina a afamada terra roxa.

É de crer que a altitude seja aí inferior a das outras chapadas, a que nos temos referido, mas ainda assim suponho que se acha em horizonte bastante elevado e apto para a cultura do café.

Entre o rio S. João, que rega a vila de São Pedro e o rio Turvo, há um terreno montuoso, coberto de excelentes matas, ora arenoso, ora com um solo vermelho muito rico.

Estas terras parecem pertencer a um espigão mais avançado dos Agudos, os quais, a serem julgados pelo que valem estas terras das vizinhanças do Turvo, são de fato, uma região de terras boas.

No vale do Paranapanema há ainda vários trechos de excelentes terras fora da zona das matas: entre S. Sebastião e o Rio Novo, no espigão intermédio aos rios Pardo e Paranapanema, aparecem manchas de terra roxa, prolongando-se com interrupções de solo arenoso através dos ribeirões de S. Bartolomeu, dos Veados, do Macuco e do Bonito até a vila do Rio Novo, já em cima da chapada e na altitude de 635 metros.

Do Rio Novo ao Guareí, fraldeando a margem sudoeste da chapada ainda aparecem alternadas as faixas da terra roxa e do solo arenoso e frouxo, aqui cobertos de campos ou de cerrados, ali com bonitas matas e alguns cafêzais em estado próspero.

Vários espigões entre os ribeirões da Jacutinga, Corrente, Veados, Santo Inácio, Jacuzinho e Guareí, que vão ao Paranapanema, descendo em altitude a 530 metros no fundo dos córregos e subindo a 660 no alto, mostram o mesmo aspecto, ora um solo rico apropriado à cultura mais exigente, ora campos arenosos, mais vastos à medida que se chegam para a vila do Guareí.

Há pois dentro do vale extensa área própria para o café e ainda mais vasta superfície da melhor sorte do terreno, apenas circunscrita pela insuficiência da altitude, mas inteiramente própria a qualquer outro gênero de lavoura. (1)

---

(1) Ibidem, pág. 18.



# ALTITUDES DA BARRA DO TIBAGI A BOTUCATU

Designação	Altitudes em metros
Barra do ribeirão da Figueira .....	308
Fazenda das Anhumas (P. Seródio) .....	320
Córrego da Arêa .....	335
Passo do rio Capivara .....	317
Passo do ribeirão Grande .....	325
Córrego do Mosqueteiro (afluente da Figueira) .....	345
Córrego do Macuco .....	360
Fazenda do Nantes .....	402
Mais alto do espigão entre o Jagaretê e o Capivari .....	460
Passo do rio Capivari .....	392
Alto do espigão entre o Capivari e o ribeirão de S. Mateus dos Paivas .....	475
Passo do ribeirão de S. Mateus dos Paivas .....	420
Passo do ribeirão de S. Mateus dos Pereiras .....	435
Alto entre o ribeirão de S. Mateus e o ribeirão de Sapé .....	540
Fazenda de Francisco Rocha .....	467
Ribeirão do Sapê (ponte) .....	410
Povoação de N.S. do Campo Alegre .....	475
Passo do rio Capivara .....	410
Fazenda de Pouso Alegre (Melchior Camargo) .....	475
Cabeceira do Cervo .....	580
Alto do espigão entre o Cervo e Pirapetinga .....	600
Passo do Pirapetinga .....	500
Alto do espigão entre o Pirapetinga e o ribeirão do Ta- quaral .....	560
Fazenda do Lino no Taquaral .....	520
Passo do ribeirão do Taquaral .....	480
Passo do Córrego da Ceremônia .....	475
Passo do ribeirão dos Veados .....	500
Alto do espigão intermédio aos Veados e rio Novo de Cam- pos Novos .....	600
Passo do ribeirão de S. Antônio .....	516
Passo do Rio Novo (em Campos Novos) .....	535
Vila de Campos Novos .....	556
Córrego da Jacutinga .....	530
Alto do espigão entre o Jacutinga e ribeirão do Capim .....	640
Córrego do Capim .....	605
Mais alto do espigão entre o ribeirão do Capim e o ribeirão de S. Pedro .....	670
Na Água espaiada .....	510
Passo do ribeirão de S. Pedro .....	440
Rio de S. Jorge (ponte na vila de S. Pedro) .....	420
Alto do espigão entre o rio S. João e o ribeirão do Salto ..	530
Passo do ribeirão do Salto .....	445
Espigão entre o ribeirão do Salto e rio Turvo .....	530
Passo do rio do Turvo .....	445
Passo do ribeirão de Santa Clara .....	475

Designação	Altitudes em metros
Vila do Espírito Santo do Turvo .....	530
Fazenda do Américo .....	535
Ribeirão da Onça .....	660
Alto entre os ribeirões da Onça e da Figueira .....	720
Passo do ribeirão da Figueira .....	665
Alto entre a Figueira e rio Capivara .....	735
Passo do rio Capivara .....	660
Alto entre o Capivara e o Turvinho .....	690
Passo do rio Turvinho .....	640
Alto do espigão entre o Turvinho e o Pulador .....	760
Passo do córrego do Pulador .....	675
Alto das cabeceiras do Pulador .....	720
Fazenda do Caié .....	690
Pouso da Valinha ou Casa de Tabuas .....	700
Alto do espigão .....	720
Passo do ribeirão da Curujinha ou do Bosque .....	680
Alto do espigão (divisor dos vales do Tietê e Paranapanema) .....	804
Bairro da Aparecida .....	740
Córrego da Aparecida (águas para Tietê) .....	735
Alto entre a Aparecida e S. Manuel .....	790
Córrego na Vila de S. Manuel .....	710
Alto da serra nas cabeceiras do ribeirão do Parais .....	870
Mais alto do espigão entre o Araquá e Botucatu .....	885
Cidade de Botucatu (perto do córrego) .....	795
Terra do Jacarêzinho, espigão mais elevado (no vale do rio das Cinzas) «Observações do engenheiro E. D. Jones» (1) .....	538

## A EXPLORAÇÃO DO ALTO PARANAPANEMA EM 1919

A turma encarregada do levantamento topográfico das cabeceiras do Paranapanema, todos os seus tributários e regiões respectivas, subiu o rio Itapetininga no quilômetro 241, da Sorocabana, por uma região de campo, com uma estreita faixa de mata nas margens, muitas corredeiras, largura média de quinze e profundidade de cinco metros.

Com dois dias, as canoas abicavam no pôrto do Itapetininga, onde Teodoro Sampaio começou a sua viagem em 1886. A 17 de junho, ponte na estrada da Chapadinha. A 23 ponte do Delfino, estrada de Sarapuí, vento frio noroeste, chuva e, à noite, geadas. A 27, barra do Turvo. A turma subiu este rio até a Barra, a 9 quilômetros de Pilar do Sul.

(1) Ibidem, pág. 71.

Voltando, fêz-se o levantamento desde a confluência do Turvo com o Palmital e do Itapetininga até 91 kms. 500 m., sendo o chefe o engenheiro Artur Horta O'leary. A turma com os três botes passou em dois carros de boi para a ponte do Porfírio, no Paranapanema, começando a subida a 6 de agosto. A 13 chegava até o lugar chamado Bacalhau, com 72.500 metros de percurso, fazendo na volta o levantamento e aproveitando ainda a ocasião para levantar 8.000 metros do pequeno Guapiara e 400 do Turvo, afluentes da margem direita.

Da ponte do Porfírio, sempre fazendo levantamentos, a turma desceu até a barra do rio das Almas, 14.100 metros, e subiu por este até a ponte dos Ferreiras, 35.400 metros.

Continuando Paranapanema abaixo, a 81.500 metros estavam na barra do Itapetininga, abaixo da ponte da Sorocabana. A parte do Paranapanema ora levantada, que tem uma largura média de 30 metros, apesar da grande quantidade de curvas e voltas que interrompem os estirões, é perfeitamente navegável para canoas grandes e botes, desde pouco abaixo do rio Guapiara, onde existe a primeira cachoeira. O Guapiara não se presta à navegação pelas águas rápidas, e o Turvo, pelos troncos e árvores caídas. Apesar de estreito, é ótimo o rio das Almas, que então transportava toras a uma serraria.

Depois a turma subiu com dificuldade o Taquari, por causa dos pinheiros caídos e, acima, corredeiras, até 17.300, na ponte do Faxinal. Na descida se contaram 34.400 metros até a ponte na estreita Itapeva-Itaberá, sem corredeiras.

Daí se passaram ao Apiaí em Ribeirão Branco, principiando a descê-lo da ponte do Estevinho, 2.400 metros até a «bôca» da cachoeira do Capote, que tem 40 metros de altura numa garganta estreita, sendo de 200 metros o desnível total. Daí ao Sumidouro, 44.500 metros. Abaixo, nova variação na cachoeira do Fabri. Até Buri mais 123.900 metros, ficando acima 18.100 metros a barra do Apiaí-mirim. Foi chefe Guilherme Wendel.

Em Itararé, contemporaneamente, outra turma subia por terra desde a ponte do Itararé até duas léguas e meia, na Lagoa, donde levantou 30 quilômetros desde a barra do rio Claro até a Caverna-Alem, não havia caminhos.

Subiu outras cabeceiras: o Chico Pinto e o José Vicente. Aquêlé é também a Água morta ou a Égua morta.

Mudando-se para a fazenda da Ventania, no ponto mais alto da região, divisor das águas do Chico Pinto com o Verde, cujas cabeceiras foram estudadas com as do Pirituba, a turma voltou à ponte da barreira, no Itararé, margeando-o até o ribeirão do Onofre,

e daí até os Quadros e Santa Cruz dos Lopes, donde se passou a Itaporanga.

Daí, apenas cinco quilômetros rio Verde acima.

O chefe, Alexandre Mariano Cococi.

Em 1919 Agenor Machado concluiu êste trabalho, por água, mas assim mesmo «varou» duas léguas por terra nas cachoeiras do Poço Prêto e dos Índios, até chegar no Pontal e barra com 228.500 metros de levantamento no Itararé e afluentes. Daí desceram o Paranapanema até o pôrto do Emidião.

A turma e o material deram a volta de trem, desde chavantes para de novo começar a subir o Taquari. Total do levantamento, 513.000 metros.

As fotografias tiradas pela Comissão, muito nítidas, dão bem uma idéia do Paranapanema e seus afluentes nas cabeceiras.

Especialmente a da Lagoa, margem do Paranapanema, o rio ainda fechado entre árvores, a corredeira dos Romanos, um pouso em alto barranco, a barra do pequeno Turvo, a junção dos dois Apiaí, os pinheirais, a barra do Guapiara no Paranapanema, mostrando êste ainda bem pequeno, são assás interessantes.

Sóbre a geologia, eis o que a Comissão concluiu:

«Na estrada que liga Pilar à fazenda Lacerda no rio Turvinho, passando por Dois Portões, a quatro quilômetros mais ou menos, ocorrem filitos endurecidos por uma bossa de granito, e com orientação no sentido N 25° E.

Esta bossa de granito ligada a um quartzo leitoso... Logo além de pequena água aparecem de novo os filitos endurecidos, mas já com a direção N 25° O.

O que destoa da orientação geral, devido provavelmente ao empuxo sofrido com a erupção do granito, com que está em contato, e que constitui o espigão entre o rio Turvo e êste sem afluentes. Logo além do rio Turvo continuam os filitos com a mesma orientação NO, ou seja N 30° O.

Saindo de Capão Bonito pela estrada do Cerrado, e passando depois pelos sitios de Joaquim Alemão e José de Queirós, foram observadas as seguintes ocorrências: No leito do rio das Almas, sob a ponte, aparecem uns filitos endurecidos, com a direção N 20° E, e logo além, em Joaquim Alemão, um granito. No sitio de José de Queirós ocorrem um quartzo leitoso e filitos endurecidos e amarratados, com a conseqüente aspereza da topografia. Ao atravessar o rio das Almas, aparecem de novo os filitos endurecidos.

Na cachoeira do Taquaral, logo acima do Taquaral Abaixo, aparecem os filitos endurecidos e com a direção para N 60° E e

sendo, que em suas vizinhanças há ocorrência de granito, na ponte sôbre o Paranapanema na estrada que liga Taquaral abaixo a Capão Bonito. A 7 quilômetros acima desta ponte, no Paranapanema, existem pequenas caieiras rudimentares.

De Capão Bonito a São José do Guapiara foram encontrados filitos nos Ferreiras, quase verticais, em contato com o granito e a N 80° E.

O caminho vai sôbre filitos de Pinhal ao Alegre, N 70° E, endurecidos pelo granito e talvez, também, por uma eruptiva básica que os atravessa.

Numa água junto ao povoado, filitos de direção N 85° T e inclinação de 18° para SO. Nas grutas do Sumidouro, cabeceiras do rio das Almas, calcáreo. No rio Apiaí, vizinhanças da Usina novamente filitos. A 15 quilômetros de Itangá para o Taquari Guaçu, calcáreos, um forno. A 7 quilômetros de Itangá... a topografia do devoniano às margens do Taquari, é característica de cidade velha.

A idade dêsses terrenos segue:

Ao arqueano e pré-devoniano pertencem as formações das cabeceiras dos rios citados.

A cidade de Itapeva já se acha sôbre o devoniano com um grés aglomerático, que deixa ver o pré-devoniano no fundo dos rios Verde, Taquari, Pirituba, numa faixa de 15 quilômetros, e desde o Paraná.

A linha divisionária dêsses terrenos com o Perminiano parte de Itararé, caprichosamente, até Capão Bonito, São Miguel Arcanjo, Pilar...

O Triássico divide-se com o Permiano desde o ribeirão da Fartura até perto da barra do Taquari, passando por Bonsucesso e ao norte de Angatuba e Guareí.

Itararé quer dizer pedra escavada. De fato, nascendo a cerca de 1.000 metros de altitude a oeste das serras de Itapirapuã e Bonsucesso, o rio Itararé desce violentamente com declividade de dois por cento, correndo sôbre o arenito das Furnas por mais de 30 quilômetros até a cidade do seu nome. Varando, furando o planalto devoniano, forma um «canion» entre aquêlê arenito, tornado mais friável pelas palhetas de mica brilhantes e untuosas, como se vê na Barreira, entre São Paulo e Paraná. (1) Dêsse trecho em diante, que é a três quilômetros da cidade de Itararé, abando-

---

(1) Major João de Melo Morais: «Aspectos da escarpa devoniana paraense-paulista» in Boletim Geográfico, n.º 94.



na-se à planície dos campos ondulados, tornando-se navegável. De 600 metros desce a 397, o seu nível de base no Paranapanema.

### *NOTAS GEOLÓGICAS DO ENG. GIOVANETTI*

No cume do espigão entre o Peixe e o Paranapanema os terrenos são de formação cretácea.

Nas vertentes e na chapada, triássica. Nesta os morros Mirante e Catequese alcançam mais de 600 metros sôbre o nível do mar.

Nas baixadas, arenito. Nas depressões do Capivari, Taquaral, Rio Novo e Santo Inácio, terras férteis, que seriam formadas pela erosão das rochas permianas.

O Mirante despiu o mato e vestiu-se de café. Parece haver anti-clinais formando morros no período triássico. O lençol eruptivo aflora, no rio Rancharia. Nota-se estratificação com tendências à horizontalidade, arenito argiloso, conglomerados, seixos de formação quartzosa ou cristalino antiga.

As vertentes, do Rio Novo, Laranja Doce e além, são da série São Bento.

A terra roxa aparece, resultando da decomposição de diabase e basalto.

Mata virgem. Entre os terrenos das séries de São Bento e Bauru, campos até o Rebôjo, pouco explorado. Terá havido dois ciclos de erosão.

### *ALGUMAS COORDENADAS GEOGRÁFICAS NO VALE (MAIS RECENTES)*

Salto Grande — na torre da matriz — 22° 53' 32", 6S — 49° 59' 0,9"

Pôrto Giovani — num marco do rio Paranapanema — 22° 56' 26", 0,5 — 50, 48, 15, 6.

Rio Turvo-Cruz da Igreja — 22° 41' 29" — 8.S — 49° 25' 52" 5.

Palmital — na cruz da matriz — 22° 47' 0,4". 6S — 50° 13' 20". 2

Rancharia — marco no Grupo Escolar — 22° 13' 34". 6S — 58° 53' 34". 0,8

Presidente Prudente — 22° 0,7' 0,4" 4S — 51° 22' 57". 5

Paraguaçu — marco no Bosque Municipal — 22° 24' 52". 5S — 50° 34' 35". 1

Presidente Venceslau —  $21^{\circ} 52' 19''$ . 7S —  $51^{\circ} 50' 48''$ . 1  
marco na Prefeitura: — (1)

São Jerônimo no Est. Paraná —  $23^{\circ} 43' 30''$ . 7S —  $50^{\circ} 44' 28''$ . 2

A latitude de Salto Grande, da exploração de 1886, é de  $22^{\circ} 49' 20''$

J. e F. Keller haviam feito o levantamento do Tibagi desde o Jataí. Teodoro Sampaio aceita as coordenadas apresentadas por eles para a foz do Tibagi, isto é,  $22^{\circ} 42' 36''$  por  $8^{\circ} 7' 20''$ . Nota que Stevaux e Habersham em seus mapas de São Paulo, baseados nos Keller, deram respectivamente 30 minutos e 1 grau a mais para a longitude de Tibagi. Explica a razão: o rio Paraná ainda não fôra levantado, os mapas baseavam-se nas explorações do século 18 e davam ao rio uma direção menor sobre o meridiano, o que encurtou a distância do Tibagi à foz do Paranapanema. Depois das explorações de 1850, conhecida esta distância, os mapistas acertaram a sua representação a expensas do Tibagi. (2)

---

(1) Revista Brasileira de Geografia, abril-junho, 1942, 431.

(2) Relatório, 14.

## CAPÍTULO V

### CATEQUESE MODERNA

#### CATEQUESES

Recapitulando antecedentes.

A Cidade Real de Guairá foi fundada por Rui Dias de Melgarejo em 1557, trasladando-a da foz do Piqueri, para onde um ano antes fôra transferida a povoação fundada em 1554 por Garcia Rodrigues de Vergara; com 100 povoadores.

Em 1576 o mesmo Melgarejo fundou, a duas léguas ao norte, a Vila Rica do Espírito Santo, depois transferida para a foz do Corumbataí no Ivaí.

Assim, os castelhanos entraram no atual Estado do Paraná exatamente quando os portugueses fundavam São Paulo.

Os índios de tóda a região entre o Paraná, o Iguaçu, o Tibagi e o Paranapanema, como vimos eram calculados, com exagêro, em 200.000 Dóceis e mansos, estavam clamando pelo Evangelho, que lhes foi levado pelos padres Ortega e Fields, cêrca de 1586.

Em 1599 a sua missão interrompida foi reiniciada pelos padres José Cataldino Simon Maceta, e, a seguir Antônio Ruiz de Mentoya, Martim Xavier Urtazu e outros.

As famosas reduções do Guairá foram destruídas por Antônio Raposo Tavares, André Fernandes e outros bandeirantes entre 1629 e 1632.

Assim, a obra de civilização dos guaranis durou meio século e tanto.

Os que não foram trazidos a São Paulo formaram um tristíssimo êxodo fluvial que matou a muitos.

Os restantes começaram com os seus padres as reduções, agora entre o Uruguai e o Paraná.

## OS GOIANA

O padre Manuel Ferraz de Sampaio Botelho em 1810 saiu de Pôrto Feliz para o rio Paraná abaixo, tentando a catequese dos caiapós que a miséria amansara.

Abaixo do Avanhadava, encontrou na margem esquerda os goianá (kaingang) do Paranapanema, que não lhe atenderam aos sinais de paz. Com um agigantado capitão foram tomar o passo do Funil, flexando e matando o guia do padre. (1)

Mais feliz foi com os Caiapós, rio Paraná abaixo.

## OS GUARANIS

Os Guaranis do Rio Verde ou Itaporanga pertenciam a um grupo que cêrca de 1885 partiu do Iguatemi para ver o mar e comer pinhões pelo caminho (árvores com agulha em vez de fôlhas). Passado o Paraná, atingiram o Tibagi onde permaneceram algum tempo, descendo mais tarde, mais para a foz, de mêdo dos brasileiros.

Assassinaram um negociante e seus homens no rio Paranapanema.

Aí por 1850 o seu capitão Guiracambi os levou a Itaporanga, donde os goianá lhes mandaram boas informações.

Com êstes e com os caiuá se misturaram. Muitos dêles, sob o mando de Tupambei, foram para o rio das Cinzas, onde já havia guaranis, e estabeleceram-se no Jacarêzinho. A Aldeia da Barra Grande, ribeirão afluente do Cinzas, cinco léguas abaixo de Tomazina, a qual acabou por uma epidemia, cêrca de 1907, já existia e seus índios mataram Tupambei, cujos índios, atacados pelos Coroados, vieram juntar-se aos da Barra Grande; certo capitão Ivarai foi para Bananal, em Itanhaem; daí se passou para o Tietê e surgiu no Batalha, perto de Bauru, encontrando-se com outros bandos e ainda atraiu o chefe Araguira, de Itaporanga, com mais índios. Frei Sabino tentou com êles uma Colônia no Dourados. Êsses homens participaram das atrocidades contra os kaingang. Araguira acompanhou o padre Claro, com quatro guaranis, e foi flexado pelos kaingang com o padre, em 1901. O santo homem levava por companheiros os inimigos de quem ia visitar. (2)

Provavelmente os guaranis do Bananal (Itanhaem) foram os daquele grupo de cêrca de 1885 e que se dividiu no Paranapitanga e Pescaria.

Realizaram o seu desejo de ver a água grande.

---

(1) Docs. Int. III, 128.

(2) Egon Schaden. Rev. do Museu Paulista, nova série VIII, 28 et passim (apontamentos traduzidos de Nimuendaju).

## OS CAIUA

João Henrique Elliot, norte americano, foi sertanista benemérito a serviço do Barão de Antonina, ou antes, da civilização.

Eis aqui a sùmula de sua narrativa sôbre os caiuá.

Êstes índios eram restos do Guairá destroçado, vagueando no sul de Mato Grosso, de índole tímida e dócil, impressados entre tribos inimigas e guerreiros, terreno ao norte, kaingang, a leste, guaicuru a oeste.

Pequenas hordas dêles fixavam-se por algum tempo na mata marginal do Ivinheima. Cêrca de 1830 um bando dêles appareceu nas vizinhanças de Itapetininga.

Haviam atravessado o Paraná abaixo da barra do Ivaí, subindo por êste até as ruínas da Vila Rica, passando ao Tibagi, que atravessaram perto dos Montes Agudos. Daí avistaram os campos gerais, mas o índio se defende melhor nos matos.

Procuraram, pois, o Cinza, o Itararé, o Taquari, atravessaram o Paranapanema e encostaram-se à serra de Botucatu e seus contra-fortes.

A esta serra não se refere Elliot, sabemos, porém, êsse pormenor pelos netos de alemães fundadores de Guareí desde 1830, quando alguns abandonaram Santo Amaro e Itapeirica.

Êles ouviam o ronco dos instrumentos de sôpro e, quando adentravam os barreiros ricos a abater o gado alçado, ali chamado chimarão, temiam encontrar uma seita perdida.

A fome é que movia essa indiada, e havia fazendas de gado quase despovoadas de gente. Continua Elliot contando que em 1844 um magote dêsses índios que se refugiara no Taquari, procurou espontâneamente na casa grande de Pirituba o Barão de Antonina; João da Silva Machado, o tropeiro barão-senador, tinha coração grande. Fêz abrir nos fundos de sua casa uma picada de onze léguas até o aldeamento dêles no pontal Itararé-Rio Verde, e arranjou com o Govêrno Imperial, um catequista.

---

Elliot e José Vergueiro, o genro do Barão, subindo o Ivaí, alcançaram mais 16 famílias caiuá, que pereceram depois à sanha dos inimigos.

Em 1847 noutra viagem, Elliot (1) convenceu os caiuá do Ivinheima a aldearem-se junto à colônia militar que se fundara no

---

(1) João Henrique Elliot, "A emigração dos Caiuá, apontamentos coordenados por Machado de Oliveira, in Rev. Inst. Hist. Geog. Bras. XIX, 1856. pág. 434.



Jataí, sempre por iniciativa de Antonina, que antes recebera a visita de Ziguaju, filho do cacique Iguajuru, conhecido como Libânio, e o qual viera na comitiva de Batista Prestes.

O Barão arranjou um intérprete na pessoa de Simão Sanches, paraguaio, que fêz transportar em canoas suas, pois êsses índios nem isso possuíam, aquêem Paraná algumas centenas de pessoas.

Não carregavam matalotagem. Sanches pede auxílio à colônia de Jataí, manda aos índios que cheguem ao Paranapanema e vão subindo a pé pela margem.

Os pobres atravessaram aquela mata virgem oito léguas até a foz do Pirapó, um tanto abaixo, nuns barreiros (por causa da caça).

O socorro foi enviado, mas os brasileiros maltrataram os índios que o foram buscar, êstes fugiram e pintaram feias as coisas aos companheiros e essas crianças espalharam-se por aí, para sua perdição.

Uma desgraça não vem sôzinha. O Sanches morreu afogado no Paraná quando passava outra turma. Tudo isso não desanimou o Barão, «*virum tenacem propositi*».

Em 24 de julho de 1852, Elliot partia de Pirituba para procurar os últimos caiuá. Em 31 estava na outra fazenda do Barão São Jerônimo. Aí sòmente em 19 de setembro lhe chegaram quatro intérpretes de São João Batista do Rio Verde, Itaporanga.

De 20 a 22, viagem ao Jataí, donde partiu a 25. Descendo o Tibagi, às 9 da manhã de 27 as canoas entravam no Paranapanema, e a 30 estavam na foz do Pirapó. Daqui prossegue a expedição. Abaixo da serra do Diabo, a 2 de outubro, ouvem gritos à esquerda. No alto de uma árvore, alguns índios chamavam os navegantes. Eram restos dos que foram transportados por Sanches.

Em número de 30, obedeciam ao cacique Imbirapapá; o capitão Inácio, o «*linguará*» ou intérprete trazido do Rio Verde, foi com alguns índios buscar outros bandos dispersos, até o Paraná e vieram, chefiados por Imbiará, Imbaracá e Oquê.

Elliot falou-lhes da bondade do Pai Guaçu, do mel, palmitos, frutas e peixes do Tabagi. E partiram a 12 de outubro, as mulheres nas canoas com Elliot, os homens na margem. Levou tempo. Os homens paravam á-toa numa abelheira ou numa árvore de fruta.

Passavam parte da noite e, de novo, a sua oração da manhã, a dançar em honra de Tupã. À noite, as canoas abicavam e os brasileiros pousavam longe do grupo feminino, por causa dos zelos dos caiuá.

Era preciso pescar e caçar para melhorar a dieta de uma espiga de milho diária. De Pirapó em diante foi enviada uma canoa

a pedir socorro em Jataí. Elliot notava descontentamentos. Se quisessem, virava um São Sebastião! Aí é que êle descobriu as ruínas da redução de Lorêto: um recinto de quatrocentas braças em quadra numa eminência que o rio rodeava, um empedrado ao longo da margem (esquerda), um forno semicircular para telhas, invadido por raízes de guararema e figueiras, uma vala, capoeirões.

Vieram as chuvas, mas então o rio fica melhor para navegar, e os bailaricos acabaram. A 5 de novembro, dois cadáveres na margem direita, resto do festim que os Xavantes pouparam, de uma horda que atravessara o Paraná acima da fóz do Paranapanema.

Os índios comoveram-se. Queriam voltar. Elliot passava por êles «*tanquam auctoritatem habens*» mostrando superioridade. A 10, Teodoro Staub, em nome do Barão, os encontrou com três canoas carregadas de viveres. Salvos! Os inconstantes criações abriram suas flexas na água: iam, descansar de caçar. Todos embarcaram. À frente partiu a costumada canoa «mexeriqueira» a vanguarda. E, em 21 de novembro, desembarcavam no Jataí, tocando cornetas, clarins e pífanos (os brancos de Elliot) os instrumentos indígenas enquanto em terra os fuzis detonavam.

Estavam dando-se parabens reciprocamente, quando chegou dos lados de São Jerônimo uma boiada, com uma tropilha de muares carregados com presentes do Barão aos seus novos afilhados. Foi um Deus nos acuda. Os recém-vindos treparam às árvores, em grita. Depois até montaram nos muares, sob risotas. Só queriam ver o Pai Guaçu.

Êste Teodoro Staub era um dos hóspedes e empregados do Barão. Aparece como testemunha no testamento da Baroneza, em Itapeva (publicado por Frederico Brotero). Também era pintor. Em 1954, numa velha casa de Sorocaba, o Sr. Goldman adquiriu e mostrou-me um quadrinho «à crayon», representando a cadeia local, com um soldado, uma mulher, uma carroça, o letreiro: Rua da Ponte, e um lampião de azeite de peixe. Êste foi inaugurado em 1846. E o Barão tinha casa em Sorocaba, onde vendia e comprava animais.

O outro pintor era Elliot, segundo se lê em Davi Carneiro. Românticos e sertanistas! Felizmente o Staub deixou bem legível o seu nome no dito quadrinho.

### *FREI TIMÓTEO, 1854-1895*

Em janeiro de 1851 foi criada a colônia militar do Jataí, pelo Governo Imperial. Ficava à esquerda do Tibagi a 12 léguas de sua foz, a 23.º 12' 40" de latitude sul e a 18.º 40" de longitude oeste.

Frei Timóteo de Castelnuovo, capuchinho genovês (1823-1895) chegou ao Rio em 1851, em 1852 a São Paulo e em 6 de dezembro de 1854 à colônia de Jataí, celebrando a primeira missa no dia 10. Havia 78 índios e daí a 4 dias 109.

Em 13 de março do ano seguinte o Barão de Antonina o encarrega de fundar o aldeamento São Pedro de Alcântara, na margem fronteira. A 2 de agosto transportava para a pobre capelinha a imagem de Nossa Senhora do Socorro, e a 11 mudava-se para a cabana onde ficou muitos anos.

Nesse mês chegava o comandante da colônia, Major Tomás José Muniz.

Os escravos andavam em grande azáfama, abrindo caminho, plantando cereais, cana, café (êste a 3 de março de 1856). Mas os índios ainda se sustentavam somente a puro palmito e um boi por semana.

Cuidava até da cozinha dos negros contraindo dívidas pessoais.

Eram 70 escravos.

Por ordem do Governo atendia o aldeamento do Pirapó fundado em setembro de 1855 e ao de São Jerônimo, mais aquê do Tibagi. Mandou canoas e alimentos aos índios que subiam o Paranapanema e o Tibagi, a aldearem-se sob a sua direção (1856). Correspondia-se com os dois governos, do Paraná e do Rio, e com o Barão de Antonina.

Depois de feita a olaria, construiu a igreja, a sua casa, uma praça, drenou as águas, evitando a malária.

Sob sua fiança, seus índios contrataram-se com o engenheiro que fez a estrada a Pirapó.

Em 1881 São Pedro de Alcântara contava 229 coroados, 211 guaranis, 191 caiuás, 49 negros e 157 brasileiros.

Em 1886 foi Timóteo que pregou missão em Iguape e Cananéia: estavam no Tibagi frei Bernardino de Nápoles e frei Mariano de Bagnaia. Êste ainda ficou com frei Timóteo que voltava, por algum tempo.

Em 1894 caiu doente. O vizinho vigário de Tibagi, padre João Batista van Esse, foi chamado para levar-lhe os últimos sacramentos. Despediu-se dos índios e dos outros, pedindo perdão de alguma ofensa e faleceu a 16 de maio de 1895.

Foi enterrado no corpo da matriz da antiga colônia fronteira.

Daí seus ossos foram levados ao cemitério, quando se construiu a atual matriz. A aldeia, do outro lado, virou mato. (1)

As cartas publicadas de frei Timóteo e Jocelino Moressine Borba são de 1861, de Curitiba e do Rio, aonde foi a cuidar dos interesses materiais da aldeia.

É um estilo franco e nervoso, ágil, não muito letrado «Faça ânimo aos negros e caiuás, diga êles que vou no Rio de Janeiro para trazer o que preciso, pois aqui quase nada se pode arranjar, porém, quando voltar quero ver uma roça bonita e grande, bem derrubada, não tem jaú ou ciramoin-não. A repartição das terras se diz que vai ser anulada».

Pede notícias de coroados e caiuás. «Consolai também e animai os empregados todos, como os soldados também, dizendo êles que hei de ver se trago comigo um cargueiro de bom vinho para nos alegrar todos juntos, e um pratarrão de lasanha, meia dúzia de frangos e uma boa leitoa, não desprezando um charuto de Havana, nos dando os parabéns a cada um da sua boa sorte que devemos esperar, com as patacas que espero trazer em manhã (grande) quantidade.

«Eu bem sei que todos me tratam de pai, e eu também tenho a todos as saudades como a filhos, mesmo pelo bem da Colônia, vou trabalhando».

«Nessa côrte fui bem recebido e bem tratado, minhas contas no Tesouro foram liquidadas». Acompanhou-o a Curitiba um Henrique».

Comissão geográfica e geológica da Província de São Paulo. Orville A. Derby, Chefe. Exploração dos rios Itapetininga e Parapanema pelo Engenheiro Teodoro F. Sampaio.

Relatório apresentado ao Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. Pedro Vicente do Azevedo, Presidente da Província. Sôbre os estudos efetuados em 1886 por ordem do Ilmo. e Exmo. Sr. Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, então Presidente da Província, pelos Engenheiros Teodoro Fernandes Sampaio 1.º adjudante, Francisco de Paula Oliveira, geólogo, I. F. Washington de Aguiar, condutor.

Rio de Janeiro, Imprensa Nacional 1889 grande, com 22 mapas.

---

(1) Artur Martins Franco. Rev. de Círculo Estudos Bandeirantes, III, 202, Curitiba.



## JATAÍ

Em 1851 foi fundada a colônia militar do Jataí, à margem direita do Tibagi, doze léguas acima da foz deste rio no Paranapanema.

Quatro anos depois surge na região o capuchinho frei Timóteo de Castelnovo, e funda na margem fronteira o aldeamento São Pedro de Alcântara, instalando-se num pobre rancho de sapê, construindo olaria, fazendo as primeiras roças com 12 escravos e, no ano seguinte, a 3 de março, plantando o primeiro café do norte do Paraná. Passavam um pouco de 100 indivíduos os catecúmenos que acederam ao seu convite.

Antes da roçada passam a «um boi por semana e a puro palmito», expressão sua.

No ano seguinte chegam mais índios, «afugentados pelos para-guaiois», e há 70 escravos a vestir e sustentar. Que festa quando pelos incríveis caminhos de tropa, chegam via Paranaguá os presentes do Govêrno: cinco cargueiros de pano, cobertores e baeta. Mas, escreve o bom do frade, «negros e índios querem fumo, e eu nunca recebi deste gênero, da nação, e para o comprar à minha custa, os meus meios limitados, não no permitem». Mas fundou a aldeia do Pirapó e a de São Jerônimo, indo e vindo de canoa.

Faltava ferro para a ferraria. Faltavam remédios para a botica. Ele tomou medidas higiênicas contra o impaludismo, que bateu em retirada. Jataí era alegre, e um gramado bonito cobria as ruas, evitando os inconvenientes do lado e da poeira e do mato alto. Vivia-se da caça e pesca, também. Em 1863 a caça e o pescado foram abundantes como a colheita de milho e feijão, e o frade afiançava a seus índios o salário a ser pago pelo Govêrno provincial na construção da estrada a Pirapó.

Frei Timóteo batizava, fazia casar, presidia às rezas de manhã e à noite estando presente, pois viajava bastante, e dava ordens para o trabalho, a pesca e a caça, a colheita dos pinhões em junho. Em 1881 havia 229 coroados, 211 guaranis, 191 caiuás e 49 negros e 157 brancos no Jataí.

Foi ajudado frei Timóteo por frei Luís de Cemitille, que até 1882 tomou conta da aldeia de São Jerônimo. Faleceu no pòsto de honra, em 1895. (1)

Na mesma época o capuchinho frei como seu colega, ajudado pelo Barão de Antonina, fundava o aldeamento de caiuás, de São João Batista do Rio Verde, que com a chegada dos «brancos» se tornou município, hoje Itaporanga (São Paulo).

(1) Frei Timóteo de Castelnovo (sic), de Artur Martins Franco, in: *Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes*, I, nº 3, Curitiba.



Foi um tipo lendário. Certa vez que repreendeu duramente os índios, estes resolveram matá-lo, incendiando-lhe a cabana.

Ora, o fidelíssimo sacristão soube. Contou o plano. O frade assistiu do mato em redor a própria queima. Mas os esteios ficaram intactos e o frade, armando nêles a sua rede (por menor que lembra o que era o seu leito) dormiu até ser acordado de manhã pelos algozes que acreditavam ser aquilo obra de um milagre.

Itaporanga servia de atrativos e centro para outros aldeamentos, hoje Piraju e Salto Grande.

Os índios prestavam serviços aos brancos, principalmente em viagens de canoas.

### *FREI LUIZ DE CIMITILLE, 1868-1881*

Frei Luiz de Cimitille, 1868-1881 sucessor de Lopes em São Jerônimo, aí começou a exercer o seu cargo em 10 de janeiro de 1868.

Eis a apreciação de frei Luiz sobre seus aldeados: «Os Co-roado, como todos os outros índios, são indolentes para o trabalho e incapazes de outros esforços que não sejam o primeiro arrôjo, entretanto suportam fadigas e sofrimento a que os obriga a sua vida aventureira «Caráter inerte, infância permanente apatia pontilhada por uma energia impetuosa devida às paixões e necessidades».

Errante, o caingang demorava-se no aldeamento, apenas o tempo para conseguir um objeto ambicionado, trabalhava mesmo, mas ao menor desgosto, retirava-se.

Em 1876 o número de aldeados era 200, fora os que iam e vinham, principalmente no inverno. Na côrte frei Luís conseguiu para os seus pupilos concessão de terras, professôra de primeiras letras, mestre de música, ressuscitando o método jesuítico.

Fêz uma pequena igreja, a casa da escola, a dêle, uma ferraria e uma olaria, um engenho de açúcar e um alambique. Do engenho os bugres tiraram recursos para vestirem-se e para ferramentas, mas viviam, sobretudo, da caça e da pesca.

O frade contava com 13 assalariados. Plantou fumo.

Frei Luís fundou, a 10 léguas do aldeamento, na direção de Fortaleza e Castro, a colônia Dantas Filho, que em 1879 já exportava produtos de lavoura, por uma estrada de 30 palmos de largura.

Tais atividades levaram o Govêrno, pelo Ministério da Agricultura, a 22 de novembro de 1881, a levar frei Luiz para o Guara-puava. De São Pedro de Alcântara frei Timóteo cuidava de São Jerônimo, até 1882, quando tomou posse o diretor e vigário padre

José Juliani. Começava a ser uma paróquia comum. Frei Luiz escrevera em 1878, em São Jerônimo, sua memória sobre os kaingang, incerta pelo Visconde de Taunay no tomo LI da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. (1)

Depois da 1ª edição em Curitiba em 1882, Frei Luís reconheceu que os Coroados eram Kaingang. Moravam em cabanas cobertas de palmeiras de tamanho variável, e, em elevações a 200 ou 300 metros da água, com um corredor no meio, livre de objetos como as cascas de árvore que serviam de assento, mesa e cama. Caça e pesca. Plantavam o feijão e o milho. Pôsto este na água até apodrecer, socavam-lhe a massa num pilão, ou amassando tudo com saliva, assando o bolo sob cinzas.

Aí um fétido horrível. O arco era de guaiuvira, enleado com cipó embé, flexas de dois metros, com pontas de osso de macaco, buzina de chifre de gado, cestos, cerâmica, chocalhos de taquara, tecidos de urtigas com desenhos em vermelho, eis aí os traços da cultura material kaingang.

Antes de dormir, cantavam, «invaque que pone uma ara ie».

Em 1866, conversando sobre religião com o velho cacique Aropquimbé, deparou-se-lhe o mistério, a pouca vontade de aprender, o Scequigetedí, «nada sei». Não os pôde convencer a deixar a poligamia. Então pensou em incutir-lhes hábitos de civilização antes de aprofundar, conceitos religiosos: hábito do trabalho remunerado, fuga dos crimes.

Escreveu: «Quem pensar que se pode sujeitar o índio a uma vida sedentária em poucos anos pensa erradamente.

Frei Luiz não retornou ao Paraná. Ainda trabalhou em Santa Catarina. Em 1889 voltou a Nápoles, onde faleceu em 1902. (2)

### UMA CARTA DE FREI DANIEL DE SANTA MARIA. CAPUCHINHO

Senhor Redator:

Tomo a liberdade de lhe dirigir sucinta relação acêrca da expedição realizada nestes dias em prol da catequese dos índios coroados, dêste sertão (S. Fidelis).

Saiu a expedição no dia 11 do corrente mês, dirigida pelo Sr. Cel. Francisco Sanchez de Figueiredo, grande entusiasta e generoso cooperador da catequese, compunha-se a comitiva de

---

(1) Ibidem, passem.

(2) Ibidem.

cento e duas pessoas, compreendidos os quatro humildes religiosos da catequese.

Caminhamos sempre na direção de nordeste, e apesar de muita chuva, do escasso alimento, das dificuldades através de matas, serras, rios, brejos, cipós e espinhos, tudo correu felizmente bem até a distância de uma légua da primeira aldeia, situada no vale do rio Feio, mais ou menos no meridiano de S. Mateus.

Chegada a expedição no dia 21 a este ponto, estando o pessoal descansando, eis que aparecem de repente no trilho dois índios, que pacificamente vinham ao nosso encontro, em busca de mel silvestre.

Avistar-nos e jogar ao chão alguns objetos que carregavam e deitar-se a correr a toda carreira, para irem à aldeia dar o sinal de alarme, foi coisa de um instante. Nós também apressamos o caminho para chegarmos, se possível fôsse, com tempo de cercar a aldeia, parlamentar com os selvagens, e predispor os ânimos em favor dos missionários e da catequese.

Mas quando a nossa vanguarda chegou à porteira da aldeia, os últimos dos seus habitantes já estavam fugindo precipitadamente do lado oposto e nós encontramos, numa das choupanas, uma mulher doente, deitada no chão: era a mulher do capitão do aldeamento.

Foi uma fortuna o ter conosco três irmãos e uma sobrinha do capitão, presos na floresta, há três anos, e tratados com muito amor e carinho pelo Sr. Cel. Figueiredo e que, por isso vivem muito contentes. Estes muito nos auxiliaram em falar com a cunhada em nosso favor.

«Achamos e deixamos na aldeia ferramentas e vestidos que os índios roubaram no ataque do ano passado.

Depois de sete horas de aldeia, voltaram a S. Fidelis, certos de não serem atacados.

Na meia noite do segundo dia, assovios, gritos de guerra e uma flexada, morre um homem.

«A estes gritos medonhos, todos acordaram sobressaltados e pegaram em armas e, com um tiroteio de dez minutos, conseguiu-se afastar os atacantes.

As descargas prolongaram-se, porém, com pequenas interrupções até o amanhecer».

O Dr. Gambatista Gervasoni só curou um ferido. Nos dias sucessivos os índios nos seguiram até a serra de Campos Novos, tentando novos assaltos nas quatro noites que ainda passamos no mato, quase ninguém pôde fechar os olhos.

Mas pensavam ser outros os índios que os atacaram e esperavam um encontro com os da aldeia no próximo plentúnio. *Diário Popular* 12-1-1905.

## PROJETOS DE CATEQUISTAS LEIGOS

O morgado de Mateus, homem culto, fêz uma verdadeira pequena história da Capitania em documentos que enviou ao Marquês de Pombal.

Num dêles escreve: «Compreende-se a Capitania de São Paulo entre os vinte e dois e vinte e oito graus de latitude austral, em que segundo o cálculo do Cel. José Custódio de Sá e Faria corre pela parte do norte o rio Sapucaí, que antigamente lhe serviu de limite, e pela parte do sul se estendem os campos das bages, até o rio das Pelotas por onde confina com a jurisdição do govêrno do Rio Grande, pela demarcação que se fêz no ano de 1748 ou 1749, em que se criou a vila do Rio Grande pelo Ouvidor e desembargador Manuel José de Faria da comarca de Santos.

## OS KAINGANG

Ainda que seja possível terem os Guaianá de Piratininga falado tupi, há pouca dúvida de a maioria dos Guaianá ter pertencido a família diferente e sido antepassados dos Kaingang modernos.

Esta afirmação de Métraux vem corroborar a do velho Pedro Taques sôbre o cativoiro dos Guaianá da serra do Apucarana por Fernão Dias e a tradição oral de que a tribo viera do Rio Grande do Sul, por causa de uma luta civil que enviou muita gente ao Paranapanema, tendo também, ao que parece, habitado às margens do Paraná.

O nome de coroados que erradamente lhes davam foi causado, talvez pelo modo de as crianças usarem o cabelo.

Os vizinhos dos Kaingang foram a leste os guaranis, a leste os Ofaie chamados imprôpriamente Chavantes, e ao sul os Oti.

Os Kaingang deixaram o vale do Paranapanema, passando para o do Feio, onde foram pacificados entre 1913 e 1921 pelos Serviços de Proteção aos Índios, de Rondon, sob a direção de Horta Barbosa e Aleixo Bandeira. (1)

## AINDA OS COROADOS OU KAINGANG

Os coroados viviam em aldeias nas margens do Peixe. O Cel. Sanches tinha uns índios em sua fazenda Matão, em Palmital.

---

(1) Herbert Baldus. *in* S. Paulo em quatro séculos — S. Paulo, 1954. I, vol. 313.

Eles fugiram em 1910, para serem mortos pelos Coroados. Daí o topônimo «Água da Aldeia». Bebiam uma espécie de cauim a «goifa». Usavam panelas de barros, machados de pedra. Arcos de Guaiuvira, ponta de flexa de tíbias de macaco; bronzeados, tinham pupilas pequenas nos olhos grandes. Ficavam no salto Guatiara, do Rio do Peixe.

Em 1878 haviam matado 13 homens de Teodorinho. Eram inimigos dos Vieiras.

### XAVANTES

Mais mansos, retiravam-se para os campos do Laranja Doce.

#### *OS OTI E KURT UNCKEL, O NIMUENDAJU*

Em 9 de agosto de 1909 o etnólogo estava em Campos Novos, em setembro em Indiana, em 19 de outubro em Pôrto Tibiriçá.

Viajava pela estrada boiadeira, ainda nova.

Estudou os Xavantes de Campos Novos e verificou que os brasileiros assim os chamavam, comparando-os com os de Goiás, akuês, e os Opaíé do sul de Mato Grosso, por causa de semelhanças aparentes.

Mas os Xavantes assim mesmo se chamavam Oti. Viviam apenas de caça e pesca e atacavam o gado. Os brancos os fizeram recuar ao Capivari e Rancharia e ao mato. Em 1890 estava reduzida a cêrca de 50 cabeças. Recuo até o Laranja Doce.

Em 1903 eram 1 homem, 4 mulheres e 4 crianças; mas viviam duas mulheres entre os civilizados em 1907.

E em 1916 moravam com os kaingang Otis raptados quando crianças.



## FRANCISCO DE SALES TÔRRES HOMEM VISCONDE DE INHOMIRIM

HÉLIO VIANNA

Desde o início de nossa imprensa partidária, que data de 1821 (1), começaram os jornais e panfletos a servir de escada de ascensão às posições políticas. Exemplo típico da utilização desse meio de acesso à satisfação das ambições pessoais, fornece a carreira de Francisco de Sales Tôrres Homem. Filho de um padre negociista, briguento, afinal suspenso de ordens, Apolinário Tôrres Homem (2), e da mulata fôrra Maria Patrícia, quitandeira no largo do Rosário, alcunhada *Você me mata* (3), chegou a ser médico, advogado, deputado em várias legislaturas, duas vezes ministro da Fazenda, conselheiro de Estado, senador do Império e Visconde de Inhomirim, com honras de grandeza.

### JORNALISTA DAS REGÊNCIAS

Desconhecem-se os primeiros anos de Francisco de Sales, nascido no Rio de Janeiro a 29 de janeiro de 1811 ou 1812 (4).

---

(1) Cf. Hélio Vianna — *Contribuição à História da Imprensa Brasileira, 1812-1869* (Rio de Janeiro, 1945), p. 368.

(2) Padre João Manuel de Carvalho — *Reminiscências sobre Vultos e Fatos do Império e da República* (Amparo, 1894), p. 88 — R. Magalhães Júnior — *Três panfletários do Segundo Reinado* (São Paulo, 1956), p. 7.

(3) Cf. *O Hissope Constitucional*, pasquim de 23 de dezembro de 1841, exemplar da coleção do Sr. Francisco Marques dos Santos, diretor do Museu Imperial; e *A Contrariedade pelo Povo*, de 13 de março de 1849, exemplar da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, apud Mercedes Dantas — «Processos de propaganda política no século passado», na revista *Cultura Política*, do Rio de Janeiro, nº 38, de março de 1944, ps. 28/29.

(4) Floriano Tôrres Homem — «Francisco de Sales Tôrres Homem (Visconde de Inhomirim) — Subsídios para sua biografia», nos *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional*, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. VI (Rio, 1942), p. 86 — onde 1811 é apresentado como ano do nascimento do biografado. — A. V. A. Sacramento Blake — *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, vol. III (Rio, 1895), p. 114; e o Barão do Rio Branco, nas *Efemérides Brasileiras*, 3.ª ed. (Rio, 1946); p. 57 — e vários outros biógrafos são unânimes em apresentar 1812 como o ano daquele acontecimento.

À vista de seu obscuro nascimento e do pouco que se sabe de seus pais, não será impossível conjecturar quanto às dificuldades que certamente caracterizaram sua infância e mocidade. Assim passou o «tempo do rei» e o Primeiro Reinado, aparecendo já no início do período regencial como aluno e graduado da Academia Médico-Cirúrgica, desde 1832 Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

### PROTEGIDO DE EVARISTO

Para uma de suas cadeiras, criadas em recente reforma, pretendia prestar concurso, quando a amizade de outro mestiço famoso, Evaristo Ferreira da Veiga (5), definitivamente o desviou da medicina, encaminhando-o para a política. Inscrevendo-o na então influente Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, associação partidária dos *moderados*, graças ao seu prestígio, conseguiu o livreiro e deputado eleger o jovem médico para o respectivo Conselho, dando-se-lhe, ainda, o cargo de redator do órgão do mesmo clube político dos *chimangos*, o jornal *O Homem e a América*. Seus primeiros artigos, apesar de não serem mais que decalques de doutrinas apressadamente bebidas em Benjamin Constant e Thiers, mereceram elogios e transcrições na *Aurora Fluminense*, de Evaristo.

Diversos historiadores de nossa imprensa têm atribuído a Joaquim José Rodrigues Tôrres, futuro Visconde de Itaboraí, a responsabilidade pela redação do jornal político *O Independente*, que, como *O Homem e a América*, durou de 1831 a 1833. Nós o fizemos, em nossa *Contribuição à História da Imprensa Brasileira* (6). Citando, porém, a *Aurora Fluminense*, de 2 de janeiro de 1833, mostrou o Sr. Floriano Tôrres Homem que êsse redator teria sido o seu antepassado (7). Ou, de acôrdo com o insigne

---

(5) *A Novidade Extraordinária*, jornal do Rio de Janeiro, de 12 de outubro de 1835, assegurou que Evaristo não era branco, conf. Hélio Vianna — *op. cit.*, p. 308.

(6) *Op. cit.*, p. 173. À p. 196, uma alusão de *O Grito dos Oprimidos*, pasquim carioca de 20 de abril de 1833, mostra que sendo *O Independente* «dos Srs. Tôrres», podia referir-se a Rodrigues Tôrres e a Tôrres Homem, conjuntamente.

(7) *Op. cit.*, ps. 93/94.

sabedor da história carioca que foi Vieira Fazenda, teria havido colaboração, no *Independente*, dos dois futuros viscondes (8).

Durou essa iniciação jornalística e política apenas parte dos anos de 1832 e 1833, pois no último, ainda graças a muito alegada proteção de Evaristo (9), conseguiu Francisco de Sales ir para a França, onde até 1836 esteve como adido à legação brasileira. A respeito não tem faltado exageros, como os que atribuem ao diretor da *Aurora* o custeio da viagem e a manutenção em Paris do médico patricio. Basta, porém, a inclusão de seu nome nos *Relatórios* de nossos ministros dos Negócios Estrangeiros da época, para que se veja que o favor foi feito, como quase sempre acontece, à custa do Estado (10).

Na França não perdeu tempo o adido, já de primeira classe em 1836. Aperfeiçoou-se em línguas, cursou a Faculdade de Direito de Paris. E principalmente redigiu, com os amigos Domingos José Gonçalves de Magalhães e Manuel de Araújo Porto-alegre, depois Visconde de Araguaia e Barão de Santo Ângelo, a primeira revista romântica «brasiliense», de «ciências, letras e artes» — a *Niterói*, daquele mesmo ano. Em seus números 1 e 2 publicou trabalhos entretanto nada literários, contendo «Considerações sobre a escravatura», «Reflexões sobre o crédito público e sobre o Relatório do Ministro da Fazenda», e ainda sobre o «Comércio do Brasil». Daquele gênero inseriu amistosa nota bibliográfica sobre os *Suspiros Poéticos e Saudades*, de Magalhães, atribuindo-lhe primazia no romantismo brasileiro (11), afirmação somente um século depois contestada (12).

---

(8) José Vieira Fazenda — *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 88, de 1921, vol. 142 (Rio, 1923), p. 348, informação, esta, de que, pela pouca idade de Tórres Homem, duvidou o Sr. Gondin da Fonseca na *Biografia do Jornalismo Carioca* (Rio, 1941), p. 294.

(9) Floriano Tórres Homem — *op. cit.*, p. 94.

(10) No *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa*, em 1833, pelo ministro Bento da Silva Lisboa, aparece Francisco de Sales Tórres Homem como adido à Legação em Paris, à p. 30; idem, no *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*, em 1834, apresentado pelo ministro Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, à p. 22; idem, no de 1835, do ministro Manuel Alves Branco, à p. 19; idem no de 1836, do ministro José Inácio Borges, à p. 15, já como «adido de 1ª classe», mas pela última vez.

(11) Cf. Clóvis Monteiro — «O Romantismo no Brasil», artigo no *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, de 9 de julho de 1950.

(12) Por Afrânio Peixoto, em «O primeiro livro do romantismo no Brasil», prefácio à reedição das *Poesias* de José Bonifácio de Andrada e Silva (Américo Elisio), em 1942 feita pela Academia Brasileira de Letras.

## JORNALISTA DA REGÊNCIA UNA

Como tantos brasileiros, foi Tôrres Homem sensível aos encantos das mulheres de França, de onde trouxe como companheira a bela modista Elisa Richard, de quem alguns anos depois se separou, não lhe poupando os inimigos a acusação de ter dissipado os respectivos bens (13). Ou, de acôrdo com outra versão, talvez caluniosa, tendo vivido à sua custa, indenizou-a a prestações, depois que conseguiu um casamento rico (14).

Novamente no Rio de Janeiro, aqui retomou suas atividades jornalísticas, a princípio no *Jornal dos Debates Políticos e Literários*, de 1837/1838. Impresso, inicialmente, nas oficinas do *Jornal do Comércio*, então de J. Villeneuve & Cia., passou, depois à Tipografia Crémière. Fazendo oposição à regência do padre Feijó, foi Tôrres Homem depois acusado de também simultaneamente ter defendido o primeiro regente único nas colunas do *Jornal do Comércio*, para isso recebendo 100\$000 mensais (15). A 8 de janeiro de 1838 anunciou êste diário que o *Jornal dos Debates* iria reaparecer sob a direção de João Manuel Pereira da Silva.

A 2 de maio de 1838 noticiou o *Jornal do Comércio* que Tôrres Homem iria retomar a publicação da *Aurora Fluminense*, do já falecido Evaristo. Foi, porém, efêmera essa tentativa de mais um «jornal político e literário».

Mais importante, foi *O Despertador*, de 1838/1841, «diário comercial, científico e literário», a princípio dirigido e de propriedade do português José Marcelino da Rocha Cabral, tendo como redator Tôrres Homem, depois dono de sua oficina. Nesse jornal, já como membro do novo Partido Liberal, participou da inconstitucional mas necessária campanha para a antecipação da maioria do jovem imperador D. Pedro II, elevado ao trono aos quatorze anos e meio de idade, em julho de 1840, quando somente aos dezoito anos deveria atingi-lo. Apesar de maiorista e membro do partido que então subiu ao poder, não durou muito a posição governista de Tôrres Homem no *Despertador*, visto que já em março de 1841 foi demitido o primeiro ministério liberal do Segundo Reinado. Com isto, iria iniciar-se nova e mais violenta fase de sua vida.

---

(13) R. Magalhães Júnior — *op. cit.*, p. 16.

(14) Cf. *O Caboclo*, último pasquim carioca inspirado por Bernardo Pereira de Vasconcelos, números 7 e 9, de 10 e 17 de março de 1849, exemplares da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

(15) *O Caboclo*, n.º 7, cit.



*Francisco de Sales Tórres Homem, depois Visconde de Inhomirim, em litografia de Augusti Off, do Livro «A Grande Política» — Balanço do Império no Reinado Atual — Liberais e Conservadores, de Tito Franco de Almeida (Rio, 1877).*







*Francisco de Sales Tórres Homem em litografia de 1860, de S.A. Sisson da «Galeria dos Representantes da Nação» (1861).*



## DA MAIORIDADE À PRAIEIRA

Vimos, no capítulo anterior, o início da carreira política de Francisco de Sales Tôrres Homem, através do jornalismo partidário, no período das regências. Veremos, agora, seu prosseguimento já no primeiro decênio do reinado pessoal de D. Pedro II, da declaração da maioridade, em 1840, à última das revoltas políticas do Império, a *praieira*, de Pernambuco, em 1848/1849.

### DEPUTADO ELEITO E DEPORTADO

Em 1840, nas famosas eleições no Município Neutro apelidadas «do cacête», com as quais pretendeu o Partido Liberal recompor a Câmara com elementos que lhe fôssem afeiçãoados — foi Tôrres Homem pela primeira vez eleito e reconhecido deputado geral pelo Ceará, província que jamais conheceu. Sobrevindo, porém, a queda do chamado «ministério da família» (por conter, entre os seus componentes, dois irmãos Andradas e dois Cavalcantis), alegou aquela compressão havida o gabinete conservador que o substituiu, e que do jovem imperante conseguiu, já em maio de 1842, a dissolução prévia da nova Câmara, tida como fraudulentamente eleita.

A êsse tempo, novamente na oposição, redigia Tôrres Homem mais um de seus jornais, o violento e significativamente intitulado *O Maiorista*, que deu 109 números de 25 de maio de 1841 a 12 de março de 1842.

Teve seu redator conflitos jornalísticos com colegas, como o conservador Justiniano José da Rocha, que então redigia o mais notável de seus jornais, *O Brasil* (16). Tão veementes eram as reações que provocava *O Maiorista*, que os amores e calotes de Tôrres Homem foram abertamente mencionados no pasquim *O Corretor de Pêtas*, de 19 de outubro e de 9 de novembro de 1841, enquanto no *Hissope Constitucional*, de 24 de dezembro do mesmo ano, era êle insultado como «o Abissínio, cabeça ensebada, fungão, filho do padre Apolinário» (17).

Em janeiro de 1842 foi êle agredido, a chicote e na rua, pelo Coronel A. J. Rangel Vasconcelos, inspetor das Obras Públicas, em consequência de críticas à sua administração, publicadas no *Maiorista*. Desafiando para um duelo o agressor, não compareceram ao local convencionado, o cais da Glória, pela madrugada

---

(16) Cf. Helio Vianna — «Justiniano José da Rocha», biografia publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 243, de abril-junho de 1959.

(17) Exemplares pertencentes à coleção do Sr. Francisco Marques dos Santos.

do dia 9, suas testemunhas, o General Labatut e um tal Catete. Apareceu, entretanto, um oficial do Corpo de Permanentes, que declarou ter a policia conhecimento do duelo e que o impediria. Tôrres Homem, apesar de sem testemunhas, declarou-se pronto para o encontro, que se não realizou (18).

O caso não foi único em seu tempo, pois o tema dos duelos já havia sido glosado por um de nossos primeiros caricaturistas políticos, o autor da *charge* «A Mania do Dia», em 1840 impressa na Litografia de Briggs, da rua do Ouvidor n.º 130 — de que se guarda exemplar na Biblioteca Nacional.

Ainda de acôrdo com acusações contidas em *O Brasil*, teria sido Tôrres Homem membro do ainda nebuloso Clube dos Invisíveis (ou Sociedade Secreta Patriarcal dos Invisíveis), de tanta importância na revolta de 6/7 de abril de 1831, ressuscitado para a preparação da revolta política dos liberais em 1842 (19).

Rompendo esta em Sorocaba, a 17 de maio, suspendeu o governo as garantias constitucionais e Tôrres Homem foi um dos presos políticos da época, sendo levado para a fortaleza de Santa Cruz, depois para a de Villegagnon, e embarcado na fragata *Paraguçu* para Lisboa, com outros comprometidos, a 3 de julho do mesmo ano. Eram seus companheiros de exílio Antônio Paulino Limpo de Abreu (futuro Visconde de Abaeté), cônego Geraldo Leite Bastos, Dr. Joaquim Cândido Soares de Meireles, Dr. França Leite e José Francisco Guimarães. Foi esta, comentou o Barão do Rio Branco nas *Efemérides Brasileiras*, a última deportação havida no Segundo Reinado (20).

## NOVAMENTE JORNALISTA E DEPUTADO

Não durou muito tempo o exílio europeu dos deportados de 1842, pois já a 5 de junho de 1843 regressaram de Lisboa Tôrres Homem, Limpo de Abreu e o cônego Geraldo. Ficaram, por pouco tempo, numa sala do quartel de Permanentes, mas não tardaram a recobrar a liberdade (21).

Em fevereiro de 1844, com a saída do primeiro ministério conservador de Honório Hermeto Carneiro Leão, em consequência de divergência de seu chefe com o imperador, voltaram ao poder

---

(18) *O Brasil*, de 8 e 11 de janeiro de 1842, exemplares da Biblioteca Nacional.

(19) *O Brasil*, de 4 de outubro de 1842, 8 de junho de 1843, 21 de março de 1844.

(20) *Op. cit.*, p. 312.

(21) *O Brasil*, de 8 de junho de 1843, cit.



os liberais, que não custaram a anistiar os companheiros envolvidos naquele protesto revolucionário.

Voltando ao jornalismo, ainda em 1843 tornou-se Tórres Homem redator-chefe de uma das melhores revistas científicas, literárias e artísticas que tem tido o nosso país, a *Minerva Brasiliense*, que se dizia «jornal de ciências, letras e artes, publicado por uma associação de literatos». De sua autoria foi o artigo de «introdução» publicado a 1 de novembro daquele ano, significativamente dedicado aos «Progressos do século atual». Suas preocupações científicas e culturais, não extintas pelas políticas, aí se evidenciaram, como no artigo intitulado «As plantas, os animais e o homem não são mais do que o ar atmosférico condensado». No setor da medicina publicou «Da hidroterapia, ou novo método de curar pela água fria». Em dois números escreveu uma «Notícia cronológica e estatística das principais universidades existentes na Alemanha». Voltou à medicina com o «Emprêgo da música como meio curativo da loucura». Como assuntos econômicos e financeiros escreveu sobre as «Vias de comunicação nos Estados Unidos» e «Inconvenientes da emissão de notas», artigo dado como «extrato de um trabalho inédito». Ocupou-se, ainda, do «Sistema penitenciário nos Estados Unidos» e da «Colonização». E publicou um artigo biográfico sobre «Lutero».

A 15 de novembro de 1844 deixou o cargo de redator-chefe da *Minerva Brasiliense*, continuando, porém, a ser seu colaborador até o ano seguinte, quando a revista se extinguiu.

Ainda em 1844, em julho, obteve Tórres Homem, por concurso, a cadeira pública de filosofia da cidade do Rio de Janeiro. Disputando-a enfrentou três fracos concorrentes, sendo examinado por frei Paulo, pelo botânico frei Custódio Alves Serrão e pelo reitor do Imperial Colégio de Pedro II, Joaquim Caetano da Silva (22).

O jornalismo partidário seria, mais uma vez, o caminho para retomar a interrompida carreira política. Em 1842 surgira na Côrte O *Farol Constitucional*, no ano seguinte apenas intitulado O *Farol*, em 1844 O *Mercantil*, afinal de 1848 a 1868 o importante órgão liberal *Correio Mercantil*. Nêles se integrou como redator Tórres Homem, embora não em todos os períodos citados. Resultantes, em grande parte, de seus artigos, foram suas eleições para deputado geral por Minas Gerais para a 6ª legislatura, de 1845/1847, e pelo Rio de Janeiro, para a 7ª legislatura, de 1848.

---

(22) Na revista *Minerva Brasiliense*, números 18, de 15 de julho, 20, de 15 de agosto, e 21, de 1 de setembro de 1844, publicou Santiago Nunes Ribeiro minuciosos comentários a respeito desse concurso, salientando os méritos de Tórres Homem.

dissolvida pela nova ascensão dos conservadores ao poder, a 29 de setembro do mesmo ano.

Pela mesma época, em 1846, casou-se Tórres Homem com Isabel Alves Machado, filha de rico fazendeiro do município da Estrêla, na Baixada Fluminense, então próspera região agrícola e comercial.

Um folheto político anônimo — *A Oposição e a Coroa*, publicou Tórres Homem em 1848. Respondia a outro panfleto igualmente anônimo — *A Dissolução do Gabinete de 5 de Maio ou A Facção Áulica*, de autoria do futuro senador Firmino Rodrigues Silva, ao que consta inspirado por Honório Hermeto Carneiro Leão. Nêle defendeu os liberais das acusações no outro feitas, inclusive a de serem suas organizações ministeriais influenciadas pelos palacianos do chamado *Clube da Joana*, encabeçado por Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, futuro Visconde de Sepetiba. Depois de calorosos elogios ao imperador, à pág. VIII afirmou o autor que um tal príncipe nunca «poderia ser a manivela de facções da Côrte» (23).

Apesar de parecer assim normalizada a carreira política de Tórres Homem, iria alterá-la profundamente a nova saída do poder do já gasto Partido Liberal e seu novo protesto revolucionário, a revolta *praieira*, de Pernambuco, em 1848/1849. A natural dissolução da Câmara dos Deputados, de maioria liberal, para que pudessem governar os conservadores, seria, porém, seu maior motivo de indignação e despeito. Se a dissolução prévia de 1842 havia sido a principal causa de sua deportação, a nova, depois de apenas um ano de legislatura, seria a maior razão de sua inscrição como o mais apaixonado e veemente panfletário do Império, com a publicação, no início de 1849, com o pseudônimo de *Timandro*, do famoso *Libelo do Povo*, o maior conjunto de diatribes escrito contra a ainda relativamente recente monarquia brasileira.

## O PANFLETÁRIO TIMANDRO

Em 1849, aos 37 ou 38 anos de idade, registrou-se na vida de Francisco de Sales Tórres Homem o acontecimento destinado a marcá-la definitivamente, a publicação do mais famoso panfleto contra a monarquia brasileira — *O Libelo do Povo*, aparecido sob o logo identificado pseudônimo de *Timandro*.

Os motivos de sua elaboração já foram aqui rapidamente apontados: insatisfação dos políticos liberais por seu novo e legal alija-

---

(23) Cf. Helio Vianna — *Da Maioridade à Conciliação* (1840-1857), tese de concurso (Rio, 1945), p. 25; nos *Estudos de História Imperial* (São Paulo, 1950), p. 177.

mento do poder, a 29 de setembro de 1848, e a verificação da inutilidade do protesto revolucionário por aquela demissão — a revolta **praieira** de Pernambuco, vencida no Recife a 2 de fevereiro do ano seguinte.

No caso particular de seu autor, acrescentem-se a inconformidade com a perda do mandato parlamentar, pela nova e inevitável dissolução da Câmara e, provavelmente, a lembrança da prisão e exílio conseqüentes à revolta anterior, de 1842. Seria, o panfleto, um violento protesto pessoal contra o ostracismo a que era novamente condenado, o transbordamento de um típico *ressentido*, no sentido da conhecida tese de Gregório Maraño.

Apontadas as causas, vejamos, em síntese, o conteúdo do folheto de menos de cem páginas, em pequeno formato, que há cento e dez anos surpreendeu, com o seu aparecimento, a opinião pública do Segundo Reinado.

### «O LIBELO DO POVO»

Preparado, naturalmente, nos últimos meses de 1848, quando, com a revolta praieira, esperavam os liberais que tivesse êxito seu protesto armado contra a política de revezamento dos partidos políticos, firmemente encetada por D. Pedro II, — foi *O libelo do Povo* lançado no Rio de Janeiro no mesmo dia em que chegou à Corte a notícia da derrota dos revoltosos pernambucanos em seu frustrado ataque ao Recife (24).

Seu primeiro capítulo documenta que também no episódio do aparecimento do panfleto carioca, como naquele último levante político do Império, houve repercussão de marcantes pronunciamentos liberais europeus do ano anterior: «Rápida vista d'olhos sobre os sucessos da Europa em 1848» — é um de seus significativos subtítulos, completando-se com a sempre sedutora afirmação de que o autor «tira do estado atual do mundo risonhas esperanças para os oprimidos e prediz a queda da tirania» — aliás aqui inexistente.

Seu caráter anti-monárquico aparece a seguir, com a insuficiente demonstração do «antagonismo entre a soberania nacional e a prerrogativa real». Apela, inclusive, para o recente exemplo do agitado período das Regências, que depois errôneamente tanto se tem apresentado, entre nós, como experiência republicada ou democrática.

---

(24) Cf. Albino dos Santos Pereira — *Tipos Políticos*, «V — O Conselheiro Sales Tórres Homem (Rio, 1872)», p. 16.

Apaixonada foi igualmente, a crítica do *Libelo* aos acontecimentos políticos dos primeiros anos do governo efetivo de D. Pedro II. Não passa, em resumo, de ressentidas queixas contra a política mais sólida do Partido Conservador. Chega, assim, à revolta praieira e ao fim da primeira parte do panfleto.

Na segunda, voltam os exemplos europeus a documentar como quase sempre têm procurado os nossos publicistas encontrar fora do Brasil as soluções políticas e sociais que se lhes apresentam como mais convenientes aos nossos males e deficiências. Passa a atacar pessoalmente todos os monarcas da casa de Bragança, inclusive com simples insultos e acusações historicamente destituídas de quaisquer fundamentos, tendo em vista atingir o imperador. E volta às reminiscências políticas mais recentes, desvendando seus objetivos meramente partidários: defesa dos liberais e, afinal, a ingênua, apressada e não explicada solução — a reunião de uma Assembléia Constituinte, programa à última hora pelo praieiros tomado a um agitador antes por eles combatido, que depois os apoiou — Antônio Borges da Fonseca (25).

### REPERCUSSÕES DO «LIBELO»

Enorme foi a repercussão imediata do *Libelo do Povo*. Embora o país já estivesse acostumado, desde o Primeiro Reinado, e especialmente desde as Regências, com um jornalismo político profundamente violento, inclusive através de panfletos e mofinas, o novo folheto era de redação notoriamente superior à de seus antecessores, e atingia, acima de tudo, a própria instituição monárquica.

Escrevendo a respeito, acentuou o Visconde de Taunay ser êle verdadeira obra-prima, no gênero: dotado de «linguagem rápida, calorosa, vibrante, sem demasias de retórica, mas em tom de profunda convicção», com êle ficou «o imperador viva e dolorosamente impressionado». Sabia-o de «fonte segura», provavelmente o próprio pai, grande amigo de D. Pedro II, seu professor Félix-Emílio Taunay (26).

Verdadeiro enxame de pasquins de combate e achincalhe determinou a saída do *Libelo do Povo*, de fevereiro a abril de 1849, conforme pode ser averiguado nas coleções da Biblioteca Nacional.

Dêles um dos mais veementes foi *O Caboclo*, que se diz ter sido o último inspirado por Bernardo de Vasconcelos, desde *O*

---

(25) Cf. Helio Vianna — «O *Repúblico* Antônio Borges da Fonseca (1808-1872)», na *Contribuição à História da Imprensa Brasileira*, cit., páginas 573/575.

(26) Visconde de Taunay — *Reminiscências* (Rio, 1908), ps. 29 e 30.



*Sete d'Abril*, de 1833/1837, assíduo e anônimo pasquineiro político. Tendenciosa biografia de Tórres Homem fez em seu segundo número, de 21 de fevereiro, na novela do «Homem Tórre», atribuindo-lhe, inclusive, o desejo, que aliás não é só dele, de ser ministro do Brasil em Paris. No n.º 3, do dia 24, contou que Timandro recebera, em espetáculo de benefício, 400\$ para alforriar um irmão. E bebia vinagre para emagrecer e manter a elegância. No n.º 5, de 3 de março, prosseguiu a novela «Timandro ou o médico sem doentes à procura de fortuna». No n.º 9, de 17 do mesmo mês, contra êle publicou mais um insultuoso soneto da série de três, pelo Sr. R. Magalhães Júnior transcrita em *Três Panfletários do Segundo Reinado* (27).

Defendendo as instituições, declarou *O Monarquista* de 6 de março que Tórres Homem era «pobre pedante balofo, cheio de um cego orgulho». E exclamou: «Quem fala nas concubinas dos reis!... Aiguém, talvez, que ousou apresentar às famílias honestas uma modista, arrancada das lojas de Paris, que ousou, ó vergonha! inculcá-la por sua legítima mulher, insultando desta sorte a moral pública e a honestidade das famílias!» E, no fim, noutra alusão ferina: «Liberdade! Liberdade!... A quem pregais essa liberdade? Não de certo a nós, que nascemos de ventre livre, e que já temos tanta que com ela não podemos».

Também terrivelmente insultuoso foi o pasquim *A Contrariedade pelo Povo*, isto é, contrariedade pelo *Libelo*, ainda de março, que se atribui à responsabilidade de José Clemente Pereira. Além de incitar os «brasileiros fiéis à religião, à Constituição e ao imperador» a fazer «guerra de morte» ao «indigno e vil Timandro», contra êste publica sete quadras, tôdas terminadas com o verso — «Você me mata», apelido da mulata fôrta Maria Patrícia, mãe do libelista (28).

Igualmente *O Sino da Lampadosa*, em seu segundo número, de 15 de março, não tem dúvida em xingar «Timandro — o sem-vergonha, vulgo Mr. Richard» — sobrenome, êste, da citada francesa, Elisa.

A ela também aludiu *O Moleque*, n.º 2, de 31 de março, lembrando a agressão em 1842 sofrida por Tórres Homem, e afirmando que a francesa

«Nem para me vingar do meu revel  
posso achar o chicote do Rangel».

---

(27) *Op. cit.*, ps. 16/18.

(28) Cf. Mercedes Dantas — *op. cit.*, ps. 28/29.



Também *A Califórnia* (nome então na moda), de 5 de abril, n.º 3, recorreu a versos torpes, com referências a «Você me mata» e à origem demoníaca do «Homem Sales».

Ao *Timandro Júnior ou Modelo dos Velhacos* aludiu a *Tôrre da Candelária*, com novos e repetidos insultos ao panfletário.

Não ficou naquela a família dos Timandros, pois também houve *A Filha do Timandro ou A Brasileira Patriota*, esta, porém em sua defesa, a que também se referiu o Sr. R. Magalhães Júnior (29). E, em 1854, houve *O Filho do Timandro*, contra a conciliação dos partidos políticos, com aprovação do imperador então empreendida pelo Marquês de Paraná, com apoio do próprio Tôrres Homem, como veremos.

Com tão grande êxito, duas edições teve *O Libelo* em 1849, embora a segunda com a falsa declaração de «Reimpresso no Ceará». Outra, clandestina, consta ter saído em São Paulo. E mais duas falsamente apresentadas como de Lisboa, 1868 e 1870, certamente feitas para prejudicar a escolha senatorial de Tôrres Homem. Em 1885 publicou outra o agitador Anfriso Fialho, que a anotou. Reproduziram *O Libelo*, já em nossos dias, os Senhores Octavio Tarquinio de Sousa, na *Revista do Brasil*, 3.ª fase, n.º 19, de janeiro de 1940, e R. Magalhães Júnior, no livro citado.

Em vida do autor, devido a mudança de atitudes do ex-Timandro, consta que êle mesmo comprava e destruía os exemplares do *Libelo* que apareciam à venda (30).

### TÔRRES HOMEM E A CONCILIAÇÃO

Não ficou o panfletário Timandro (Francisco de Sales Tôrres Homem), em 1849, apenas na publicação do famoso *Libelo do Povo*. Lançou, também, o pouco conhecido *Boletim do Povo*, ou simplesmente *O povo* («Jornal do povo, para o povo e pelo povo»), sobre o qual a 12 de agosto daquele ano escreveu seu antigo amigo e companheiro de Paris, Manuel de Araújo Porto-alegre, futuro Barão de Santo Ângelo, em carta ao conselheiro Paulo Barbosa da Silva, mordomo da Casa Imperial, então na Europa: «O Sales, o talentoso Sales, que foi criado para correr sempre atrás de um fantasma, tem-me enchido de amargores: não contente com o *Timandro*, escreve agora o *Boletim do Povo* que li o 1.º número, e será o último para mim, pois que nêle nada mais se trata do que sublevar a tropa e tirar-lhe a obediência passiva! Lisongeador por imbecis ambiciosos, vai se aguçando na pedra revolucionária e

---

(29) *Op. cit.*, ps. 19/20.

(30) Visconde de Taunay — *op. cit.*, p. 36.

convertendo-se no cutelo da morte que é a palavra e a lei dos revolucionários; sinto muito isto porque estimo o talento do Sales e desejaria vê-lo melhor empregado» (31).

## NA FUGA DE PEDRO IVO

Com a notoriedade obtida por seu mais importante panfleto, continuou Tôrres Homem a ser figura proeminente da oposição liberal, durante o notável ministério conservador de 1848/1852, sucessivamente presidido pelos ex-regentes do Império e viscondes, depois marqueses, de Olinda e Monte Alegre, Pedro de Araújo Lima e José da Costa Carvalho.

Envolveu-se, em 1851, em episódio que prendeu a atenção da opinião pública brasileira: a fuga do forte da Laje do revolucionário da *praieira*, Capitão Pedro Ivo Veloso da Silveira, prêso desde maio de 1850. Anistiado com a obrigação de residir fora do Império durante seis anos, não aceitou a condição e a 20 de abril do ano seguinte, com o auxílio de vários políticos liberais, inclusive Teófilo Ottoni e Tôrres Homem, conseguiu fugir daquela fortificação da barra do Rio de Janeiro, com mais quatro presos.

Ao futuro Visconde de Inhomirim coube receber os fugitivos na Praínha, levando-os embarcados a Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba, no município da Estrêla, onde seu cunhado, o fazendeiro e médico Dr. Bernardino Alves Machado e um Dr. Barcelos os acolheram, levando-os para uma fazenda em Saracuruna, também na baixada guanabarina. Aí ficaram alguns dias, embarcando depois na Gamboa para Mangaratiba, onde Pedro Ivo foi recebido e escondido por um sobrinho do riquíssimo «rei do café» Joaquim José de Sousa Breves. Sômente a 8 de fevereiro de 1852 embarcou na Marambaia na barca genovesa em que veio a falecer a 1 de março, quando já se achava nas alturas de Pernambuco, rumando à Eupora (32).

## NA CONCILIAÇÃO DOS PARTIDOS

O longo e benemérito domínio político do Partido Conservador, com o ministério que acabou com o tráfico de negros africanos, solucionou a difícil questão uruguaia e eficazmente contribuiu para

---

(31) Carta no Arquivo do Conselheiro Paulo Barbosa da Silva, em poder do Sr. Américo Jacobina Lacombe.

(32) Conforme «*Narração da fuga de Pedro Ivo*», manuscrito de 1884, que pertenceu ao conselheiro Pedro Luis Pereira de Sousa, apud Ernesto Sena — *Rascunhos e Perfis (Notas de um Repórter)*, (Rio, 1909), trabalho sôbre Pedro Ivo no ano anterior publicado no *Jornal do Comércio*, ps. 414/444.

a derrota do ditador argentino Rosas — prolongou-se, em 1852, 1853, no gabinete presidido por Joaquim José Rodrigues Tôrres, Visconde de Itaboraí, que conservou três dos seis ministros daquele.

Tudo deixava entrever que continuaria ainda por muito tempo o fastígio dos conservadores. Esmagados os liberais em Pernambuco e votados ao ostracismo também nas demais províncias, apenas na Corte ainda se manifestavam com alguma veemência. Surgiu, então, em espíritos ponderados, a idéia da conciliação, do esquecimento das querelas anteriores e do aproveitamento, no governo, dos elementos da oposição que fôsses suscetíveis de aceitar essa política superior e mais conveniente ao país.

A partir de fevereiro de 1853 começou Tôrres Homem a escrever artigos nesse sentido no *Correio Mercantil*. Apoiou-o, em suas notáveis crônicas da «Semana», no *Jornal do Comércio*, Francisco Otaviano de Almeida Rosa. Publicou-os em folheto intitulado *Pensamentos acêrca da Conciliação dos Partidos*, no mesmo ano. Nêles alegou, mais uma vez, exemplos estrangeiros, como o do ministério de coalisão na Inglaterra; estudou «as coligações no regime constitucional»; respondeu a objeções do ministerial *Correio do Brasil*; examinou as conseqüências, entre nós, das lutas políticas; opinou sôbre a reforma eleitoral, a lei de 3 de dezembro, a descentralização e as incompatibilidades existentes e a serem extintas pela nova política que preconizava.

Nos *Pensamentos* encontra-se a primeira velada resposta de Tôrres Homem aos que alegavam sua falta de autoridade para tratar da conciliação por ter sido o autor do *Libelo do Povo*: «Mas primeiro que tudo releva saber onde iremos procurar os pensamentos genuínos, fixos e gerais, que formam os vínculos dos partidos e os caracterizam. Será nos escritos individuais, anônimos, destituídos de missão, participantes da mobilidade das circunstâncias e da incoerência caprichosa dos acontecimentos? Não, decerto: e aquêle que intentasse registrar êsses murmúrios parciais e fugitivos de datas e lugares diversos, e reunir os destroços de pendões de grupos, e todos os fragmentos disseminados aqui e além de idéias abortadas, poderia talvez compor com as tintas da malignidade um curioso romance, mas não a história real e verídica das crenças de um partido inteiro» (33).

Também muito havia evoluído a opinião de Tôrres Homem sôbre o papel da Coroa na direção política do Império. Proclamando sua necessidade, afirmava: «Dirigimo-nos igualmente à Coroa, a quem, segundo o princípio cardial da Constituição, devemos considerar impassível, neutral, na posição excelsa que ocupa,

---

(33) *Pensamentos acêrca da Conciliação dos Partidos* (Rio, 1853), p. 19.

longe das regiões em que tripudiam os partidos, e acima do ponto até onde remontam as nuvens das paixões políticas. Seu único interesse, assim como sua maior glória, consistiam em fundar o regimento do Estado sobre o amplo alicerce da concórdia pública, pondo fim ao domínio exclusivo das facções rivais: manancial perene de reações, de injustiças e violências, domínio imoral e anarquizador, que para ser defendido e conservado condena os governos à necessidade de desvirtuarem a lei, de destroçarem as instituições e santificarem o emprêgo dos meios odiosos e repugnantes à consciência de uma nação civilizada» (34).

Contra a idéia da conciliação pouca oposição pôde fazer o *triumvirato saquarema* composto por Eusébio de Queiroz e os Viscondes de Uruguai e Itaboraí. Não achava este último, então chefe do governo, que fôsse possível uma conciliação total: não conseguiria suprimir o antagonismo das opiniões (35). Conseqüentemente, aderindo à idéia o próprio imperador, retirou-se o ministério, substituindo-o, a 6 de setembro de 1853, o presidido pelo Marquês de Paraná, que tinha qualidades suficientes para aplicar a nova política.

Tôrres Homem, grande agente da conciliação, foi em 1854 nomeado diretor-geral das Rendas Públicas, cargo em que prestou serviços na reforma e centralização do Tesouro. Dêle se demitiu, mais tarde, porque, tendo havido promoções de funcionários, não o ouviu, a respeito, o ministro João Maurício Wanderley, Barão de Cotegipe (36).

### REPÚDIO AO «LIBELO»

A autoria do *Libelo do Povo* continuava a ser freqüentemente lembrada contra o «conciliado» Tôrres Homem. Assim, a 1 de setembro de 1854 apareceu *O Filho do Timandro*, pasquim saído da Tipografia do *Repúblico*, do eterno revolucionário Antônio Borges da Fonseca (37), embora com a declaração de «impresso por A. dos Santos Cordeiro da Cruz». Nêle foram combatidas a aliança de Timandro e Pedro II. a conciliação e o «devasso governo onoriano» (38).

---

(34) Idem, p. 6.

(35) Wanderley Pinho — *O Barão de Cotegipe e seu tempo* (S. Paulo, 1937), p. 392.

(36) Albino dos Santos Pereira — *op cit.*, ps. 20/21.

(37) Sobre Antônio Borges da Fonseca, *conf.* nota 25, acima.

(38) Cf. exemplar existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.



«Não esqueciam o *Libelo do Povo*, nem se compreendia que, amadurecendo rapidamente, um grande talento como o dele pudesse de um dia para outro tratar como declamação retórica sem valor o panfleto, inçado de plágios, que escrevera» — registrou, mais tarde, em *Um Estadista do Império*, Joaquim Nabuco (39).

Publicando, em 1857, o folheto intitulado *Questões sobre Impostos*, com artigos do ano anterior, Tôrres Homem não perdeu a oportunidade para mais uma vez acentuar o caráter apenas transitório do panfleto de 1849: «Os desvios de imprensa, a que alude (refere-se a Ângelo Muniz da Silva Ferraz) tinham origem nas circunstâncias de uma quadra anormal, em que a alucinação estava em tôda parte e a intemperança da palavra coincidia com os desregramentos da força. Graças à Política magnânima do mais justo dos monarcas, de semelhante época apenas remanescem recordações para serem de quando em quando exploradas por alguns eruditos mais realistas que o rei, mais príncipes que os príncipes, a quem eles se propõem dar lições de dignidade implacável. *Omnia pro dominatione serviliter*, diz Tácito» (40).

## MINISTRO DA FAZENDA

Falecendo, em 1856, o Marquês de Paraná, substituiu-o na presidência do Conselho de Ministros, com o mesmo gabinete da Conciliação, seu ministro da Guerra, Tenente-General Marquês de Caxias. Tinha essa continuidade o objetivo de ser realizada, pelo mesmo ministério que em 1855 obtivera a reforma eleitoral, as primeiras eleições sob o novo sistema, destinado a apresentar, contra a tradição dos «deputados de enxurrada», um retrato mais fiel do país, como francamente declara Honório Hermeto.

Efetivada, com resultados relativamente satisfatórios, a experiência moralizadora do pleito, apressou-se o gabinete a deixar o poder, no início da sessão legislativa de 1857. Declarando ter sido a Conciliação um «pensamento augusto», para atribuí-la ao imperador — sem o qual, realmente, ela se não teria realizado — assumiu novamente o poder o experiente e muito conservador Marquês de Olinda. Trazia, porém, como ministro da Fazenda, o antigo liberal e oposicionista Bernardo de Sousa Franco, e a este competiria determinar grandes inovações no setor financeiro.

## A QUESTÃO BANCÁRIA

Atendendo ao fato de ter sido, na imprensa, um dos artífices da Conciliação, não foi difícil ao ex-panfletário Francisco de Sales

---

(39) *Op. cit.*, vol. I, 2ª ed. (S. Paulo-Rio, 1936), p. 152.

(40) *Op. cit.*, ps. 56/57.



Tôrres Homem pleitear e obter sua eleição para deputado pelo 11º distrito da província do Rio de Janeiro, para a 10ª legislatura, de 1857 a 1860, tendo sido eleito pelos votos de ambos os partidos. Sua recente passagem pela direção-geral das Rendas Públicas, além de anteriores preferências pelos temas econômicos e financeiros, leva-lo-iam, porém, a uma nova atitude oposicionista, esta apenas contra o orientação do novo e competente titular da pasta da Fazenda, senador pelo Grão-Pará e futuro Visconde de Sousa Franco.

Vigoravam ainda, no país, as prudentes idéias financeiras do Visconde de Itaboraí, quando, ao tempo do ministério Paraná, em 1855, permitiu-se ao Banco do Brasil que fôsse elevada ao triplo a sua capacidade emissora, autorização aumentada no ano seguinte, por sua extensão às respectivas caixas-filiais. Sousa Franco, filiado à teoria da pluralidade bancária, convencido de que a expansão das emissões fomentaria a indústria e o comércio, autorizou a incorporação de seis bancos emissores. Com a inflação daí resultante, baixaram os preços de nossos produtos exportáveis, desequilibrrou-se a balança dos pagamentos, escoou-se o ouro, explodiu a crise. O Banco do Brasil pediu auxílio em ouro, conseguiu a elevação até o quádruplo de seu fundo disponível — tudo conforme registrou uma grande autoridade na matéria — Leopoldo de Bulhões (41).

Contra êsse primeiro *ensilhamento* ergueu-se Tôrres Homem na Câmara dos Deputados, rijamente atacando a orientação de Sousa Franco, então apoiado por seu amigo Barão de Mauá, deputado pelo Rio Grande do Sul. Na discussão da resposta à Fala do Trono, em fins de junho de 1858, foram particularmente acesos os debates. Agravou-se a situação nos meses seguintes, com a «quebra estrondosa do Banco Agrícola e do quase mortal estremecimento do Rural e Hipotecário, além do esboroamento de muitas casinhas de crédito» — como depois lembrou o Visconde de Taunay (42). A opinião pública, esclarecida pelas discussões parlamentares e jornalísticas, exigia do governo uma solução para a crise, e isto só se tornaria possível com a mudança do ministério, a 12 de dezembro do mesmo ano.

## MINISTRO DA FAZENDA

Foi encarregado da organização do novo gabinete Antônio Paulino Limpo de Abreu, já Visconde de Abaeté, antigo liberal.

---

(41) Leopoldo de Bulhões — *Os Financistas do Brasil* (Rio, 1914), ps. 25/26.

(42) Visconde de Taunay — *op. cit.*, p. 46.

agora conservador, companheiro de exílio de Tórres Homem em 1842/1843. Com êle quase desaparecia a idêia da Conciliação, voltando a predominar, recomposto e fortalecido, o Partido Conservador, que absorvera bons elementos do Liberal, como José Maria da Silva Paranhos, futuro Visconde do Rio Branco, então ministro dos Negócios Estrangeiros, além daqueles dois antigos *luzias*.

Para a escolha de Tórres Homem para a pasta da Fazenda, apesar das hostilidades de Pinto de Campos e outros, têm corrido as versões de uma intervenção favorável ao Visconde de Itaboraí ou de influência direta do imperador, ambas de difíceis comprovações. A verdade é que, além da antiga amizade de Limpo de Abreu, prevaleceu, no caso, sua atitude combativa contra a política financeira de Sousa Franco, motivo da saída do ministério Olinda. Falou-se, também, e muito se tem repetido, que em atenção à magnanimidade de D. Pedro II, esquecendo graves injúrias de nove anos antes, delas se retratou o novo ministro, quando perante êle compareceu (43). Negou-o, porém, peremptoriamente, em defesa de sua dignidade, em 1862, o próprio Tórres Homem, quando na Câmara fez Saldanha Marinho insinuações a respeito (44). O mais nos documentos é que, de então por diante, passou a tratar o imperador com o maior acatamento, dizendo-se, nas cartas que como ministro lhe dirigiu, que era, «com o mais profundo respeito e dedicação», de Sua Majestade Imperial «fidel e reverente súdito» (45). E, tendo de candidatar-se à reeleição para deputado fluminense, em circular aos eleitores, a 14 de janeiro de 1859, publicada no *Jornal do Comércio*, declarou que, «apesar da consciência da falta de mérito suficiente, aceitei a pasta de ministro da

---

(43) «Contou-se que Timandro, julgando inacessíveis as altas posições para que o indicavam sua inteligência superior e sua rara cultura se defrontasse a hostilidade imperial, ajoelhou-se e pediu perdão ao ofendido. A rigor o gesto é possível; que se tenha dado parece duvidoso; o imperador nunca exigiu tais baixezas. Enquanto reinou, os insultadores encontraram nêle uma equanimidade imperturbável. Por magnânimo? como o proclamou Timandro convertido. Por corruptor? como espumaram os republicanos a propósito de Lafayette e outros consolados e consulados. Talvez por motivo mais simples: por não ser tido em conta de despeitado». — J. Capistrano de Abreu — «Fases do Segundo Império», trabalho de 1925, in *Ensaios e Estudos (Crítica e História)*, 3ª Série (Rio, 1938), ps. 118/119.

(44) Em resposta a êsse deputado, autor de insinuação relativa ao famoso pedido de perdão, disse que entre suas faltas «não se há de contar a de ter rebaixado a nobre natureza do homem, pedindo às grandezas da terra outra cousa que não seja a justiça». Apud Floriano Tórres Homem — *op cit.*, p. 133.

(45) Arquivo da Família Imperial Brasileira, no Museu Imperial, de Petrópolis, março 127, doc. n.º 6.298 do «Inventário» organizado por Alberto Rangel.

Fazenda, a que fui chamado pela confiança do virtuoso soberano a quem todo o bom cidadão deve não só obediência, como dedicação sem limites» (46).

Como ministro da Fazenda, a principal incumbência de Tórres Homem era a luta contra a crise financeira e a conseqüente proposição de uma completa reforma bancária que anulasse as medidas de Sousa Franco. «Reduziu logo a emissão do Banco do Brasil ao duplo do fundo disponível, liquidou a dívida de 1829 por meio de novo empréstimo de 5% ao par, e fez ainda dois outros empréstimos de 1.526.500 libras esterlinas a 95 e 4 1/2% de juros e de 1.373.000 libras a 90 e 4 1/2% para a encampação da Estrada de Ferro D. Pedro II e da Estrada União e Indústria» como esclareceu Leopoldo de Bulhões (47).

Quanto à lei da reforma bancária, foi por êle proposta mas não pôde obter sua aprovação, pela hostilidade dos próprios conservadores, o que determinou a queda do gabinete Abaeté, que não conseguiu do imperador um desejado adiamento das Câmaras. A 10 de agosto de 1859, depois de oito meses no poder, substituiu-o outro, presidido pelo muito hábil e competente Ângelo Muniz da Silva Ferraz, futuro Barão de Uruguaiana. A êste, que ocupava a pasta da Fazenda, foi possível conseguir a aprovação da lei de 22 de agosto de 1860, em que culminou a reação contra o anterior inflacionismo (48).

## DEPUTADO CONSERVADOR

Nas eleições de 1860, famosas pela renovação do espírito liberal, sobretudo na Cárte, foi Tórres Homem reeleito deputado pelo 4.º distrito fluminense, para a 11ª legislatura, de 1861 a 1864.

Para hostilizá-lo ainda se lembrava, como sempre, o panfletário Timandro. De sua influência seria, por exemplo, o folheto *Os Cortesãos e a Viagem do Imperador*, de José Joaquim Landulfo da Rocha Medrado, em 1860 aparecido na Bahia, a propósito da excursão imperial às províncias da costa Leste, do Espírito Santo à Paraíba, em 1859/1860. Respondeu-o outro panfleto — *A Monarquia Constitucional e os Libelos* (Rio, 1860), de Antônio Davi de Vasconcelos Canavarro, em cujos «Prolegômenos» foi Timandro expressamente citado.

---

(46) Circular cit., copiada em exemplar do *Libelo do Povo*, 1ª ed., da Coleção Benedito Ottoni, organizada por José Carlos Rodrigues, pertencente à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

(47) *Op. cit.*, p. 27.

(48) *Idem.*

Como deputado conservador distinguiu-se Tôrres Homem na derrubada do chamado «ministério dos anjinhos», em fins de maio de 1862. Tendo o gabinete presidido pelo Marquês de Caxias em vão solicitado do imperador uma dissolução da Câmara, substituiu-o, a 24 dêsse mês, outro que seria o primeiro chefiado pelo conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos. Recebido hostilmente pela opinião política, contra êle redigiu Tôrres Homem, em sessão da Câmara no dia 28, um pedido de adiamento de discussão de simples emendas vindas do Senado e feitas a uma proposta sôbre promoções na Marinha, o que valia por verdadeira moção de desconfiança. Assinando-o em primeiro lugar, com mais 44 deputados, sua conseqüência foi a queda do gabinete, por sua brevidade no poder apelidado «dos anjinhos». Eram os seguintes os respectivos têrmos: «Requeremos o adiamento desta discussão até que a Câmara possa convencer-se de que o ministério está disposto a executar fiel e estritamente o presente projeto de lei» (49). Aprovado em votação nominal, ao gabinete não restou outro recurso senão solicitar do imperador a dissolução da Câmara. Negando-o Dom Pedro II, por já tê-lo feito quando o pedira o ministério anterior, retirou-se Zacarias do poder, sendo chamado para organizar novo governo o Visconde de Abaeté. Em conversa com o imperador conforme registrou êste em seu *Diário* ainda inédito, quanto a Tôrres Homem disse «que não convinha sua escolha para ministro na atualidade» (50).

A 29 de maio recusou Abaeté a incumbência de organizar gabinete, aceitando-o, a 30 do mesmo mês, o Marquês de Olinda. Foi assim, o «ministério dos anjinhos», o mais curto do Segundo Reinado, tendo durado apenas seis dias — o que Zacarias jamais perdoaria a Tôrres Homem, como veremos.

## NAS CRISES POLÍTICAS DE 1868

Depois de 1864 não mais foi deputado Francisco de Sales Tôrres Homem. Nem por isso deixou de ocupar altas posições, como as de presidente do Banco do Brasil, inclusive nos últimos anos da Guerra do Paraguai. Cuidou de sua reforma e em *Relatórios* dirigidos às Assembléias Gerais de acionistas, relativos aos exercícios de 1867, 68 e 69, deu conta de suas atividades nesse importante setor da administração financeira do país.

(49) *Organizações e Programas Ministeriais desde 1822 até 1889* (Rio, 1889), p. 130.

(50) Conforme o *Diário* de 1862, de D. Pedro II, páginas relativas a 28 e 29 de maio dêsse ano, manuscrito que se guarda no Arquivo do Museu Imperial, de Petrópolis, que o publicará, em breve, em seu *Anuário*, com prefácio e notas de nossa autoria.



Em 1866 entrou para o Conselho de Estado e convém notar que essa nomeação ocorreu por ocasião do terceiro ministério presidido pelo conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos, que durou daquele ano ao de 1868, no qual por duas vêzes entraram em conflito o seu intransigente chefe e o conselheiro de Estado, presidente do Banco do Brasil e candidato a senador.

## NA CRISE DE FEVEREIRO

Em outubro de 1867 foi Tôrres Homem candidato nas eleições para senador pelo Rio Grande do Norte, na vaga aberta com o falecimento de D. Manuel de Assis Mascarenhas. Obteve apenas o segundo lugar na votação, competindo o primeiro ao prestigioso chefe liberal da província, Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti de Albuquerque, pertencente ao partido então no poder.

Ainda não havia a lista tríplice dos candidatos mais votados chegado ao imperador, para a escolha de um dêles, quando ocorreu, em fevereiro de 1868, uma séria crise entre o gabinete e o comandante das forças em operações no Paraguai, o Marechal de Exército Marquês de Caxias, em política pertencente ao Partido Conservador, o mesmo de Tôrres Homem. Sentindo-se melindrado por críticas feitas ao seu comando militar, publicadas em jornais cariocas que apoiavam o ministério, pediu Caxias demissão do cargo. Zacarias prontificou-se a deixar o govêrno, para que se mantivesse em seu pôsto o marquês, necessário ao prosseguimento da guerra. Submeteu o imperador a questão ao Conselho de Estado, perguntando-lhe qual a solução a ser dada à crise. O voto do conselheiro Tôrres Homem, que se guarda no Arquivo da Família Imperial Brasileira, no Museu Imperial, de Petrópolis, até agora inédito, é documento que por sua natureza e conseqüências exige transcrição integral. Ei-lo, de acôrdo com a minuta da famosa reunião do mais importante órgão consultivo que já teve o Brasil :

«O Conselheiro Tôrres Homem começou por ponderar que a grave questão que Vossa Majestade Imperial se dignou ouvir o seu Conselho d'Estado pode ser dividida em duas. A primeira é se a desinteligência ocorrida entre o ministério e o marquês, e que serviu de fundamento ao pedido de demissão dêste general, pode ou não ser aplainada e removida satisfatoriamente.

A segunda questão vem a ser, se na hipótese de tornar-se inexequível o emprêgo de qualquer meio conciliatório e próprio a desvanecer as suspeitas de que se acha preocupado o Marquês de Caxias, qual dos dois expedientes será preferível, a demissão do ministério ou a do general?



Quanto à primeira, abstraindo dos sentimentos de dignidade pessoal e de brio militar, digo que há uma condição essencial de força moral, de que não pôde jamais prescindir um general em chefe, no interesse mesmo do desempenho de sua grande missão. Essa condição é a confiança do governo que entregou-lhe o comando das forças. A guerra, sendo por sua natureza sujeita aos lances da fortuna e aos acidentes imprevistos que decidem da sorte das batalhas, derrotando às vêzes os melhores planos, o general, que teme a má vontade do governo, trepida diante da responsabilidade dos reveses, contando com a perseguição em vez do apoio, qualquer que possa ser o mérito real de suas operações.

Esta apreensão é incompatível com a liberdade da ação, com as inspirações próprias do gênio aventureiro da guerra; e o general cai desde então nos excessos da prudência e da segurança, excessos não menos prejudiciais que a temeridade.

Ora, sem entrar na apreciação das razões alegadas pelo Marquês de Caxias para solicitar a demissão, depreende-se delas de que está persuadido de que essa condição inalienável, a que me referi, não existe para êle; e de que, conseqüentemente, não podia deixar de dar o passo que deu.

Mas, se o ministério entende que são infundados os receios do general, então nada mais fácil, mais simples e natural do que êle mesmo fazer-lhe ver a inconsistência das suas suspeitas e reiterar-lhe as expressões de confiança que o tranquilizem.

Dêste modo terminar-se-ia a presente questão. Tratando-se de um general que não exigiu nem aceitou condição alguma política para ir cumprir o árduo dever de que se incumbiu sem hesitação; e que na sua longa carreira militar nunca deu pretexto para duvidar-se de sua lealdade e patriotismo.

Pelo que respeita à segunda questão, é opinião minha que a demissão do atual comandante do exército no Paraguai seria uma calamidade, seria uma medida cheia de inconvenientes e perigos com relação à guerra, sobre a qual a retirada do gabinete não poderia exercer a mínima influência. O Marquês de Caxias tem merecido prestígio no exército e na população; nêle concentram-se as esperanças do país para o próximo térmo desta luta desastrosa; em suas mãos está depositada a direção suprema da guerra, limitando-se as funções aliás importantes do ministério a fornecer os elementos necessários para sustentar um exército em operações.

A tarefa do gabinete poderia ser preenchida por outro qualquer; o mesmo não se poderá afirmar a respeito da do Marquês de Caxias, nas presentes circunstâncias. Por outro lado, justa ou injustamente, o atual gabinete é impopular; a opposição

à sua política e a seus atos é quase geral. Como é que neste estado de enfraquecimento poderia êle demitir um general prestigioso e rodeado da confiança pública, sem exacerbar de um modo incalculável os espíritos, e levar ao auge o descontentamento público ?

Em conclusão o meu voto é que o ministério procure dissipar as apreensões do Marquês de Caxias; e que no caso de não ser isso possível, o general deve ser conservado» (51).

## NA CRISE DE JULHO

A crise política de fevereiro de 1868 resolveu-se, de acôrdo com o voto de Tôrres Homem no Conselho de Estado, com a manutenção do ministério liberal, graças à nobre aceitação, pelo Marquês de Caxias, das amplas e leais explicações que lhe foram dadas pelo conselheiro Zacarias.

Cinco meses depois, em julho, dentro de suas atribuições constitucionais, manifestou o imperador o desejo de escolher senador pelo Rio Grande do Norte o conselheiro Tôrres Homem. Julgando essa escolha «não acertada», Zacarias, que hostilizado pelos chamados «liberais históricos» estava à espera de um pretexto para deixar o govêrno, pediu demissão. Aceitou-a o monarca e, talvez para que se não reproduzisse a crise de fevereiro, julgou que era chegado o momento de chamar ao poder o Partido Conservador, encarregando de organizar ministério, a 16 de julho, o senador Visconde de Itaboraí.

Quanto à escolha senatorial de Tôrres Homem, ninguém discute que era direito do imperador fazê-la. Zacarias, porém, desde 1860 publicara um estudo de direito público — *Da Natureza e Limites do Poder Moderador*, no qual sustentava a responsabilidade do ministério mesmo por atos privativos do soberano, inclusive o relativo à composição do Senado. Esquecia-se, incoerentemente, que a ratificação, por seu ministério, da nomeação do mesmo Tôrres Homem para o Conselho de Estado, era, igualmente, uma tácita aprovação do Poder Executivo a outra prerrogativa constitucional do titular do Poder Moderador. Quem podia ser conselheiro de Estado obviamente também podia ser senador. Quase o mesmo se poderá dizer de outra posição de confiança que ocupava na alta administração, a de presidente do Banco do Brasil. A alegação de *desacertada*, quanto à nomeação para o Senado, era, na verdade, apenas um pretexto para

---

(51) Arquivo da Família Imperial Brasileira, cit., maço 141, doc. n.º 7.046 do «Inventário» organizado por Alberto Rangel.

Zacarias retirar-se do poder com a altanaria que lhe era própria, ou talvez em revide ao voto do conselheiro de Estado em que aquela saída era claramente apontada, na hipótese de Caxias não aceitar as explicações sugeridas em fevereiro. Ou talvez ainda em lembrança da decisiva atitude do mesmo Tórres Homem em 1862, quando da primeira demissão de Zacarias do poder, provocada por uma moção de desconfiança por aquêlê subscrita em primeiro lugar.

Não obteve Tórres Homem com facilidade sua desejada entrada para o Senado. Apesar de escolhido em carta imperial de 22 de julho de 1868, alegando irregularidades havidas na eleição, anulou-a aquela casa vitalícia a 1 de junho de 1869. Ocorrendo novo e também contestado pleito em novembro dêste ano, no qual, de acôrdo com a apuração realizada pelo próprio Senado, desta vez obteve Tórres Homem o primeiro lugar, foi nova e definitivamente escolhido para o ambicionado cargo de senador pelo Rio Grande do Norte, a 27 de abril de 1870, dêle tomando posse a 20 de junho do mesmo ano (52).

### VISCONDE DE INHOMIRIM

Alcançada afinal, a posição mais desejada por todos os politicos do Império, a de senador vitalício, deveria transcorrer mais calma, dali por diante, a vida política de Francisco de Sales Tórres Homem. De vez em quando não faltaria quem lhe lembrasse a muito anterior atividade de panfletário, mas êle, que na intimidade dela se orgulhava, em público francamente a re-negava (53).

### NOVAMENTE MINISTRO

Deixando a presidência do Banco do Brasil, ainda em Assembléia Geral no início de 1870 defendeu sua atitude em favor

---

(52) Cf. *Organizações e Programas Ministeriais*, cit., ps. 411 e 417; Affonso de E. Taunay — *O Senado do Império* (S. Paulo, 1942), ps. 234/235.

(53) Esse orgulho foi expressamente citado por Albino dos Santos Pereira, em seus *Tipos Políticos*, de 1872, de quando ainda vivia Tórres Homem. — Segundo o padre João Manuel, em suas *Reminiscências sobre Vultos e Fatos do império e da República*, cit. p. 89, a propósito dizia Tórres Homem: «Só há um libelo politico que fez carreira neste país. Os que vierem depois não terão o mesmo valor e nem despertarão o mesmo interesse». — Mas o Visconde de Taunay, em suas *Reminiscências*, também citadas, à p. 37 contou o episódio, ocorrido em um dos «jantares do Barros», em que o Visconde de Inhomirim manifestou o seu constrangimento e desaprovação à pergunta que lhe fez um indiscreto, sobre seu arrependimento pela autoria do *Libelo do Povo*.

de um antigo adversário de 1858, o Barão de Mauá, cujo Banco não teve dúvidas em auxiliar, quando no Rio da Prata foi sèriamente prejudicado pela hostilidade de um govêrno uruguaio (54).

No mesmo ano de 1870 seria Tôrres Homem novamente ministro da Fazenda, no curto e falhado ministério presidido pelo conselheiro José Antônio Pimenta Bueno, Visconde, depois Marquês de São Vicente, que apenas durou de 29 de setembro a 7 de março do ano seguinte.

Nesse cargo pouco pôde fazer, esforçando-se por conseguir um empréstimo externo em condições melhores que as anteriormente fixadas por nossos tradicionais banqueiros em Londres, a casa Rothschild. Nesse sentido, a 16 de novembro escreveu ao conselheiro José Carlos de Almeida Arêas, depois Barão e Visconde de Ourém, ministro do Brasil na Inglaterra, apresentando-lhe Herman Haupt, que desejava ser intermediário em empréstimo a ser feito na casa bancária de John Henry Schroeder & Co. A 23 do mesmo mês, enviou instruções para um empréstimo de três milhões de libras, acrescentando que se os Rothschild não aceitassem as nossas condições, poderíamos «bater em outra porta». E a 23 de dezembro manifestava sua esperança de que o empréstimo fôsse feito pelo menos ao tipo de 89. E, como velho amigo da França, inútilmente terminava «fazendo votos pelo triunfo dos franceses», já em luta contra a Alemanha.

De sua situação pessoal dizia na carta de 23 de novembro de 1870: «Continuo doente de asma quase sem interrupção, porém a soffro sem muita impaciência, porque o tempo corre ligeiro, e espero chegar breve ao fim da viagem neste mundo. Perdi a saúde, e também tôdas as minhas ilusões. Entretanto acho-me segunda vez no ministério, representando um papel no teatro das quimeras, e desculpando-me com a fatalidade» (55).

Substituído o gabinete São Vicente pelo mais forte do Visconde do Rio Branco, a 5 de setembro de 1871 nobremente o apoiou Tôrres Homem na difícil vitação da Lei do Ventre Livre, de liberdade dos filhos das escravas, em burilado discurso, justamente considerado uma de nossas mais notáveis peças oratórias do parlamento imperial. Ficou famosa uma de suas caprichadas frases, aquella que mencionava «a pirataria exercida à roda dos

---

(54) Conforme discurso publicado no *Jornal da Tarde*, do Rio de Janeiro, de 19 de fevereiro de 1870, exemplar da Coleção Sanador Nabuco, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

(55) Conforme cartas que pertenceram a Eduardo Prado, por Eugênio Egas doadas ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em cujo Arquivo se encontram.



berços nas águas da jurisdição divina e debaixo das vistas imediatas de um povo cristão». Foi, como já se tem repetido, o seu canto de cisne (56).

## RETRATOS DO VISCONDE

A 15 de outubro de 1872 entrou Tôrres Homem nos quadros da nobreza brasileira, sendo agraciado, com as honras de Grande do Império, com o título de Visconde de Inhomirim, que lembrava a região fluminense em que pelo casamento passara a ser rico fazendeiro. O fato proporcionou-lhe algumas sátiras em verso, atribuídas a Joaquim Serra e de autoria do padre José Joaquim Corrêa de Almeida (57).

Do novo titular, em seus últimos anos de vida, existem retratos biográficos que merecem transcrições parciais. Eis, por exemplo, o que dêle traçou o padre João Manuel de Carvalho, em suas *Reminiscências sobre Vultos e Fatos do Império e da República* :

«A fisionomia de Sales Tôrres Homem era mais repulsiva do que atraente, pela imperfeição dos traços que a caracterizavam.

---

(56) Floriano Tôrres Homem — *op cit.*, ps. 100/101.

(57) A primeira transcrita pelo Sr. R. Magalhães Júnior — *op. cit.*, p. 40 — A segunda, incluída no poema «O Crisma da Monarquia», foi publicada no sexto volume de *Sátiras, Epigramas e outras poesias* (Rio, 1876), do padre Corrêa. Ei-la :

«Quando garboso advogava  
o interêsse popular  
Tôrres Homem se chamava  
graúdo parlamentar.

Tão expressivo apelido  
de um varão de alto saber  
até às nuvens erguido  
devia permanecer.

Porém qual!... Deus nos acuda!  
Mudam-se os tempos, e (ó dor!)  
o nome também se muda  
ao eloquente orador!

Vós gramáticos defuntos,  
não vistes o que hoje vi!  
Dois diminutivos juntos,  
qual português, qual tupi!

Inho, atéqui desinência,  
já se antepõe a *mirim*  
significando a eminência  
do senhor de *Inhomirim*!

(*op. cit.*, ps. 6/7).



À primeira vista o seu todo inspirava aos que se aproximavam, um misto de surpresa, de admiração, de medo, de antipatia e de repulsão, que se desfaziam pouco a pouco com a frequência e continuidade de relações, que chegavam a ser estreitas e afetuosas, mas nunca íntimas e familiares. Não podia deixar de sentir a mais estranha impressão aquêlê que, conhecendo pela mais brilhante nomeada e a tradição mais honrosa, essa notabilidade do país, via-se diante de um personagem de estatura abaixo de mediana, quase rotundo, de cabeleira postiça, um formidável par de beiços grossos, óculos de ouro com vidros de cristal, *cara de poucos amigos*, carrancudo, apumado, têsô, parecendo respirar orgulho, vaidade e impostura, encarar o resto da humanidade com o mais soberano desprêzo, caminhando com o passo lento e firme, sem olhar para os lados, sempre empavesado, trajando caprichosamente, com apuro irrepreensível, supondo talvez que êle fôsse o *único mulato* do mundo. Quando, porém, se comunicava mais de perto, ouvindo-se-lhe os sábios conceitos, sentindo-se-lhe as suaves irradiações de uma grande alma, os deslumbramentos produzidos pelas vividas cintilâncias de um espírito superior, proferindo frases de animação para os fracos, dispensando prudentes conselhos aos inexpertos, encorajando aos tímidos, ensinando aos ignorantes, exercendo a mais benéfica e irresistível influência sôbre todos que se lhe aproximavam, sem abatê-los, sem humilhá-los, sem fazer-lhes subir o rubor às faces, convertendo a palestra em conferência instrutiva, as advertências de amigo e preleções de mestre, o lar doméstico em academia, sem afetação, sem pretensiosidades, sem impertinências; quando de seus lábios grossos se desprendiam as refulgências de seu verbo inspirado, de seus olhos cintilantes os vívidos clarões de seu gênio peregrino, aquêlê todo tão fisicamente repelente se transfigurava em foco de luz, que iluminava os espíritos e inflamava os corações».

«Um dia, disse-me: — Há quem pense que sou orgulhoso e impostor, julgando-me pelas aparências. Não há tal — acrescentou com acentuado tom de sinceridade — sou hoje o que fui sempre; êste meu todo, êste meu porte, êste meu ar são os mesmos dos tristes tempos em que era obrigado pela necessidade a lavar eu mesmo, na véspera, o único lenço de que tinha de servir-me no dia seguinte».

Quando à oratória, contou Tôrres Homem ao padre João Manuel o seguinte :

«Quando entendi que devia proferir *discursos notáveis* no parlamento, procurei na leitura dos grandes oradores da antiguidade o tipo com que mais me afeiçoasse, e que felizmente encontrei. Identifiquei-me com o modelo, assimilei-o completa-

mente, e desde então começaram os meus triunfos oratórios». Não disse, porém, qual fôsse êsse modelo... Contestou, entretanto, que decorasse os seus discursos. — «Quando subo à tribuna, sei o que vou dizer, pelo estudo que faço, meditando sôbre o assunto de que tenho de ocupar-me. Não fale nunca sem estar bem preparado», aconselhou (58).

Não difere dêsse retrato o apresentado pelo Visconde de Taunay em suas *Reminiscências* :

«Nada atraente o físico, a figura de Sales Tôrres Homem. De estatura baixa, tinha predisposição para engordar, com exa-gêro, o ventre proeminente, pernas curtas em relação ao busto, o todo pesadão. O rosto de tez amarelenta e feições inexpressivas, numa quietude apática, era pronunciadamente vultoso, o que mais se acentuou no fim da vida, quando a bronquite crônica, de que sofria desde moço se foi transformando em opressora asma cardíaca; os lábios grossos, o inferior um pouco penso, belfo. Usava óculos fixos de aros de ouro sôbre os olhos pardacentos, esbugalhados, e basta cabeleira postiça sob chapéu alto de abas um tanto largas, o que lhe dava conjuntamente com o rosto liso e barba sempre escanhoada em regra, aspecto de comodista e gordalhufo pastor protestante. Vestia-se, porém, com o maior apuro, buscando conservar certa elegância de bom cunho parisiense, na sobrecasaca rigorosamente abotoada e bem assente no corpo, nas gravatas de gôsto com alfinetes artísticos, nas botinas envernizadas, sem nunca dispensar luvas, que trazia quase todo o dia calçadas. Gostava de bengalas de valor e delas tinha grande variedade; nem jamais se o via de guarda-sol ou de chapéu de chuva, como é tão geral no Brasil, hoje ainda mais do que outrora. Professava todo um sistema de idéias acêrca da côr da gravata apropriada ao dia e da pedra preciosa que tinha de nela figurar; e, um feita, o ouvi discorrer com muito espírito, erudição e a habitual solenidade de frase sôbre a significação das gemas entre os antigos e particularmente hebreus, e a sua adaptação às roupagens que deviam fazer realçar — o diamante sôbre o estôfo prêto, a safira sôbre o branco, a esmeralda no vermelho, o topázio em cima do azul, e assim por diante».

— «Ê preciso, aconselhava êle, não deixar aos mediócrs e tolos sequer essa superioridade, trajarem bem. As exterioridades têm inquestionável importância. A um tresloucado e criminoso é muitíssimo mais fácil dar logo cabo de qualquer mal-trapilho, do que simplesmente desrespeitar um homem revestido das insignias de alta posição social. Conturba-o a certeza de

---

(58) *Op. cit.*, ps. 87/89.

que êsse insulto será incontinente punido pelas leis e pelas autoridades».

«Consoante êsse modo de pensar, eram as suas maneiras compassadas, pouco expansivas, nunca familiares. O andar lento, quase majestoso, devido, aliás, em parte, à impertinente e antiga bronquite que só lhe consentia fôlego curto parecia denunciar muito orgulho de si, concorrendo para a reputação que lhe faziam de displicente e emproado, quando, entretanto, em convivência mais chegada, se mostrava o que na realidade era, gênio simpático, afável, folgazão, conversador inestimável e divertidíssimo».

Também amigo da boa mesa era o Visconde de Inhomirim. Dêle é êste conselho :

— «Não coma do pão senão a côdea; o miolo incha logo no estômago e ocupa lugar que pode ser muito mais bem preenchido» (59).

Em 1876, sentindo que se agravava seu estado de saúde, embarcou para a Europa, à procura de tratamento. De passagem por Lisboa, viu-o e ficou impressionado com seu mau estado o antigo companheiro de mocidade Manuel de Araújo Pôrto-alegre, Barão de Santo Angelo, côsul-geral do Brasil, que em carta ao Visconde de Araguaia transmitiu essa opinião (60).

Em Paris, a 3 de junho dêsse ano, foi encontrado morto em seu quarto de hotel, quando, sentado à mesa, dispunha-se a escrever alguma coisa. Transportados os seus restos para o Brasil, aqui chegaram em novembro, transferindo-se do Arsenal de Marinha para o Cemitério de São João Batista a 24 do mesmo mês e ano.

Com o conselheiro de Estado, senador e Visconde de Inhomirim encerrou-se, na política do Império, a tradição dos jornalistas e panfletários destinados a carreiras muito diferentes daquelas que deixavam entrever seus começos quase revolucionários (61).

---

(59) *Op. cit.*, ps. 37/39 e 43.

(60) *Apud* Visconde de Taunay — *op. cit.*, ps. 79/80.

(61) Êste trabalho primeiramente apareceu no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, em sete artigos, publicados a 15, 22 e 29 de março, 5, 12, 19 e 26 de abril de 1959. Foi, porém, revisto para esta publicação na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* acrescentando-se-lhe as notas de pé de página.

## OLHANDO PARA TRAZ

NORIVAL DE FREITAS

Foi pouco tudo quanto se disse e se escreveu sobre Max Fleiuss, por ocasião do seu infausto falecimento. Merecia muito mais, não obstante as justas e merecidas homenagens que lhe foram prestadas naquela ocasião pelas mais eminentes personalidades do nosso mundo intelectual.

E é porisso, para não empanar o brilho dessas manifestações, que não me aventuro, nem me proponho a traçar-lhe, agora, um esboço biográfico, que seria pobre e mesquinho para quem dispôs de tão alta mentalidade. Dar-me-ei por satisfeito se conseguir lembrar, por outro ângulo, alguns episódios marcantes da sua privilegiada atividade em prol do engrandecimento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a que dedicou todo o seu desvelado carinho e toda sua, lúcida inteligência.

Tentarei mostrá-lo por um outro prisma, como fruto de uma convivência diária e pessoal, durante longos anos, na mais perfeita comunhão de idéias e sentimentos.

---

Já houve quem dissesse, com muita propriedade, que Fleiuss alimentava pelo Instituto Histórico o mesmo culto que devotava ao seu lar feliz e acolhedor. Na verdade, este não era mais do que um prolongamento daquele e aquê um prolongamento dêste. Sempre alegre e de alma aberta aos que o procuravam, sabia fazer o bem, amparar e ajudar a quantos dêle se aproximavam, sem contudo, afastar os olhos do Instituto.

De tudo quanto prodigalizava em benefícios pessoais a terceiros, não se esquecia, nunca, dos interesses da sua velha Instituição e de tirar dêsses benefícios um proveito para ela, por mais longínquo ou problemático que lhe fôsse. Para Fleiuss não havia impossíveis, desde que estivesse em jôgo o renome do Instituto. Foi daí, dessa alevantada devoção pela história da nossa Pátria, que nasceu-lhe a iniciativa de reencetar as pesquisas e investigações nas



fontes capazes de esclarecer os seus episódios obscuros e ignorados, interrompidas desde 1855, quando delas se ocuparam João Francisco Lisboa, Antônio Gonçalves Dias, Conselheiro Antônio Meneses Vasconcelos de Drumond, Francisco Adolfo Varnhagen, e, mais recentemente, Joaquim Caetano da Silva, Barão de Ramiz Galvão, Manuel Cícero e Joaquim José de Campos da Costa Medeiros e Albuquerque, conforme relata Fleiuss, em detalhes preciosos, numa das suas notáveis crônicas, publicada no *Jornal do Comércio* de 3 de janeiro de 1943, sob o título «Recordando...»

Coube-me desempenhar a última dessas incumbências, e, por isso mesmo, a de resultados mais reduzidos e desvaliosos, embora recebidos, na época, com desvanecedores aplausos dos Membros daquela augusta Instituição, dos quais se destacaram os Eminentes Barão do Rio Branco, Barão de Ramiz Galvão, Barão de Studart e os não menos eminentes e consagrados historiadores Manuel Cícero, Capistrano de Abreu e Vieira Fazenda, sem falar nos hiperbólicos, e, por isso mesmo suspeitos, elogios de Fleiuss, então Secretário Perpétuo do Instituto, que foi o inspirador da pesada tarefa que me tocou. Se dela me desincumbi a contento ou se os seus resultados deixaram muito a desejar, não sou, de certo, o mais indicado para opinar.

Reconheço, todavia, que os seus proveitos seriam muito mais alentadores, se pudessem ser apreciados à luz do meu grande desejo de acertar e dos ingentes esforços que despendi nesse sentido.

---

Não é demais recordar — já que estamos rememorando coisas do passado — o meu primeiro encontro com Fleiuss.

Conheci-o na Repartição dos Correios, onde, após um concurso que autorizou a minha nomeação, fui servir sob suas ordens em uma das Seções de que era chefe.

Sabendo, não sei como nem por quem, da minha situação de estudante na Academia de Direito, sem outros recursos a não ser o pingue ordenado que percebia, começou a distinguir-me com a sua proteção. Sem qualquer apresentação amiga, sem outra recomendação que não fôsse a do zelo pelos meus deveres funcionais, fui, desde logo, surpreendido com os seus aplausos pela iniciativa de trabalhar de dia para estudar à noite. Certa vez — nunca me fugiu da memória êsse episódio — ao incumbir-me de determinado serviço, que deveria ser feito por funcionários mais graduados, Fleiuss, com aquela simpatia e amabilidade que cultivava sem afetações, foi sentar-se à minha mesa, como que procurando justificar o motivo pelo qual me encarregava de uma tarefa, a que, na realidade, não estavam obrigados os funcionários da minha modesta categoria.



Mas, no fundo, o seu escopo, os verdadeiros intentos dessa palestra inesperada eram outros bem diferentes. Sua acutilante inteligência fôra traída, pelo menos, nesse momento. Não conseguir ocultar o seu vivo desejo de prescrutar o meu íntimo e de investigar, por outro lado, o que havia de verdade sôbre a minha situação financeira, e, sobretudo, a respeito das minhas preocupações com relação aos meus estudos e o meu futuro. O que é certo é que nos dias que se seguiram a essa palestra, já eu não perdia, na Academia, as aulas das 2 às 3, a despeito do expediente da Repartição só se encerrar às 3 horas. Desde então o seu interêsse pelo meu curso jurídico e a sua proteção para facilitá-lo foi crescendo numa progressão ascendente e permanente. Data dessa época o início das minhas visitas ao Instituto, instalado ainda no velho e histórico edifício da Praça 15 de Novembro, hoje ocupado pela Academia no Comércio, e que, por iniciativa de Fleiuss junto ao Ministro da Viação, Dr. Augusto Tavares de Lira, havia sido remodelado para êsse fim.

Foi aí que tive a subida honra e a mais desvanecedora alegria de conhecer pessoalmente o Excelso Rio Branco, o erudito Capistrano de Abreu e o escol da intelectualidade brasileira constituída por Vieira Fazenda, Civile Derby, Rocha Pombo, Ouro Preto (o velho e o moço), Paranaguá, Leite Velho, Pedro Lessa, Euclides da Cunha, Alberto Rangel, Gastão Ruch e tantos outros — para só falar nos mais assíduos —, e onde gozei do encanto de assistir, quase que diàriamente, as curiosas discussões e as resingas intermináveis, que ali se desenrolavam entre Vieira Fazenda e Capistrano, tão depressa êste último galgava a escada que ali o conduzia.

---

Cabe aqui um parêntesis a que me deixo arrastar gostosamente, por se tratar de uma das figuras mais interessantes que o Instituto guardou por muito tempo e ao qual serviu com o maior desvêlo e devotamento.

Vieira Fazenda era um tipo bizarro pela sua esquisitice, pôsto que sempre amável, galhofeiro e comunicativo. Pachorrento e de um bom humor sem limites e meios têrmos, dava a vida por uma anedota e por uma palestra chistosa, recebendo sempre com alegria e boa-vontade a todos que o procuravam para qualquer consulta, muito embora, a princípio, se esquivasse em respondê-la, apegando-se às evasivas do «parece-me» e do «creio que era», para, logo depois, seduzido e por ela empolgado, discorrer fluentemente, por largo tempo, sôbre os mais pequenos detalhes do episódio focalizado, sem para isso recorrer a qualquer nota ou apontamento sôbre o assunto.

Parece que ainda tenho ante os meus olhos aquêle seu vulto pequenino, gorducho e atarracado, metido numas roupas muito lar-

gas, de ordinário com o colete desabotoado, de sorte a trazer as mãos prêsas ao cóz das calças, passeando, vagarosamente, ao longo do «cemitério do Fleiuss», pitoresca denominação por êle dada à extensa galeria para onde se comunicavam tôdas as demais dependências do Instituto, e onde Fleiuss havia disposto, sôbre colunas de mármore e de madeira, os bustos de vários antepassados ilustres, e, pelas paredes, os retratos de outras tantas personalidades eminentes já falecidas. Aí, nessa galeria, para onde se transferia tão depressa acabasse de escrever o seu «Folhetim» para *A Notícia*, recebia, então, os que o procuravam, e, aí mesmo, passeando de um lado para o outro, respondia verbalmente as consultas que lhe faziam. Raramente recorria a outra fonte que não fôsse a da sua privilegiada memória. Era de um rigor absoluto na hora de chegada, mas fazia questão fechada de sê-lo também na da saída. Por isso mesmo, quando ali chegava o Capistrano, nas proximidades desta, o nosso bom velhinho não se continha:

— Lá vem o cacete do Capistrano...

— Deixa-me ir aturá-lo antes que chegue a minha hora, dizia-me com um sorriso cheio de bondade, tôda vez que ali chegava êsse grande historiador, a quem, aliás, Fazenda dedicava grande amizade e em quem reconhecia a maior autoridade em matéria de história. Era uma delícia vê-los nas suas «turras» habituais e nas suas contendas, das quais, raras vêzes, saíam de acôrdio em seus detalhes e conclusões. A despeito dessas divergências, entrecortadas de pilhérias e de galhofas, era um gôzo vê-los e ouvi-los discorrer sôbre cousas e fatos do passado. Mau grado as resingas que entre êles viviam em estado permanente, nunca os vi separados.

Aproximavam-se tão depressa se avistavam, e não mais se apartavam, enquanto Capistrano se conservasse no Instituto. Raramente tenho visto dois tipos tão diferentes, de hábitos tão diversos e de um modo de viver e de agir tão opostos, unirem-se tanto e de se sentirem tão bem um ao lado do outro. Fazenda não lhe perdoava aquêl inveterado descaso pela roupa que vestia, o desprezo com que encarava as regras de higiene pessoal, nem se conformava com aquêl velho hábito de Capistrano viver eternamente olhando para o chão, como se estivesse à procura de alguma cousa, levado pelo «vício» — como dizia Fazenda galhofeiramente — de passar o dia inteiro, de cabeça baixa, esfregando o rosto nos alfarrábios, forçado por sua exagerada miopia.

Suando Capistrano entrava no Instituto, sem se avistar com Fazenda, encaminhava-se logo para a mesa da sala da Biblioteca, e não perdia tempo: obtido o documento ou o volume que lhe interessava, a êle se entregava inteiramente, com a mais absoluta

indiferença pelo que se desenrolasse ao seu lado. Mas Fazenda, logo que o avistava, começava a rondar-lhe, como que atraído por uma força estranha, passeando de um lado para outro, nas suas proximidades, com ares de desafio para as célebres e costumadas tertúlias, sem, contudo, interrompê-lo.

Capistrano, entretanto, logo que o percebia, próximo, levantava a cabeça, e, excusa dizê-lo, as contendas de sempre recomeçavam com o calor habitual.

Era um encanto apreciá-los nesses momentos, em que as disputas e as divergências não conseguiam arrefecer, siquer, os seus sentimentos afetivos e a recíproca admiração que entre eles existia.

---

Fechado o parêntesis, voltemos ao assunto capital.

Com as minhas primeiras visitas ao Instituto, que passaram a ser diárias, Fleiuss, dentro daquela atividade febril que só terminou com a morte, iniciava uma série de reformas e modificações nos seus arquivos, encarregando-me de vários serviços de cópias e restauração de documentos, proporcionando-me uma nova fonte de receita, com o aproveitamento das poucas horas de folga que me restavam. Com essa remuneração, que êle mesmo arbitrava, dentro dos escassos recursos financeiros do Instituto, promovia êle dois benefícios: a mim, ajudando-me a custear os meus estudos, e ao Instituto, a trôco de uma pequena despesa, a execução de um serviço necessário e inadiável. Seu Presidente era, então, o Venerando Marquês de Paranaguá, logo após substituído pelo Excelso Barão do Rio Branco, orgulho supremo da nossa nacionalidade e glória imperecível de todo continente americano. Foi nessa época que operou-se o ressurgimento do Instituto, graças ao interesse desmedido de Rio Branco, sàbiamente aproveitado por Fleiuss, que multiplicava, em todos os sentidos, a sua inesgotável atividade.

Depois de vários meses nesse afã, Fleiuss, com aquela alegria comunicativa de todos os momentos, e com aquela fisionomia em que se estampava a sua alma boníssima, comunicava-me que acabara de conseguir de Rio Branco a autorização para mandar-me a Portugal visitar os arquivos lusitanos, a fim de colhêr o que fôsse possível e o que interessar pudesse aos nossos historiadores.

A princípio, pesando bem as responsabilidades de tão importante e honroso cometimento, tentei fugir da sedutora incumbência, mostrando-lhe com bons argumentos que o Instituto auferiria muito maior proveito se dela encarregasse uma outra pessoa com mais capacidade e merecimento, tanto mais quanto eu já sabia que dois ou três elementos proeminentes do Instituto aspiravam o pôsto que me era indicado. Nada o convenceu. Durante dois dias não me

falou em outro assunto. Só sossegou, exultante de satisfação, quando lhe dei a garantia de seguir para Lisboa, logo que assim me determinasse, frisando-lhe sempre que correria por sua conta o fracasso a que eu, porventura, fôsse arrastado.

Em dez dias Fleiuss preparou minha viagem num ambiente de confiança e alegria que eu mesmo não sei descrever. Em pouco tempo obtinha do saudoso Visconde de Ouro Preto, do inesquecível Barão do Rio Branco e de quantos dispunham de prestígio em Portugal cartas com que lá deveria me apresentar, e para onde êle também, já havia escrito, anunciando minha viagem.

Fleiuss não descansava, nem se abatia com a onda que se levantou, dentro do Instituto, contra a indicação do meu nome para o desempenho dessa dignificante comissão. A tudo respondia com firmeza e com a mais inabalável convicção que confiava inteiramente nos ótimos resultados que dela adviriam para a douda Instituição. Creio mesmo que êle confiava mais do que eu próprio, não obstante a disposição a que me entreguei, já não digo para triunfar ou aparecer, mas para corresponder à sua cega confiança, defendendo, ao mesmo tempo sua pesada responsabilidade posta ao meu serviço.

Após uma série de palestras com Capistrano, Vieira Fazenda e Rio Branco, por êle mesmo preparadas para orientar-me nas primeiras providências em Portugal, daqui parti com a única obrigação de escrever-lhe, semanalmente, dando-lhe conta do andamento das minhas atividades e dos seus resultados.

Parece que, com a minha partida, multiplicou-se a sua preocupação. Por quase todos os vapores, recebia de Fleiuss cartas e mais cartas, recheiadas de conselhos e cada qual mais animadora. De tôdas ressaltava um vibrante contentamento pelos resultados que, aos poucos, ia colhendo e lhe comunicando, também por carta, timbrando em manifestar-me que a atmosfera de descrença pela minha atuação, estava sendo transformada em aplausos gerais, provocados pela leitura das minhas cartas-relatórios, que êle tinha o cuidado de levar ao conhecimento do Instituto, lendo-as, em sessão, à proporção que as recebia.

Não devo me deter nos resultados obtidos por êsse empreendimento, porque a nossa Revista já se encarregou de divulgá-los, com a grata compensação de me terem aberto as portas dêste Venerando Instituto, ao mesmo tempo que assim procediam a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e o valoroso Instituto Histórico do Ceará, para cuja história muito concorreram os documentos que eu trouxe de Portugal.

Pouco ou muito, bom ou mau, útil ou inútil, foi tudo quanto consegui nos poucos meses de um trabalho estafante, alimentado



pelo desmedido empenho de Fleiuss, e, certamente, muito aquém dos meus dilatados desejos.

Com o meu retôrno não parou nem arrefeceu a sua bondosa ação protetora, já, então, escoltada e por êle justificada com os elementos e esclarecimentos oriundos das minhas pesquisas. Em tôdas as oportunidades, e, às vêzes até sem oportunidades, Fleiuss não se esquecia do meu nome, cercando-o de elogios exagerados e inteiramente imerecidos, chegando a preparar, velada e habilidosamente, uma nova ofensiva no sentido de me fazer voltar à Europa para prosseguir nos trabalhos interrompidos pelo término do meu curso juridico. Baldados os seus esforços diante das ponderações de ordem pessoal por mim apresentadas, Fleiuss tomou, então, novo rumo, orientado sempre pelo empenho paternal de facilitar-me o ingresso na vida pública.

Vagara-se, nessa época, o pôsto de 2.º Secretário, que vinha sendo exercido pelo saudoso consócio Gastão Ruch. Meu nome foi o primeiro que lhe saltou à memória, o que bastou para ser adotado pelo grande Rio Branco, a cujo lado tive a alegria e a honra de trabalhar, servindo-lhe, diàriamente, na fase áurea da sua atuação no Itamarati — a do Congresso de Haia em que se avantajou a mentalidade ímpar de Rui Barbosa. Na primeira eleição, que se seguira, fui eleito para as funções de Tesoureiro, e para constituir várias Comissões Permanentes, ao tempo em que já era Presidente o inolvidável Conde de Afonso Celso. Dêsses encargos, Fleiuss só consentiu que eu me afastasse, por saber que, realmente, outros deveres me absorviam todo tempo no terreno político a que eu me entregara e nos compromissos profissionais que me atraíam e me prendiam.

Ainda por sua sugestão amiga tive a subida honra de fazer parte da Comissão Executiva do Primeiro Congresso de História, realizado nesta Capital, em setembro de 1914, constituída por Fleiuss, Alberto Rangel, Escragnolli Dória, Vieira Fazenda, Gastão Ruch, Viveiros de Castro, Oliveira Lima; Ramiz Galvão, Martins Francisco e Manuel Cicero, que eram incontestavelmente os expoentes máximos da intelectualidade brasileira.

De todos os documentos que eu trouxe de Portugal nessa missão, que deveria ser denominada «Missão Fleiuss», o que mais chamou a atenção dos estudiosos foi um pequenino mapa da Bahia do Rio de Janeiro, porque, justamente nessa época, Fazenda, Capistrano e Morales de los Rios estudavam e discutiam, porfiadamente, o assunto referente à fundação da nossa Capital, sem chegarem, contudo, a um resultado positivo, uniforme e isento de dúvidas. Os demais documentos, como sucede com todos os elementos que alimentam e enriquecem os arquivos,



só, de longe em longe, são rememorados e trazidos a publicidade, através de referências e citações dos que dêles se utilizam. Acredito que, dentre êles, hajam outros, senão de maior, ao menos de valor equivalente, dado o interêsse que despertaram em Oliveira Lima, em vários dos seus trabalhos, em Manoel Barata e Barão de Studart, nos trabalhos publicados sôbre a história dos seus estados natais. Capistrano — o notável Capistrano — em um dos seus últimos livros publicados — «Frei Vicente de Salvador» — não se fartou de fazer repetidas referências e citações dêsses documentos, para o meu maior contentamento e desvanecimento. Daí, creio eu, nasceu o interêsse demonstrado por essa carta topográfica, sôbre a qual Fazenda, em uma das suas memoráveis crônicas, escreveu, pela *A Notícia* de 6 de agosto de 1908, um detalhado estudo que vale a pena transcrever aqui, como valioso suprimento histórico sôbre a fundação da nossa atual Capital.

Assim escreveu textualmente o grande Fazenda :

«Bahia do Rio de Janeiro. Antiga carta topográfica, útil e importante, acaba, além de outros, de prestar ao Instituto Histórico o Sr. Max Fleiuss.

Por iniciativa do nosso ativo e operoso 1º Secretário Perpétuo, foi enviado à Europa o Sr. Dr. Norival Soares de Freitas. Levava êste a incumbência de visitar os arquivos e bibliotecas de Portugal, e ali fazer copiar documentos referentes à nossa história e próprios para serem reproduzidos na «Revista do Instituto». De regresso, há poucos dias, mostrou o Dr. Norival como galhardamente cumpriu a missão que, em boa hora, lhe fôra confiada.

Não cabe nos limites dêstes apontamentos enumerar a grande quantidade de documentos extraídos de velhos códices da Tôrre de Tombo, Biblioteca da Ajuda, Pôrto, etc., trazidos para uso dos estudiosos. Para citar apenas um exemplo, mencionarei a cópia do volumoso processo intentado pela Inquisição contra o célebre Padre Jesuíta Manuel de Moraes.

Êste, como, é sabido, apostatara e se casara por duas vezes em Holanda. Voltou a Portugal, e renunciando os seus passados erros, foi afinal absolvido.

Lembro-me agora que sôbre o tal sacerdote, o saudoso Eduardo Prado reunia materiais para escrever a biografia dêsse discípulo de Loyola natural de S. Paulo,

e que professou, segundo é fama, no Colégio do Rio de Janeiro. O illustre escritor a que me referi chegara mesmo a mandar tirar cópia do precitado processo, a qual se deve achar em poder dos seus herdeiros.

De um antigo Roteiro manuscrito e inédito existente na Tôrre do Tombo e que se ocupa da costa do Brasil, desde o Cabo de Santo Agostinho até o Sul, o Sr. Dr. Norival mandou extrair cópia de três pequenas cartas: a primeira da Baía do Rio de Janeiro; a segunda de uma parte da costa entre esta e a Capitania de S. Vicente e a terceira do litoral e suas redondezas desta mesma Capitania, pertencente, outrora, a Martim Affonso de Souza. Esse Roteiro havia escapado à classificação cartográfica da grande exposição, realizada, há anos, pela Sociedade Geográfica de Lisboa. Consta, porém, que o precitado documento fêz parte da Biblioteca de D. João VI e que estivera em Rio de Janeiro, isto se depreende de um antigo catálogo existente na Biblioteca Nacional de Lisboa e organizado aqui pelo ilustrado Santos Marrocos, quando êle, antes de 1821, exerceu o cargo de encarregado da Biblioteca do referido Monarca. Sôbre o autor de tal Roteiro, sem data, é completa a ignorância dos entendidos, a quem o Dr. Norival recorreu.

A carta sôbre a nossa Baía dá, mais ou menos, os contôrnos dela. É superior, em muitos pontos, à reproduzida na «Razão de Estado», e só inferior à do célebre jesuita Copacci, a melhor das antigas que conheço.

Com ela e tendo em vista os Capítulos 51 e 52 do «Roteiro do Brasil» se compreende perfeitamente as descrições feitas por Gabriel Soares de Souza, dos antigos lugares e dos arredores da nossa Cidade. A identidade das denominações dos locais entre uma e outra está indicando a época antiga dessa planta, até hoje desconhecida. Alguns nomes foram mal reproduzidos no original, mas apesar de tudo é possível com facilidade estudar os pontos da nossa Baía, principalmente provados em Face das Cartas de Sesmarias concedidas por Estácio de Sá e seus sucessores, e reproduzidas no volume 52 da Revista do Instituto.

Na entrada da barra vêem-se, bem discriminados o Pão de Açúcar, a Lage, a Ilha Rasa, a Serra de Piratininga, as Ilhas de Maricá e uma ilha, a «Jeriba-

tuba» (de Gabriel Soares), naturalmente a atual «buntunduba». Está marcado o «Morro Cara de Cão» e perto dêle, claramente se nota a legenda «Cidade Velha». Esta circunstância vem dar ganho de causa ao que ultimamente, escrevi sôbre a chamada «Ilha da Carioca». Lá está, também mencionado o nome dêsse Rio, indicando pela sua aptidão ter sido perfeitamente navegável, como afirmam antigas crônicas. Em frente está o Forte de «Vilaganhão» e mais para o lado esquerdo a «Cidade de São Sebastião», com o famoso «boqueirão» entulhado no tempo de Luiz de Vasconcelos, no local em que está hoje o «Passeio Público», e o Largo da «Lapa do Destêrro». Na aba do Morro do Castello, para onde foi transferida a cidade, por Mem de Sá, marca a legenda a posição de um Forte. Será o antigo «Baluarte da Sé ou o Forte de «Santiago», hoje Arsenal de Guerra?

Um pouco para fora lá, se nota uma grande cruz.

Será esta a que serviu de demarcação das terras concedidas em «Santa Luzia» aos Frades de São Francisco, em 1592, pelo Governador Salvador Corrêa de Sá (o velho)?

Entre a Cidade e a Ilha das Cobras, que conserva o seu antigo nome da «Madeira», está perfeitamente demarcado o baixio entre o continente e aquela Ilha tão bem descrito pelo já citado Gabriel Soares. O nome de Manoel de Brito, colocado em frente à Ilha da «Madeira» indica a posse que já tinha, então, êsse individuo sôbre o Morro, hoje, denominado de «São Bento» e suas circunvizinhanças, posse reconhecida ultimamente, pela Prefeitura, aos religiosos beneditinos, em virtude do legado do mesmo Brito e de seu filho Diogo de Brito Lacerda. Demais, bem sabido é pelas leituras de velhas Sesmarias que a antiga marinha da cidade era conhecida desde a Misericórdia até São Bento, por «Praia de Manoel de Brito». Contornando o litoral da Cidade, vejo a Fôz de um grande rio, o «Paburacica», de que fala Gabriel Soares.

Será êste o antigo «Iguassu» (hoje «Rio Comprido»), que limitava a Sesmaria dos Jesuitas, a qual se estendia até a tapera de «Inhaúma»?

É possível.

No tempo da segunda medição das terras da Câmara (1753) os Jesuítas pretenderam provar que o antigo «Iguassu» era o rio depois chamado «Catumby», apoderando-se da vasta superfície entre o primeiro e o segundo. Hoje estou convencido dessa usurpação. Em primeiro lugar, a Câmara perdeu os autos da primeira medição (1667), e quando teve de proceder a segunda mandou *pedir aos próprios Jesuítas* um traslado do que constasse no Cartório do Colégio. Demais, está provado pelos livros da própria Câmara, que esta, desde tempos antigos, concedera Sesmarias entre o «Rio Comprido» (Iguassu) e o de «Catumby». Eis um ponto a averiguar por quem de direito.

Mais além, para os lados do atual bairro, de São Cristóvão, a carta indica um grande povoado com o nome de «Aldeia do Martinho». Quem será êsse «Martinho» se não o célebre aliado dos portugueses, Martim Affonso Ararigboia? Vem êsse fato provar, mais uma vez, que o chefe dos «Tupiminós» e a sua cabilda, antes de se passarem (1.573) para São Lourenço do outro lado da Baía, habitaram, por muito tempo, as proximidades da «Bica dos Marinheiros» em terras cedidas pelos jesuítas.

À vista do referido, não pode mais haver dúvida sobre êsse ponto, do qual a carta em estudo é poderoso e eloqüente testemunha.

Continuando a seguir o litoral, noto que o autor do «Roteiro», assim como Gabriel Soares, erraram, colocando o «Rio Magépe» (Magé) antes do «Rio Suruhy». Menciona a Carta que o «Rio Macacú» *entrou 20 léguas pela terra dentro*. Daí por diante, e, com a Carta à vista, é fácil seguir a descrição do lado direito feita por Gabriel Soares. Diz êle: «defronte do «Rio Macacú» está uma Ilha que se chama «Caiaíba», e, desta Ilha, a uma légua, está outra, que se chama Pacatá», e desta, à de Salvador Corrêa (Governador) é uma légua e meia...» Da ponta do «Rio Macacu», para a banda de leste se recolhe a terra, e faz uma enseada até outro ponto da terra, saído ao mar, em que entra um riacho, que se chama «Baximdiba»...

Defronte de «Baximdiba» está outra Ilha cheia de arvoredos; de «Baximdiba» se torna a afastar a terra para dentro, fazendo outra enseada, com muitos mangues no meio, em a qual se mete outro Rio, que se diz

«Suaçuna», e haverá de ponta a ponta duas léguas. Em meio, bem direito das pontas, está outra Ilha cheia de arvoredos e a outra ponta se diz Mutungabo». Da ponta de «Mutungabo» se esconde a terra a dentro, bem dois terços de légua, onde se mete um rio que se chama «País Doce», e faz uma volta, tornando a terra a sair para fora, bem meia légua, onde faz outra ponta, que se chama «Urumaré». Desta ponta à de «Motungabo» é uma légua, e bem em direito dessas pontas, em meio desta enseada, está outra Ilha de arvoredos. Desta ponta de Mutungabo» à de «Macacu» são quatro léguas; da ponta de «Urumaré», a dois terços de légua, está outra ponta onde começam as barreiras vermelhas, que ficam defronte da cidade, onde bate o mar da Baía, e defronte dessa ponta, para o Norte, entra uma outra Ilha, que se diz de «João Fernandes», diante da qual está outra mais pequena. Das barreiras vermelhas se vai afeiçoando a terra ao longo da água, como cabeça de cajado, onde se faz uma enseada, que se chama «Piratininga, etc.

Essas localidades, designadas também no referido mapa, são hoje conhecidas pelos nomes de «Itaóca», «N. S. da Luz», «Porto do Rosa», «Pôrto Novo», «Pôrto da Pedra», «São Gonçalo», «Pôrto do Velho», «Neves», Barreto, «Pedro da Areia», «São Lourenço», «Ponta d'Areia», «Armação», «Niterói», «São Domingos», «Icarai», «Juruçuba», «Sambagoyá».

No meio da Baía, e com o título de «Ilha do Gato» e «Pernapuem» se destaca a Ilha do Governador, antes «Paranápuam», «Paranapoçú», do «Maracajá», e, também, dos «Sete Engenhos».

E vem a propósito corrigir um êrro em que têm caído todos os historiadores, quando tratam dessa Ilha. Chamou-se «Governador», dizem êles, por ter sido propriedade de Salvador Corrêa de Sá (o velho), que comprou a Dona Bárbara de Castilho, viúva de Miguel Ayres Maldonado por 200 mil réis.

Não é preciso muito esforço para se provar que Salvador obteve nessa Ilha, por Sesmaria, grande área de terreno. Quando Miguel Maldonado faleceu, já Salvador (o velho) o tinha antecedido, havia mais de 30 anos no caminho da eternidade. É possível que o



neto de Salvador (o velho — Salvador Corrêa de Sá e Benevides) tivesse feito, para alargar terrenos do seu ascendente, compra de terras a Dona Bárbara de Castilho. Daí tôda a confusão... Do que fica referido se pode concluir o valor que deve ter o Roteiro e a curiosidade despertada pelos mapas em questão.

Cabe aos competentes descobrir a época em que foi tal documento escrito e o verdadeiro nome do autor. Novas pesquisas virão, é certo, elucidar êsses pontos.

Em todo caso, merecem parabéns os Srs. Max Fleiuss e Norival de Freitas (assinado) Vieira Fazenda».

---

Estas apreciações do eminente historiador carioca só estão reclamando uma pequena retificação. Essa carta topográfica, estudada pela sua reconhecida competência, não foi trazida dos arquivos da Torre do Tombo. Encontrei-a, como já tive a oportunidade de relatar, na Biblioteca do Palácio d'Ajuda, então ocupado como residência da Rainha-Mãe daquela época.

Para terminar, não é demais repetir aqui os bondosos conceitos emitidos pelo saudoso Secretário Perpétuo do Instituto em uma das suas apreciadas crônicas, publicadas no *O Jornal do Comércio*, de 3 de janeiro de 1943, sob o título «Recordando...»

Assim se pronunciava o eminente e inesquecível cultor da nossa história :

---

«Em 1907 pude mandar a Portugal o Dr. Norival Soares de Freitas, graças ao influxo do Barão do Rio Branco e ao apoio do Marquês de Paranaguá, então Presidente do Instituto. O «Relatório» por êle oferecido, e pelos votos dos Drs. Leite Velho, Pedro Lessa e Visconde de Ouro Preto, abriu-lhe as portas do Instituto. O Dr. Norival de Freitas procedeu a minuciosas averiguações na Torre do Tombo, examinando os manuscritos das Chancelarias de D. Sebastião (1557-1578), Felipe I (1581-1598), Felipe II (1598-1621), Felipe III (1621-1655), D. João IV (1640-1656), D. Affonso VI (1656-1683), e grande parte do Corpo Cronológico. Passou depois à Biblioteca Nacional de Lisboa, onde estudou os Códices do Grupo Ultramar e documentos avulsos sobre Piauhya, Parahyba, São

Paulo, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Caiena e a Seção Pombalina. Em seguida visitou a Real Biblioteca d'Ajuda e a da Academia Real das Ciências, passando depois às Bibliotecas particulares e concluindo pelas de Coimbra, Pôrto e Évora.

Além dos valiosos manuscritos, em cópia, o Dr. Norival de Freitas examinou, na Biblioteca d'Ajuda, um «Roteiro» da costa do Brasil, desde o cabo de Santo Agostinho até o Estreito Fernão de Magalhães, instruído de diversos mapas, de que trouxe reproduções, e por um dêles firmou-se o local em que foi primeiramente fundada a cidade do Rio de Janeiro.

E vem o pressentir, inspirado, talvez, pela imorredoura saudade, que me prende à memória dêsse excelso amigo, acabo de atender a um dos seus desejos, sempre reclamado. Escrevi, em traços largos, o histórico, ou melhor, o relato das minhas atividades em Portugal. E assim, sirvo, ainda que tarde, a um morto querido, que, em vida, não fez outra coisa senão servir-me com paternal dedicação e desvelado carinho.

# CONFERÊNCIAS

## DIA DO RESERVISTA — OLAVO BILAC

GENERAL ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO

*Conferência realizada, a 16 de dezembro de 1959, pelo General de Exército Estevão Leitão de Carvalho, no salão nobre do Clube Militar, a convite do Comandante da 1ª Região Militar, em homenagem a memória de Olavo Bilac, no Dia do Reservista.*

Falar-vos, no Dia do Reservista, sobre o esforço de Olavo Bilac, em prol da implantação do Serviço Militar Obrigatória, e as conseqüências que daí resultaram, entrozando povo e Forças Armadas no mesmo propósito de assegurar a defesa do Brasil, é relembrar aquêl período de apreensões e esperanças, em que os espíritos progressistas do Exército, conscientes da fraqueza de nossos recursos bélicos, procuraram romper a crosta de rotina e comodismo, que paralisava as vontades, procurando o caminho da modernização do nosso poder militar.

A obra requeria coragem e abnegação para enfrentar uma situação criada, com a qual se tinha conformado a consciência dos responsáveis pela segurança do país. O grito de alarma partiu do seio das próprias classes armadas, através do intenso e vivo anelo renovador, com repercussão na imprensa e no Congresso, mau grado a resistência passiva do meio oposto à prédica patriótica dos que se rebelavam contra a existência de um poder militar fictício.

Nas páginas do *Jornal do Comércio*, um pequeno grupo de jovens oficiais, do Exército e da Marinha, — Gensérico de Vasconcelos, Mário Clementino de Carvalho, José Eduardo de Macedo Soares, Muniz Barreto e poucos outros, abriram, no fim da primeira década do século, o fogo de suas baterias progressistas contra a velha fortaleza desmantelada, pregando a reorganização de nossas forças de mar e terra, e o contrato de missões estrangeiras para orientá-lhes a remodelação e superintender à preparação dos novos quadros permanentes.

A essa investida inicial, associou-se o decano da imprensa brasileira, cujo redator chefe, Félix Pacheco, secundava-lhe os lances corajosos, no jornal e no Congresso. «O Brasil, proclamava, então, o esclarecido patriota, dormiu sobre os louros de uma velha campanha de cinco anos; e, quando acordou, viu que caíra num grade atraso, precisando, agora, reganhar o tempo perdido e cuidar ao sério da organização eficiente de sua defesa».

Não seria possível operar-se uma transformação, imediata, de mentalidade, num meio que se acostumara àquela ficção de força armada, rompendo com hábitos e tradições, para entregar-se a uma tarefa árdua, que exigia enorme esforço, na revisão de conhecimentos profissionais, e acréscimo de trabalho, áspero e fatigante. Mas a idéia abriu brecha e progrediu, ganhando terreno em toda a hierarquia e proporcionando os primeiros frutos, com a presença de um espírito moço e cheio de fé na pasta da Guerra, o Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, que encarnou, naquele momento, as aspirações dos que desejavam, para o Brasil, um Exército à altura de sua elevada missão.

Ele bem compreendeu que a obra a realizar apresentava aspectos diferentes, tanto técnicos como sociais; os primeiros atendíveis mediante a dotação de nova estrutura e a criação dos elementos por ela requeridos, para dar vida e eficácia à organização; os segundos, sem cuja consideração continuariam as fileiras em crise de pessoal, só associando à reforma a própria nação, por seus filhos de todas as idades e classes sociais, receberia satisfação.

A lei de 4 de janeiro de 1908, dispondo sobre a remodelação do exército em bases novas e determinando que o preenchimento dos claros nas fileiras fôsse feito pela conscrição, mediante sorteio dos que seriam incorporados, traçou o caminho definitivo às instituições de nossas forças de terra. O magno problema do recrutamento fôra resolvido convenientemente. Para vencer a repulsa tradicional das classes mais elevadas da sociedade ao serviço das armas, criou a lei duas modalidades de serviço arregimentado, que reduziam ao mínimo a permanência de certas categorias de jovens nas fileiras: o «voluntariado especial», que gozava de regalias excepcionais, não se misturando, de todo, os seus beneficiários, aos camaradas sorteados; e o «voluntariado de manobras» segundo o qual os jovens eram incorporados somente para os grandes exercícios de fim de ano. Essa novidade produziu excelentes resultados, carreando à caserna, no primeiro ano de execução da lei, moços de famílias do mais alto relêvo, na política e nas profissões liberais. O ensaio não foi, porém, duradouro: a parte fundamental da reorganização era, sem dúvida, a conscrição, e esta não tinha sido executada. Venciam os preconceitos e as prevenções tradicionais.

Por outro lado, a política, no seu jôgo de competições e de prestígios, de homens e de partidos, levava o promotor da lei à suprema magistratura da Nação, através de uma campanha eleitoral de retaliações e agravos, que deixara seus resíduos na vida pública, durante todo o quadriênio do governo Hermes da Fonseca. A atmosfera social tornara-se, dessa maneira, a mais imprópria à conquista do favor público, em bem da execução da lei. Continuou, assim, o regime do voluntariado sem prêmio, que levava aos quartéis, sem data fixa, os brasileiros humildes, a quem ficava entregue a defesa da nossa bandeira.

Essa situação, todos sentiam, não poderia continuar. Muitas circunstâncias concorreram para aboli-la de vez. Mas duas preponderaram para a retomada do caminho perdido, que levaria, agora, ao objetivo desejado. Foram, de um lado, a injeção de sangue novo nas veias do velho exército, fornecido pelo grupo de jovens oficiais, de tôdas as armas, que haviam servido arregimentados no Exército alemão, e que voltaram à Pátria decididos a transmitir aos camaradas os frutos hauridos naquela magnífica escola de preparação para a guerra. De outro lado, a eclosão da primeira Guerra Mundial, cujos lances trágicos mostraram, desde o início das operações, a sorte reservada às nações fracas, desarmadas moralmente, cuja segurança se escudava no Direito Internacional, e se sentiam abandonadas à sua triste sorte.

Ao impulso dessas duas poderosas forças de convicção, é que se iria operar a transformação definitiva, graças às disposições favoráveis do novo Presidente da República, o eminente Sr. Venesclau Brás Pereira Gomes, e à ação esclarecida e resoluta do seu grande Ministro da Guerra, o Marechal José Caetano de Farias. O caminho, êle o havia traçado, desde quando, por quatro anos, chefiara o Estado Maior do Exército. Com suas idéias amadurecidas pelo estudo, pôs-se, sem tardança, à obra, corrigindo as falhas e completando o trabalho do primeiro organizador do moderno exército. A obra, do ponto de vista técnico, foi erguida em moldes compatíveis com as condições militares sul americanas e obedeceu aos princípios consagrados na organização dos exércitos mais adiantados. A sua consolidação seria realizada com o tempo, à medida que a experiência fôsse revelando onde e quando devia ser aperfeiçoada.

O grande obstáculo a vencer era, porém, a resistência nacional à implantação do serviço militar obrigatório, resistência fundada nos preconceitos e prevenções tradicionais de uma sociedade que evoluíra no regime da escravidão e sofrera a influência da hierarquia social da monarquia, e se sentia diminuída em igualar-se na caserna com o homem humilde, com o soldado sem origens. E antes



de vencer essa resistência, não se poderia contar com a mocidade brasileira para preencher os claros das fileiras do novo exército.

Foi essa a grande obra, em benefício da qual se desdobrou, num esforço inigualável, o excelso poeta e ardente patriota que se chamou Olavo Brás Martins dos Guimarães Bilac, a quem o Exército e a Nação rendem, hoje, êste preito de louvor e gratidão.

Era êle o homem talhado para êsse glorioso apostolado cívico.

O entusiasmo por tudo quanto era grande e belo, na natureza e no homem de nossa terra, e o culto da Pátria, constituíam as componentes mestras de seu espírito privilegiado, refletindo-se nas obras primas do seu inspirado estro. Em tôdas as manifestações de seu pensamento transluz o ouro puro do ardor patriótico, fôsse para louvar as belezas da terra e da gente, cantando-as em versos sublimes ou em prosa tersa e harmoniosa, em que se comprazia sua lira, ou para exaltar os feitos dos heróis e a modéstia da virtude, ou, então, para, com férula candente, castigar os erros e pleitear medidas de salvação para o povo, livrando-o do analfabetismo, da falta de educação e do precário estado sanitário em que vivia.

Casavam-se no seu espírito, em conjunção indissolúvel, a superior inspiração, que antevê o futuro e cria a obra de arte nos moldes de seus ideais, com a dura realidade característica do meio brasileiro. Nisso, distinguia-se dos intelectuais de sua geração, embevecidos pelos frutos opimos de cultura européia, ou pelas belezas da natureza brasileira, sem se fixarem, como objeto de suas cogitações, no homem e em suas prementes necessidades de cultura e desenvolvimento. Sabia amar o belo, sem perder o senso da realidade, pondo os dotes de seu formoso engenho a serviço do aperfeiçoamento dos que formam o corpo vivo da nação.

Quando se tratou, portanto, de fazer aceitar, de bom grado, pela sociedade brasileira, o ônus do serviço militar obrigatório, para todos os cidadãos, decisão de há muito consignada em lei, mas que os governos, na monarquia como na república, não se animaram a pôr em prática, foi Bilac escolhido para, com sua prêdica cívica, vencer o preconceito tradicional que via na vida da caserna uma humilhação.

O João Batista que o ungiu para a memorável pregação, de fé e de esperança, foi Gregório Pôrto da Fonseca, intelectual como êle e seu amigo, capitão de infantaria, ajudante de ordens do General Bento Ribeiro, então Chefe do Estado Maior do Exército.

Fundou-se a Liga da Defesa Nacional, em 1915, congregando as vontades patrióticas de expressões exponenciais das letras, da

política, do jornalismo, da justiça, comovidos todos com a desgraça imposta pela guerra, na Europa, às nações desarmadas. Em sua ação cívica, associou-se à campanha dos militares, levada a efeito, com tenacidade e bom êxito, nos círculos oficiais, dando-lhe, no meio civil, a colaboração de que necessitava para convencer o povo de que a nação era uma só, nos benefícios como na desgraça, quando chegasse a hora de recebê-los ou de suportá-los.

A Liga da Defesa Nacional, a cuja frente, por indicação do Presidente Venceslau Brás, foi colocado um varão ilustre, por seu saber e seu patriotismo, Pedro Lessa, luminar da cultura jurídica e da magistratura, constituiu-se um centro coordenador da propaganda nas altas camadas sociais. Seu arauto infatigável e entusiasta junto à mocidade, foi o grande poeta e patriota, que se tornaria célebre por sua ação cívica apostolar.

Começou a campanha em 1915, com o memorável discurso da Faculdade de Direito de S. Paulo. Falando à mocidade acadêmica do grande Estado Central, aquela que, por sua formação jurídica mais se afastava da concepção militar, que visa à educação do povo para a defesa do país, advertia aos seus ouvintes de que o que mais o amedrontava era a mingua de ideal que nos abatia. E sentenciava, exaltadamente: «Sem ideal, não há nobreza de alma; sem nobreza de alma, não há desinterêsse; sem desinterêsse, não há coesão; sem coesão, não há pátria».

Apelava, então, para a centelha criadora, que deve haver em cada alma, e que é a consciência da fôrça e da bondade; para a corrente de solidariedade, de crença comum e de entusiasmo, que congrega o povo em tórno da mesma aspiração, a fim de convocá-lo a cerrar fileiras e enfrentar a indiferença e dar o exemplo no apoio à execução da lei que, havia sete anos, agitava a nação como um rebate ansioso e febril, e agora soava como um chamamento, um toque de alarma a tôdas as energias adormecidas, lembrando que uma lei apontara à nossa esperança o entreluzir de uma promessa de salvação: a lei do sorteio militar, que, se não era a solução completa, constituía, ao menos, um ensaio salutar, o primeiro passo para a convalescença e para a cura dos males da tibieza e descrença de que sofria a nação. E justificava o seu apêlo, afirmando: «Então, como ainda hoje, eu considerava que era êsse o único providencial remédio para o nosso definhamento. Nunca fui, dizia, não sou, nem serei um militarista. E não tenho medo do militarismo político. O melhor meio para combater a possível supremacia da casta militar é justamente a militarização de todos os civis: a estratocracia é impossível, quando todos os cidadãos são soldados».

Perguntava, depois, ao inteligente auditório: «Que é o serviço militar generalizado?» respondendo êle próprio: «É o triunfo com-

pleto da democracia; o nivelamento das classes; a escola da ordem, da disciplina, da coesão; o laboratório da dignidade própria e do patriotismo. É a instrução primária obrigatória; é a educação cívica obrigatória; é o asseio obrigatório, a higiene obrigatória, a regeneração muscular e psíquica obrigatória».

Podemos, hoje, que vivemos no regime salutar pelo qual se batia, com essa bravura cívica o poeta patriota, avaliar a repercussão que teriam essas palavras no coração da mocidade acadêmica, para quem o Exército era ainda uma tropa profissional, malsinada pelo preconceito e a prevenção tradicionais. Mas o estro do grande vate tocou as cordas mais sensíveis dos corações juvenis, que se sentiram dominados pelo poder avassalador dos seus sentimentos.

Continuando na prédica patriótica, nesse primeiro discurso êle definia, de maneira incomparável, os benefícios do serviço militar. «A caserna, afirmava, é um filtro admirável, em que os homens se depuram e apuram: dela saíam consciences, dignos, brasileiros, êsses infelizes sem consciência, sem pátria, que constituem a massa amorfa e triste de nossa multidão...»

E, evocando as tradições venerandas da velha casa em que falava, de cujos muros sagrados haviam saído, em rajadas de heroísmo, as duas campanhas gloriosas, coroadas pela vitória, da Abolição e da República, conclamava a juventude a seguir-lhes o exemplo.

«Moços de S. Paulo, dizia, estudantes de Direito, sêde também os estudantes e os pioneiros do ideal brasileiro! Uni-vos a todos os moços e estudantes de todo o Brasil: nesse exército admirável, sereis os escoteiros da nossa fé».

Outros não eram os lampejos de inteligência e os arroubos de patriotismo com que levou sua palavra apostolar, no mesmo mês de outubro de 1915, aos estudantes da Faculdade de Medicina de S. Paulo. Apontava, então, como causa da destruição da estrutura moral das sociedades, como dos individuos, a indiferença, cujos tentáculos são a fraqueza da alma, o desânimo, o egoísmo, a autolatrida, o amor exagerado do luxo e do dinheiro, a falta de patriotismo e o aniquilamento do caráter próprio pelo desdém dos interesses sagrados da comunhão.

Alguns dêsses sintomas, advertia, já se manifestavam em várias zonas do vasto corpo brasileiro, mas cumpria aos grandes Estados da União, onde o trabalho, a instrução e o ideal ainda reagem, os mais interessados em debelar o perigo, ser os primeiros defensores da federação.

E conclamava, para a luta, aos que sentiam vibrar-lhes no peito os sentimentos patrióticos, exclamando: «Lutemos todos!

Reajamos e trabalhemos todos! Se para o carcinoma físico ainda não se descobriu o remédio, apesar do paciente labor e da heróica tenacidade dos sábios, um remédio seguro, — para o outro, moral e social — existe e sempre existiu o específico infalível, o profilático e regenerador, preventivo e curativo: a crença individual, o entusiasmo pessoal, a coragem cívica, que é a salvaguarda da coletividade, a manutenção e a grandeza da pátria».

«Concito-vos, dizia, como já concitei os vossos irmãos da Faculdade de Direito, e como concito todos os alunos do Brasil, para a campanha do entusiasmo e da fê».

Arrematou sua vibrante oração com êstes conselhos, ditados por sua sinceridade de propósitos:

«Cultivai, desenvolvei, acendrai o vosso patriotismo! E pregai o patriotismo aqui, e lá fora, nas bancadas das aulas, nos laboratórios, nas salas do hospital, nas ruas, nos lares em que nascestes e em que vos educastes, nos lares novos que constituíreis e em que o vosso afeto frutificará em novos brasileiros».

Êsses primeiros lances de sua frutuosa campanha valeram-lhe, desde logo, o reconhecimento do Exército, que o homenageou, a 6 de novembro, com um banquete no Clube Militar. Em seu discurso de agradecimento, rico de conceitos sôbre os motivos de sua resoluta atitude, exprimiu, acêrca do Exército, opinião que honram os móveis do seu aprêço.

Modestamente, declarava nada ter feito que merecesse tão alto prêmio. O que dissera e fizera estava já no pensamento de todos os brasileiros bons, e já tinha sido proclamado. «A lei do sorteio militar, ajuntava, que sempre reputei benéfica para a necessidade da coesão nacional, está decretada há mais de sete anos; e já muitos homens de espírito clarividente e de leal patriotismo, estudando e anunciando os perigos, que nos ameaçam, apontaram o remédio e a salvação. Mostrei de novo, apenas, e com menos brilho, a fealdade da doença do tempo, a desnacionalização da nossa gente, a fraqueza dos governos, o desvanecimento do entusiasmo, a falta da coragem e da fé: e apenas procurei reacender a propaganda esquecida».

Reportando-se à sua pregação em S. Paulo, na velha Faculdade de Direito, onde ecoavam ainda antigos clamores de crença e de combate, dizia: «a minha revolta ressuscitou, entre aquelas paredes, a grandeza e a fibra de campanhas mortas. Assim, o passado e o presente, num encontro milagroso, acolheram, agravaram e repercutiram com eficácia o meu grito...»

As palavras que proferiu com relação ao Exército merecem gravadas em letras de bronze nos muros austeros de nossas casernas: «Não posso agradecer-vos. Mas posso, ao menos, dizer-vos



como vos amo, e quanto me comove e orgulha o aprêço que me mostrais. Sois os mesmos soldados, que sempre enobreceram o Brasil, desde a época difícil da fundação da pátria; sois o mesmo exército que em tôdas as crises graves da nossa história, até a proclamação da República, deu às boas causas a sua força material e a sua força moral, nessa longa série de altos serviços nacionais, que o vosso orador acaba de relembrar: quando vos falo, falo ao vosso presente, como ao vosso passado, e ainda ao vosso grande futuro».

Aludindo aos militares que se arredavam do nobre terreno e da augusta missão em que sempre deviam honrar-se e honrar o Brasil, preferindo ao rude e magnífico sacrifício da vida militar o fácil e grosseiro proveito do mando partidário e da pequena política das facções e das intrigas, motivo de sua tristeza de outros tempos, regozijava-se, agora, com o ressurgimento do amor à profissão das armas. «Mas o desfalecimento não durou muito, dizia. Quase todos os transviados já estão desiludidos e arrependidos. Na consciência de todos deve estar a convicção da inutilidade, e, mais ainda, do criminoso êrro dessa dispersão de energias e de devotamento. Sei, e é preciso que todo o país saiba — que um hálito saneador e criador percorre hoje todos os quartéis. O pensamento e a ação, o estudo e o exercício, a vontade e a disciplina, animando os oficiais, e dêles emanando, inflamam e fortalecem os soldados; o trabalho e a esperança, a confiança e o estímulo sucederam à inércia e ao desânimo; e, nesse ambiente de agitação fecunda e de reconstrução salvadora, não podem e nunca mais poderão medrar as murmurações, os despeitos, os descontentamentos, as mesquinhas rivalidades, as desmoralizadoras ambições, que só vivem bem nos arraiais do caudilhismo e da desordem».

«Dêsse modo, acentuava, querendo colaborar com tôdas as outras classes do nosso povo na grande empresa do revigoreamento cívico, que tôdas devemos iniciar e executar, estais reatando o fio luminoso das tradições militares, que são o patriotismo da vossa classe...» «É assim que vos amo».

Essa confortadora razão de sua estima pelo Exército, retrata, em verdade, a ressurreição de nossas forças militares para o cabal desempenho de sua elevada missão.

Rebelava-se o nosso excelso compatriota com o fato de se lhe pretender atribuir o papel e o título de apóstolo: o papel, segundo dizia, era superior ao seu valor moral; e o título, que lhe queriam dar, levaria consigo uma ironia, que a sua sinceridade repelia. «Já disse também, acrescentava, que não sou sociólogo, nem filósofo: não posso idear, nem executar um programa de remodelação social.



Sou, apenas, poeta, e poeta sincero e patriota. Se posso ser professor, quero ser e serei exclusivamente professor de entusiasmo».

E continuou a exercer, com emoção e extraordinário êxito, sua magnífica atividade de professor de entusiasmo cívico.

A 19 de novembro, lá estava no quartel do Batalhão Naval, pregando o evangelho de sua soberba cruzada, convidando, com o coração suspenso em sobressaltos, que doiam mas deliciavam, os seus ouvintes de farda da Marinha para juntarem-se aos seus camaradas do Exército na propaganda de fé no Brasil e de confiança no patriotismo dos brasileiros.

Como uma prece cívica comovedora e oportuna, disse a sua formosa «Oração à Bandeira», cujas expressões iniciais — «Bendita sejas, bandeira do Brasil!» ficaram, para sempre, nos nossos corações.

E prosseguiu, no mesmo tom e com igual vigor, em sua pregação patriótica através do Brasil.

Em agosto de 1916, em Belo Horizonte, falou à juventude acadêmica e aos membros da Academia de Letras; peças memoráveis em que se expande e comove o ardor patriótico, a elevação do pensamento, a pureza da forma, a nitidez das idéias, com que defende a associação de todos os brasileiros na obra de regeneração nacional, pela educação militar do povo.

No Rio de Janeiro, a 7 de setembro, ao instalar-se a Liga da Defesa Nacional, profere magnífico discurso, em que põe em relêvo a fé e a responsabilidade, o patriotismo e a influência das personalidades organizadoras da novel instituição cívica, à frente da qual estavam dois brasileiros dos mais dignos Pedro Lessa e Miguel Calmon, e, em tôrno dêles, animados do mesmo fervor cívico, representantes de tôdas as classes produtoras e defensoras do país, onde se encontravam alguns dos maiores nomes do Brasil, dos mais belos e respeitados, diversos, no seu dizer, já incorporados ao patrimônio moral da nossa terra.

A 1 de outubro, leva seu verbo persuasivo e emocionante ao povo de Pôrto Alegre, falando no mesmo tom, vigoroso e patriótico, na Intendência Municipal, de cuja tribuna se dirigia a todo o povo riograndense.

Anunciava, então, a boa nova. Considerava ridícula a pretensão de criar no Rio Grande entusiasmo e confiança, quando a alma do seu povo tinha sido nutrida de lutas, estimulada por contrariedades, orgulhecida por vitórias, sempre agitada e trabalhada, desde a fundação do primeiro forte e da primeira povoação, na foz do Rio Grande, no meiado do século XVIII.

O que o impelia a viver com os gaúchos alguns dias, assinalava, era a certeza da grande repercussão de tudo quanto se diz e de tudo quanto se faz naquela extrema região do Brasil; o que ali se praticava era olhado e admirado em todo o resto do país, e louvava, nestes termos, os riograndenses: «Algumas das vossas virtudes são tradicionais e modelares: fartura e disciplina do povo, coragem e ordem na organização social, firmeza e modéstia na administração; e a consciência pública, que ali se enraizara, não permitiu que longas convulsões partidárias destruíssem, nem ao menos perturbassem fundamente a harmonia política do povo gaúcho».

Esclarecia, então, a que ia: «Vindo a vós, venho pedir que do seio do vosso povo nasçam e cresçam legiões de apóstolos. Saíam professores e conselheiros, da multidão de fortes e de conscientes, que já sois!»

Os propósitos da Liga da Defesa Nacional, êle os definiu como um esforço no sentido de vencer na alma do povo brasileiro as correntes fugitivas e assassinas que contrariam a unidade da pátria, a ausência do sentimento de comunhão, a escassez de instrução, a penúria do armamento bélico e moral, a miséria da coesão e da disciplina. Para essa estupenda empresa moral é que apelava para as energias dos riograndenses.

«Que fazer, — perguntava — contra a possibilidade do desastre e da ruína?» E, ansioso, respondia: «Armar o Brasil, e defendê-lo: e, no campo moral, em maravilhosas proporções de vontade, em prodigiosas progressões de intensidade de coragem e de paciência, reproduzir, em favor da pátria, êste mesmo trabalho que, no campo físico, foi lançado e acabado na foz do vosso grandioso rio: a construção de uma imensa e gloriosa muralha circular, guardando o sagrado páramo, em que circula a nossa história, — o passado com as nossas tradições, o presente com as nossas incertezas, o futuro com as nossas esperanças; a muralha inespugnável, plantada no patriotismo, argamassada de instrução, cimentada de disciplina, inabalavelmente firmada na glória de crer e na honra de querer».

Encerrando sua magnífica oração, rendeu ao povo gaúcho esta grandiosa homenagem: «à alma criadora e generosa do Rio Grande do Sul levanto o meu coração, como uma hóstia, ardendo em amor e sangrando em esperança».

E êste veemente apêlo: «Riograndenses, mais do que nunca, o Brasil precisa hoje de vós, e confia em vós. Já sendo crentes, sede apóstolos! Já sendo soldados, sede instrutores! heróis, filhos e netos de heróis, criai novas legiões de heróis! e continuai, aumentai, multiplicai infinitamente o vosso heroísmo, em favor da unidade, da força, da defesa, da paz e da glória do Brasil».

Em outras orações, na mesma cidade, versou, com igual mestria e caloroso sentimento, o tema de sua sagrada missão patriótica, tocando fundo a alma do povo gaúcho, atraindo-o para a campanha da execução da lei do serviço militar obrigatório.

Arrematando sua prédica aos estudantes, exclamava: «O Rio Grande é um soldado! Esperamos que em breve, seguindo tôda a nossa pátria o vosso exemplo, possamos com razão dizer: O Brasil é um soldado».

A campanha apostolar estendeu-se ao Paraná, onde falou, em 17 de novembro, no Centro de Letras, e aos alunos da Universidade de Curitiba, assim como, em conferências públicas, em todos os grandes centros urbanos do país.

---

Todos os brasileiros de boa vontade e sentimentos cívicos já provados puseram-se em campo, congregando esforços em benefício da vitória da patriótica empresa de constituir as nossas forças armadas com os cidadãos em idade militar, recrutados em tôdas as camadas sociais, dando-lhes, em definitivo, o cunho de forças nacionais, acordes com os princípios democráticos, que regem as instituições políticas do país.

O papel de Bilac foi, assim, conquistar o apoio da nação, de suas elites como do povo em geral, para a reforma das instituições militares, cuja execução repousava na participação de todos os brasileiros no serviço das armas, em tempo de paz, como preparação para a defesa da pátria, em caso de guerra; objetivo só possível de alcançar com a obediência voluntária do cidadão à lei que lhe impunha tão pesado ônus, restringindo-lhe a liberdade e sobrecarregando-o de tarefas pesadas, a que não estava acostumado. Era preciso captar o concurso do povo, e êle o conseguiu.

Nesse ambiente de exaltação cívica e de consciência dos malefícios que atormentariam a vida nacional, se continuássemos a olhar com indiferença a sorte do Brasil, mantendo seu povo desarmado materialmente e os sentimentos patrióticos anemizados pela falta de fé e confiança no futuro, foi que se processou o alistamento militar, operação prévia à seleção, por sorteio, dos homens que seriam incorporados às fileiras, lançando nas veias do Exército o sangue novo de sua mocidade, trazido à caserna em obediência ao chamamento do arauto da defesa nacional, o poeta maravilhoso, que soube encarnar, naquele momento augusto da nacionalidade, as aspirações da pátria generosa a que amava com extremado amor.

As medidas de caráter administrativo, entre as quais a uniformização das datas de praça e a revisão do regulamento do serviço interno dos corpos de tropa, contendo disposições disciplinares julga-

das impróprias à correção das faltas do pessoal que o novo regime carrearia à caserna, tinham sido tomadas com a necessária antecedência.

Assim, a 10 de dezembro de 1916, realizava-se, em todo o território nacional, a operação seletiva, preliminar à incorporação dos primeiros conscritos às fileiras do Exército.

Na Capital da República, o ato foi solene, a êle assistindo o Presidente da República, seus ministros de Estado e outras pessoas gradas. O Marechal José Caetano de Faria, modestamente, assistia à realização do grande sonho, alimentado por tantas gerações de militares esclarecidos, que viam com justificada apreensão definhar o nosso poder militar, isolado, como corpo estranho, no seio da sociedade a que pertencia e a que lhe cumpria defender. Era uma grande vitória para os responsáveis pela organização da defesa nacional, mas ainda maior para a nação, agora compenetrada do supremo dever cívico do cidadão: a defesa da pátria. O nome de Bilac ficou definitivamente ligado a essa campanha patriótica de que resultou o surto do moderno Exército brasileiro, pujante e forte, retrato fiel do nosso povo, cujos anseios de progresso, sob a égide da lei, e da liberdade, êle reflete como um espelho do mais puro cristal.

Ao consagrar, pois, o dia 16 de dezembro, data do nascimento do vibrante e abnegado patriota como Dia do Reservista, rendeu o Exército ao seu glorioso defensor preito de imorredoura gratidão.

O culto cívico que lhe tributamos, neste dia, reaviva nos reservistas a lembrança da época em que serviram à Pátria nas fileiras do Exército, preparando-se para defendê-la, com o vigor dos corações nobres, quando ela estiver em perigo. Lembra igualmente a comunhão de sentimentos e a cooperação da nossa gente com as suas forças armadas, que passaram, graças ao concurso patriótico de Bilac, a constituir um só corpo, uma só alma, inspirada pelos mesmos anseios e obrigada pelos mesmos deveres.

Esta homenagem vale, portanto, por uma estátua, erguida ao poeta em nossos corações.



## TRANSCRIÇÕES

### O DIA DAS SANTAS CASAS E O CENTENÁRIO DAS IRMÃS DE SÃO JOSÉ

*Discurso do Embaixador Macedo Soares*

«D. Antônio Joaquim de Melo, sexto bispo de São Paulo, desde 5 de maio de 1851, foi o primeiro paulista a sentar-se no sólio episcopal paulopolitano. Culto, experimentado, zelosamente apostólico, extremamente franco e corajosamente empreendedor, foi ele, sem dúvida, um dos mais eminentes prelados brasileiros.

O Imperador D. Pedro II disse certa vez: «Tenho três bispos: um Santo, D. Viçoso; um sábio, o Conde de Irajá; um apostólico, D. Antônio Joaquim de Melo».

Bispo aos sessenta anos de idade, D. Antônio conhecia bem a fraqueza de seu clero e o abandono em que vivia o seu rebanho. Era na verdade tristemente desoladora a vida espiritual em São Paulo.

O saudoso Padre Chico no discurso inaugural da estátua de D. Antônio, no Seminário Diocesano, traçou com sua mão de Mestre o impressionante quadro vigente: «a vida cristã quase que cifrada nas pompas do culto externo, a freqüência dos sacramentos como que abolida pela teologia jansenista do tempo, as criancinhas a pedirem pão sem haver quem lho distribuisse, o púlpito paroquial em silêncio...»

O ilustre Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo na sua «A Igreja na História de São Paulo», conta um episódio que não deixa dúvida sobre o abandono em que se achavam os fiéis:

«Em visita pastoral em longínqua povoação sertaneja o Bispo D. Antônio notara esquisita alegria no vigário, que não cessava de contemplá-lo e que de repente exclamou: «como estou contente, é a primeira vez que vejo um bispo!» «Como é possível isso, pelo menos no dia de sua ordenação sacerdotal deveria ter visto o Bispo que lhe conferira as ordens sacras», afirmou o Prelado admirado.



«Permita confessar», acrescentou o referido vigário, sem maior cerimônia eu não recebi ordem sacra nenhuma!»

«Então como serve de pároco nesta igreja? Indagou curioso o bispo. «Explicar-me-ei: Existia nesta paróquia, um velho sacerdote, do qual eu era sacristão. Acostumei-me a lidar com todos os papéis e livros paroquiais, adquirindo prática nas cerimônias litúrgicas, soletrava bem o latim e sempre acompanhei o velho pároco em tudo.

«Aconteceu que alguns anos depois êle morreu e eu fui fazendo casamentos, celebrando etc., enfim atendendo a todos com a máxima solicitude. Enfim o senhor acha que eu poderia abandonar êste bom povo?»

Escrevendo ao Papa Pio IX para agradecer a sua confirmação como Prelado de São Paulo, D. Antônio descreveu a situação degradante da sua Diocese, pedindo-lhe que o ajudasse. O Sumo Pontífice profundamente emocionado, respondeu-lhe logo em carta autógrafa, que foi trazida pelo Capuchinho Frei Afonso. Nela dizia Pio IX: «não duvidamos venerável Irmão, que pela vossa religião e piedade, ajudado do Divino auxilio, nada deixareis de fazer, para que vigilante em tudo que vos compete, e trabalhando como um bom soldado de Jesus Cristo, possais diligente e corajosamente preencher o vosso ministério. E, em primeiro lugar, volta todos os vossos pensamentos para o Clero de vossa Diocese, pois que é certamente pelo exemplo de um Clero santamente instruído, que o povo é chamado para os ofícios da Religião e da piedade».

Pio IX não ficou apenas em palavras de conforto e conselho. Enviou com Frei Afonso dois Capuchinhos ilustres e virtuosos para dirigirem o novo Seminário: Frei Eugênio de Rumelly e Frei Firmo de Centelhas.

Com êstes dois excelentes colaboradores e mais alguns dos seus sacerdotes ilustres, D. Antônio inaugurou o Seminário Episcopal de São Paulo, no dia 9 de novembro de 1856.

A construção do prédio próprio para o Seminário foi feita com as esmolas recolhidas por D. Antônio nas visitas pastorais que fêz com tantos sacrifícios.

Desejando ardentemente fundar em Itu, sua terra natal, um colégio para meninas, D. Antônio pediu a Frei Afonso que na França obtivesse de uma Congregação enviar para São Paulo algumas religiosas que se encarregassem da fundação do Colégio.

Ao chegar a Chambery, onde foi eleito provincial dos Capuchinhos, Frei Afonso entendeu-se com a Madre Geral da Congre-

gação das Irmãs de São José, Madre Felicité Veyrat, obtendo a realização do pedido do bispo de São Paulo.

A Congregação das Irmãs de São José foi fundada na cidade francesa de Puy, no dia 13 de dezembro de 1651. Nesta data, no «Notário Real Apostólico», foi registrado o «contrato de associação» que instituía a comunidade de habitação e de bens, entre seis jovens, para exercerem o ministério da caridade, sob um Regulamento estabelecido pelo bispo de Puy.

Contraste altamente impressionante nota-se entre a Congregação das Irmãs de São José dos nossos dias, e o seu núcleo inicial de Puy. Hoje, a Congregação vive aureolada pela fama legítima de possuir em tôdas as suas casas grandes educadoras. Entretanto, a Congregação de São José, começou, em 1651, pela associação de seis jovens, das quais só uma sabia ler e escrever. As outras cinco eram analfabetas.

Frei Eugênio de Rumilly teve parte importante na vinda das primeiras Irmãs de São José para a fundação do Colégio do Patrocínio.

No dia 18 de junho de 1858, embarcaram, no Havre, sete Irmãs, sendo delas Superiora Madre Maria Basília Genou, que morreu a bordo, vítima de pneumonia.

Chegando a Chambéry a notícia da morte da Superiora indicada para o novo Colégio de Itu, a Madre Geral nomeou para o difícil pôsto a Irmã Maria Teodora Voiron, que embarcou logo para o Brasil, em companhia da Irmã Maria Serafina, chegando ao Rio de Janeiro no dia 24 de maio de 1859.

Seguindo logo para São Paulo, continuaram viagem para Itu, que alcançaram no dia 15 de dezembro. Na viagem de São Paulo a Itu, que se faz hoje em hora e meia de automóvel, e vinte minutos de avião, as duas religiosas gastaram três dias, e com relativa comodidade, pois a fizeram em carro puxado a cavalos, único existente em Itu e pertencente ao Sr. Francisco José Pinto, avô do nosso prezado irmão escrivão Dr. Luís Pinto Serva.

No encontro do bispo D. Antônio com as duas religiosas recém-chegadas deu-se um incidente revelador da franqueza, às vêzes excessiva, do ilustre prelado.

Deparando a jovem Irmã Teodora Voiron, nomeada para Superiora do Colégio do Patrocínio, e que contava apenas vinte e quatro anos incompletos de idade, D. Antônio exclamou:

«Uma criança... uma criança... que faremos com uma criança...?»

O autor do livro *Chroniques de la Congregation de Saint-Joseph de Chambery* comenta o episódio: «A situação era delicada. Irmã Teodora comportou-se com sabedoria, que não se podia esperar de uma tão jovem religiosa. Ela encontrou o meio de conciliar a obediência que devia à sua Superiora Geral com o respeito para com o seu bispo e declarou logo aceitar qualquer trabalho. Ficaram assim na Comunidade duas Superiores: Irmã Teodora, nomeada pela Madre Geral, e Irmã Justina, escolhida pelo bispo D. Antônio. A piedade e a prudência das excelentes religiosas impediram atritos e dificuldades. Mais tarde, o próprio D. Antônio reconheceu como Superiora a Irmã Voiron, que prestou os mais relevantes serviços a Itu e à Congregação de São José».

O êxito da fundação do Colégio do Patrocínio levou o presidente da Província de São Paulo, conselheiro Antônio Cândido da Rocha, a, no ano de 1870, pedir à Madre Teodora que tomasse a direção do Seminário de Nossa Senhora da Glória, fundado para recolher as órfãs de militares pobres, e que se achava completamente desorganizado pela fraqueza e indisciplina de seus corpos docente e administrativo.

Assumindo a direção do Seminário da Glória, as Irmãs de São José começaram logo a sofrer violenta oposição, instigada pelos empregados da casa, que viram desaparecer os lucros decorrentes da falta de probidade de quase todos êles. As próprias meninas, aconselhadas pelos empregados faltosos, portavam-se grosseiramente, tudo fazendo para desgostar as Irmãs. Procuraram perturbar-lhes a ação, para levá-las ao desânimo. As Irmãs pacientemente vão conquistando as almas juvenis até à completa vitória da hierarquia e da disciplina.

Foi iniciada também violenta campanha de difamação por parte dos mesmos sacerdotes que sempre atacaram o bispo D. Antônio. Os opositoristas do antistete de S. Paulo mantinham sempre jornais em atividade, entre êles o *Despertador Christão* e *O Amigo da Religião*, e não raro escreviam cartas ao *Correio Paulistano*. Não faziam senão injuriar e caluniar o prelado, os Frades Capuchinhos e as Religiosas de São José.

O *Correio Paulistano* de 16 de fevereiro de 1871 publicou com destaque uma carta de um leitor, em que são feitos insultuosos ataques às Irmãs de São José. O mínimo que o missivista diz é que o fim da criação do Seminário das Educandas é educar moças e não fazer freiras; que as irmãs que lá estão ensinarão tudo menos português, que não sabem; que tais irmãs seriam

cozinheiras do convento de que vieram. E acrescenta: «as pobres filhas desvalidas da Província ver-se-ão obrigadas a uma clausura que não esperavam, não fazendo outra coisa mais do que enfiar rosários e desfiar têços, bater nos peitos e entoar ladainhas».

A indignação geral provocada pelos clamorosos insultos da imprensa caluniadora despertou o desejo dos dirigentes da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo de entregarem a administração interna do seu Hospital às Irmãs de São José. O dedicado provedor Barão de Iguape informou à Mesa, na sessão de 6 de março de 1871, que solicitara a vinda das Religiosas, oferecendo-lhes de seu bolso a quantia necessária para as despesas de viagem.

Madre Maria Felicidade, Geral da Congregação, acolheu favoravelmente o pedido, feito por intermédio de Frei Eugênio Rumilly, e envia cinco Irmãs para a nova fundação. Designada Superiora, veio Irmã Maria Arsênia Berthet que ocupara o posto com dedicação inexcedível até o ano de 1906. Nesta leva das primeiras Religiosas para a Santa Casa de São Paulo chegou a benemérita Irmã Maria Emerenciana Chavanel, que, durante muitos anos, dirigiu o Hospital dos Lázaros de Guapira. Quando ocupei a Mordomia dos Lázaros, inúmeras vezes nas minhas visitas semanais, fui encontrar a Superiora de joelhos junto à cama de um agonizante, rezando com êle para ajudá-lo a morrer mais tranquilamente.

Com a entrada das Irmãs de São José, em julho de 1872, transforma-se o ambiente no Hospital Central. As Irmãs não abandonam a cabeceira dos doentes, nem a sua alimentação. A higiene, a limpeza, a ordem impressionam aos Mesários e ao Corpo médico.

O Dr. Caetano de Campos, diretor clínico, escreveu belas páginas elogiando as Irmãs, e enaltecendo o seu valioso trabalho.

A árvore frondosa plantada pelo entusiasmo apostólico de D. Antônio Joaquim de Melo começou a deitar galhos, servindo a inúmeras cidades paulistas: Itu, Sorocaba, Piracicaba, Taubaté, Jaú, França, Santos, Caçapava, Pindamonhangaba e São José dos Campos.

Nesta sala encontra-se o retrato do Barão de Iguape que aos 83 anos de idade, como Provedor da Santa Casa, mandou buscar as Religiosas que até hoje prestam relevantes serviços.

Na Galeria dos Protetores e dos Beneméritos desta Casa de caridade estão retratos de várias Madres Superiores que tão dedicadamente serviram à nossa Irmandade.

Comemorando o centenário da chegada ao Brasil das Religiosas da Congregação das Irmãs de São José, aqui estamos para afirmar a nossa sincera admiração pelo grande Bispo de São Paulo, D. Antônio Joaquim de Melo, que as trouxe à nossa Pátria; e reafirmar a nossa imensa gratidão às bondosas filhas de São José, que tão generosamente se têm dedicado inexcedivelmente à educação de meninas pobres, ao conforto dos doentes e à administração interna do Hospital Central e de vários ramos da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo».



## A MARCHA PARA OS SERTÕES

A. C. FERREIRA REIS

A conquista do interior do Brasil, iniciada no chamado período colonial, ainda não se escreveu. É comum, nos livros de história, seja os que se destinam ao ensino secundário ou mesmo universitário, seja os que têm uma finalidade maior, visando à proposição do processo de nossa formação política, social, econômica, o registro da epopéia bandeirante paulista, do sertanismo da Amazônia, não se referindo, no entanto, aos lances mais modernos e nem por isso menos importantes para o conhecimento da empresa de ocupação das grandes áreas interiores da nossa pátria.

Ora, êsses lances de bravura têm a mesma intensidade daqueles do período colonial. Se aquêles criaram uma fronteira política, ampliando a base física, levando os limites do litoral ao alto sertão, o que, verdadeiramente, constitui uma página fundamental de nossa existência social, êstes, os de agora, valem como criadores da fronteira econômica e demográfica. Sim, porque a fronteira política colonial não fôra acompanhada pela ocupação imediata de todo o espaço interior, a mediar entre o oeste e o leste, isto é, entre o interior distante e a costa ocupada e dinamizada pela permanência de uma sociedade urbana que crescia e se dignificava na importância que estava assegurando aos centros onde vivia. A penetração nem sempre fôra seguida de permanência do bandeirante que buscava o índio ou os metais de alto valor. No episódio de agora, ao contrário, excetuando-se o caso da sêca, quando o sertanista nordestino ampliou a base física, numa nova expansão territorial, o que ocorreu foi antes a ocupação das áreas atravessadas, palmilhadas pelo bandeirante dos séculos XVII e XVIII mas quase inteiramente despovoadas, significando um deserto que não seduzia, no momento em que fôra descoberto.

De quanto temos lido sôbre o episódio da conquista da terra, apenas em Oliveira Viana e em Pedro Calmon encontramos o

registro entusiasta do episódio atual. Em sua admirável «Evolução do Povo Brasileiro», ao tratar da «evolução da sociedade», o sociólogo fluminense abordou, numa síntese esplêndida, o fato histórico novo. Tratou do que êle chama de «modernos movimentos de penetração sertaneja», nêles incluindo o da «Conquista do Acre», o do «assalto à floresta tropical», a «colonização dos platôs catarinenses», a «expansão para o oeste», «o paulista e o italiano», «a irradiação para o Paranapanema», «a conquista do vale inferior do Tietê», concluindo com a «marcha para os sertões».

Numa compreensão muito feliz, muito exata e muito serena do que representou e representa êsse movimento de expansão silenciosa sôbre o interior, Oliveira Viana deu-lhe a importância devida, assinalando-o, chamando atenção para êle. E, na verdade, essa sua atitude estava certa. Porque se a etapa que estamos vivendo se distingue pela velocidade da industrialização nem por isso é possível deixar de dar o devido relêvo a êsse outro aspecto de momento histórico brasileiro, representado na operação contra a floresta, contra o deserto. Tal operação começada sob o segundo Império e prosseguida com a maior intensidade na República.

Quanto a Pedro Calmon, em sua «História Social do Brasil» fixou vários dos aspectos de maior relêvo do acontecimento. Entendendo-lhe a importância, indicou-o sem grandes detalhes, é certo, mas no que importava para a inteligência exata do que êle significava para explicar o comportamento da sociedade brasileira no Império e principalmente sob a República.

Cabe aqui registrar que êsse movimento de ocupação de novas áreas internas não se operou ou opera apenas naqueles trechos a que se referiu o sociólogo fluminense. Ocorreu também no Rio Grande do Sul, no sul de Mato Grosso, no sul da Bahia, no Espírito Santo, no norte de Goiás, onde grandes contingentes humanos penetraram a floresta, venceram-na e fundaram os estabelecimentos agrários e de criação de gado, levantaram cidades. Sôbre Mato Grosso, por exemplo, há alguns anos Nelson Werneck Sodré nos deu magnífico ensaio, como Pierre Monbeig, a propósito da marcha do café, estudou a ocupação do interior paulista até onde foi a onda verde. Mas para os outros distritos em disputa ou em dinamização não houve ainda o historiador que tivesse coletado o material, e o houvesse apontado, em algarismos, nos fatos sociais, nos episódios que os caracterizam ou os integram, o que não quer dizer que não haja uma literatura versando o assunto nos seus aspectos particulares, isto é, episódio a episódio. O que está faltando é, assim, a obra de visão total que proponha a matéria e a interprete globalmente.

Essa história está precisando ser escrita, partindo dos períodos de Oliveira Viana. Porque vai revelar aspectos sensacionais da vida brasileira, indicando a existência de uma sociedade dinâmica que cria riqueza do mesmo modo por que realiza uma empresa de alto porte cívico. Para exemplificar — a ocupação da terra fluminense, no «rush» do café, movimento que deu origem a uma das áreas mais interessantes do Brasil-Império.

O «rush» norte americano de conquista do oeste não foi, pois, capítulo isolado no quadro histórico do continente. Se não com o mesmo sensacionalismo do episódio norte-americano, pelo menos com a mesma bravura e o mesmo impressionante sentido de aventura e de decisão. Porque os que o promoveram não voltaram. Ficaram lá. Incorporaram-se ao meio físico criando o meio sócio-econômico. Dinamizaram o deserto. São heróis anônimos de uma façanha admirável. Precisam ter a sua história devidamente conhecida.

## VIEIRA FAZENDA E A FUNDAÇÃO DO RIO

NELSON COSTA

Grande conhecedor da história da cidade do Rio de Janeiro e o maior pesquisador de seus fastos, José Vieira Fazenda escreveu muitas vezes sobre a fundação desta metrópole, focalizando vários aspectos do feito memorável.

Muitas são assim as crônicas e referências que se encontram nos cinco volumes das suas «Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro», diligentemente organizadas pela Direção da «Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro» e publicadas nos tomos, 86, 88, 89, 93 e 95 relativos a 1919, 20, 21, 23 e 24, respectivamente.

Outros volumes da «Revista» contém trabalhos vários de Vieira Fazenda sobre diversos assuntos, sendo que no tomo 80 se encontra o intitulado, «Fundamentos da cidade do Rio de Janeiro», conferência por êle realizada no Instituto Histórico a 12 de fevereiro de 1915 e no tomo 80, vol. 144, o discurso que proferiu no dia do padroeiro S. Sebastião quando da inauguração em 1915 do marco comemorativo da fundação da cidade, junto à encosta do morro Cara de Cão, na fortaleza de São João, ali realizada por Estácio de Sá a 1 de março de 1565.

Tais referências sobre os primórdios da cidade, seus fundadores e padroeiro, encontram-se em muitas das páginas escritas durante longos anos por Vieira Fazenda, como as intituladas «São Sebastião», «Procissão de São Sebastião», «Antônio de Mariz», «Araribóia», «20 de Janeiro», «Estácio de Sá e D. Pedro II», «Cristóvão de Barros», «Há 258 anos», «O Pão de Açúcar», etc.

Muitas controvérsias tem havido sobre a data e local da fundação e nome do fundador. Opinam uns pela várzea ou alto do morro Cara de Cão, outros pela Praia Vermelha e vários pelo morro do Descanso, depois do Castelo, achando que só após a

transferência se deve considerar fundada a cidade que Estácio criou com tanta convicção, entusiasmo e espírito de sacrifício.

Também as honras da fundação se repartem por Estácio de Sá e Mem de Sá e quanto à data uns são pelo 1 de março de 1565, outros pelo 20 de janeiro, dia do Padroeiro e por isso escolhido para o combate de 1567 contra franceses e tamoios.

Em seu artigo intitulado «20 de Janeiro», publicado em 1910 e transcrito no tomo 93, vol. 147 da «Revista», refere-se Vieira Fazenda ao histórico do decreto que feriu essa data em 1896, em homenagem aos fundadores e não à fundação e ainda à criação definitiva da Municipalidade. Tal o teor do decreto n.º 239, de 10-3-1896, sancionado pelo Prefeito Furquim Werneck.

Enumera o douto historiador que a indicação de Júlio do Carmo no Conselho Municipal de 1896, a que pertenceu também Vieira Fazenda, foi estudada detalhadamente, face a farto material pesquisado, preferindo-se então uma data convencional para lembrar aos cariocas os primórdios da cidade, seus fundadores e o padroeiro, cuja festa foi sempre muito popular entre nós, assim adotada pela sua objetividade.

Mas cinco anos depois, a 20-1-1915, discursando na inauguração do marco da fundação, no local exato, disse textualmente Vieira Fazenda, falando como bibliotecário do Instituto Histórico:

«De 1889 por diante foram corrigidos erros e falhas encontrados em cronistas e historiógrafos. Um único exemplo: a cidade não foi fundada por Estácio em 20 de janeiro de 1565, nem a sua remoção feita por Mem de Sá em 1567, não o foi também na data de hoje. O dia 20 é apenas uma data convencional, a lembrar, porém, tais acontecimentos, ao evocar-se a proteção do padroeiro da cidade, o qual os guerreiros portugueses supunham ver saltando de barco em barco, a incutir-lhes coragem e indicando-lhes e vitória próxima».

Dois anos antes de falecer, assim falou Vieira Fazenda, não considerando o 20 de janeiro data da fundação.

Para homenagear S. Sebastião, celebra-se a 20 de janeiro o dia do Padroeiro, evitando-se dessa forma a confusão de considerá-lo dia da fundação, tanto em 1565, como em 1567.

## A PRAÇA QUE DEVEMOS A VIEIRA FAZENDA

Constâncio Alves, que foi um dos nossos maiores cronistas e durante longos anos escreveu um folhetim semanal no *Jornal do Comércio*, comentando em seu estilo claro e correto quanto



ocorria no Rio e fora dêle, com suave ironia e erudição discreta, dedicou uma de suas crônicas a Vieira Fazenda, bibliotecário do Instituto Histórico e êle mesmo uma biblioteca ambulante, principalmente em tudo quanto se referia à história desta cidade, que era a sua terra natal.

Embora formado em medicina e exercendo a clinica na Santa Casa, no consultório da rua São José e no bairro da Misericórdia, que era o seu *mundus* preferido, pois ali nasceu e viveu dilatados anos, a verdade é que sua atividade favorita foi sempre a pesquisa, leitura e exposição escrita de quanto se referisse ao Rio, através dos séculos, desde a fundação da *urbs* na várzea do Cara de Cão.

«Quem o conheceu — disse Constâncio Alves — não poderá esquecer êste homem amável, jovial e singelo, que estremeceia a sua cidade natal, serviu-a como cidadão prestimoso, estudou-a com paciência enterneçada e dela falou com erudição modesta e profunda.

Esta erudição que largamente derramou, em numerosos artigos, por jornais e revistas, — estava à disposição do primeiro que o procurasse com desejos de aprender.

Não havia consultante que dêle se despedisse descontente.

A sua memória era um arquivo riquíssimo e bem catalogado, de onde êle retirava de pronto, a data, o acontecimento, o nome, fôsse o que fôsse, que a curiosidade alheia desejasse».

José Vieira Fazenda nasceu no Bêco do Cotovelo, que contornava parte do Morro do Castelo, sede segunda da cidade, para ali transferida da várzea do Cara de Cão, por Mem de Sá, após a morte do sobrinho, o bravo Capitão-mor Estácio de Sá, fundador desta metrópole.

O beco ia da rua D. Manuel até à do Carmo, depois Júlio César e novamente do Carmo, esquina de São José, atravessando a da Misericórdia, quase desaparecida.

No fim do Bêco do Cotovelo, assim chamado pelo ângulo que formava entre Misericórdia e São José, abria-se uma das ladeiras de acesso ao morro do Castelo, chamada do Colégio do Castelo, do Cotovelo, do Carmo, informa Gastão Cruls.

Foi nesse logradouro, que vinha dos primórdios da cidade, quando ela desceu pelas encostas do Castelo espraiaando-se pela várzea, que nasceu José Vieira Fazenda, a 28 de abril de 1847, «segundo domingo da quaresma, no prédio de sobrado da rua do Cotovelo n.º 08», esclareceu Noronha Santos..

Ali na igreja de São José foi êle batizado, a 24 de maio seguinte, tendo como padrinhos Joaquim José de Castro Arcanjo e Nossa Senhora das Dôres.

Morou depois no n.º 33 do referido bêco e nêle teve consultório, bem como na rua São José.

Quando êle morreu, a 20 de fevereiro de 1917, o Prefeito Amaro Cavalcanti, pelo decreto 1.165, de 31 de outubro daquele ano, mudou o nome da rua do Cotovelo para Vieira Fazenda, numa justa homenagem ao historiador e antigo intendente municipal.

Com o arrasamento do Castelo e obras complementares da urbanização da Esplanada dêsse nome, desapareceu a rua Vieira Fazenda quase inteiramente, ali surgindo uma praça, que, logicamente e por justiça, devia conservar o nome do maior historiador da cidade.

Mas assim não aconteceu e daí o apêlo que aqui fazemos, neste transcurso do 112º aniversário de seu nascimento, para que se dê àquele logradouro o nome de Vieira Fazenda, transferindo-se para outro local a denominação ora ali existente, sem prejuízo da homenagem que se quis prestar.

Vieira Fazenda bem merece, hoje, essa comemoração reparadora, ao invés do logradouro inexpressivo em que puseram seu nome.

## A MARGEM DE UMA CONFERÊNCIA

ENG. VIRGÍLIO CORRÊA FILHO

Embora os mestres da geografia moderna fôsem, em maioria, naturalistas, da classe de Ratzel, Ritter, Humboldt: no Brasil a associação mais comumente se deu com a engenharia.

De preferência, na prática de seus princípios, em que se distinguiram Álvaro A. da Silveira, A. Pimenta Bueno, A. Tasso Fragoso, J. P. Calógeras, Arrojado Lisboa, Gonzaga de Campos, Teodoro Sampaio, entre vários outros.

Foram engenheiros proficientes, e pelas suas contribuições de geógrafos, mereceram ter o seu nome inscrito na galeria dos «Vultos», em que a Revista Brasileira de Geografia lhes realça os méritos científicos.

Não se devotaram exclusivamente à geografia, ainda quando se ocupassem de operações de campo, no ramo da cartografia, com que se irmana.

Como profissão absorvente, o surto resultou-lhe de duas ocorrências memoráveis, verificadas na mesma década.

A fundação da Universidade de São Paulo, por iniciativa do governador Armando Sales de Oliveira, que firmou o decreto de 25 de janeiro de 1934, tornou necessário o contrato de professores em vários ramos científicos.

Em relação à geografia, preponderou a influência da escola francesa, representada a primor por P. Deffontaines, cuja influência não tardou a estender-se à Guanabara, quando convidado para lecionar na Universidade do Distrito Federal, inaugurada na ocasião.

Antes que esta encerrasse as suas atividades, estrangulada por imperativos políticos, mais de uma turma de alunos ultimaria o curso da Faculdade de Filosofia em que se ramificava.

Entre os primeiros, matriculou-se o engenheiro Fábio de Macedo Soares Guimarães, chefe de seção do Conselho Nacional de Geografia, instituído pelo Decreto nº 1.527, de 24 de março de 1937.

Predestinado a iniciar nova fase nos estudos geográficos, o órgão nascente beneficiou-se dos ensinamentos dos mestres contratados, que empolgavam a atenção dos estudantes, em ambas as Universidades.

Depois da visita de De Martonne, que sobremaneira se interessou pela criação de entidade que se filiasse à União Geográfica Internacional, de que era Secretário-Geral, amiudaram-se as sucessões de geógrafos franceses, na esteira de P. Deffontains, Philippe Arbos, de Clermont-Ferrand, André Gilbert, de Lyon.

Por maior prazo, retidos, como foram, pela dificuldade de viagem durante a guerra, Pierre Monbeig, em São Paulo, e Francis Rueilan, no Rio, doutrinavam em suas cátedras, quando não saíam a campo, atraídos pelos problemas tropicais, de aspectos diferentes dos que lhes eram conhecidos.

Exerceram influxo mais duradouro, especialmente o último, que se aproximou do Conselho Nacional de Geografia para a realização das suas campanhas geográficas.

Certo, não filtrou, mais tarde, a cooperação dos Estados Unidos, donde vieram os professores Robert Platt, Preston James, Clarence James, Lynn Smith, e o bávaro Léo Waibel, da Universidade de Bonn, que se tornara cidadão americano, para escapar às perseguições do nazismo.

Foram os dois que mais intensamente concorreram para o treinamento dos geógrafos do CNG, o francês, que já voltou a pontificar em Sorbonne, donde partira, em missão de intercâmbio cultural, e o alemão, naturalizado no país que amistosamente o acolhera e lhe destinara a regência de cadeiras em mais de uma universidade.

Por operoso quinquênio, aliado ao Conselho Nacional de Geografia, que lhe confiara escolhida turma de auxiliares, perlustrou várias regiões do Brasil, especialmente as sulinas, onde mais avultada é a colonização a cujos estudos se dedicara com afincos.

E ao cabo, apontaria doutrinas a corrigir, inclusive a sua própria, modificada no Brasil.

Baseado nessas experiências, observadas no decurso de longas peregrinações, concluiu: «vejo a evolução futura do Brasil com mais otimismo do que quando iniciei minhas viagens e conforme pensam muitos brasileiros e estrangeiros.

Não vem ao caso nem um otimismo exagerado nem um pessimismo descabido. O que devemos fazer é ver as coisas como elas são realmente. Mas para isso é necessária a pesquisa de campo e a concepção teórica, para do conjunto dos fatos isolados podermos tirar um princípio ordenador. A meu ver, portanto, para a solução dos problemas de um país ainda não desenvolvido como é o Brasil, atualmente, nenhuma ciência é mais indicada do que a Geografia».

A conferência, proferida a 17 de agosto de 1950, tomou o título de «O que aprendi no Brasil», assim confessando lealmente que a paisagem brasileira, da terra e humana, serviu-lhe de proveitoso ensinamento que, por mal da ciência, não mais aplicaria por longo período.

De regresso aos Estados Unidos e à Alemanha, apenas reviu Heidelberg, onde encetara os seus estudos universitários e abatido pelos aspectos mortificantes das ruínas, que se lhe depararam, causadas pela guerra de Hitler, sucumbiu a 4 de setembro de 1951.

Sorte mais ditosa continua a sorrir aos professores Monbeig e Ruellan, que retomaram, em Paris, a posição que lhes competia no magistério, para maior brilhantismo da escola francesa, e intensificação do intercâmbio com o Brasil, para cujo adiantamento em pesquisas geográficas assaz cooperaram com o seu reconhecido saber.

A sua permanência no Brasil coincidiu com a fase organizadora do Conselho Nacional de Geografia, que não somente empreendeu campanhas de investigações por várias regiões, como, de mais a mais, preparou turmas de geógrafos, que não tardariam a evidenciar o seu saber especializado.

Assumiu-lhes, sem demora, a liderança o veterano Fábio de Macedo Soares Guimarães, que aliou a nova profissão à que já praticara em mais de uma comissão técnica.

E como se não lhe bastassem os conhecimentos adquiridos na Faculdade de Filosofia, onde assimilou os ensinamentos dos mestres franceses, frequentou, mais tarde, Universidades norte-americanas, antes de conhecer várias da Europa.

É o mais lídimo representante da ciência difundida pelo Conselho Nacional de Geografia, que o convocou para os seus quadros, como engenheiro e lhe proporcionou meios de consagrar-se inteiramente aos estudos geográficos, que também propaga em suas cátedras.

Para lhe ouvir o parecer, convidou-o o General Aureliano Luís de Farias, que dirige proficientemente o Serviço Geográfico, a explanar o tema «Aspectos fisiográficos do Brasil».



Como professor, seguro do assunto escolhido, considerou-lhe as várias faces, em que nem sempre acompanhava a opinião mais difundida.

Assim, no que tange ao solo, ao clima, ao relêvo.

Contesta, de início, que as terras centrais do Brasil sejam as mais antigas do mundo, como freqüentemente dizem os continuadores de afirmativas amparadas, aliás, por geólogos de renome.

São velhas, sem dúvida, embora haja outras que a precederam na formação.

Dai, todavia, não romperá nenhuma consequência nefasta, como igualmente ocorrerá quanto a outro conceito, que atribui ao Brasil a maior variedade de climas, à maneira de miniatura do universo.

Não obstante proporcionar aos observadores inúmeras variações, faltam-lhe, além de outros, o polar, o desértico, e alguns intermediários.

A altitude corrige a latitude, sem dúvida, conforme a noção geralmente espalhada.

Acentua, a propósito, que não mudam sempre os fatores climáticos de acôrdo com a escala definida por graus no meridiano.

Não é a mesma a diferença que se verifica entre paralelos afastados entre si por igual distância, quando se encontrem perto do equador, ou dos polos.

No primeiro caso, em baixa latitude, a diferenciação climática manifesta-se quando mais avulta o afastamento, ao passo que nas altas as variações ocorrem em menor distância.

Certo, outros fatores também concorrem para imprimir a sua marca acentuada na região em que se manifestem.

Assim as chuvas, abundantes na planície amazônica, verificam-se comumente ao longo do litoral, com maior intensidade nas imediações de Cubatão, e explicam a pujança da vegetação na orla atlântica.

Especialmente, onde lhes é a terra propícia, chegando, às vezes, a iludir os interessados em agricultá-la.

Não será tão fecunda, porém, como indicam as aparências.

O caso da Amazônia servirá de exemplo eloqüente.

O viço da floresta portentosa, que lhe amanta o solo, indicará, porventura, uberdade duradoura, em desafio ao trabalho humano.

Na realidade, todavia, a terra firme, sobranceira às alagações, mal resiste às primeiras repetições de roças, e tende à laterização.

A faixa inundável aduba-se periódicamente com os detritos carregados pelas enchentes, mas a sua utilização, isenta de possíveis prejuízos, exige atentos cuidados do lavrador, para que não perca, de golpe, o resultado das suas atividades durante meses porfiados.

No país, há, igualmente, zonas mais amplas, ou reduzidas, de condições favoráveis às plantações, que só análise minuciosa poderia distinguir.

Mas os ensaios dos pedólogos apenas estão em comêço, quando comparados com a imensidão do país.

Destarte, a conclusão a que chegam todos os geógrafos é a mesma apontada por L. Waibel, acêrca da necessidade imperiosa de pesquisas sistemáticas, para que se tornem conhecidas as verdadeiras feições do Brasil e as possibilidades de utilização do seu solo.

Para tais realizações vem o Conselho Nacional de Geografia contribuindo com os seus técnicos, quer nas campanhas de sua própria iniciativa, quer nos empreendimentos oficiais, que lhes requisitem a colaboração.

Antes que sejam ampliadas em proporção às solicitações de enormes regiões mal conhecidas, não cabem as opiniões derivadas da visão parcial dos fenômenos.

Nem o otimismo, que sublimou na obra admirável de Afonso Celso — *Porque me ufano do meu país* como reação contra a descrença e desânimo em que se angustiava a geração do fim do século, nem o pessimismo dos que exageram os defeitos, ocultando as circunstâncias favoráveis.

Como se deu inexplicavelmente com Paulo Prado, a quem as boas fadas mimaram no berço de ouro, propiciando-lhe todos os dons possíveis.

Todavia, não lhe bastou a opulência para atenuar os impulsos pessimistas, com que traçou o «Retrato do Brasil».

Vivera em meio das maravilhas de outras terras, que lhe atendiam às aspirações intelectuais, como sinceramente declarou.

«Mais moço éramos assim nesse tempo — só a Europa nos interessava: era a terra prometida dos nossos sonhos.

«Nos tempos acadêmicos só tínhamos olhos e admiração para as coisas que de lá vinham... Éramos assim: a literatura e o romantismo, criadores de idéias falsas, tudo deturpavam e tudo envenenavam».

Dessa maneira, empolgado pelas recordações da Europa, que lhe deslumbrara a mocidade, não lhe assentavam os óculos róseos do Dr. Pangloss, substituídos por outros, enegrecidos, através dos quais a paisagem brasileira perdia grande parte dos seus encantos.

Entre os dois extremos, o geógrafo esforça-se por compreender a realidade brasileira, em todos os seus pormenores, mediante observações cuidadosas, que o habilitem a firmar conclusões, as mais das vêzes distantes, tanto do otimismo excessivo, como do amargo pessimismo.

## CENTENÁRIO DA MORTE DE EMÍLIO MAIA

NELSON COSTA

Transcorre hoje o primeiro centenário da morte de Emilio Maia, que foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e, pelos seus altos méritos, figura de largo prestígio nos meios culturais da época.

Emílio Joaquim da Silva Maia nasceu na cidade do Salvador, na Bahia, a 8 de agosto de 1808, filho de um negociante e desde cedo revelou grande amor pelos estudos e pelas letras.

Os movimentos políticos da época, pela Independência nacional, certo influíram em seu ânimo, tendo testemunhado a manifestação de 10 de fevereiro de 1821, na terra natal.

Seu pai, diz Macedo, se comprometera na guerra da Independência e por isso, com toda a família, seguiu para o Maranhão, em 1823.

Dali foi Emilio Maia para o Pôrto, donde logo se dirigiu à Universidade de Coimbra, disposto a fazer o curso médico.

Obteve o grau de bacharel em Filosofia Natural e ia prosseguir nos estudos quando irrompeu a luta entre constitucionais e absolutistas.

Alistou-se entre aquêles, em defesa da causa da rainha, a favor da liberdade. Mas venceram os absolutistas e Emilio Maia, para não ser executado, foi para a Espanha e depois para a Inglaterra.

Voltou ao Brasil em 1829, mas no mesmo ano regressou à Europa, a fim de completar os estudos, em Paris, onde se formou em medicina, em 1833.

Em março do ano seguinte fixava-se no Rio, dedicando-se à clínica médica, sem querer saber de política, logo se destacando pelo zelo e competência com que exercia a sua profissão.

A popularidade que logrou na clínica fê-lo membro da Câmara Municipal da Corte e, como vereador, prestou relevantes serviços à cidade do Rio de Janeiro.

Além de médico e vereador, o Dr. Emilio Maia foi professor de ciências naturais no Imperial Colégio de Pedro II, desde 1838, tendo também dirigido uma das seções do Museu Nacional.

Era, realmente, uma das figuras mais conceituadas da Côrte, pela sua cultura e pelos relevantes serviços prestados ao então Município Neutro.

Muitos foram os trabalhos que publicou, principalmente nas revistas da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e da Academia Imperial de Medicina, tendo sido, também, fundador e redator-chefe da *Minerva Brasileira*.

Pelos seus méritos literários e científicos era altamente considerado, pertencendo à Imperial Academia de Medicina, à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, à Sociedade Velosiana, ao Instituto Literário da Bahia, à Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa, à Sociedade das Ciências Naturais da França e ainda à dos Antiquários do Norte.

Quando, em 1838, o Marechal Cunha Matos e o Cônego Januário da Cunha Barbosa, propuseram a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, o Dr. Emílio Maia figurou entre os seus fundadores.

Devotado ao trabalho, sacrificou a saúde, só então abandonando seus afazeres, para falecer, no Rio, a 21 de novembro de 1859.

Deixou numerosos trabalhos esparsos, de caráter político, literário e científico e entre êles o elogio histórico de José Bonifácio de Andrada e Silva e diversas memórias e discursos, que bem atestam o grau de sua cultura e o idealismo com que serviu a várias causas e tanto honram a sua memória ilustre e benemerita.



## RIO DA PRATA — ROSAS

NOTA — Aqui divulgamos mais um testemunho relativo aos acontecimentos ocorridos no Rio da Prata, em meados do século XIX, quando aí preponderava Rosas. É um documento existente no Arquivo do I.H.G.B., da coleção relativa à Marinha Nacional. (\*)

Nêle se encontram referências a maneira cautelosa e previdente da atuação do Brasil em meio dos diversos interesses em choque naquela região da Sul América, além de certos informes de como as coisas se passavam.

C.D.R.

## CONFIDENCIAL

Illm.<sup>o</sup> e Exm.<sup>o</sup> Sr. Conselh.<sup>o</sup> Manoel Vieira Tosta.

Tive a honra de receber a carta confidencial com que V. Exa. me favoreceu datada de 21 de agosto ultimo, e sciente do que nella me determina passo a expender com franquesa as minhas ideias sobre as materias de que trata.

No primeiro periodo da citada carta diz V. Ex.<sup>a</sup> que conhece, que provavelmente não teremos outro remedio senão defendermo-nos dos nossos injustos adversarios, e que lhes dá o titulo de injustos, porque os motivos que allegam para um rompimento são assás debeis, e não os poderiam produzir se na verdade não houvesse da parte de Rosas *posterior* intenção de aggrehir-nos sob qualquer pretexto: e que nestes termos convem estudar os meios de defesa maritima etc.

Concordo exactamente com a opinião de V. Ex.<sup>a</sup> a respeito das intençoens hostis contra o Imperio por parte de Rosas; tem sido esta a minha opinião, e o ponto essencial, sobre o qual, ha seis annos, tenho constantemente chamado a attenção dos antecessores de V. Ex.<sup>a</sup> em a minha correspondencia official, e particular; e por isso muito estimo que V. Ex.<sup>a</sup> tenha sobre estas materias as mesmas ideias.

Releve porem V. Ex.<sup>a</sup> que eu antes de dar cumprimento as suas ordens sobre as informaçoens que exige na dita carta expend

---

(\*) Documentos Navais — Lata XXIII — Col. Inst. Hist. Geog. Bras.<sup>o</sup>

algumas observações sobre uma proposição, que julgo essencial ser discutida e resolvida definitivamente, antes de tudo, pelo Governo de S.M.O. Imperador, a qual he — convencido como parece estar o Governo de S.M.O. Imperador de que Rosas tem intenções hostis contra o Império. as quaes convem frustrar quanto antes, o que será mais conveniente a adoptar, se o prepararmos-nos unicamente para a defensiva, esperando o rompimento por parte de Rosas ou do seu aliado Oribe, se o tomarmos a iniciativa no rompimento, levando a guerra ao seu paiz até obter-se a justiça, a que temos direito.

O primeiro periodo da citada carta de V.Ex<sup>a</sup> indica. que por ora o pensamento do Governo he — o prepararmos-nos simplesmente para a defensiva, esperando pelo rompimento por parte de Rosas ou de Oribe: mas os outros periodos revelam vistas mais vastas; o que me faz crer, que ainda não está resolvida definitivamente esta questão, que julgo essencial, e a base de quaesquer projectos; porque a ella serão subordinados os planos da guerra maritima e terrestre, e por isso passo a expender a minha opiniaõ a este respeito.

Se o rompimento da guerra for por nossa parte, tendo-se antes entendido o Governo de S.M.O. Imperador com o de Montevideó, e com o do Paraguay para evitar o cahir a praça de Montevideó em poder de Oribe, e que Rosas possa dominar no Paraguay por meio de conquista, ou de algum tratado que o habilite a dirigir a politica do Governo daquelle paiz nas suas relações exteriores: neste caso affirmo que toda a vantagem estará da nossa parte, o triumpho será infallivel, e tambem a força, e sacrificios de vidas e dinheiro. que será preciso para conseguillo serão tanto menores como quanto mais breve apparecer o rompimento por nossa parte: e que assim não acontecerá se nos limitarmos a preparar-nos para a guerra esperando pelo rompimento por parte de Rosas ou de Oribe, porque neste caso as vantagens estarão de sua parte: e assim affirmo pelas razões seguintes.

Na primeira hypothese teremos o Governo de Montevideo e todos os elementos de força, de que dispõe, a nosso favor com o seu porto unico de regular abrigo no Rio da Prata para centro das operações da guerra maritima com os trez mil homens que defendem a Praça, cujo numero augmentará logo que nos declaremos em seu favor, os quaes servirão para auxiliar ás operações do nosso exercito na campanha, e ás maritimas nas margens dos Rios da Prata e Uruguay: e igualmente o importante ponto de Martim Garcia, onde ainda domina o Governo de Montevideo; o que collocará a Oribe na alternativa de, ou sustentar o sitio de Montevideó, ou levantar-o. No primeiro caso será forçado a ter

no Cerrito pelo menos cinco mil homens, e conseqüentemente a ter de menos esta consideravel força na campanha para resistir aos primeiros golpes das operaçoens do nosso exercito.

E no caso de levantar o sitio será obrigado a distribuir a maior parte desta força em guarniçoens dos pontos da margem do Uruguay desde a Colonia ate o Salto para conservar francas as communicaçõens com Buenos Aires e Entre-rios, e para ter a retaguarda segura no caso de se ver forçado a retirar-se; o que lhe será difficil executar se ao mesmo tempo se cuidar em perseguil-o com actividade pelos flancos e com a nossa força maritima em commum com as forças de Montevidéo pela retaguarda nas margens do Uruguay; sendo ao mesmo tempo infallivel, que do momento em que Oribe levante o sitio principie desde logo a sofrer o mal da diminuição da força moral e fisica no seu partido, e o do augmento da do seu contrario e nosso alliado, que com vantagem o hostilizará continuamente pela retaguarda e pelos flancos das margens dos rios da Prata e Uruguay com a protecção da nossa esquadra, tendo pela frente o nosso exercito, e parte delle pelo flanco nas margens do Uruguay desde a nossa fronteira até o Salto operando em commum com os Paraguaiois, que devem ao mesmo tempo ter occupado o Hormiguero e invadido Corrientes, devendo tambem a esquadilha da Uruguaiana proteger as operaçoens dos dous exercitos.

Porem se esperarmos pelo rompimento de Rosas ou de Oribe todas estas vantagens desaparecerão; porque elles não romperaõ contra o Imperio sem primeiro estar de posse de Montevidéo; e neste caso em lugar de termos o unico porto do Rio da Prata proprio para centro das operaçoens da guerra maritima teremos ao contrario a este porto como inimigo donde se espreitará a occasião opportuna para nos hostilizar por mar e por terra; e que por isso necessario será bloqueal-o, ou tomal-o a força d'armas, e guarnecel-o com forças de que carecemos na campanha; acrescendo o grande mal de que os trez mil homens que hoje existem em Montevidéo, que na primeira hypothese seriam nossas alliados, iraõ engrossar as fileiras do exercito de Oribe; e unidos aos cinco mil que sitiavam antes a Montevideo ficará Oribe com mais estes oito mil homens disponiveis — para fazer frente ao nosso exercito na campanha; os quaes, dada a primeira hypothese, não teria.

Todos os raciocinios que acabo de fazer a respeito das conveniencias de sustentarmos Montevidéo para o que he necessario não nos limitarmos somente a preparar-nos para a defensiva por que neste caso cahirá Montevidéo em poder de Oribe, que com este successo adquirirá immensa força e o seu alliado Rosas para nos aggredir quando lhes convenha, são applicaveis em quasi tudo a

respeito do Paraguay; porquanto tambem estou persuadido de que Rosas não nos aggredirá sem primeiro dominar naquelle Paiz por meio das armas, ou de algum tratado, que o ponha senhor da direcção da politica do Paiz, pelo menos nas suas relações exteriores; e supposto que a alliança do Paraguay no caso de guerra não seja de tanta importancia, para o Imperio como a de Montevideo a bem das operações maritimas, he sem duvida de muito maior importancia nas terrestres; por que com esta alliança ficaremos com as nossas fronteiras das provincias do Rio Grande, S. Paulo, e Mato Grosso cobertas e defendidas por um alliado, e por ahi nada teremos a receiar, obtendo o grande auxilio de mais dez mil homens do exercito do Paraguay, conforme se tiver combinado nos planos de campanha e tratados com aquelle Governo para nos coadjuvar na campanha Oriental, ou operando sobre Corrientes sublevando esta provincia contra o Dictador, e assim inutilizando as forças de Urquiza e as da Confederação no caso de que Urquiza tome o partido de Rosas, e queira passar o Uruguay em soccorro de Oribe, do que ficará impossibilitado sendo aggredido pelos Paraguayos e Correntinos do partido contrario pelo flanco de Corrientes, e pela nossa esquadilha nas margens do Uruguay.

Se porem esperarmos pelo rompimento por parte de Rosas, como isto não terá lugar sem que, conforme ja disse, Rosas domine no Paraguay, he evidente, que então, todas estas vantagens desaparecerão; e os elementos de força, que na primeira hypothese são a nosso favor, se converterão em elementos de força do inimigo; aggregando-se a circumstancia de que todas as nossas fronteiras vulneraveis e fracas das provincias já mencionadas estarão sempre em xeque tendo ao Paraguay por inimigo, sem ser possivel guardal-as e defendel-as como convem.

Na primeira hypothese o theatro da guerra será em paiz estrangeiro; na segunda no nosso; e por consequencia os prejuizos e destruição das propriedades na campanha pelos dous exercitos belligerantes na primeira seraõ estrangeiros, e na segunda seraõ Nacionaes. Na primeira hypothese atacaremos o inimigo pelos seus pontos mais fracos, e por onde melhor nos convenha: ignorará qual o nosso plano, e em vista dos golpes e reveses que for sofrendo he que poderá, se tiver tempo para isso, organizar a sua defesa. Na segunda hypothese esta desvantagem estará na nossa parte. Em fim muitas outras considerações eu poderia aggregar em favor da minha asserção, o que julgo desnecessario por me parecer ter demonstrado convenientemente que, se tomarmos a iniciativa no caso de guerra, evitando que Montevideo caia em poder de Oribe, e o Paraguay no de Rosas, todas as vantagens estão da nossa parte; e por consequencia o triumpho será nosso.



E no caso contrario será duvidoso; accrescendo ser necessario mais força, dinheiro e sacrificios de propriedades nacionaes para sustentar a guerra; e isto em uma proporção tão extraordinariamente maior que não me animo a designar a relação.

Passarei a dar as informações que V.Ex.<sup>a</sup> exige na sua carta.

Junta achará V.Ex.<sup>a</sup> uma descripção minuciosa (N. 1) de todas as forças, que Rosas tem em toda a provincia de Buenos Aires com as observações do seu autor, que he pessoa de Buenos Aires, inimiga de Rosas, e que tem tido sempre meios de saber segredos reservados de seu Gabinete, alguns dos quaes chegam ao meu conhecimento por intermedio de outra pessoa residente em Montevideo — sem eu figurar em tal assumpto.

Na discripção (N. 2) achará V.Ex.<sup>a</sup> o mappa de toda a força Argentina e Oriental existente no Estado Oriental abaixo do mando de Oribe, com as observações do seu autor, que he pessoa entendida na materia, e que está muito ao facto da campanha da Republica do Uruguay, negocios e circunstancias em que se acha Oribe e o Governo de Montevideo. E tanto na exposição N. 1, como na de N. 2 ha esclarecimentos uteis e ideias muito aproveitaveis, e concordes na maior parte com as minhas desde muito tempo. Todavia eu espero ainda mais esclarecimentos sobre as forças de que Rosas pode dispor nas outras provincias, que se acham quasi desertas, das quaes poderá ainda haver mais dous mil homens segundo o seu acostumado systema de não exceptuar alguém quando se trata de marchar para a guerra; de forma que calculando com a necessaria segurança, e suppondo que os pontos, que elle precisa guarnecer no caso de guerra com o Brasil ficam em perfeito estado de fraqueza, só poderá pôr em campanha, reunindo todas as suas forças de milicias e tropa de linha, dezoito à vinte mil homens no caso de o deixarmos reunir todos os elementos de que pode dispor depois de desembaraçado da intervenção Francesa; mas se o aggredermos de improviso no Estado Oriental, e formos felizes nas primeiras operações contra o seu alliado Oribe, e si se tiver tratado e combinado com os Paraguayos para ao mesmo tempo invadirem Corrientes, promovendo-se a sublevação nesta provincia contra Rosas, por ser onde existe o principal germen de odiosidade contra o seu jugo de ferro, contendo-se por esta forma as forças de Urquiza, e Virazoro naquella territorio sem poder passar o Uruguay em auxilio de Oribe; e nestas circunstancias creio, que jamais poderá Rosas reunir forças operando contra os Paraguayos de mais de sete mil homens, e outros sete mil no Estado Oriental contra o nosso exercito; devendo-se ter em vista que neste caso as forças actuaes de Oribe no Estado Oriental diminuirão diaria-



mente, e sua posição todos os dias se tornará mais critica e difficil: e o mesmo acontecerá as de Virazoro em Corrientes; porque ambos estes caudillos teraõ em frente alem das forças estrangeiras que as guerreiam as dos Nacionaes emigrados, que serviraõ de incentivo a deserção dos descontentes que existem nas suas fileiras, e que por necessidade sofrem o jugo, que os desastres e as circunstancias os obrigam a supportar, por não terem apoio exterior, e o partido nacional seu inimigo todos os dias se robustecerá.

No caso de guerra se devem logo cuidar em capturar ou destruir completamente a esquadilha de Buenos Aires, por em segurança Martin Garcia, bloquear os portos de Maldonado, Buceu, Colonia e toda a Costa Oriental desde Castilhos até a embocadura do Uruguay para cortar todos os recursos, que Oribe pode receber do exterior por este lado, o que o obrigará immediatamente a levantar o sitio, e a concentrar-se no Durasno ou passar o rio de Sta. Lucia e retirar-se sobre S. José e immediações da Colonia, approximando-se às margens do rio Negro e conservando cobertas as margens do Uruguay fronteiras a Entre-Rios; o que creio ter em vista o dito Oribe no caso de algum rompimento por nossa parte antes da epoca que lhe convém, por quanto consta-me, que já tem mandado para S. José bastante trem e muniçoens de guerra, fazendo dâquelle ponto um dos depozitos bellicos do seu exercito, e outro no Durasno; o que indica contar com o não ser possivel sustentar-se no Cerrito.

Para se tomar a esquadilha de Buenos Aires, que consta por ora das mesmas embarcaçoens de que dei parte a V.Ex.<sup>a</sup> no meu officio N. 12 de 5 de julho ultimo, e mais de duas canhoneiras, que me consta, se estão armando em Corrientes no rio Paraná cadauma de dous rodizios com fechas fulminantes, não se pode determinar exactamente a maneira de o praticar, porque isto depende da posição em que ella se ache; sobre cuja base deve o Chefe do Rio da Prata organizar o seu plano de surpresa; para o que pode adquirir força de gente propria para a abordagem na Legião Italiana de Montevideo, se precisar deste auxilio, e se por ventura nessa epoca forem, como creio seraõ nossos alliados os de Montevideo; o que antevisto por mim, tenho tratado de aplainar o caminho, applicando meios indirectos para que alguns de nossos Commandantes e Officiaes se relacionassem com o Commandante da dita Legião e alguns de seus Officiaes, o que já se tem conseguido, sem que por ora uns e outras saibam, que isto he promovido por mim, e quaes as minhas vistas futuras; e devo desde já declarar a V.Ex.<sup>a</sup> que já não estou da mesma opinião sobre a maneira de tomar a esquadilha de Buenos Aires conforme emitti na 3.<sup>a</sup> hypothese de meu officio N. 91 de 28 de Dezembro de 1849, que tive a honra de entregar pessoalmente a V.Ex.<sup>a</sup> quando estive nessa

Corte ultimamente, sendo o principal motivo porque mudo de opinião depois de pensar muito sobre esta materia, a continuar a pratica de quando saem as nossas embarcaçoens de guerra desse porto ser em um estado tão desgraçado no que respeita a qualidade e numero de suas guarniçoens, sua disciplina, armamento e preparos bellicos, que não he possivel contar com bom resultado em qualquer conflicto ou empresa senão trez meses depois de aqui chegarem, e o Chefe ter remediado taes faltas; e disto mais me convenci pela maneira por que aqui chegaram o Vapor Golphinho e a Curveta Euterpe, inuteis completamente para entrar em operaçoens; e hoje trata-se de apromptar estes navios com a maior brevidade neste porto; com tudo isto não deve admirar a V.Ex.<sup>a</sup> porque em maior ou menor escala o mesmo acontece em todas as Marinhas do Mundo; e mesmo na Inglaterra onde o seu Almirantado só julga que qualquer navio está em perfeito armamento e disciplina para a guerra treze meses depois de armado em commissão fora do porto em que armou; e minha queixa a este respeito só se limita a aquellas faltas para que não ha desculpa.

Se quando apparecer o rompimento da guerra estiver em poder de Oribe a praça de Montevidéo, e consequentemente no de Rosas a Ilha de Martim Garcia, o que considero como uma fatalidade, refiro-me ao que disse no citado meu officio de 28 de dezembro de 1849, quanto a força e modo de a tomar depende da maneira por que esteja fortificada e defendida, e só com conhecimento destas circunstancias he que se pode designar a força necessaria.

Se porem as de Montevidéo forem nossos alliados, conforme conto, neste caso pode a Ilha continuar a ser guarnecida pelas forças de Montevidéo, e as despesas da guarnição por sua conta, existindo ali a nossa força maritima, conforme indiquei no dito officio, commandada por um Official habil, para assim daquelle ponto se dominar as operaçoens e empresas maritimas no Uruguay e Paraná; e sobre este objecto espero que V.Ex.<sup>a</sup> tenha em muita consideração as reflexoens, que fiz no mesmo officio e em outros sobre a importancia deste ponto, de cuja utilidade cada vez mais me convenço; e por isso como muita gente ignora, que os de Montevideo foram quem tomaram a Ilha, e que d'ella se acham de posse ainda hoje: o que muito de proposito Rosas cuida em fazer crer o contrario no exterior, promovi indirectamente a apparição de artigo do Comercio del Plata de 11 do corrente que incluso envio, em que se acha bem explicada esta questão, da qual muito convem que esteja ao facto o Governo de S.M.O. Imperador.

No Paraná a fortificação mais forte que consta existir, he a do Colligado — mas esta hoje acha-se quasi desarmada conforme

se diz nas observaçoens das notas juntas ns 1 e 2, que combinam com as noticias que tenho por outros conductos; e tambem existe outra bateria de pouca importancia no Rosario ou em S. Nicolas, e outra em S. Lourenzo, esta ultima era a de mais importancia pela sua posição elevada sobre a barranca do rio, por assim ficar sobranceira as embarçaçoens que tem de passar junto a ella recebendo o fogo de sua artilheria sem lhe poder retribuir; foi este o ponto em que os Interventores tiveram a maior difficuldade de fazer passar o comboi quando desceram o Paraguay, e o acharam fortificado; e apesar de sua excellente posição só occasionou no comboi a perda de uma embarcação mercante de grande porte, que por se querer desviar do fogo, encalhou e foi preciso incendial-a, constando o comboi de mais de cem embarçaçoens mercantes comboiadas por dous vapores Ingleses, um Francez e mais trez embarçaçoens de guerra á vela; porem não sei por que razão mandou Rosas, ha pouco, tempo, desfazer esta bateria, e passar as peças para S. Nicolas, conforme me consta por varios conductos; e como nestas materias, necessario he antes de tentar as empresas ter informaçoens exactas, mandei um proprio ao Paraná para examinar estes e outros assumptos, de que he preciso ter a certesa, e outro ao Uruguay, os quaes não podem regressar antes de 50 dias: e no mez passado engagei dous Praticos, que serviram na esquadra Franceza, tendo um delles assistido ao combate do Obligado, e levado o vapor Francez Fulton ao porto do Asumpcion — no Paraguay, vapor este que demanda 15 pes dâgoa: e o outro brasileiro filho de Santa Catharina, assistiu aos combates ao Uruguay, gozando ambos o credito de ser o primeiro o melhor Pratico da Colonia até o Assú, e d'ahi para cima no rio Paraná ate o Paraguay: e o segundo desde a Colonia ate a embocadura do Uruguay e d'ahi para cima de todo este rio, onde navegou o vapor Inglez Gorgon, até Mercedes calando 15 1/2 pés; estes dous praticos como se acham muito compromettidos com Rosas e Oribe, pois o primeiro foi condecorado com a medalha da Legião de Honra pelo Governo Francez, achavam-se desempregados em Montevidéo, e por isso se sujeitaram a servir por meio soldo em quanto não fosse preciso o seu serviço naquelles rios: mandei-lhes abrir praça com este vencimento abordo do Brigue Capiberibe a um, e do Eolo a outro.

Junto remetto o mappa dos navios de guerra interventores no combate ao Obligado, e a discripção do combate, que de muito auxilio pode servir a qualquer plano.

Creio, que tendo-se Martin Garcia com segurança a nosso favor, pela forma que já indiquei, no caso de ser necessario subir o Paraná para capturar a esquadilha de Buenos Aires, ou subir

o Rio ate o Paraguay, será bastante a Curveta União e — Berenice a reboque dos Vapores — D. Pedro 2º e Recife — ou outros de igual força, e o patacho — Thereza — a reboque de outro vapor de menor força, pois que esta força vencerá todos os obstaculos, e dominará o rio até o Paraguay em qualquer ponto, que se ache, excepto se o Dictador se lembrar de formar alguma fortificação como praticou no Obligado, encadeando embarcaçoens umas ás outras para impedir a passagem; por que neste caso será necessario mais força conforme o demonstra a discripção do quanto renhido foi o combate com os Interventores, tendo estes muito maiores forças do que aquellas que indico; lembro porem que em todo o caso devem os navios mencionados ser artilhados com canhoens mais fortes, e de maior alcance do que aquelles que presentemente tem; por que a mansidaõ das aguas em que tem de navegar admitte o poder carregar-se os navios de guerra com maior peso de artilheria, e a commissão em que vão ser empregados assim o exige; por que terão de se bater contra baterias, ou contra a esquadra de Buenos Aires que usa em geral de peças de grande alcance.

Estou a espera de informaçoens mais minuciosas e interessantes dos portos Argentinos da costa do Sul, que necessariamente deveraõ ser bloqueados, pois que as que envio na discripção N.º 1 são mais terrestres do que maritimas; e nem me he possivel descrever nesta carta tudo quanto sei a este respeito; e por isso limitar-me-hei a informar a V.Ex.<sup>a</sup> de que no caso de guerra e bloqueio sobre Buenos Aires entendo, que se deve proceder conforme indiquei no meu já citado officio de 28 de Sebrº de 1849, cuidando-se em primeiro lugar e desde logo em capturar ou destruir a esquadilha de Buenos Aires, ou quaesquer outros navios de guerra, que tencionem armar: guardar e defender Martin Garcia, e ali estabelecer o bloqueio cortando o commercio de Buenos Aires com o Paraná e Uruguay; e bloquear alem do porto de Buenos Aires os portos da Ensenada — Salado — Bahia Blanca — e rio Negro na Patagonia; quanto a este ultimo porto na exposiçãõ N.º 1 do meu correspondente de Buenos Aires achará V.Ex.<sup>a</sup> os esclarecimentos sobre o seu estado da defesa; e quanto as suas localidades devem bem poder informar a V.Ex.<sup>a</sup> os Capitaens de Mar e Guerra Joaquim Marques Lisboa, e Joaquim José Ignacio, que ali estiveram prisioneiros e se evadiram em um navio mercante com outros seus companheiros do revez da nossa expedição; consta-me porem que hoje he de muita importancia o porto da Bahia Blanca, não só pela riqueza dos proprietarios de estancias que tem ultimamente affluido para as suas immediaçoens pela bondade do terreno e maior proximidade de Buenos Aires, como pela melhoria e facilidade de



sua estrada porto e ancoradouros descobertos pelo ultimo explorador Inglez, que levantou um plano d'estes ancoradouros, e do qual tenho copia e tambem a poderá ter o meu successor no Commando da Divisaõ, por que tambem as tem o 1.º Tenente Antonio Joaquim Curvello meu Ajudante d'Ordens, e Secretario, e o 2º Tenente Clementino Plácido de Miranda Machado, e muitos outros novos planos de differentes pontos d'estes rios de que geralmente não se tem ainda conhecimento por se não ter dado a publico; e por isso encontrará o meu successor nestes dous bemnemeritos officiaes bons esclarecimentos a este respeito; accrescendo que conhecem bem a localidade de Martin Garcia, por que levei-os em minha companhia quando ali fui no Patacho Argos, e andaram commigo em terra examinando a sua localidade — creio pois que no caso de guerra se deve cuidar, e prestar maior attenção no bloqueio da Bahia Blanca do que no da Patagonia, e igual attenção ou maior deve merecer o porto do Salado, que muito descuidado foi na guerra passada; e por isso foi onde se abrigaram o maior numero de presas.

Os dous Praticos effectivos da Divisaõ são Brasileiros, e excellentes praticos ao Rio da Prata com conhecimento dos portos das Costas do Norte e Sul das duas margens, excepto do porto da Patagonia, que tem praticos especiaes. O primeiro tem a experiencia adquirida no serviço da nossa guerra passada: e o segundo na dos dous bloqueios Francezes.

D'estes praticos poderá o meu successor colher esclarecimentos convenientes sobre as localidades, e navegação dos portos das duas margens dos rios, que precise bloquear; e dos outros dous que ultimamente engagei, os que lhe forem necessarios da Colonia e Buenos Aires ate as embocaduras dos rios Paraná e Uruguay, e do interior do primeiro ate o porto do Assumpcion: e no segundo desde a sua embocadura ate a Uruguayana no Rio Grande.

Hum d'estes dous ultimos Praticos he natural de Santa Fé, e he considerado como criminoso em Buenos Aires; e se cahir em poder de Rosas ou de Oribe conta com a morte, por causa dos serviços, que prestou aos Francezes, pelos quaes tem a medalha da Legião de Honra.

Quanto a força, e numero de navios necessarios para sustentar a guerra, e os bloqueios, de que tenho tratado, refiro-me em tudo ao que indiquei a V.Ex.<sup>a</sup> no meu já citado officio de 28 de Dezembro de 1849, a saber, uma fragata como a Paraguassu para Navio Chefe, devendo-se trocar a artilheria, que presentemente tem por outra de maior calibre: 4 curvetas, 6 brigues que calem menos de 12 pés d'agoa, 12 escunas, patachos ou canhoneiras que calem de



6 á 9 pes d'agoa, 2 vapores de força de 200 cavallos ate 300, que não calem mais de 12 pés d'agoa, 2 ditos de força de 130 á 180 cavallos calando menos de 9 pés d'agoa, para poderem entrar na barra do Rio Grande, e 3 ditos de força de 60 a 100 cavalos que calem menos de 7 pes d'agoa para operar no rio da Prata da Colonia para cima, e no Uruguay até o Salto, e dentro do porto de Buenos Aires.

Todos estes Vapores devem ser artilhados como usam os Ingleses com especialidade a respeito dos reparos dos rodízios, em que os peoens não são fixos, e sim volantes e de caviraõ para se poder fazer pontarias obliquas em todas as direcçoens, do que se tem modellos no porto d'essa Corte; e deve-se ter muita attenção na disposiçaõ da sua mastreaçaõ, a fim de que se obtenha a maior velocidade andando a vela, do que se devem servir nas comissoens em que andarem empregados com especialidade nos cruzeiros, não servindo a machina senaõ para as caças, ou em outras occasioens em que seja urgente o seu serviço, para assim se evitar o grande dispendio de carvaõ; e por este mesmo motivo devem ser preparadas as rodas de modo que com facilidade se possa tirar as pás inferiores, ou moverem-se por si mesmas com a velocidade do navio, sem fazer resistencia as agoas, quando andarem a vella.

He exacto o que disseram a V.Ex.<sup>a</sup> sobre o não serem os cavallos de Entre-rios e Corrientes e mais provincias Argentinas, proprios para operar na nossa campanha do Rio Grande e na Republica do Uruguay por estranharem os pastos, e ficarem estragados os cascos em duas ou trez marchas successivas em consequencia da qualidade do terreno pedregoso; porem isto não acontece em todo o nosso territorio, nem tambem em todo o estado Oriental, conforme V.Ex.<sup>a</sup> verá nas observaçoens do mappa n.º 2; e tambem estou informado de que os ditos cavallos depois de passar uma invernoada nestes territorios se acostumam aos pastos e a caminhar no terreno sem soffrerem como antes dos cascos.

Hum dos objectos sobre que chamo a attençaõ de V.Ex.<sup>a</sup> he sobre o fornecimento de mantimentos e sobrecellentes para os Navios da Divisaõ; pois que não he possivel no caso de guerra continuar o mesmo systema seguido ate hoje de chegarem a estar os Navios sem uma vara de lona para concertar o panno, e uma braça de cabo para reparar o apparelho, e as vezes sem mantimentos para mais de trez dias, e isto por que não se satisfaz aos pedidos dos sobrecellentes; e quando se satisfaz he ja em circumstancias que quando elles chegam a este porto saõ immediatamente consum-

midos, por que as necessidades assim o exigem, e ficam outra vez desprovidos de objectos, que he indispensavel ter em reserva abordo; por que deve-se ter em vista, que qualquer navio de guerra deve ter a seu bordo tudo que possa ser-lhe necessario para remediar as suas avarias de um combate, de forma que possa de novo entrar em outros com o mesmo inimigo, por que convenha persigui-lo, ou este depois de reparado o ataque novamente, ou finalmente, porque não convem desamparar o ponto que se acha guardando, o qual se verá forçado a abandonar se não tiver cabos, lonas, pregas. E para reparar as suas avarias; o que igualmente se deve ter em consideração a respeito das avarias occasionadas pelos incidentes da navegação e dos temporaes.

Tenho constantemente representado que a nossa tabella de sobrecellentes não deve regular para os navios do Rio da Prata; por que esta foi organisada sobre a baze de tempo de paz, tendo os navios de guerra o auxilio de serem feitos os seus concertos, e muitos fornecimentos pelos nossos Arsenaes, e serem as suas commissoens de pouca duração fóra dos portos em que não ha Arsenaes onde se reparem: e que os sobrecellentes de bordo só se calcularam para as eventualidades da viagem; o que não acontece na Divisão do Rio da Prata, onde todos os reparos são feitos com os sobrecellentes de bordo, e com os seus operarios; mas nem mesmo as quantidades marcadas na tabella tenho conseguido que sejam fornecidas; o que não pode continuar da mesma forma, e causará grandes embaraços ao meu successor, se por ventura apparecer um rompimento; e o mesmo succede com os mantimentos, bem como na occasião presente em que tenho de deixar nas instrucçoens a Parker, que tenha promptas trez embarcaçoens da Divisão com mantimentos para cruzar ao longo da Costa ate o Rio Grande ou Sta. Catharina, e levar aviso a essa Corte no caso de se verificar uma denuncia, que tenho, de que talvez algumas das embarcaçoens da esquadra de Buenos Aires antes do rompimento se dirijam ao corso sobre a nossa costa; para o que será necessario comprar mantimentos se não chegar dentro de quatro dias o Brigue Oriente; pois que os navios da Divisão já tem falta de alguns artigos de muniçoens de boca; e as embarcaçoens que se destinarem aos cruzeiros devem ir fornecidas com mantimentos e sobrecellentes pelo menos para quarenta dias.

Tenho nesta minha longa carta dirigido a V.Ex.<sup>a</sup> as informaçoes exigidas em sua carta de 21 de Agosto, e em o Aviso reservado de 14 de Septembro de 1850, e exposto as minhas opinioens com franqueza como Chefe da Divisão do Rio da Prata no momento de deixar este commando: veremos se na qualidade de Presidente do Rio Grande terei as mesmas opinioens, visto que muita influencia

tem a posição em que nos achamos collocados para encarar e ajuizar de taes materias; podendo unicamente afiançar a V.Ex.<sup>a</sup> que meu zelo em bem servir, e empregar todos os esforços ao meu alcance no cumprimento de meus deveres no Serviço de S. Magestade O Imperador será sempre constante.

De V. Ex.<sup>a</sup>

amigo eatt.<sup>o</sup>

Pedro Ferreira de Oliveira

Comd.e em Cheffe

Montevideo 23 de outubro de 1850

N.B. Esquecia-me dizer a V.Ex.<sup>a</sup> que as informações que tenho podido obter relativamente a força e meios pecuniarios que tem a sua disposição o Governo de Montevideo para sustentar a praça no caso de ser aprovado o tratado Lepredom e consequentem.te retirada a intervenção Franceza, combinaõ com pouca diferença umas dadas nas observações do Mapa N.º 2 cumprindo-me unicam.te ponderar que hé preciso tratar desde já secretamente com o dito Governo sobre o subsidio com que devo contar a fim de que esteja habilitado para não aceitar o Tratado Lepredom no caso de ser aprovado pelo Governo Francez, sendo provavel que nestas circumstancias seja retirado o subsidio Francez, e por isso tambem me parece necessario. dar instruções ao nosso Diplomata em Montevideo com o Comd.te da Divizão sobre qual deve ser sua conducta neste cazo e qual a proteção que devem dar ao Gov. de Montevideo quando isto aconteça, pois que se não se tiver prevenido este cazo antes da chegada da resolução do Governo Francez, e acontecer ser a resolução em favor do dito Tratado, correm.to risco a cahir a praça em poder de Oribe antes de o Gov. de S. Mag. o Imperador poder providenciar neste respeito. cumpre-me tambem lembrar que no cazo de se estabelecer na Convenção subsidio para o Governo de Montevideo se deve declarar que a quantia diminuirá na proporção em que aumente as rendas do dito Governo, por que do contrario tudo consumira bem como tem acontecido ate a presente em que virá da mesma forma em que viria quando tinha rendas quintuplicadas.

Cumpre-me pedir desculpa a V.Ex. de esta carta não ter sido feita toda por minha letra como me cumpria, atentar as materias de que trata, ão ser dirigida a V.Ex. porem depois de feita aumenta os muitos afazeres em vespas de partida, junto ahi

incommodo demolestia nestes ultimos dois dias, me fizeraão reconhecer a impossibilidade de a copiar por minha letra antes da partida do Paquete; e por isso foi feito este trabalho pelo meu Secretario e Ajud.e d'Ordens o 1º Tent. Antonio Joaquim Couto d'Avila, que em virtude da confiança que nelle depozito, devido emprego que exerce se acha de posse de grande parte do segredo das materias que contam a dita carta, e tambem a proveito esta ocazião para recommendar este Official a V. Exa. como digno das Graças de S. Mag. o Imperador pelo seu bom Serviço no Rio da Prata e em diferentes pontos do Imperio conforme constará das informaçoes a seu respeito, e pela sua boa conducta e conhecimentos profissionais e instrução variada em diferentes ramos, por cujo motivo eu o levaria em minha companhia senão reconhecesse a falta que faria a Parker e tambem ao meu successor na marcha do serviço da Divizaõ, einformaçoes necessarias; ficando-me porem o sentimento de me separar de hu companheiro em meus trabalhos neste commando durante cinco annos sem poder remuneralo como podem os Comd.e em Chefe da Marinha Ingleza que tinha a sua commissão de trez annos deestação em qualquer ponto, dão ao Official que escolherão para seu Ajud.e d'Ordens e que bem servio a prommoção do posto immediato, porem como não existe esta Lei na nossa Marinha, peço a V.Exa. que na organização de qualquer proposta que V.Exa. tenha de apresentar a S.Mag. o Imperador seja contemplado o dito 1.º Tent. no numero dos promovidos por merecimento, e posso afiançar a V. Exa. que entre os de sua classe não conheço algum que lhe possa disputar em serviços e conhecimentos o direito a esta Graça de S.Mag. o Imperador e tambem por amor a Justiça, apresento a V.Exa. como digno da mesma Graça o 2.º Tent. Clementino Placido de Miranda Machado por que também o julgo distinto entre os de sua Classe conforme por vezes tenho informado a V.Ex.<sup>a</sup> qual tão bem não levo em minha companhia como dezejava por que reconheço a falta que faria na Divizaõ o seu Serviço na instrução dos objetos de artilharia, astronomia as guarnições e G. as Mar.as.

De V.Ex.

Pedro Ferreira de Oliveira.



## A NAVEGAÇÃO DO AMAZONAS

A abertura do vale amazônico às bandeiras estrangeiras constituiu um dos problemas mais sérios com que se teve de haver a diplomacia imperial. A política portuguesa fôra realizada visando à preservação da maior área possível da imensa região para a soberania da potência colonizadora. Nesse particular, essa orientação apresentara-se com as características de uma rigidez imensa. Continuando-a, a política imperial imaginara os mesmos perigos e, com a mesma decisão, procurava impedir que elementos estranhos viajassem sem as necessárias autorizações e sob as cautelas rotineiras pelas águas do rio e de seus afluentes.

Os norte-americanos, todavia, como mais tarde os ingleses e os próprios franceses, tentaram alcançar do governo imperial a modificação dessa diretriz. Todo um imenso trabalho de conquista, de ameaças, de intimidações foi promovido, sem que o Império recuasse, revelando decisão, firmeza, convicção.

A documentação que comprova essa nossa assertiva é vasta e se guarda no Arquivo Histórico do Itamarati, na seção de manuscritos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Biblioteca e Arquivo do Estado do Pará, e já foi objeto de um livro cheio do maior interesse, de autoria do diplomata Fernando Sabóia de Medeiros, intitulado *A Liberdade de Navegação do Amazonas*, edição Brasileira. São Paulo, 1938.

Os documentos que divulgamos a seguir foram extraídos da coleção «Documentos Navais», lata XXII, e da correspondência do Ministro do Exterior com o Presidente da Província do Pará.

A.C. Ferreira Reis.

Reservadíssimo.

Rio, 20 de setembro de 1853.

Transmito a V.Excia. por cópias inclusas o off.reservadíssimo nº 20, do Ministro do Brasil em Washington, de 17 de julho



último, e o despacho também reservadíssimo que lhe dirigi em resposta com data de 13 do corrente sob n.º 7.

Como V.Excia. verá pela leitura do dito officio as pretensões dos americanos sobre o Amazonas tem tomado um caracter mais serio, achando-se, segundo se diz, organizada em New York uma companhia com grandes capitais para empreender a navegação dos tributarios daquelle rio que a Republica da Bolivia, e ultimamente a do Peru nos termos do Decreto que expediu em 15 de Abril proximo passado e aqui publicado no Jornal do Commercio do dia 4 do corrente, abrirão ao commercio estrangeiro, e sendo portanto de receiar que elles fação algumas tentativas para realisar as suas vistas. cumpre que V.Excia. esteja sempre bem vigilante para poder frustra-las, devendo comunicar ao Governo Imperial com a maior brevidade possivel tudo quanto a este respeito ouver.

Recomendo a V.Excia. que quando responder a este aviso me devolva as copias que o acompanhaõ.

Deus guarde a V.Excia.

Antonio Paulino Limpo de Abreu.

Reservadissimo.

Illmo. e Exmo. Sñr. Cabe-me a honra de responder ao Aviso reservadissimo de V. Exa. de 20 de setembro proximo passado, relativamente ás pretensões da Nação Norte-Americana sobre a livre navegação de Amasonas.

Referindo-me ao conteúdo dos Officios do meu Antecessor, reitero as providencias pedidas por elle, afim de se poder oppôr obstaculo á qualquer tentativa, que por ventura possa haver da parte dessa Nação ou de outra qualquer para navegar o Amasonas, e seus confluentes, podendo asseverar a V.Exa. que facil será obstar á passagem pelo canal do Tagipurú, se os aggressores demandarem o porto do Pará para daqui seguirem para o Amasonas: assim como duvido que possamos, com os meios ordinarios, impedir a entrada de qualquer Barco estrangeiro pela larga fóz do Amasonas, ou Canal de Macapá quando esse barco tente por ahi fazer a sua entrada.

Dous casos se devem figurar na actual conjunctura: o de uma invasão armada com força e meios de que em taes casos costuma dispôr uma Nação conquistadora; e o de uma tentativa, por meios pacificos, para entrar pelo rio em questaõ, afim de nelle commerciar, ou afim de por elle dirigir-se aos Estados ribeirinhos da Zona superior do Rio.

No primeiro caso, ninguém melhor que o Governo sabe o que deve obrar, não me competindo se não indicar os differentes recursos e difficuldades naturaes, com que elle tem de contar nos differentes canaes, ou gargantas do rio, por onde é possível tentar-se uma passagem e a indicação topografica que delles passo á fazer, orientará a V. Exa. do que convirá obrar.

No segundo caso de uma simples tentativa pacificamente. dous são os vehiculos por onde um barco pode demandar a entrada do rio, ou buscando o Porto do Pará para d'aqui seguir o caminho trilhado pelos Vapores do Amasonas, isto é, pela Bahia de Marajó, e canal Tagipurú, ou pela mesma foz do Rio que lhe apresenta dous largos canaes extremados pela Ilha de Cavianna, que occupa justamente a parte central daquella foz, formando os dous citados canaes, um encostado á orla Septentrional da Ilha de Marajó, junto a Villa de Chaves, e outro encostado á orla meridional das terras de Macapá.

Si o Barco tentar sua entrada pela bahia de Marajó (e neste caso elle pôde deixar de passar pelo porto desta Capital, entrando pelo canal dessa Bahia adjacente á orla meridional da Ilha de Marajó) elle será forçado á dirigir-se. ou pelo rio das Breves, ou pelo canal do Tagipurú, e occupados militarmente estes dous canaes, nos pontos convenientes, creio que será facil impedir-se a passagem por serem ambos estreitos, e bastar em cada um delles um vaso de guerra, com alguma força nas duas margens do ponto escolhido.

Si porem tentar o segundo vehiculo da foz do Amasonas, devo lembrar a V. Exa. que a força naval aqui existente, é por demais diminuta para vedar-se o ingresso pelos dous citados canaes da Ilha de Cavianna. O mais estreito que passa por Chaves, tem na menor largura, junto a esta Villa mais de quatro milhas, e o mais largo adjacente ás terras de Macapá, tem seguramente 10 milhas. e nenhum outro ponto se apresenta nas proximidades da foz do rio com melhores vantagens de ser occupado sem o grave inconveniente de deixar exposto o Archipelago das Ilhas visinhas á Macapá.

É pois meu parecer, que devem existir cruzando em cada um desses canaes dous vasos de guerra, e pelo menos um vapor armado, que os auxilie e possa oppôr-se aos barcos deste genero. que por ventura demandem a entrada do Rio.

Já vê pois V. Exa. que a força naval somente indispensavel para este serviço deve ser composta de 7 vasos de vela, e pelo menos um vapor, contando com o que deve guarnecer o porto da Capital.

É bem verdade, que a entrada de um barco por qualquer dos canaes que evitaõ o porto da Capital, é contrariado por muitos

baixos e coroas que os entravaõ, porém, não sendo essa entrada impossivel, e restando á um inimigo emprehendedor, a facilidade de haver a si praticos mesmo do paiz que lhe servão de guias, pede a prudencia que estejamos acautelados para esta eventualidade.

Estas medidas de prevenção, creio que em nada devem prejudicar aquella relativa á Obidos que fez objecto do Officio reservado do meu antecessor dirigido ao Ministerio da Guerra em data de 31 de agosto ultimo.

Passo á outras reflexões. Consta-me que a associação formada nos Estados Unidos, cujas vistas são bem conhecidas de V. Exa. tenta promover a emigração em grande escala no intuito de povoar as nossas ilhas, e margens, ainda desertas.

Não sei ao certo que grão de credibilidade devem merecer estes boatos. Mas á serem verdadeiros, supponho que o projecto será de difficil execução, sem o consentimento do nosso Governo, por que neste caso a idéa da dominação estrangeira concitaria rivalidades e ciumes, e seriam estes os obstaculos com que continuadamente teriaõ de lutar os invasores; cumpre todavia não riscar da lembrança a tenacidade com que este povo costuma proteger suas empresas.

Não obstante chegar quasi todos os dias embarcações dos portos da União, em busca dos nossos productos, e ter eu feito com a conveniente discrição diligencias para colher informações mais miudas, e circumstanciadas acerca do objecto que preoccupa o Imperio, não me é possivel accrescentar novos esclarecimentos aos que tem tido o Governo Imperial.

Acaba de chegar o Comandante da Divisão do Maranhão em o Brigue Itaparica; e logo que estejaõ promptos os vasos de guerra de que elle pode dispôr, os farei seguir para o Amasonas, com o fim de impedir a entrada de qualquer Barco estrangeiro, que tente navegar nesse Rio sem ordem expressa desta Presidencia.

Elles deverão crusar em o ponto escolhido que mais conveniente fôr, tendo-se em attenção o máu estado desses Barcos, que de certo não são os mais proprios, nem para oppôr resistencia efficaz, nem para lutar vantajosamente com as furias das ondas nos dous canaes da embocadura desse grande rio.

Devolvo á V. Exa. as copias de que trata o Aviso á que tenho a honra de responder, ficando em meu poder outras iguaes para serem entregues ao meu digno Sucessor, em maõ propria, afim de elle poder orientar-se na marcha que tiver de seguir, ou na direcção que tiver de dar á esses negocios que tão de perto affectaõ os nossos vitaes interesses nas futuras eventualidades.

Faço votos para que o despacho destas questões venha ajuntar novos louros aos triunfos que a nossa Diplomacia, e a energia do Governo tem obtido nestes ultimos tempos.

Deos Guarde a V.Exa. Palacio do Governo da Provincia do Pará 27 de Outubro de 1853.

Illmo. e Exmo. Sñr. Conselheiro Antonio Paulino Limpo de Abreu, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros. Angelo Custodio Corrêa..

Conforme

Joaquim Maria Nascentes de Azambuja.

## TERMINO DA LUTA CONTRA LOPES

*Nota* — Os documentos aqui transcritos apresentam aspectos relativos a acontecimentos ocorridos finda a guerra do *Paraguai*. Um, o de 20 de março de 1870, regista o proceder de nossas autoridades em relação à *Mme. Lynch*, a companheira de Lopes, após o choque decisivo de *Cerro Corá*.

Outro, o de 26 de setembro, também de 1870, informa sobre ocorrências havidas em *Assunção*, quando já o *Paraguai* tinha um novo governo. Havia então o choque de *correntes*: umas, advindas de *heranças do passado*; outras, visando a tirar proveito das conseqüências da guerra, isto, porêr, nem sempre conformes com os melhores interesses do *país mediterrâneo*.

Felizmente, *não obstante opiniões contrárias*, nossa conduta nesse episódio histórico, não nos acusa de haveremos procedido, *mormente após a vitória*, contra o que, então, melhor convinha ao país visinho.

Finalmente, nesses documentos, além do acima referido, vêem-se testemunhos do *critério disciplinar*, então praticado, por nossas *forças armadas*.

C.D.R.

### — I —

Commando em Chefe de Todas as Forças Brasileiras na Republica do Paraguay Quartel General em Assunção 20 de Março de 1870.

Illmo. e Exmo. Snr.

Ao serem derrotadas no Cerro Corá as últimas forças do dictador Lopez e aprisionada por essa ocasião pelas nossas forças Elisa Alicia Lynch que a voz publica de ha muito indigita como principal cumplice d'aquelle tyranno, foi respeitado o carro em que ia a mesma Lynch e no qual conduzia, como depois se soube, importantes valores.



Segundo minhas instrucções, o general Camara deve tel-a feito embarcar, com todos os objectos que trazia, no vapor Chuy onde V.Exa. a conservará incommunicavel até ulterior deliberação, e, sendo necessario para se poder tomar essa deliberação, conhecer-se quaes os objectos que ella conserva em seu poder, resolvi nomear para isso uma Comissão Composta de V. Exa., do Coronel Rufino Enéas Gustavo Galvão e do Chefe Interino da Repartição Fiscal major Frederico Augusto de Fontoura Lima.

Esta commissão, procedendo com a delicadeza que impõem as leis da urbanidade, exigirá da mesma Lynch a apresentação de todos os referidos objectos e delles organizará um inventario comprehendendo não só os valores em especie ou outros, como tambem todos os papeis que por qualquer titulo, possam interessar o futuro do Paraguay ou dos estados alliados e de tudo dará conta a este Commando em Chefe.

Deos Guarde a V.Exa.

Gastão de Orleans-Com.te em Chefe

Illmo. e Exmo. Snr. Chefe de Divisão Victorio José Barbosa da Lomba.

Com.te da Força Naval.

Hospital de marinha em Assumpção 26 de setembro 1870.

*Reservado*

Illmo. Sr.

Neste momento — duas horas da tarde — acabo de receber o officio urgente e reservado de V.S. sob n.º 3.206, ao qual apresso-me a responder.

Hontem a uma hora da tarde mais ou menos dirigi-me a praça da Catedral, a fim de por mera curiosidade assistir a um meeting d'estrangeros annunciado em cartazes nas esquinas das ruas desta cidade — ahi chegando vi diversos grupos que se dirigião ao theatro, e acompanhei-os. O Sr. Dr. Carransa pronunciou um discurso, demonstrando que o fim d'aquella reunião era apoiar as medidas tomadas pelo Governo em consequência dos successos que tiverão lugar na tarde de 23 do corrente — proclamárão-se representantes das diversas nacionalidades, e pelo Brasil tiverão o desacerto d'elegerem-me — em seguida os diversos representantes escolherão me unanimemente para Presidente — Acceitei, considerando uma commissão altamente honrosa, sem antever que practi-

cava um acto offensivo a disciplina militar incorrendo assim no desagrado do Ex.majr. Commandante em chefe: em seguida, ou melhor ainda — acto continuo lavrou-se, e assignou-se a acta sendo tudo entregue ao Exmo. Sr. Presidente Provisorio da Republica.

Eis a narração dos acontecimentos que derão lugar as censuras do Commando em Chefe.

Me parece, que até a presente data meos actos tem sido sempre d'um empregado exacto cumpridor de seos deveres — que não tem offendido jamais durante dez annos a disciplina militar.

Ordena V.S. que faça desaparecer minha firma de qualquer documento que tenha sido lavrado nessa reunião: mas como fazê-lo, acto continuo foi tudo entregue ao Exmo. Governo?

Se neste Paiz houvessem periodicos faria com previa authorização de V.S. inserir uma declaração; mas nas circumstancias excepcionais em q'elle se acha não sei como proceder, a não indicar-me V.S. um meio.

Terminando — declaro — que não havendo crime ou delicto sem má fé, isto he — sem conhecimento do mal, e intenção de pratical-o entendirrão commeter grave falta, visto como suppunha, que acceitando aquella commissão, para a qual fui unanimemente eleito, não incorreria no desagrado do Commando em Chefe, nem seria este acto attentatorio a disciplina militar agóra, porém, compenetro-me de que não procedi regularmente depois do officio que dirigio-me V.S.

Deus Guarde á V.S.

Ilmo. Sr. Campm. Tent. Eduardo Wandenkolk — Chefe do Estado Maior.

João adrião chaves  
Chefe de saúde da Darr.

## APRECIÇÃO DE LIVROS

### HISTORIA DO BRASIL EM QUADRINHOS

A iniciativa da editôra «Brasil América» de lançar a público uma *Historia do Brasil em quadrinhos*, é, sem dúvida, uma contribuição valiosa para a instrução e o estímulo do sentimento nacional. A infância, a juventude e o homem comum aí encontram informações de como se constituiu em seu *processo evolutivo*, o complexo brasileiro, que é relativamente, tal registra J. Pires do Rio, o mais evoluído da zona equatorial.

Todavia, parece que numa nova edição convirá focalizar mais destacadamente os fatos e as personagens mais influentes em nosso processo evolutivo notadamente a partir do momento em que surgiu o sentimento de que havíamos uma existência *própria e autônoma*. Isto levaria a pôr em maior destaque personagens como *Vidal de Negreiros*: os famosos heróis, o negro *Henrique Dias* e o aborígene Felipe Camarão, bem como a famosa *D. Clara*, que combatia ao lado do marido; e outras mulheres cujo papel histórico não se deve olvidar.

Nesse período cujo término se deu com a *segunda batalha de Guararapes*, registada justamente num dos quadrinhos; parece esquecida a do monte das Tabocas, que foi ponto inicial da luta e exerceu papel decisivo para a conquista *futura da vitória*.

Na descrição dos fatos marcantes de nossa incorporação à civilização ocidental personagens como *Martim Afonso*, o famoso *Caramuru* e *João Ramalho*, *Nabuco* e *Anchieta*, os aborígenes como *Araribóia*, mesmo *Cunhambebe*, e outros: parece deverem ser focalizados em bom destaque, para que a infância, o *leitor dos quadrinhos*, se impressione acentuando seu sentimento patriótico e vislumbrando os marcos decisivos de nossa formação histórica. De nossa *formação histórica*, não se olvidando o que corresponde ao desenvolvimento social, econômico, artístico, científico, cultural.

A *história em quadrinhos*, tem que ser sem dúvida, uma narrativa sintética, o que demanda esforço mental considerável, para dela decorrer o melhor proveito. Deve registrar os marcos principais de nossa *rota evolutiva*.

As considerações aqui registadas foram sugeridas pela excelente impressão causada pelo livro em aprêço, notadamente pelo trabalho artístico do desenhista.

A *História do Brasil em quadrinhos*, é tal qual registamos de início, mesmo como está, uma valiosa contribuição para informar a *nossa gente* de como se fêz o Brasil de hoje.

As legendas de Gustavo Barroso, complementando os notáveis *desenhos* do desenhista Ivam Wasth Rodrigues, formam com êles um conjunto merecedor de atenção e de aplausos. — J.B. Magalhães.

## ESTUDOS DE HISTÓRIA CARIOCA — DE PARANHOS ANTUNES

O livro de que aqui se trata faz parte da *Coleção Cidade do Rio de Janeiro*, publicada pela *Secretaria-Geral de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal*. É um registo e apreciação de alguns fatos, e de personalidades, interessantes para o conhecimento da vida do Rio de Janeiro e o seu desenvolvimento. Isto, em diversas épocas, desde sua fundação até mesmo a era republicana. É uma coletânea informativa, interessante para o conhecimento de vários aspectos da vida carioca no passado e mesmo no presente, apresentada em estilo agradável.

Constitui-se, a bem dizer, de *trinta capítulos*, onde se focalizam vários assuntos. O primeiro é concernente à *data comemorativa da fundação* da cidade, a qual o autor, logicamente apoiado em *fatos e documentos*, opina dever ser o 1.º de março de 1565 e não o 20 de janeiro de 1567.

Apresenta-nos depois, tomando por base a *cartografia conhecida*, desde os primeiros registos gráficos elaborados no passado até os de nossos dias, uma exposição sintética do crescer da cidade. Isto desde o assento definitivo da sede do governo local, no morro do *Descanso*, o desaparecido morro do *Castelo*, até os nossos dias, tudo através das características topológicas que condicionavam o desenvolvimento da *urbes carioca*. E finaliza a sua dissertação a êsse respeito citando Lamego: *nenhuma outra capital teve de empenhar-se em problemas tão difíceis para a fixação de seus limites, do que a atual Capital dos Estados Unidos do Brasil*.

Apresenta-nos, em seguida, um interessante apanhado sobre as fortificações para a defesa da cidade, desde suas origens até os nossos dias. O autor refere-se ao realizado e, por isto, talvez, não regista a êsse respeito as contribuições de *Böhn*, sobretudo nos tempos do Marquês do Lavradio. Põe, porém, em bom e justo destaque *Funk*.

Em seguida, comenta o histórico do *brazão da cidade*; a razão de ser da denominação *Copacabana*; as *favelas e suas origens*; os efeitos da vinda para o Rio de Janeiro da *Côrte Portuguesa*,



sôbre a vida e o desenvolvimento da urbe carioca, vinda em virtude do choque napoleônico na Europa. Melhor, no ocidente.

Capítulo mui interessante é aquêlê que se refere a livros de valor histórico, não divulgados, como o de *H.H. Brackeurge*, referente a era inicial de nossa vida autônoma, o qual mostra como se vivia no Rio de Janeiro de 1824.

Mui agradável de ler é o registo que faz concernente à vida artística da sociedade carioca, em 1870. A época do esplendor de Carlos Gomes. Sua recepção aqui, após o êxito do *Guarani*, em Milão, é uma significativa vibração do carioca de então, do seu amor às artes, bem como o que recorda o autor em relação à soprano *Carlota Patti*.

Merece também atenção, o que refere o autor sôbre a instrução de *D. Pedro I*, tido exageradamente, no modo de ver de alguns escritores, como um ignorantão. Em apoio de seu modo de ver há vários testemunhos entre os quais a escolha de *José Bonifácio* para instruir seu filho e a apreciação que fêz Pedro I de personagens brasileiras em publicação *póstuma*, divulgada na *Rev. do I.H.G.B.*

Os capítulos referentes ao republicano Quintino Bocaiúva, e ao «Colombo» de Pôrto Alegre, contém informações que devem interessar aos estudiosos amigos das *verdades*. O relatório a Quintino mostra aspectos de como foi feita a proclamação da República e a vibração popular, não muito conhecidos e as vêzes contestados. O concernente ao «Colombo» recorda o que custou sua elaboração e sua vinda a público, e a impressão que causou em Pedro II.

O fêcho destes labores de De Paranhos Antunes é feito pela divulgação de um documento concernente à fortificação do *morro da viúva*, fato, aliás, não muito conhecido.

Acreditamos, pelas ligeiras referências aqui feitas, justificado dizer-se que o livro em apreço agrada ler.

*J.B. Magalhães.*

## BIBLIOGRAFIA DO MINISTRO AUGUSTO TAVARES DE LYRA (\*)

Deputado Federal, Governador do Estado, Senador da República, Ministro efetivo da Justiça e da Viação, duas vezes Ministro Interino da Fazenda, Ministro e Presidente do Tribunal de Contas, consagrado no Livro do Mérito do Brasil, Professor e Doutor em Direito, historiador, economista, financista e jurista, o *Ministro Augusto Tavares de Lira*, falecido em 21 de dezembro de 1958, aos 85 anos de idade, foi um trabalhador infatigável. Sua extensa bibliografia alcança cerca de 71 volumes, entre livros e folhetos, alguns já raridades disputadas pelos estudiosos das nossas Finanças, do nosso Direito, da Economia e da História do Brasil. Deixou, ainda, diversos trabalhos inéditos entre os quais podemos destacar: *Dias que passaram* (Memórias); *Meus colegas de Ministério*; *Vultos do Passado*; *Alguns aspectos da formação política do Brasil*; *Páginas da vida da República*, etc.

Num trabalho de informação bibliográfica, aqui enumero as obras de maior valia que o *Ministro Augusto Tavares de Lira* publicou no decorrer de sua longa e gloriosa vida pública. Entre as referidas obras, avultam:

### 1 — O Estado de Sítio

É um estudo versando a tese de que, em face da Lei Magna de 1891, a suspensão das garantias constitucionais não abrangia as imunidades parlamentares. (*Revista do Rio Grande do Norte* — Natal, 1899).

---

(\*) A bibliografia do saudoso e ilustre Dr. A. Tavares de Lyra já foi feita pela Srta. Maria Carolina Max-Fleiss, na sua seção habitual: Os sócios do Instituto (vol. 176-1941); e quando do seu falecimento (vol. 241-1958). Prestou-lhe ainda o Instituto maior homenagem quando foi da inserção de seu nome no Livro do Mérito (vol. 228-1956). O minucioso trabalho acima da lava do seu filho — completa os anteriores — trazendo esclarecimentos bibliográficos dignos do eminente consócio.

2 — *Questão de limites entre os Estados do Ceará e Rio Grande do Norte*

«Exposição apresentada à honrada Comissão de Constituição, Legislação e Justiça da Câmara federal, pelo Deputado A. Tavares de Lira». (Imprensa Nacional — Rio, 1902)

3 — *Apontamentos sobre a questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte*

São dois volumes: *Parte Expositiva e Documentação* (Natal, 1904).

4 — *Algumas notas sobre a história política do Rio Grande do Norte*

Referem-se ao primeiro quartel do século XIX (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte* — Natal, 1907).

5 — *O Rio Grande do Norte em 1911*

É um livro de 429 páginas, repleto de dados históricos, geográficos, econômicos e financeiros. (Rio, 1912).

6 — *Acumulações Remuneradas*

7 — *Aposentadoria de Funcionários Públicos*

O primeiro destes trabalhos é de 1911 e o segundo de 1912. São duas monografias, apresentadas sob a forma de *Pareceres*, à Comissão de Finanças do Senado Federal. Figuram nos *Documentos Parlamentares*, publicação oficial da Câmara dos Deputados e também nos «Anais» do Senado.

8 — *Domínio Holandês no Brasil, especialmente no Rio Grande do Norte*

É uma memória apresentada ao *Congresso de História Nacional*, que se reuniu nesta Capital em 7 de setembro de 1914. Publicada nos «Anais» do referido Congresso, no segundo volume do *Dicionário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* e em livro. (Rio, 1915).

9 — *Notas históricas sobre o Rio Grande do Norte (1500-1564)*

Foi publicado apenas o 1.º volume. Tavares de Lira decidiu, depois, publicar estudo mais completo: *História do Rio Grande do Norte* (Tipografia Leuzinger — Rio, 1918).



*Ministro Augusto Tavares de Lyra*





10 — *As sêcas do Nordeste*

e

11 — *Aspectos Econômicos do Rio Grande do Norte*

São duas conferências pronunciadas no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, publicadas em avulso e na *Revista do Instituto* — Tomo 85 — Rio, 1921.

12 — *História do Rio Grande do Norte*

É um trabalho de mais de 800 páginas impressas. A obra clássica, talvez, de *Tavares de Lira*. (Tipografia Leuzinger — Rio, 1921). Está também publicada no *Dicionário* com que o Instituto Histórico comemorou o centenário de nossa Independência, 1922.

13 — *Imigração e Colonização*

14 — *Organização administrativa da República*

15 — *Correios e Telégrafos*

16 — *Regime eleitoral no Brasil*

São quatro capítulos do *Dicionário* do Instituto Histórico, escritos por *Tavares de Lira*. (*Dicionário*, 1.º volume). O *Regime Eleitoral*, resumo completo de toda a nossa legislação eleitoral de 1822 a 1921, está publicado também em separata.

17 — *Reunião dos Procuradores Gerais das Províncias do Brasil*

É uma conferência feita no Instituto Histórico — Rio, 1922. Publicada em avulso, e no *O ano da Independência*.

18 — *A Presidência e os Presidentes do Conselho de Ministros*

Conferência proferida no Instituto Histórico, em 20 de julho de 1923, na qual *Tavares de Lira* estuda o regime parlamentar que tivemos no Império. Publicada em separata e na *Revista do Instituto Histórico* — Tomo 94.

19 — *Corografia do Rio Grande do Norte*

Rio, 1924 — Editôra Brasileira Lux. Como a *História do Rio Grande do Norte*, publicada, também, no *Dicionário do Instituto Histórico*, vol. II.

20 — *Contribuição para a Biografia do Imperador*

Teve duas edições em livro (Tipografia Mendonça, Machado e Cia.). Está também publicada na *Revista do Instituto Histórico*,

no número especial sobre o centenário de nascimento do Imperador D. Pedro II. Rio, 1926.

21 — *Centenário do Senado do Império*

Conferência no Instituto Histórico, proferida em 1926. Está publicada em avulso e na *Revista do Instituto Histórico*, Tomo 99.

22 — *Centenário do Supremo Tribunal de Justiça*

Conferência no Instituto Histórico, proferida em 1928. Está publicada em avulso e na *Revista do Instituto Histórico*, Tomo 104.

23 — *Os Cursos Jurídicos de São Paulo e Olinda*

É um dos capítulos do *Livro de Centenário dos Cursos Jurídicos*, escrito por vários Professores da Faculdade de Direito da então Universidade do Rio de Janeiro, a cujo Corpo Docente pertencia *Tavares de Lira*. Está publicado no *Livro do Centenário*, Vol. I — Rio, 1928.

24 — *O Primeiro Conselho de Estado*

É uma Memória apresentada ao *Segundo Congresso de História Nacional*, realizado em 1931. Publicada nos *Anais do Congresso* indicado (*Revista do Instituto Histórico*) e em separata.

25 — *O Primeiro Senado da República*

Memória apresentada ao *Terceiro Congresso de História Nacional*, em 1938. Publicada em separata e nos *Anais* do referido Congresso. (*Revista do Instituto Histórico*).

26 — *Organização Política e Administrativa do Brasil (Colônia — Império — República)*

Este trabalho e o anterior — *O Primeiro Senado da República* — destinados ao «Terceiro Congresso de História Nacional», realizado em 1938, foram publicados num livro intitulado *Duas Memórias*. Teve, ainda, duas outras publicações: uma na *Revista do Instituto Histórico (Anais do Congresso)* e a outra na *Coleção Brasileira*, Volume n.º 202, da Companhia Editôra Nacional, de São Paulo.

27 — *Caxias Presidente do Conselho de Ministros*

É um estudo publicado na *Revista Militar Brasileira*, Volume XXXV, n.º 3, de 25 de agosto de 1936.

28 — *Independência do Brasil e*

29 — *O Parlamentarismo no Brasil*

*Tavares de Lira* era membro efetivo da «Academia Portuguesa de História», de Lisboa. As duas memórias, acima referidas, foram escritas a pedido de seus confrades da «Academia» e apresentadas ao *Congresso de História Luso-Brasileira*, reunido em Portugal em 1940. Publicadas no *Congresso do Mundo Português* — Vol. VI — Lisboa, 1940.

30 — *Aspectos econômicos do Rio Grande do Norte (Estrada de Ferro e Portos)*

Nessa extensa monografia, apresentada ao *Nono Congresso de Geografia*, realizado na cidade de Florianópolis, em 1940, o Autor atualiza dados e informações de outros trabalhos seus sobre o assunto e traça uma síntese de nossa legislação ferroviária e portuária. Publicada nos *Anais do referido Congresso*, Vol. IV.

31 — *O Duque de Caxias e a Unidade Brasileira*

Trabalho publicado no *Anuário Militar do Brasil*, em 1941.

32 — *Prefácio à Autobiografia de Tito Franco de Almeida*

É um longo estudo político sobre o Segundo Reinado e especialmente sobre o Imperialismo. Publicado na *Revista do Instituto Histórico*, Vol. 177 — Rio, 1942.

33 — *O Ministério da Justiça*

É um resumo da administração de *Tavares de Lira* na Pasta da Justiça, durante o Governo do Presidente Afonso Pena — *Revista do Instituto Histórico*, Vol. 179.

34 — *Minha passagem pelo Senado*

Fatos e reminiscências políticas. Publicação no Vol. 180, da *Revista do Instituto Histórico*.

35 — *O monumento ao Barão do Rio Branco*

É o discurso que *Tavares de Lira* fez, na qualidade de orador oficial, ao ser inaugurado a estátua do grande Chanceler, na Esplanada do Castelo, em 7 de setembro de 1943. Publicado em avulso pelo Itamarati e, também, na *Revista do Instituto Histórico*, Volume 180.

36 — *A cisão do Partido Republicano Federal em 1897 — Um documento inédito*

Palestra no Instituto Histórico, em 2 de agosto de 1944. Publicada na *Revista do Instituto*, Vol. 184.

37 — *Rio Branco e o Instituto Histórico*

É um estudo publicado na *Revista do Instituto Histórico*, Volume 186.

38 — *Os Ministros de Estado da Independência à República*

É trabalho muito interessante sobre os 219 Ministros que tivemos ao tempo do Império. A *Revista do Instituto Histórico*, Volume 193, publicou-o com algumas incorreções. Corrigidos os principais erros, foi publicado em separata.

39 — *Sinopse Histórica da Capitania do Rio Grande do Norte (1500-1800)*

Está publicada nos *Anais do Congresso de História de 1950*.

40 — *O Senado da República de 1890 a 1930*

Publicado na *Revista do Instituto Histórico*, n.º 210, em 1953.

41 — *Estudos Biográficos*

42 — *Deodoro da Fonseca (1927)*

43 — *Marquês de Queluz (1933)*

44 — *La Fayette Rodrigues Pereira (1934)*

45 — *João Alfredo Correia de Oliveira (1935)*

46 — *Quintino Bocaiuva (1936)*

47 — *Presidente Afonso Pena (1939)*

48 — *Francisco Belisário Soares de Sousa (1939)*

49 — *Francisco Glicério (1941)*

50 — *Senador Pedro Velho (1942)*

51 — *Rodrigues Alves (1948)*

52 — *Amaro Cavalcanti (1949)*

53 — *Pinheiro Machado (1951)*

Todos publicados na *Revista do Instituto Histórico* nos volumes correspondentes aos anos indicados. A maioria deles também no *Jornal do Comércio*.

Documentos Oficiais

*Mensagens lidas perante o Congresso Legislativo do Rio Grande do Norte, na qualidade de Governador do Estado, por ocasião da abertura de suas sessões:*

54 — Em 14 de julho de 1904;

55 — Em 22 de janeiro de 1905 (Sessão Extraordinária);

56 — Em 14 de julho de 1905;

57 — Em 14 de julho de 1906;

*Relatórios* apresentados ao Senhor Presidente da República quando Ministro da Justiça e Negócios Interiores:

58 — Em 1907;

59 — Em 1908;

60 — Em 1909.

61 — *Exposição* apresentada ao Senhor Presidente da República e por este enviada ao Congresso Nacional, em junho de 1907, sobre uma projetada *Reforma do Ensino*, em seus diferentes graus.

*Relatórios* apresentados ao Senhor Presidente da República, quando Ministro da Viação e Obras Públicas:

62 — Em 1915;

63 — Em 1916;

64 — Em 1917;

65 — Em 1918.

66 — *Relatório* apresentado ao Sr. Ministro da Fazenda, em 1924, sobre o Orçamento Geral da República para o exercício financeiro de 1925, na qualidade de Relator-Geral da Comissão nomeada pelo governo para reduzir ao mínimo as despesas públicas, sem desorganização dos serviços existentes.

*Relatórios* apresentados ao Conselho Administrativo do *Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos da União*, quando exerceu sua Presidência:

67 — Em 10 de abril de 1928;

68 — Em 16 de maio de 1929;

69 — Em 8 de maio de 1930.

*Relatórios* apresentados ao Tribunal de Contas, na qualidade de seu Presidente:

70 — 1939;

71 — Em 1940.

O trabalho sobre *A Presidência e os Presidentes do Conselho de Ministros* está transcrito em grande parte na segunda edição da *História Administrativa*, de Max Fleiuss. Em ambas as edições da referida obra há um Prefácio de *Tavares de Lira*. Foram também



prefaciados por *Tavares de Lira* o «Direito Administrativo» de Aarão Reis e os *Governadores e Capitães-mores do Rio Grande do Norte*, do Desembargador Vicente de Lemos.

No tocante ao *Relatório* apresentado ao Ministro Sampaio Vidal sobre o Orçamento Geral da República, para o exercício de 1925, cabe esclarecer o seguinte: O Governo, desejando reduzir ao mínimo as despesas públicas, em consequência da crise financeira, resolveu nomear uma Comissão Especial, que deveria trabalhar sob a direção do Ministro da Fazenda e propor todos os cortes possíveis na Proposta já enviada à Câmara dos Deputados. *Tavares de Lira* integrou a referida Comissão, assim constituída:

Dr. Augusto Tavares de Lira;  
Dr. José Xavier Carvalho de Mendonça;  
Almirante Alberto Fontoura Freire de Andrade  
General Joaquim de Andrade Vasconcelos  
Dr. Milciades Mário de Sá Freire  
Libânio da Rocha Vaz;  
Luís G. Azevedo;  
Dr. Adolfo Augusto Pinto;  
Dr. Carlos Guimarães;  
Dr. Antônio Manuel Bueno de Andrada;  
Dr. Gabriel Osório de Almeida;  
Antônio Augusto de Araújo Franco.

*Tavares de Lira* era o Vice-Presidente da Comissão. O Ministro da Fazenda compareceu à sessão de instalação, cabendo a *Tavares de Lira* dirigir até o final os trabalhos. Foi, também o *Relator Geral* e, nesse caráter, escreveu uma completa e minuciosa Exposição sobre a organização de nossos serviços públicos e sobre nossas leis orçamentárias. Escreveu, também, um *Relatório* sobre o Orçamento do Ministério do Interior.

Tudo consta do *Relatório Geral* apresentado ao Governo.

Os trabalhos de caráter histórico de *Tavares de Lira* foram, em grande parte, publicados ou transcritos na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* e no *Dicionário* com que o mesmo Instituto comemorou o Centenário da Independência do Brasil, em 1922. Também nos *Anais* dos quatro Congressos de História que o Instituto promoveu e realizou em 1914, 1931, 1938, e 1949. (*Tavares de Lira* foi Vice-Presidente dos dois primeiros e Presidente dos dois últimos); em volumes avulsos, separatas, e publicações da imprensa, especialmente do *Jornal do Comércio*.

Não me referi, aqui, à sua obra na imprensa e na tribuna política, que constituirá volume a ser publicado oportunamente,

Durante os 22 anos em que foi Ministro e Presidente do Tribunal de Contas *Tavares de Lira* escreveu também centenas de *Votos*. constantes das atas do Tribunal. Alguns foram publicados na imprensa. Em relação a outros só estão publicadas as conclusões. Versam sôbre questões de Direito Constitucional, Administrativo, Financeiro e Fiscal, assuntos de sua predileção e de estudos especiais. Constituirão, do mesmo modo, volume que reunirá os *Votos* por êle preferidos naquela alta Côrte de Contas.

*Carlos Tavares de Lira*

## ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EM 6 DE MAIO DE 1957

(Sessão 1876) — (2ª Convocação)

Às 16 horas do dia 6 de maio, reuniu-se, em Assembléia Geral, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de acôrdo com a convocação respectiva.

Na ausência do Presidente Perpétuo, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, assumiu a Presidência o 2º Vice-Presidente Rodrigo Otávio Filho, que convidou para completar a Mesa, como secretário, o sócio Benemérito Leão Teixeira Filho.

Após explicar a sua presença, concedeu a palavra ao 1º Secretário, Virgílio Corrêa Filho, que deu aos consócios conhecimento do Decreto nº 13.513, de 30 de abril de 1957, assinado pelo Sr. Prefeito do Distrito Federal, que declara de utilidade pública, para ser desapropriado, o terreno à Avenida Henrique Valadares pertencente ao Instituto e por isso pedia à Assembléia autorização para que pudesse o Sr. Presidente Perpétuo tomar as providências aconselháveis para melhor defesa dos seus direitos mediante entendimentos com a Prefeitura.

Depois de várias indagações a respeito, foi unânimemente concedida a solicitada autorização.

Também foi aprovada, sem discrepância de voto, o parecer da Comissão de Fundos e Orçamento, favorável à aceitação das contas de 1956, cujo balanço se achava na mesa para exame geral.

### COMISSÃO DE FUNDOS E ORÇAMENTOS

#### PARECER

As primeiras vias dos documentos apresentados pela Tesouraria foram submetidas ao exame do Ministério da Educação e Cultura, que aprovou as contas respectivas.

A Comissão de Fundos e Orçamentos, após analisá-las, é de parecer também que sejam aprovadas, e consignado um voto de louvor ao Tesoureiro, Vice-Almirante Carlos da Silveira Carneiro.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 1957. — *Afonso Pena Júnior.*  
— *José Antônio Soares de Sousa.* — *Cláudio Ganns.*

O primeiro Secretário leu, depois as seguintes propostas, em virtude das quais o Presidente proclamou eleitos Presidentes Honorários do Instituto Histórico o Presidente do Brasil, Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira e o de Portugal, General Francisco Higino Craveiro Lopes, de acôrdo com o art. 29 dos Estatutos, que isentava de votação a proposta subscrita por número tão elevado de sócios.

### PROPOSTA

Nos têrmos do art. 29 dos Estatutos, propomos para Presidente de Honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Senhor General Francisco Higino Craveiro Lopes, Presidente da República Portuguesa.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 1957. — *José Carlos de Macedo Soares — Augusto Tavares de Lira — Alfredo Valadão — Virgílio Corrêa Filho — Pedro Calmon — Cláudio Ganns — Ordival Cassiano Gomes — Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho — Valentim Benício da Silva — Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa — José Augusto Bezerra de Medeiros — Rodrigo Otávio Filho — Carlos da Silveira Carneiro — Ivolino de Vasconcelos — Rodrigo Melo Franco de Andrada — José Antônio Soares de Sousa — José Moreira Brandão Castelo Branco — Lucas Alexandre Boiteux — Justo Pastor Benitez — Adolfo Morales de los Rios Filho — Esterão Leitão de Carvalho — Ildefonso Mascarenhas da Silva — Jorge Dodsworth Martins — Francisco Jaguaribe Gomes de Matos — Múcio Leão — Afonso de Toledo Bandeira de Melo — João Batista Magalhães — Herbert Canabarro Reichardt — Florêncio de Abreu — Christóvam Leite de Castro — Marcos Carneiro de Mendonça — Thiers Fleming — Juvenal Greenhalgh — Eugênio Vilhena de Moraes — Argeu Guimarães — Artur César Ferreira Reis — Hildebrando Accioly — Americo Jacobina Lacombe — Manuel Diegues Junior — José Honório Rodrigues.*

### PROPOSTA

Nos têrmos do art. 29 dos Estatutos, propomos para Presidente de Honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o Senhor Doutor Juscelino Kubitschek de Oliveira, DD. Presidente da República.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 1957. — *José Carlos de Macedo Soares — Augusto Tavares de Lira — Alfredo Valadão — Virgílio Corrêa Filho — Pedro Calmon — Cláudio Ganns — Ordival Cassiano Gomes — Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa — Valen-*

*tim Benício da Silva — José Augusto Bezerra de Medeiros — Rodrigo Otávio Filho — Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho — Ivolino de Vasconcelos — Rodrigo Melo Franco de Andrada — José Moreira Castelo Branco — José Antônio Soares de Sousa — Justo Pastor Benitez — Adolfo Morales de los Rios Filho — Carlos da Silveira Carneiro — Estevão Leitão de Carvalho — Ildefonso Mascarenhas da Silva — Jorge Dodsworth Martins — Francisco Jaguaribe Gomes de Matos — Múcio Leão — Afonso Bandeira de Melo — João Batista Magalhães — Herbert Canabarro Reichardt — Florêncio de Abreu — Christóvam Leite de Castro — Marcos Carneiro de Mendonça — Eugênio Vilhena de Moraes — Américo Jacobina Lacombe — Manuel Diegues Júnior — Argeu Guimarães.*

Lidas, em seguida, a proposta referente à elevação do sócio benemérito Afonso d'E Taunay à categoria de Grande Benemérito, e submetido a discussão e votação o parecer respectivo foi aprovado unanimemente.

### PROPOSTA

Existindo presentemente uma vaga de *Grande Benemérito*, propomos que em atenção aos seus excepcionais merecimentos de historiador e demais predicados que caracterizam e realçam sua personalidade nos meios culturais brasileiros, seja elevado à mencionada categoria o nosso venerando consócio Dr. Afonso d'Escragnolle Taunay, que é justamente o n.º 1 na classe dos Beneméritos.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1956. — *José Carlos de Macedo Soares — Alfredo Valadão — Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho — Virgílio Corrêa Filho — Cláudio Ganns — Wanderley de Araújo Pinho — Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt — Pedro Calmon — Gustavo Barroso — Vieira Ferreira — Hélio Lôbo — Dodsworth Martins — Herbert Canabarro Reichardt — Argeu Guimarães — José Augusto Bezerra de Medeiros — José Moreira Brandão Castelo Branco — Rodrigo Melo Franco de Andrada — Guilherme Auler — D. Clemente Maria da Silva Nigra — Osvaldo Aranha — Valentim Benício — Manuel Diegues Júnior — Francisco Marques dos Santos — Levi Carneiro — Elmaro Cardim — Eugênio Vilhena de Moraes — José Antônio Soares de Sousa — Ivolino de Vasconcelos — Marcos Carneiro de Mendonça — Sérgio Corrêa da Costa — Hildebrando Accioly — Haroldo Valadão — Francisco Jaguaribe Gomes de Matos — Luís Felipe Vieira Souto — Adolfo Morales de Los Rios Filho — Thiers Fleming — José Honório Rodrigues — Hélio Viana — Artur César Ferreira Reis — Américo Jacobina Lacombe — Rodrigo Otávio Filho — H.C. de Sousa Araújo.*



## PARECER

A proposta da elevação do sócio benemérito Dr. Afonso d'Escragnolle Taunay à categoria de Grande Benemérito é dessas que não encontram restrição alguma à sua aprovação, tão alto se elevou no conceito, não só dos seus consócios no Instituto, como em todas as entidades culturais do Brasil.

Os trabalhos que elaborou e continua a elaborar, especialmente nos domínios da História, conquistaram-lhe o direito às mais expressivas homenagens, como a constante desta proposta, a que a Comissão de Admissão de Sócios dá completo apoio, por ser de justiça.

Rio de Janeiro, 3 de maio de 1957. — *Augusto Tavares de Lira*. — *Alfredo Valadão*. — *Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa*. — *Christovam Leite de Castro*. — *J. B. Magalhães*.

De igual maneira, o plenário manifestou-se a favor das propostas, e respectivos pareceres, relativos aos sócios efetivos Ruben Rosa e Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, para sócios Beneméritos e Daniel de Carvalho e Aluisio Napoleão para sócios efetivos.

## PROPOSTA

Propomos para sócio benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de acôrdo com o art. 8º dos Estatutos, o sócio efetivo Ruben Rosa.

Admitido a 29 de maio de 1941, vem evidenciando, de maneira admirável, a sua dedicação ao grêmio, a cujas solicitações atende com a máxima eficiência, quer sejam de ordem cultural, quer de interesse administrativo.

E atua discretamente, sem que de seus atos resulte publicidade alguma, além do reconhecimento da Diretoria, que lhe indica o nome para a classe dos beneméritos.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 1957. — *José Carlos de Macedo Soares* — *Afonso Pena Júnior* — *Estevão Leitão de Carvalho* — *Virgílio Corrêa Filho* — *Cláudio Ganns* — *Herbert Canabarro Reichardt* — *Augusto Tavares de Lira* — *Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho* — *Valentim Benício da Silva* — *Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa* — *Florêncio de Abreu* — *J. Batista Magalhães* — *Eugênio Vilhena de Moraes* — *José Honório Rodrigues* — *Américo Jacobina Lacombe* — *Ivolino de Vasconcelos* — *Manuel Dlegues Júnior* — *Marcos Carneiro de Mendonça* — *Rodrigo Otávio Filho*.

PARECER

Atual Ministro do Tribunal de Contas, onde também atuaram outros membros do Instituto, inclusive o seu Vice-Presidente, Augusto Tavares de Lira, Alfredo Valadão e Otávio Tarquínio de Sousa, o Sócio efetivo Ruben Rosa, pelo seu proceder íntegro e devotamento à instituição, a que serve com seguro saber, comprovado nas obras elaboradas, merece a inclusão na classe dos sócios beneméritos, conforme indica a proposta, examinada e aplaudida pela Comissão de Admissão de Sócios.

Rio de Janeiro, 3 de maio de 1957. — *Augusto Tavares de Lira*. — *Alfredo Valadão*. — *Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa*. — *J. B. Magalhães*. — *Chistovam Leite de Castro*.

PROPOSTA

A 22 de agosto de 1931, ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o sócio efetivo Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, com a decisão de cooperar para o seu engrandecimento.

Por isso, jamais recusou incumbência alguma, para a qual fôsse convidado. Nas conferências, que proferiu, especialmente, revelou-se a proficiência, que lhe valeu a justa fama conquistada, de orador embebido de conhecimentos históricos.

Merece incluir-se na classe dos Beneméritos, conforme propomos, de conformidade com o que dispõe o art. 8.º dos Estatutos.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1957. — *José Carlos de Macedo Soares* — *Afonso Pena Júnior* — *Estevão Leitão de Carvalho* — *Virgílio Corrêa Filho* — *Cláudio Ganns* — *Herbert Canabarro Reichardt* — *Augusto Tavares de Lira* — *Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho* — *Valentim Benício da Silva* — *Thiers Fleming* — *Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa* — *Florêncio de Abreu* — *J. B. Magalhães* — *Chistovam Leite de Castro* — *Pedro Calmon Rodrigo Otávio Filho* — *Manuel Diegues Júnior* — *Eugênio Vilhena de Moraes* — *José Honório Rodrigues* e *Ivolino de Vasconcelos*.

PARECER

A Comissão de Admissão de Sócios examinou a proposta relativa à inclusão do Dr. Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho na classe dos beneméritos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

E dá-lhe o seu pleno assentimento, por se tratar de um escritor, que mais de uma vez ocupou a tribuna do Instituto para a explanação de temas históricos, desenvolvidos com saber e autoridade.

Deputado Federal, Governador de Pernambuco, em todos os postos ocupados evidenciou os mesmos predicados que o levaram à Academia Brasileira de Letras e à direção do «Jornal do Brasil», e o apontam à categoria de sócio benemérito.

Rio de Janeiro, 3 de maio de 1957. — *Augusto Tavares de Lira*. — *Alfredo Valadão*. — *Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa*. — *J. B. Magalhães*. — *Christóvam Leite de Castro*.

## PROPOSTA

Propomos para sócio do Instituto Histórico o Professor Daniel de Carvalho.

Natural de Itabira do Mato de Dentro, Minas Gerais, onde abriu os olhos a 9 de outubro de 1887, distinguuiu-se desde os bancos escolares entre os seus colegas.

Primeiro aluno no Ginásio de Barbacena, manteve o primado na Faculdade de Direito de Belo Horizonte, onde se bacharelou em ciências jurídicas e sociais.

Ingressando no serviço público, desde estudante, galgou todos os postos, na Secretaria da Agricultura, até que lhe coube a respectiva direção, em 1922.

Pelas provas que manifestou de sua competência e capacidade de trabalho, obteve mandato do eleitorado mineiro para o representar, sucessivamente, na Assembléia Estadual, na Câmara Federal, na Constituinte de 1934 e na de 1946, ao termo da qual aceitou o convite do Presidente Eurico Dutra para dirigir o Ministério da Agricultura.

As atividades, que vem desenvolvendo no cenário politico-administrativo do país, em cargos de direção, no Parlamento, não o impediram de dedicar-se às letras, especialmente históricas.

Autor de várias obras, em maioria sôbre economia, também elaborou várias que mais de perto interessam ao Instituto, como *Notícia Histórica sôbre o Algodão em Minas*, 1916. *Teófilo Otoni Campeão da Liberdade*, 1934. *Estudos e Depoimentos* — 1.º Sem. 1953.

Não lhe faltam, pois, credenciais para ingressar no quadro social do Instituto conforme propomos.

Rio de Janeiro, 3 de maio de 1957 — *José Carlos de Macedo Soares*. — *Virgílio Corrêa Filho*. — *Wanderley de Araújo Pinho*. — *Edmundo da Luz Pinto*. — *Cláudio Ganns*. — *Leopoldo Antô-*

*nio Feijó Bittencourt. — Adolfo Morales de los Rios Filho. — Christóvam Leite de Castro. — Thiers Fleming. — Hélio Lôbo. — José Augusto Bezerra de Medeiros. — José Luís Batista. — Estevão Leitão de Carvalho. — Ivolino de Vasconcelos. — Eugênio Vilhena de Moraes.*

PARECER

*Comissão de História*

Proposto para sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Professor Daniel de Carvalho já se tinha revelado capaz de realizar pesquisas históricas, expressas em obras da valia de «Notícia Histórica sobre o Algodão em Minas» — «Teófilo Ottoni Campeão da Liberdade» — «Estudos e Depoimentos», nos vagares permitidos pelas atividades políticas, que lhe realçaram a personalidade. Quando as julgou contrárias às suas diretrizes morais, decidiu renunciar as posições, que lhe competiam, por gesto nobilitante.

A sessão da Câmara dos Deputados, em que se despediu dos seus colegas, a 18 de novembro de 1956, evidenciou quanto se elevava no conceito de correligionários e adversos. Manifestando o seu pesar pela decisão, que iria privar o Parlamento de um dos seus mais dignos membros, proclamaram, unânimes, as altas qualidades morais e intelectuais de quem mereceu o mandato conferido pelo povo mineiro.

Perdeu a política um devotado servidor, que lhe nobilitava a atuação. Em compensação, garantiram os que lhe conheciam os dotes literários, ganhou o Brasil insigne escritor, experiente e culto.

A Comissão de História, é portanto, favorável ao seu ingresso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Rio de Janeiro, 3 de maio de 1957. — *Herbert Canabarro Reichardt. — Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho. — Valentim Benício da Silva.*

PARECER DA COMISSÃO DE ADMISSÃO DE SÓCIOS

Justificada a proposta referente ao ingresso do Dr. Daniel de Carvalho pela Comissão de História, que lhe examinou o conjunto das obras publicadas, a Comissão de Admissão de Sócios acrescenta que sobejam títulos ao indicado para ser aceito pelos consócios. Professor universitário, Diretor de Empresas de alta expressão, como a Companhia Siderúrgica Nacional, cujos estatutos formulou,

Deputado Federal, por largo prazo, Ministro da Agricultura, por toda a parte revelou competência e integridade moral.

De sua colaboração ativa, somente resultados benéficos poderá colhêr o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, se o acolher, como opina a Comissão de Admissão de Sócios.

Rio de Janeiro, 3 de maio de 1957. — *Augusto Tavares de Lira*. — *Alfredo Valadão*. — *Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa*. — *J. B. Magalhães*. — *Christóvam Leite de Castro*.

### PROPOSTA

Propomos, para sócio efetivo do Instituto Histórico, o Doutor Aluísio Napoleão de Freitas Rêgo, nascido em 20 de novembro de 1914, em Belém do Pará.

Bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Universidade do Rio de Janeiro em 1936; diplomata, por concurso, iniciou na classe J, servindo na Secretaria de Estado até 1942. Ai, dirigiu a Mapoteca, organizou os arquivos particulares do Itamarati, inclusive os do Barão do Rio Branco. Cônsul em Portland (U.S.A.) em 1943. Em dezembro dêsse último ano foi promovido à classe K e designado, como 2.º secretário, para a Embaixada de Washington, onde serviu até abril de 1949, quando foi removido para a Secretaria de Estado estando servindo na Divisão Cultural. Foi promovido, por merecimento, a 1.º secretário, em 30 de junho último (1949).

#### *Trabalhos publicados:*

1. Segredo (contos) 1935;
2. O Segundo Rio Branco — 1942.
3. Os arquivos particulares do Itamarati — 1941;
4. Santos-Dumont e a Conquista do Ar (1942) traduzido para o francês, o inglês e o espanhol;
5. Imagens da América — (crônicas) 1945;
6. O Barão do Rio Branco e as relações entre o Brasil e os Estados Unidos — 1947;
7. O Arquivo do Barão do Rio Branco (no prelo);
8. F.D. Roosevelt (em preparação, biografia).

(Nota — Os de ns. 3, 4, 6 e 7 foram mandados escrever pelo govêrno).

Rio, 15-7-49.

Cláudio Ganns, Virgílio Corrêa Filho, A. Tavares de Lira, L. de Oliveira Belo, H.C. Reichardt, Cel. J.B. Magalhães, Feijó



Bittencourt, Leão Teixeira Filho, Rodrigo M.F. de Andrade, Francisco Marques dos Santos, Pedro Calmon, Hélio Viana, José Luís Batista, Álvaro Rodrigues de Vasconcelos, Xavier Pedrosa, Christóvam Leite de Castro, Thiers Fleming, Pedro Calmon, Rodrigo Otávio Filho, Florêncio de Abreu, Ivolino de Vasconcelos, Jorge Dodsworth Martins, José Honório Rodrigues.

PARECER

A indicação do Dr. Aloisio Napoleão de Freitas Rêgo para sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro apoia-se em obras que lhe evidenciam a vocação de pesquisador, além de bom gosto literário, expressa desde a sua estréia, com *Segrêdo*, de 1935.

Reconhecidos os seus pendores intelectuais, incumbência oficial confiou-lhe a elaboração de trabalhos, que o creditaram para encargos de maiores responsabilidades. Desta maneira, deu à publicidade, em 1941, o «Segundo Rio Branco», logo seguido por «Os Arquivos particulares do Itamarati», em que se espêlha o seu conhecimento cabal do assunto versado.

A biografia que traçou de Pai da Aviação, em 1942, não tardou em ser traduzida para o francês, o inglês e o espanhol, assim aumentando o número dos leitores que lhe puderam apreciar a segurança de seus conceitos e informações referentes a «Santos Dumont».

Depois ainda escreveu a respeito de «O Barão do Rio Branco e as relações entre o Brasil e os Estados Unidos» e o «Arquivo do Barão do Rio Branco», assim comprovando sérias investigações acêrca do imortal Chanceler.

Pelo exposto, a Comissão de História é de parecer que o autor das referidas contribuições merece ingressar no Instituto, de acôrdo com a proposta.

Rio de Janeiro, 3 de maio de 1957. — *H. Canabarro Reichardt*. — *Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho*. — *Valentim Benício da Silva*.

PARECER

O Dr. Aloisio Napoleão de Freitas Rêgo é atualmente diretor do Cerimonial no Palácio do Catete e autor de obras que lhe recomendaram a indicação para sócio do Instituto.

A Comissão de Admissão de Sócios está de acôrdo com a Comissão de História, em dar o seu parecer a favor da aceitação da proposta respectiva.

Rio de Janeiro, 3 de maio de 1957. — *Augusto Tavares de Lira*. — *Alfredo Valadão*. — *Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa*. — *J. B. Magalhães*. — *Christovam Leite de Castro*».

Terminadas as votações, o sócio efetivo José Augusto propôs a inclusão em ata de um voto de pesar pelo falecimento do escritor Carlos Pontes, cujos méritos exaltou.

Também o sócio benemérito Pedro Calmon propôs igual homenagem a Wasth Rodrigues, e o efetivo Ordival Cassiano Gomes a Feijó Bittencourt, por ser a primeira Assemblêia reunida após seu falecimento. Com iguais intuitos, o sócio Florêncio de Abreu referiu-se a individualidade prestigiosa de Otelo Rosa, culto escritor riograndense, desaparecido recentemente e o efetivo Ivolino de Vasconcelos ao médico português Augusto da Silva Carvalho, decano dos historiadores médicos portugueses e cujos ensaios sobre história de Medicina elogiou.

Declarando-se solidário com os proponentes, o sócio benemérito Rodrigo Otávio recordou ter sido Feijó Bittencourt seu amigo de infância e o sócio benemérito Vilhena de Moraes, a propósito de Wasth Rodrigues, frequentador do Arquivo Nacional, e autor de obras valiosas, lamentou que o Instituto não o houvesse acolhido em seu quadro social.

Para uma explicação, o Presidente J. C. Macedo Soares, que chegara pouco antes à sala, e fôra convidado a tomar lugar à Mesa, falou acêrca de Wasth Rodrigues, seu amigo, que só não ingressou no Instituto, porque, retraído e tímido, pediu aos promotores de sua candidatura que desistissem de tais propósitos, que lhe contrariavam o gôsto de viver a seu modo, fora de gremios e reuniões sociais.

Por fim, sugeriu, merecendo aprovação geral que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro cunhasse medalhas em homenagem ao sócio benemérito Feijó Bittencourt, cuja perda todos deploravam.

Antes do encerramento da sessão, o 1º secretário lembrou o aniversário do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon para lhe manifestar as congratulações da Assemblêia, que lhe endossou a indicação.

Declarou, então o Presidente encerrados os trabalhos da Assemblêia Geral, à qual compareceram os seguintes sócios:

José Carlos de Macedo Soares, Virgílio Corrêa Filho, Estevão Leitão de Carvalho, João Batista de Magalhães, Cláudio Ganns, José Antônio Soares de Sousa, Thiers Fleming, Christovam Leite de Castro, Herbert Canabarro Reichardt, Juvenal Greenhalgh, Adolfo Morales de los Rios Filho, Marcos Carneiro de Mendonça, Ordival Cassiano Gomes, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, José Augusto Bezerra de Medeiros, Rodrigo Otávio Filho, Américo Jacobina Lacombe, Florêncio de Abreu, J. M. Brandão Cascio Branco, Hélio Viana, Honório Rodrigues, Artur César Ferreira Reis, Jorge Dodsworth Martins, Manuel Diegues Júnior, Argeu de Segadas Machado Guimarães, Guilherme Auler, Eugênio Vilhena de Moraes, Hildebrando Accioly, Ivolino de Vasconcelos, Francisco Marques dos Santos, Francisco Jaguaribe Gomes de Matos, Pedro Calmon, Álvaro Rodrigues de Vasconcelos, Justo Pastor Benitez, Heraclides César de Sousa Araújo, Barbosa Lima Sobrinho, Levi Carneiro, Carlos da Silveira Carneiro e Ildefonso Mascarenhas da Silva.

Justificaram a ausência: Ministro Augusto Tavares de Lira, Marechal Rondon, e General Pedro Cavalcanti.

Encerrou-se a sessão às 17 horas. — *Virgílio Corrêa Filho*,  
1.º Secretário.

# HOMENAGEM AO EMBAIXADOR JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES. PRESIDENTE PERPÉTUO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Publicamos abaixo a Mensagem, redigida pelo Dr. José Maria Whitaker, e lida pelo Dr. Altino Arantes por ocasião da homenagem ao Embaixador José Carlos de Macedo Soares, comemorativa do seu aniversário natalício, como noticiamos no n.º 244.

SÃO PAULO, 6 DE OUTUBRO DE 1950

## OMENS públicos

FAZEM-SE ADMIRAR PELA FIRMEZA DE ORIENTAÇÃO MAS SÔMENTE FAZEM-SE AMAR POR MAGNANIMIDADE NA ATUAÇÃO. JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES OCUPOU ALTÍSSIMAS POSIÇÕES E DE TODAS SE RESTRINGIU PESAR PARA A NAÇÃO. NUNCA VIOU, NUNCA PERDEU, E SE CONDESCENDÊNCIAS TEVE, SÔMENTE PODERIAM TER SIDO INDULGÊNCIAS DE SEU GRANDE CORAÇÃO.

GENÉRIO POR AQUELEZA DE CONSENHO, POR CLARIDÊNCIA DE VISÃO, POR FIRMEZA DE CARÁTER; E EM TODOS OS TRIUNFOS SEMPRE RESPLANDECEU SUA INATA GENEROSIDADE.

EM 1924, ENCAMINHOU-SE CONSCIENTEMENTE PARA O OSTRACISMO A FIM DE ALONDA, SÓ INDO, SÃO PAULO, ENCONTRO, CARATINDO, ENTRE OUTROS PERÍODOS, NOSSOS DIAS, NOSSAS VÍCIAS, NOSSOS BEN, NA ALÇA, QUINA PELEGRINA, QUANTOS AMPLI, PARA APATIGUAS, NO CLIMAX, UMA CULPRA QUE ENTÃO, MENTE NÃO NOS AMEAÇAVA; EM SÃO PAULO, COMO INTERVEN-  
TOR, GOVERNADOR, EQUÂNIMO, NOTAS DE EMPEROR, PAIXÃO DE CRI-  
CELO, CONSTITUIU NOSSA VIDA, NOSSO CONTINENTE, ENTIANDO  
UMA POLÍTICA DE CONCILIAÇÃO QUE NÃO DEVOU NOSSO PRES-  
TÍGIO INTERNACIONAL. EMPREMEU OS PODEROSOS, PREDECI AS FAVO-  
RES, RENUNCIOU POSIÇÕES BRILHANTES, SACRIFICANDO, SEM HESITAR  
BENS E INTERESSES ÀS CONVICÇÕES DE SEU ESPÍRITO LIBERAL, CARITATIVO.  
JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, GRANDE HOMEM DE ES-  
TADO, TEM GRANDE ALMA DE CRISTÃO. É E NESTA DUPLA QUE  
LIBERDADE QUE LHE MANIFESTAMOS NESTA NOSSA HOMENAGEM  
NOSSA GRATIDÃO DE BRASILEIROS, NOSSO RECONHECIMENTO  
DE PAULISTAS, NOSSA ADMIRAÇÃO DE AMIGOS, APETUOSOS E  
DEVOTADOS.



## SÓCIOS FALECIDOS

Otávio Tarquínio de Sousa — Faleceu trágicamente, num desastre de aviação, quando vinha de S. Paulo, a 22 de dezembro último. êsse ilustre historiador patricio, sócio efetivo do Instituto Histórico desde 22-8-1931.

Otávio Tarquínio, que deixa vazio um lugar de alto destaque em nossas letras históricas contemporâneas — nasceu nesta capital a 7 de setembro de 1889. De origem pernambucana: seu avô o Conselheiro Tarquínio de Sousa foi lente de direito em Recife e no Rio; seu pai, o Dr. Bráulio Tarquínio de Sousa Amarante foi professor de direito constitucional, na Escola Naval e na Faculdade de Ciências Jurídicas.

Otávio Tarquínio aprendeu as primeiras letras com D. Teonila Tavares Bastos, irmã do grande pensador político que foi J. Tavares Bastos. Estudou ainda no Colégio Kopke, dirigido pelo educador João Kopke e, depois, no Ginásio Fluminense de Petrópolis, que tinha como diretor Silva Ramos e como vice-diretor o poeta Raimundo Correia. Formou-se em direito, em 1907, pela Faculdade de Ciências Jurídicas — onde o avô e pai lecionaram. Tinha apenas 18 anos.

Exerceu, concluindo o curso jurídico, o lugar de 2.º oficial da Administração dos Correios do Estado do Rio, servindo como Secretário do Diretor. Pouco depois, de 1914 a 1918 ocupou o cargo de diretor dessa repartição. Nesse último ano foi nomeado procurador do Tribunal de Contas da União, que exerceu até 1932 — quando foi nomeado ministro dêsse Tribunal, onde foi vice-presidente e presidente — aposentando-se em 1944.

Otávio Tarquínio em 1924 representou o Brasil na Conferência Internacional de Emigração e Imigração, em Roma. Exerceu a crítica literária de «O Jornal» (Rio, 1935-37) e foi Diretor da «Revista do Brasil» (3ª fase — 1938-43). Colaborou assiduamente em jornais do Rio e S. Paulo.

Há alguns anos dirigia a preciosa coleção «Documentos Brasileiros», do editor José Olímpio, em substituição ao Sr. Gilberto Freire — (a partir de 20.º volume, 1939). Foi o primeiro presidente da Associação Brasileira de Escritores (1934).



O historiador patricio entrava para o Instituto Histórico, em virtude da tese: «A mentalidade da Constituinte», com que concorreu ao Congresso de História (1931) e no ano seguinte, editada em livro. (vide: Proposta — *in Revista* — vol. 164 de 1931 — páginas 434/35).

Com o Sr. Afonso Arinos Sobrinho, dirigiu de 1946 a 1948, a «Revista do Comércio» (editada pela Associação Comercial).

Antes já se estreara nas letras (1914) com um volume de ensaios: «Monólogo das Causas», que recebeu elogios de José Veríssimo — e onde pagou tributo as suas primeiras influências. Renau e Anatole France.

Mais tarde ainda publicou, nesse setor, a conferência: «Ernesto Psichari, Neto de Renan» (Rio, 1934). Antes, ainda traduziu e prefaciou o «Rubayah» do poeta persa Omar Khayamm (Rio 1928 — 1ª ed.) — que em 1957 já se achava na 12ª ed. (Livr. J. Olímpio).

Mas a sua vocação de escritor estava fortemente dirigida para o campo da história nacional, por cerca de 20 anos, vêmo-lo estudar, pesquisar e publicar admiráveis biografias dos homens que presidiram ao império brasileiro. Assim apareceram sucessivamente, com grande êxito: «Bernardo Pereira de Vasconcelos e o seu tempo» (1937); «História de dois golpes de Estado» (1939); «Evaristo da Veiga» (1939); «Diogo Antônio Feijó» (1942); «História do Brasil» — 1800-1822 em colaboração com Sérgio Buarque de Holanda — (Rio, 1944 — para a 3ª série ginasial); «José Bonifácio, emancipador do Brasil» (ed. espanhola ao Fondo de Cultura Econômica — México, 1945), saindo aqui no mesmo ano, a edição brasileira; «O Pensamento vivo de José Bonifácio» (antologia — S. Paulo, 1945); «De Várias Províncias» (Rio, 1952) e a «Vida de D. Pedro I» 3 vols. (Rio, 1952 p. 54).

Ainda esparsamente o historiador arguto e seguro publicou: «Obras escolhidas» de J. F. Lisboa, 2 vols. América — edit. 1946 (Seleção e prefácio); «Independência, 1.º Reinado — Regência» (in *Revista do Brasil* — Rio), 1953, que é reprodução do capítulo inserido no «Manual bibliográfico de Estudos Brasileiros» (Rio, 1949).

Com essa farta e valiosa bagagem Otávio Tarquínio veio impondo-se a consideração dos especialistas, pela seriedade dos seus estudos e de grande público, pelo seu estilo límpido, apurado bom gosto e cultura.

Assim, quando fez a revisão da sua produção histórica reunindo-a em «História dos fundadores do Império do Brasil» que J. Olímpio tomou a iniciativa de editar, em 1957 (10 vols.) fez consciencioso trabalho de atualização, acompanhando-a de lúcido pre-

fácio (1954). Além da revisão escrupulosa, acrescentou-lhe um novo volume (o IX) «Factos e personagens em tórno do seu regime»; refundiu inteiramente o Bernardo de Vasconcelos (V) e acrescentou à «História de 3 golpes de Estado» (o VIII) mais um capítulo, para inserir aí a dissolução da assembléia de 1823, (a mentalidade da Constituinte) já que o anterior só se referia aos outros dois: o de 1932 e o de 1840.

Com êsse amplo cabedal de estudos — que é um vasto painel que vai dos primórdios da Independência, passa pelo 1.º Reinado e atinge até o final da Regência. Otávio Tarquínio, pelas suas observações de sociólogo e intérprete dos acontecimentos que examinou com agudeza — sagrou-se como o melhor historiador do período estudado.

O historiador tinha amor à pesquisa, ao documento autêntico, à rebusca dos jornais, ao depoimento dos contemporâneos e às observações dos viajantes. Mas acima do fato estava a sua visão de intérprete que, através da análise psicológica, procurava tirar dos acontecimentos uma filosofia e da verdade virtual a sua significação íntima, o seu segredo recôndito. Aí é que estava o principal mérito dos seus estudos.

Aliando aos dons do escritor probo e discreto as qualidades personis de um perfeito cavalheiro a morte desastrosa do ilustre intelectual repercutiu dolorosamente no seio da nossa sociedade e no círculo do nosso Instituto que êle honrava com o seu formoso talento, e a sua alta capacidade construtora.

Sobre a personalidade de Otávio Tarquínio, as suas singulares virtudes de homem e de escritor, manifestaram-se, brilhantemente, em dias sucessivos à sua morte, pela imprensa vários intelectuais, entre os quais destacamos: Augusto Frederico Schmidt (em *O Globo*) 30-12-59; Barbosa Lima Sobrinho (in *Jornal do Brasil* 29 de dezembro de 1959); Eduardo Portela — (*Jornal do Comércio* 8-1-1960). Tristão de Ataíde (*Diário de Notícias* — de 10-1-60). Carlos Lacerda (*Tribuna da Imprensa*) e Aderson Magalhães (All Right — in *Correio da Manhã* — 30-12-59); e a formosa oração proferida na Academia de Letras, pelo Sr. Levi Carneiro, do Sr. Ledo Ivo (*Tribuna da Imprensa*) e do Sr. Antônio Hanaiss (*Jornal do Comércio*).

Cláudio Ganns.

---

Embaixador Hélio Lôbo. O ano de 1960 marcou o seu primeiro dia, infaustamente, com o desaparecimento do Dr. Hélio Lôbo Leite Pereira, diplomata e historiador que desde junho de 1953 era sócio benemérito do Instituto Histórico.

Hélio Lôbo, natural de Minas Gerais (Juiz de Fora) onde nascera a 17-10-1883 — era filho de Fernando Lôbo, que foi ministro e senador da República.

Formou-se em direito, no Rio, em 1903 — sendo orador da sua turma.

Depois de breve incursão pela advocacia, quando publicou: «Sabres e Togas», entrou para o Itamarati — como auxiliar do árbitro brasileiro no tribunal brasileiro-peruano e brasileiro-boliviano — 1908-1909. Daí saiu o livro: *Tribunal arbitral brasileiro -boliviano* (Rio, 1910). Oficial de Gabinete do ministro Lauro Muller — 1912-1914. Publicou nessa época o ensaio: *De Monroe a Rio Branco* (Rio, 1912).

3.º e 1.º Oficial da Secretaria de Estado (1910-1915).

Editou então a conferência: «Brasil, terra chara» 1913.

Secretario da Junta de Jurisconsultos Americanos (1912).

Secretário da Presidência Venceslau Brás. (1914-1918).

Redigiu e publicou então o estudo histórico diplomático: «Antes da guerra» (preliminares do Conflito com o Paraguai), 1914.

Escreveu e editou: *O Brasil e os seus princípios de neutralidade* (1915).

*As portas da guerra* (Do ultimatum Saraiva ao Convênio de 28 de fevereiro de 1863 (1918).

Cônsul-Geral do Brasil em Londres e New York (1920-26).

Ministro do Brasil em Montevidéu e Haia (1926-1932).

Tomou parte em inúmeras conferências internacionais e americanas, 1910-1923, 1936 e secretariou a delegação brasileira à Conferência de Versales (1919).

Editou ainda: *Aos estudantes do Rio da Prata* (1919); *Coisas diplomáticas* (1918); *A Passo de Gigante* (problemas norte-americanos 1923); *Coisas americanas e brasileiras* (1925); *Brasileiros e Yankes* (1926); *A democracia uruguaia* (1928); *No limiar da Ásia* (a U.R.S.S. — ensaio de interpretação — 1935); *Docas de Santos* — sua origem, lutas e realizações (1936); *Um verão da República* (Fernando Lôbo — 1937); *O Pan-Americanismo e o Brasil* (1939); *O Domínio do Canadá* (Estudo de interpretação — 1943); *Manuel de Araújo Porto Alegre* (2ª ed. Rio, 1943); *O Cantor que venceu as Sereias* sobre F. Otaviano (Rio, 1929).

Hélio Lôbo foi demitido de ministro em Haia, em 1932, por se haver recusado a comprar armamento para o governo federal combater a revolução de S. Paulo. Esse ato violento, foi mais tarde

reparado. Foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1918 (na cadeira n.º 13) na vaga de Sousa Bandeira.

Entrou para o Instituto Histórico, como sócio correspondente a 6-6-1912. A proposta de 23 de abril, estava assinada por Max Fleiuss, Artur Guimarães e Carlos Lix Klett. O parecer da comissão de história, (datado de 24 de maio) teve relatório favorável de Antônio Jansen do Paço; o da comissão de história (Miguel de Carvalho, relator) é de 30 de maio, e eleito por unanimidade, na assembléia-geral de 6-6-912.

Foi transferido, para a classe de sócio efetivo em 1944 (27-12) e promovido a sócio benemérito em 1953 (24-6).

Publicou na Revista:

— Conferência sobre a guerra cisplatina (vol. 158 — 1928).

— Rio Branco e o território de Palmas (vol. 188-1946).

Sobre Hélio Lôbo a Revista publicou o resumo bio-bibliográfico, da Srta. Maria Carolina M. Fleiuss (vol. 187 — 1945).

Há sobre êle um artigo de Virgílio Corrêa Filho (in *Jornal do Comércio* de 19-9-1949), e por ocasião da sua morte, dois outros: de Barbosa Lima Sobrinho (in *Jornal do Brasil* de 10-1 de 1960), e de Hélio Viana (in *Jornal do Comércio*, de 8-1-1960).

Cláudio Ganns.

---

Prof. A. Mendes Correia — Faleceu a 7 de janeiro último, em Lisboa, aos 72 anos, o professor Antônio Augusto Mendes Correia, catedrático da Universidade de Pôrto, cidade onde nascera e onde foi diretor da Faculdade de Ciências e do Instituto de Antropologia.

O ilustre cientista era sócio correspondente do Instituto Histórico desde 15-12-1934. Proposto em setembro daquele ano, por iniciativa de Afonso Celso, Max Fleiuss, Afonso Taunay; Leão Teixeira Filho, Oliveira Viana e Vieira Souto.

Mereceu parecer favorável da comissão de que foi relator Basílio de Magalhães — que lhe gaba os altos merecimentos, destacando entre inúmeros trabalhos, «Os povos primitivos da Lusitania» (1924), «Introdução à antro-história» (1933) e «Da biologia à história» (1934). A comissão de admissão homologou êsse parecer na data da sua admissão.

O eminente sábio estêve várias vêzes no Brasil e era aqui bastante estimado pelo valor excepcional da sua obra científica.



Era membro da Academia de Ciências de Portugal, da Academia Pontificia, da Academia Nacional de Medicina do Rio. Condecorado com o grande oficialato do Cruzeiro do Sul.

Ultimamente exercia a direção do Instituto de Estados do Ultramar. Deixa e havia publicado mais de 200 trabalhos e monografias, sobretudo de antropologia colonial.

*Cláudio Ganns.*

---

Embaixador Osvaldo Aranha — Faleceu súbitamente nesta Capital, a 27 de janeiro, êsse ilustre político e diplomata, que era sócio honorário do Instituto Histórico desde 15-12-1939.

Osvaldo Aranha, considerado a alma da Revolução de 1930, pelo menos o seu mais eficiente articulador, era natural de Alegrete (Rio Grande do Sul), originário de ascendência paulista, pelo lado paterno. Ali nasceu a 65 anos (1893). Cursou o Colégio Militar do Rio. Formou-se aqui em direito, sendo o orador da sua turma. Excursionou pela Europa.

Regressando ao sul foi participante das lutas locais. Tomou parte, ao lado de Flôres da Cunha, sob a bandeira do partido republicano, dos entreveros e guerrilhas. Foi ferido em Seival. Nomeado a seguir sub-chefe de policia da região; eleito prefeito de Alegrete; mais adiante eleito deputado estadual e, por fim, em 1927, deputado federal.

Secretário do interior no govêrno gaúcho de Getúlio Vargas — após a revolução vitoriosa, veio ao Rio, negociar com os militares, a posse dêste na chefia do govêrno.

Foi o 1.º ministro da justiça do govêrno revolucionário. Auxiliado pelo saber jurídico de Levi Carneiro, deu estruturação legal ao Estado que se organizava. Nessa época foi que emitiu as suas célebres frases: «não há direitos adquiridos» e «o Brasil é um deserto de homens e idéias».

Nessa ocasião presidiu ao celebrado tribunal denominado «Junta de Sanções» — que em pouco se dissolveu.

Fêz parte da comissão, formada no Itamarati, sob a presidência Afrânio de Melo Franco, que preparou o anteprojeto constitucional enviado a constituinte de 1934.

Passou a seguir a servir como ministro da Fazenda de Getúlio Vargas, tomando medidas úteis para melhoria das finanças governamentais.

Por dissentir do seu chefe (a não nomeação de Virgílio Melo Franco para interventor em Minas) demitiu-se. Logo depois acei-



tava a Embaixada do Brasil em Washington, ali permanecendo cerca de três anos, em trabalho útil.

Com o golpe de 10 de novembro de 1937 (a carta constitucional outorgada — que êle chamava irônicamente «portaria»), novamente demite-se. Vem para o Rio. Faz a propaganda da nossa aproximação com os Estados Unidos, na «Sociedade dos Amigos da América». Logo após é chamado para a pasta das Relações Exteriores. Lidera no Brasil o movimento a favor dos aliados na 2ª Guerra Mundial. Convoca a Reunião, no Rio, dos Chanceleres da América, na qualidade de Chanceler do Brasil.

Dissentiu novamente de Vargas para ficar em 1945 ao lado da candidatura Eduardo Gomes, à Presidência da República.

Já no govêrno Dutra, é nomeado representante do Brasil junto às Nações Unidas (O.N.U.) que preside com êxito por duas vêzes sucessivas.

Voltou mais tarde a reconciliar-se com Getúlio Vargas ficando a êle fiel até a morte dêle — quando era de novo seu ministro da Fazenda.

Pelo seu «charme» pessoal, pela sua imaginação e simpatia (que não excluía gestos bruscos, de que logo se arrependia), pela suas atitudes generosas, fazia-se querido em todos os círculos sociais. Grande orador, sobretudo em comícios, era sobretudo, um emotivo e um intuitivo.

Pela sua singeleza e ausência de pose, era estimado tanto nos salões, como entre os humildes e os pequenos. A sua perda é assim sentida não só pelos seus amigos, mas também pelos admiradores e estranhos, que compunham multidão.

*Cláudio Ganns.*

## PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

### PUBLICAÇÕES RECEBIDAS EM JANEIRO DE 1960

- Boletim da Superintendencia da Moeda e do Crédito — outubro de 1959 — n.º 10 — vol. V — Rio de Janeiro.
- Highway-magazine-september 1959 — vol. 50. Middletown. Ohio.
- Revista da Faculdade de Letras — III série — n.º 11. Universidade de Lisboa. Lisboa, 1958.
- Revista do Livro — Órgão do Instituto Nacional do Livro. N.º 15 — ano IV — setembro de 1959. Rio de Janeiro.
- Livros de Portugal — n.º 11 — novembro de 1959 — Boletim mensal do Grêmio Nacional dos Editores e Livreiros. Lisboa.
- Bibliografia Brasileira de Educação — n.º 1 — vol. 7 — janeiro-março de 1959. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Rio de Janeiro.
- Carta mensal (Problemas Nacionais) — ano V — n.º 55 — outubro, 1959. Confederação Nacional do Comércio. Rio de Janeiro.
- Américas — setembro de 1959 — n.º 9 — vol. XI. Rio de Janeiro.
- Boletín de la Academia Nacional de la Historia-enero-marzo de 1959 — e abril-junio de 1959 — ns. 165-166 — tomos XLI-XLII — Caracas.
- Revista de Educação — janeiro-fevereiro-março-abril-maio-junho-julho-agosto-setembro de 1959 — ns. 37 a 40 — ano XVII. Goiânia — Goiás.
- O Eco jornal — 20 de dezembro de 1959 — ano XXXII — Guaratinguetá. São Paulo.
- Geologia e Metalurgia — boletim n.º 20 — 1959. Publicação do Centro Morais Rêgo. São Paulo.
- Hemisfério — vol. I — n.º 2 — dezembro de 1959 — Rio de Janeiro.
- The Americas — a quarterly review — of inter american cultural history-number — 2 — october, 1959 — vol .XVI. Academy of American Franciscan History. Washington, D.C.

- Ciências Políticas y Sociales-abril-junio de 1959 — n.º 16 — año V. Universidad Autonoma de Mexico, D.F.
- Revista do Clube de Engenharia — n.º 280 — dezembro de 1959. Rio de Janeiro.
- Boletim da Academia das Ciencias de Lisboa-março-abril e maio-julho de 1959 — nova série — vol. XXXI. Lisboa.
- Bulletin Société Suisse des Americanistes (S S A) — septembre-Xème année — n.º 18 — Genéve — Suisse.
- Bulletin of The New York Public Library-november, 1959 — vol. 63 — number 11. New York.
- Journal Français du Brésil — Le seul journal de langue française publié au Brésil — 8ème année — n.º 181. Rio de Janeiro.
- Revista de Historia de America — n.º 47 — junio de 1959 — c/índice dos ns. 45 y 46 — junio y diciembre de 1958. Instituto Panamericano de Geografia e História. México. D.F.
- Revista de Educação — julho, agosto e setembro de 1959 — n.º 40 — ano XV-XVII. Goiânia. Goiás.
- Boletín informativo de la Universidad Central — 23 e 30 de octubre de 1959 — ns. 86 e 87 — año IV .Segunda época. Caracas.
- Catalogue n.º 867. Voyages and Travels — vol. V — part. 10 (Miscellaneous) Maggs Bros. Ltd. London W. 1.
- Revista Brasileira de Política Internacional — ano I — n.º 8 — dezembro de 1959. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. Rio de Janeiro.
- O I.G.G. Revista do Instituto Geográfico e Geológico — volume XII — ns. 1 e 2 — janeiro a junho de 1954. Secretaria de Agricultura São Paulo.
- Boletim de Informações da Biblioteca e Arquivo Público — novembro de 1959. Secretaria de Estado de Educação e Cultura. Belém — Pará.
- Guia da Bibliografia Histórica Portuguesa — vol. I — fasc. 1 — 1959. Academia Portuguesa da História. Lisboa.
- Boletim — vol. 22 — 22.º ano. 1958. — Academia Portuguesa de História. Lisboa.
- Estúdio — Organo de la Academia de Historia de Santander — ano XXVIII — septiembre de 1959 — ns. 255-256 — Bucaramana.
- Correio do Senac — ns. 201 e 202 — ano XI — novembro e dezembro de 1959. Rio de Janeiro.

- D.A.E. Revista do Departamento de Aguas e Esgotos — n.º 35 — outubro, 1959 — ano 20. Secretaria da Viação e Obras Públicas. S. Paulo.
- Boletín de Historia y Antigüedades ns. 537, 538 e 539 — volume XLVI — julio, agosto e septiembre de 1959 — Órgão de la Academia Colombiana de Historia. Bogotá — Colombia.
- Revista do Serviço Público — ns. 1, 2 e 3 — junho, julho e agosto de 1959 — vols. 83 e 84 — Rio de Janeiro.
- Boletín informativo do Departamento de Estado Libre associado de Puerto Rico — n.º 3 — año V — octubre de 1959. Puerto Rico.
- Catalogo Verlag Veb Technik. Berlin.
- Boletín Indigenista — diciembre de 1959 — n.º 4 — vol. XIX. México.
- O Eco — (jornal) — ns. 1.115, 1.116 e 1.117 — 20, 25 de dezembro de 1959 e 1 de janeiro de 1960 — ano XXXII. Guaratinguetá. São Paulo.
- São Paulo Agrícola — Revista da Sociedade Paulista de Agro-nomia — ano I — novembro de 1959 — n.º 11. São Paulo.
- Informação Agrícola — agosto-outubro de 1959 — ns. 116-168 — ano XIII. Rio.
- Cuadernos — Revista trimestral — n.º 37 — julio-agosto de 1959 — Paris.
- Boletim mensal do Instituto Brasileiro de Acústica — outubro e novembro de 1959 — ns. 18 e 19 — São Paulo.
- Carta mensal — Órgão do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio e da Administração Nacional do Serviço Social do Comércio — novembro e dezembro de 1959 — ns. 56 e 57 — ano V. Rio de Janeiro.
- Journal of Inter American Studies — october, 1959 — University of Florida. Gainesville — n.º 4 — vol. 1. Florida.
- Boletim Geográfico — março-abril e maio-junho-julho-agosto de 1958 — ns. 143, 144 e 145 — ano XVI — Conselho Nacional de Geografia — Rio.
- Revista Brasileira de Geografia-janeiro-março e abril-junho de 1958 — ns. 1 e 2 — ano XX. I.B.G.E. Rio de Janeiro.
- Revista Esso — n.º 3 — 1959. Rio de Janeiro.
- Deutsche Bibliographie das Deutsche Buch — heft 4 — 1959. Frankfurt — M1.

- Anales de la Sociedad de Geografia e Historia de Guatemala — tomo XXX — enero a diciembre de 1957 — ns. 1 a 4 — año XXX. Guatemala.
- Catálogo O Mundo do Livro — ns. 16 e 17 — outubro e novembro de 1959. Lisboa.
- Catalogue n.º 867 (Miscellaneous) — Voyages and Travels — vol. V — part X. Maggs Bros London — W. 1.
- Da India Distante — Boletim n.º 175-176 — 15 de dezembro de 1959 — Embaixada da India. Rio de Janeiro.
- Américas — vol. XI — n.º 10 — outubro de 1959. Rio de Janeiro.
- Boletim Bibliográfico — n.º 23. Publicação da Biblioteca Pública Municipal de São Paulo. Departamento de Cultura. São Paulo.
- Revista do Instituto Brasil-Estados Unidos — vol. XV — n.º 25 — jan. dez. de 1959. Rio de Janeiro.
- Boletim Informativo do Japão — 1 de dezembro de 1959 — ano 5 — n.º 22 — Embaixada do Japão. Rio de Janeiro.
- Colégio de Ingenieros de Venezuela — 22 al 29 de nov. de 1959 — n.º 280. julio, 1959. Caracas. Revista.
- Annual Report of the American Historical Association — for the year. vol. 1. 1958. Washington, D.C.
- Revista do Professor — Centro do Professorado Paulista — número 32 — ano XV — maio, 1957. São Paulo.
- Boletim trimensal do Departamento Nacional da Criança — números 9, 10 e 12 — ano II e III — junho e setembro de 1942 — e março de 1943. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro.
- Brasila Esperantisto — abril-junio de 1959 — ns. 541, 543. Jaro. (Folheto).
- Rodovia — Revista de Técnica e de Divulgação Rodoviaria — n.º 232 — ano XXI — junho, 1959. Rio de Janeiro.
- Bulletin of The Institute of Historical Research — vol. XXXII — n.º 86 — november c-1 Special Supplement n.º 4 — nov. 1959. University of London.
- Journal Français du Brésil — n.º 183 — 15 janvier 1960 — Sème année Le seul journal de langue française publié au Brésil. Rio de Janeiro.
- Noticiário das Nações Unidas — ano IX — n.º 12 — dezembro de 1959. Rio de Janeiro.
- A Fátima Brasileira (revista católica) — dezembro de 1959 — n.º 100 — ano XVI — Santuário de Nossa Senhora de Fátima. Rio de Janeiro.



Katalog (Verlag) — Nachtrag. 1955/1959. Walter de Gruyter & Cia. Berlin.

Lista Diplomática do Ministério das Relações Exteriores — novembro e dezembro de 1959. Rio de Janeiro.

O Campanário (Órgão católico, literário, informativo e recreativo — ns. de 1 a 6 (encadernados). Oferta do Monsenhor Victor Rodrigues de Assis, Diretor. São José do Rio Preto. Estado de São Paulo.

Endeavour — vol. XVIII — n.º 72 — 1959 (Revista trimestral) — Londres.

Catálogo Veb Verlag Technik. Berlim.

Da Índia Distante — Boletim n.º 177 — 1.º de janeiro de 1960. Embaixada da Índia. Rio de Janeiro.

The Indo Asian Culture — vol. VIII — n.º 1 — júly, 1959. Pataudi House. New Delhi 1.

Divulga mais e melhor — abril, 1959. Rio de Janeiro.

Informativo Agrinco — dezembro de 1959 — Rio de Janeiro.

Livros de Portugal — n.º 12 — dezembro de 1959 — (Boletim) — Lisboa.

Boletim (Órgão informativo da Biblioteca do Exército) — ano XXI — janeiro de 1960 n.º 36. Rio de Janeiro.

Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa — abril/junho de 1957 — série 75 — ns. 4 e 6 — julho e setembro de 1958 — série 76 ns. 7 e 9 — outubro e dezembro de 1958 — série 76 — ns. 10 e 12 — Lisboa.

## PUBLICAÇÕES RECEBIDAS EM FEVEREIRO DE 1960

Belas Artes — Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas Artes — ns. 13 e 14 — 2ª série — 1959. Lisboa.

Estatística dos veículos automóveis em circulação 1957. Moçambique. Lourenço Marques.

Índia Décimo aniversário da República — 26 de janeiro de 1960 — Rio de Janeiro.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santos — vol. I — dezembro de 1959. Santos. São Paulo. Oferta do Presidente Professor Durval Ferreira.

O Brasil em jornal — n.º 20. Rio de Janeiro.

A Pequena Obra da Divina Providência — ano V — n.º 31 — janeiro de 1960. Rio de Janeiro.

- IBBD (Boletim Informativo, do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação) — vol. 4 — n.º 3/6 — maio-dezembro de 1958. Rio.
- Digesto Econômico — n.º 110 — janeiro de 1954 — ano X. Associação Comercial de São Paulo. São Paulo.
- O Eco (jornal) — 24 e 31 de janeiro de 1960 — ns. 1.120-1.121 — ano XXXII Guaratinguetá — São Paulo.
- Universidad Pontificia Bolivariana — agosto-septiembre — n.º 84 — vol. XXIII. Publicacion bimestral. Medellin — Colombia.
- Boletin de Informaciones Cientificas Nacionales — n.º 89 — enero-abril de 1959 — vol. X. Casa de la Cultura Ecuatoriana. Quito. Ecuador.
- Revista do Livro c/um suplemento — n.º 16 — ano IV — dezembro de 1959. Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro.
- Brasil Açucareiro — ano XXVII — vol. LIV — n.º 3 — setembro de 1959. Instituto do Açúcar e do Alcool. Rio de Janeiro.
- China Libre en Fotos — Oficina de Información del Gobierno. República de China. Tai pei. Taivan, 1959.
- Catálogo — List 16. Ludwig Rosenthal's Antiquariats. Neterlands.
- Rodovia — março, 1959 — n.º 229 — ano XXI. Revista Brasileira de Técnica e Divulgação Rodoviária. Rio de Janeiro.
- Comentário — Revista trimestral. Publicação do Instituto Brasileiro Judaico de Cultura e Divulgação — janeiro, fevereiro e março de 1960 — ano I — n.º 1. Rio de Janeiro.
- Catalogue n.º 803 — 1959-1960. A Catalogue of Books Francis Edwards Limited London.
- Boletim Informativo do Japão — ano 5 — n.º 23 — 15 de dezembro de 1959. Embaixada do Japão. Rio de Janeiro.
- Journal Français du Brésil — Le seul journal de langue française publié au Brésil — 1er février, 1960 — n.º 184 — 8ème. année. Rio.
- Da Índia Distante — Boletim n.º 178 — 1 de fevereiro de 1960. Embaixada da Índia. Rio de Janeiro.
- Noticiário das Nações Unidas — janeiro, 1960 n.º 1 — ano X. Rio de Janeiro.
- Catalogue — Francis Edwards Ltd. — ns. 63 e 64 — november e december de 1959. London W. 1
- Boletim da Superintendência da Moeda e do Crédito — novembro de 1959 — n.º 11 — vol. V. Rio de Janeiro.
- Bulletin — Voyages Geographique. François Chamonll. Paris.

- Engenharia — ano XVII — vol. XVII — outubro e novembro de 1959 — ns. 203 e 204, órgão oficial do Instituto de Engenharia. Rio.
- Catálogo das Cartas e Obras Diversas — 2ª edição. Oficinas Gráficas da D.S.G. Ministério da Guerra. Rio de Janeiro.
- Anuário, 1958-1959 — Diretoria do Serviço Geográfico. Oficinas Gráficas da D.S.G. Ministério da Guerra. Rio de Janeiro.
- Boletim mensal do Instituto Brasileiro de Acústica — dezembro de 1959 — n.º 20. São Paulo.
- Anuário, 1958-1959 — Diretoria do Serviço Geográfico — n.º 9 — Oficinas Gráficas da D.S.G. Ministério da Guerra. Rio de Janeiro, 1959.
- Revista Histórica — Publicación del Museo Histórico Nacional — año LIII — (2ª época) — tomo XXIX — julio de 1959 — ns. 85-87. Montevideo — Uruguay. 684 págs.
- Boletim Informativo do Japão — 1.º de janeiro de 1960 — ano 6 — n.º 1. Embaixada do Japão. Rio de Janeiro.
- Revista Esso — n.º 4 — 1959. Esso Standard do Brasil. Inc. Rio de Janeiro.
- Boletim Bibliográfico e Informativo — n.º 9 — janeiro-junho de 1959. ano III. Instituto de Estudos Portugueses. São Paulo. 31 pp.
- Catalogo German Books in English e Katolische Theologie. Germany. (2)
- Estatutos — Serviços Unidos de Turismo. Rio de Janeiro. 14 páginas.
- Américas — novembro, 1959 — vol. XI — n.º 11. Rio de Janeiro.
- Revista del Instituto Historico y Geografico del Uruguay — tomo XXII ano 1955. Montevideo. 891 págs.
- Estudios Americanos — Revista de la Escuela de Estudios Hispano-Americanos — 90-91 e 92-93 — marzo-abril e mayo-junio de 1959. vol. XVII. 95-201 e 203-297 pábs. Sevilla.
- Rodovia — julho, 1959 — n.º 233 — ano XXI. Revista Brasileira de Técnica e Divulgação. Rio de Janeiro. 68 págs.
- Revista de Educação — outubro, novembro e dezembro de 1959 — n.º 41 — ano XVII. Goiânia — Goiás. 71 págs.
- Revista de História — outubro e dezembro de 1959 — n.º 40 — ano X — vol. XIX. São Paulo. 289-568 págs.
- Informação Agrícola — janeiro-fevereiro de 1960 — ns. 171-172 — ano XIV. Rio de Janeiro.

- Inter American Review of Bibliography (Revista Interamericana de Bibliografia) — june, 1959 — number 6 — vol. IX — 2ª época. Washington, D.C. 119-225 págs.
- Oriente-Occidente — vol. II — n.º 5 — outubro de 1959. Paris.
- Boletín Bibliográfico de la Secretaria de Hacienda y Crédito Público — 1º — 20 de noviembre de 1959 — ns. 166-167. México, D.F.
- Gnose — agosto a dezembro de 1959 — n.º 3 — vol. XII. Rio de Janeiro.
- Politics and Government in the United States A Bibliography — n.º 5 — 1960. Embaixada Americana. Rio de Janeiro.
- Anais da Academia Brasileira de Ciencia — vol. 31 — n.º 3 — 1959. Rio.
- Boletín de la Real Sociedad Geográfica — tomo XCIV — ns. 7 a 12 — julio-diciembre de 1958. Madrid. 211-432 págs.
- Arquivos Brasileiros de Medicina Naval — ano XX — ns. 2, 3 e 4 — 1959. Ministerio da Marinha. 170 págs.
- Bulletin of the New York Public Library — december, 1959 — vol. 63 — n.º 12. New York. 593-640 págs.
- O Luís de Queirós — (Jornal) — 1 e 20 de novembro e 1 e 21 de dezembro de 1959 — ns. 4 a 7 ano I. Piracicaba.
- Informação Agrícola — nov. e dez. de 1959 — ns. 169-170 — ano XIII. Rio de Janeiro.
- A.U.C. Anales de la Universidad de Chile — cuarto trimestre de 1959 n.º 116 — año CXVII. Editorial Universitária S.A. Santiago de Chile.
- BBAA — Boletim Bibliográfico de Antropologia Americana — vol. XIX-XX — 1956-57 — part 2ª Instituto Panamericano de Geografia e História. México, 1959. 395 págs.
- Journal Français du Brésil — 15 février 1960 — n.º 185 — 8ème année — Rio.
- Carta mensal (Problemas Nacionais) — janeiro, 1960 n.º 58 — Confederação Nacional do Comércio. Rio de Janeiro.
- Tempo Presente — Revista Portuguesa de Cultura — ns. 6 e 7 — outubro e novembro de 1959. Lisboa.
- Boletín del Archivo General de la Nación — n.º 184 — abril-mayo-junio tomo XLVI e julio-agosto tomo XLVII — n.º 185-1959. Caracas.
- Saúde — agosto de 1959 — ano XII — n.º 140. Rio de Janeiro.
- Catálogo — Deutsche Bibliographie des Deutsche Buchfest 5/1959. Frankfurt/M.

Fraternitatis Lumen -- Bollettino Periodico Dell'Opera Mondiale della «Lampada Fraternità» ano IV — n.º 11. Roma.

Catálogo — Unsere Veröffentlichungen auf dem Gebiet der — Philologie — Stand: januari 1960. Erich Schmidt. Verlag. Berlin.

Catálogo — Brunnenbaus Erdol und Geologie. Verlag Rudolf Schmidt. Berlin.

Revista do Clube de Engenharia — janeiro de 1960 — n.º 281. Engenharia Editôra S.A. Rio de Janeiro.

Da Índia Distante — 15 de fevereiro de 1960 — n.º 179 — (Boletim). Embaixada da Índia. Rio de Janeiro.

### PUBLICAÇÕES RECEBIDAS NO MÊS DE MARÇO DE 1960

«Autores e Livros» (Suplemento Literário de «A Manhã», publicado semanalmente sob a orientação de Múcio Leão (Da Academia Brasileira de Letras) 7 — volumes — anos 1941-1944. Rio de Janeiro. Oferta do Sr. Carlos Ribeiro.

Catálogo — Antiquariats Katalog 9 (Varia) — F.A. Brockhaus Stuttgart. N. Germany Allemagne.

Catálogo n.º 192 — Livraria Kosmos Editôra. Publicado no Jornal do Comércio de 2 de agosto de 1959. Rio de Janeiro.

Boletim — Órgão Informativo da Biblioteca do Exército — Ministério da Guerra. ano XX — outubro de 1959 — n.º 35. Rio de Janeiro.

Boletim Informativo do Japão — 15 de janeiro de 1960 — ano 6 — n.º 2. Embaixada do Japão. Rio de Janeiro.

Catálogo — Buch-Hansa — nr. 1 — jan. febr., 1960. 4 jahrgang. Germany.

O Eco — jornal — n.º 1.122 — 7 de janeiro de 1960 — ano XXXII. Guaratinguetá.

Boletim da Academia das Ciências de Lisboa — nova série — vol. XXXI — novembro e dezembro de 1959. Lisboa.

Revista Nacional — julio-setiembre de 1959 — n.º 201 — tomo IV — año IV segundo ciclo. — Montevideu — Uruguai.

A Lâmpada — janeiro a dezembro de 1959 — año XXIX — n.º 102 — 105. Paraná.

Livros de Portugal — janeiro de 1960 — n.º 13 — Boletim mensal do Grêmio Nacional dos Editôres e Livreiros. Lisboa.

Seminar — n.º 5 — january 1960. Bombaim.



- Khana — Revista Municipal de Arte y Letras — año VII — vol. I — ns. 33-34 julio de 1959. La Paz. Bolivia.
- Journal of Inter American Studies — january, 1960 — n.º 1 — vol. II — Gainesville. Flórida.
- Catálogo (Buckerliste 440, Deutschland Germany).
- Geographical Review — The American Geographical Society — january, 1960 — n.º 1. vol. 1. New York.
- Dala — Publicación quincenal del Departamento de Asuntos Latino Americanos. Año I — n.º 1 — 1 de diciembre de 1959. Año de la Libertad. Ministério de Estado. Republica de Cuba. La Habana.
- The United States National Museum, 1959. Annual Report. for the year Ended — june, 1959. Smithsonian Institution. Washington, D.C.
- The Geographical Journal — vol. CXXV — parts 3-4 — september e december de 1959. The Royal Geographical Society. London.
- Boletim Bibliográfico — vol. 2 — n.º 4-6 — agt-out. 1958. I.B.G.E. Rio de Janeiro.
- Rodovia — agosto, 1959 — n.º 234 — ano XXI. Revista Brasileira e Divulgação Rodoviária. Rio de Janeiro.
- Bibliografia Brasileira de Educação — vol. 7 — n.º 2 — abr. junho, de 1959 — Rio de Janeiro.
- Da Índia Distante — 1 de março de 1960 — (Boletim n.º 180). Embaixada da Índia. Rio de Janeiro.
- Correio do Senac — fevereiro de 1960 — n.º 204 — ano XI. Rio de Janeiro.
- Periodicals Recent Acquisitions — Walter J. Johnson, Inc. 1960. Bulletin n.º 4. New York.
- Journal Français du Brésil — 8ème année — ler mars — n.º 186-1960. Rio de Janeiro.
- Boletim do Museu Maçonico Brasileiro de Gr. Or. do Brasil — n.º 1 — janeiro de 1960. Rio de Janeiro.
- Noticiário das Nações Unidas — n.º 2 — ano X — fevereiro de 1960. Rio de Janeiro.
- Relatório e Contas da Diretoria correspondentes ao exercício de 1959 e respectivo Parecer da Comissão Fiscal. Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro.
- Bulletin of The New York Public Library — january, 1960 — vol. 64 — n.º 1. New York.

- Carta mensal (Problemas Nacionais) — fevereiro de 1960 — n.º 59 — ano V — Confederação Nacional do Comércio. Rio de Janeiro.
- São Paulo Agrícola — Revista da Sociedade Paulista de Agronomia — janeiro de 1960 — ano II — n.º 13. São Paulo.
- Revista Nacional de Cultura — ns. 132, 133, 134 e 135 — enero a agosto de 1959 — año XXI. Caracas — Venezuela.
- Revista Marítima Brasileira — julho, agosto e setembro de 1959 — ns. 7, 8 e 9 — ano LXXIX. Publicação do Ministério da Marinha. Rio de Janeiro.
- Subsídios para a História Marítima do Brasil — vol. XVII — 1958. Ministério da Marinha. Rio de Janeiro.
- Antropologia e História de Guatemala — n.º 2 — julio de 1959 — vol. XI. Ministério de Educacion Publica. Guatemala.
- Cultura Universitária — enero-junio de 1959 — LXVI-LXVII. Universidad Central de Venezuela. Caracas.
- Boletín Informativo de la Universidad Central — año IV — n.º 85 — segunda época — 16 de octubre de 1959. Caracas.
- Revista de la Sociedad Bolivariana de Venezuela — 17 de diciembre de 1959 — n.º 61 — vol. XVIII — 1959. Caracas. Venezuela.
- Índice de la Revista de la Sociedad Bolivariana de Venezuela — (1939-1955) — vols. I a XV. ns. 1 a 49. Caracas — Venezuela.
- Boletim do Instituto Histórico da Vitória de Santo Antão — vol. II — 1959. Pernambuco.
- Boletim. Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo — ns. 4 e 5 — vol. II. 1952-1953. Angra do Heroísmo.
- A Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo pelo Diretor da mesma Lic. do Manuel C. Batista de Lima. Angra do Heroísmo, 1957.
- Catálogo da Exposição Documental e Bibliográfica sobre o historiador Francisco Ferreira Drumond integrada nas comemorações do I Centenário de sua morte. 1959. Angra dos Heroísmo.
- The Rockefeller Foundation — Annual Report, 1958. New York.
- Relatório — 1957-1958. Comissão Interestadual da Bacia Paraná — Uruguay. São Paulo, 1959.
- Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — ns. 1, 2 e 3. janeiro-março, julho-setembro e outubro-dezembro de 1958. Serviço de Documentação. Rio de Janeiro.

- Ocidente (Revista Portuguesa Mensal) — n.º 261 — janeiro, 1960 — vol. LVIII. Lisboa.
- The President's Review including A Quarter Century in the Natural Sciences, by Warren Weaver, from the Rockefeller Foundation — Annual Report, 1958. New York.
- Journal Français du Brésil — n.º 187 — 15 mars, 1960 — 8ème année. Rio de Janeiro.
- Engenharia — Órgão Oficial do Instituto de Engenharia — ano XVII — n.º 205 — vol. XVII — dezembro de 1959. São Paulo.
- Catálogo. Oxford. Books — Spring, 1960. Oxford University Press. London.
- Cafetal. Órgão oficial de la Asociación Nacional de Caficultores noviembre de 1959 — n.º 163 — año XIV. La Habana.
- Brasil Açucareiro — outubro de 1959 — n.º 4 — vol. LIV — ano XXVII. Instituto do Açúcar e do Alcool. Rio de Janeiro.
- Contribuições Avulsas do Instituto Oceanográfico (Oceanografia Biológica) — ns. 2 e 3 — 1958. Universidade de São Paulo. São Paulo.
- Kriterion — ns. 49-50 — julho a dezembro de 1959. Belo Horizonte.
- Boletín del Museo Nacional de Historia Natural — n.º 2 — tomo XXVII — Aportes Lepidopterológicos). Santiago de Chile, 1957.
- Boletín del Museo Nacional de Historia Natural — n.º 3 — tomo XXVIII — (Notas preliminares sobre la fauna marina preabisinal de Chile con descripción de una familia de raya dos generos y siete especies nuevas por Fernando de Buen. Santiago de Chile, 1959.
- Boletín del Museo Nacional de Historia Natural — n.º 4 — (Las especies de gramíneas del género cortaderia en Chile por Rebeca Acevedo o de Vargas) — Santiago de Chile, 1959.
- Don Marcial R. Espinosa B. (Museu Nacional de História Natural). — Santiago de Chile, 1959.
- Estado do Rio Grande (jornal 13 de fevereiro de 1960 — Porto Alegre. Rio Grande do Sul).
- Correio do Senac — ano XI — n.º 203 — janeiro, 1960. Rio de Janeiro.
- Estatística Agrícola de 1955. Imprensa Nacional de Moçambique. Lourenço Marques.

Noticiário das Nações Unidas — novembro de 1959. — ano IX — n.º 11. Rio.

Últimas Notícias Esteno Dactilográficas — janeiro-março de 1960 n.º 14 — ano IV. Rio de Janeiro.

Revue pour l'Etude des Calamités — Bulletin de l'Unesco Internationale de Secours — n.º 36 — diciembre de 1959. Geneve.

Giornale Degli Italiani — n.º 505 — ano XI — 21 de marzo de 1960. San Paolo.

Catálogo — Michael Joseph books in stock — january, 1960. London.

O Eco (jornal) — n.º 1.128 — 20 de março de 1960 — ano XXXII. Guaratinguetá. São Paulo.

Boletin de Historia y Antigüedades — diciembre de 1959 — vol. XLVI — ns. 540, 541, 542. Bogotá D.E.

Douro Litoral — Boletim da Comissão de Etnografia e História-nova série — vol. IV — Junta da Província. Pôrto, 1959.

América Indígena — enero. 1960 — n.º 1 — vol. XX. México, D.F.

Saúde — setembro, 1959 — n.º 141 — ano XII. Rio de Janeiro.

Catálogo — Studio Bibliográfico Antenore Padova. (Italy).

Cuadernos Hispanoamericanos — octubre e diciembre de 1959 — ns. 118 e 120. Madrid. Oferta do Dr. Guilherme Auler.

Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais — n.º 6, 1957. Ministério da Educação e Cultura. Recife. Oferta do Dr. Guilherme Auler.

Tribuna de Petrópolis — 1 de janeiro de 1960 — n.º 1 — ano LVIII. Petrópolis. Oferta do Dr. Guilherme Auler.

#### OBRAS RECEBIDAS EM JANEIRO DE 1960

Rio Branco (Miguel do) — Correspondência entre D. Pedro II e o Barão do Rio Branco — vol. 294 — série 5ª (Brasiliense) — Companhia Editôra Nacional São Paulo, 1957. 147 páginas.

Goulart (José Alípio) — Meios e Instrumentos de Transporte no Interior do Brasil. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro 1959. 257 págs. Of. do autor.

Morales de los Rios Filho (Adolfo) — Figura, Vida e Obra de Adolfo Morales de los Rios. Editor Borsoi, 1959. Rio de Janeiro. 414 págs. c/fotos. Oferta do autor.

- Vivanco (Julian) — *Cronicas Historicas de San Antonio Abad de los Baños* — tomos XIV-XV. Editorial «El Sol». La Habana. 1959. 423 págs. a 484.
- Ryosuke (Ishu) — Edited by... Chambliss (William J.) — Translated and adapted by... *Japanese Legislation in the Meiji Era*. Pan-Pacific Press. Tokio-Japan. 741 págs.
- Cavalcanti (Paulo) — *Eça de Queiroz, agitador no Brasil. Edição ilustrada (Brasiliana)* — vol. 311. Companhia Editôra Nacional. 367 págs. Adquirido por compra.
- Barroso (Gustavo) — *História do Brasil em quadrinhos* — 1ª parte. Desenhos de Ivan Wasth Rodrigues. Editôra Brasil América. Rio de Janeiro.
- Luz (Francisco Paulo Mendes da) — *Um Parecer Inédito do cosmógrafo João Batista Lavanha sôbre as Molucas e o Tratado de Tordesilhas (Separata de Garcia de Orta)* — *Revista da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar* — vol. III — n.º 1. págs. 63 a 77 — Lisboa. of. do Dr. Cláudio Ganns.
- Monnaies Antiques-Modernes d'Or et d'Argent. J. Vinchen & Cie. 1959. Paris. 39 págs. Of. do Dr. Cláudio Ganns.
- Auguste Comte et le Brésil (P.E. de Berredo Carneiro) — *Revue des Travaux de l'Academie des Sciences Morales & Politiques et Comptes Rendus de ses Séances*. Publié sous la direction de Emile Mircaux. Secrétaire perpetuel de l'Academie. Ille année — 4ª série, année 1958. 1er semestre. Librairie Sirey. Paris. Of. do Dr. Cláudio Ganns.
- Pinto (Odorico Pires) — *Da Igrejinha ao Forte de Copacabana*. (Separata da Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, 1959. Of do autor.
- Tôrres (João Camilo de Oliveira) — *A História Imperial do Brasil e seus Problemas (Decimalia)* — Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 1959. 14 págs.
- Morais Filho (Evaristo de) — *O Ensino da Filosofia no Brasil. (Decimália)* — Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 1959. 26 págs.
- Marinho (Inezil Penna) — *Introdução ao Estudo da Evolução Desportiva no Brasil (Colônia e Império)* — (Decimália) — Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. 16 págs.
- Lima (Alceu Amoroso) — *A Crítica Literária no Brasil. (Decimália)* — Biblioteca Nacional. 1959. Rio de Janeiro. 22 páginas.



- Oliveira (Moacir Veloso Cardoso de) — A Previdência Social no Rio de Janeiro. (Decimália) — Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 1959. 15 págs.
- Lins (Ivan) — O Positivismo no Brasil. (Decimália) — Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 1959. 23 págs.
- Bittencourt (D. Estevão) — O.S.B. — Os Estudos Bíblicos no Brasil. (Decimália) — Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 1959. 15 págs.
- Mortara (Giorgio) — Os Estudos Demográficos (Decimália) — Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 1959. 19 págs.
- Carneiro (Edison) — Os Cultos de Origem Africana no Brasil. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 1959. 20 págs.
- Anais — Ciclo da Restauração de Portugal — vol. XIV — Publicações comemorativas do duplo centenário da fundação e restauração de Portugal. Lisboa, 1959. Academia Portuguesa da Historia. 294 págs. Comp. Edit. do Minho em Barcelos.
- Del Negro (Carlos) — Contribuição ao Estudo de Pintura mineira, 1958. Publicação da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. N.º 20. Rio de Janeiro. 153 págs.
- Rosa (Ruben) — Parecer Prévio sobre as contas do Presidente da Republica, 1957. Imprensa Nacional. 1958. Rio de Janeiro.
- Llaverias (Joaquin) — Contribucion a la Historia de la Prensa Periodica. tomo II. Prefacio por Elias Entralgo. Archivo Nacional de la Republica de Cuba. La Habana. 1959.
- Fedorko (Stefania) — Annales Universitatis Mariae Curie Sklodowska (Bibliografia) — 1946-1958. Lublin.
- Castro (M. Viana de) — Flagrantes do Brasil Hodierno — 6ª série. Rio de Janeiro.
- Griffith (William J.) — Santo Tomas, anhelado emporio del Comercio en el Atlantico. (Discurso de ingresso a la Sociedad de Geografia e Historia por el Doctor... febrero de 1959. Guatemala C.A.
- Pinho (José Wanderley de Araujo) — Contra Contestação apresentada à Terceira Comissão de Inquérito (Câmara dos Deputados). Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1927. Of. do autor.
- Pinho (José Wanderley de Araújo) — Unidade Nacional. Norte e sul. (Discurso pronunciado na sessão de 9 de julho de 1930. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro. Of. do autor.

- Pinho (José Wanderley de Araújo) — Caxias Senador. (Separata da Revista Militar Brasileira — n.º 3 — vol. XXXV — 25-8-1936. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro. Of. do autor.
- Pinho (José Wanderley de Araújo Filho) — Embargos no Recurso Extraordinário n.º 5.832 (Minas Gerais) — Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 1943. Of. do autor.
- Pinho (José Wanderley de Araújo) — Testamento de Men de Sá — Separata dos Anais do Terceiro Congresso de História Nacional. III vol. Publicação do Instituto Histórico. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1941. Of. do autor.
- Annual Report of the Board of Regents of the Smithsonian Institution — publication 4.354. Government Printing Office. Washington, 1959. 559 págs. c/fotos.
- Ramos (Dom Alberto Gaudencio) — Arcebispo do Amazonas — Cronologia Ecclesiastica da Amazônia. Manaus. 1952 — Tip. Fenix. 143 págs.
- Anais da Academia Portuguesa da História, II série — vol. (Editora Gráfica Portuguesa. Lisboa, 1959. 321 págs.
- Assis (Mons. Victor Rodrigues de) — Vida e Feitos de D. Lafayette Libanio. Homenagem a Sua Excia. Reverendíssima por ocasião de seu 50.º aniversário de Sacerdócio. 124 págs. Of. do autor. São Paulo.
- Conte (Carlos Rodolante) — Floresta Invia. Poesias. Editora Tipografia Champagnat. Pôrto Alegre. 1959. Of. do autor.
- Fouquet (Karl) — Alexander von Humboldt, 1769-1859. Of. do Instituto Hans Staden São Paulo. 1959. Companhia Melhoramentos. 46 págs. C/fotos.
- Exposição da Diretoria relativa a problemas econômicos da Companhia de Estradas de Ferro. São Paulo, 1959.
- Pruebas sobre la Dominacion Comunista en Venezuela. Publicaciones del Movimiento de liberacion anticomunista de Venezuela. 1959. Caracas.

#### OBRAS RECEBIDAS NO MÊS DE FEVEREIRO DE 1960

- Silva (Lilia A. Pereira da) — Almas de Barro — Of. Graf. Saraiva S.A. São Paulo. 196 págs. Oferta da autora.
- Cantos Paraguaiois a Bolivar. Sociedad Bolivariana del Paraguay. 1957. Imprenta Paraguay. Assuncion. 39 págs.
- Papers of The Michigan Academy of Science Arts and Letters — Vols. XLII, XLIII, XLIV, part. II. Social Science 1957-

1958-1959. Editor Sheridan Baker. The University of Michigan Press. Ann Arbor.

Brockway (Thomas P.) — Documentos Basicos de la Politica Exterior Estado Unidense-Editorial Agora. Colección Hombres y Problemas. (18). Buenos Aires, 1958.

Dewey (John) — El Publico y sus Problemas. Editorial Agora. Colecion Hombres y Problemas. (16). Buenos Aires, 1958.

Hacker (Louis M.) — El Capitalismo. Editorial Agora. Colección Hombres y Problemas. (15) Buenos Aires, 1958.

Salvadori (Massimo) — Otan, La Comunidad del Atlantico Norte. Editorial Agora. Colecion Hombres y Problemas (14) Buenos Aires, 1958.

Myera (James) y Laidller (Harry W.) — Que Sabe Usted de Gremialismo? Editorial Agora. Colecion Hombres y Problemas (13). Buenos Aires, 1958.

Rappard (William E.) — El Secreto de la Prosperidad. Editorial Agora Colecion Temas Actuales (28). Buenos Aires.

Eberle (Irmengarde) — Descubrimientos Médicos Modernos. Editorial Agora. Colecion Temas Atuales. Buenos Aires.

Pearson (Lester B.) — La Democracia en la Politica Mundial. Editorial Agora. Colecion Temas Atuales. Buenos Aires.

Zauberman (Alfred) — Imperialismo Economico La Leccion del Este de Europa. Editorial Agora. Colecion Temas Atuales. Buenos Aires.

Santos (Cel. H. Madureira dos) — Catálogo dos Decretos do Extinto Conselho de Guerra, na parte não publicada pelo General Cláudio de Chaby. Separata do Boletim do Arquivo Histórico Militar. II volume. Gráfica Santelmo Ltda. Lisboa, 1959. Oferta do autor.

Silva (Ildefonso Mascarenhas da) — O Poder Nacional e seus tipos de Estrutura. Curso Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 34 págs.

Biografia de José da Silva Lisboa — (Visconde de Cairu) — Memória escrita por seu filho, o conselheiro Bento da Silva Lisboa e lida na sessão do Instituto Histórico em 24 de agosto de 1839. (Revista do Instituto Histórico de 1839 — págs. 238 a 246. Rio.

Stevens — Middleton (Rayfred Lionel) — La Obra de Alexander von Humboldt en Mexico — Fundamento de la Geografia Moderna. Publicado en colaboracion con el Instituto Panamericano de Geografia e Historia y el Instituto Cultural Mexicano — Aleman Alejandro de Humboldt. Boletin de la Sociedad

- Mexicana de Geografia y Estadística de marzo-abril de 1956 — tomo LXXXI — n.º 2. México, D.F.
- Antunes (De Paranhos) — Estudos de História Carioca — Coleção Cidade do Rio de Janeiro Prefeitura do Distrito Federal. Secretaria Geral de Educação e Cultura. Rio de Janeiro. Of. do autor.
- Ribeiro (Joaquim) — História da Romanização da América. Serviço Nacional de Teatro. Rio de Janeiro, 1959.
- Morales de Los Rios Filho (Adolfo) — Apontamentos Biobibliográficos. Rio de Janeiro.
- Irving (Washington) — Hawthorne (Nathaniel) — Henry (O.) — Poe (Edgard Allan) — Harte (Bret) — Twain (Mark) — Cuentos n.º 6. Editorial Agora. Colecion Temas Atuales. 1ª edición. 1958. Buenos Aires.
- Wolski (Krzysztof) — Warzystwo Przyjaciol Naukw. Przemyslu, 1909. 1959. Przemysl, 1959.
- Cunha Jr. (Alarico) — Simões (Euder Alves) — Debelan (Levon) — Barra do Corda. Uma experiência da Colonização. Instituto Nacional de Imigração e Colonização. Rio de Janeiro, 1959. 124 págs.
- Memória de la Secretaria de Hacienda y Credito Publico 16 de abril de 1917 a 21 de mayo de 1920 — vols. III, IV, V, VI, VII, VIII e IX com um Apendice de la... 1917-1920 — julio de 1916 a diciembre de 1920. México, D.F. (8 vols.)
- Aguinagua (Juan B. Gill) — La Asociacion Paraguaya en la Guerra de la Triple Alianza. Edicion del autor. Talleres Graficos Lumen. 1959. Buenos Aires. Rep. Argentina. Of. do autor. 202 págs. C/fotos.
- Aguinagua (Juan B. Gill) — Un Marino en la Guerra de la Triple Alianza. Asuncion, 1959. Imprenta Paraguay. Of. do autor. 19 págs.
- Pilot of Arctic Canadá — Volume I — 1ª edição. Serviço Hidrográfico do Canadá. Departamento de Levantamento e Cartografia do Ministério de Minas e Estudos Técnicos do Canadá. Embaixada do Canadá. 1959. 183 págs.
- Olimpio Guilherme — A Verdade sôbre Roboré. Livraria Freitas Bastos S.A. Rio de Janeiro, 1960. Oferta do Dr. Cláudio Ganns.
- Passos (Gabriel de Rezende) — Estudo sôbre o Acôrdo de Roboré — Editôra Fulgor. São Paulo. 1960. Oferta do Dr. Cláudio Ganns.

- Câmara Jr. (J. Matoso) — A Obra Linguística de Curt Nimuenda  
Publicações Avulsas do Museu Nacional. Serviço Gráfico do  
I.B.G.E. Rio de Janeiro, 1959.
- Câmara Jr. (J. Matoso) — Alguns Radicais Jê. Publicação do  
Museu Nacional. Serviço Gráfico do I.B.G.E. Rio de Ja-  
neiro, 1959.
- Griffin (James B.) — The Chronological Position of the Hope-  
welli in Culture in the Eastern. United States. Antropologi-  
cal Papers Museum of Antropology. University of Michigan  
n.º 12. Ann Arbor. Michigan, 1958.
- Thieme (Frederick P.) — The Puerto Rincan Population A Study  
in Human Biology. Museum of Anthropology. University of  
Michigan Ann Arbor, 1959.
- Brandt (Prof. Dr. H.C. e E.H. Leo) — Forschungsberichte  
Deswirtschafts und Verkehrsministeriums Nordrhein — West-  
falen — Westdeutsdecher. Verlag. Kolnund Oplanden, 1958.
- Cardoso (Efraim) — Historiografia Paraguaia — I — Paraguai  
Indigena Español y Jesuita — Tallers de la Editorial Jus S.A.  
Mexico, 1959. 610 págs.
- Barreto (Carlos Xavier Paes) — A Cidade do Rio de Janeiro e  
suas Dúvidas Editôra Aurora. C/gravuras. 230 págs. Rio de  
Janeiro. 1959.
- Barata (Francisco José Rodrigues) — Diário da Viagem ao Surinam,  
Contribuição do Govêrno do Estado do Paraná ao X Congresso  
Brasileiro de Geografia. Belém. 1944. Oferta do Dr. Mário  
Barata.
- Silva (Lília A. Pereira da) — Reflexos — versos — Gráfica  
Saraiva S.A. São Paulo. 1960. Oferta da autora.
- Gay (Cônego João Pesro) — Vigário da Paróquia de S. Fran-  
cisco de Borja: A Bulla «Ineffabilis Deus» do S.S. Pio IX,  
sôbre a definição dogmática da Imaculada Conceição transla-  
dada a guarani pelo... Rio de Janeiro, 1958. Arquivo Nacio-  
nal.

#### OBRAS RECEBIDAS NO MÊS DE MARÇO DE 1960

- Figueiredo (Fernando Augusto Vaz de) — Subsídio à «Genealo-  
gia Cuiabana» Leme-Figueiredo Batista de Sousa & Cia. Editô-  
res. Rio de Janeiro, 1955. 38 págs.
- Leonardos (Othon Henry) — Ferro no Paraná. Ministério da  
Agricultura (Boletim n.º 25), C/estampas. 65 págs. Rio de  
Janeiro. Oferta do Dr. Mário Barata.



- Cópia dos Relatórios das Experiências com Combustíveis Nacionais, realizadas durante o ano de 1924. C/120 págs. Rio de Janeiro Oferta do Dr. Mário Barata.
- Auler (Guilherme) — A Companhia de Operários. 1839-1843. Subsídios para o estudo da emigração germânica no Brasil. Prefácio de Gilberto Freire. Arquivo Público Estadual. Imprensa Oficial. Recife. 109 págs. Oferta do autor.
- Paulo Filho (M.) — Literatura e História. Livraria Francisco Alves. Rio de Janeiro. C/192 págs. Oferta do Dr. Cláudio Ganns.
- Gerson (Brasil) — História das Ruas do Rio de Janeiro — (Coleção Cidade do Rio de Janeiro) Prefeitura do Distrito Federal. Secretaria Geral da Educação e Cultura. 352 págs. Oferta do autor.
- Alvim (José J. de Sá Freire) — Mensagem, à Câmara do Distrito Federal relativa ao exercício de 1959. Imprensa Nacional. 237 págs. Rio.
- Schollenberg (T.R.) — A Avaliação dos Documentos Públicos Modernos. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 1959. 56 págs.
- Schellenberg (T.R.) — Manual de Arquivos. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. 175 págs.
- Schellenberg (T.R.) — O preparo de Listas de Maços de Documentos. 1960. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. 37 págs.
- Filangiere (Riccardo) — Os Arquivos Privados. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. 24 págs.
- Bahmer (Robert H.) e Posner (Ernst) — Os Arquivos Nacionais dos Estados Unidos. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 1960. 35 págs.
- Church (Randolph W.) — Os Arquivos Públicos e as Bibliotecas. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 1960. 24 págs.
- Duchain (Michel) — A Colaboração entre os serviços administrativos e os Arquivos. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 1959. 26 págs.
- Posner (Ernst) — Alguns Aspectos do desenvolvimento, arquivístico a partir da Revolução Francesa. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 1959. 22 págs.
- Gille (Bertrand) — Os Arquivos Privados e Econômicos. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 1959. 45 págs.
- Blair (George S.) — Cumulative Voting An Effective Electoral Device in Illinois Politics. Illinois Studies in the Social Scien-

ces, vol. 45. The University of Illinois Press. Urbana, 1960. 145 págs.

Almeida (Fernando F.M. de) e Lima (Miguel Alves de) — Planalto Centro Ocidental e Pantanal Mato Grossense. Guia da Excursão n.º 1 realizada por ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia. Conselho Nacional de Geografia. Rio de Janeiro, 1959. 169 págs. c/ilust.

Rodrigues (José Honório) — A Situação do Arquivo Nacional. Compositora Gráfica Lux Ltda. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. 72 págs. c/ilustrações.

# ESTATÍSTICA

## ESTATÍSTICA DO INSTITUTO HISTÓRICO

1960

1.º TRIMESTRE	Jan.	Fevr.	Março	Total
<i>Biblioteca</i>				
Obras oferecidas .....	40	38	19	97
Revistas nacionais e estrangeiras recebidas .....	88	54	65	204
Catálogos recebidos .....	8	9	11	28
Jornais nacionais e estrangeiros recebidos .....	12	11	15	38
<i>Arquivo</i>				
Documentos consultados .....	2.304	3.936	3.852	10.092
<i>Mapoteca</i>				
Mapas consultados .....	420	634	780	1.834
<i>Museu</i>				
Visitantes .....	15	22	32	69
<i>Sala Pública de Leitura</i>				
Obras consultadas .....	3.926	4.520	4.986	13.432
Jornais consultados .....	314	860	1.120	2.304
Revistas consultadas .....	1.608	2.102	3.412	7.122
<i>Secretaria</i>				
Ofícios, cartas e telegramas recebidos ..	32	43	86	161
Ofícios, cartas e telegramas expedidos ..	62	87	139	288

# ÍNDICE

Vol. 246

Janeiro-Março de 1960

	Pág.
I — ORIGINAIS	
1 — <i>Viagem de Pedro II ao Espírito Santo</i> — Por Levy Rocha	3
2 — <i>O Vale do Paranapanema nos séculos XVI e XVII</i> (continuação) — Por Aluizio de Almeida	165
3 — <i>Francisco de Salles Tôrres Homem, Visconde de Inhomirim</i> — Dr. Hélio Vianna	253
4 — <i>Olhando para trás</i> — por Norival de Freitas	282
II — CONFERÊNCIAS	
5 — <i>Dia do Reservista. Olavo Bilac</i> — Pelo General Estevão Leitão de Carvalho	296
III — TRANSCRIÇÕES	
6 — « <i>O Dia das Santas Casas e o Centenário das Irmãs de São José</i> » — Discurso do Embaixador José Carlos de Macedo Soares	308
7 — <i>A Marcha para os Sertões</i> — Pelo Dr. Arthur Cesar Ferreira Reis	314
8 — <i>Vieira Fazenda e a Fundação do Rio</i> — Prof. Nelson Costa	317
9 — <i>A Margem de uma Conferência</i> — Eng. Virgílio Corrêa Filho	321
10 — <i>Centenário da morte de Emílio Maia</i> — Prof. Nelson Costa	327
IV — DOCUMENTOS	
11 — <i>Rio da Prata — Rosas</i>	329
12 — <i>A Navegação do Amazonas</i> (Com notas pelo Dr. A. C. Ferreira Reis)	343

	Pág.
V — APRECIÇÃO DE LIVROS	
13 — « <i>História do Brasil em quadrinhos</i> » — J. B. Magalhães	351
14 — <i>Estudos de História Carioca</i> — De Paranhos Antunes — J. B. Magalhães .....	353
VI — BIBLIOGRAFIA	
15 — <i>Ministro Augusto Tavares de Lyra</i> — Por Carlos Tavares de Lyra .....	355
VII — <i>Ata da Assemblêia Geral de 6-5-1957</i> .....	364
VIII — NOTICIÁRIO	
16 — <i>Homenagem ao Embaixador José Carlos de Macedo Soares</i> — (Cidadão emérito de São Paulo) .....	375
IX — SÓCIOS FALECIDOS	
<i>Otávio Tarquínio de Sousa</i> — <i>Hélio Lobo</i> — <i>Prof. A. Mendes Corrêa e Embaixador Oswaldo Aranha</i> — Pelo Dr. Cláudio Ganns .....	376
X — PUBLICAÇÕES RECEBIDAS .....	383
XI — ESTATÍSTICA DO INSTITUTO .....	404





